31 MAIO 2023

JOÃO MONLEVADE
PREFEITURA MUNICIPAL
Administração 2021-2024

MENSAGEM Nº. 92/2023
DE 30 DE MAIO DE 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
Recebido em: 30/5/23
Às 9 hs. 15 min.
Responsável

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE 02

Senhor Presidente,

Dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar o Projeto de Lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2024, em cumprimento ao disposto no § 2º do art. 165 da Constituição da República Federativa do Brasil, nos termos estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal – e no art. 78, § 5º da Lei Orgânica do Município de João Monlevade.

O presente Projeto de Lei define as normas e diretrizes que orientarão a elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro a que se refere.

Acompanham o Projeto de Lei o Anexo de Metas e Prioridades, que estabelece as ações de governo que serão implementadas por meio do orçamento anual de 2024 e os Anexos de Metas e Riscos Fiscais, que definem os resultados financeiros a serem alcançados, além das demais informações estabelecidas na legislação.

Acreditamos que apesar de ser um trabalho extremamente técnico, que tem como objetivo, em primeiro momento, apresentar as metas de resultados primário e nominal, sob a ótica da responsabilidade fiscal, esculpida na lei complementar 101, de 04 de maio de 2000, temos que observar que a lei de diretrizes orçamentárias – LDO traz em seu bojo, outras regras que deverão ser observadas pela Administração, tanto na elaboração quanto na execução da lei orçamentária anual.

A mesma deve ser balizada no Plano Plurianual para o quadriênio 2022 a 2025, lei nº 2430/21 de 27 de dezembro de 2021, o qual estabelece o plano de médio prazo por meio de programas, objetivos e metas a serem alcançados.

Este projeto de lei apresenta as seguintes diretrizes:

No capítulo I: aponta as diretrizes concernentes às metas e prioridades para o exercício financeiro, determina que as mesmas sejam apresentadas na forma de anexo, da seguinte forma:

- ✓ as metas fiscais, nos termos estabelecidos pela LC 101/2000;
- ✓ os riscos fiscais que poderão surgir, nos termos estabelecidos pela LC 101/2000; e
- ✓ as metas e prioridades na programação das despesas, que terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária anual;

No capítulo II: constam os conceitos e definições da estrutura orçamentária, que deverá orientar a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2024.

No capítulo III: trata da dívida pública, nela compreendida, além da dívida fundada os precatórios devidos. Ele determina que deve ser assegurado recursos para pagamento de juros e amortização. Alude, ainda, quanto a possibilidade de conter na lei orçamentária autorização para realização de operações de crédito, inclusive por antecipação de receitas.

No Capítulo IV: dispõe quanto a política de pessoal. Nele encontramos a possibilidade de se conceder vantagens, aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alteração da estrutura de carreira, etc. Norteia, ainda, qual deve ser o procedimento a ser adotado para o caso das despesas com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos na LC 101/2000.

No Capítulo V: dispõe sobre a estimativa da receita e as alterações na legislação tributária, com vistas à expansão das receitas tributárias.

No Capítulo VI: estabelece que a elaboração, aprovação e execução da lei orçamentária anual devem ser orientadas no sentido de se conseguir superávit primário. Estabelece estratégias para busca do equilíbrio, com aumento de receitas e diminuição de despesas.

No Capítulo VII: estabelece regras para limitação de empenhos, caso as metas de resultado primário sejam comprometidas.

No Capítulo VIII: estabelece normas a serem seguidas para consecução do controle de custos e avaliação de resultados dos programas financiados com recursos do Orçamento.

No Capítulo IX: trata das alterações orçamentárias dando diretrizes para as autorizações para abertura de créditos adicionais que poderão constar na lei orçamentária anual, conforme preceituado no art. 165, § 8° da Constituição federal e art. 7° da lei 4.320/64.

No Capítulo X: trata das condições e exigências para transferências de recursos para entidades públicas, privadas e para pessoas físicas.

No Capítulo XI: trata da autorização para o Município auxiliar no custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação.

No Capítulo XII: trata dos parâmetros para elaboração da programação financeira do cronograma mensal de desembolso.

No Capítulo XIII: conceitua novos projetos e define critério para seu início.

No Capítulo XIV: trata da transparência das ações e da participação popular.

No Capítulo XV: trata das disposições gerais: estabelece regras para a dispensa de impacto orçamentário-financeiro; apresenta alternativa para execução de despesas com ante vigência da lei orçamentária de 2024; estabelece regras para destinação de receitas originadas da alienação de ativos; norteia a aplicação dos recursos objeto do projeto de lei orçamentária para 2024, caso o Legislativo não o devolva para sanção até o dia 31 de dezembro de 2023.

Em cumprimento ao inciso I do artigo 48 da LC 101/2000, que trata do incentivo a participação popular na elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias, foi realizada uma pesquisa virtual, para levantamento das demandas populacionais para prioridade dos investimentos governamentais.

A Consulta Pública é um instrumento previsto na legislação como sendo uma etapa fundamental para a elaboração dos instrumentos de gestão e está prevista na Constituição de 1988 como um processo a ser aplicado nos municípios, de modo que os cidadãos expressem suas necessidades e anseios de modo que o poder públicos os transforme em prioridades governamentais frente as inúmeras demandas existentes.

No período de 24 de abril de 2023 a 11 de maio de 2023, um universo de 798 cidadãos, residentes em João Monlevade, com idade acima de 16 anos, opinaram, num formato estimulado, utilizando o ambiente virtual (Google Forms). O mesmo foi disponibilizado no site da Prefeitura, amplamente divulgado em mídias socias e em outras plataformas virtuais.

Buscou-se entender quais ações e investimentos deveriam ser entendidos como prioritários pelo governo para melhoria da qualidade de vida da população. Neste sentido, para a construção fidegina dos dados e melhor entendimento das demandas sociais, optou-se pela combinação das metodologias quantitativas e qualitativas divididas em dois blocos.

No primeiro bloco foram colhidas informações demográficas para reconhecimento do perfil dos ciddãos correspondentes e no segundo bloco buscou-se entender quais investimentos são entendimentos como prioritários pelo governo.

Partindo do pressuposto que o universo de cidadãos na cidade de João Monlevade, de acordo com o Censo IBGE 2010, é de 73.371 habitantes, realizou-se o cálculo da amostra aleatória simples considerando um intervalo de confiança de 95%.

Os dados apurados demonstram que o perfil majoritário dos respondentes são mulheres, com faixa etária entre 20 e 59 anos, renda entre 1 a 5 salários mínimos, os quais priorizaram as seguintes ações dentro das áreas temáticas supracitadas. A saber:

1. Áreas prioritárias da Saúde:



A área apontada pela população como sendo prioritária é a " Informatização e modernização do sistema de marcação de consultas e exames" o que representou 26,5%

do total de respostas sendo seguido por "Construção da nova sede da Policlinica" representando 26,2%.

Em terceiro lugar temos a principal prioridade apontada como sendo a "Reforma dos postos de saúde" representando 13,8% das respostas.

2. Áreas prioritárias da Educação:



Em relação a Educação, a principal prioridade apontada pela população é a "Reforço na segurança escolar" representando 32,2% do total de respostas. Em segundo lugar temos como principal prioridade a "Conclusão da creche do José de Alencar", representando 16,0% das respostas e em 3º o "Aumento das vagas da educação infantil" e "Reforma dos prédios escolares" empataram com 14,4%.

3. Áreas prioritárias da Assistência Social:



Nas áreas prioritárias da Assistencia Social, o principal apontamento foi para "Cursos de qualificação de Mão de obra", representando 34,3% do total de respostas. A segunda demanda apontada, foi a "Combate e prevenção à violencia contra Mulheres, Crianças e Idosos", representando 26,4% do total de respostas. E como terceira prioridade

registrada ,representando 14,4 do total de respostas foi o "Retorno das atividades no BEM VIVER".

4. Áreas prioritárias de Obras Urbanas:



Em relação as Obras Públicas a principal prioridade registrada pela população é a "Revitalização de praças, parques e áreas de lazer", representando 51,3% do total das respostas. Como segunda prioridade apontada a "Investimento em novos prédios públicos com recursos provindos de alienação", representando 21,9% das respostas, sendo seguido por foi "Revitalização da avenida Nova York", representando 6,4% do total de respostas. A quarta prioridade registrada"Melhorias no prédio da prefeitura", representando 4,8% do total de respostas.

5. Áreas prioritárias de Serviços Urbanos e Meio Ambiente:



Nas áreas prioritárias dos Serviços Urbanos e Meio Ambiente foram elencadas as seguintes prioridades: em primeiro lugar foi registrado o percentual de 29,8% para a "Construção do Parque do Areião" e "Limpeza de vias públicas" representando 22,8% do total. A terceira prioridade registrada foi a "Ampliação da iluminação de LED" com 11,9% do total de respostas sendo seguida por ""Ampliação da coleta seletiva" com 11% do total.

6. Áreas prioritárias da Cultura , Esporte e Lazer:



Enquanto prioridades da Cultura, Esporte e Lazer foi apontado como principal a "Realização de eventos esportivos" representando 23,2% do total de respostas. Em segundo temos "Melhoria de quadras Poliesportiva" representando 16,9% do total. Já em terceiro termos a sendo seguida por "Realização do Festival Gastronômico" com 15,7% do total de respostas. "Realização da Cavalgada" representou 13,2% do total de respostas.

7. Áreas prioritárias de água e esgoto:



Em relação a água e esgoto a prioridade apontada em primeiro lugar foi a "Finalização das obras da ETE - Estação de Tratamento de Esgoto", representando 43,9% do total de respostas. Em segundo lugar aparece "Melhoria na distribuição de Água" com 31,5% e em terceiro "Melhoria no acesso à rede de esgosto" representando 12,2% do total de respostas, sendo seguido por "Melhoria na captação de água" com 10,8% do total de respostas.

Os dados apresentados acima demonstram que o perfil médio, já delineado neste documento, dos respondentes priorizaram as seguintes ações dentro das áreas temáticas

supracitadas. A saber: **1) Modernização no sistema de marcação de consultas e exames; 2) Reforço na Segurança das escolas com contratação de vigia/segurança; 3) Ações de qualificação de mão de obra; 4) Revitalização de praças e áreas de lazer; 5) Construção do Parque do Areião; 6) Realização de Eventos Esportivos; e, 7) Finalização das obras da ETE - Estação de Tratamento de Esgoto**.

Grau de Importância na Realização de Projetos Estruturantes.

Para conhecimento do grau de importância de alguns projetos de governo estruturantes estas foram respondidas a partir de uma variável estruturada em escala Likert onde foi considerado a escala de 1 a 5 – a saber: Menos Importante (1); Às vezes importante (2); Moderado (3); Importante (4); e Muito Importante (5). Os percentuais descritos estão relacionados aos valores de 5 que correspondem "Muito Importante".

A. CONSTRUÇÃO DO PARQUE DO AREÃO.



B. CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DA VISA E SETTRAN.



C. REVITALIZAÇÃO DO BEM VIVER.



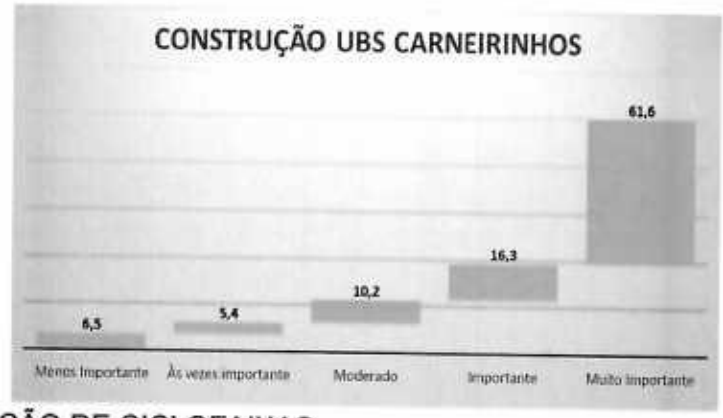
D. FINALIZAÇÃO DA OBRA DA CRECHE DO JOSÉ DE ALENCAR.



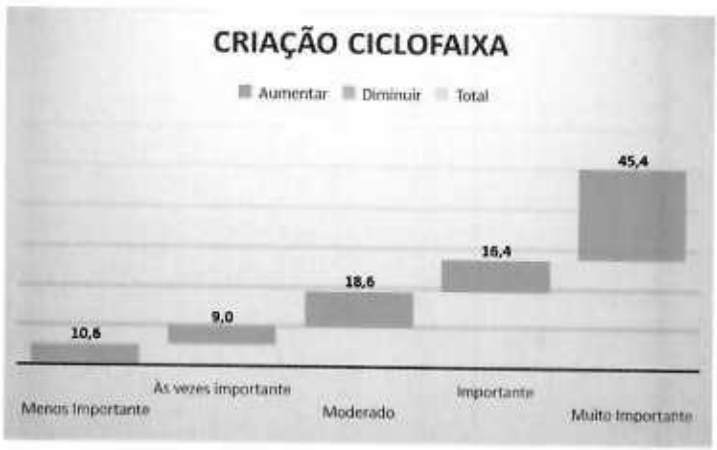
E. CRIAÇÃO DA GUARDA MUNICIPAL.



F. CONSTRUÇÃO DA UBS CARNEIRINHOS.



G. CONSTRUÇÃO DE CICLOFAIXAS.



Em relação aos projetos estruturantes temos os seguintes dados, em ordem de prioridade:

1. Construção da UBS Carneirinhos: 61,6%;
2. Finalização da creche do José de Alencar: 58,2%
3. Criação de Ciclofaixas: 45,4%
4. Criação da Guarda Municipal: 44,3%
5. Revitalização do "Bem Viver": 38,2%
6. Construção do Parque do Areão: 29,5%
7. Construção da nova sede da VISA e SETTRAN: 13,9%

Por todo o exposto, a consulta pública forneceu material suficiente para que o poder executivo municipal tenha dados confiáveis e cientificamente calculados para registrar a percepção da população acerca de entraves públicos, o que permitirá que tais problemas

sejam incorporados à agenda de políticas públicas a serem implementadas em âmbito local.

Para os exercícios de 2024 a 2026, também foram apresentadas as metas de resultado primário e nominal, os quais foram calculados, utilizando-se forma e metodologia técnicas, tendo como parâmetros o índice de inflação e crescimento do PIB do Estado, divulgados pela Fundação João Pinheiro e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/ Banco Central do Brasil.

O resultado primário proposto para 2024 foi demonstrado em anexo específico, constante do presente projeto e foram seguidas as técnicas determinadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, através de seu Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF. Para fins de apuração do resultado foi calculada a receita primária (receita total menos as receitas não primárias (rendimentos de aplicação, operação de crédito e alienação de bens)); e dela deduzida a despesa primária (despesa total menos as despesas não primárias (juros e amortização da dívida)).

Mesmo que especialistas apontem um menor dinamismo da economia brasileira em razão da recuperação heterogênea após a pandemia, vislumbramos através da presente conjetura municipal um cenário otimista para nossa cidade em razão dos ações municipais para alavancagem de seus recursos próprios e realização de grandes obras de importantes empresas aqui instaladas, porém sempre conscientes de que a gestão exigirá um planejamento austero e prudente na condução das despesas públicas.

Para a projeção das receitas para 2024, tomamos como base as realizadas no exercício de 2022, no período compreendido entre março e dezembro, somadas àquelas realizadas nos meses de janeiro a março de 2023, no produto apurado aplicamos a inflação e crescimento do PIB Nacional. Apurados os respectivos valores adequamos àquelas que possivelmente terão crescimento diverso da metodologia aplicada considerando variáveis econômicas nacionais e as peculiaridades da economia local. Para os exercícios de 2025 e 2026, aplicamos a inflação e crescimento do PIB previstos projetados na metodologia de cálculo.

Da mesma forma foram projetadas as despesas, corrigindo-as para ajustes aos valores da receita projetada.

31 MAIO 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE 13

JOÃO MONLEVADE
PREFEITURA MUNICIPAL
Administração 2021 2024

Quanto ao resultado nominal, que se trata da diferença apurada do montante da dívida em um determinado exercício na relação com o imediatamente anterior, sua metodologia também seguiu o que determina a Secretaria do Tesouro Nacional - STN, através de seu Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF, conforme demonstrado em anexo próprio, constante do presente projeto.

Por tudo o que foi exposto nesta mensagem salientamos que nossa determinação é manter o equilíbrio fiscal do Município, com vistas à elevação da capacidade de investimentos, visando a movimentação de ações de governo, principalmente aquelas voltadas para os menos favorecidos, bem como o aumento da eficiência da máquina pública, com elevação da qualidade vida dos cidadãos e também dos serviços prestados.

Certo da atenção e compreensão dos ilustres vereadores no que concerne a análise e aprovação do referido projeto, subscrevo.

Atenciosamente,

Laércio José Ribeiro
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
Recebido em: 30 / 5 /23
Às 9 hs. 18 min.
Responsável

Exmo. Sr.
FERNANDO LINHARES PEREIRA
DD. Presidente da Câmara Municipal de
JOÃO MONLEVADE – MG

31 MAIO 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE 14

JOÃO MONLEVADE
PREFEITURA MUNICIPAL
Administração 2021-2024

PROJETO DE LEI Nº 1.348/2023

DE 30 DE MAIO DE 2023.

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
Recebido em: 30/5/23
Às 9 hs. 14 min.
Responsável

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2024, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE, faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei.

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR.

Art. 1°. Esta Lei estabelece em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, com observância das determinações da Lei Orgânica do Município, as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do Município, para o exercício financeiro de 2024, compreendendo:

I - As metas e as prioridades da Administração Pública Municipal;

II - Orientações básicas para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual;

III - Disposições relativas à dívida pública municipal;

IV - Disposições sobre a política de pessoal, os gastos com pessoal e encargos sociais;

V - As disposições sobre as alterações na legislação tributária;

VI - Equilíbrio entre receitas e despesas;

VII - Critérios e formas de limitação de empenho;

VIII - Normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

IX – Estabelecimento de normas para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

X – Normatização do auxílio do Município para o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;

XI - Parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;

XII - Critérios para início de novos projetos;

XIII - Critérios para participação popular no processo de elaboração e aprovação da Lei Orçamentária Anual;

XIV – Regras para promoção de alterações orçamentárias; e

XV - As disposições gerais.

CAPÍTULO I
DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

Art. 2°. Em consonância com o art.165, § 2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2024, são as apontadas no Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei, das quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual de 2024 e na sua execução, as obrigatórias e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram o Orçamento Fiscal. Observada a lei do Plano Plurianual.

§ 1°. O orçamento será elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do **caput**.

§ 2°. Em atendimento ao disposto no art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, integram a presente Lei os seguintes Anexos:

I - Anexo de Metas Fiscais;

II - Anexo de Riscos Fiscais.

§ 3°. O Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei, não se constitui como limite à programação das despesas.

CAPÍTULO II
DAS ORIENTAÇÕES BÁSICAS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA.

Art. 3°. Para fins do disposto nesta Lei e na Lei Orçamentária de 2024, entende-se por:

I - Órgão orçamentário, que representa os Poderes e suas autarquias, o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

II - Unidade orçamentária, nível médio da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar subunidades orçamentárias;

III - Subunidade orçamentária, o menor nível médio da classificação institucional:

IV – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

V – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

VI – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

VII - Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

VIII – Produto, o bem ou serviço que resulta da ação orçamentária;

IX - Concedente: o órgão ou a entidade da Administração Pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

X – Convenente: o órgão ou a entidade da Administração Pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais ou municipais e as entidades privadas, com os quais a Administração pactue a transferência de recursos financeiros.

§ 1°. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2°. Cada atividade, projeto e operação especial, deve identificar a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3°. As atividades que possuem a mesma finalidade devem ser identificadas com um único código, independente da unidade executora;

§ 4°. Cada projeto constará somente em uma unidade orçamentária e em um só programa.

§ 5°. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por órgãos, unidades e subunidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual.

§ 6°. A Modalidade de Aplicação (MA), conforme determinações e conceitos da Portaria Interministerial n° 163, de 04 de maio de 2001, destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - Diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário;

II - Indiretamente, mediante transferência, para outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou, ainda, por entidades privadas; ou

III - indiretamente, mediante delegação, para outros entes da Federação ou consórcios públicos para a aplicação de recursos em ações de responsabilidade exclusiva do Município.

§ 7°. A especificação da modalidade de que trata o § 6° observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - Transferências a Estados e ao Distrito Federal (Modalidade de Aplicação 30);

II - Transferências a Municípios (Modalidade de Aplicação 40);

III - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (Modalidade de Aplicação 50);

IV - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos (Modalidade de Aplicação 60);

V - Transferências a Consórcios Públicos (Modalidade de Aplicação 71);

VI - Aplicações Diretas (Modalidade de Aplicação 90); e

VII - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe (Modalidade de Aplicação 93).

VIII – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente não Participe (Modalidade de Aplicação 94).

Art. 4°. O orçamento discriminará a despesa por subunidade orçamentária, em nível de elementos, conforme artigo 15 da Lei nº 4.320/64, detalhada por categoria de programação com suas respectivas dotações, especificando a modalidade de aplicação e os grupos de despesa a seguir discriminadas:

I - Pessoal e encargos sociais;

II - Juros e encargos da dívida;

III - Outras despesas correntes;

IV - Investimentos;

V - Inversões financeiras; e

VI - Amortização da dívida.

Parágrafo único. Discriminará, ainda, a fonte de recursos que está intrinsecamente ligada à classificação orçamentária a que pertencer.

Art. 5°. O orçamento fiscal compreenderá a programação dos Poderes do Município, suas autarquias e fundos especiais, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser consolidada no órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo.

Art. 6°. O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, será constituído de:

I - Texto da lei;

II - Documentos referenciados nos artigos 2º e 22, da Lei Federal 4.320/64;

III - Quadros orçamentários consolidados;

IV - Anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

V - Demonstrativo e documentos previstos no art. 5º da Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no **caput**, os seguintes demonstrativos:

I - Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o art. 2º, inciso IV da Lei Complementar 101/2000;

II - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do Ensino e no Ensino Fundamental, para fins do atendimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, nos termos da lei 14.113, de 25 de dezembro de 2020;

IV - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins de atendimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000, e Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012;

V - Demonstrativo de despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar 101/2000.

VI – A mensagem que deverá conter:

a) Resumo dos valores destinados para execução de cada programa;

b) Metodologia de cálculo utilizada para fixação da receita e despesa;

c) Demonstrativo sintético das principais receitas;

d) Resultado primário proposto; e

e) Síntese das despesas obrigatórias, originadas de disposições constitucionais e legais, com no mínimo demonstração dos percentuais propostos.

Art. 7°. A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do Projeto de Lei Orçamentária, serão elaboradas em valores correntes do exercício de 2023, projetadas a partir de índices e da metodologia constantes dos Anexos da presente lei.

Parágrafo único. O Projeto de Lei Orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8°. O Poder Executivo colocará à disposição do Legislativo Municipal, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subseqüente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo, conforme estabelece o art. 12, § 3º da Lei Complementar 101/2000.

Art. 9°. O Poder Legislativo encaminhará, ao órgão do Poder Executivo, responsável pela elaboração do orçamento do Município, até 31 de agosto de 2023, sua proposta orçamentária, para fins de consolidação do projeto de Lei Orçamentária.

Art. 10. Na programação não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre receitas e despesas.

CAPÍTULO III
DA DÍVIDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO.

Art. 11. A Lei Orçamentária discriminará, no órgão responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal, bem como da dívida fundada por contrato.

§ 1°. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública municipal submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Geral do Município.

§ 2°. Os recursos alocados para fins previstos no **caput** só poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, se ficar comprovado que os mesmos não serão necessários para pagamento dos precatórios assumidos.

Art.12. A administração da dívida pública do Município tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o seu montante e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

Parágrafo único. Serão garantidos, na Lei Orçamentária Anual, recursos para pagamento de juros e amortização da dívida.

Art.13. Na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2024, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas e nas autorizações concedidas até a data do encaminhamento do respectivo projeto de lei à Câmara Municipal.

Art. 14. Na Lei Orçamentária Anual poderá conter autorização para contratação de operações de crédito, subordinando-se às normas estabelecidas na Resolução 43/2001 do Senado Federal e suas alterações.

Art. 15. A Lei Orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução 43/2001 do Senado Federal.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE PESSOAL.

Art. 16. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constitucional Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, fica autorizada a concessão de vantagens, aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17

da Lei Complementar 101/2000, até o montante das quantidades e limites orçamentários constantes do anexo discriminativo específico da Lei Orçamentária de 2024.

§ 1°. Além de observar as normas do **caput**, no exercício financeiro de 2024, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20, da Lei Complementar 101/2000.

§ 2°. Se a despesa total com pessoal ativo e inativo ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar 101/2000, aplicar-se-ão as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

§ 3°. Os Poderes, Executivo, Legislativo, suas Autarquias e Fundações, tem como limite para projeção de suas despesas com pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento vigente em julho de 2023.

§ 4°. Não constituem despesas com pessoal e encargos sociais, ainda que processadas em folha de pagamento, as verbas de caráter indenizatório definidas em lei.

§ 5°. Fica assegurada a revisão anual dos servidores, conforme preceitua o art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

Art. 17. No exercício de 2024, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, e no artigo 19, desta Lei, somente poderão ser admitidos servidores se houver prévia dotação orçamentária em quantum suficiente para o atendimento da despesa e, ainda, se existirem cargos e empregos públicos a serem preenchidos.

Parágrafo único. Ficam os Poderes, Executivo e Legislativo, suas Autarquias e Fundações, autorizados a realizar concurso público, podendo para tanto contratar empresa ou fundação especializadas.

Art. 18. Se durante o exercício de 2024 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar 101/2000, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. As situações previstas no **caput**, que exijam a realização de serviços extraordinários deverão ser justificadas pelo órgão e submetidas, no âmbito

do Poder Executivo ao Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo ao Presidente da Câmara, no âmbito das autarquias, deverão ser submetidas ao seu representante.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA.

Art. 19. A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2024, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I - Aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário- administrativos, visando à racionalização, simplificação e celeridade;

II - Aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

III - Aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio de revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

IV - Aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 20. A estimativa da receita de que trata o artigo 19 levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I – Atualização da planta genérica de valores do Município;

II – Procedimento do recadastramento imobiliário;

III - Instituição de novos tributos ou modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos;

IV - Revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;

V - Revisão da legislação sobre uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

VI - Revisão da legislação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;

VII - Revisão da legislação do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - ITBI;

VIII - Revisão da legislação sobre as taxas pela prestação de serviços e pelo exercício do Poder de Polícia; e

IX - Revisão da legislação que trata das isenções dos tributos municipais;

Art. 21. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado, se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo único. Aplica-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no **caput**.

Art. 22. Na estimativa das receitas do projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

CAPÍTULO VI
DO EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS.

Art. 23. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constantes desta Lei.

Art. 24. Os projetos de leis que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2024 deverão estar acompanhados

de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2024 a 2025, com respectiva memória de cálculo.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 25. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I - Para elevação das receitas;

a) A implementação das medidas previstas nos artigos 19 e 20 desta Lei;

b) Atualização e informatização do cadastro imobiliário;

c) Promoção de cobranças administrativas para os contribuintes em geral, inscritos na dívida ativa;

d) Recuperação de créditos inscritos em dívida ativa através de programas de recuperação fiscal – REFIS, devidamente autorizados em lei.

II - Para redução das despesas:

a) Normatização de rotinas e procedimentos de compras;

b) Implantação de rigorosa rotina de pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;

c) Implantação rigorosa de controle dos bens de consumo e dos serviços contratados; e

d) Racionalização dos diversos serviços da administração.

Art. 26. Na programação da despesa não poderão:

I – Serem fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a se evitar a quebra do equilíbrio orçamentário entre receita e a despesa;

II - Ser incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão.

Art. 27. Na Lei Orçamentária Anual deverá conter Reserva de Contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, equivalente a no máximo de 1% (um por cento) da receita corrente líquida, prevista na proposta

orçamentária de 2024 destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 28. A Reserva de Contingência, caso não seja utilizada até o final do mês de setembro do exercício fiscal, poderá constituir recurso para a abertura de créditos adicionais.

CAPÍTULO VII
DOS CRITÉRIOS E FORMAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO.

Art. 29. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no **caput** do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar 101/00, o Poder Executivo promoverá limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais, calculado de forma proporcional ao total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária de 2024, em cada um dos citados conjuntos, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1°. Excluem-se do **caput** as despesas que constituem obrigação constitucional e legal de execução e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida, e aquelas suportadas com recursos originados de doações e de convênios, e ainda aquelas relativas:

I - Programa de alimentação escolar;

II - Despesas com saúde, relativas à:

a) Manutenção dos serviços de atenção básica;

b) Manutenção dos serviços de média e alta complexidade, prestados pelo Município;

c) Manutenção da assistência farmacêutica (farmácia básica);

d) Manutenção da vigilância em saúde.

III Pessoal e encargos sociais;

IV Transporte escolar; e

V Sentenças Judiciais.

§ 2°. A limitação da despesa deverá obedecer aos limites da nova estimativa de receita que será realizada pelo Executivo Municipal, através de seu segmento

administrativo responsável e, encaminhada às suas diversas unidades administrativas, e também ao Poder Legislativo para seu conhecimento.

§ 3°. Deverá, ainda, a nova estimativa de receita ser objeto de ampla divulgação, inclusive na internet, para conhecimento de todos.

CAPÍTULO VIII
DAS NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DOS PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS DOS ORÇAMENTOS.

Art. 30. O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultado de ações de governo.

Art. 31. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1°. A Lei Orçamentária de 2024 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas.

§ 2°. Merecerá destaque o aprimoramento de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3°. O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos.

§ 4°. O controle de custos será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

CAPÍTULO IX
DAS ALTERAÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA.

Art. 32. A abertura de créditos adicionais suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedido de justificativa, nos termos da Lei nº 4.320/64.

§ 1°. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais, exposição de motivos circunstanciados, que os justifiquem e que indiquem, quando tiverem como recursos a anulação de dotações, as consequências causadas na execução das atividades e dos projetos que tiverem seus recursos reduzidos.

§ 2°. Cada projeto de lei deverá restringir-se a uma única modalidade de crédito adicional.

§ 3°. Na Lei Orçamentária deverá conter autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, no valor correspondente a 30% (trinta por cento), do valor total fixado para as despesas, com utilização de recursos originados da anulação de dotações constantes do orçamento;

§ 4°. Na abertura de créditos adicionais autorizados na forma do § 3°, poderá ser criada nova modalidade de aplicação, elementos de despesas e/ou fontes de recursos dentro das ações constantes da Lei Orçamentária, e seus valores serão computados na apuração do limite estabelecido.

Art. 33. Além do limite estabelecido no § 3º, do art. 32, constará também autorização para abertura de créditos no valor correspondente a 30% (vinte por cento), do valor total fixado para as despesas, da seguinte forma:

I - 20% (vinte por cento), com recursos originados do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior; e

II - 10% (dez por cento), com recursos originados do excesso de arrecadação verificado no exercício.

§ 1°. Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, a exposição de motivos conterá a memória de cálculo da atualização das estimativas de receitas para o exercício.

§ 2°. Na abertura de créditos adicionais autorizados na forma do **caput**, poderá ser criada nova modalidade de aplicação, elementos de despesas e/ou fontes de

recursos dentro das ações constantes da Lei Orçamentária, e seus valores serão computados na apuração do limite estabelecido nos incisos I e II.

Art. 34. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício financeiro, no limite de seus saldos, conforme disposto no art. 167 § 2º da Constituição Federal, será efetivada, mediante decreto do Poder Executivo, e serão incorporados no exercício financeiro, com utilização dos recursos previstos no artigo 43 da Lei nº 4.320/ 1964.

CAPÍTULO X
DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A ENTIDADES PÚBLICAS, PRIVADAS E PESSOAS FÍSICAS.

Art. 35. Na realização de ações de competência do Município, poderá este adotar a estratégia de transferir recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, observadas as seguintes disposições:

I – Subvenções sociais, conforme disposto no artigo 16 da Lei 4.320/64, serão concedidas para entidades sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde e educação, cujos serviços colocados à disposição da população se revelem mais econômicos para o Município;

II – Contribuições, as transferências realizadas para atender despesas de manutenção de entidades privadas sem fins lucrativos que não se enquadram nas áreas de atuação definidas no inciso I. Para as quais não correspondam a contraprestação direta de bens e serviços e não sejam reembolsável pelo recebedor. A contribuição poderá ocorrer como transferência corrente ou de capital; e

III – Auxílios, as transferências realizadas para entidades privadas sem fins lucrativos destinadas às despesas de investimentos e inversões financeiras, independentemente de contraprestação direta de bens ou serviços.

Parágrafo único. As transferências serão realizadas através de parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, fomento ou em acordos de cooperação, observadas as normas estabelecidas na Lei 13.019/14, no que couber.

Art. 36. A transferência de recursos a prevista no artigo 35, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - De atendimento direto e gratuito ao público na área de educação, e sejam voltadas para a:

a) Educação especial; ou

b) Educação básica;

II - De atendimento direto e gratuito ao público na área de saúde;

III - De atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social, que se destinem a:

a) Idosos, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;

b) Habilitação, reabilitação e integração da pessoa com deficiência ou doença crônica; ou

c) Acolhimento a vítimas de crimes violentos e seus familiares;

IV – Destinadas às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para aplicação dos recursos;

V – Destinadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, violação de direitos ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, nos casos em que ficar demonstrados o interesse público;

VI – Com atuação na área de segurança pública;

VII – Com atuação na área de promoção da habitação para pessoas carentes;

VIII – Com atuação na área de fomento econômico, industrial, comercial e de agricultura;

IX – Com atuação na área representativa comunitária; e

X – Com atuação nas áreas culturais e desportivas.

Art. 37. Sem prejuízo das disposições do artigo 36, a transferência de recursos prevista na Lei 4.320/64, à entidade privada sem fins lucrativos, dependerá da justificação pela unidade concedente de que a entidade complementa de forma

adequada os serviços de competência do setor público e, ainda, de que no caso de recursos de capital serão os mesmos aplicados exclusivamente em:

I - Aquisição e instalação de equipamentos, e obras de adequação física necessárias à instalação dos referidos equipamentos;

II - Aquisição de material permanente; e

III - Construção, ampliação ou conclusão de obras;

Art. 38. Para recebimento de recursos deverá a entidade privada comprovar:

I – A regularidade do mandato de sua diretoria, inscrição no CNPJ e apresentação de declaração de funcionamento regular de pelo menos 1 (um) ano, emitida no exercício de 2023;

II – A manutenção de escrituração contábil regular;

III – Sua regularidade fiscal, através de apresentação de pelo menos: certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

IV - A capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades, com informações acerca da quantidade e qualificação profissional de seu pessoal; e

V – Que no seu quadro de dirigentes não consta agente político dos Poderes Executivo, Legislativo, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, seu cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

Art. 39. Não se aplicam as exigências da Lei 13.019/14 às transferências de recursos a entidades de direito privado, nas seguintes hipóteses:

I - Às transferências de recursos homologadas pelo Congresso Nacional ou autorizadas pelo Senado Federal naquilo em que as disposições conflitarem com a Lei 13.019/14;

II - Aos contratos de gestão celebrados com organizações sociais, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei 9.637/98;

III - Aos convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do §1º do art. 199 da Constituição Federal;

IV - Aos termos de compromisso cultural, referidos no § 1º do art. 9º da Lei 13.018/14;

V - Aos termos de parceria celebrados com organizações da sociedade civil de interesse público, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei nº 9.790/99;

VI – Às transferências referidas no artigo 2° da Lei 10.845/04 (PAED) e nos artigos 5° e 22 da Lei 11.947/09 (PDDE)

VII - Aos pagamentos realizados a título de anuidades, contribuições ou taxas associativas em favor de organismos internacionais ou entidades que sejam obrigatoriamente constituídas por:

a) Membros de Poder ou do Ministério Público;

b) Dirigentes de órgão ou de entidade da administração pública;

c) Pessoas jurídicas de direito público interno;

d) Pessoas jurídicas integrantes da administração pública;

VIII - Às parcerias entre a administração pública e os serviços sociais autônomos.

Art. 40. Não se aplica às parcerias regidas pela Lei 13.019/2014, aplicando-se aos pactos o instrumento de convênio:

I - Entre entes federados ou pessoas jurídicas a eles vinculadas;

II - Decorrentes da aplicação do disposto no inciso IV do art. 3º da Lei 13.019/14.

Art. 41. A entidade privada beneficiada com recursos públicos a qualquer título submeter-se-á à fiscalização do Poder Executivo Municipal com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 42. As transferências de recursos às entidades deverão ser precedidas da aprovação de plano de aplicação e da celebração de pacto, nos termos estabelecidos na legislação vigente.

§1°. Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização do plano de aplicação executado com recursos transferidos pelo Município.

§2°. É vedada a celebração de novo pacto com entidades em situação irregular com o Município, em decorrência de transferências feitas anteriormente.

Art. 43. É vedada a destinação, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas,

ressalvadas as que atendam as exigências do art. 26 da Lei Complementar 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único. As normas do caput deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas, custeadas com recursos do Sistema Único de Saúde - SUS, com a finalidade de tratamento fora do domicílio.

Art. 44. As transferências de recursos financeiros de um órgão para outro, inclusive da Prefeitura Municipal para os órgãos da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, ficam limitadas ao valor previsto na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. No caso da transferência para o Legislativo cumprir-se-á ao limite estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, devendo seu respectivo orçamento ser adequado, através de lei específica, quando fixado em valores maiores que os limites constitucionais.

CAPÍTULO XI
DA AUTORIZAÇÃO PARA O MUNICÍPIO AUXILIAR NO CUSTEIO DE DESPESAS ATRIBUÍDAS A OUTROS ENTES DA FEDERAÇÃO.

Art. 45. A transferência de recursos, consignada na Lei Orçamentária Anual do Município, para a União, o Estado ou outro município, a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas somente em situações que fique comprovado o interesse local, e serão efetivadas exclusivamente mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, atendidos os dispositivos constantes dos artigos 25 e 62 da Lei Complementar 101/2000.

CAPÍTULO XII
DOS PARÂMETROS PARA A ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO.

Art. 46. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2024, as metas bimestrais de arrecadação,

a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 8º e 13 da Lei Complementar 101/2000.

§ 1°. A programação financeira do Poder Legislativo corresponderá a 1/12 (um doze avos) do valor total a ser repassado, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal.

§ 2°. Do cumprimento do estabelecido no **caput** o Poder Executivo deverá dar publicidade, com a utilização dos meios de publicações estabelecidos na Lei Orgânica do Município, e ainda, pela internet.

§ 3°. A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata o **caput** deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecido nesta Lei.

CAPÍTULO XIII
DA DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA INÍCIO DE NOVOS PROJETOS.

Art. 47. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária de 2024 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I - Estiverem compatíveis com o Plano Plurianual e com as normas desta Lei;

II - Tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;

III - Estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

IV – Estiverem preservados os recursos alocados para a contrapartida de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2024, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2023.

CAPÍTULO XIV
DA PARTICIPAÇÃO POPULAR.

Art. 48. O projeto de Lei Orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2024 deve assegurar o controle social e transparência na execução do orçamento;

I - O controle social implica em assegurar a todo cidadão a participação nas ações da administração municipal;

II - A transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 49. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

I - Elaboração e discussão da proposta orçamentária de 2024 mediante regular processo de consulta; e

II - Avaliação das metas fiscais, conforme definido no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas na Lei.

CAPÍTULO XV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

Art. 50. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar 101/2000:

I - As exigências nele contidas integrarão o processo administrativo de licitação, bem como, os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3° do art. 182 da Constituição Federal;

II - No que tange ao seu § 3°, entende-se como despesa irrelevante aquelas cujo valor não ultrapasse, os limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei 14.133, 1° de abril de 2021, para obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores e para outros serviços e compras, respectivamente;

III - no que se refere ao disposto no seu § 1°, inciso I, na execução das despesas na antevigência da Lei Orçamentária Anual de 2024, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do respectivo Projeto de Lei; e

IV - Os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2024 poderão ser utilizados para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

Art. 51. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem a comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará tempestivamente os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do **caput**.

Art. 52. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária Anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 53. É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação Ilimitada.

Art. 54. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento das despesas orçamentárias, sem que seja acompanhado da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, definida no art. 16 da Lei Complementar 101/2000 e da indicação das fontes de recursos, ressalvado o inciso II do art. 49.

Art. 55. A receita derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público, não poderá ser utilizada para financiamento de despesa corrente, exceto se destinada por lei ao regime de previdência social geral.

Art. 56. O Poder Executivo, por intermédio do órgão responsável pela administração de pessoal, publicará, até a data de encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2024 a tabela de cargos efetivos e comissionados

integrantes do quadro geral dos servidores municipais, assim como das funções públicas existentes no âmbito do Município.

Parágrafo único. O Poder Legislativo, através de órgão próprio, deverá observar as mesmas disposições de que trata o **caput**.

Art. 57. Se o Poder Legislativo não enviar para sanção o Projeto da Lei Orçamentária Anual, até 31 de dezembro de 2023, fica o Poder Executivo autorizado, a executar a programação dele constante para o atendimento das seguintes despesas:

I - Pessoal e encargos sociais;

II – Pagamento do serviço da dívida; e

III – Despesas de caráter continuado nas áreas de educação, assistência social, saúde e urbanismo; e

IV - Outras despesas correntes de caráter inadiável, até o limite de um doze avos do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária de 2023, multiplicado pelo número de meses decorridos até a data de publicação da respectiva Lei;

Art. 58. Compõem a presente Lei os seguintes Anexos:

I - Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências;

II - Metas Fiscais – Demonstrativo das Metas Anuais;

III - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das metas Fiscais do Exercício Anterior;

IV - Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Últimos Exercícios;

V - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;

VI - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VII – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

VIII - Demonstrativo de Expansão das Despesas de Caráter Continuado;

IX- Demonstrativo da Memória de Cálculo da Projeção da Receita para o Período de 2024 a 2026;

X – Demonstrativo do Total das Despesas e Memória de Cálculo para o período de 2024 a 2026;

XI - Demonstrativo da Receita Primária e Memória de Cálculo para o Período de 2024 a 2026;

XII - Demonstrativo do Resultado Primário e Memória de Cálculo para o Período de 2024 a 2026;

XII – Montante da Dívida Pública;

XIII – Resultado Nominal;

XIV - Demonstrativo das Prioridades e Metas para o exercício de 2024; e

XV – Anexo de Metodologia e Premissas utilizadas.

Art. 59. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

João Monlevade, 30 de maio de 2023.

Laércio José Ribeiro
Prefeito Municipal

Aprovado em Turno Único
Sessão do dia 12/07/23
Presidente da Câmara
Fernando Linhares Pereira
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
Recebido em: 31/5/23
Às 9 hs. 18 min.
Responsável

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

ARF (LRF, art 4º_, § 3º)

R$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais contra ao ente federativo.	500.000,00	Abertura de crédito adicional a partir da reserva de contigência	500.000,00
Recuperação ambiental e assistência a catástrofes	2.000.000,00	Abertura de crédito adicional a partir da reserva de contigência	2.000.000,00
Outros Passivos Contingentes	500.000,00	Abertura de crédito adicional a partir de reserva de contigência	500.000,00
SUBTOTAL	3.000.000,00	SUBTOTAL	3.000.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustação de Arrecadação	2.000.000,00	Cancelamento de despesas discricionárias	2.000.000,00
Discrepância de Projeções	3.000.000,00	Cancelamento de despesas discricionárias	3.000.000,00
SUBTOTAL	5.000.000,00	SUBTOTAL	5.000.000,00
TOTAL	8.000.000,00	TOTAL	8.000.000,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2023 , às 11:00:12

O Anexo de Riscos Fiscais compreende os Passivos Contingentes e Demais Riscos Fiscais Passivos capazes de afetar as contas públicas. Será alocado no Orçamento Fiscal, a título de Reserva de Contingência, nos termos do inciso III do art. 5º, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, que poderá ser utilizado para atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, bem como poderá ser utilizado para suplementação de dotações que demonstrem insuficientes no decorrer do exercício. São denominados passivos contingentes os riscos decorrentes de contenciosos judiciais e contratuais que podem acarretar o aumento da dívida pública, tais como: ações trabalhistas, indenizatórias, de desapropriação, entre outras. Por se tratarem de passivos alocados no orçamento, os precatórios não se enquadram no conceito de Risco Fiscal, conforme estabelecido no § 1º do art. 100 da Constituição Federal. Consideram-se riscos fiscais imprevisíveis as situações de emergência, calamidade pública, frustração de arrecadação ou extinção de uma determinada receita prevista, crises financeiras de impacto nacional, entre outras, que sejam capazes de afetar as metas de resultado primário. Na ocorrência destes eventos danosos, o Município poderá fazer uso da reserva de contingência, assim como deverá promover limitação de empenhos e movimentação financeira de despesas discricionárias, tais como: anulação de dotações previstas (quando não comprometidas) para realização de investimentos e redução das despesas de custeio administrativo.

31 MAIO 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE 39

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art 4º, § 1º)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2024				2025				2026			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) X 100	% RCL (a / RCL) X 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) X 100	% RCL (b / RCL) X 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) X 100	% RCL (c / RCL) X 100
Receita Total	435.000.000,00	418.108.419,84	0,046	106,098	465.000.000,00	429.753.349,30	0,048	107,639	500.000.000,00	444.327.142,08	0,051	108,696
Receitas Primárias (I)	412.274.297,46	396.265.184,03	0,043	100,555	444.574.358,39	410.875.955,98	0,046	102,911	478.317.789,83	425.059.153,12	0,049	103,982
Receitas Primárias Correntes	404.939.526,47	389.215.231,13	0,042	98,766	437.118.405,46	403.985.158,69	0,045	101,185	470.522.347,58	418.131.699,97	0,048	102,287
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	74.955.181,71	72.044.580,65	0,008	18,282	81.444.956,57	75.271.490,04	0,008	18,853	84.247.380,64	74.866.795,74	0,009	18,315
Contribuições	8.238.672,90	7.918.755,19	0,001	2,009	8.708.277,26	8.048.196,39	0,001	2,016	9.204.649,06	8.179.750,82	0,001	2,001
Transferências Correntes	279.968.358,10	269.096.845,54	0,029	68,285	301.391.212,50	278.545.984,99	0,031	69,766	327.661.493,58	291.177.790,02	0,033	71,231
Demais Receitas Primárias Correntes	41.777.313,76	40.155.049,75	0,004	10,190	45.573.959,13	42.119.487,26	0,005	10,550	49.408.824,30	43.907.363,39	0,005	10,741
Receitas Primárias de Capital	7.334.770,99	7.049.952,89	0,001	1,789	7.455.952,93	6.890.797,30	0,001	1,726	7.795.442,25	6.927.453,15	0,001	1,695
Despesa Total	435.000.000,00	418.108.419,84	0,046	106,098	465.000.000,00	429.753.349,30	0,048	107,639	500.000.000,05	444.327.142,12	0,051	108,696
Despesas Primárias (II)	427.292.103,73	410.699.830,58	0,045	104,218	456.609.753,63	421.999.077,31	0,047	105,697	491.505.609,66	436.778.565,71	0,050	106,849
Despesas Primárias Correntes	380.129.737,51	365.368.836,52	0,040	92,715	406.775.836,53	375.942.533,69	0,042	94,161	438.904.230,28	390.034.124,57	0,045	95,414
Pessoal e Encargos Sociais	198.296.683,49	190.596.581,59	0,021	48,365	212.039.069,03	195.966.666,88	0,022	49,083	230.162.797,55	204.535.156,10	0,023	50,035
Outras Despesas Correntes	181.833.054,02	174.772.254,92	0,019	44,350	194.736.767,50	179.975.866,81	0,020	45,078	208.741.432,73	185.498.968,48	0,021	45,379
Despesas Primárias de Capital	47.162.366,22	45.330.994,06	0,005	11,503	49.833.917,10	46.056.543,62	0,005	11,536	52.601.379,38	46.744.441,14	0,005	11,435
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Resultado Primário (III) = (I – II)	(15.017.806,27)	(14.434.646,55)	-0,002	-3,663	(12.035.395,24)	(11.123.121,32)	-0,001	-2,786	(13.187.819,83)	(11.719.412,59)	-0,001	-2,867
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	13.829.006,15	13.292.008,99	0,001	3,373	14.635.833,50	13.526.448,31	0,002	3,388	15.476.883,01	13.753.598,3	0,002	3,365
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V))	(1.188.800,12)	(1.142.637,56)	0,000	-0,290	2.600.438,26	2.403.326,99	0,000	0,602	2.289.063,18	2.034.185,80	0,000	0,498
Dívida Pública Consolidada	22.235.423,96	21.371.995,35	0,002	5,423	23.274.843,13	21.510.627,50	0,002	5,388	24.373.509,19	21.659.623,36	0,002	5,299
Dívida Consolidada Líquida	(99.988.897,68)	(96.106.206,92)	-0,010	-24,388	(102.403.264,84)	(94.641.174,29)	-0,011	-23,704	(106.126.250,94)	(94.309.547,56)	-0,011	-23,071
Receitas Primárias Advindas de PPP (VII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias Advindas de PPP (VIII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Impacto do Saldo das PPP (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 25/05/2023 , às 10:14:42

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2024	2025	2026
PIB real (crescimento % anual)	1,50	1,70	1,70
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	1,00	1,00	0,00
Câmbio (R$/U$$ - Final do Ano)	5,34	5,44	5,54
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,04	4,00	4,00
Projeção do PIB do Estado - R$ 1,00	954.000.000.000,00	970.000.000.000,00	985.000.000.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL	410.000.000,00	432.000.000,00	460.000.000,00

31 MAIO 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE - 40

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2024	2025	2026
Valor Corrente / 1,0404	Valor Corrente / 1,0820	Valor Corrente / 1,1253

De acordo com o § 1o do art. 4o da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, integrará o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias o Anexo de Metas Fiscais em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

O Demonstrativo de Metas Anuais, será acompanhado de análise dos principais dados apresentados, assim como de eventuais variações abruptas e outras que mereçam destaque. Também serão apresentadas as medidas que a Administração Pública pretende tomar visando a atingir as metas estabelecidas

31 MAIO 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE - 43

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS

31 MAIO 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE - 42

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, §2º , Inciso I)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2022 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2022 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	310.000.000,00	0,035	174,225	346.224.473,45	0,037	194,584	36.224.473,45	11,685
Receitas Primárias (I)	297.405.000,00	0,033	167,147	339.007.589,81	0,037	190,528	41.602.589,81	13,989
Despesa Total	310.000.000,00	0,035	174,225	342.150.176,87	0,037	192,294	32.150.176,87	10,371
Despesas Primárias (II)	305.400.000,00	0,034	171,640	336.224.473,45	0,036	188,964	30.824.473,45	10,093
Resultado Primário (III) = (I – II)	(7.995.000,00)	-0,001	-4,493	2.783.116,36	0,000	1,564	10.778.116,36	-134,811
Resultado Nominal	(6.500.000,00)	-0,001	-3,653	12.558.270,16	0,001	7,058	19.058.270,16	-293,204
Dívida Pública Consolidada	14.107.632,39	0,002	7,929	16.109.031,77	0,002	9,054	2.001.399,38	14,187
Dívida Consolidada Líquida	(83.912.453,78)	-0,009	-47,160	(83.961.550,68)	-0,009	-47,188	(49.096,90)	0,059

Nota: PIB Estadual Previsto e Realizado para 2022

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2022	890.000.000.000,00
valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2022	924.700.000.000,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 25/05/202

O Demonstrativo visa ao cumprimento do inciso I do § 2o do art. 4o da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, que tem por finalidade estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício financeiro do segundo ano anterior ao ano de referência da LDO, incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º, Inciso II)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	289.327.426,04	310.000.000,00	7,14	400.000.000,00	15,53	435.000.000,00	8,75	465.000.000,00	6,90	500.000.000,00	7,53
Receitas Primárias (I)	280.381.008,65	297.405.000,00	6,07	383.895.000,00	13,24	412.274.297,46	7,39	444.574.358,39	7,83	478.317.789,83	7,59
Despesa Total	227.696.530,94	310.000.000,00	36,15	400.000.000,00	16,91	435.000.000,00	8,75	465.000.000,00	6,90	500.000.000,05	7,53
Despesas Primárias (II)	253.552.998,69	305.400.000,00	20,45	393.500.000,00	17,04	427.292.103,73	8,59	456.609.753,63	6,86	491.505.609,66	7,64
Resultado Primário (III) = (I – II)	26.828.009,96	(7.995.000,00)	-129,80	(9.605.000,00)	-445,12	(15.017.806,27)	56,35	(12.035.395,24)	-19,86	(13.187.819,83)	9,57
Resultado Nominal	29.025.245,58	(6.500.000,00)	-122,39	(1.700.000,00)	-113,54	(1.188.800,12)	-30,07	2.600.438,26	-318,75	2.289.063,18	-11,97
Dívida Pública Consolidada	14.649.395,54	14.107.632,39	-3,70	20.899.768,24	29,74	22.235.423,96	6,39	23.274.843,13	4,67	24.373.509,19	4,72
Dívida Consolidada Líquida	(52.600.687,35)	(83.912.453,78)	59,53	(97.184.771,39)	15,75	(99.988.897,68)	2,88	(102.403.264,84)	2,42	(106.126.250,94)	3,64

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	325.056.412,02	329.220.000,00	13,12	400.000.000,00	8,79	418.108.419,84	4,53	429.753.349,30	2,79	444.327.142,08	3,39
Receitas Primárias (I)	315.005.203,33	315.844.110,00	14,29	383.895.000,00	6,63	396.265.184,03	3,22	410.875.955,98	3,69	425.059.153,12	3,45
Despesa Total	255.814.730,01	329.220.000,00	42,04	400.000.000,00	10,08	418.108.419,84	4,53	429.753.349,30	2,79	444.327.142,12	3,39
Despesas Primárias (II)	284.864.207,79	324.334.800,00	25,35	393.500.000,00	10,20	410.699.830,58	4,37	421.999.077,31	2,75	436.778.565,71	3,50
Resultado Primário (III) = (I – II)	30.140.995,54	(8.490.690,00)	-90,19	(9.605.000,00)	-424,97	(14.434.646,55)	50,28	(11.123.121,32)	-22,94	(11.719.412,59)	5,36
Resultado Nominal	32.609.567,35	(6.903.000,00)	-59,10	(1.700.000,00)	-112,75	(1.142.637,56)	-32,79	2.403.326,99	-310,33	2.034.185,80	-15,36
Dívida Pública Consolidada	16.458.446,47	14.982.305,60	3,94	20.899.768,24	22,16	21.371.995,35	2,26	21.510.627,50	0,65	21.659.623,36	0,69
Dívida Consolidada Líquida	(59.096.335,71)	(89.115.025,91)	50,88	(97.184.771,39)	8,99	(96.106.206,92)	-1,11	(94.641.174,29)	-1,52	(94.309.547,56)	-0,35

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
2021	2022	2023*	2024*	2025	2026
10,06	5,79	6,20	4,04	4,00	4,00

*Inflação Média (% anual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo IBGE.

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 25/05/2023 , às 10:16:24

31 MAIO 2023

Menu: LDO "Relatórios"

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE - CÂMARA MUNICIPAL 43

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31 MAIO 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
44

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R$ 1,00

PREFEITURA CONSOLIDADO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2022**	**%**	**2021**	**%**	**2020**	**%**
Patrimônio/Capital	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	498.377,65	0,145	2.178,30	0,001	0,00	0,000
Resultado Acumulado	342.389.075,30	99,855	287.591.278,53	99,999	229.050.869,15	100,000
Total	342.887.452,95	100%	287.593.456,83	100%	229.050.869,15	100%

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2022**	**%**	**2021**	**%**	**2020**	**%**
Patrimônio	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Total	0,00	100%	0,00	100%	0,00	100%

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/202

Patrimônio Público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

O Patrimônio Líquido representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Integram o Patrimônio Líquido o patrimônio, as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações em tesouraria, os resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial.

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

31 MAIO 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE - 45

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS

AMF - Demonstrativo 5 (lrf, art. 4º, §2º, inciso III)

R$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2022 (a)	2021 (b)	2020 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	**887.952,54**	**0,03**	**3,07**
Alienação de Bens Móveis	215.585,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	653.045,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	19.322,54	0,03	3,07
DESPESAS EXECUTADAS	**2022 (d)**	**2021 (e)**	**2020 (f)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	**30.673,04**	**0,00**	**0,00**
DESPESAS DE CAPITAL	**30.673,04**	**0,00**	**0,00**
Investimentos	30.673,04	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIAS	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência de Servidores	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	**2022 (g) = ((Ia - IId) + IIIh)**	**2021 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)**	**2020 (i) = ((Ic - IIf))**
VALOR (III)	**857.282,60**	**3,10**	**3,07**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/202

Em conformidade com o inciso III do § 2° do art. 4o da Lei de Responsabilidade Fiscal -LRF, a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, deve ser demonstrada.

É importante ressaltar o disposto no art. 44 da LRF, segundo o qual é vedada a aplicação de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei ao Regime Geral de Previdência Social ou aos RPPS. A LRF estabeleceu esse artigo objetivando preservar o patrimônio público, de forma a impedir que os valores provenientes da alienação de bens cubram despesas que deveriam ser suportadas por receitas correntes de forma a evitar que haja a dilapidação do patrimônio público. Todavia, o que se quer é impedir a alienação de bens sem contrapartida de novos investimentos.

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚCIA DA RECEITA

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)

R$ 1,00

Tributo	Modalidade	SETOR/PROGRAMA/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			Compensação
			2024	2025	2026	
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	Outros benefícios	Desconto por antecipação de pagamento.	1.800.000,00	1.900.000,00	2.000.000,00	Renúncia considerada na estimativa da receita, não afeta a meta fiscal.
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	Isenção	Isenção de IPTU para as famílias vítimas das chuvas em regiões alagadas - calamidade pública.	200.000,00	200.000,00	200.000,00	Renúncia considerada na estimativa da receita, não afetando a meta fiscal.
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora	Anistia	Redução de juros e multas para todos os contribuintes inscritos na dívida ativa inadimplentes através do refis.	300.000,00	300.000,00	300.000,00	Renúncia considerada na estimativa da receita, não afetando a meta fiscal.
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Principal	Concessão de isenção em caráter não geral	Isenção de tributos em geral para empreendimentos de alcance socioeconômicos e de habitação (geração de emprego e renda).	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	Renúncia considerada na estimativa da receita, não afetando a meta fiscal.
Total			3.300.000,00	3.400.000,00	3.500.000,00	-

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2023 , às 11:31:59

O Demonstrativo tem por objetivo dar transparência às renúncias de receita previstas no projeto de LDO, para uma melhor avaliação do seu impacto nas metas fiscais fixadas, além de orientar a elaboração da LOA considerando o montante das renúncias fiscais concedidas. Apesar de esse demonstrativo ter por base legal o art. 4°, § 2°, inciso V, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, ele visa a dar transparência também ao cumprimento dos requisitos exigidos para a concessão ou ampliação de benefícios de natureza tributária dispostos no art. 14 da LRF.

31 MAIO 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

46

Menu: LDO "Relatórios"

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
47
31 MAIO 2023

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)

R$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2024
Aumento Permanente da Receita	2.600.000,00
(-) Transferências Constituicionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	400.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente da Receita (I)	2.200.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I) + (II)	2.200.000,00
Saldo Utilizado Margem Bruta (IV)	1.800.000,00
Novas DOCC (Despesa Obrigatória de Carater Continuado)	1.800.000,00
Novas DOCC geradas PPP (Parceria Público-Privada)	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	400.000,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/202

O Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado visa ao atendimento do art. 4°, § 2°, inciso V, da LRF, informando os valores previstos de novas despesas obrigatórias de caráter continuado (DOCC) para o exercício a que se refere a LDO, deduzindo-as da margem bruta de expansão (aumento permanente de receita e redução permanente de despesa) .

O objetivo do Demonstrativo é dar transparência às novas DOCC previstas, se estão cobertas por aumento permanente de receita e redução permanente de despesa, para avaliação do impacto nas metas fiscais estabelecidas pelo ente além de orientar a elaboração da LOA considerando o montante das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado concedidas.

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
ARRECADADORA	315.062.583,48	387.751.465,74	83,84	436.712.000,00	27,01	470.304.826,78	1,07	502.807.435,42	-10,57	539.873.337,74	13,12
Receitas Correntes	305.622.848,93	372.462.264,87	21,87	419.212.000,00	12,55	454.073.359,40	8,32	489.561.674,40	7,82	525.872.568,33	7,42
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	43.189.426,42	59.963.714,87	38,84	75.783.400,00	26,38	74.955.181,71	-1,09	81.444.956,57	8,66	84.247.380,64	3,44
Impostos	41.989.721,58	58.298.363,01	38,84	74.257.000,00	27,37	73.099.419,21	-1,56	79.483.086,10	8,73	82.173.968,41	3,39
Impostos sobre o Patrimônio	4.294.826,15	17.314.255,61	303,14	20.866.000,00	20,51	22.705.409,63	8,82	24.444.617,98	7,66	25.340.307,61	3,66
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	1.199.745,90	13.377.594,99	1.015,04	15.865.000,00	18,59	17.249.109,81	8,72	18.734.309,07	8,61	19.361.511,09	3,35
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	0,00	10.507.356,64	0,00	13.000.000,00	23,72	14.000.000,00	7,69	15.300.000,00	9,29	15.730.000,00	2,81
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Pri	0,00	0,00	0,00	13.000.000,00	0,00	14.000.000,00	7,69	15.300.000,00	9,29	15.730.000,00	2,81
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Mu	49.423,61	55.294,31	11,88	65.000,00	17,55	62.593,16	-3,70	66.160,97	5,70	71.378,55	7,89
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Div	839.754,58	2.114.616,23	151,81	2.000.000,00	-5,42	2.393.745,57	19,69	2.530.189,07	5,70	2.674.409,85	5,70
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Mu	310.567,71	700.327,81	125,50	800.000,00	14,23	792.771,08	-0,90	837.959,03	5,70	885.722,69	5,70
Impostos sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis	3.095.080,25	3.936.660,62	27,19	5.001.000,00	27,04	5.456.299,82	9,10	5.710.308,91	4,66	5.978.796,52	4,70
Impost.sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direit.Re	3.095.080,25	3.936.660,62	27,19	5.000.000,00	27,01	5.456.299,82	9,13	5.710.308,91	4,66	5.978.796,52	4,70
Impost.sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direit.Re	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Naturez	5.388.266,00	7.905.498,25	46,72	8.056.000,00	1,90	10.949.024,02	35,91	11.459.118,39	4,66	12.998.288,13	13,43
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	5.388.266,00	7.905.498,25	46,72	8.056.000,00	1,90	10.949.024,02	35,91	11.459.118,39	4,66	12.998.288,13	13,43
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	5.337.800,87	7.849.904,84	47,06	8.000.000,00	1,91	10.886.092,28	36,08	11.392.599,54	4,65	12.927.977,71	13,48
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principa	5.337.800,87	7.849.904,84	47,06	8.000.000,00	1,91	10.886.092,28	36,08	11.392.599,54	4,65	12.927.977,71	13,48
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendim	50.465,13	55.593,41	10,16	56.000,00	0,73	62.931,74	12,38	66.518,85	5,70	70.310,42	5,70
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendiment	50.465,13	55.593,41	10,16	56.000,00	0,73	62.931,74	12,38	66.518,85	5,70	70.310,42	5,70
Impostos sobre a Produção e Circulação de Mercadorias e	22.990.837,18	33.078.609,15	43,88	45.335.000,00	37,05	39.444.985,56	-12,99	43.579.349,73	10,48	43.835.372,67	0,59
Impostos sobre Serviços	22.990.837,18	33.078.609,15	43,88	45.335.000,00	37,05	39.444.985,56	-12,99	43.579.349,73	10,48	43.835.372,67	0,59
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	22.990.837,18	33.078.609,15	43,88	45.335.000,00	37,05	39.444.985,56	-12,99	43.579.349,73	10,48	43.835.372,67	0,59
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Princ	22.753.935,08	32.585.845,65	43,21	45.000.000,00	38,10	38.887.177,28	-13,58	42.989.746,38	10,55	43.212.161,92	0,52
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Mult	1.663,98	4.854,84	191,76	5.000,00	2,99	5.495,68	9,91	5.808,93	5,70	6.140,04	5,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Divid	176.490,75	356.158,81	101,80	230.000,00	-35,42	403.171,77	75,29	426.152,56	5,70	450.443,26	5,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Mult	58.747,37	131.749,85	124,27	100.000,00	-24,10	149.140,83	49,14	157.641,86	5,70	166.627,45	5,70
Taxas	1.199.704,84	1.665.351,86	38,81	1.526.400,00	-8,34	1.855.762,50	21,58	1.961.870,47	5,72	2.073.412,23	5,69
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	204.379,58	295.264,65	44,47	326.400,00	10,54	340.000,67	4,17	359.710,21	5,80	379.928,84	5,62
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	203.453,27	294.611,90	44,81	275.000,00	-6,66	333.500,67	21,27	352.510,21	5,70	372.603,29	5,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	159.286,97	220.618,83	38,50	220.000,00	-0,28	249.740,52	13,52	263.975,73	5,70	279.022,35	5,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros d	805,34	3.216,02	299,34	5.000,00	55,47	3.640,53	-27,19	3.848,04	5,70	4.067,38	5,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	31.969,74	55.869,81	74,76	35.000,00	-37,35	63.244,62	80,70	66.849,56	5,70	70.659,98	5,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Juros de Mora d	11.391,22	14.907,24	30,87	15.000,00	0,62	16.875,00	12,50	17.836,88	5,70	18.853,58	5,70
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	926,31	652,75	-29,53	51.400,00	7.774,38	6.500,00	-87,35	7.200,00	10,77	7.325,55	1,74

Mem: LDO "Relatórios"

21 MAIO 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	926,31	652,75	-29,53	50.000,00	7.559,90	5.000,00	-90,00	5.700,00	14,00	5.825,55	2,20
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multas e Juros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multas e Juros	0,00	0,00	0,00	900,00	0,00	500,00	-44,44	500,00	0,00	500,00	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços	**995.325,26**	**1.370.087,21**	**37,65**	**1.200.000,00**	**-12,41**	**1.515.761,83**	**26,31**	**1.602.160,26**	**5,70**	**1.693.483,39**	**5,70**
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral	**995.325,26**	**1.370.087,21**	**37,65**	**1.200.000,00**	**-12,41**	**1.515.761,83**	**26,31**	**1.602.160,26**	**5,70**	**1.693.483,39**	**5,70**
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	877.158,63	1.097.177,79	25,08	1.000.000,00	-8,86	1.206.828,37	20,68	1.275.617,59	5,70	1.348.327,79	5,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros	6.036,14	9.184,42	52,16	8.000,00	-12,90	10.396,76	29,96	10.989,38	5,70	11.615,77	5,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa	81.609,67	190.107,85	132,95	150.000,00	-21,10	215.202,09	43,47	227.468,61	5,70	240.434,32	5,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros	30.520,82	73.617,15	141,20	42.000,00	-42,95	83.334,61	98,42	88.084,68	5,70	93.105,51	5,70
Contribuições	**6.716.041,84**	**7.277.979,59**	**8,37**	**8.000.000,00**	**9,92**	**8.238.672,90**	**2,98**	**8.708.277,26**	**5,70**	**9.204.649,06**	**5,70**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pú	**6.716.041,84**	**7.277.979,59**	**8,37**	**8.000.000,00**	**9,92**	**8.238.672,90**	**2,98**	**8.708.277,26**	**5,70**	**9.204.649,06**	**5,70**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pú	**6.716.041,84**	**7.277.979,59**	**8,37**	**8.000.000,00**	**9,92**	**8.238.672,90**	**2,98**	**8.708.277,26**	**5,70**	**9.204.649,06**	**5,70**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pú	**6.716.041,84**	**7.277.979,59**	**8,37**	**8.000.000,00**	**9,92**	**8.238.672,90**	**2,98**	**8.708.277,26**	**5,70**	**9.204.649,06**	**5,70**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	6.716.041,84	7.277.979,59	8,37	8.000.000,00	9,92	8.238.672,90	2,98	8.708.277,26	5,70	9.204.649,06	5,70
Receita Patrimonial	**2.259.605,65**	**12.546.243,30**	**455,24**	**7.919.000,00**	**-36,88**	**13.851.716,05**	**74,92**	**14.659.837,86**	**5,83**	**15.502.255,62**	**5,75**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	**60.472,50**	**17.310,03**	**-71,38**	**0,00**	**0,00**	**19.594,95**	**0,00**	**20.711,86**	**5,70**	**21.892,44**	**5,70**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	**60.472,50**	**17.310,03**	**-71,38**	**0,00**	**0,00**	**19.594,95**	**0,00**	**20.711,86**	**5,70**	**21.892,44**	**5,70**
Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito	**60.472,50**	**17.310,03**	**-71,38**	**0,00**	**0,00**	**19.594,95**	**0,00**	**20.711,86**	**5,70**	**21.892,44**	**5,70**
Conc.Permiss.Autor.ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imó	60.472,50	17.310,03	-71,38	0,00	0,00	19.594,95	0,00	20.711,86	5,70	21.892,44	5,70
Valores Mobiliários	**2.199.133,15**	**12.528.933,27**	**469,72**	**7.907.000,00**	**-36,89**	**13.832.121,10**	**74,94**	**14.639.126,00**	**5,83**	**15.480.363,18**	**5,75**
Juros e Correções Monetárias	**2.197.235,62**	**12.526.181,55**	**470,09**	**7.905.000,00**	**-36,89**	**13.829.006,15**	**74,94**	**14.635.833,50**	**5,83**	**15.476.883,01**	**5,75**
Remuneração de Depósitos Bancários	**2.197.235,62**	**12.526.181,55**	**470,09**	**7.905.000,00**	**-36,89**	**13.829.006,15**	**74,94**	**14.635.833,50**	**5,83**	**15.476.883,01**	**5,75**
Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.197.235,62	12.526.181,55	470,09	7.905.000,00	-36,89	13.829.006,15	74,94	14.635.833,50	5,83	15.476.883,01	5,75
Dividendos	**1.897,53**	**2.751,72**	**45,02**	**2.000,00**	**-27,32**	**3.114,95**	**55,75**	**3.292,50**	**5,70**	**3.480,17**	**5,70**
Dividendos	**1.897,53**	**2.751,72**	**45,02**	**2.000,00**	**-27,32**	**3.114,95**	**55,75**	**3.292,50**	**5,70**	**3.480,17**	**5,70**
Dividendos - Principal	1.897,53	2.751,72	45,02	2.000,00	-27,32	3.114,95	55,75	3.292,50	5,70	3.480,17	5,70
Demais Receitas Patrimoniais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Receitas Patrimoniais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Receitas Patrimoniais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Receitas Patrimoniais - Principal	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	**24.522.340,83**	**27.749.849,86**	**13,16**	**33.961.500,00**	**22,38**	**36.170.000,00**	**6,50**	**39.562.000,00**	**9,38**	**43.024.000,00**	**8,75**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**24.227.717,15**	**27.469.815,91**	**13,38**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**24.227.717,15**	**27.469.815,91**	**13,38**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**24.227.717,15**	**27.469.815,91**	**13,38**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

31 MAIO 2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE - CÂMARA MUNICIPAL

Menu: LDO "Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	23.556.716,36	26.650.835,30	13,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	291.004,47	493.520,34	69,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	338.279,83	274.259,92	-18,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	41.716,49	51.200,35	22,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	**294.623,68**	**280.033,95**	**-4,95**	**33.961.500,00**	**12.027,64**	**36.170.000,00**	**6,50**	**39.562.000,00**	**9,38**	**43.024.000,00**	**8,75**
Outros Serviços	**294.623,68**	**280.033,95**	**-4,95**	**33.961.500,00**	**12.027,64**	**36.170.000,00**	**6,50**	**39.562.000,00**	**9,38**	**43.024.000,00**	**8,75**
Receita de Serviços Sujeitos à Regulação	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**33.919.000,00**	**0,00**	**36.130.000,00**	**6,52**	**39.522.000,00**	**9,39**	**42.984.000,00**	**8,76**
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**26.497.000,00**	**0,00**	**28.380.000,00**	**7,11**	**31.442.000,00**	**10,79**	**34.584.000,00**	**9,99**
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - F	0,00	0,00	0,00	26.497.000,00	0,00	28.000.000,00	5,67	31.000.000,00	10,71	34.101.000,00	10,00
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	230.000,00	15,00	250.000,00	8,70
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	180.000,00	20,00	200.000,00	11,11
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	32.000,00	6,67	33.000,00	3,13
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**6.906.000,00**	**0,00**	**7.200.000,00**	**4,26**	**7.500.000,00**	**4,17**	**7.800.000,00**	**4,00**
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário - Pr	0,00	0,00	0,00	6.906.000,00	0,00	7.200.000,00	4,26	7.500.000,00	4,17	7.800.000,00	4,00
Outros Serviços Sujeitos à Regulação	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**516.000,00**	**0,00**	**550.000,00**	**6,59**	**580.000,00**	**5,45**	**600.000,00**	**3,45**
Outros Serviços Sujeitos à Regulação - Principal	0,00	0,00	0,00	516.000,00	0,00	550.000,00	6,59	580.000,00	5,45	600.000,00	3,45
Outros Serviços	**294.623,68**	**280.033,95**	**-4,95**	**42.500,00**	**-84,82**	**40.000,00**	**-5,88**	**40.000,00**	**0,00**	**40.000,00**	**0,00**
Outros Serviços - Principal	294.623,68	280.033,95	-4,95	42.500,00	-84,82	40.000,00	-5,88	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00
Transferências Correntes	**227.696.530,94**	**259.955.655,10**	**14,17**	**288.004.600,00**	**10,79**	**316.238.684,90**	**9,80**	**340.249.147,94**	**7,59**	**368.620.331,32**	**8,34**
Transferências da União e de suas Entidades	**93.001.202,09**	**108.430.440,83**	**16,59**	**126.639.600,00**	**16,79**	**137.011.573,04**	**8,19**	**144.051.932,71**	**5,14**	**150.629.032,88**	**4,57**
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da	**53.157.296,16**	**66.866.787,36**	**25,79**	**87.010.000,00**	**30,12**	**89.693.203,29**	**3,08**	**94.007.715,89**	**4,81**	**97.568.155,70**	**3,79**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPI	**53.155.470,35**	**66.865.044,03**	**25,79**	**87.000.000,00**	**30,11**	**89.691.229,84**	**3,09**	**94.005.629,95**	**4,81**	**97.565.950,86**	**3,79**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Co	**49.119.686,82**	**61.206.371,05**	**24,61**	**80.000.000,00**	**30,71**	**80.285.612,03**	**0,36**	**84.234.891,92**	**4,92**	**87.409.280,76**	**3,77**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota M	49.119.686,82	61.206.371,05	24,61	80.000.000,00	30,71	80.285.612,03	0,36	84.234.891,92	4,92	87.409.280,76	3,77
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Co	**4.035.783,53**	**5.658.672,98**	**40,21**	**7.000.000,00**	**23,70**	**9.405.617,81**	**34,37**	**9.770.738,03**	**3,88**	**10.156.670,10**	**3,95**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas I	4.035.783,53	5.658.672,98	40,21	7.000.000,00	23,70	9.405.617,81	34,37	9.770.738,03	3,88	10.156.670,10	3,95
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Ru	**1.825,81**	**1.743,33**	**-4,52**	**10.000,00**	**473,61**	**1.973,45**	**-80,27**	**2.085,94**	**5,70**	**2.204,84**	**5,70**
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural -	1.825,81	1.743,33	-4,52	10.000,00	473,61	1.973,45	-80,27	2.085,94	5,70	2.204,84	5,70
Transferências das Compensações Financeiras pela Explo	**2.492.713,97**	**3.765.434,24**	**51,06**	**3.200.000,00**	**-15,02**	**4.862.471,56**	**51,95**	**5.205.432,43**	**7,05**	**5.562.242,08**	**6,85**
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração d	**1.543.204,67**	**1.039.242,17**	**-32,66**	**1.500.000,00**	**44,34**	**1.576.422,14**	**5,09**	**1.743.478,20**	**10,60**	**1.814.356,46**	**4,07**
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de R	1.543.204,67	1.039.242,17	-32,66	1.500.000,00	44,34	1.576.422,14	5,09	1.743.478,20	10,60	1.814.356,46	4,07
Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de	**949.509,30**	**1.481.665,62**	**56,05**	**1.700.000,00**	**14,74**	**1.877.245,48**	**10,43**	**1.972.848,47**	**5,09**	**2.173.900,83**	**10,19**
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	**949.509,30**	**1.481.665,62**	**56,05**	**1.700.000,00**	**14,74**	**1.877.245,48**	**10,43**	**1.972.848,47**	**5,09**	**2.173.900,83**	**10,19**
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Principal	949.509,30	1.481.665,62	56,05	1.700.000,00	14,74	1.877.245,48	10,43	1.972.848,47	5,09	2.173.900,83	10,19
Outras Transferências decorrentes de Compensação Fina	**0,00**	**1.244.526,45**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.408.803,94**	**0,00**	**1.489.105,76**	**5,70**	**1.573.984,79**	**5,70**

Menu: LDO "Relatórios"

31 MAIO 2023

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Outras Transf dec.de Compensação Financeira pela Exploraç	0,00	1.244.526,45	0,00	0,00	0,00	1.408.803,94	0,00	1.489.105,76	5,70	1.573.984,79	5,70
Transf.de Rec.do Sistema Único de Saúde – SUS	**33.822.184,61**	**31.714.564,58**	**-6,23**	**32.150.000,00**	**1,37**	**35.900.887,11**	**11,67**	**37.947.237,68**	**5,70**	**40.110.230,22**	**5,70**
Transf.de Rec.do Sistema Único de Saúde – SUS – Repas	**33.822.184,61**	**31.714.564,58**	**-6,23**	**32.150.000,00**	**1,37**	**35.900.887,11**	**11,67**	**37.947.237,68**	**5,70**	**40.110.230,22**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**7.265.999,71**	**6.874.116,42**	**-5,39**	**7.000.000,00**	**1,83**	**7.781.499,79**	**11,16**	**8.225.045,28**	**5,70**	**8.693.872,86**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos	7.265.999,71	6.874.116,42	-5,39	7.000.000,00	1,83	7.781.499,79	11,16	8.225.045,28	5,70	8.693.872,86	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**24.950.020,84**	**22.835.622,28**	**-8,47**	**23.000.000,00**	**0,72**	**25.849.924,42**	**12,39**	**27.323.370,11**	**5,70**	**28.880.802,21**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos	24.950.020,84	22.835.622,28	-8,47	23.000.000,00	0,72	25.849.924,42	12,39	27.323.370,11	5,70	28.880.802,21	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**1.074.695,10**	**1.438.848,76**	**33,88**	**1.600.000,00**	**11,20**	**1.628.776,80**	**1,80**	**1.721.617,08**	**5,70**	**1.819.749,25**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos	1.074.695,10	1.438.848,76	33,88	1.600.000,00	11,20	1.628.776,80	1,80	1.721.617,08	5,70	1.819.749,25	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**471.468,96**	**552.977,12**	**17,29**	**550.000,00**	**-0,54**	**625.970,10**	**13,81**	**661.650,40**	**5,70**	**699.364,47**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos	471.468,96	552.977,12	17,29	550.000,00	-0,54	625.970,10	13,81	661.650,40	5,70	699.364,47	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**0,00**	**13.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**14.716,00**	**0,00**	**15.554,81**	**5,70**	**16.441,43**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	14.716,00	0,00	15.554,81	5,70	16.441,43	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimer	**2.436.644,27**	**2.824.153,56**	**15,90**	**2.850.000,00**	**0,92**	**3.396.941,83**	**19,19**	**3.559.167,52**	**4,78**	**3.871.780,08**	**8,78**
Transf.do Salário-Educação	**1.835.484,42**	**2.210.521,65**	**20,43**	**2.200.000,00**	**-0,48**	**2.502.310,51**	**13,74**	**2.644.942,21**	**5,70**	**2.795.703,92**	**5,70**
Transf.do Salário-Educação - Principal	1.835.484,42	2.210.521,65	20,43	2.200.000,00	-0,48	2.502.310,51	13,74	2.644.942,21	5,70	2.795.703,92	5,70
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNA	**595.904,00**	**601.704,00**	**0,97**	**640.000,00**	**6,36**	**881.128,93**	**37,68**	**899.953,28**	**2,14**	**1.060.990,62**	**17,89**
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNAE -	595.904,00	601.704,00	0,97	640.000,00	6,36	881.128,93	37,68	899.953,28	2,14	1.060.990,62	17,89
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Es	**5.255,85**	**11.927,91**	**126,95**	**10.000,00**	**-16,16**	**13.502,39**	**35,02**	**14.272,03**	**5,70**	**15.085,54**	**5,70**
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Escola	5.255,85	11.927,91	126,95	10.000,00	-16,16	13.502,39	35,02	14.272,03	5,70	15.085,54	5,70
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de Assistência Social –	**338.087,02**	**839.297,54**	**148,25**	**629.600,00**	**-24,98**	**950.084,82**	**50,90**	**1.004.239,65**	**5,70**	**1.061.481,31**	**5,70**
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de Assistência Social –	**338.087,02**	**839.297,54**	**148,25**	**629.600,00**	**-24,98**	**950.084,82**	**50,90**	**1.004.239,65**	**5,70**	**1.061.481,31**	**5,70**
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistênci	338.087,02	839.297,54	148,25	629.600,00	-24,98	950.084,82	50,90	1.004.239,65	5,70	1.061.481,31	5,70
Transf.de Conv.da União e de Suas Entidades	**0,00**	**67.670,88**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**76.603,44**	**0,00**	**80.969,84**	**5,70**	**85.585,12**	**5,70**
Outras Transferências de Convênios da União e de Suas E	**0,00**	**67.670,88**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**76.603,44**	**0,00**	**80.969,84**	**5,70**	**85.585,12**	**5,70**
Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Enti	0,00	67.670,88	0,00	0,00	0,00	76.603,44	0,00	80.969,84	5,70	85.585,12	5,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Er	**754.276,06**	**2.352.532,67**	**211,89**	**800.000,00**	**-65,99**	**2.131.380,99**	**166,42**	**2.247.169,70**	**5,43**	**2.369.558,37**	**5,45**
Transferência Especial da União	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferência Especial da União - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementa	**0,00**	**619.262,94**	**0,00**	**800.000,00**	**29,19**	**801.005,65**	**0,13**	**840.962,97**	**4,99**	**883.197,86**	**5,02**
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar n	0,00	619.262,94	0,00	800.000,00	29,19	801.005,65	0,13	840.962,97	4,99	883.197,86	5,02
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Er	**754.276,06**	**1.175.243,23**	**55,81**	**0,00**	**0,00**	**1.330.375,34**	**0,00**	**1.406.206,73**	**5,70**	**1.486.360,51**	**5,70**
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entida	754.276,06	1.175.243,23	55,81	0,00	0,00	1.330.375,34	0,00	1.406.206,73	5,70	1.486.360,51	5,70

31 MAIO 2023

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
59
31 MAIO 2023

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua	**97.493.385,49**	**110.432.689,86**	**13,27**	**115.365.000,00**	**4,47**	**126.841.553,32**	**9,95**	**138.167.679,86**	**8,93**	**154.167.079,56**	**11,58**
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	**82.194.080,93**	**92.672.524,57**	**12,99**	**108.080.000,00**	**16,37**	**113.331.697,82**	**4,86**	**123.324.204,61**	**8,82**	**134.958.284,28**	**9,43**
Cota-Parte do ICMS	**67.399.091,15**	**75.513.148,53**	**12,04**	**90.000.000,00**	**19,18**	**91.480.884,14**	**1,65**	**98.353.294,54**	**7,51**	**107.503.432,33**	**9,30**
Cota-Parte do ICMS - Principal	67.399.091,15	75.513.148,53	12,04	90.000.000,00	19,18	91.480.884,14	1,65	98.353.294,54	7,51	107.503.432,33	9,30
Cota-Parte do IPVA	**14.006.552,76**	**16.447.498,84**	**17,43**	**17.000.000,00**	**3,36**	**20.618.568,69**	**21,29**	**23.679.827,11**	**14,85**	**25.801.577,26**	**8,96**
Cota-Parte do IPVA - Principal	14.006.552,76	16.447.498,84	17,43	17.000.000,00	3,36	20.618.568,69	21,29	23.679.827,11	14,85	25.801.577,26	8,96
Cota-Parte do IPI - Municípios	**750.121,86**	**852.225,36**	**13,61**	**1.000.000,00**	**17,34**	**1.164.719,11**	**16,47**	**1.219.708,10**	**4,72**	**1.577.831,46**	**29,36**
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	750.121,86	852.225,36	13,61	1.000.000,00	17,34	1.164.719,11	16,47	1.219.708,10	4,72	1.577.831,46	29,36
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Ec	**38.315,16**	**59.651,84**	**55,69**	**80.000,00**	**34,11**	**67.525,88**	**-15,59**	**71.374,86**	**5,70**	**75.443,23**	**5,70**
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econô	38.315,16	59.651,84	55,69	80.000,00	34,11	67.525,88	-15,59	71.374,86	5,70	75.443,23	5,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde -	**14.996.938,17**	**13.855.122,29**	**-7,61**	**7.000.000,00**	**-49,48**	**11.315.746,83**	**61,65**	**12.410.302,38**	**9,67**	**16.522.931,56**	**33,14**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde -	**14.996.938,17**	**13.855.122,29**	**-7,61**	**7.000.000,00**	**-49,48**	**11.315.746,83**	**61,65**	**12.410.302,38**	**9,67**	**16.522.931,56**	**33,14**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SU	14.996.938,17	13.855.122,29	-7,61	7.000.000,00	-49,48	11.315.746,83	61,65	12.410.302,38	9,67	16.522.931,56	33,14
Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	**302.366,39**	**3.705.043,00**	**1.125,35**	**285.000,00**	**-92,31**	**2.194.108,67**	**669,86**	**2.433.172,87**	**10,90**	**2.685.863,72**	**10,39**
Transferências de Estados destinadas à Assistência Soci	**265.012,00**	**1.145.495,94**	**332,24**	**200.000,00**	**-82,54**	**1.296.701,40**	**548,35**	**1.370.613,38**	**5,70**	**1.448.738,34**	**5,70**
Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - P	265.012,00	1.145.495,94	332,24	200.000,00	-82,54	1.296.701,40	548,35	1.370.613,38	5,70	1.448.738,34	5,70
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	**0,00**	**71.234,53**	**0,00**	**85.000,00**	**19,32**	**80.637,49**	**-5,13**	**85.233,83**	**5,70**	**90.092,16**	**5,70**
Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educ	0,00	71.234,53	0,00	85.000,00	19,32	80.637,49	-5,13	85.233,83	5,70	90.092,16	5,70
Outras Transferências dos Estados e DF	**37.354,39**	**2.488.312,53**	**6.561,37**	**0,00**	**0,00**	**816.769,78**	**0,00**	**977.325,66**	**19,66**	**1.147.033,22**	**17,36**
Outras Transferências dos Estados e DF - Principal	37.354,39	2.488.312,53	6.561,37	0,00	0,00	816.769,78	0,00	977.325,66	19,66	1.147.033,22	17,36
Transferências de Instituições Privadas	**1.287.659,68**	**875.351,21**	**-32,02**	**0,00**	**0,00**	**859.718,48**	**0,00**	**908.722,43**	**5,70**	**960.519,61**	**5,70**
Transferências de Instituições Privadas	**1.287.659,68**	**875.351,21**	**-32,02**	**0,00**	**0,00**	**859.718,48**	**0,00**	**908.722,43**	**5,70**	**960.519,61**	**5,70**
Outras TransferÃªncias de InstituiÃ§Ãµes Privadas	**1.287.659,68**	**875.351,21**	**-32,02**	**0,00**	**0,00**	**859.718,48**	**0,00**	**908.722,43**	**5,70**	**960.519,61**	**5,70**
Outras TransferÃªncias de InstituiÃ§Ãµes Privadas â€" Princip	1.287.659,68	875.351,21	-32,02	0,00	0,00	859.718,48	0,00	908.722,43	5,70	960.519,61	5,70
Transferências de Outras Instituições Públicas	**35.889.129,89**	**40.214.953,25**	**12,05**	**45.000.000,00**	**11,90**	**51.523.327,08**	**14,50**	**57.118.156,72**	**10,86**	**62.860.891,65**	**10,05**
Transferências de Recursos do FUNDEB	**35.889.129,89**	**40.214.953,25**	**12,05**	**45.000.000,00**	**11,90**	**51.523.327,08**	**14,50**	**57.118.156,72**	**10,86**	**62.860.891,65**	**10,05**
Transferências de Recursos do FUNDEB	**35.889.129,89**	**40.214.953,25**	**12,05**	**45.000.000,00**	**11,90**	**51.523.327,08**	**14,50**	**57.118.156,72**	**10,86**	**62.860.891,65**	**10,05**
Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	35.889.129,89	40.214.953,25	12,05	45.000.000,00	11,90	51.523.327,08	14,50	57.118.156,72	10,86	62.860.891,65	10,05
Demais Transferências Correntes	**25.153,79**	**2.219,95**	**-91,17**	**1.000.000,00**	**44.946,06**	**2.512,98**	**-99,75**	**2.656,22**	**5,70**	**2.807,62**	**5,70**
Transferências de Pessoas Físicas	**25.153,79**	**2.219,95**	**-91,17**	**1.000.000,00**	**44.946,06**	**2.512,98**	**-99,75**	**2.656,22**	**5,70**	**2.807,62**	**5,70**
Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Saúde	**25.153,79**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Saúde - P	25.153,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Pessoas Físicas	**0,00**	**2.219,95**	**0,00**	**1.000.000,00**	**44.946,06**	**2.512,98**	**-99,75**	**2.656,22**	**5,70**	**2.807,62**	**5,70**
Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal	0,00	2.219,95	0,00	1.000.000,00	44.946,06	2.512,98	-99,75	2.656,22	5,70	2.807,62	5,70
Outras Receitas Correntes	**1.238.903,25**	**4.968.822,15**	**301,07**	**5.543.500,00**	**11,57**	**4.619.103,84**	**-16,68**	**4.937.454,77**	**6,89**	**5.273.951,69**	**6,82**

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

JOÃO MONLEVADE - CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
5

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	**860.024,87**	**1.637.033,26**	**90,35**	**1.510.000,00**	**-7,76**	**2.854.121,65**	**89,01**	**2.959.749,58**	**3,70**	**3.071.398,30**	**3,77**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	**860.024,87**	**1.637.033,26**	**90,35**	**1.510.000,00**	**-7,76**	**2.854.121,65**	**89,01**	**2.959.749,58**	**3,70**	**3.071.398,30**	**3,77**
Multas Previstas em Legislação Específica	**817.412,60**	**1.622.992,84**	**98,55**	**1.500.000,00**	**-7,58**	**2.837.227,89**	**89,15**	**2.941.949,88**	**3,69**	**3.052.641,02**	**3,76**
Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	817.412,60	1.622.992,84	98,55	1.500.000,00	-7,58	2.837.227,89	89,15	2.941.949,88	3,69	3.052.641,02	3,76
Multas por Danos Ambientais	**41.239,25**	**14.040,42**	**-65,95**	**5.000,00**	**-64,39**	**15.893,76**	**217,88**	**16.799,70**	**5,70**	**17.757,28**	**5,70**
Multas Administrativas por Danos Ambientais	**41.239,25**	**14.040,42**	**-65,95**	**5.000,00**	**-64,39**	**15.893,76**	**217,88**	**16.799,70**	**5,70**	**17.757,28**	**5,70**
Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	41.239,25	14.040,42	-65,95	5.000,00	-64,39	15.893,76	217,88	16.799,70	5,70	17.757,28	5,70
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	**1.373,02**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,00**	**1.000,00**	**-80,00**	**1.000,00**	**0,00**	**1.000,00**	**0,00**
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	1.373,02	0,00	0,00	5.000,00	0,00	1.000,00	-80,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	**113.929,01**	**2.676.601,41**	**2.249,36**	**3.403.500,00**	**27,16**	**1.018.864,14**	**-70,06**	**1.190.768,40**	**16,87**	**1.372.471,20**	**15,26**
Indenizações	**0,00**	**458,25**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Indenizações	**0,00**	**458,25**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Indenizações - Principal	0,00	458,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	**113.929,01**	**2.676.143,16**	**2.248,96**	**3.403.500,00**	**27,18**	**1.018.864,14**	**-70,06**	**1.190.768,40**	**16,87**	**1.372.471,20**	**15,26**
Restituição de Convênios	**5.733,40**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Restituição de Convênios - Primárias	**5.733,40**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Restituição de Convênios - Primárias - Principal	5.733,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituição de Convênios - Financeiras	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Restituição de Convênios - Financeiras - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Restituições	**108.195,61**	**2.676.143,16**	**2.373,43**	**3.403.500,00**	**27,18**	**1.018.864,14**	**-70,06**	**1.190.768,40**	**16,87**	**1.372.471,20**	**15,26**
Outras Restituições - Principal	108.195,61	2.676.143,16	2.373,43	3.403.500,00	27,18	1.018.864,14	-70,06	1.190.768,40	16,87	1.372.471,20	15,26
Demais Receitas Correntes	**264.949,37**	**655.187,48**	**147,29**	**630.000,00**	**-3,84**	**746.118,05**	**18,43**	**786.936,79**	**5,47**	**830.082,19**	**5,48**
Outras Receitas Correntes	**264.949,37**	**655.187,48**	**147,29**	**630.000,00**	**-3,84**	**746.118,05**	**18,43**	**786.936,79**	**5,47**	**830.082,19**	**5,48**
Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receita	**59.223,36**	**170.700,30**	**188,23**	**120.000,00**	**-29,70**	**193.232,74**	**61,03**	**204.247,01**	**5,70**	**215.889,09**	**5,70**
Ônus de Sucumbência	**59.223,36**	**170.700,30**	**188,23**	**120.000,00**	**-29,70**	**193.232,74**	**61,03**	**204.247,01**	**5,70**	**215.889,09**	**5,70**
Ônus de Sucumbência - Principal	59.223,36	170.700,30	188,23	120.000,00	-29,70	193.232,74	61,03	204.247,01	5,70	215.889,09	5,70
Outras Receitas	**205.726,01**	**484.487,18**	**135,50**	**510.000,00**	**5,27**	**552.885,31**	**8,41**	**582.689,78**	**5,39**	**614.193,10**	**5,41**
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela F	**205.726,01**	**484.487,18**	**135,50**	**10.000,00**	**-97,94**	**522.885,31**	**5.128,85**	**552.689,78**	**5,70**	**584.193,10**	**5,70**
Outras Receit.Não Arrec e Não Projet.pela RFB - Primárias -	193.592,63	476.229,85	146,00	0,00	0,00	513.538,01	0,00	542.809,68	5,70	573.749,83	5,70
Outras Receit.Não Arrec e Não Projet.pela RFB - Primárias -	12.133,38	8.257,33	-31,95	10.000,00	21,10	9.347,30	-6,53	9.880,10	5,70	10.443,27	5,70
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela F	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**30.000,00**	**-94,00**	**30.000,00**	**0,00**	**30.000,00**	**0,00**
Outras Receit.Não Arrec.e Não Projet.pela RFB - Financeiras	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	30.000,00	-94,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00
Receitas de Capital	**5.439.734,55**	**15.289.200,87**	**61,97**	**17.500.000,00**	**14,46**	**16.231.467,38**	**-7,25**	**13.245.761,02**	**-18,39**	**14.000.769,41**	**5,70**
Operações de Crédito	**5.749.181,78**	**5.252.857,98**	**-22,17**	**5.000.000,00**	**-4,81**	**4.946.235,23**	**-1,08**	**3.785.170,64**	**-23,47**	**4.143.425,37**	**9,46**
Operações de Crédito - Mercado Interno	**5.749.181,78**	**5.252.857,98**	**-22,17**	**5.000.000,00**	**-4,81**	**4.946.235,23**	**-1,08**	**3.785.170,64**	**-23,47**	**4.143.425,37**	**9,46**

31 MAIO 2023

Menu: LDO "Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

JOÃO MONLEVADE - CÂMARA MUNICIPAL DE
54

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.000.000,00**	**0,00**	**1.000.000,00**	**0,00**	**500.000,00**	**-50,00**	**500.000,00**	**0,00**
Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.000.000,00**	**0,00**	**1.000.000,00**	**0,00**	**500.000,00**	**-50,00**	**500.000,00**	**0,00**
Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde - Pr	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	500.000,00	-50,00	500.000,00	0,00
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	**6.749.181,78**	**5.252.857,98**	**-22,17**	**4.000.000,00**	**-23,85**	**3.946.235,23**	**-1,34**	**3.285.170,64**	**-16,75**	**3.643.425,37**	**10,91**
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	**6.749.181,78**	**5.252.857,98**	**-22,17**	**4.000.000,00**	**-23,85**	**3.946.235,23**	**-1,34**	**3.285.170,64**	**-16,75**	**3.643.425,37**	**10,91**
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	4.000.000,00	-23,85	3.946.235,23	-1,34	3.285.170,64	-16,75	3.643.425,37	10,91
Alienação de Bens	**0,00**	**868.630,00**	**0,00**	**3.200.000,00**	**268,40**	**3.950.461,16**	**23,45**	**2.004.637,45**	**-49,26**	**2.061.901,79**	**2,86**
Alienação de Bens Móveis	**0,00**	**215.585,00**	**0,00**	**200.000,00**	**-7,23**	**3.211.214,22**	**1.505,61**	**1.223.253,43**	**-61,91**	**1.235.978,88**	**1,04**
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	**0,00**	**215.585,00**	**0,00**	**200.000,00**	**-7,23**	**3.211.214,22**	**1.505,61**	**1.223.253,43**	**-61,91**	**1.235.978,88**	**1,04**
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	**0,00**	**215.585,00**	**0,00**	**200.000,00**	**-7,23**	**3.211.214,22**	**1.505,61**	**1.223.253,43**	**-61,91**	**1.235.978,88**	**1,04**
Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	0,00	215.585,00	0,00	200.000,00	-7,23	3.211.214,22	1.505,61	1.223.253,43	-61,91	1.235.978,88	1,04
Alienação de Bens Imóveis	**0,00**	**653.045,00**	**0,00**	**3.000.000,00**	**359,39**	**739.246,94**	**-75,36**	**781.384,02**	**5,70**	**825.922,91**	**5,70**
Alienação de Bens Imóveis	**0,00**	**653.045,00**	**0,00**	**3.000.000,00**	**359,39**	**739.246,94**	**-75,36**	**781.384,02**	**5,70**	**825.922,91**	**5,70**
Alienação de Bens Imóveis	**0,00**	**653.045,00**	**0,00**	**3.000.000,00**	**359,39**	**739.246,94**	**-75,36**	**781.384,02**	**5,70**	**825.922,91**	**5,70**
Alienação de Bens Imóveis - Principal	0,00	653.045,00	0,00	3.000.000,00	359,39	739.246,94	-75,36	781.384,02	5,70	825.922,91	5,70
Transferências de Capital	**2.690.552,77**	**9.167.712,89**	**240,74**	**9.300.000,00**	**1,44**	**7.334.770,99**	**-21,13**	**7.455.952,93**	**1,65**	**7.795.442,25**	**4,55**
Transferências da União e de suas Entidades	**295.552,77**	**1.623.330,59**	**449,25**	**8.300.000,00**	**411,29**	**3.037.610,23**	**-63,40**	**2.942.354,01**	**-3,14**	**3.053.068,19**	**3,76**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde -	**149.995,00**	**199.686,00**	**33,13**	**0,00**	**0,00**	**226.044,55**	**0,00**	**238.929,09**	**5,70**	**252.548,05**	**5,70**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde -	**0,00**	**199.686,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**226.044,55**	**0,00**	**238.929,09**	**5,70**	**252.548,05**	**5,70**
Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da	**0,00**	**199.686,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**226.044,55**	**0,00**	**238.929,09**	**5,70**	**252.548,05**	**5,70**
Transf de Rec do Bloco de Estrut da Rede de Serv Públicos d	0,00	199.686,00	0,00	0,00	0,00	226.044,55	0,00	238.929,09	5,70	252.548,05	5,70
Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de	**149.995,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saú	149.995,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desen	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**200.000,00**	**-60,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**200.000,00**	**-60,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências para o Programa Nacional de Reestruturaç	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**200.000,00**	**-60,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transf para o Prog Nacional de Reest e Aquis de Equip para I	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	200.000,00	-60,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assist	**0,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**56.600,00**	**0,00**	**59.826,20**	**5,70**	**63.236,29**	**5,70**
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assist	**0,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**56.600,00**	**0,00**	**59.826,20**	**5,70**	**63.236,29**	**5,70**
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistênci	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	56.600,00	0,00	59.826,20	5,70	63.236,29	5,70
Transferências de Convênios da União e de suas Entidade	**0,00**	**1.273.644,59**	**0,00**	**7.500.000,00**	**488,85**	**2.441.765,68**	**-67,44**	**2.523.946,32**	**3,37**	**2.610.811,26**	**3,44**
Transferências de Convênios da União destinadas a Prog	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências de Convênios da União destinadas a Program	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Prog	**0,00**	**795.812,48**	**0,00**	**6.500.000,00**	**716,78**	**900.859,73**	**-86,14**	**952.208,73**	**5,70**	**1.006.484,63**	**5,70**
Transferências de Convênios da União destinadas a Program	0,00	795.812,48	0,00	6.500.000,00	716,78	900.859,73	-86,14	952.208,73	5,70	1.006.484,63	5,70

31 MAIO 2023

Mem: LDO "Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	**0,00**	**477.832,11**	**0,00**	**1.000.000,00**	**109,28**	**1.540.905,95**	**54,09**	**1.571.737,59**	**2,00**	**1.604.326,63**	**2,07**
Transf.de Convênios da União destinadas a Programas de Inf	0,00	477.832,11	0,00	1.000.000,00	109,28	1.540.905,95	54,09	1.571.737,59	2,00	1.604.326,63	2,07
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Er	**145.557,77**	**100.000,00**	**-31,30**	**300.000,00**	**200,00**	**113.200,00**	**-62,27**	**119.652,40**	**5,70**	**126.472,59**	**5,70**
TransferÃªncia Especial da UniÃ£o	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**	**300.000,00**	**200,00**	**113.200,00**	**-62,27**	**119.652,40**	**5,70**	**126.472,59**	**5,70**
TransferÃªncia Especial da UniÃ£o - Principal	0,00	100.000,00	0,00	300.000,00	200,00	113.200,00	-62,27	119.652,40	5,70	126.472,59	5,70
Outras Transferências De Recursos da União e de suas Er	**145.557,77**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências De Recursos da União e de suas Entid	145.557,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua	**2.200.000,00**	**7.544.382,30**	**242,93**	**1.000.000,00**	**-86,75**	**4.297.160,76**	**329,72**	**4.513.598,92**	**5,04**	**4.742.374,06**	**5,07**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**150.000,00**	**1.609.923,88**	**973,28**	**0,00**	**0,00**	**1.822.433,83**	**0,00**	**1.926.312,56**	**5,70**	**2.036.112,38**	**5,70**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**150.000,00**	**1.609.923,88**	**973,28**	**0,00**	**0,00**	**1.822.433,83**	**0,00**	**1.926.312,56**	**5,70**	**2.036.112,38**	**5,70**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SU	150.000,00	1.609.923,88	973,28	0,00	0,00	1.822.433,83	0,00	1.926.312,56	5,70	2.036.112,38	5,70
Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas	**0,00**	**1.744.458,42**	**0,00**	**500.000,00**	**-71,34**	**1.974.726,93**	**294,95**	**2.087.286,36**	**5,70**	**2.206.261,68**	**5,70**
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a P	**0,00**	**1.394.458,42**	**0,00**	**500.000,00**	**-64,14**	**1.578.526,93**	**215,71**	**1.668.502,96**	**5,70**	**1.763.607,63**	**5,70**
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Progr	0,00	1.394.458,42	0,00	500.000,00	-64,14	1.578.526,93	215,71	1.668.502,96	5,70	1.763.607,63	5,70
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e d	**0,00**	**350.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**396.200,00**	**0,00**	**418.783,40**	**5,70**	**442.654,05**	**5,70**
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de S	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	396.200,00	0,00	418.783,40	5,70	442.654,05	5,70
Outras Transferências de Recursos dos Estados	**2.050.000,00**	**4.190.000,00**	**104,39**	**500.000,00**	**-88,07**	**500.000,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**
Outras Transferências de Recursos dos Estados	**2.050.000,00**	**4.190.000,00**	**104,39**	**500.000,00**	**-88,07**	**500.000,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**
Outras Transferências de Recursos dos Estados - Principal	2.050.000,00	4.190.000,00	104,39	500.000,00	-88,07	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências de Instituições Privadas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Instituições Privadas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	**195.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Capital	**195.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Capital	**195.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Capital - Principal	195.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

31 MAIO 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

55

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
CORRENTE INTRAORÇAMENTÁRIA	**520.296,21**	**819.574,50**	**57,52**	**890.000,00**	**8,59**	**965.500,00**	**8,48**	**1.050.500,00**	**8,80**	**1.085.500,00**	**3,33**
Receitas Correntes	**520.296,21**	**819.574,50**	**57,52**	**890.000,00**	**8,59**	**965.500,00**	**8,48**	**1.050.500,00**	**8,80**	**1.085.500,00**	**3,33**
Receita de Serviços	**520.296,21**	**819.574,50**	**57,52**	**890.000,00**	**8,59**	**965.500,00**	**8,48**	**1.050.500,00**	**8,80**	**1.085.500,00**	**3,33**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**520.296,21**	**819.574,50**	**57,52**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**520.296,21**	**819.574,50**	**57,52**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**520.296,21**	**819.574,50**	**57,52**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	520.296,21	819.534,27	57,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	0,00	40,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**890.000,00**	**0,00**	**965.500,00**	**8,48**	**1.050.500,00**	**8,80**	**1.085.500,00**	**3,33**
Outros Serviços	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**890.000,00**	**0,00**	**965.500,00**	**8,48**	**1.050.500,00**	**8,80**	**1.085.500,00**	**3,33**
Receita de Serviços Sujeitos à Regulação	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**890.000,00**	**0,00**	**965.500,00**	**8,48**	**1.050.500,00**	**8,80**	**1.085.500,00**	**3,33**
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**685.000,00**	**0,00**	**755.500,00**	**10,29**	**830.500,00**	**9,93**	**855.500,00**	**3,01**
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - P	0,00	0,00	0,00	685.000,00	0,00	720.000,00	5,11	790.000,00	9,72	810.000,00	2,53
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	35.000,00	16,67	40.000,00	14,29
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**205.000,00**	**0,00**	**210.000,00**	**2,44**	**220.000,00**	**4,76**	**230.000,00**	**4,55**
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário - Pr	0,00	0,00	0,00	205.000,00	0,00	210.000,00	2,44	220.000,00	4,76	230.000,00	4,55

31 MAIO 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE - 56

Memo: LDO "Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
DEDUÇÃO FUNDEB	(26.255.453,65)	(30.915.780,90)	17,75	(37.602.000,00)	21,63	(36.270.326,78)	-3,54	(38.857.935,42)	7,13	(40.958.837,74)	5,41
Receitas Correntes	(26.255.453,65)	(30.915.780,90)	17,75	(37.602.000,00)	21,63	(36.270.326,78)	-3,54	(38.857.935,42)	7,13	(40.958.837,74)	5,41
Transferências Correntes	(26.255.453,65)	(30.915.780,90)	17,75	(37.602.000,00)	21,63	(36.270.326,78)	-3,54	(38.857.935,42)	7,13	(40.958.837,74)	5,41
Transferências da União e de suas Entidades	(9.824.302,20)	(12.353.227,85)	25,74	(16.002.000,00)	29,54	(13.857.516,73)	-13,40	(14.647.395,19)	5,70	(15.482.296,72)	5,70
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da	(9.824.302,20)	(12.241.622,55)	24,61	(16.002.000,00)	30,72	(13.857.516,73)	-13,40	(14.647.395,19)	5,70	(15.482.296,72)	5,70
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPI	(9.823.937,05)	(12.241.273,91)	24,61	(16.000.000,00)	30,71	(13.857.122,07)	-13,39	(14.646.978,03)	5,70	(15.481.855,78)	5,70
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	(9.823.937,05)	(12.241.273,91)	24,61	(16.000.000,00)	30,71	(13.857.122,07)	-13,39	(14.646.978,03)	5,70	(15.481.855,78)	5,70
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota M	(9.823.937,05)	(12.241.273,91)	24,61	(16.000.000,00)	30,71	(13.857.122,07)	-13,39	(14.646.978,03)	5,70	(15.481.855,78)	5,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	(365,15)	(348,64)	-4,52	(2.000,00)	473,66	(394,66)	-80,27	(417,16)	5,70	(440,94)	5,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural -	(365,15)	(348,64)	-4,52	(2.000,00)	473,66	(394,66)	-80,27	(417,16)	5,70	(440,94)	5,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas En	0,00	(111.605,30)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua	(16.431.151,45)	(18.562.553,05)	12,97	(21.600.000,00)	16,36	(22.412.810,05)	3,76	(24.210.540,23)	8,02	(25.476.541,02)	5,23
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	(16.431.151,45)	(18.562.553,05)	12,97	(21.600.000,00)	16,36	(22.412.810,05)	3,76	(24.210.540,23)	8,02	(25.476.541,02)	5,23
Cota-Parte do ICMS	(13.479.817,84)	(15.102.609,39)	12,04	(18.000.000,00)	19,18	(18.096.153,83)	0,53	(19.070.634,60)	5,39	(20.100.660,77)	5,40
Cota-Parte do ICMS - Principal	(13.479.817,84)	(15.102.609,39)	12,04	(18.000.000,00)	19,18	(18.096.153,83)	0,53	(19.070.634,60)	5,39	(20.100.660,77)	5,40
Cota-Parte do IPVA	(2.801.309,24)	(3.289.498,58)	17,43	(3.400.000,00)	3,36	(4.123.712,39)	21,29	(4.935.964,00)	19,70	(5.160.313,95)	4,55
Cota-Parte do IPVA - Principal	(2.801.309,24)	(3.289.498,58)	17,43	(3.400.000,00)	3,36	(4.123.712,39)	21,29	(4.935.964,00)	19,70	(5.160.313,95)	4,55
Cota-Parte do IPI - Municípios	(150.024,37)	(170.445,08)	13,61	(200.000,00)	17,34	(192.943,83)	-3,53	(203.941,63)	5,70	(215.566,30)	5,70
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	(150.024,37)	(170.445,08)	13,61	(200.000,00)	17,34	(192.943,83)	-3,53	(203.941,63)	5,70	(215.566,30)	5,70
TOTAL DA RECEITA	280.011.633,79	346.701.481,50	23,82	400.000.000,00	15,37	435.000.000,00	8,75	465.000.000,00	6,90	500.000.000,00	7,53

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2023 , às 11:42:45

31 MAIO 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

57

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE - CÂMARA MUNICIPAL
58

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
DESPESAS CORRENTES	**237.033.944,68**	**304.225.564,00**	**28,35**	**347.279.140,00**	**14,15**	**384.150.990,23**	**10,62**	**411.279.870,67**	**7,06**	**443.290.894,34**	**7,78**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	122.538.298,50	153.701.306,27	25,43	179.169.775,00	16,57	198.296.683,49	10,68	212.039.069,03	6,93	230.162.797,55	8,55
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS CONTRAT	529.978,82	512.751,95	-3,25	723.100,00	41,02	580.435,21	-19,73	613.520,02	5,70	648.490,66	5,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	529.978,82	512.751,95	-3,25	723.100,00	41,02	580.435,21	-19,73	613.520,02	5,70	648.490,66	5,70
APLICAÇÕES DIRETAS	122.008.319,68	153.188.554,32	25,56	178.446.675,00	16,49	197.716.248,28	10,80	211.425.549,01	6,93	229.514.306,89	8,56
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	1.368.269,78	1.530.596,42	0,00	1.676.528,00	9,53	1.797.920,15	7,24	1.940.671,27	7,94	2.097.599,65	8,09
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	13.554.020,83	16.290.611,17	20,19	7.458.500,00	-54,22	19.392.651,55	160,01	21.971.740,76	13,30	27.164.809,21	23,64
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	73.393.831,34	97.884.408,96	33,37	124.348.247,00	27,04	132.717.157,02	6,73	140.887.464,97	6,16	150.585.589,57	6,88
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	25.180.952,81	31.172.947,83	23,80	37.021.000,00	18,76	36.573.952,15	-1,21	38.952.873,01	6,50	41.533.540,92	6,63
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS -PESSOAL CIVIL	1.974.994,31	2.493.639,03	26,26	3.578.500,00	43,51	2.837.799,38	-20,70	3.001.698,94	5,78	3.174.769,78	5,77
SENTENÇAS JUDICIAIS	2.657.198,23	3.233.109,63	21,67	3.913.000,00	21,03	3.765.814,03	-3,76	3.986.060,43	5,85	4.228.005,87	6,07
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.879.052,38	583.241,28	-84,96	450.400,00	-22,78	630.954,00	40,09	685.039,63	8,57	729.991,89	6,56
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.072.087,46	2.677.785,09	149,77	3.000.000,00	12,03	4.031.252,72	34,38	4.504.034,12	11,73	4.386.664,06	-2,61
APLICAÇÕES DIRETAS	1.072.087,46	2.677.785,09	149,77	3.000.000,00	12,03	4.031.252,72	34,38	4.504.034,12	11,73	4.386.664,06	-2,61
JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	1.072.087,46	2.677.785,09	149,77	3.000.000,00	12,03	4.031.252,72	34,38	4.504.034,12	11,73	4.386.664,06	-2,61
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	113.423.558,72	147.846.472,64	30,35	165.109.365,00	11,68	181.833.054,02	10,13	194.736.767,52	7,10	208.741.432,73	7,19
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	207.341,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	207.341,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	223.013,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	223.013,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS	14.522.590,64	15.617.221,80	7,54	4.985.000,00	-68,08	17.729.275,62	255,65	17.738.004,33	0,05	18.803.945,58	6,01
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	0,00	61.324,61	0,00	116.000,00	89,16	120.000,00	3,45	125.000,00	4,17	130.000,00	4,00
CONTRIBUIÇÕES	1.138.428,67	1.423.323,58	25,03	1.805.000,00	26,82	1.611.202,29	-10,74	1.703.040,82	5,70	1.800.114,15	5,70
SUBVENÇÕES SOCIAIS	13.384.161,97	14.132.573,61	5,59	3.064.000,00	-78,32	15.998.073,33	422,13	15.909.963,51	-0,55	16.873.831,43	6,06
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS	2.100.000,00	6.009.542,30	186,17	5.000.000,00	-16,80	6.802.801,88	36,06	6.900.000,00	1,43	7.200.423,60	4,35
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	2.100.000,00	6.009.542,30	186,17	5.000.000,00	-16,80	6.802.801,88	36,06	6.900.000,00	1,43	7.200.423,60	4,35
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE	237.102,84	313.632,88	32,28	462.100,00	47,34	355.032,42	-23,17	375.269,27	5,70	396.659,62	5,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	237.102,84	313.632,88	32,28	462.100,00	47,34	355.032,42	-23,17	375.269,27	5,70	396.659,62	5,70
APLICAÇÕES DIRETAS	92.623.761,00	120.538.010,97	30,14	149.397.265,00	23,94	150.849.398,79	0,97	163.262.115,53	8,23	175.495.391,97	7,49
DIÁRIAS -PESSOAL CIVIL	140.091,67	219.621,71	56,77	230.400,00	4,91	259.437,92	12,60	277.230,88	6,86	295.753,04	6,68
MATERIAL DE CONSUMO	11.392.437,60	11.543.997,35	1,33	14.028.680,00	21,52	14.730.620,89	5,00	16.779.766,26	13,91	17.845.652,96	6,35
PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DI	33.250,92	36.513,58	9,81	182.000,00	398,44	58.682,14	-67,76	65.317,02	11,31	72.045,09	10,30
Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	2.337.157,33	3.143.834,18	34,52	2.485.000,00	-20,96	3.574.921,93	43,86	3.779.666,48	5,73	3.995.967,47	5,72
Passagens e Despesas com Locomoção	1.337,82	1.048,80	-21,60	21.600,00	1.959,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

31 MAIO 2023

Menu: LDO "Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
59

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CO	472.866,95	512.470,82	8,38	600.000,00	17,08	580.116,97	-3,31	613.183,64	5,70	648.135,11	5,70
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	207.158,20	304.692,90	47,08	1.217.000,00	299,42	384.135,41	-68,44	427.481,13	11,28	481.587,55	7,98
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA FÍSICA	1.566.434,27	2.253.372,01	43,85	3.255.580,00	44,48	2.408.284,93	-26,03	2.552.707,17	6,00	2.704.791,48	5,96
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	64.284.663,38	81.929.815,79	27,45	105.326.680,00	28,56	105.818.607,05	0,47	114.195.294,65	7,92	123.295.861,30	7,97
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUN	964.513,02	1.711.995,65	77,50	2.210.000,00	29,09	1.860.710,37	-15,80	1.966.770,86	5,70	2.078.876,80	5,70
SUBVENÇÕES SOCIAIS	0,00	137.563,00	0,00	0,00	0,00	155.721,32	0,00	164.597,44	5,70	173.979,49	5,70
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	6.098.331,48	10.464.506,47	71,60	13.405.925,00	28,11	11.914.035,64	-11,13	12.804.835,67	7,48	13.738.171,30	7,29
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.681.678,02	3.313.453,70	23,56	3.321.300,00	0,24	3.819.947,65	15,01	4.044.884,67	5,89	4.270.933,10	5,59
OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	208.025,81	1.773.507,10	752,54	270.000,00	-84,78	2.007.610,04	643,56	2.122.043,81	5,70	2.243.000,31	5,70
AUXÍLIO-TRANSPORTE	944.388,33	1.189.014,64	25,90	1.705.000,00	43,40	1.149.803,84	-32,56	1.216.772,66	5,82	1.287.444,70	5,81
Sentenças Judiciais	785.893,95	1.073.618,28	36,61	826.000,00	-23,06	1.198.631,33	45,11	1.266.953,32	5,70	1.339.169,66	5,70
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.846,12	239,70	-93,77	6.000,00	2.403,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	501.686,13	928.745,29	85,12	305.500,00	-67,11	928.131,36	203,81	984.609,85	6,09	1.044.022,61	6,03
APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTR	591.248,75	814.250,57	37,72	890.000,00	9,30	926.303,01	4,08	980.682,28	5,87	1.037.876,17	5,83
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	591.248,75	814.250,57	37,72	890.000,00	9,30	926.303,01	4,08	980.682,28	5,87	1.037.876,17	5,83
APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE OPERAÇÃO DE ÓRGÃ	2.918.500,44	4.553.814,12	56,03	4.375.000,00	-3,93	5.170.242,30	18,18	5.480.696,11	6,00	5.807.135,79	5,96
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.918.500,44	4.553.814,12	56,03	4.375.000,00	-3,93	5.170.242,30	18,18	5.480.696,11	6,00	5.807.135,79	5,96
DESPESAS DE CAPITAL	**19.807.151,65**	**37.924.612,87**	**91,47**	**48.720.860,00**	**28,47**	**50.839.009,77**	**4,35**	**53.720.129,33**	**5,67**	**56.709.105,71**	**5,56**
INVESTIMENTOS	17.591.141,47	34.676.694,54	97,13	45.220.860,00	30,41	47.162.366,22	4,29	49.833.917,10	5,66	52.601.379,38	5,55
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE	22.916,40	747.473,51	3.161,74	49.100,00	-93,43	846.140,01	1.623,30	894.369,99	5,70	945.349,08	5,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	22.916,40	747.473,51	3.161,74	49.100,00	-93,43	846.140,01	1.623,30	894.369,99	5,70	945.349,08	5,70
APLICAÇÕES DIRETAS	17.568.225,07	33.929.221,03	93,13	45.171.760,00	33,14	46.316.226,21	2,53	48.939.547,11	5,66	51.656.030,30	5,55
MATERIAL DE CONSUMO	171.683,12	764.851,65	345,50	209.000,00	-72,67	41.799,07	-80,00	44.611,62	6,73	48.527,48	8,78
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	18.215,32	84.823,28	365,67	59.000,00	-30,44	276.019,95	367,83	321.493,09	16,47	407.278,20	26,68
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRAS E INSTALAÇÕES	10.810.395,08	26.678.963,47	146,79	40.395.000,00	51,41	39.167.080,12	-3,04	41.513.003,69	5,99	43.671.344,90	5,20
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.514.875,21	6.190.684,71	76,13	4.506.760,00	-27,20	6.591.722,62	46,26	6.807.290,81	3,27	7.261.416,39	6,67
Aquisição de Imóveis	2.425.290,50	0,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	627.765,84	209.897,92	-66,56	0,00	0,00	237.604,45	0,00	251.147,90	5,70	265.463,33	5,70
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.216.010,18	3.247.918,33	46,57	3.500.000,00	7,76	3.676.643,55	5,05	3.886.212,23	5,70	4.107.726,33	5,70
APLICAÇÕES DIRETAS	2.216.010,18	3.247.918,33	46,57	3.500.000,00	7,76	3.676.643,55	5,05	3.886.212,23	5,70	4.107.726,33	5,70
PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	2.216.010,18	3.247.918,33	46,57	3.500.000,00	7,76	3.676.643,55	5,05	3.886.212,23	5,70	4.107.726,33	5,70

31 MAIO 2023

Menu: LDO "Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DESPESA	**256.841.096,33**	**342.150.176,87**	**33,21**	**400.000.000,00**	**16,91**	**435.000.000,00**	**8,75**	**465.000.000,00**	**6,90**	**500.000.000,05**	**7,53**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2023 , às 11:45:21

31 MAIO 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE - 60

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
ARRECADADORA	**315.062.583,48**	**387.751.465,74**	**83,84**	**436.712.000,00**	**27,01**	**470.304.826,78**	**1,07**	**502.807.435,42**	**-10,57**	**539.873.337,74**	**13,12**
Receitas Correntes	**305.622.848,93**	**372.462.264,87**	**21,87**	**419.212.000,00**	**12,55**	**454.073.359,40**	**8,32**	**489.561.674,40**	**7,82**	**525.872.568,33**	**7,42**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**43.189.426,42**	**59.963.714,87**	**38,84**	**75.783.400,00**	**26,38**	**74.955.181,71**	**-1,09**	**81.444.956,57**	**8,66**	**84.247.380,64**	**3,44**
Impostos	**41.989.721,58**	**58.298.363,01**	**38,84**	**74.257.000,00**	**27,37**	**73.099.419,21**	**-1,56**	**79.483.086,10**	**8,73**	**82.173.968,41**	**3,39**
Impostos sobre o Patrimônio	**4.294.826,15**	**17.314.255,61**	**303,14**	**20.866.000,00**	**20,51**	**22.705.409,63**	**8,82**	**24.444.617,98**	**7,66**	**25.340.307,61**	**3,66**
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	**1.199.745,90**	**13.377.594,99**	**1.015,04**	**15.865.000,00**	**18,59**	**17.249.109,81**	**8,72**	**18.734.309,07**	**8,61**	**19.361.511,09**	**3,35**
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	**0,00**	**10.507.356,64**	**0,00**	**13.000.000,00**	**23,72**	**14.000.000,00**	**7,69**	**15.300.000,00**	**9,29**	**15.730.000,00**	**2,81**
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Pri	0,00	0,00	0,00	13.000.000,00	0,00	14.000.000,00	7,69	15.300.000,00	9,29	15.730.000,00	2,81
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Mu	49.423,61	55.294,31	11,88	65.000,00	17,55	62.593,16	-3,70	66.160,97	5,70	71.378,55	7,89
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Div	839.754,58	2.114.616,23	151,81	2.000.000,00	-5,42	2.393.745,57	19,69	2.530.189,07	5,70	2.674.409,85	5,70
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Mu	310.567,71	700.327,81	125,50	800.000,00	14,23	792.771,08	-0,90	837.959,03	5,70	885.722,69	5,70
Impostos sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis	**3.095.080,25**	**3.936.660,62**	**27,19**	**5.001.000,00**	**27,04**	**5.456.299,82**	**9,10**	**5.710.308,91**	**4,66**	**5.978.796,52**	**4,70**
Impost.sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direit.Re	3.095.080,25	3.936.660,62	27,19	5.000.000,00	27,01	5.456.299,82	9,13	5.710.308,91	4,66	5.978.796,52	4,70
Impost.sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direit.Re	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Naturez	**5.388.266,00**	**7.905.498,25**	**46,72**	**8.056.000,00**	**1,90**	**10.949.024,02**	**35,91**	**11.459.118,39**	**4,66**	**12.998.288,13**	**13,43**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	**5.388.266,00**	**7.905.498,25**	**46,72**	**8.056.000,00**	**1,90**	**10.949.024,02**	**35,91**	**11.459.118,39**	**4,66**	**12.998.288,13**	**13,43**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	**5.337.800,87**	**7.849.904,84**	**47,06**	**8.000.000,00**	**1,91**	**10.886.092,28**	**36,08**	**11.392.599,54**	**4,65**	**12.927.977,71**	**13,48**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principa	5.337.800,87	7.849.904,84	47,06	8.000.000,00	1,91	10.886.092,28	36,08	11.392.599,54	4,65	12.927.977,71	13,48
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendim	**50.465,13**	**55.593,41**	**10,16**	**56.000,00**	**0,73**	**62.931,74**	**12,38**	**66.518,85**	**5,70**	**70.310,42**	**5,70**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendiment	50.465,13	55.593,41	10,16	56.000,00	0,73	62.931,74	12,38	66.518,85	5,70	70.310,42	5,70
Impostos sobre a Produção e Circulação de Mercadorias e	**22.990.837,18**	**33.078.609,15**	**43,88**	**45.335.000,00**	**37,05**	**39.444.985,56**	**-12,99**	**43.579.349,73**	**10,48**	**43.835.372,67**	**0,59**
Impostos sobre Serviços	**22.990.837,18**	**33.078.609,15**	**43,88**	**45.335.000,00**	**37,05**	**39.444.985,56**	**-12,99**	**43.579.349,73**	**10,48**	**43.835.372,67**	**0,59**
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	**22.990.837,18**	**33.078.609,15**	**43,88**	**45.335.000,00**	**37,05**	**39.444.985,56**	**-12,99**	**43.579.349,73**	**10,48**	**43.835.372,67**	**0,59**
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Princ	22.753.935,08	32.585.845,65	43,21	45.000.000,00	38,10	38.887.177,28	-13,58	42.989.746,38	10,55	43.212.161,92	0,52
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multa	1.663,98	4.854,84	191,76	5.000,00	2,99	5.495,68	9,91	5.808,93	5,70	6.140,04	5,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Divic	176.490,75	356.158,81	101,80	230.000,00	-35,42	403.171,77	75,29	426.152,56	5,70	450.443,26	5,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multa	58.747,37	131.749,85	124,27	100.000,00	-24,10	149.140,83	49,14	157.641,86	5,70	166.627,45	5,70
Taxas	**1.199.704,84**	**1.665.351,86**	**38,81**	**1.526.400,00**	**-8,34**	**1.855.762,50**	**21,58**	**1.961.870,47**	**5,72**	**2.073.412,23**	**5,69**
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	**204.379,58**	**295.264,65**	**44,47**	**326.400,00**	**10,54**	**340.000,67**	**4,17**	**359.710,21**	**5,80**	**379.928,84**	**5,62**
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	**203.453,27**	**294.611,90**	**44,81**	**275.000,00**	**-6,65**	**333.500,67**	**21,27**	**352.510,21**	**5,70**	**372.603,29**	**5,70**
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	159.286,97	220.618,83	38,50	220.000,00	-0,28	249.740,52	13,52	263.975,73	5,70	279.022,35	5,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros d	805,34	3.216,02	299,34	5.000,00	55,47	3.640,53	-27,19	3.848,04	5,70	4.067,38	5,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	31.969,74	55.869,81	74,76	35.000,00	-37,35	63.244,62	80,70	66.849,56	5,70	70.659,98	5,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Juros de Mora d	11.391,22	14.907,24	30,87	15.000,00	0,62	16.875,00	12,50	17.836,88	5,70	18.853,58	5,70
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	**926,31**	**652,75**	**-29,53**	**51.400,00**	**7.774,38**	**6.500,00**	**-87,35**	**7.200,00**	**10,77**	**7.325,55**	**1,74**

Menu: LDO "Relatórios"

31 MAIO 2023

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	926,31	652,75	-29,53	50.000,00	7.559,90	5.000,00	-90,00	5.700,00	14,00	5.825,55	2,20
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multas e Juros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multas e Juros	0,00	0,00	0,00	900,00	0,00	500,00	-44,44	500,00	0,00	500,00	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços	**995.325,26**	**1.370.087,21**	**37,65**	**1.200.000,00**	**-12,41**	**1.515.761,83**	**26,31**	**1.602.160,26**	**5,70**	**1.693.483,39**	**5,70**
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral	**995.325,26**	**1.370.087,21**	**37,65**	**1.200.000,00**	**-12,41**	**1.515.761,83**	**26,31**	**1.602.160,26**	**5,70**	**1.693.483,39**	**5,70**
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	877.158,63	1.097.177,79	25,08	1.000.000,00	-8,86	1.206.828,37	20,68	1.275.617,59	5,70	1.348.327,79	5,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros	6.036,14	9.184,42	52,16	8.000,00	-12,90	10.396,76	29,96	10.989,38	5,70	11.615,77	5,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa	81.609,67	190.107,85	132,95	150.000,00	-21,10	215.202,09	43,47	227.468,61	5,70	240.434,32	5,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros	30.520,82	73.617,15	141,20	42.000,00	-42,95	83.334,61	98,42	88.064,68	5,70	93.105,51	5,70
Contribuições	**6.716.041,84**	**7.277.979,59**	**8,37**	**8.000.000,00**	**9,92**	**8.238.672,90**	**2,98**	**8.708.277,26**	**5,70**	**9.204.649,06**	**5,70**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Púb	**6.716.041,84**	**7.277.979,59**	**8,37**	**8.000.000,00**	**9,92**	**8.238.672,90**	**2,98**	**8.708.277,26**	**5,70**	**9.204.649,06**	**5,70**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Púb	**6.716.041,84**	**7.277.979,59**	**8,37**	**8.000.000,00**	**9,92**	**8.238.672,90**	**2,98**	**8.708.277,26**	**5,70**	**9.204.649,06**	**5,70**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Púb	**6.716.041,84**	**7.277.979,59**	**8,37**	**8.000.000,00**	**9,92**	**8.238.672,90**	**2,98**	**8.708.277,26**	**5,70**	**9.204.649,06**	**5,70**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	6.716.041,84	7.277.979,59	8,37	8.000.000,00	9,92	8.238.672,90	2,98	8.708.277,26	5,70	9.204.649,06	5,70
Receita Patrimonial	**2.259.605,65**	**12.546.243,30**	**455,24**	**7.919.000,00**	**-36,88**	**13.851.716,05**	**74,92**	**14.659.837,86**	**5,83**	**15.502.255,62**	**5,75**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	**60.472,50**	**17.310,03**	**-71,38**	**0,00**	**0,00**	**19.594,95**	**0,00**	**20.711,86**	**5,70**	**21.892,44**	**5,70**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	**60.472,50**	**17.310,03**	**-71,38**	**0,00**	**0,00**	**19.594,95**	**0,00**	**20.711,86**	**5,70**	**21.892,44**	**5,70**
Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito	**60.472,50**	**17.310,03**	**-71,38**	**0,00**	**0,00**	**19.594,95**	**0,00**	**20.711,86**	**5,70**	**21.892,44**	**5,70**
Conc.Permiss.Autor.ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imó	60.472,50	17.310,03	-71,38	0,00	0,00	19.594,95	0,00	20.711,86	5,70	21.892,44	5,70
Valores Mobiliários	**2.199.133,15**	**12.528.933,27**	**469,72**	**7.907.000,00**	**-36,89**	**13.832.121,10**	**74,94**	**14.639.126,00**	**5,83**	**15.480.363,18**	**5,75**
Juros e Correções Monetárias	**2.197.235,62**	**12.526.181,55**	**470,09**	**7.905.000,00**	**-36,89**	**13.829.006,15**	**74,94**	**14.635.833,50**	**5,83**	**15.476.883,01**	**5,75**
Remuneração de Depósitos Bancários	**2.197.235,62**	**12.526.181,55**	**470,09**	**7.905.000,00**	**-36,89**	**13.829.006,15**	**74,94**	**14.635.833,50**	**5,83**	**15.476.883,01**	**5,75**
Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.197.235,62	12.526.181,55	470,09	7.905.000,00	-36,89	13.829.006,15	74,94	14.635.833,50	5,83	15.476.883,01	5,75
Dividendos	**1.897,53**	**2.751,72**	**45,02**	**2.000,00**	**-27,32**	**3.114,95**	**55,75**	**3.292,50**	**5,70**	**3.480,17**	**5,70**
Dividendos	**1.897,53**	**2.751,72**	**45,02**	**2.000,00**	**-27,32**	**3.114,95**	**55,75**	**3.292,50**	**5,70**	**3.480,17**	**5,70**
Dividendos - Principal	1.897,53	2.751,72	45,02	2.000,00	-27,32	3.114,95	55,75	3.292,50	5,70	3.480,17	5,70
Demais Receitas Patrimoniais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Receitas Patrimoniais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Receitas Patrimoniais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Receitas Patrimoniais - Principal	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	**24.522.340,83**	**27.749.849,86**	**13,16**	**33.961.500,00**	**22,38**	**36.170.000,00**	**6,50**	**39.562.000,00**	**9,38**	**43.024.000,00**	**8,75**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**24.227.717,15**	**27.469.815,91**	**13,38**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**24.227.717,15**	**27.469.815,91**	**13,38**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**24.227.717,15**	**27.469.815,91**	**13,38**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

31 MAIO 2023

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	23.556.716,36	26.650.835,30	13,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	291.004,47	493.520,34	69,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	338.279,83	274.259,92	-18,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	41.716,49	51.200,35	22,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	**294.623,68**	**280.033,95**	**-4,95**	**33.961.500,00**	**12.027,64**	**36.170.000,00**	**6,50**	**39.562.000,00**	**9,38**	**43.024.000,00**	**8,75**
Outros Serviços	**294.623,68**	**280.033,95**	**-4,95**	**33.961.500,00**	**12.027,64**	**36.170.000,00**	**6,50**	**39.562.000,00**	**9,38**	**43.024.000,00**	**8,75**
Receita de Serviços Sujeitos à Regulação	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**33.919.000,00**	**0,00**	**36.130.000,00**	**6,52**	**39.522.000,00**	**9,39**	**42.984.000,00**	**8,76**
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**26.497.000,00**	**0,00**	**28.380.000,00**	**7,11**	**31.442.000,00**	**10,79**	**34.584.000,00**	**9,99**
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - P	0,00	0,00	0,00	26.497.000,00	0,00	28.000.000,00	5,67	31.000.000,00	10,71	34.101.000,00	10,00
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	230.000,00	15,00	250.000,00	8,70
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	180.000,00	20,00	200.000,00	11,11
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	32.000,00	6,67	33.000,00	3,13
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**6.906.000,00**	**0,00**	**7.200.000,00**	**4,26**	**7.500.000,00**	**4,17**	**7.800.000,00**	**4,00**
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário - Pr	0,00	0,00	0,00	6.906.000,00	0,00	7.200.000,00	4,26	7.500.000,00	4,17	7.800.000,00	4,00
Outros Serviços Sujeitos à Regulação	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**516.000,00**	**0,00**	**550.000,00**	**6,59**	**580.000,00**	**5,45**	**600.000,00**	**3,45**
Outros Serviços Sujeitos à Regulação - Principal	0,00	0,00	0,00	516.000,00	0,00	550.000,00	6,59	580.000,00	5,45	600.000,00	3,45
Outros Serviços	**294.623,68**	**280.033,95**	**-4,95**	**42.500,00**	**-84,82**	**40.000,00**	**-5,88**	**40.000,00**	**0,00**	**40.000,00**	**0,00**
Outros Serviços - Principal	294.623,68	280.033,95	-4,95	42.500,00	-84,82	40.000,00	-5,88	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00
Transferências Correntes	**227.696.530,94**	**259.955.655,10**	**14,17**	**288.004.600,00**	**10,79**	**316.238.684,90**	**9,80**	**340.249.147,94**	**7,59**	**368.620.331,32**	**8,34**
Transferências da União e de suas Entidades	**93.001.202,09**	**108.430.440,83**	**16,59**	**126.639.600,00**	**16,79**	**137.011.573,04**	**8,19**	**144.051.932,71**	**5,14**	**150.629.032,86**	**4,57**
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da	**53.157.296,16**	**66.866.787,36**	**25,79**	**87.010.000,00**	**30,12**	**89.693.203,29**	**3,08**	**94.007.715,89**	**4,81**	**97.568.155,70**	**3,79**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPI	**53.155.470,35**	**66.865.044,03**	**25,79**	**87.000.000,00**	**30,11**	**89.691.229,84**	**3,09**	**94.005.629,95**	**4,81**	**97.565.950,86**	**3,79**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	**49.119.686,82**	**61.206.371,05**	**24,61**	**80.000.000,00**	**30,71**	**80.285.612,03**	**0,36**	**84.234.891,92**	**4,92**	**87.409.280,76**	**3,77**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota M	49.119.686,82	61.206.371,05	24,61	80.000.000,00	30,71	80.285.612,03	0,36	84.234.891,92	4,92	87.409.280,76	3,77
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	**4.035.783,53**	**5.658.672,98**	**40,21**	**7.000.000,00**	**23,70**	**9.405.617,81**	**34,37**	**9.770.738,03**	**3,88**	**10.156.670,10**	**3,95**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas E	4.035.783,53	5.658.672,98	40,21	7.000.000,00	23,70	9.405.617,81	34,37	9.770.738,03	3,88	10.156.670,10	3,95
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	**1.825,81**	**1.743,33**	**-4,52**	**10.000,00**	**473,61**	**1.973,45**	**-80,27**	**2.085,94**	**5,70**	**2.204,84**	**5,70**
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural -	1.825,81	1.743,33	-4,52	10.000,00	473,61	1.973,45	-80,27	2.085,94	5,70	2.204,84	5,70
Transferências das Compensações Financeiras pela Explo	**2.492.713,97**	**3.765.434,24**	**51,06**	**3.200.000,00**	**-15,02**	**4.862.471,56**	**51,95**	**5.205.432,43**	**7,05**	**5.562.242,08**	**6,85**
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração d	**1.543.204,67**	**1.039.242,17**	**-32,66**	**1.500.000,00**	**44,34**	**1.576.422,14**	**5,09**	**1.743.478,20**	**10,60**	**1.814.356,46**	**4,07**
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de R	1.543.204,67	1.039.242,17	-32,66	1.500.000,00	44,34	1.576.422,14	5,09	1.743.478,20	10,60	1.814.356,46	4,07
Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de	**949.509,30**	**1.481.665,62**	**56,05**	**1.700.000,00**	**14,74**	**1.877.245,48**	**10,43**	**1.972.848,47**	**5,09**	**2.173.900,83**	**10,19**
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	**949.509,30**	**1.481.665,62**	**56,05**	**1.700.000,00**	**14,74**	**1.877.245,48**	**10,43**	**1.972.848,47**	**5,09**	**2.173.900,83**	**10,19**
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Principal	949.509,30	1.481.665,62	56,05	1.700.000,00	14,74	1.877.245,48	10,43	1.972.848,47	5,09	2.173.900,83	10,19
Outras Transferências decorrentes de Compensação Fina	**0,00**	**1.244.526,45**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.408.803,94**	**0,00**	**1.489.105,76**	**5,70**	**1.573.984,79**	**5,70**

31 MAIO 2023

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
63

R$ 1,00

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	23.556.716,36	26.650.835,30	13,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	291.004,47	493.520,34	69,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	338.279,83	274.259,92	-18,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	41.716,49	51.200,35	22,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	**294.623,68**	**280.033,95**	**-4,95**	**33.961.500,00**	**12.027,64**	**36.170.000,00**	**6,50**	**39.562.000,00**	**9,38**	**43.024.000,00**	**8,75**
Outros Serviços	**294.623,68**	**280.033,95**	**-4,95**	**33.961.500,00**	**12.027,64**	**36.170.000,00**	**6,50**	**39.562.000,00**	**9,38**	**43.024.000,00**	**8,75**
Receita de Serviços Sujeitos à Regulação	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**33.919.000,00**	**0,00**	**36.130.000,00**	**6,52**	**39.522.000,00**	**9,39**	**42.984.000,00**	**8,76**
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**26.497.000,00**	**0,00**	**28.380.000,00**	**7,11**	**31.442.000,00**	**10,79**	**34.584.000,00**	**9,99**
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - P	0,00	0,00	0,00	26.497.000,00	0,00	28.000.000,00	5,67	31.000.000,00	10,71	34.101.000,00	10,00
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	230.000,00	15,00	250.000,00	8,70
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	180.000,00	20,00	200.000,00	11,11
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	32.000,00	6,67	33.000,00	3,13
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**6.906.000,00**	**0,00**	**7.200.000,00**	**4,26**	**7.500.000,00**	**4,17**	**7.800.000,00**	**4,00**
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário - Pr	0,00	0,00	0,00	6.906.000,00	0,00	7.200.000,00	4,26	7.500.000,00	4,17	7.800.000,00	4,00
Outros Serviços Sujeitos à Regulação	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**516.000,00**	**0,00**	**550.000,00**	**6,59**	**580.000,00**	**5,45**	**600.000,00**	**3,45**
Outros Serviços Sujeitos à Regulação - Principal	0,00	0,00	0,00	516.000,00	0,00	550.000,00	6,59	580.000,00	5,45	600.000,00	3,45
Outros Serviços	**294.623,68**	**280.033,95**	**-4,95**	**42.500,00**	**-84,82**	**40.000,00**	**-5,88**	**40.000,00**	**0,00**	**40.000,00**	**0,00**
Outros Serviços - Principal	294.623,68	280.033,95	-4,95	42.500,00	-84,82	40.000,00	-5,88	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00
Transferências Correntes	**227.696.530,94**	**259.955.655,10**	**14,17**	**288.004.600,00**	**10,79**	**316.238.684,90**	**9,80**	**340.249.147,94**	**7,59**	**368.620.331,32**	**8,34**
Transferências da União e de suas Entidades	**93.001.202,09**	**108.430.440,83**	**16,59**	**126.639.600,00**	**16,79**	**137.011.573,04**	**8,19**	**144.051.932,71**	**5,14**	**150.629.032,88**	**4,57**
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da	**53.157.296,16**	**66.866.787,36**	**25,79**	**87.010.000,00**	**30,12**	**89.693.203,29**	**3,08**	**94.007.715,89**	**4,81**	**97.568.155,70**	**3,79**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPI	**53.155.470,35**	**66.865.044,03**	**25,79**	**87.000.000,00**	**30,11**	**89.691.229,84**	**3,09**	**94.005.629,95**	**4,81**	**97.565.950,86**	**3,79**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	**49.119.686,82**	**61.206.371,05**	**24,61**	**80.000.000,00**	**30,71**	**80.285.612,03**	**0,36**	**84.234.891,92**	**4,92**	**87.409.280,76**	**3,77**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota M	49.119.686,82	61.206.371,05	24,61	80.000.000,00	30,71	80.285.612,03	0,36	84.234.891,92	4,92	87.409.280,76	3,77
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	**4.035.783,53**	**5.658.672,98**	**40,21**	**7.000.000,00**	**23,70**	**9.405.617,81**	**34,37**	**9.770.738,03**	**3,88**	**10.156.670,10**	**3,95**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas I	4.035.783,53	5.658.672,98	40,21	7.000.000,00	23,70	9.405.617,81	34,37	9.770.738,03	3,88	10.156.670,10	3,95
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	**1.825,81**	**1.743,33**	**-4,52**	**10.000,00**	**473,61**	**1.973,45**	**-80,27**	**2.085,94**	**5,70**	**2.204,84**	**5,70**
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural -	1.825,81	1.743,33	-4,52	10.000,00	473,61	1.973,45	-80,27	2.085,94	5,70	2.204,84	5,70
Transferências das Compensações Financeiras pela Explo	**2.492.713,97**	**3.765.434,24**	**51,06**	**3.200.000,00**	**-15,02**	**4.862.471,56**	**51,95**	**5.205.432,43**	**7,05**	**5.562.242,08**	**6,85**
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração d	**1.543.204,67**	**1.039.242,17**	**-32,66**	**1.500.000,00**	**44,34**	**1.576.422,14**	**5,09**	**1.743.478,20**	**10,60**	**1.814.356,46**	**4,07**
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de R	1.543.204,67	1.039.242,17	-32,66	1.500.000,00	44,34	1.576.422,14	5,09	1.743.478,20	10,60	1.814.356,46	4,07
Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de	**949.509,30**	**1.481.665,62**	**56,05**	**1.700.000,00**	**14,74**	**1.877.245,48**	**10,43**	**1.972.848,47**	**5,09**	**2.173.900,83**	**10,19**
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	**949.509,30**	**1.481.665,62**	**56,05**	**1.700.000,00**	**14,74**	**1.877.245,48**	**10,43**	**1.972.848,47**	**5,09**	**2.173.900,83**	**10,19**
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Principal	949.509,30	1.481.665,62	56,05	1.700.000,00	14,74	1.877.245,48	10,43	1.972.848,47	5,09	2.173.900,83	10,19
Outras Transferências decorrentes de Compensação Fina	**0,00**	**1.244.526,45**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.408.803,94**	**0,00**	**1.489.105,76**	**5,70**	**1.573.984,79**	**5,70**

31 MAIO 2023

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

R$ 1,00

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Outras Transf.dec.de Compensação Financeira pela Explorac	0,00	1.244.526,45	0,00	0,00	0,00	1.408.803,94	0,00	1.489.105,76	5,70	1.573.984,79	5,70
Transf.de Rec.do Sistema Único de Saúde – SUS	**33.822.184,61**	**31.714.564,58**	**-6,23**	**32.150.000,00**	**1,37**	**35.900.887,11**	**11,67**	**37.947.237,68**	**5,70**	**40.110.230,22**	**5,70**
Transf.de Rec.do Sistema Único de Saúde – SUS – Repass	**33.822.184,61**	**31.714.564,58**	**-6,23**	**32.150.000,00**	**1,37**	**35.900.887,11**	**11,67**	**37.947.237,68**	**5,70**	**40.110.230,22**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**7.265.999,71**	**6.874.116,42**	**-5,39**	**7.000.000,00**	**1,83**	**7.781.499,79**	**11,16**	**8.225.045,28**	**5,70**	**8.693.872,86**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos	7.265.999,71	6.874.116,42	-5,39	7.000.000,00	1,83	7.781.499,79	11,16	8.225.045,28	5,70	8.693.872,86	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**24.950.020,84**	**22.835.622,28**	**-8,47**	**23.000.000,00**	**0,72**	**25.849.924,42**	**12,39**	**27.323.370,11**	**5,70**	**28.880.802,21**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos	24.950.020,84	22.835.622,28	-8,47	23.000.000,00	0,72	25.849.924,42	12,39	27.323.370,11	5,70	28.880.802,21	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**1.074.695,10**	**1.438.848,76**	**33,88**	**1.600.000,00**	**11,20**	**1.628.776,80**	**1,80**	**1.721.617,08**	**5,70**	**1.819.749,25**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos	1.074.695,10	1.438.848,76	33,88	1.600.000,00	11,20	1.628.776,80	1,80	1.721.617,08	5,70	1.819.749,25	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**471.468,96**	**552.977,12**	**17,29**	**550.000,00**	**-0,54**	**625.970,10**	**13,81**	**661.650,40**	**5,70**	**699.364,47**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos	471.468,96	552.977,12	17,29	550.000,00	-0,54	625.970,10	13,81	661.650,40	5,70	699.364,47	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**0,00**	**13.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**14.716,00**	**0,00**	**15.554,81**	**5,70**	**16.441,43**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	14.716,00	0,00	15.554,81	5,70	16.441,43	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimen	**2.436.644,27**	**2.824.153,56**	**15,90**	**2.850.000,00**	**0,92**	**3.396.941,83**	**19,19**	**3.559.167,52**	**4,78**	**3.871.780,08**	**8,78**
Transf.do Salário-Educação	**1.835.484,42**	**2.210.521,65**	**20,43**	**2.200.000,00**	**-0,48**	**2.502.310,51**	**13,74**	**2.644.942,21**	**5,70**	**2.795.703,92**	**5,70**
Transf.do Salário-Educação - Principal	1.835.484,42	2.210.521,65	20,43	2.200.000,00	-0,48	2.502.310,51	13,74	2.644.942,21	5,70	2.795.703,92	5,70
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNA	**595.904,00**	**601.704,00**	**0,97**	**640.000,00**	**6,36**	**881.128,93**	**37,68**	**899.953,28**	**2,14**	**1.060.990,62**	**17,89**
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNAE -	595.904,00	601.704,00	0,97	640.000,00	6,36	881.128,93	37,68	899.953,28	2,14	1.060.990,62	17,89
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Es	**5.255,85**	**11.927,91**	**126,95**	**10.000,00**	**-16,16**	**13.502,39**	**35,02**	**14.272,03**	**5,70**	**15.085,54**	**5,70**
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Escola	5.255,85	11.927,91	126,95	10.000,00	-16,16	13.502,39	35,02	14.272,03	5,70	15.085,54	5,70
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de Assistência Social –	**338.087,02**	**839.297,54**	**148,25**	**629.600,00**	**-24,98**	**950.084,82**	**50,90**	**1.004.239,65**	**5,70**	**1.061.481,31**	**5,70**
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de Assistência Social –	**338.087,02**	**839.297,54**	**148,25**	**629.600,00**	**-24,98**	**950.084,82**	**50,90**	**1.004.239,65**	**5,70**	**1.061.481,31**	**5,70**
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistênci	338.087,02	839.297,54	148,25	629.600,00	-24,98	950.084,82	50,90	1.004.239,65	5,70	1.061.481,31	5,70
Transf.de Conv.da União e de Suas Entidades	**0,00**	**67.670,88**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**76.603,44**	**0,00**	**80.969,84**	**5,70**	**85.585,12**	**5,70**
Outras Transferências de Convênios da União e de Suas E	**0,00**	**67.670,88**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**76.603,44**	**0,00**	**80.969,84**	**5,70**	**85.585,12**	**5,70**
Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Enti	0,00	67.670,88	0,00	0,00	0,00	76.603,44	0,00	80.969,84	5,70	85.585,12	5,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas En	**754.276,06**	**2.352.532,67**	**211,89**	**800.000,00**	**-65,99**	**2.131.380,99**	**166,42**	**2.247.169,70**	**5,43**	**2.369.558,37**	**5,45**
Transferência Especial da União	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferência Especial da União - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementa	**0,00**	**619.262,94**	**0,00**	**800.000,00**	**29,19**	**801.005,65**	**0,13**	**840.962,97**	**4,99**	**883.197,86**	**5,02**
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar n°	0,00	619.262,94	0,00	800.000,00	29,19	801.005,65	0,13	840.962,97	4,99	883.197,86	5,02
Outras Transferências de Recursos da União e de suas En	**754.276,06**	**1.175.243,23**	**55,81**	**0,00**	**0,00**	**1.330.375,34**	**0,00**	**1.406.206,73**	**5,70**	**1.486.360,51**	**5,70**
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entida	754.276,06	1.175.243,23	55,81	0,00	0,00	1.330.375,34	0,00	1.406.206,73	5,70	1.486.360,51	5,70

31 MAIO 2023

Menu: LDO "Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
65

R$ 1,00

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua	**97.493.385,49**	**110.432.689,86**	**13,27**	**115.365.000,00**	**4,47**	**126.841.553,32**	**9,95**	**138.167.679,86**	**8,93**	**154.167.079,56**	**11,58**
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	**82.194.080,93**	**92.872.524,57**	**12,99**	**108.080.000,00**	**16,37**	**113.331.697,82**	**4,86**	**123.324.204,61**	**8,82**	**134.958.284,28**	**9,43**
Cota-Parte do ICMS	**67.399.091,15**	**75.513.148,53**	**12,04**	**90.000.000,00**	**19,18**	**91.480.884,14**	**1,65**	**98.353.294,54**	**7,51**	**107.503.432,33**	**9,30**
Cota-Parte do ICMS - Principal	67.399.091,15	75.513.148,53	12,04	90.000.000,00	19,18	91.480.884,14	1,65	98.353.294,54	7,51	107.503.432,33	9,30
Cota-Parte do IPVA	**14.006.552,76**	**16.447.498,84**	**17,43**	**17.000.000,00**	**3,36**	**20.618.568,69**	**21,29**	**23.679.827,11**	**14,85**	**25.801.577,26**	**8,96**
Cota-Parte do IPVA - Principal	14.006.552,76	16.447.498,84	17,43	17.000.000,00	3,36	20.618.568,69	21,29	23.679.827,11	14,85	25.801.577,26	8,96
Cota-Parte do IPI - Municípios	**750.121,86**	**852.225,36**	**13,61**	**1.000.000,00**	**17,34**	**1.164.719,11**	**16,47**	**1.219.708,10**	**4,72**	**1.577.831,46**	**29,36**
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	750.121,86	852.225,36	13,61	1.000.000,00	17,34	1.164.719,11	16,47	1.219.708,10	4,72	1.577.831,46	29,36
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Ec	**38.315,16**	**59.651,84**	**55,69**	**80.000,00**	**34,11**	**67.525,88**	**-15,59**	**71.374,86**	**5,70**	**75.443,23**	**5,70**
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econô	38.315,16	59.651,84	55,69	80.000,00	34,11	67.525,88	-15,59	71.374,86	5,70	75.443,23	5,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**14.996.938,17**	**13.855.122,29**	**-7,61**	**7.000.000,00**	**-49,48**	**11.315.746,83**	**61,65**	**12.410.302,38**	**9,67**	**16.522.931,56**	**33,14**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**14.996.938,17**	**13.855.122,29**	**-7,61**	**7.000.000,00**	**-49,48**	**11.315.746,83**	**61,65**	**12.410.302,38**	**9,67**	**16.522.931,56**	**33,14**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SU	14.996.938,17	13.855.122,29	-7,61	7.000.000,00	-49,48	11.315.746,83	61,65	12.410.302,38	9,67	16.522.931,56	33,14
Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	**302.366,39**	**3.705.043,00**	**1.125,35**	**285.000,00**	**-92,31**	**2.194.108,57**	**669,86**	**2.433.172,87**	**10,90**	**2.685.863,72**	**10,39**
Transferências de Estados destinadas à Assistência Socia	**265.012,00**	**1.145.495,94**	**332,24**	**200.000,00**	**-82,54**	**1.296.701,40**	**548,35**	**1.370.613,38**	**5,70**	**1.448.738,34**	**5,70**
Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - F	265.012,00	1.145.495,94	332,24	200.000,00	-82,54	1.296.701,40	548,35	1.370.613,38	5,70	1.448.738,34	5,70
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	**0,00**	**71.234,53**	**0,00**	**85.000,00**	**19,32**	**80.637,49**	**-5,13**	**85.233,83**	**5,70**	**90.092,16**	**5,70**
Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educ	0,00	71.234,53	0,00	85.000,00	19,32	80.637,49	-5,13	85.233,83	5,70	90.092,16	5,70
Outras Transferências dos Estados e DF	**37.354,39**	**2.488.312,53**	**6.561,37**	**0,00**	**0,00**	**816.769,78**	**0,00**	**977.325,66**	**19,66**	**1.147.033,22**	**17,36**
Outras Transferências dos Estados e DF - Principal	37.354,39	2.488.312,53	6.561,37	0,00	0,00	816.769,78	0,00	977.325,66	19,66	1.147.033,22	17,36
Transferências de Instituições Privadas	**1.287.659,68**	**875.351,21**	**-32,02**	**0,00**	**0,00**	**859.718,48**	**0,00**	**908.722,43**	**5,70**	**960.519,61**	**5,70**
Transferências de Instituições Privadas	**1.287.659,68**	**875.351,21**	**-32,02**	**0,00**	**0,00**	**859.718,48**	**0,00**	**908.722,43**	**5,70**	**960.519,61**	**5,70**
Outras TransferÃªncias de InstituiÃ§Ãµes Privadas	**1.287.659,68**	**875.351,21**	**-32,02**	**0,00**	**0,00**	**859.718,48**	**0,00**	**908.722,43**	**5,70**	**960.519,61**	**5,70**
Outras TransferÃªncias de InstituiÃ§Ãµes Privadas â€" Princip	1.287.659,68	875.351,21	-32,02	0,00	0,00	859.718,48	0,00	908.722,43	5,70	960.519,61	5,70
Transferências de Outras Instituições Públicas	**35.889.129,89**	**40.214.953,25**	**12,05**	**45.000.000,00**	**11,90**	**51.523.327,08**	**14,50**	**57.118.156,72**	**10,86**	**62.860.891,65**	**10,05**
Transferências de Recursos do FUNDEB	**35.889.129,89**	**40.214.953,25**	**12,05**	**45.000.000,00**	**11,90**	**51.523.327,08**	**14,50**	**57.118.156,72**	**10,86**	**62.860.891,65**	**10,05**
Transferências de Recursos do FUNDEB	**35.889.129,89**	**40.214.953,25**	**12,05**	**45.000.000,00**	**11,90**	**51.523.327,08**	**14,50**	**57.118.156,72**	**10,86**	**62.860.891,65**	**10,05**
Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	35.889.129,89	40.214.953,25	12,05	45.000.000,00	11,90	51.523.327,08	14,50	57.118.156,72	10,86	62.860.891,65	10,05
Demais Transferências Correntes	**25.153,79**	**2.219,95**	**-91,17**	**1.000.000,00**	**44.946,06**	**2.512,98**	**-99,75**	**2.656,22**	**5,70**	**2.807,62**	**5,70**
Transferências de Pessoas Físicas	**25.153,79**	**2.219,95**	**-91,17**	**1.000.000,00**	**44.946,06**	**2.512,98**	**-99,75**	**2.656,22**	**5,70**	**2.807,62**	**5,70**
Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Saúde	**25.153,79**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Saúde - P	25.153,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Pessoas Físicas	**0,00**	**2.219,95**	**0,00**	**1.000.000,00**	**44.946,06**	**2.512,98**	**-99,75**	**2.656,22**	**5,70**	**2.807,62**	**5,70**
Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal	0,00	2.219,95	0,00	1.000.000,00	44.946,06	2.512,98	-99,75	2.656,22	5,70	2.807,62	5,70
Outras Receitas Correntes	**1.238.903,25**	**4.968.822,15**	**301,07**	**5.543.500,00**	**11,57**	**4.619.103,84**	**-16,68**	**4.937.454,77**	**6,89**	**5.273.951,69**	**6,82**

31 MAIO 2023

Mem: LDO "Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE - 66

R$ 1,00

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	860.024,87	1.637.033,26	90,35	1.510.000,00	-7,76	2.854.121,65	89,01	2.959.749,58	3,70	3.071.398,30	3,77
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	860.024,87	1.637.033,26	90,35	1.510.000,00	-7,76	2.854.121,65	89,01	2.959.749,58	3,70	3.071.398,30	3,77
Multas Previstas em Legislação Especifica	817.412,60	1.622.992,84	98,55	1.500.000,00	-7,58	2.837.227,89	89,15	2.941.949,88	3,69	3.052.641,02	3,76
Multas Previstas em Legislação Especifica - Principal	817.412,60	1.622.992,84	98,55	1.500.000,00	-7,58	2.837.227,89	89,15	2.941.949,88	3,69	3.052.641,02	3,76
Multas por Danos Ambientais	41.239,25	14.040,42	-65,95	5.000,00	-64,39	15.893,76	217,88	16.799,70	5,70	17.757,28	5,70
Multas Administrativas por Danos Ambientais	41.239,25	14.040,42	-65,95	5.000,00	-64,39	15.893,76	217,88	16.799,70	5,70	17.757,28	5,70
Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	41.239,25	14.040,42	-65,95	5.000,00	-64,39	15.893,76	217,88	16.799,70	5,70	17.757,28	5,70
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	1.373,02	0,00	0,00	5.000,00	0,00	1.000,00	-80,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	1.373,02	0,00	0,00	5.000,00	0,00	1.000,00	-80,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	113.929,01	2.676.601,41	2.249,36	3.403.500,00	27,15	1.018.854,14	-70,06	1.190.768,40	16,87	1.372.471,20	15,26
Indenizações	0,00	458,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Indenizações	0,00	458,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Indenizações - Principal	0,00	458,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	113.929,01	2.676.143,16	2.248,96	3.403.500,00	27,18	1.018.864,14	-70,06	1.190.768,40	16,87	1.372.471,20	15,26
Restituição de Convênios	5.733,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituição de Convênios - Primárias	5.733,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituição de Convênios - Primárias - Principal	5.733,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituição de Convênios - Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituição de Convênios - Financeiras - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Restituições	108.195,61	2.676.143,16	2.373,43	3.403.500,00	27,18	1.018.864,14	-70,06	1.190.768,40	16,87	1.372.471,20	15,26
Outras Restituições - Principal	108.195,61	2.676.143,16	2.373,43	3.403.500,00	27,18	1.018.864,14	-70,06	1.190.768,40	16,87	1.372.471,20	15,26
Demais Receitas Correntes	264.949,37	655.187,48	147,29	630.000,00	-3,84	746.118,05	18,43	786.936,79	5,47	830.082,19	5,48
Outras Receitas Correntes	264.949,37	655.187,48	147,29	630.000,00	-3,84	746.118,05	18,43	786.936,79	5,47	830.082,19	5,48
Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas	59.223,36	170.700,30	188,23	120.000,00	-29,70	193.232,74	61,03	204.247,01	5,70	215.889,09	5,70
Ônus de Sucumbência	59.223,36	170.700,30	188,23	120.000,00	-29,70	193.232,74	61,03	204.247,01	5,70	215.889,09	5,70
Ônus de Sucumbência - Principal	59.223,36	170.700,30	188,23	120.000,00	-29,70	193.232,74	61,03	204.247,01	5,70	215.889,09	5,70
Outras Receitas	205.726,01	484.487,18	135,50	510.000,00	5,27	552.885,31	8,41	582.689,78	5,39	614.193,10	5,41
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela R	205.726,01	484.487,18	135,50	10.000,00	-97,94	522.885,31	5.128,85	552.689,78	5,70	584.193,10	5,70
Outras Receit.Não Arrec.e Não Projet.pela RFB - Primárias -	193.592,63	476.229,85	146,00	0,00	0,00	513.538,01	0,00	542.809,68	5,70	573.749,83	5,70
Outras Receit.Não Arrec.e Não Projet.pela RFB - Primárias -	12.133,38	8.257,33	-31,95	10.000,00	21,10	9.347,30	-6,53	9.880,10	5,70	10.443,27	5,70
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela R	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	30.000,00	-94,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00
Outras Receit.Não Arrec.e Não Projet.pela RFB - Financeiras	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	30.000,00	-94,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00
Receitas de Capital	9.439.734,55	15.289.200,87	61,97	17.500.000,00	14,46	16.231.467,38	-7,25	13.245.761,02	-18,39	14.000.769,41	5,70
Operações de Crédito	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	5.000.000,00	-4,81	4.946.235,23	-1,08	3.785.170,64	-23,47	4.143.425,37	9,46
Operações de Crédito - Mercado Interno	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	5.000.000,00	-4,81	4.946.235,23	-1,08	3.785.170,64	-23,47	4.143.425,37	9,46

31 MAIO 2023

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

R$ 1,00

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	500.000,00	-50,00	500.000,00	0,00
Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	500.000,00	-50,00	500.000,00	0,00
Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde - Pr	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	500.000,00	-50,00	500.000,00	0,00
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	5.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	4.000.000,00	-23,85	3.946.235,23	-1,34	3.285.170,64	-16,75	3.643.425,37	10,91
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	4.000.000,00	-23,85	3.946.235,23	-1,34	3.285.170,64	-16,75	3.643.425,37	10,91
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	4.000.000,00	-23,85	3.946.235,23	-1,34	3.285.170,64	-16,75	3.643.425,37	10,91
Alienação de Bens	0,00	868.630,00	0,00	3.200.000,00	268,40	3.950.461,16	23,45	2.004.637,45	-49,26	2.061.901,79	2,86
Alienação de Bens Móveis	0,00	215.585,00	0,00	200.000,00	-7,23	3.211.214,22	1.505,61	1.223.253,43	-61,91	1.235.978,88	1,04
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	215.585,00	0,00	200.000,00	-7,23	3.211.214,22	1.505,61	1.223.253,43	-61,91	1.235.978,88	1,04
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	215.585,00	0,00	200.000,00	-7,23	3.211.214,22	1.505,61	1.223.253,43	-61,91	1.235.978,88	1,04
Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	0,00	215.585,00	0,00	200.000,00	-7,23	3.211.214,22	1.505,61	1.223.253,43	-61,91	1.235.978,88	1,04
Alienação de Bens Imóveis	0,00	653.045,00	0,00	3.000.000,00	359,39	739.246,94	-75,36	781.384,02	5,70	825.922,91	5,70
Alienação de Bens Imóveis	0,00	653.045,00	0,00	3.000.000,00	359,39	739.246,94	-75,36	781.384,02	5,70	825.922,91	5,70
Alienação de Bens Imóveis	0,00	653.045,00	0,00	3.000.000,00	359,39	739.246,94	-75,36	781.384,02	5,70	825.922,91	5,70
Alienação de Bens Imóveis - Principal	0,00	653.045,00	0,00	3.000.000,00	359,39	739.246,94	-75,36	781.384,02	5,70	825.922,91	5,70
Transferências de Capital	2.690.552,77	9.157.712,89	240,74	9.300.000,00	1,44	7.334.770,99	-21,13	7.455.952,93	1,65	7.795.442,25	4,55
Transferências da União e de suas Entidades	295.552,77	1.623.330,59	449,25	8.300.000,00	411,29	3.037.610,23	-63,40	2.942.354,01	-3,14	3.053.068,19	3,76
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde -	149.995,00	199.686,00	33,13	0,00	0,00	226.044,55	0,00	238.929,09	5,70	252.548,05	5,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	0,00	199.686,00	0,00	0,00	0,00	226.044,55	0,00	238.929,09	5,70	252.548,05	5,70
Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da	0,00	199.686,00	0,00	0,00	0,00	226.044,55	0,00	238.929,09	5,70	252.548,05	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Estrut.da Rede de Serv.Públicos d	0,00	199.686,00	0,00	0,00	0,00	226.044,55	0,00	238.929,09	5,70	252.548,05	5,70
Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de S	149.995,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saú	149.995,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desen	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	200.000,00	-60,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	200.000,00	-60,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Programa Nacional de Reestruturaç	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	200.000,00	-60,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.para o Prog.Nacional de Reest.e Aquis.de Equip.para E	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	200.000,00	-60,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assist	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	56.600,00	0,00	59.826,20	5,70	63.236,29	5,70
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assist	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	56.600,00	0,00	59.826,20	5,70	63.236,29	5,70
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistênci	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	56.600,00	0,00	59.826,20	5,70	63.236,29	5,70
Transferências de Convênios da União e de suas Entidade	0,00	1.273.644,59	0,00	7.500.000,00	488,86	2.441.765,68	-67,44	2.523.946,32	3,37	2.610.811,26	3,44
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Programa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	0,00	795.812,48	0,00	6.500.000,00	716,78	900.859,73	-86,14	952.208,73	5,70	1.006.484,63	5,70
Transferências de Convênios da União destinadas a Programa	0,00	795.812,48	0,00	6.500.000,00	716,78	900.859,73	-86,14	952.208,73	5,70	1.006.484,63	5,70

31 MAIO 2023

Menu: LDO "Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

R$ 1,00

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	**0,00**	**477.832,11**	**0,00**	**1.000.000,00**	**109,28**	**1.540.905,95**	**54,09**	**1.571.737,59**	**2,00**	**1.604.326,63**	**2,07**
Transf.de Convênios da União destinadas a Programas de Inf	0,00	477.832,11	0,00	1.000.000,00	109,28	1.540.905,95	54,09	1.571.737,59	2,00	1.604.326,63	2,07
Outras Transferências de Recursos da União e de suas En	**145.557,77**	**100.000,00**	**-31,30**	**300.000,00**	**200,00**	**113.200,00**	**-62,27**	**119.652,40**	**5,70**	**126.472,59**	**5,70**
TransferÃªncia Especial da UniÃ£o	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**	**300.000,00**	**200,00**	**113.200,00**	**-62,27**	**119.652,40**	**5,70**	**126.472,59**	**5,70**
TransferÃªncia Especial da UniÃ£o - Principal	0,00	100.000,00	0,00	300.000,00	200,00	113.200,00	-62,27	119.652,40	5,70	126.472,59	5,70
Outras Transferências De Recursos da União e de suas En	**145.557,77**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências De Recursos da União e de suas Entid	145.557,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua	**2.200.000,00**	**7.544.382,30**	**242,93**	**1.000.000,00**	**-86,75**	**4.297.160,76**	**329,72**	**4.513.598,92**	**5,04**	**4.742.374,06**	**5,07**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**150.000,00**	**1.609.923,88**	**973,28**	**0,00**	**0,00**	**1.822.433,83**	**0,00**	**1.926.312,56**	**5,70**	**2.036.112,38**	**5,70**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**150.000,00**	**1.609.923,88**	**973,28**	**0,00**	**0,00**	**1.822.433,83**	**0,00**	**1.926.312,56**	**5,70**	**2.036.112,38**	**5,70**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SU	150.000,00	1.609.923,88	973,28	0,00	0,00	1.822.433,83	0,00	1.926.312,56	5,70	2.036.112,38	5,70
Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas	**0,00**	**1.744.458,42**	**0,00**	**500.000,00**	**-71,34**	**1.974.726,93**	**294,95**	**2.087.286,36**	**5,70**	**2.206.251,68**	**5,70**
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a P	**0,00**	**1.394.458,42**	**0,00**	**500.000,00**	**-64,14**	**1.578.526,93**	**215,71**	**1.668.502,96**	**5,70**	**1.763.607,63**	**5,70**
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Progr	0,00	1.394.458,42	0,00	500.000,00	-64,14	1.578.526,93	215,71	1.668.502,96	5,70	1.763.607,63	5,70
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e d	**0,00**	**350.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**396.200,00**	**0,00**	**418.783,40**	**5,70**	**442.654,05**	**5,70**
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de S	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	396.200,00	0,00	418.783,40	5,70	442.654,05	5,70
Outras Transferências de Recursos dos Estados	**2.050.000,00**	**4.190.000,00**	**104,39**	**500.000,00**	**-88,07**	**500.000,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**
Outras Transferências de Recursos dos Estados	**2.050.000,00**	**4.190.000,00**	**104,39**	**500.000,00**	**-88,07**	**500.000,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**
Outras Transferências de Recursos dos Estados - Principal	2.050.000,00	4.190.000,00	104,39	500.000,00	-88,07	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências de Instituições Privadas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Instituições Privadas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	**195.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Capital	**195.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Capital	**195.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Capital - Principal	195.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

31 MAIO 2023

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

R$ 1,00

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
CORRENTE INTRAORÇAMENTÁRIA	**520.296,21**	**819.574,50**	**57,52**	**890.000,00**	**8,59**	**965.500,00**	**8,48**	**1.050.500,00**	**8,80**	**1.085.500,00**	**3,33**
Receitas Correntes	**520.296,21**	**819.574,50**	**57,52**	**890.000,00**	**8,59**	**965.500,00**	**8,48**	**1.050.500,00**	**8,80**	**1.085.500,00**	**3,33**
Receita de Serviços	**520.296,21**	**819.574,50**	**57,52**	**890.000,00**	**8,59**	**965.500,00**	**8,48**	**1.050.500,00**	**8,80**	**1.085.500,00**	**3,33**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**520.296,21**	**819.574,50**	**57,52**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**520.296,21**	**819.574,50**	**57,52**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**520.296,21**	**819.574,50**	**57,52**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	520.296,21	819.534,27	57,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	0,00	40,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**890.000,00**	**0,00**	**965.500,00**	**8,48**	**1.050.500,00**	**8,80**	**1.085.500,00**	**3,33**
Outros Serviços	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**890.000,00**	**0,00**	**965.500,00**	**8,48**	**1.050.500,00**	**8,80**	**1.085.500,00**	**3,33**
Receita de Serviços Sujeitos à Regulação	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**890.000,00**	**0,00**	**965.500,00**	**8,48**	**1.050.500,00**	**8,80**	**1.085.500,00**	**3,33**
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**685.000,00**	**0,00**	**755.500,00**	**10,29**	**830.500,00**	**9,93**	**855.500,00**	**3,01**
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - R	0,00	0,00	0,00	685.000,00	0,00	720.000,00	5,11	790.000,00	9,72	810.000,00	2,53
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	35.000,00	16,67	40.000,00	14,29
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**205.000,00**	**0,00**	**210.000,00**	**2,44**	**220.000,00**	**4,76**	**230.000,00**	**4,55**
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário - Pr	0,00	0,00	0,00	205.000,00	0,00	210.000,00	2,44	220.000,00	4,76	230.000,00	4,55

31 MAIO 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE - 69

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

R$ 1,00

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
DEDUÇÃO FUNDEB	(26.255.453,65)	(30.915.780,90)	17,75	(37.602.000,00)	21,63	(36.270.326,78)	-3,54	(38.857.935,42)	7,13	(40.958.837,74)	5,41
Receitas Correntes	(26.255.453,65)	(30.915.780,90)	17,75	(37.602.000,00)	21,63	(36.270.326,78)	-3,54	(38.857.935,42)	7,13	(40.958.837,74)	5,41
Transferências Correntes	(26.255.453,65)	(30.915.780,90)	17,75	(37.602.000,00)	21,63	(36.270.326,78)	-3,54	(38.857.935,42)	7,13	(40.958.837,74)	5,41
Transferências da União e de suas Entidades	(9.824.302,20)	(12.353.227,85)	25,74	(16.002.000,00)	29,54	(13.857.516,73)	-13,40	(14.647.395,19)	5,70	(15.482.296,72)	5,70
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da	(9.824.302,20)	(12.241.622,55)	24,61	(16.002.000,00)	30,72	(13.857.516,73)	-13,40	(14.647.395,19)	5,70	(15.482.296,72)	5,70
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FP	(9.823.937,05)	(12.241.273,91)	24,61	(16.000.000,00)	30,71	(13.857.122,07)	-13,39	(14.646.978,03)	5,70	(15.481.855,78)	5,70
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	(9.823.937,05)	(12.241.273,91)	24,61	(16.000.000,00)	30,71	(13.857.122,07)	-13,39	(14.646.978,03)	5,70	(15.481.855,78)	5,70
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota M	(9.823.937,05)	(12.241.273,91)	24,61	(16.000.000,00)	30,71	(13.857.122,07)	-13,39	(14.646.978,03)	5,70	(15.481.855,78)	5,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	(365,15)	(348,64)	-4,52	(2.000,00)	473,66	(394,66)	-80,27	(417,16)	5,70	(440,94)	5,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural -	(365,15)	(348,64)	-4,52	(2.000,00)	473,66	(394,66)	-80,27	(417,16)	5,70	(440,94)	5,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas En	0,00	(111.605,30)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua	(16.431.151,45)	(18.562.553,05)	12,97	(21.600.000,00)	16,36	(22.412.810,05)	3,76	(24.210.540,23)	8,02	(25.476.541,02)	5,23
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	(16.431.151,45)	(18.562.553,05)	12,97	(21.600.000,00)	16,36	(22.412.810,05)	3,76	(24.210.540,23)	8,02	(25.476.541,02)	5,23
Cota-Parte do ICMS	(13.479.817,84)	(15.102.609,39)	12,04	(18.000.000,00)	19,18	(18.096.153,83)	0,53	(19.070.634,60)	5,39	(20.100.660,77)	5,40
Cota-Parte do ICMS - Principal	(13.479.817,84)	(15.102.609,39)	12,04	(18.000.000,00)	19,18	(18.096.153,83)	0,53	(19.070.634,60)	5,39	(20.100.660,77)	5,40
Cota-Parte do IPVA	(2.801.309,24)	(3.289.498,58)	17,43	(3.400.000,00)	3,36	(4.123.712,39)	21,29	(4.935.964,00)	19,70	(5.160.313,95)	4,55
Cota-Parte do IPVA - Principal	(2.801.309,24)	(3.289.498,58)	17,43	(3.400.000,00)	3,36	(4.123.712,39)	21,29	(4.935.964,00)	19,70	(5.160.313,95)	4,55
Cota-Parte do IPI - Municípios	(150.024,37)	(170.445,08)	13,61	(200.000,00)	17,34	(192.943,83)	-3,53	(203.941,63)	5,70	(215.566,30)	5,70
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	(150.024,37)	(170.445,08)	13,61	(200.000,00)	17,34	(192.943,83)	-3,53	(203.941,63)	5,70	(215.566,30)	5,70
TOTAL DA RECEITA	280.011.633,79	346.701.481,50	23,82	400.000.000,00	15,37	435.000.000,00	8,75	465.000.000,00	6,90	500.000.000,00	7,53
RECEITAS CORRRENTES (I)	279.887.691,49	342.366.058,47	22,32	382.500.000,00	11,72	418.768.532,62	9,48	451.754.238,98	7,88	485.999.230,59	7,58
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (II)	2.197.235,62	12.526.181,55	470,09	7.905.000,00	-36,89	13.829.006,15	74,94	14.635.833,50	5,83	15.476.883,01	5,75
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	277.690.455,87	329.839.876,92	18,78	374.595.000,00	13,57	404.939.526,47	8,10	437.118.405,48	7,95	470.522.347,58	7,64
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	9.439.734,55	15.289.200,87	61,97	17.500.000,00	14,46	16.231.467,38	-7,25	13.245.761,02	-18,39	14.000.769,41	5,70
RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO (V)	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	5.000.000,00	-4,81	4.946.235,23	-1,08	3.785.170,64	-23,47	4.143.425,37	9,46
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE BENS (VI)	0,00	868.630,00	0,00	3.200.000,00	268,40	3.950.461,16	23,45	2.004.637,45	-49,25	2.061.901,79	2,86
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)	2.690.552,77	9.167.712,89	240,74	9.300.000,00	1,44	7.334.770,99	-21,13	7.455.952,93	1,65	7.795.442,25	4,55
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (IX) = (III + VIII)	280.381.008,64	339.007.589,81	20,91	383.895.000,00	13,24	412.274.297,46	7,39	444.574.358,41	7,83	478.317.789,83	7,59

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 25/05/2023 , às 10:30:57

MONLEVADE - CÂMARA MUNICIPAL
31 MAIO 2023

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

R$ 1,00

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Despesas											
DESPESAS CORRENTES	**237.033.944,68**	**304.225.564,00**	**28,35**	**347.279.140,00**	**14,15**	**384.160.990,23**	**10,62**	**411.279.870,67**	**7,06**	**443.290.894,34**	**7,78**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	122.538.298,50	153.701.306,27	25,43	179.169.775,00	16,57	198.296.683,49	10,68	212.039.069,03	6,93	230.162.797,55	8,55
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS CONTRA	529.978,82	512.751,95	-3,25	723.100,00	41,02	580.435,21	-19,73	613.520,02	5,70	648.490,66	5,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLIC	529.978,82	512.751,95	-3,25	723.100,00	41,02	580.435,21	-19,73	613.520,02	5,70	648.490,66	5,70
APLICAÇÕES DIRETAS	122.008.319,68	153.188.554,32	25,56	178.446.675,00	16,49	197.716.248,28	10,80	211.425.549,01	6,93	229.514.306,89	8,56
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	1.368.269,78	1.530.596,42	0,00	1.676.528,00	9,53	1.797.920,15	7,24	1.940.671,27	7,94	2.097.599,65	8,09
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	13.554.020,83	16.290.611,17	20,19	7.458.500,00	-54,22	19.392.651,55	160,01	21.971.740,76	13,30	27.164.809,21	23,64
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	73.393.831,34	97.884.408,96	33,37	124.348.247,00	27,04	132.717.157,02	6,73	140.887.464,97	6,16	150.585.589,57	6,88
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	25.180.952,81	31.172.947,83	23,80	37.021.000,00	18,76	36.573.952,15	-1,21	38.952.873,01	6,50	41.533.540,92	6,63
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS -PESSOAL CIVIL	1.974.994,31	2.493.639,03	26,26	3.578.500,00	43,51	2.837.799,38	-20,70	3.001.698,94	5,78	3.174.769,78	5,77
SENTENÇAS JUDICIAIS	2.657.198,23	3.233.109,63	21,67	3.913.000,00	21,03	3.765.814,03	-3,76	3.986.060,43	5,85	4.228.005,87	6,07
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.879.052,38	583.241,28	-84,96	450.400,00	-22,78	630.954,00	40,09	685.039,63	8,57	729.991,89	6,56
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.072.087,46	2.677.785,09	149,77	3.000.000,00	12,03	4.031.252,72	34,38	4.504.034,12	11,73	4.386.664,06	-2,61
APLICAÇÕES DIRETAS	1.072.087,46	2.677.785,09	149,77	3.000.000,00	12,03	4.031.252,72	34,38	4.504.034,12	11,73	4.386.664,06	-2,61
JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	1.072.087,46	2.677.785,09	149,77	3.000.000,00	12,03	4.031.252,72	34,38	4.504.034,12	11,73	4.386.664,06	-2,61
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	113.423.558,72	147.846.472,64	30,35	165.109.365,00	11,68	181.833.054,02	10,13	194.736.767,52	7,10	208.741.432,73	7,19
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERA	207.341,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	207.341,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	223.013,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	223.013,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FIN	14.522.590,64	15.617.221,80	7,54	4.985.000,00	-68,08	17.729.275,62	255,65	17.738.004,33	0,05	18.803.945,58	6,01
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDIC	0,00	61.324,61	0,00	116.000,00	89,16	120.000,00	3,45	125.000,00	4,17	130.000,00	4,00
CONTRIBUIÇÕES	1.138.426,67	1.423.323,58	25,03	1.805.000,00	26,82	1.611.202,29	-10,74	1.703.040,82	5,70	1.800.114,15	5,70
SUBVENÇÕES SOCIAIS	13.384.161,97	14.132.573,61	5,59	3.064.000,00	-78,32	15.998.073,33	422,13	15.909.963,51	-0,55	16.873.831,43	6,06
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FIN	2.100.000,00	6.009.542,30	186,17	5.000.000,00	-16,80	6.802.801,88	36,06	6.900.000,00	1,43	7.200.423,60	4,35
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	2.100.000,00	6.009.542,30	186,17	5.000.000,00	-16,80	6.802.801,88	36,06	6.900.000,00	1,43	7.200.423,60	4,35
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIAN	237.102,84	313.632,88	32,28	462.100,00	47,34	355.032,42	-23,17	375.269,27	5,70	396.659,62	5,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLIC	237.102,84	313.632,88	32,28	462.100,00	47,34	355.032,42	-23,17	375.269,27	5,70	396.659,62	5,70
APLICAÇÕES DIRETAS	92.623.761,00	120.538.010,97	30,14	149.397.265,00	23,94	150.849.398,79	0,97	163.262.115,53	8,23	175.495.391,97	7,49
DIÁRIAS -PESSOAL CIVIL	140.091,67	219.621,71	56,77	230.400,00	4,91	259.437,92	12,60	277.230,88	6,86	295.753,04	6,68
MATERIAL DE CONSUMO	11.392.437,60	11.543.997,35	1,33	14.028.680,00	21,52	14.730.620,89	5,00	16.779.766,28	13,91	17.845.652,96	6,35
PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, D	33.250,92	36.513,58	9,81	182.000,00	398,44	58.682,14	-67,76	65.317,02	11,31	72.045,09	10,30

31 MAIO 2023

E&L Produções de Software LTDA

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

R$ 1,00

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Despesas											
Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	2.337.157,33	3.143.834,18	34,52	2.485.000,00	-20,96	3.574.921,93	43,86	3.779.666,48	5,73	3.995.957,47	5,72
Passagens e Despesas com Locomoção	1.337,82	1.048,80	-21,60	21.600,00	1.959,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE C	472.866,95	512.470,82	8,38	600.000,00	17,08	580.116,97	-3,31	613.183,64	5,70	648.135,11	5,70
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	207.158,20	304.692,90	47,08	1.217.000,00	299,42	384.135,41	-68,44	427.481,13	11,28	461.587,55	7,98
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA FÍSICA	1.566.434,27	2.253.372,01	43,85	3.255.580,00	44,48	2.408.284,93	-26,03	2.552.707,17	6,00	2.704.791,48	5,96
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDIC/	64.284.663,38	81.929.815,79	27,45	105.326.680,00	28,56	105.818.607,05	0,47	114.195.294,65	7,92	123.295.861,30	7,97
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMU	964.513,02	1.711.995,65	77,50	2.210.000,00	29,09	1.860.710,37	-15,80	1.966.770,86	5,70	2.078.876,80	5,70
SUBVENÇÕES SOCIAIS	0,00	137.563,00	0,00	0,00	0,00	155.721,32	0,00	164.597,44	5,70	173.979,49	5,70
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	6.098.331,48	10.464.506,47	71,60	13.405.925,00	28,11	11.914.035,64	-11,13	12.804.835,67	7,48	13.738.171,30	7,29
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.681.678,02	3.313.453,70	23,56	3.321.300,00	0,24	3.819.947,65	15,01	4.044.884,67	5,89	4.270.933,10	5,59
OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	208.025,81	1.773.507,10	752,54	270.000,00	-84,78	2.007.610,04	643,56	2.122.043,81	5,70	2.243.000,31	5,70
AUXÍLIO-TRANSPORTE	944.388,33	1.189.014,64	25,90	1.705.000,00	43,40	1.149.803,84	-32,56	1.216.772,66	5,82	1.287.444,70	5,81
Sentenças Judiciais	785.893,95	1.073.618,28	36,61	826.000,00	-23,06	1.198.631,33	45,11	1.266.953,32	5,70	1.339.169,66	5,70
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.846,12	239,70	-93,77	6.000,00	2.403,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	501.686,13	928.745,29	85,12	305.500,00	-67,11	928.131,36	203,81	984.609,85	6,09	1.044.022,61	6,03
APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTI	591.248,75	814.250,57	37,72	890.000,00	9,30	926.303,01	4,08	980.682,28	5,87	1.037.876,17	5,83
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDIC/	591.248,75	814.250,57	37,72	890.000,00	9,30	926.303,01	4,08	980.682,28	5,87	1.037.876,17	5,83
APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE OPERAÇÃO DE ÓRG	2.918.500,44	4.553.814,12	56,03	4.375.000,00	-3,93	5.170.242,30	18,18	5.480.696,11	6,00	5.807.135,79	5,96
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDIC	2.918.500,44	4.553.814,12	56,03	4.375.000,00	-3,93	5.170.242,30	18,18	5.480.696,11	6,00	5.807.135,79	5,96
DESPESAS DE CAPITAL	**19.807.151,65**	**37.924.612,87**	**91,47**	**48.720.860,00**	**28,47**	**50.839.009,77**	**4,35**	**53.720.129,33**	**5,67**	**56.709.105,71**	**5,56**
INVESTIMENTOS	17.591.141,47	34.676.694,54	97,13	45.220.860,00	30,41	47.162.366,22	4,29	49.833.917,10	5,66	52.601.379,38	5,55
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANT	22.916,40	747.473,51	3.161,74	49.100,00	-93,43	846.140,01	1.623,30	894.369,99	5,70	945.349,08	5,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLIC	22.916,40	747.473,51	3.161,74	49.100,00	-93,43	846.140,01	1.623,30	894.369,99	5,70	945.349,08	5,70
APLICAÇÕES DIRETAS	17.568.225,07	33.929.221,03	93,13	45.171.760,00	33,14	46.316.226,21	2,53	48.939.547,11	5,66	51.656.030,30	5,55
MATERIAL DE CONSUMO	171.683,12	764.851,65	345,50	209.000,00	-72,67	41.799,07	-80,00	44.611,62	6,73	48.527,48	8,78
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDIC/	18.215,32	84.823,28	365,67	59.000,00	-30,44	276.019,95	367,83	321.493,09	16,47	407.278,20	26,68
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRAS E INSTALAÇÕES	10.810.395,08	26.678.963,47	146,79	40.395.000,00	51,41	39.167.080,12	-3,04	41.513.003,69	5,99	43.671.344,90	5,20
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.514.875,21	6.190.684,71	76,13	4.506.760,00	-27,20	6.591.722,62	46,26	6.807.290,81	3,27	7.261.416,39	6,67
Aquisição de Imóveis	2.425.290,50	0,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	627.765,84	209.897,92	-66,56	0,00	0,00	237.604,45	0,00	251.147,90	5,70	265.463,33	5,70

31 MAIO 2023

E&L Produções de Software LTDA

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

R$ 1,00

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Despesas											
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.216.010,18	3.247.918,33	46,57	3.500.000,00	7,76	3.676.643,55	5,05	3.886.212,23	5,70	4.107.726,33	5,70
APLICAÇÕES DIRETAS	2.216.010,18	3.247.918,33	46,57	3.500.000,00	7,76	3.676.643,55	5,05	3.886.212,23	5,70	4.107.726,33	5,70
PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	2.216.010,18	3.247.918,33	46,57	3.500.000,00	7,76	3.676.643,55	5,05	3.886.212,23	5,70	4.107.726,33	5,70
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

31 MAIO 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

R$ 1,00

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receitas											
ARRECADADORA	**315.062.583,48**	**387.751.465,74**	**83,84**	**436.712.000,00**	**27,01**	**470.304.826,78**	**1,07**	**502.807.435,42**	**-10,57**	**539.873.337,74**	**13,12**
Receitas Correntes	**305.622.848,93**	**372.462.264,87**	**21,87**	**419.212.000,00**	**12,55**	**454.073.359,40**	**8,32**	**489.561.674,40**	**7,82**	**525.872.568,33**	**7,42**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	43.189.426,42	59.963.714,87	38,84	75.783.400,00	26,38	74.955.181,71	-1,09	81.444.956,57	8,66	84.247.380,64	3,44
Impostos	41.989.721,58	58.298.363,01	38,84	74.257.000,00	27,37	73.099.419,21	-1,56	79.483.086,10	8,73	82.173.968,41	3,39
Impostos sobre o Patrimônio	4.294.826,15	17.314.255,61	303,14	20.866.000,00	20,51	22.705.409,63	8,82	24.444.617,98	7,66	25.340.307,61	3,66
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	1.199.745,90	13.377.594,99	1.015,04	15.865.000,00	18,59	17.249.109,81	8,72	18.734.309,07	8,61	19.361.511,09	3,35
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	0,00	10.507.356,64	0,00	13.000.000,00	23,72	14.000.000,00	7,69	15.300.000,00	9,29	15.730.000,00	2,81
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	0,00	0,00	0,00	13.000.000,00	0,00	14.000.000,00	7,69	15.300.000,00	9,29	15.730.000,00	2,81
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	49.423,61	55.294,31	11,88	65.000,00	17,55	62.593,16	-3,70	66.160,97	5,70	71.378,55	7,89
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	839.754,58	2.114.616,23	151,81	2.000.000,00	-5,42	2.393.745,57	19,69	2.530.189,07	5,70	2.674.409,85	5,70
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	310.567,71	700.327,81	125,50	800.000,00	14,23	792.771,08	-0,90	837.959,03	5,70	885.722,69	5,70
Impostos sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e	3.095.080,25	3.936.660,62	27,19	5.001.000,00	27,04	5.456.299,82	9,10	5.710.308,91	4,66	5.978.796,52	4,70
Impost.sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direit	3.095.080,25	3.936.660,62	27,19	5.000.000,00	27,01	5.456.299,82	9,13	5.710.308,91	4,66	5.978.796,52	4,70
Impost.sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direi	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	5.388.266,00	7.905.498,25	46,72	8.056.000,00	1,90	10.949.024,02	35,91	11.459.118,39	4,66	12.998.288,13	13,43
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	5.388.266,00	7.905.498,25	46,72	8.056.000,00	1,90	10.949.024,02	35,91	11.459.118,39	4,66	12.998.288,13	13,43
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	5.337.800,87	7.849.904,84	47,06	8.000.000,00	1,91	10.886.092,28	36,08	11.392.599,54	4,65	12.927.977,71	13,48
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Prir	5.337.800,87	7.849.904,84	47,06	8.000.000,00	1,91	10.886.092,28	36,08	11.392.599,54	4,65	12.927.977,71	13,48
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendim	50.465,13	55.593,41	10,16	56.000,00	0,73	62.931,74	12,38	66.518,85	5,70	70.310,42	5,70
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendin	50.465,13	55.593,41	10,16	56.000,00	0,73	62.931,74	12,38	66.518,85	5,70	70.310,42	5,70
Impostos sobre a Produção e Circulação de Mercadorias e	22.990.837,18	33.078.609,15	43,88	45.335.000,00	37,05	39.444.985,56	-12,99	43.579.349,73	10,48	43.835.372,67	0,59
Impostos sobre Serviços	22.990.837,18	33.078.609,15	43,88	45.335.000,00	37,05	39.444.985,56	-12,99	43.579.349,73	10,48	43.835.372,67	0,59
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	22.990.837,18	33.078.609,15	43,88	45.335.000,00	37,05	39.444.985,56	-12,99	43.579.349,73	10,48	43.835.372,67	0,59
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - I	22.753.935,08	32.585.845,65	43,21	45.000.000,00	38,10	38.887.177,28	-13,58	42.989.746,38	10,55	43.212.161,92	0,52
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - I	1.663,98	4.854,84	191,76	5.000,00	2,99	5.495,68	9,91	5.808,93	5,70	6.140,04	5,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - I	176.490,75	356.158,81	101,80	230.000,00	-35,42	403.171,77	75,29	426.152,56	5,70	450.443,26	5,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - I	58.747,37	131.749,85	124,27	100.000,00	-24,10	149.140,83	49,14	157.641,86	5,70	166.627,45	5,70
Taxas	1.199.704,84	1.665.351,86	38,81	1.526.400,00	-8,34	1.855.762,50	21,58	1.961.870,47	5,72	2.073.412,23	5,69
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	204.379,58	295.264,65	44,47	326.400,00	10,54	340.000,67	4,17	359.710,21	5,80	379.928,84	5,62
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	203.453,27	294.611,90	44,81	275.000,00	-6,66	333.500,67	21,27	352.510,21	5,70	372.603,29	5,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	159.286,97	220.618,83	38,50	220.000,00	-0,28	249.740,52	13,52	263.975,73	5,70	279.022,35	5,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Jur	805,34	3.216,02	299,34	5.000,00	55,47	3.640,53	-27,19	3.848,04	5,70	4.067,38	5,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	31.969,74	55.869,81	74,76	35.000,00	-37,35	63.244,62	80,70	66.849,56	5,70	70.659,98	5,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Juros de Mo	11.391,22	14.907,24	30,87	15.000,00	0,62	16.875,00	12,50	17.836,88	5,70	18.853,58	5,70

31 MAIO 2023

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
75

R$ 1,00

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receitas											
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	926,31	652,75	-29,53	51.400,00	7.774,38	6.500,00	-87,35	7.200,00	10,77	7.325,55	1,74
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	926,31	652,75	-29,53	50.000,00	7.559,90	5.000,00	-90,00	5.700,00	14,00	5.825,55	2,20
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multas e Jur	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multas e Jur	0,00	0,00	0,00	900,00	0,00	500,00	-44,44	500,00	0,00	500,00	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços	995.325,26	1.370.087,21	37,65	1.200.000,00	-12,41	1.515.761,83	26,31	1.602.160,26	5,70	1.693.483,39	5,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral	995.325,26	1.370.087,21	37,65	1.200.000,00	-12,41	1.515.761,83	26,31	1.602.160,26	5,70	1.693.483,39	5,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	877.158,63	1.097.177,79	25,08	1.000.000,00	-8,86	1.206.828,37	20,68	1.275.617,59	5,70	1.348.327,79	5,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Jur	6.036,14	9.184,42	52,16	8.000,00	-12,90	10.396,76	29,96	10.989,38	5,70	11.615,77	5,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa	81.609,67	190.107,85	132,95	150.000,00	-21,10	215.202,09	43,47	227.468,61	5,70	240.434,32	5,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Jur	30.520,82	73.617,15	141,20	42.000,00	-42,95	83.334,61	98,42	88.084,68	5,70	93.105,51	5,70
Contribuições	6.716.041,84	7.277.979,59	8,37	8.000.000,00	9,92	8.238.672,90	2,98	8.708.277,26	5,70	9.204.649,06	5,70
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Públic	6.716.041,84	7.277.979,59	8,37	8.000.000,00	9,92	8.238.672,90	2,98	8.708.277,26	5,70	9.204.649,06	5,70
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Públi	6.716.041,84	7.277.979,59	8,37	8.000.000,00	9,92	8.238.672,90	2,98	8.708.277,26	5,70	9.204.649,06	5,70
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Públ	6.716.041,84	7.277.979,59	8,37	8.000.000,00	9,92	8.238.672,90	2,98	8.708.277,26	5,70	9.204.649,06	5,70
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Púb	6.716.041,84	7.277.979,59	8,37	8.000.000,00	9,92	8.238.672,90	2,98	8.708.277,26	5,70	9.204.649,06	5,70
Receita Patrimonial	2.259.605,65	12.546.243,30	455,24	7.919.000,00	-36,88	13.851.716,05	74,92	14.659.837,86	5,83	15.502.255,62	5,75
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	60.472,50	17.310,03	-71,38	0,00	0,00	19.594,95	0,00	20.711,86	5,70	21.892,44	5,70
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	60.472,50	17.310,03	-71,38	0,00	0,00	19.594,95	0,00	20.711,86	5,70	21.892,44	5,70
Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito d	60.472,50	17.310,03	-71,38	0,00	0,00	19.594,95	0,00	20.711,86	5,70	21.892,44	5,70
Conc.Permiss.Autor.ou Cessão do Direito de Uso de Bens	60.472,50	17.310,03	-71,38	0,00	0,00	19.594,95	0,00	20.711,86	5,70	21.892,44	5,70
Valores Mobiliários	2.199.133,15	12.528.933,27	469,72	7.907.000,00	-36,89	13.832.121,10	74,94	14.639.126,00	5,83	15.480.363,18	5,75
Juros e Correções Monetárias	2.197.235,62	12.526.181,55	470,09	7.905.000,00	-36,89	13.829.006,15	74,94	14.635.833,50	5,83	15.476.883,01	5,75
Remuneração de Depósitos Bancários	2.197.235,62	12.526.181,55	470,09	7.905.000,00	-36,89	13.829.006,15	74,94	14.635.833,50	5,83	15.476.883,01	5,75
Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.197.235,62	12.526.181,55	470,09	7.905.000,00	-36,89	13.829.006,15	74,94	14.635.833,50	5,83	15.476.883,01	5,75
Dividendos	1.897,53	2.751,72	45,02	2.000,00	-27,32	3.114,95	55,75	3.292,50	5,70	3.480,17	5,70
Dividendos	1.897,53	2.751,72	45,02	2.000,00	-27,32	3.114,95	55,75	3.292,50	5,70	3.480,17	5,70
Dividendos - Principal	1.897,53	2.751,72	45,02	2.000,00	-27,32	3.114,95	55,75	3.292,50	5,70	3.480,17	5,70
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais - Principal	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

31 MAIO 2023

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE - 76

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receitas											
Receita de Serviços	24.522.340,83	27.749.849,86	13,16	33.961.500,00	22,38	36.170.000,00	6,50	39.562.000,00	9,38	43.024.000,00	8,75
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	24.227.717,15	27.469.815,91	13,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	24.227.717,15	27.469.815,91	13,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	24.227.717,15	27.469.815,91	13,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	23.556.716,36	26.650.835,30	13,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e J	291.004,47	493.520,34	69,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ati	338.279,83	274.259,92	-18,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e J	41.716,49	51.200,35	22,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	294.623,68	280.033,95	-4,95	33.961.500,00	12.027,64	36.170.000,00	6,50	39.562.000,00	9,38	43.024.000,00	8,75
Outros Serviços	294.623,68	280.033,95	-4,95	33.961.500,00	12.027,64	36.170.000,00	6,50	39.562.000,00	9,38	43.024.000,00	8,75
Receita de Serviços Sujeitos à Regulação	0,00	0,00	0,00	33.919.000,00	0,00	36.130.000,00	6,52	39.522.000,00	9,39	42.984.000,00	8,76
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00	26.497.000,00	0,00	28.380.000,00	7,11	31.442.000,00	10,79	34.584.000,00	9,99
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00	26.497.000,00	0,00	28.000.000,00	5,67	31.000.000,00	10,71	34.101.000,00	10,00
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	230.000,00	15,00	250.000,00	8,70
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	180.000,00	20,00	200.000,00	11,11
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	32.000,00	6,67	33.000,00	3,13
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	0,00	0,00	0,00	6.906.000,00	0,00	7.200.000,00	4,26	7.500.000,00	4,17	7.800.000,00	4,00
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	0,00	0,00	0,00	6.906.000,00	0,00	7.200.000,00	4,26	7.500.000,00	4,17	7.800.000,00	4,00
Outros Serviços Sujeitos à Regulação	0,00	0,00	0,00	516.000,00	0,00	550.000,00	6,59	580.000,00	5,45	600.000,00	3,45
Outros Serviços Sujeitos à Regulação - Principal	0,00	0,00	0,00	516.000,00	0,00	550.000,00	6,59	580.000,00	5,45	600.000,00	3,45
Outros Serviços	294.623,68	280.033,95	-4,95	42.500,00	-84,82	40.000,00	-5,88	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00
Outros Serviços - Principal	294.623,68	280.033,95	-4,95	42.500,00	-84,82	40.000,00	-5,88	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00
Transferências Correntes	227.696.530,94	259.955.655,10	14,17	288.004.600,00	10,79	316.238.684,90	9,80	340.249.147,94	7,59	368.620.331,32	8,34
Transferências da União e de suas Entidades	93.001.202,09	108.430.440,83	16,59	126.639.600,00	16,79	137.011.573,04	8,19	144.051.932,71	5,14	150.629.032,88	4,57
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da	53.157.296,16	66.866.787,36	25,79	87.010.000,00	30,12	89.693.203,29	3,08	94.007.715,89	4,81	97.568.155,70	3,79
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	53.155.470,35	66.865.044,03	25,79	87.000.000,00	30,11	89.691.229,84	3,09	94.005.629,95	4,81	97.565.950,86	3,79
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	49.119.686,82	61.206.371,05	24,61	80.000.000,00	30,71	80.285.612,03	0,36	84.234.891,92	4,92	87.409.280,76	3,77
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Co	49.119.686,82	61.206.371,05	24,61	80.000.000,00	30,71	80.285.612,03	0,36	84.234.891,92	4,92	87.409.280,76	3,77
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	4.035.783,53	5.658.672,98	40,21	7.000.000,00	23,70	9.405.617,81	34,37	9.770.738,03	3,88	10.156.670,10	3,95
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Co	4.035.783,53	5.658.672,98	40,21	7.000.000,00	23,70	9.405.617,81	34,37	9.770.738,03	3,88	10.156.670,10	3,95
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	1.825,81	1.743,33	-4,52	10.000,00	473,61	1.973,45	-80,27	2.085,94	5,70	2.204,84	5,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	1.825,81	1.743,33	-4,52	10.000,00	473,61	1.973,45	-80,27	2.085,94	5,70	2.204,84	5,70
Transferências das Compensações Financeiras pela Explor	2.492.713,97	3.765.434,24	51,06	3.200.000,00	-15,02	4.862.471,56	51,95	5.205.432,43	7,05	5.562.242,08	6,85

31 MAIO 2023

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receitas											
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração d	1.543.204,67	1.039.242,17	-32,66	1.500.000,00	44,34	1.576.422,14	5,09	1.743.478,20	10,60	1.814.356,46	4,07
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração d	1.543.204,67	1.039.242,17	-32,66	1.500.000,00	44,34	1.576.422,14	5,09	1.743.478,20	10,60	1.814.356,46	4,07
Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de	949.509,30	1.481.665,62	56,05	1.700.000,00	14,74	1.877.245,48	10,43	1.972.848,47	5,09	2.173.900,83	10,19
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	949.509,30	1.481.665,62	56,05	1.700.000,00	14,74	1.877.245,48	10,43	1.972.848,47	5,09	2.173.900,83	10,19
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Princip	949.509,30	1.481.665,62	56,05	1.700.000,00	14,74	1.877.245,48	10,43	1.972.848,47	5,09	2.173.900,83	10,19
Outras Transferências decorrentes de Compensação Finar	0,00	1.244.526,45	0,00	0,00	0,00	1.408.803,94	0,00	1.489.105,76	5,70	1.573.984,79	5,70
Outras Transf.dec.de Compensação Financeira pela Explo	0,00	1.244.526,45	0,00	0,00	0,00	1.408.803,94	0,00	1.489.105,76	5,70	1.573.984,79	5,70
Transf.de Rec.do Sistema Único de Saúde – SUS	33.822.184,61	31.714.564,58	-6,23	32.150.000,00	1,37	35.900.887,11	11,67	37.947.237,68	5,70	40.110.230,22	5,70
Transf.de Rec.do Sistema Único de Saúde – SUS – Repass	33.822.184,61	31.714.564,58	-6,23	32.150.000,00	1,37	35.900.887,11	11,67	37.947.237,68	5,70	40.110.230,22	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	7.265.999,71	6.874.116,42	-5,39	7.000.000,00	1,83	7.781.499,79	11,16	8.225.045,28	5,70	8.693.872,86	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públi	7.265.999,71	6.874.116,42	-5,39	7.000.000,00	1,83	7.781.499,79	11,16	8.225.045,28	5,70	8.693.872,86	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	24.950.020,84	22.835.622,28	-8,47	23.000.000,00	0,72	25.849.924,42	12,39	27.323.370,11	5,70	28.880.802,21	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públi	24.950.020,84	22.835.622,28	-8,47	23.000.000,00	0,72	25.849.924,42	12,39	27.323.370,11	5,70	28.880.802,21	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	1.074.695,10	1.438.848,76	33,88	1.600.000,00	11,20	1.628.776,80	1,80	1.721.617,08	5,70	1.819.749,25	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públi	1.074.695,10	1.438.848,76	33,88	1.600.000,00	11,20	1.628.776,80	1,80	1.721.617,08	5,70	1.819.749,25	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	471.468,96	552.977,12	17,29	550.000,00	-0,54	625.970,10	13,81	661.650,40	5,70	699.364,47	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públi	471.468,96	552.977,12	17,29	550.000,00	-0,54	625.970,10	13,81	661.650,40	5,70	699.364,47	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	14.716,00	0,00	15.554,81	5,70	16.441,43	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públi	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	14.716,00	0,00	15.554,81	5,70	16.441,43	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públi	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento	2.436.644,27	2.824.153,56	15,90	2.850.000,00	0,92	3.396.941,83	19,19	3.559.167,52	4,78	3.871.780,08	8,78
Transf.do Salário-Educação	1.835.484,42	2.210.521,65	20,43	2.200.000,00	-0,48	2.502.310,51	13,74	2.644.942,21	5,70	2.795.703,92	5,70
Transf.do Salário-Educação - Principal	1.835.484,42	2.210.521,65	20,43	2.200.000,00	-0,48	2.502.310,51	13,74	2.644.942,21	5,70	2.795.703,92	5,70
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNA	595.904,00	601.704,00	0,97	640.000,00	6,36	881.128,93	37,68	899.953,28	2,14	1.060.990,62	17,89
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNA	595.904,00	601.704,00	0,97	640.000,00	6,36	881.128,93	37,68	899.953,28	2,14	1.060.990,62	17,89
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Esc	5.255,85	11.927,91	126,95	10.000,00	-16,16	13.502,39	35,02	14.272,03	5,70	15.085,54	5,70
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Es	5.255,85	11.927,91	126,95	10.000,00	-16,16	13.502,39	35,02	14.272,03	5,70	15.085,54	5,70
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de Assistência Social – F	338.087,02	839.297,54	148,25	629.600,00	-24,98	950.084,82	50,90	1.004.239,65	5,70	1.061.481,31	5,70
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de Assistência Social – F	338.087,02	839.297,54	148,25	629.600,00	-24,98	950.084,82	50,90	1.004.239,65	5,70	1.061.481,31	5,70
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistê	338.087,02	839.297,54	148,25	629.600,00	-24,98	950.084,82	50,90	1.004.239,65	5,70	1.061.481,31	5,70
Transf.de Conv.da União e de Suas Entidades	0,00	67.670,88	0,00	0,00	0,00	76.603,44	0,00	80.969,84	5,70	85.585,12	5,70
Outras Transferências de Convênios da União e de Suas E	0,00	67.670,88	0,00	0,00	0,00	76.603,44	0,00	80.969,84	5,70	85.585,12	5,70

31 MAIO 2023

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receitas											
Outras Transferências de Convênios da União e de Suas I	0,00	67.670,88	0,00	0,00	0,00	76.603,44	0,00	80.969,84	5,70	85.585,12	5,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Ent	754.276,06	2.352.532,67	211,89	800.000,00	-65,99	2.131.380,99	166,42	2.247.169,70	5,43	2.369.558,37	5,45
Transferência Especial da União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência Especial da União - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementa	0,00	619.262,94	0,00	800.000,00	29,19	801.005,65	0,13	840.962,97	4,99	883.197,86	5,02
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementa	0,00	619.262,94	0,00	800.000,00	29,19	801.005,65	0,13	840.962,97	4,99	883.197,86	5,02
Outras Transferências de Recursos da União e de suas En	754.276,06	1.175.243,23	55,81	0,00	0,00	1.330.375,34	0,00	1.406.206,73	5,70	1.486.360,51	5,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Er	754.276,06	1.175.243,23	55,81	0,00	0,00	1.330.375,34	0,00	1.406.206,73	5,70	1.486.360,51	5,70
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas	97.493.385,49	110.432.689,86	13,27	115.365.000,00	4,47	126.841.553,32	9,95	138.167.679,86	8,93	154.167.079,56	11,58
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	82.194.080,93	92.872.524,57	12,99	108.080.000,00	16,37	113.331.697,82	4,86	123.324.204,61	8,82	134.958.284,28	9,43
Cota-Parte do ICMS	67.399.091,15	75.513.148,53	12,04	90.000.000,00	19,18	91.480.884,14	1,65	98.353.294,54	7,51	107.503.432,33	9,30
Cota-Parte do ICMS - Principal	67.399.091,15	75.513.148,53	12,04	90.000.000,00	19,18	91.480.884,14	1,65	98.353.294,54	7,51	107.503.432,33	9,30
Cota-Parte do IPVA	14.006.552,76	16.447.498,84	17,43	17.000.000,00	3,36	20.618.568,69	21,29	23.679.827,11	14,85	25.801.577,26	8,96
Cota-Parte do IPVA - Principal	14.006.552,76	16.447.498,84	17,43	17.000.000,00	3,36	20.618.568,69	21,29	23.679.827,11	14,85	25.801.577,26	8,96
Cota-Parte do IPI - Municípios	750.121,86	852.225,36	13,61	1.000.000,00	17,34	1.164.719,11	16,47	1.219.708,10	4,72	1.577.831,46	29,36
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	750.121,86	852.225,36	13,61	1.000.000,00	17,34	1.164.719,11	16,47	1.219.708,10	4,72	1.577.831,46	29,36
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Ecc	38.315,16	59.651,84	55,69	80.000,00	34,11	67.525,88	-15,59	71.374,86	5,70	75.443,23	5,70
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Ec	38.315,16	59.651,84	55,69	80.000,00	34,11	67.525,88	-15,59	71.374,86	5,70	75.443,23	5,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	14.996.938,17	13.855.122,29	-7,61	7.000.000,00	-49,48	11.315.746,83	61,65	12.410.302,38	9,67	16.522.931,56	33,14
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	14.996.938,17	13.855.122,29	-7,61	7.000.000,00	-49,48	11.315.746,83	61,65	12.410.302,38	9,67	16.522.931,56	33,14
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	14.996.938,17	13.855.122,29	-7,61	7.000.000,00	-49,48	11.315.746,83	61,65	12.410.302,38	9,67	16.522.931,56	33,14
Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	302.366,39	3.705.043,00	1.125,35	285.000,00	-92,31	2.194.108,67	669,86	2.433.172,87	10,90	2.685.863,72	10,39
Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	265.012,00	1.145.495,94	332,24	200.000,00	-82,54	1.296.701,40	548,35	1.370.613,38	5,70	1.448.738,34	5,70
Transferências de Estados destinadas à Assistência Socia	265.012,00	1.145.495,94	332,24	200.000,00	-82,54	1.296.701,40	548,35	1.370.613,38	5,70	1.448.738,34	5,70
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	0,00	71.234,53	0,00	85.000,00	19,32	80.637,49	-5,13	85.233,83	5,70	90.092,16	5,70
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	0,00	71.234,53	0,00	85.000,00	19,32	80.637,49	-5,13	85.233,83	5,70	90.092,16	5,70
Outras Transferências dos Estados e DF	37.354,39	2.488.312,53	6.561,37	0,00	0,00	816.769,78	0,00	977.325,66	19,66	1.147.033,22	17,36
Outras Transferências dos Estados e DF - Principal	37.354,39	2.488.312,53	6.561,37	0,00	0,00	816.769,78	0,00	977.325,66	19,66	1.147.033,22	17,36
Transferências de Instituições Privadas	1.287.659,68	875.351,21	-32,02	0,00	0,00	859.718,48	0,00	908.722,43	5,70	960.519,61	5,70
Transferências de Instituições Privadas	1.287.659,68	875.351,21	-32,02	0,00	0,00	859.718,48	0,00	908.722,43	5,70	960.519,61	5,70
Outras TransferÃªncias de InstituiÃ§Ãµes Privadas	1.287.659,68	875.351,21	-32,02	0,00	0,00	859.718,48	0,00	908.722,43	5,70	960.519,61	5,70
Outras TransferÃªncias de InstituiÃ§Ãµes Privadas â€" Pri	1.287.659,68	875.351,21	-32,02	0,00	0,00	859.718,48	0,00	908.722,43	5,70	960.519,61	5,70
Transferências de Outras Instituições Públicas	35.889.129,89	40.214.953,25	12,05	45.000.000,00	11,90	51.523.327,08	14,50	57.118.156,72	10,86	62.860.891,65	10,05

31 MAIO 2023

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE - MG

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receitas											
Transferências de Recursos do FUNDEB	35.889.129,89	40.214.953,25	12,05	45.000.000,00	11,90	51.523.327,08	14,50	57.118.156,72	10,86	62.860.891,65	10,05
Transferências de Recursos do FUNDEB	35.889.129,89	40.214.953,25	12,05	45.000.000,00	11,90	51.523.327,08	14,50	57.118.156,72	10,86	62.860.891,65	10,05
Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	35.889.129,89	40.214.953,25	12,05	45.000.000,00	11,90	51.523.327,08	14,50	57.118.156,72	10,86	62.860.891,65	10,05
Demais Transferências Correntes	25.153,79	2.219,95	-91,17	1.000.000,00	44.946,06	2.512,98	-99,75	2.656,22	5,70	2.807,62	5,70
Transferências de Pessoas Físicas	25.153,79	2.219,95	-91,17	1.000.000,00	44.946,06	2.512,98	-99,75	2.656,22	5,70	2.807,62	5,70
Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Saúde	25.153,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Saúd	25.153,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Pessoas Físicas	0,00	2.219,95	0,00	1.000.000,00	44.946,06	2.512,98	-99,75	2.656,22	5,70	2.807,62	5,70
Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal	0,00	2.219,95	0,00	1.000.000,00	44.946,06	2.512,98	-99,75	2.656,22	5,70	2.807,62	5,70
Outras Receitas Correntes	1.238.903,25	4.968.822,15	301,07	5.543.500,00	11,57	4.619.103,84	-16,68	4.937.454,77	6,89	5.273.951,69	6,82
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	860.024,87	1.637.033,26	90,35	1.510.000,00	-7,76	2.854.121,65	89,01	2.959.749,58	3,70	3.071.398,30	3,77
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	860.024,87	1.637.033,26	90,35	1.510.000,00	-7,76	2.854.121,65	89,01	2.959.749,58	3,70	3.071.398,30	3,77
Multas Previstas em Legislação Específica	817.412,60	1.622.992,84	98,55	1.500.000,00	-7,58	2.837.227,89	89,15	2.941.949,88	3,69	3.052.641,02	3,76
Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	817.412,60	1.622.992,84	98,55	1.500.000,00	-7,58	2.837.227,89	89,15	2.941.949,88	3,69	3.052.641,02	3,76
Multas por Danos Ambientais	41.239,25	14.040,42	-65,95	5.000,00	-64,39	15.893,76	217,88	16.799,70	5,70	17.757,28	5,70
Multas Administrativas por Danos Ambientais	41.239,25	14.040,42	-65,95	5.000,00	-64,39	15.893,76	217,88	16.799,70	5,70	17.757,28	5,70
Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	41.239,25	14.040,42	-65,95	5.000,00	-64,39	15.893,76	217,88	16.799,70	5,70	17.757,28	5,70
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	1.373,02	0,00	0,00	5.000,00	0,00	1.000,00	-80,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	1.373,02	0,00	0,00	5.000,00	0,00	1.000,00	-80,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	113.929,01	2.676.601,41	2.249,36	3.403.500,00	27,16	1.018.864,14	-70,06	1.190.768,40	16,87	1.372.471,20	15,26
Indenizações	0,00	458,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Indenizações	0,00	458,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Indenizações - Principal	0,00	458,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	113.929,01	2.676.143,16	2.248,96	3.403.500,00	27,18	1.018.864,14	-70,06	1.190.768,40	16,87	1.372.471,20	15,26
Restituição de Convênios	5.733,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituição de Convênios - Primárias	5.733,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituição de Convênios - Primárias - Principal	5.733,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituição de Convênios - Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituição de Convênios - Financeiras - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Restituições	108.195,61	2.676.143,16	2.373,43	3.403.500,00	27,18	1.018.864,14	-70,06	1.190.768,40	16,87	1.372.471,20	15,26
Outras Restituições - Principal	108.195,61	2.676.143,16	2.373,43	3.403.500,00	27,18	1.018.864,14	-70,06	1.190.768,40	16,87	1.372.471,20	15,26
Demais Receitas Correntes	264.949,37	655.187,48	147,29	630.000,00	-3,84	746.118,05	18,43	786.936,79	5,47	830.082,19	5,48
Outras Receitas Correntes	264.949,37	655.187,48	147,29	630.000,00	-3,84	746.118,05	18,43	786.936,79	5,47	830.082,19	5,48

31 MAIO 2023

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receitas											
Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas	59.223,36	170.700,30	188,23	120.000,00	-29,70	193.232,74	61,03	204.247,01	5,70	215.889,09	5,70
Ônus de Sucumbência	59.223,36	170.700,30	188,23	120.000,00	-29,70	193.232,74	61,03	204.247,01	5,70	215.889,09	5,70
Ônus de Sucumbência - Principal	59.223,36	170.700,30	188,23	120.000,00	-29,70	193.232,74	61,03	204.247,01	5,70	215.889,09	5,70
Outras Receitas	205.726,01	484.487,18	135,50	510.000,00	5,27	552.885,31	8,41	582.689,78	5,39	614.193,10	5,41
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela F	205.726,01	484.487,18	135,50	10.000,00	-97,94	522.885,31	5.128,85	552.689,78	5,70	584.193,10	5,70
Outras Receit.Não Arrec e Não Projet.pela RFB - Primária	193.592,63	476.229,85	146,00	0,00	0,00	513.538,01	0,00	542.809,68	5,70	573.749,83	5,70
Outras Receit.Não Arrec e Não Projet.pela RFB - Primária	12.133,38	8.257,33	-31,95	10.000,00	21,10	9.347,30	-6,53	9.880,10	5,70	10.443,27	5,70
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela F	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	30.000,00	-94,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00
Outras Receit.Não Arrec e Não Projet.pela RFB - Finance	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	30.000,00	-94,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00
Receitas de Capital	**9.439.734,55**	**15.289.200,87**	**61,97**	**17.500.000,00**	**14,46**	**16.231.467,38**	**-7,25**	**13.245.761,02**	**-18,39**	**14.000.769,41**	**5,70**
Operações de Crédito	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	5.000.000,00	-4,81	4.946.235,23	-1,08	3.785.170,64	-23,47	4.143.425,37	9,46
Operações de Crédito - Mercado Interno	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	5.000.000,00	-4,81	4.946.235,23	-1,08	3.785.170,64	-23,47	4.143.425,37	9,46
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	500.000,00	-50,00	500.000,00	0,00
Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	500.000,00	-50,00	500.000,00	0,00
Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	500.000,00	-50,00	500.000,00	0,00
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	4.000.000,00	-23,85	3.946.235,23	-1,34	3.285.170,64	-16,75	3.643.425,37	10,91
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	4.000.000,00	-23,85	3.946.235,23	-1,34	3.285.170,64	-16,75	3.643.425,37	10,91
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	4.000.000,00	-23,85	3.946.235,23	-1,34	3.285.170,64	-16,75	3.643.425,37	10,91
Alienação de Bens	0,00	868.630,00	0,00	3.200.000,00	268,40	3.950.461,16	23,45	2.004.637,45	-49,26	2.061.901,79	2,86
Alienação de Bens Móveis	0,00	215.585,00	0,00	200.000,00	-7,23	3.211.214,22	1.505,61	1.223.253,43	-61,91	1.235.978,88	1,04
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	215.585,00	0,00	200.000,00	-7,23	3.211.214,22	1.505,61	1.223.253,43	-61,91	1.235.978,88	1,04
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	215.585,00	0,00	200.000,00	-7,23	3.211.214,22	1.505,61	1.223.253,43	-61,91	1.235.978,88	1,04
Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	0,00	215.585,00	0,00	200.000,00	-7,23	3.211.214,22	1.505,61	1.223.253,43	-61,91	1.235.978,88	1,04
Alienação de Bens Imóveis	0,00	653.045,00	0,00	3.000.000,00	359,39	739.246,94	-75,36	781.384,02	5,70	825.922,91	5,70
Alienação de Bens Imóveis	0,00	653.045,00	0,00	3.000.000,00	359,39	739.246,94	-75,36	781.384,02	5,70	825.922,91	5,70
Alienação de Bens Imóveis	0,00	653.045,00	0,00	3.000.000,00	359,39	739.246,94	-75,36	781.384,02	5,70	825.922,91	5,70
Alienação de Bens Imóveis - Principal	0,00	653.045,00	0,00	3.000.000,00	359,39	739.246,94	-75,36	781.384,02	5,70	825.922,91	5,70
Transferências de Capital	2.690.552,77	9.167.712,89	240,74	9.300.000,00	1,44	7.334.770,99	-21,13	7.455.952,93	1,65	7.795.442,25	4,55
Transferências da União e de suas Entidades	295.552,77	1.623.330,59	449,25	8.300.000,00	411,29	3.037.610,23	-63,40	2.942.354,01	-3,14	3.053.068,19	3,76
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - S	149.995,00	199.686,00	33,13	0,00	0,00	226.044,55	0,00	238.929,09	5,70	252.548,05	5,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	0,00	199.686,00	0,00	0,00	0,00	226.044,55	0,00	238.929,09	5,70	252.548,05	5,70
Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da R	0,00	199.686,00	0,00	0,00	0,00	226.044,55	0,00	238.929,09	5,70	252.548,05	5,70
Transf de Rec do Bloco de Estrut.da Rede de Serv.Públic	0,00	199.686,00	0,00	0,00	0,00	226.044,55	0,00	238.929,09	5,70	252.548,05	5,70

31 MAIO 2022

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receitas											
Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de S	149.995,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de	149.995,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenv	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	200.000,00	-60,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	200.000,00	-60,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Programa Nacional de Reestruturaç	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	200.000,00	-60,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf para o Prog Nacional de Reest.e Aquis.de Equip.p	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	200.000,00	-60,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistên	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	56.600,00	0,00	59.826,20	5,70	63.236,29	5,70
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistê	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	56.600,00	0,00	59.826,20	5,70	63.236,29	5,70
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assisté	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	56.600,00	0,00	59.826,20	5,70	63.236,29	5,70
Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	0,00	1.273.644,59	0,00	7.500.000,00	488,86	2.441.765,68	-67,44	2.523.946,32	3,37	2.610.811,26	3,44
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Prog	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	0,00	795.812,48	0,00	6.500.000,00	716,78	900.859,73	-86,14	952.208,73	5,70	1.006.484,63	5,70
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	0,00	795.812,48	0,00	6.500.000,00	716,78	900.859,73	-86,14	952.208,73	5,70	1.006.484,63	5,70
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	0,00	477.832,11	0,00	1.000.000,00	109,28	1.540.905,95	54,09	1.571.737,59	2,00	1.604.326,63	2,07
Transf.de Convênios da União destinadas a Programas de	0,00	477.832,11	0,00	1.000.000,00	109,28	1.540.905,95	54,09	1.571.737,59	2,00	1.604.326,63	2,07
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Ent	145.557,77	100.000,00	-31,30	300.000,00	200,00	113.200,00	-62,27	119.652,40	5,70	126.472,59	5,70
TransferÃªncia Especial da UniÃ£o	0,00	100.000,00	0,00	300.000,00	200,00	113.200,00	-62,27	119.652,40	5,70	126.472,59	5,70
TransferÃªncia Especial da UniÃ£o - Principal	0,00	100.000,00	0,00	300.000,00	200,00	113.200,00	-62,27	119.652,40	5,70	126.472,59	5,70
Outras Transferências De Recursos da União e de suas En	145.557,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências De Recursos da União e de suas E	145.557,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas	2.200.000,00	7.544.382,30	242,93	1.000.000,00	-86,75	4.297.160,76	329,72	4.513.598,92	5,04	4.742.374,06	5,07
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	150.000,00	1.609.923,88	973,28	0,00	0,00	1.822.433,83	0,00	1.926.312,56	5,70	2.036.112,38	5,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	150.000,00	1.609.923,88	973,28	0,00	0,00	1.822.433,83	0,00	1.926.312,56	5,70	2.036.112,38	5,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	150.000,00	1.609.923,88	973,28	0,00	0,00	1.822.433,83	0,00	1.926.312,56	5,70	2.036.112,38	5,70
Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas	0,00	1.744.458,42	0,00	500.000,00	-71,34	1.974.726,93	294,95	2.087.286,36	5,70	2.206.261,68	5,70
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Pr	0,00	1.394.458,42	0,00	500.000,00	-64,14	1.578.526,93	215,71	1.668.502,96	5,70	1.763.607,63	5,70
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Pr	0,00	1.394.458,42	0,00	500.000,00	-64,14	1.578.526,93	215,71	1.668.502,96	5,70	1.763.607,63	5,70
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e d	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	396.200,00	0,00	418.783,40	5,70	442.654,05	5,70
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e d	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	396.200,00	0,00	418.783,40	5,70	442.654,05	5,70
Outras Transferências de Recursos dos Estados	2.050.000,00	4.190.000,00	104,39	500.000,00	-88,07	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00
Outras Transferências de Recursos dos Estados	2.050.000,00	4.190.000,00	104,39	500.000,00	-88,07	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00
Outras Transferências de Recursos dos Estados - Principa	2.050.000,00	4.190.000,00	104,39	500.000,00	-88,07	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00

31 MAIO 20??

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receitas											
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	195.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	195.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	195.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital - Principal	195.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CORRENTE INTRAORÇAMENTÁRIA	**520.296,21**	**819.574,50**	**57,52**	**890.000,00**	**8,59**	**965.500,00**	**8,48**	**1.050.500,00**	**8,80**	**1.085.500,00**	**3,33**
Receitas Correntes	**520.296,21**	**819.574,50**	**57,52**	**890.000,00**	**8,59**	**965.500,00**	**8,48**	**1.050.500,00**	**8,80**	**1.085.500,00**	**3,33**
Receita de Serviços	520.296,21	819.574,50	57,52	890.000,00	8,59	965.500,00	8,48	1.050.500,00	8,80	1.085.500,00	3,33
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	520.296,21	819.574,50	57,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	520.296,21	819.574,50	57,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	520.296,21	819.574,50	57,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	520.296,21	819.534,27	57,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e J	0,00	40,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ati	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e J	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	890.000,00	0,00	965.500,00	8,48	1.050.500,00	8,80	1.085.500,00	3,33
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	890.000,00	0,00	965.500,00	8,48	1.050.500,00	8,80	1.085.500,00	3,33
Receita de Serviços Sujeitos à Regulação	0,00	0,00	0,00	890.000,00	0,00	965.500,00	8,48	1.050.500,00	8,80	1.085.500,00	3,33
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00	685.000,00	0,00	755.500,00	10,29	830.500,00	9,93	855.500,00	3,01
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00	685.000,00	0,00	720.000,00	5,11	790.000,00	9,72	810.000,00	2,53
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	35.000,00	16,67	40.000,00	14,29
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	0,00	0,00	0,00	205.000,00	0,00	210.000,00	2,44	220.000,00	4,76	230.000,00	4,55
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	0,00	0,00	0,00	205.000,00	0,00	210.000,00	2,44	220.000,00	4,76	230.000,00	4,55

31 MAIO 2023

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Resumo											
TOTAL DA DESPESA	256.841.096,33	342.150.176,87	33,21	400.000.000,00	16,91	435.000.000,00	8,75	465.000.000,00	6,90	500.000.000,05	7,53
DESPESAS CORRENTES (X)	237.033.944,68	304.225.564,00	28,35	347.279.140,00	14,15	384.160.990,23	10,62	411.279.870,67	7,06	443.290.894,34	7,78
DESPESAS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (XI)	1.072.087,46	2.677.785,09	149,77	3.000.000,00	12,03	4.031.252,72	34,38	4.504.034,12	11,73	4.386.664,06	-2,61
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	235.961.857,22	301.547.778,91	27,80	344.279.140,00	14,17	380.129.737,51	10,41	406.775.836,55	7,01	438.904.230,28	7,90
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	19.807.151,65	37.924.612,87	91,47	48.720.860,00	28,47	50.839.009,77	4,35	53.720.129,33	5,67	56.709.105,71	5,56
DESPESAS DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (XIV)	2.216.010,18	3.247.918,33	46,57	3.500.000,00	7,76	3.676.643,55	5,05	3.886.212,23	5,70	4.107.726,33	5,70
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	17.591.141,47	34.676.694,54	97,13	45.220.860,00	30,41	47.162.366,22	4,29	49.833.917,10	5,66	52.601.379,38	5,55
DESPESAS DE RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO FINANCEIRAS (XVII) = (XII + XV + XVI)	253.552.998,69	336.224.473,45	32,61	393.500.000,00	17,03	427.292.103,73	8,59	456.609.753,65	6,86	491.505.609,66	7,64
TOTAL DA RECEITA	280.011.633,79	346.701.481,50	23,82	400.000.000,00	15,37	435.000.000,00	8,75	465.000.000,00	6,90	500.000.000,00	7,53
RECEITAS CORRRENTES (I)	279.887.691,49	342.366.058,47	22,32	382.500.000,00	11,72	418.768.532,62	9,48	451.754.238,98	7,88	485.999.230,59	7,58
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (II)	2.197.235,62	12.526.181,55	470,09	7.905.000,00	-36,89	13.829.006,15	74,94	14.635.833,50	5,83	15.476.883,01	5,75
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	277.690.455,87	329.839.876,92	18,78	374.595.000,00	13,57	404.939.526,47	8,10	437.118.405,48	7,95	470.522.347,58	7,64
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	9.439.734,55	15.289.200,87	61,97	17.500.000,00	14,46	16.231.467,38	-7,25	13.245.761,02	-18,39	14.000.769,41	5,70
RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO (V)	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	5.000.000,00	-4,81	4.946.235,23	-1,08	3.785.170,64	-23,47	4.143.425,37	9,46
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE BENS (VI)	0,00	868.630,00	0,00	3.200.000,00	268,40	3.950.461,16	23,45	2.004.637,45	-49,26	2.061.901,79	2,86
RECEITAS DE AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)	2.690.552,77	9.167.712,89	240,74	9.300.000,00	1,44	7.334.770,99	-21,13	7.455.952,93	1,65	7.795.442,25	4,55
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (IX) = (III + VIII)	280.381.008,64	339.007.589,81	20,91	383.895.000,00	13,24	412.274.297,46	7,39	444.574.358,41	7,83	478.317.789,83	7,59
RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	26.828.009,95	2.783.116,36	-89,63	(9.605.000,00)	-445,12	(15.017.806,27)	56,35	(12.035.395,24)	-19,86	(13.187.819,83)	9,58

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 25/05/2023 , às 10:33:53

31 MAIO 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receitas											
DEDUÇÃO FUNDEB	**(26.255.453,65)**	**(30.915.780,90)**	**17,75**	**(37.602.000,00)**	**21,63**	**(36.270.326,78)**	**-3,54**	**(38.857.935,42)**	**7,13**	**(40.958.837,74)**	**5,41**
Receitas Correntes	**(26.255.453,65)**	**(30.915.780,90)**	**17,75**	**(37.602.000,00)**	**21,63**	**(36.270.326,78)**	**-3,54**	**(38.857.935,42)**	**7,13**	**(40.958.837,74)**	**5,41**
Transferências Correntes	(26.255.453,65)	(30.915.780,90)	17,75	(37.602.000,00)	21,63	(36.270.326,78)	-3,54	(38.857.935,42)	7,13	(40.958.837,74)	5,41
Transferências da União e de suas Entidades	(9.824.302,20)	(12.353.227,85)	25,74	(16.002.000,00)	29,54	(13.857.516,73)	-13,40	(14.647.395,19)	5,70	(15.482.296,72)	5,70
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da	(9.824.302,20)	(12.241.622,55)	24,61	(16.002.000,00)	30,72	(13.857.516,73)	-13,40	(14.647.395,19)	5,70	(15.482.296,72)	5,70
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	(9.823.937,05)	(12.241.273,91)	24,61	(16.000.000,00)	30,71	(13.857.122,07)	-13,39	(14.646.978,03)	5,70	(15.481.855,78)	5,70
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	(9.823.937,05)	(12.241.273,91)	24,61	(16.000.000,00)	30,71	(13.857.122,07)	-13,39	(14.646.978,03)	5,70	(15.481.855,78)	5,70
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Co	(9.823.937,05)	(12.241.273,91)	24,61	(16.000.000,00)	30,71	(13.857.122,07)	-13,39	(14.646.978,03)	5,70	(15.481.855,78)	5,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	(365,15)	(348,64)	-4,52	(2.000,00)	473,66	(394,66)	-80,27	(417,16)	5,70	(440,94)	5,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	(365,15)	(348,64)	-4,52	(2.000,00)	473,66	(394,66)	-80,27	(417,16)	5,70	(440,94)	5,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Ent	0,00	(111.605,30)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas	(16.431.151,45)	(18.562.553,05)	12,97	(21.600.000,00)	16,36	(22.412.810,05)	3,76	(24.210.540,23)	8,02	(25.476.541,02)	5,23
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	(16.431.151,45)	(18.562.553,05)	12,97	(21.600.000,00)	16,36	(22.412.810,05)	3,76	(24.210.540,23)	8,02	(25.476.541,02)	5,23
Cota-Parte do ICMS	(13.479.817,84)	(15.102.609,39)	12,04	(18.000.000,00)	19,18	(18.096.153,83)	0,53	(19.070.634,60)	5,39	(20.100.660,77)	5,40
Cota-Parte do ICMS - Principal	(13.479.817,84)	(15.102.609,39)	12,04	(18.000.000,00)	19,18	(18.096.153,83)	0,53	(19.070.634,60)	5,39	(20.100.660,77)	5,40
Cota-Parte do IPVA	(2.801.309,24)	(3.289.498,58)	17,43	(3.400.000,00)	3,36	(4.123.712,39)	21,29	(4.935.964,00)	19,70	(5.160.313,95)	4,55
Cota-Parte do IPVA - Principal	(2.801.309,24)	(3.289.498,58)	17,43	(3.400.000,00)	3,36	(4.123.712,39)	21,29	(4.935.964,00)	19,70	(5.160.313,95)	4,55
Cota-Parte do IPI - Municípios	(150.024,37)	(170.445,08)	13,61	(200.000,00)	17,34	(192.943,83)	-3,53	(203.941,63)	5,70	(215.566,30)	5,70
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	(150.024,37)	(170.445,08)	13,61	(200.000,00)	17,34	(192.943,83)	-3,53	(203.941,63)	5,70	(215.566,30)	5,70

MONLEVADE - CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO
83
31 MAIO 2023

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Resumo											
TOTAL DA DESPESA	256.841.096,33	342.150.176,87	33,21	400.000.000,00	16,91	435.000.000,00	8,75	465.000.000,00	6,90	500.000.000,05	7,53
DESPESAS CORRENTES (X)	237.033.944,68	304.225.564,00	28,35	347.279.140,00	14,15	384.160.990,23	10,62	411.279.870,67	7,06	443.290.894,34	7,78
DESPESAS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (XI)	1.072.087,46	2.677.785,09	149,77	3.000.000,00	12,03	4.031.252,72	34,38	4.504.034,12	11,73	4.386.664,06	-2,61
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	235.961.857,22	301.547.778,91	27,80	344.279.140,00	14,17	380.129.737,51	10,41	406.775.836,55	7,01	438.904.230,28	7,90
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	19.807.151,65	37.924.612,87	91,47	48.720.860,00	28,47	50.839.009,77	4,35	53.720.129,33	5,67	56.709.105,71	5,56
DESPESAS DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (XIV)	2.216.010,18	3.247.918,33	46,57	3.500.000,00	7,76	3.676.643,55	5,05	3.886.212,23	5,70	4.107.726,33	5,70
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	17.591.141,47	34.676.694,54	97,13	45.220.860,00	30,41	47.162.366,22	4,29	49.833.917,10	5,66	52.601.379,38	5,55
DESPESAS DE RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO FINANCEIRAS (XVII) = (XII + XV + XVI)	253.552.998,69	336.224.473,45	32,61	393.500.000,00	17,03	427.292.103,73	8,59	456.609.753,65	6,86	491.505.609,66	7,64
TOTAL DA RECEITA	280.011.633,79	346.701.481,50	23,82	400.000.000,00	15,37	435.000.000,00	8,75	465.000.000,00	6,90	500.000.000,00	7,53
RECEITAS CORRRENTES (I)	279.887.691,49	342.366.058,47	22,32	382.500.000,00	11,72	418.768.532,62	9,48	451.754.238,98	7,88	485.999.230,59	7,58
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (II)	2.197.235,62	12.526.181,55	470,09	7.905.000,00	-36,89	13.829.006,15	74,94	14.635.833,50	5,83	15.476.883,01	5,75
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	277.690.455,87	329.839.876,92	18,78	374.595.000,00	13,57	404.939.526,47	8,10	437.118.405,48	7,95	470.522.347,58	7,64
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	9.439.734,55	15.289.200,87	61,97	17.500.000,00	14,46	16.231.467,38	-7,25	13.245.761,02	-18,39	14.000.769,41	5,70
RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO (V)	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	5.000.000,00	-4,81	4.946.235,23	-1,08	3.785.170,64	-23,47	4.143.425,37	9,46
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE BENS (VI)	0,00	868.630,00	0,00	3.200.000,00	268,40	3.950.461,16	23,45	2.004.637,45	-49,26	2.061.901,79	2,86
RECEITAS DE AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)	2.690.552,77	9.167.712,89	240,74	9.300.000,00	1,44	7.334.770,99	-21,13	7.455.952,93	1,65	7.795.442,25	4,55
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (IX) = (III + VIII)	280.381.008,64	339.007.589,81	20,91	383.895.000,00	13,24	412.274.297,46	7,39	444.574.358,41	7,83	478.317.789,83	7,59
RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	26.828.009,95	2.783.116,36	-89,63	(9.605.000,00)	-445,12	(15.017.806,27)	56,35	(12.035.395,24)	-19,86	(13.187.819,83)	9,58

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 25/05/2023 , às 10:33:53

31 MAIO 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 4°, §2°, inciso II da LRF

(R$)

ESPECIFICAÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	10.057.682,45	14.649.395,54	16.109.031,77	20.899.768,24	22.235.423,96	23.274.843,13	24.373.509,19
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	10.057.682,45	14.649.395,54	16.109.031,77	20.899.768,24	22.235.423,96	23.274.843,13	24.373.509,19
DEDUÇÕES (II)	27.005.485,92	67.250.082,89	100.021.485,55	115.084.539,63	118.224.321,64	121.678.107,97	126.499.760,13
Ativo Disponível	31.034.090,33	71.631.379,99	100.047.680,76	116.880.673,99	118.253.974,62	121.709.451,17	126.532.889,89
Haveres Financeiros	22.901,69	22.901,69	22.901,69	22.901,69	25.924,71	27.402,42	28.964,36
(-) Restos a Pagar	4.051.506,10	4.404.198,79	49.096,90	1.819.036,05	55.577,69	58.745,62	62.094,12
Dívida Consolidada Líquida	-16.947.803,47	-52.600.687,35	-83.912.453,78	-94.184.771,39	-95.988.897,68	-98.403.264,84	-102.126.250,94

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 25/05/2023 , às 10:35:42

31 MAIO 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE - 85

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

IV - RESULTADO NOMINAL

Art. 4°, §2°, inciso II da LRF

(R$)

ESPECIFICAÇÃO	2021 (b)	2022 (c)	2023 (d)	2024 (e)	2025 (f)	2026 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	14.649.395,54	16.109.031,77	20.899.768,24	22.235.423,96	23.274.843,13	24.373.509,19
DEDUÇÕES (II)	67.250.082,89	100.021.485,55	115.084.539,63	118.224.321,64	121.678.107,97	126.499.760,13
Ativo Disponível	71.631.379,99	100.047.680,76	116.880.673,99	118.253.974,62	121.709.451,17	126.532.869,89
Haveres Financeiros	22.901,69	22.901,69	22.901,69	25.924,71	27.402,42	28.964,36
(-) Restos a Pagar	4.404.198,79	49.096,90	1.819.036,05	55.577,69	58.745,62	62.094,12
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) - (I - II)	-52.600.687,35	-83.912.453,78	-94.184.771,39	-95.988.897,68	-98.403.264,84	-102.126.250,94
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	-52.600.687,35	-83.912.453,78	-94.184.771,39	-95.988.897,68	-98.403.264,84	-102.126.250,94

Resultado Nominal	(a* - b)	(b - c)	(c - d)	(d - e)	(e - f)	(f - g)
	35.652.883,88	31.311.766,43	10.272.317,61	1.804.126,29	2.414.367,16	3.722.986,10

Notas:
- o Cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.
* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2020(R$ -16.947.803,47)

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2023 , às 16:00:41

31 MAIO 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE - 86

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 0000 - ENCARGOS ESPECIAIS

OBJETIVO: PAGAMENTO DE DESPESAS ÀS QUAIS NÃO SE PODE ASSOCIAR UM BEM OU SERVIÇO A SER GERADO NO PROCESSO PRODUTIVO CORRENTE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
0.001	PAGAMENTO DE PEQUENOS VALORES - RPV	RPV	PEQUENOS VALORES PAGOS
0.002	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	PRECATÓRIO	PRECATÓRIOS PAGOS
0.003	PAGAMENTO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS/COMP.APOSENTADORIA-LO	SERVIDOR APOSENTADO	SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS PAGOS
0.004	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA FUNDADA	CONTRATO	DÍVIDA QUITADA
0.005	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	PAGAMENTO GARANTIDO
Total Programa			

Programa: 0101 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL

OBJETIVO: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E PARLAMENTARES DA CÂMARA MUNICIPAL, ASSIM COMO PROMOÇÃO DE AÇÕES DE MELHORIAS E EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.001	INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL	UNIDADE	MODERNIZAÇÃO ADMINSTRATIVA
2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES PLENÁRIAS	SERVIÇO	PAGAMENTO DE SUBSÍDIOS, MATERIAIS E SERVIÇOS
2.004	MANUTENÇÃO DA PRESIDÊNCIA	SERVIÇO	ATIVIDADES MANTIDAS
2.005	MANUTENÇÃO DE GABINETE DOS VEREADORES	SERVIÇO	ATENDIMENTO AOS VEREADORES E A COMUNIDADE
2.006	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA	SERVIÇO	ASSESSORAMENTO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA
2.007	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA INTERNA	SERVIÇO	AUDITORIA INTERNA
2.008	MANUTENÇÃO DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA	SERVIÇO	PESSOAL CIVIL
2.009	PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES PATRONAIS	SERVIÇO	PAGAMENTO DE INSS E FGTS
2.010	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	SERVIÇO	MATERIAIS E SERVIÇOS
2.011	PLANO DE SAÚDE PARA SERVIDORES	SERVIDOR E DEPENDENTE	ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR
2.012	QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES	SERVIDOR PÚBLICO	CURSOS, TREINAMENTOS, GRADUAÇÃO ESCOLAR, OUTROS.
2.013	PAGAMENTO DE APOSENTADORIA E REFORMAS	SERVIDOR APOSENTADO	APOSENTADORIA
2.014	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS	SERVIÇO	INFORMAÇÕES E RELAÇÕES PÚBLICAS
2.015	SOLENIDADES E FESTIVIDADES	EVENTO	HOMENAGENS E FESTIVIDADES
2.016	PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÕES OFICIAIS	SERVIÇO	ATOS OFICIAIS PUBLICADOS
2.017	PUBLICAÇÕES INSTITUCIONAL	DIVULGAÇÃO	DIVULGAÇÕES MANTIDAS
2.018	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS	SERVIÇO	ATIVIDADES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS MANTIDAS
Total Programa			

31 MAIO 2023

JOÃO MONLEVADE - CÂMARA MUNICIPAL

87

Menu: LDO "Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 0102 - PROMOÇÃO DE POLÍTICA E CIDADANIA

OBJETIVO: PROMOVER ATIVIDADES DE CUNHO SOCIAL E GRATUITO NOS SEGMENTOS DA CIDADANIA, CULTURA E LAZER, ALÉM DE PROMOVER A INTEGRAÇÃO DO LEGISLATIVO COM A COMUNIDADE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.002	PROMOÇÃO DE AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL	AÇÃO	MOBILIZAÇÃO SOCIAL
2.003	PROMOÇÃO DE AÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA	AÇÃO	UTILIDADE PÚBLICA
Total Programa			

Programa: 0401 - APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO: ATENDER AS SECRETARIAS, ASSESSORIAS E DIVISÕES MUNICIPAIS NA EXECUÇÃO DE SUAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, NECESSÁRIAS PARA DAR SUPORTE À IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS E PROGRAMAS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.019	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO GABINETE	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.020	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA ASSESSORIA DE GOVERNO	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.022	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA PROCURADORIA JURÍDICA	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.024	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA CONTROLADORIA INTERNA	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.026	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.031	APOIO E SUPORTE A EVENTOS DIVERSOS	EVENTO	SUPORTE A EVENTOS GOVERNAMENTAIS
2.032	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.033	PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÕES OFICIAIS	DIVULGAÇÃO	DIVULGAÇÕES OFICIAIS MANTIDAS
2.034	PUBLICIDADES INSTITUCIONAIS	CAMPANHA	POULAÇÃO INFORMADA - UTILIDADE PÚBLICA
2.035	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.036	GARANTIA DOS AUXILIOS DE TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES	SERVIDOR PÚBLICO	AUXILIOS TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO MANTIDOS
2.040	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE FAZENDA	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.058	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.077	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE OBRAS	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.083	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.093	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
Total Programa			

31 MAIO 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 0402 - ESTRUTURAÇÃO E EFICIÊNCIA PARA GOVERNANÇA

OBJETIVO: PROPORCIONAR AOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO UMA ESTRUTURA MODERNA, EFICIENTE, QUALIFICADA E DIGNA AO SERVIDOR PÚBLICO E À POPULAÇÃO MUNICIPAL, VISANDO RESPOSTAS ÁGEIS E EFETIVAS ÀS DEMANDAS E OTIMIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DE INFORMAÇÕES.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.010	INFRAESTRUTURA DE PRÉDIOS PÚBLICOS	PRÉDIO	PRÉDIOS CONSTRUÍDOS/AMPLIADOS
2.021	GESTÃO E SUPERVISÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	REGIONAL	CIDADÃO OUVIDO
2.023	MANUTENÇÃO DO PROCON MUNICIPAL	UNIDADE	DIREITOS CIVIS GARANTIDOS
2.025	GESTÃO DA OUVIDORIA MUNICIPAL	SERVIÇO	MAIOR INTERAÇÃO ENTRE ORGÃO PÚBLICO E A SOCIEDADE
2.027	GESTÃO DE PARCERIAS E CONVÊNIOS - ENTES GOVERNAMENTAIS	UNIDADE	DIREITOS CIVIS GARANTIDOS
2.037	GESTÃO DOS RECURSOS MATERIAIS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E PATRIMONIAIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	SERVIÇO	MAQUINA ADMINISTRATIVA FUNCIONANDO
2.038	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SERVIÇO	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO MANTIDA
2.039	AÇÕES DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	SERVIDOR PÚBLICO	SERVIDOR VALORIZAÇÃO E CAPACITADO
2.079	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS E LOCADOS	PRÉDIO	PRÉDIOS CONSERVADOS
2.135	CONTRATO DE RATEIO DO ICISMEP GESTÃO	UNIDADE	CONSÓRCIO MANTIDO
Total Programa			

Programa: 0403 - GESTÃO TRIBUTÁRIA EFICAZ

OBJETIVO: DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES E PROCESSOS DE GERENCIAMENTOS MODERNOS E EFICAZES VOLTADOS PARA O INCREMENTO DA RECEITA MUNICIPAL E CONSEQUENTE MELHORIA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS MUNÍCIPES.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.003	AÇÕES DE MODERNIZAÇÃO E INCREMENTO DA ARRECADAÇÃO MUNICIPAL	PERCENTUAL DE INCREMENTO DA RECEITA	INCREMENTO TRIBUTÁRIO
2.041	GESTÃO DO SETOR TRIBUTÁRIO	SERVIÇO	ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA EFICAZ
Total Programa			

Programa: 0601 - POLÍTICAS DE DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO

OBJETIVO: IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES E POLÍTICAS NECESSÁRIAS À PREVENÇÃO, MITIGAÇÃO, PREPARAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS AFETADAS POR SITUAÇÃO DE DESASTRE E EMERGENCIAIS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.078	ATIVIDADES DA DEFESA CIVIL	OCORRÊNCIA	PROTEÇÃO DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO
Total Programa			

31 MAIO 2013

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE - 89

Menu: LDO "Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 0801 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

OBJETIVO: ASSEGURAR O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES NECESSÁRIAS À OFERTA DE SERVIÇOS, PROGRAMA ,PROJETOS E BENEFÍCIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ALÉM DA CAPACITAÇÃO, APOIO TÉCNICO E GESTÃO DO SUAS. APOIAR O CONTROLE SOCIAL E A GESTÃO DESCENTRALIZADA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.062	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.063	GESTÃO DO CONSELHO TUTELAR	SERVIÇO	DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE ZELADOS
2.064	GESTÃO DOS CONSELHOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO	GARANTIR O CONTROLE SOCIAL
2.073	GESTÃO DO PROGRAMA PREFEITO AMIGO DA CRIANÇA	SERVIÇO	UM FUTURO MELHOR
2.074	GESTÃO DO CONSELHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	CONSELHO	GARANTIR O CONTROLE SOCIAL
2.075	GESTÃO E AÇÕES PARA PROTEÇÃO E DEFESA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	AÇÃO	DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES GARANTIDOS
2.076	AÇÕES DE PROTEÇÃO E ACOLHIMENTO AO IDOSO	AÇÃO	DIREITOS DOS IDOSOS GARANTIDOS
Total Programa			

Programa: 0802 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

OBJETIVO: FORTALECER A FUNÇÃO PROTETIVA DAS FAMÍLIAS, PREVENIR A RUPTURA DE SEUS VÍNCULOS, PROMOVER SEU ACESSO E USUFRUTO DE DIREITOS E CONTRIBUIR NA MELHORIA DE SUA QUALIDADE DE VIDA POR MEIO DE AÇÕES DE CARÁTER PREVENTIVO, PROTETIVO E PROATIVO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.066	APOIO A ENTIDADES SOCIOASSISTENCIAIS	ENTIDADE	ENTIDADES ASSISTIDAS
2.069	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	PESSOA	PESSOAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL ATENDIDAS
Total Programa			

Programa: 0803 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

OBJETIVO: CONTRIBUIR PARA A RECONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS, A DEFESA DE DIREITOS E ENFRENTAMENTO DAS SITUAÇÕES DE VIOLAÇÃO E RISCO SOCIAL E PESSOAL.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.065	APOIO E PROMOÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	PESSOA	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ATENDIDAS
2.070	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL MÉDIA COMPLEXIDADE - CREAS	PESSOA	FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS ASSISTIDOS
2.071	AÇÕES DE AMPARO E ACOLHIMENTO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E CALAMIDADE PÚBLICA	PESSOA	PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E CALAMIDADE PÚBLICA
2.072	AÇÕES DE PROTEÇÃO A INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	PESSOA	CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS COM VIOLAÇÃO DE DIREITOS
Total Programa			

31 MAIO 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE 90

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 0804 - APOIO ADMINISTRATIVO - FUNDAÇÃO CRÊ-SER

OBJETIVO: APOIO ADMINISTRATIVO NECESSÁRIO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES QUE PROPICIEM A MINIMIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL DE CRIANÇA E ADOLESCENTE EM RISCO PESSOAL E SOCIAL; CAPACITAR ADOLESCENTES PARA INSERÇÃO NO PRIMEIRO EMPREGO; ATENDER ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS E FOMENTAR A

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.125	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
Total Programa			

Programa: 0805 - PROGRAMA HUMANIZAR

OBJETIVO: MINIMIZAR A SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL DE CRIANÇA E ADOLESCENTE; DISPONIBILIZAR ATIVIDADES ARTESANAIS, LÚDICAS, PEDAGÓGICA E ESPORTIVAS; CAPACITAÇÃO DE ADOLESCENTES PARA INSERÇÃO NO PRIMEIRO EMPREGO; ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS E FOMENTAR A GERAÇÃO DE RENDA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.031	REVITALIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO	UNIDADE	MODERNIZAÇÃO ADMINSTRATIVA
2.126	MANUTENÇÃO UNIDADE ACOLHEDORA	CRIANÇA	CRIANÇAS ABRIGADAS
2.127	MANUTENÇÃO CENTRO INICIAÇÃO PROFISSIONAL	ADOLESCENTE	INICIAÇÃO PROFISSINAL DE ADOLESCENTES
2.128	MANUTENÇÃO NÚCLEOS COMUNITÁRIOS	UNIDADE	NÚCLEOS COMUNITÁRIOS MANTIDOS
2.129	MANUTENÇÃO DE CONVÊNIOS COM ENTIDADES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	PESSOA ESPECIAL	PESSOAS ESPECIAIS ASSISTIDAS
Total Programa			

Programa: 1001 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

OBJETIVO: PROMOVER A GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/SUS COM A ESTRUTURAÇÃO DOS SEUS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA GARANTIR QUE SE CONFIGURE NUM PROCESSO DINÂMICO, EFICIENTE, PARTICIPATIVO E INTEGRADO COM AS POLÍTICAS DO SUS E COM AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO MONLEVADENSE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.097	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.098	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	REUNIÃO	CONSELHO MANTIDO
2.099	GARANTIA DOS AUXÍLIOS DE TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO A SERVIDORES DA SAÚDE	SERVIDOR PÚBLICO	AUXILIOS TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO MANTIDOS
Total Programa			

Programa: 1002 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

OBJETIVO: DESENVOLVER CONJUNTO DE AÇÕES, NO ÂMBITO INDIVIDUAL E COLETIVO, VOLTADAS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE, A PREVENÇÃO DE AGRAVOS, TRATAMENTO E A REABILITAÇÃO, TENDO A ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE COMO ORDENADORA DO SISTEMA LOCAL DE SAÚDE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.022	INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	UNIDADE	UNIDADES DE SAÚDE CONSTRUÍDAS, REVITALIZADAS E CONSERVADAS
2.100	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA Á SAÚDE	ATENDIMENTO	ATENDIMENTOS REALIZADOS
2.101	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE BUCAL E CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLÓGICA	PROCEDIMENTO	PROCEDIMENTOS REALIZADOS
Total Programa			

31 MAIO 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 1003 - ATENÇÃO SECUNDÁRIA À SAÚDE

OBJETIVO: ATENDER AOS PRINCIPAIS PROBLEMAS DE SAÚDE E AGRAVOS DA POPULAÇÃO, A FIM DE GARANTIR A CONTINUIDADE DO CUIDADO EM SAÚDE, CUJA COMPLEXIDADE DA PRÁTICA CLÍNICA DEMANDE A DISPONIBILIDADE DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS E A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS PARA O APOIO AO DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.023	INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO DAS UNIDADES DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA	PRÉDIO	PRÉDIO REVITALIZADO
2.102	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	CONSULTA	POPULAÇÃO ASSISTIDA
2.103	PARCERIAS COM ENTIDADES DE AÇÕES DE PROMOÇÃO, PREVENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE	INSTITUIÇÃO	INSTITUIÇÕES ATENDIDAS
2.104	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL	PROCEDIMENTO	USUÁRIO ADULTO/CRIANÇA/ADOLESCENTE ATENDIDOS
2.105	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR, AMBULATORIAL E URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	LEITO	LEITOS DISPONÍVEIS
2.106	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO MUNICIPAL	SESSÃO	SESSÕES REALIZADAS
2.107	MANUTENÇÃO DOS CONTRATOS COM PRESTADORES DE SERVIÇOS SUS	PROCEDIMENTO	PACIENTES ATENDIDOS
2.109	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE APOIO AO DIAGNÓSTICO	EXAME	EXAMES REALIZADOS
2.110	MANUTENÇÃO CISMEPI - CONTRATO DE RATEIO	UNIDADE	CONSÓRCIO MANTIDO
2.136	CONTRATO DE RATEIO DO ICISMEP - SAÚDE	UNIDADE	CONSÓRCIO MANTIDO
Total Programa			

Programa: 1004 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

OBJETIVO: AMPLIAR E QUALIFICAR O ACESSO DA POPULAÇÃO AOS MEDICAMENTOS DA REMUNE (RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS), OS MEDICAMENTOS DO CEAF (COMPONENTE ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA) E MEDICAMENTOS DE DEMANDAS JUDICIAIS. PROMOVER O USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS, A INTEGRALIDADE DE

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.024	INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO DAS UNIDADES DE FARMÁCIA MUNICIPAL	PRÉDIO	PRÉDIOS CONSERVADOS/CONSTRUÍDOS
2.111	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS	MEDICAMENTO	MEDICAMENTOS FORNECIDOS
Total Programa			

Programa: 1005 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

OBJETIVO: REALIZAR AÇÕES INERENTES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE VISANDO GARANTIR À SAÚDE HUMANA CONDIÇOES ADEQUADAS DE SALUBRIDADE, CONTROLAR A INCIDÊNCIA DE DOENÇAS ENDÊMICAS,TRANSMISSÍVEIS E INFECCIOSAS E REALIZAR A IMUNIZAÇÃO DA POPULAÇÃO. REALIZAR CONTROLE DE VETORES.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.112	PROMOÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	VISTORIA	AÇÕES VIGILÂNCIA E CONTROLE SANITÁRIO PROMOVIDOS
2.113	PROMOÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	COBERTURA DE VACINAÇÃO	CRIANÇAS VACINADAS
2.114	GESTÃO DO PROGRAMA IST/HIV/AIDS	PESSOA	AUMENTO DO NÚMERO DE PACIENTES COM CARGA VIRAL INDETECTÁVEL
2.115	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE CONTROLE DE ZOONOSES	PROCEDIMENTO	PROCEDIMENTOS REALIZADOS
Total Programa			

31 MAIO 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 1201 - APOIO ADMINISTRATIVO À EDUCAÇÃO

OBJETIVO: ATENDER À REDE DE ENSINO MUNICIPAL NA EXECUÇÃO DE SUAS ATIVIDADES ESCOLARES, NECESSÁRIAS AO DESENVOLVIMENTO DE UM ENSINO DE QUALIDADE E EXCELÊNCIA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.042	GARANTIA DOS AUXÍLIOS TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO A SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	SERVIDOR PÚBLICO	AUXILIOS TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO MANTIDOS
2.043	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SERVIÇO	SECRETARIA MANTIDA
Total Programa			

Programa: 1202 - POR UMA EDUCAÇÃO MAIS HUMANIZADA

OBJETIVO: GARANTIR UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE POR MEIO DA VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL, AMPLIAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL, DO CUIDADO COM OS ESPAÇOS FÍSICOS PARA QUE TAMBÉM SEJAM OS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM, DA UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS COMO FORMA DE CONEXÃO COM O MUNDO, CONSIDERANDO AS NECESSIDADES DE TODOS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.004	INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS ESCOLARES- ENS. FUNDAMENTAL	PRÉDIO	PRÉDIOS ESCOLARES CONSTRUÍDOS E REVITALIZADOS
1.005	INFORMATIZAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA- EDUCAÇÃO CONECTADA	ALUNO	ALUNOS CONECTADOS
1.006	IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR	ALUNO	ATENDIMENTO ESPECIALIZADO GARANTIDO
1.007	INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO DE CEMEI'S	PRÉDIO	NOVOS CEMEI'S CONSTRUÍDOS, CONSERVADOS E MOBILIADOS
2.044	MANUTENÇÃO DA ESCOLA DE INFORMÁTICA	USUÁRIO	ACESSO À INFORMAÇÃO GARANTIDA
2.045	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	ALUNO	ALUNOS ALIMENTADOS
2.046	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL	ALUNO	ENSINO FUNDAMENTAL MANTIDO
2.047	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	ALUNO	ALUNOS TRANSPORTADOS
2.048	VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	SERVIDOR PÚBLICO	SERVIDOR VALORIZAÇÃO E CAPACITADO
2.049	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO/EJA/PÓS MÉDIO	ALUNO	ALUNOS TRANSPORTADOS
2.050	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO SUPERIOR	ALUNO	ALUNOS TRANSPORTADOS
2.051	APOIO AO ACESSO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR	CONVÊNIO	ENSINO SUPERIOR APOIADO
2.052	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	ALUNO	EDUCAÇÃO INFANTIL MANTIDA
2.053	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCAÇÃO INFANTIL	ALUNO	ALUNOS TRANSPORTADOS
2.054	MANUTENÇÃO DO EJA - ENSINO FUNDAMENTAL	ALUNO	JOVENS E ADULTOS ALFABETIZADOS
2.055	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ALUNO	EDUCAÇÃO ESPECIAL MANTIDA
2.056	AÇÕES DE MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL	UNIDADE	BIBLIOTECA PÚBLICA MANTIDA
2.057	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB	ALUNO	ENSINO FUNDAMENTAL MANTIDO
Total Programa			

31 MAIO 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE - 93

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 1501 - MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA EM FOCO

OBJETIVO: PROPORCIONAR À POPULAÇÃO UM SISTEMA VIÁRIO ADEQUADO PARA O TRÁFEGO HARMONIZADO E SEGURO DE VEÍCULOS, PEDESTRES, CICLISTAS,MOTOCICLISTAS E PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, BEM COMO UM SISTEMA DE MACRODRENAGEM.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.011	INFRAESTRUTURA DE VIAS URBANAS	M²	VIAS URBANAS ESTRUTURADAS
2.080	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA MALHA VIÁRIA	M²	VIAS PÚBLICAS CONSERVADAS
2.134	APORTE FINANCEIRO AO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO	UNIDADE	TRANSPORTE PÚBLICO SUBSIDIADO
Total Programa			

Programa: 1502 - MONLEVADE SEGURA E BEM CUIDADA

OBJETIVO: PROPORCIONAR AOS CIDADÃOS DO MUNICÍPIO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EFICIENTES NA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, COLETA DE LIXO, COLETA SELETIVA, LIMPEZA, SEGURANÇA E OUTROS SERVIÇOS, NECESSÁRIOS À GARANTIA DO BEM ESTAR DE TODOS E A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.017	AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	LÂMPADA INSTALADA	ILUMINAÇÃO GARANTIDA
1.018	URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO DE ÁREAS PÚBLICAS E DE CONVIVÊNCIA SOCIAL	UNIDADE	CIDADE MAIS BONITA E URBANIZADA
1.019	ESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECOLHIMENTO DE ANIMAIS ABANDONADOS EM ÁREAS PÚBLICAS	UNIDADE	MANEJO DE ANIMAIS
1.020	INFRAESTRUTURA DE ÁREA PÚBLICA PARA EVENTOS DIVERSOS	UNIDADE	ÁREA PÚBLICA PARA EVENTOS E LAZER
2.085	MANUTENÇÃO DAS REDES E SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	LÂMPADA INSTALADA	ILUMINAÇÃO GARANTIDA
2.086	AÇÕES DE MONITORAMENTO E CONTROLE DE SEGURANÇA PÚBLICA	UNIDADE	MONLEVADE SEGURA
2.087	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS E CONVIVÊNCIA SOCIAL	UNIDADE	ESPAÇOS PÚBLICOS BEM CUIDADOS
2.088	MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO	TORRE	IMAGEM E INTERNET DE QUALIDADE
2.089	ESTRTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE CEMITÉRIOS E VELÓRIO MUNICIPAL	UNIDADE	SERVIÇOS MORTUÁRIOS GARANTIDOS
Total Programa			

Programa: 1503 - GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

OBJETIVO: PROPORCIONAR À POPULAÇÃO E AO MEIO AMBIENTE UMA GESTÃO ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DESDE SUA COLETA À DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE CORRETA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.090	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E COLETA DOS RESÍDUOS URBANOS	TONELADA	CIDADE LIMPA
2.091	DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS MUNICIPAIS	TONELADA	DESTINAÇÃO CORRETA DE RESÍDUOS
2.092	MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO CPGRS - CONTRATO DE RATEIO	UNIDADE	CONSÓRCIO MANTIDO
Total Programa			

31 MAIO 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

94

Menu: LDO "Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 1601 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

OBJETIVO: GARANTIR HABILITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.014	REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS OCUPADAS POR FAMÍLIAS CARENTES	FAMILIA	FAMÍLIAS BENEFICIADAS
1.015	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	UNIDADE	CASAS CONSTRUÍDAS OU RECUPERADAS
2.081	GESTÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE HABITAÇÃO	ALUGUEL	FAMÍLIAS CARENTES AMPARADAS
Total Programa			

Programa: 1701 - APOIO ADMINISTRATIVO - DAE

OBJETIVO: APOIO ADMINISTRATIVO NECESSÁRIO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES QUE PROPICIEM O RECEBIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E AUXILIEM NAS AÇÕES DE SANEAMENTO AMBIENTAL.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.116	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA DIRETORIA	SERVIÇO	ATIVIDADES MANTIDAS
2.117	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.118	PUBLICIDADE E DIVULGAÇÕES OFICIAIS	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.119	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE OPERAÇÃO	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.123	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE PLANEJAMENTO	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.124	MANUTENÇÃO ATIVIDADES CONTROLE INTERNO	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
Total Programa			

Programa: 1702 - SANEAMENTO AMBIENTAL DE QUALIDADE

OBJETIVO: PROPICIAR MELHORIAS NO SERVIÇO ESSENCIAL DE SANEAMENTO PRESTADOS PELA AUTARQUIA, ATRAVÉS DE INFRAESTRUTURA, CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL E AINDA COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.025	EXTENSÃO DE ADUTORAS E REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	PERCENTUAL A SER CONSTRUÍDO	EXTENSÃO ADUTORA E REDE DE ABASTECIMENTO ÁGUA MANTIDA
1.026	CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIOS	UNIDADE	CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIOS MANTIDA
1.027	AMPLIAÇÃO E REFORMAS DA EAT- EAB E RECALQUES	M²	AMPLIAÇÃO E REFORMAS EAT-EAB/ RECALQUE MANTIDAS
1.028	CONSTRUÇÃO DE ETE'S	PERCENTUAL A SER CONSTRUÍDO	ETE'S CONSTRUÍDAS
1.029	EXTENSÃO DE REDE COLETORA DE ESGOTOS	PERCENTUAL A SER CONSTRUÍDO	EXTENSÃO DE REDE COLETORA DE ESGOTOS MANTIDAS
1.030	EXTENSÃO DE FOSSAS SÉPTICAS	M²	EXTENSÃO DE FOSSAS SÉPTICAS MANTIDAS
2.120	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (EAB-EAT - REDES - RESERVATÓRIOS E RECALQUES)	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.121	MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.122	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (REDE COLETORA - FOSSAS E ETE's)	SERVIÇO	MANUTENÇÃO SERVIÇOS REDE COLETORA DE ESGOTO, FOSSAS
Total Programa			

31 MAIO 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

95

Menu: LDO "Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 1801 - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

OBJETIVO: DESENVOLVER A GESTÃO SUSTENTÁVEL, POR MEIO DE POLÍTICAS E AÇÕES QUE VISEM PROTEÇÃO, DEFESA E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, MELHORIA E CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL E PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.021	REVITALIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA DO PARQUE MUNICIPAL DO AREÃO	UNIDADE	LAZER PARA A POPULAÇÃO
2.094	AÇÕES DE REVITALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO VIVEIRO MUNICIPAL	UNIDADE	ÁREA SUSTENTÁVEL
2.095	AÇÕES DE PLANEJAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL	UNIDADE	LEGISLAÇÃO APLICADA
2.096	AÇÕES DE RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	AÇÃO	MEIO AMBIENTE PRESERVADO
Total Programa			

Programa: 2301 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E INOVAÇÃO

OBJETIVO: PROMOVER, LEGITIMAR E REALIZAR A MANUTENÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL E DE INOVAÇÃO NA PERSPECTIVA DA GOVERNANÇA, APOIANDO AÇÕES VOLTADAS PARA O FOMENTO DAS ATIVIDADES EMPREEENDEDORAS NOS DIVERSOS SETORES DA ECONOMIA LOCAL, ESTIMULANDO O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.002	INFRAESTRUTURA E MANUTENÇÃO DA INCUBADORA DE EMPRESAS E STARTUP'S	MÓDULO	PEQUENAS EMPRESAS FORTALECIDAS
1.012	INFRAESTRUTURA DO DISTRITO INDUSTRIAL	UNIDADE	DISTRITO INDUSTRIAL ESTRUTURADO
1.013	INFRAESTRUTURA DO ABATEDOURO MUNICIPAL	UNIDADE	PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL PROCESSADOS ADEQUADAMENTE
2.028	MANUTENÇÃO DO CONSMEPI - CONTRATO DE RATEIO -SIM	SERVIÇO	GARANTIA DE QUALIDADE DO PRODUTO ANIMAL
2.030	PROMOÇÃO DE AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, EMPRESARIAL E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	AVALIAÇÃO POPULAR	AVALIAÇÃO POPULAR SOBRE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA
Total Programa			

Programa: 2701 - DESENVOLVENDO O FUTURO: ESPORTE EM AÇÃO

OBJETIVO: DESENVOLVER ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE LAZER NO MUNICÍPIO, INCENTIVANDO TAMBÉM A PARTICIPAÇÃO EM COMPETIÇÕES ALÉM DE MELHORIAS E CONSTRUÇÕES DE NOVOS ESPAÇOS ESPORTIVOS DA MUNICIPALIDADE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.008	INFRAESTRUTURA DE ÁREAS DE ESPORTE E LAZER	ESPAÇO DE ESPORTE E LAZER	ÁREA DE ESPORTE E LAZER CONTRUÍDA/REVITALIZADA
2.059	APOIO E DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS ESPORTIVAS	PRÁTICA ESPORTIVA	PRÁTICAS ESPORTIVAS APOIADAS
2.060	PARCERIA COM ENTIDADES ESPORTIVAS E ATLETAS INDIVIDUAIS	UNIDADE	ENTIDADES E ATLETAS SUBVENCIONADOS
2.061	CONSERVAÇÃO DE ÁREAS DE ESPORTE E LAZER	ESPAÇO DE ESPORTE E LAZER	ÁREAS DE ESPORTE E LAZER CONSERVADAS
Total Programa			

31 MAIO 2023

MONLEVADE - CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO 96

Menu: LDO "Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

OBJETIVO: ATENDER OS PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS FISCAIS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS, NOS TERMOS PREVISTOS NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	SERVIÇO	PASSIVOS CONTINGÊNCIADOS
Total Programa			
Total Geral			

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2023 , às 15:59:36 .

31 MAIO 2023

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

97

Menu: LDO "Relatórios"

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
98

ANEXO DE METODOLOGIA E PREMISSAS UTILIZADAS.
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO
EXERCÍCIO DE 2024

Quadro 1 *- Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção*

Originado de publicações realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no que concerne aos índices apurados; pelo Banco Central do Brasil, no que concerne aos índices de previsão; e Fundação João Pinheiro, por cálculo econômico concernente a publicação do Produto Interno Bruto - PIB Estadual.

Demonstra os fatores para cálculo dos valores constantes, que equivalem às correntes abstraídas da variação do poder aquisitivo da moeda, ou seja, expurgando os índices de inflação ou deflação aplicados no cálculo do valor corrente, trazendo os valores das metas anuais para valores praticados no ano anterior ao ano de referência da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

Quadro 2 *- Demonstrativo do Cenário Econômico- Adequação da Receita*

Retrata o crescimento/ redução diferenciado de determinadas receitas, no contexto utilizado para cálculo das demais.

Para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, é adotada a metodologia de projetar o exercício de sua elaboração, a partir do exercício anterior (março a dezembro de 2022) e da arrecadação efetivamente realizada no período transcorrido no mesmo, neste caso os meses de janeiro e março (2023), ou seja, ele aplica nas receitas efetivamente realizadas os coeficientes constantes do Relatório de Índices Oficiais e Fatores de Projeção.

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
99

Quadro 3 *- Demonstrativo do Cenário Econômico- Adequação da Despesa*

Estabelece fatores a serem aplicados sobre o valor de determinada despesa segundo o critério utilizado, demonstrado na memória de cálculo das despesas.

Os fatores são fixados a partir de decisão gerencial, ou para atendimento de limites estabelecidos em lei, para adequação do valor total das despesas aos valores projetados para receita.

Quadro 4 *- Memória de Cálculo da Receita*

O quadro demonstra:

- ✓ a receita efetivamente realizada nos exercício de 2010, 2021 e 2022;
- ✓ a receita projetada para 2023, tendo por base a receita efetivamente realizada no período compreendido entre março a dezembro de 2022, somada às receitas efetivamente realizada nos meses janeiro a fevereiro de 2023, devidamente corrigida pela inflação acumulada, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acrescido da expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB Nacional, para o exercício de 2023, conforme fatores de correção do Quadro de Índices, observado o Quadro 2 – Demonstrativo do Cenário Econômico- Adequação da Receita;
- ✓ projeção da receita para os exercícios de 2024, 2025 e 2026, realizada partir da receita projetada para 2023, com aplicação dos fatores estabelecidos pela expectativa de inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e crescimento do Produto Interno Bruto – PIB Nacional, conforme fatores do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção, observado o Quadro 2 – Demonstrativo do Cenário Econômico- Adequação da Receita; e
- ✓ avaliação do percentual de crescimento/redução da receita, realizada à partir de um determinado exercício do período, na relação com o imediatamente anterior.

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
100

Quadro 5 *- Memória de Cálculo da Despesa*

O quadro demonstra:

- ✓ A despesa efetivamente realizada nos exercícios de 2020, 2021 e 2022;
- ✓ A despesa projetada para 2023 tendo por base a despesa efetivamente realizada no período compreendido entre março a dezembro de 2022, somadas as despesas realizada nos meses janeiro a fevereiro de 2023, devidamente corrigida pela inflação acumulada, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acrescido da expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB Nacional, para o exercício de 2023, conforme fatores de correção do Quadro de Índices, observado o Quadro 3-*Demonstrativo do Cenário Econômico - Adequação da Despesa.*
- ✓ Projeção da despesa para os exercícios de 2024, 2025 e 2026, realizada a partir da despesa projetada para 2023, com aplicação dos fatores estabelecidos pela expectativa de inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e crescimento do Produto Interno Bruto – PIB Nacional, conforme fatores do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção, observado Quadro 3 - *Demonstrativo do Cenário Econômico - Adequação da Despesa.*
- ✓ Avaliação do percentual de crescimento/redução da despesa, realizada à partir de um determinado exercício do período, na relação com o imediatamente anterior.

Quadro 6 *- Meta Fiscal – Resultado Nominal*
(LC 101, art. 4º, § 2º, inciso II)

O quadro demonstra a Dívida Consolidada Líquida e o Resultado Nominal realizados, projetando os mesmos com a seguinte metodologia:

- ✓ Para 2023: Dívida Consolidada de 2022, menos amortização do exercício de 2023, acrescida dos Restos a Pagar Processados; deduzido o Ativo Disponível e Haveres Financeiros (Ativo Realizável), todos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme fatores de correção do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção;

- ✓ Para 2024: Dívida Consolidada de 2023, menos amortização do Exercício de 2024, acrescida dos Restos a Pagar Processados; deduzido o Ativo Disponível e Haveres Financeiros (Ativo Realizável), todos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme fatores de correção do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção;
- ✓ Para 2025: Dívida Consolidada de 2024 menos amortização do Exercício de 2025, acrescida dos Restos a Pagar Processados; deduzido o Ativo Disponível e Haveres Financeiros (Ativo Realizável), todos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme fatores de correção do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção; e
- ✓ Para 2026: Dívida Consolidada de 2025, menos amortização do exercício de 2026, acrescida dos Restos a Pagar Processados; deduzido o Ativo Disponível e Haveres Financeiros (Ativo Realizável), todos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme fatores de correção do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção;

Quadro 7 *- Anexo de Metas Anuais*
AMF – Demonstrativo I (LC 101, art. 4º, § 1º)

Apresenta as metas fiscais anuais, com propostas de resultados primário e nominal, calculadas em valores correntes e constantes, com aplicação dos fatores constantes do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção, para os três exercícios subsequentes ao da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Quadro 8 *- Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Último Exercício*
AMF – Demonstrativo II (LC 101, art. 4º, § 2º, inciso I)

Apresenta avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício imediatamente anterior ao da elaboração da lei de diretrizes orçamentária - LDO.

O resultado primário é apresentado na relação das receitas primárias e despesas primárias, nos valores previstos e efetivamente realizados.

Da mesma forma é apresentado o valor da dívida consolidada, dívida consolidada líquida, e o resultado nominal. Por fim demonstra Produto Interno Bruto - PIB estadual previsto e realizado.

Quadro 9 *- Metas Anuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Últimos Exercícios*

AMF – Demonstrativo III (LC 101, art.4º, §2º, inciso II)

Apresenta as metas de resultados primário e nominal anuais, propostas para os três exercícios subsequentes ao de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, calculadas em valores correntes e constantes, com aplicação dos fatores do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção, comparadas através de avaliação percentual com os três últimos exercícios, incluído o de sua elaboração.

Quadro 10 *- Evolução do Patrimônio Líquido*

AMF – Demonstrativo IV (LC 101, art.4º, § 2º, inciso III)

Apresenta a evolução do Patrimônio Líquido do Município, compreendido o Executivo e Legislativo, e seus respectivos Fundos e Autarquias nos exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Quadro 11 *- Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos*

AMF – Demonstrativo V (LC 101, art.4º, § 2º, inciso III)

Demonstra os valores originados das alienações realizadas nos três últimos exercícios, bem como os valores destes recursos que foram aplicados em cada um deste exercício e, ainda, o saldo financeiro a ser aplicado no exercício seguinte.

Quadro 12 *- Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências*

ARF (LC 101, art 4º, § 3º)

Demonstra os eventos que poderão impactar negativamente as contas públicas, e as providências a serem tomadas caso os mesmos se concretizem.

Quadro 13 *- Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado - DOCC*

AMF - (LC 101, art. 4°, § 2°, inciso V)

Demonstra as despesas derivadas de lei ou de ato administrativo que fixam para o Município a obrigação legal de sua execução por período superior a dois exercícios, que conforme definição do caput do art. 17 da LC 101/2000, são entendidas como obrigatórias de caráter continuado. Demonstra, ainda, a origem dos recursos para o custeio das mesmas.

Quadro 14 *- Anexo das Variações Previstas no Quadro de Pessoal*

AMF - (LC 101, art. 4°, § 2°, inciso V)

Demonstra a movimentação no Quadro de Pessoal, originadas da criação e extinção de cargos no exercício para o qual está sendo estabelecidas as diretrizes para elaboração da lei Orçamentária anual.

Neste anexo são demonstrados os valores dos cargos existentes, somados aos valores dos cargos criados, deduzidos os valores dos cargos extintos, e o produto desta variação em termos quantitativos e de valores.

Quadro 15 *- Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita*

AMF - (LC 101, art. 4°, § 2°, inciso V)

Demonstra os incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios para determinados setores, que promovam o tratamento diferenciado, de forma a caracterizar a renúncia de receitas, sob a ótica da LC 101/2000.

Neste anexo é apresentada, conforme estabelecido no art. 14 da LC 101/2000, nos termos dos incisos I e II, a compensação para a renúncia definida acima.

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE 104

João Monlevade, 30 de maio de 2023.

Laércio José Ribeiro
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
Recebido em: 30/5/23
Às 9 hs. 18 min.
Responsável

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Câmara Municipal de João Monlevade
105

Calendário para tramitação do Projeto de Lei nº 1.348/2023, de iniciativa do Executivo, que Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2024, e dá outras providências.

DATA	PROCEDIMENTOS
Até o dia 21/06/23 (4ªf)	Prazo final para apresentação de Emendas.
Até o dia 26/06/2023 (2ªf)	Prazo para despacho de recebimento das emendas.
Até o dia 30/06/23 (6ªf)	Prazo para recurso de não recebimento de emenda à Comissão de LJR.
Até o dia 05/07/2023 (4ªf)	Prazo para decisão da Comissão de LJR.
Até o dia 10/07/2023 (2ªf)	Prazo para entrega de Parecer pelo Relator.
Dia 11/07/2023 às 16 horas (3ªf)	Deliberação acerca do Projeto, das Emendas e do Parecer na Comissão de Finanças e Orçamento.
Dia 12/07/2023 (4ªf)	Votação do Projeto em Turno Único.

Sala de Sessões da Câmara, em 07 de junho de 2023.

Vanderlei Cardoso Miranda
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

Câmara Municipal de João Monlevade
106

NOTA TÉCNICA[1]

Ref.: Projeto de Lei nº 1.348/2023 – Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2024

Submete-se à análise desta Procuradoria Jurídica, o projeto de lei em destaque que trata das diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2024.

Na justificativa que acompanha o projeto, o autor, entre outras coisas, faz a apresentação da matéria, destaca os fundamentos legais e a relevância da proposição, salienta o aspecto pertinente ao equilíbrio das contas públicas, aponta a participação popular por meio eletrônico e explica o cálculo para obtenção dos resultados primário e nominal.

Pois bem. A matéria é apresentada com fulcro na Constituição da República, Lei Orgânica deste Município, e da Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).

A LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária está inserida entre os instrumentos de planejamento de que dispõe os administradores públicos, com vistas a buscar equilíbrio entre as expectativas da sociedade e os recursos que esta coloca à disposição do governo.

É certo que os recursos públicos não pertencem ao governo, muito menos ao governante, mas à sociedade, a qual, num regime democrático, delega poderes ao administrador público para administrá-los.

Consoante disposição do art. 165 da Constituição da República, a LDO é o instrumento de planejamento que estabelece metas e prioridades da Administração Pública incluindo

[1] Nota técnica apresentada na forma do art. 192 do Regimento Interno

Câmara Municipal de J. Monlevade
107

as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, que orienta a elaboração da lei orçamentária anual e dispõe sobre as alterações na legislação tributária.

Trata-se de um elo entre o PPA - Plano Plurianual, que funciona como um plano de governo, e a LOA, que é o instrumento que viabiliza a execução dos programas governamentais.

Pode-se afirmar que uma das principais funções da LDO é a de selecionar, dentre os programas incluídos no PPA, aqueles que terão prioridade na execução do orçamento subsequente.

Consoante disposto no art. 165, §2°, da CR/88, com redação dada pela EC n° 109/2021, a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A competência para a proposição legal é do Chefe do Poder Executivo, e, no que se refere ao prazo de sua tramitação, dispõe o art. 35, inciso II, do ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que o projeto de LDO será encaminhado até oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa.

Por sua vez, o §5º, art. 78, da Lei Orgânica, acrescido pela Emenda de n.º 21/2010, prevê que o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias deverá ser entregue até o dia 31 de maio.

Ainda, a Lei Orgânica, entre os vários dispositivos pertinentes à LDO, estabelece no art. 79 que o projeto deve ser apreciado pela Câmara na forma de seu Regimento Interno, e pela Comissão Permanente de Finanças e Orçamentos, com atribuição para examinar e emitir parecer sobre os planos orçamentários e aprovar emendas desde que compatíveis com o Plano Plurianual.

Câmara Municipal de J. Monlevade
108

É a Lei de Responsabilidade Fiscal, no entanto, que define maior especificidade à LDO.

Estabelece o art. 4º que a LDO atenderá o disposto no art. 165 da CR/88 e disporá sobre: o equilíbrio entre receitas e despesas; critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada na hipótese em que menciona; normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos; demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas.

Este dispositivo prevê ainda que o projeto de LDO conterá Anexo de Metas Fiscais, que:

a. Fixará metas anuais para receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida para exercício a que se referirem e para os dois seguintes;
b. Fará a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;
c. Conterá demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-os com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;
d. Apresentará a evolução do patrimônio líquido nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;
e. Fará a avaliação financeira e atuarial de todos fundos e programas estatais de natureza atuarial; e
f. Fará demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

Ainda, conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem

Câmara Municipal - João Monlevade
109

tomadas, caso se concretizem, e determinará as despesas que não serão objeto de limitação, respeitados os limites para aquelas definidas na LRF.

No caso em estudo, o projeto apresentado cumpre, em linhas gerais, as disposições legais e constitucionais acima referidas, estando adequado, portanto, do ponto de vista de sua formalidade e materialidade legal e constitucional.

Necessário apenas ressalvar a necessidade de adequação do previsto no §1, art. 29, ao previsto no art. 9°, §2°, da LRF, com redação dada pela LC 177/2021, no sentido de incluir entre a exclusão da limitação de empenho as despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade.

Também importa mencionar, apenas por orientação, em relação às despesas com pessoal, que a Emenda Constitucional n° 109/2021 incluiu no limite estabelecido em lei complementar as despesas com inativo.

Essa mesma emenda também alterou o previsto no art. 29-A da CR/88 que trata do total de despesa com o Poder Legislativo Municipal, porém, a nova redação passará a viger a partir do início da próxima legislatura.

Temos, então, de todo exposto, que a proposição está adequada formal e materialmente às disposições legais pertinentes, não havendo, assim, ao nosso sentir, vício de juridicidade, legalidade ou constitucionalidade.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, concluímos, de nossa análise, pela juridicidade, legalidade e constitucionalidade da proposição.

A matéria deverá ser submetida a turno único de discussão e votação (art. 223, §7 e art. 225, R.I.), dependendo sua aprovação do voto favorável da maioria dos votantes (art. 288), mediante votação simbólica (art. 295).

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Na forma do art. 223 do R.I., o projeto, após distribuído em avulsos aos Vereadores, deve ser encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça e Redação e à Comissão de Finanças e Orçamento para receberem parecer.

Podem ser apresentadas emendas nos primeiros dez dias após a distribuição dos avulsos diretamente na Comissão de Finanças e Orçamento.

Câmara Municipal J. Monlevade 110

João Monlevade, 15 de junho de 2023.

Silvan Pelágio Domingues
Procuradoria Jurídica - CMJM
OAB/MG 102.582

Câmara Municipal de J. Monlevade
111

Comissão de Legislação e Justiça e Redação

MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 1.348/2023, de iniciativa do Executivo, que Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2024, e dá outras providências.

PARECER:

O Relator, considerando as razões expostas no Parecer Jurídico e após análise e discussão do projeto, emitiu parecer pela JURIDICIDADE, LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE da presente matéria, sendo acompanhado pelos demais membros da Comissão.

Sala de Sessões da Câmara, em 16 de junho de 2023.

Revetrie Silva Teixeira – Presidente / Relator

Lieberth Oliveira Silva – Vice-Presidente

Gustavo José Dias Maciel – Membro

Câmara Municipal de João Monlevade 152

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

Em 16 de junho de 2023, às 09 horas e 15 minutos, reuniram-se, na Sala de Projetos e Comissões, os membros da Comissão de Legislação e Justiça e Redação, vereadores: Revetrie Silva Teixeira – Presidente, Lieberth Oliveira Silva – Vice-Presidente, Gustavo José Dias Maciel – Membro e Belmar Lacerda Silva Diniz – Suplente, para deliberarem acerca: da Emenda 01, apresentada pela Comissão de Finanças e Orçamento, ao Projeto de Lei Complementar nº 23/2023, de iniciativa do vereador Belmar Lacerda Silva Diniz, que Autoriza o Município de João Monlevade a receber receitas e tributos por meio de cartão de crédito e de débito e a contratar ou credenciar operadoras que forneçam mecanismos e ferramentas para auxiliar no serviço de arrecadação por meio de pagamento via cartão de débito e de crédito, altera dispositivo do Código Tributário Municipal e dá outras providências (Relator: Gustavo); dos Projetos de Lei: 1.337/2023, de iniciativa do Executivo, que Autoriza o Poder Executivo a fazer cessão de uso de uma área de terreno à Associação Comunitária Comunicativa FM e dá outras providências (Relator: Lieberth); 1.338/2023, de iniciativa do Executivo, que Dispõe sobre a criação da Fundação Municipal Parque do Areão e Áreas Verdes de João Monlevade, e dá outras providências (Relator: Gustavo); 1.347/2023, de iniciativa da Executivo, que Cria cargos de Ajudante Geral, altera a Lei Municipal nº 955/89 e dá outras providências (Relator: Revetrie); 1.348/2023 de iniciativa do Executivo, que Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2024, e dá outras providências (Relator: Revetrie); 1.349/2023, de iniciativa dos vereadores Gustavo Henrique Prandini de Assis, Bruno Nepomuceno Braga e Rael Alves Gomes, que Institui o Programa Municipal de Equoterapia como opção de tratamento de saúde pública para as pessoas, com mobilidade reduzida, autismo, doenças com necessidades especificas no âmbito do Município de João Monlevade (Relator: Revetrie); 1.352/2023, de iniciativa do vereador Belmar Lacerda Silva Diniz, que Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de fraldários em ambientes públicos e privados de circulação, permanência ou concentração de pessoas, e dá outras providências (Relator: Lieberth); 1.356/2023, de iniciativa do Vereador Gustavo Henrique Prandini de Assis, que Dispõe sobre a "Parada Segura" no transporte coletivo municipal gerenciado no Município. (Relator: Lieberth); 1.357/2023, de iniciativa do vereador Gustavo Henrique Prandini de Assis, que Denomina de CEMEI Padre Henriques o Centro Municipal de Educação Infantil do Bairro José de Alencar (Relator: Lieberth); 1.358/2023, de iniciativa do vereador Marcos Vinicius Martins Dornelas, que Denomina de David Roosvelt Linhares, a avenida "E", localizada no bairro Sion (Relator: Gustavo); 1.359/2023, de iniciativa da Executivo, que Altera a Lei Municipal nº 955/89 e dá outras providências (Relator: Gustavo); e dos Projeto de Resolução: 468/2023, de iniciativa do vereador Geraldo Camilo Leles Pontes, que Concede o Título de Cidadão Honorário do Município de João Monlevade ao senhor Walter Fernandes Carneiro (Relator: Gustavo); e 469/2023, de iniciativa do vereador

Câmara Municipal de João Monlevade
113

Marcos Vinicius Martins Dornelas, que Concede o Diploma de Honra ao Mérito ao Depósito Katuny Ltda – Katuny Shopping das Construções (Relator: Revetrie). O Presidente declarou abertos os trabalhos solicitando ao Pastor Lieberth que fizesse uma oração. Depois, anunciou a pauta da reunião fazendo a distribuição dos projetos, passando, então, à discussão. A Comissão deliberou pela legalidade da Emenda 01. Considerando cumprida a diligência acerca do PL 1.337 e após análise da documentação encaminhada pelo Executivo, a comissão manifestou-se pela constitucionalidade da matéria. O Relator Gustavo solicitou manifestação expressa do Jurídico a respeito da constitucionalidade do PL 1.338 diante do requerimento de fls. 40 e despacho de fl. 41. Instado a se manifestar, o Procurador Jurídico da Casa destacou respeitosamente que as suas considerações técnicas sobre o assunto já estão delineadas na Nota Técnica de fl. 25/35 e compreende que no âmbito da Câmara Municipal a questão restou decidida no despacho de fl. 41, na medida em que, o Presidente da Casa, deferindo o requerimento de fl. 40, incluiu nove vereadores como coautores da matéria para todos os fins de direito, inclusive para os fins de que trata o art. 37 da Lei Orgânica. O Relator registrou que o ofício 16, solicitando que o Executivo se manifestasse não foi respondido, decidindo, a Comissão, pela reiteração do pedido e a deliberação da matéria será feita juntamente com os demais membros suplentes tendo em vista as assinaturas constantes no requerimento. O relator Revetrie, do Projeto 1.347, solicitou que seja enviado ofício ao Executivo para informar os nomes de todos os servidores que atualmente estão ocupando o cargo de Ajudante Geral e se existe alguém em desvio de função e o vereador Gustavo registrou seu voto pela legalidade. A comissão deliberou pela legalidade do Projeto 1.348. Revetrie, relator do PL 1.349, após analisar a Lei 2.415 constatou que não consta o tratamento de Equoterapia e manifestou pela legalidade. O Relator Lieberth solicitou prazo regimental para parecer aos Projetos 1.356 e 1.357. A Comissão deliberou pela legalidade do PL 1.358. Acerca do PL 1.359, foi feito contado telefônico com a Secretária de Educação para esclarecimentos acerca da matéria, e em seguida, o relator Gustavo informou a necessidade de emenda para adequação do texto do Projeto, conforme apontado na Nota Técnica e solicitou prazo regimental para emissão do parecer. Ficou ainda definido pela Comissão, o envio de Ofício à Secretária de Educação para confirmar os valores da tabela do Projeto, pois parece ter ocorrido uma inversão dos valores dos vencimentos e dos cargos. A Comissão manifestou-se pela constitucionalidade da Emenda 01 ao PLC 23, dos PL 1.337, 1.348, 1.349, 1.352, 1.358; e dos PR 468 e 469, emitindo os respectivos pareceres. Os pareceres aos projetos 1.338, 1.347, 1.356, 1.357 e 1.359 serão emitidos posteriormente. Nada mais havendo a tratar, às 11 horas e 10 minutos foram encerrados os trabalhos, e para tudo constar a ata foi lavrada e assinada pelos presentes.

Câmara Municipal de J. Monlevade
114

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Projeto de Lei nº 1.348/2023: Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para a elaboração da Lei Orçamentária Anual do Exercício de 2024 e dá outras providências.

Recebi em 10/07/23 às 10h20 [illegible]

Relator: MARCO ZALEM RITA

PARECER: Art. 223, §5º, do Regimento Interno.

- I -

RELATÓRIO.

Em cumprimento às previsões constitucionais e de nossa Lei Orgânica, o Exmo. Sr. Prefeito apresenta, através da proposição em epígrafe, proposta de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024.

Com a proposição vieram os anexos de Demonstrativos dos Riscos Fiscais e Providências; Metas Fiscais – Demonstrativo das Metas Anuais; Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Ano Anterior; Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais comparadas com as fixadas nos três últimos exercícios; Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido; Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos obtidos com a alienação de ativos; demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita; Demonstrativo de expansão das despesas de caráter continuado; demonstrativos da Memória de Cálculo da Projeção da Receita, Despesa e memória de cálculo para o período de 2023 a 2025; Demonstrativo da Receita Primária e memória de cálculo para o período de 2023 a 2025, Montante da dívida pública; Resultado nominal; Demonstrativo de prioridades e metas para o exercício de 2023; e metodologia e premissas utilizadas.

A Procuradoria Jurídica da Casa apresentou Nota Técnica pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade da proposição, orientando, contudo, fosse incluída no §1°, art. 29, entre a exclusão da limitação de empenho, as despesas relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade.

Câmara Municipal de J. Monlevade
115

A Comissão de Legislativa e Justiça, por sua vez, deu parecer pela juridicidade, legalidade e constitucionalidade da matéria, apresentando emenda para acrescentar o "inciso VI" ao §1°, art. 29, com a seguinte redação: *"à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade"*

Não houve a apresentação de emendas.

Distribuída a proposição à Comissão de Finanças e Orçamento vieram os autos conclusos a este relator para emissão de parecer.

Sendo este o relatório, passemos à análise material da proposição.

- II -

FUNDAMENTAÇÃO.

Trata-se, conforme já destacado, de proposta de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2024, apresentada pelo Exmo. Sr. Prefeito.

É de observar, segundo preceitua o art. 165, §2°, da Constituição da República, com redação dada pela Emenda Constitucional n° 109/2021, que a LDO é o instrumento de planejamento que compreende as metas e prioridades da administração pública federal, estabelece as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública, orienta a elaboração da lei orçamentária anual, dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

E a Lei de Responsabilidade Fiscal, no seu art 4°, define que a LDO atenderá ao disposto no §2°, art. 165, da CR/88, e disporá sobre: o equilíbrio entre receita e despesas; critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada na hipótese em que se menciona; normas relativas aos controles de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com os recursos dos orçamentos, demais condições e exigências para a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Câmara Municipal de J. Monlevade
116

O mesmo artigo dispõe sobre a obrigatoriedade de se constar o Anexo de Metas Fiscais, apontando seu conteúdo, bem ainda e no mesmo sentido o Anexo de Riscos Fiscais.

Analisando a proposição de diretrizes orçamentárias, verifico que há apontamento das metas e prioridades da Administração Pública, orientação quanto à organização e estrutura do orçamento, previsão de receitas do município e fixação de despesas, tratamento das despesas com pessoal, saúde e educação, além das disposições relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal e da destinação de Recursos Públicos e Apoio a Instituições ou Entes Públicos e Privados.

Nos anexos, são definidas as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2024, as metas fiscais em consonância ao que dispõe a LRF, e bem assim a metodologia e memória de cálculo das metas anuais de receita, despesas, resultado primário, resultado nominal e montante da dívida pública.

Deste modo, ante ao exposto, não vislumbra essa relatoria, de sua análise, questão que possa refletir contrariedade à matéria, motivo pelo qual apresentamos parecer favorável à proposição.

- III –

CONCLUSÃO

Diante do relatado e fundamentado, dou parecer FAVORÁVEL ao PL 1.348/2023 que dispõe sobre a LDO 2024.

João Monlevade, 10 de julho de 2023.

MARCO ZALEM RITA
Vereador Relator

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Câmara Municipal de João Monlevade
117

Comissão de Finanças e Orçamento

MATÉRIA:

Parecer do Relator ao Projeto de Lei nº 1.348/2023, de iniciativa do Executivo, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2024, e dá outras providências.

PARECER:

Após as análise e discussões do Projeto de Lei e do Parecer, os vereadores presentes manifestaram-se favoravelmente ao Projeto acatando o Parecer do Relator.

CONCLUSÃO:

A Comissão, por unanimidade, emitiu parecer FAVORÁVEL ao Parecer do Relator que concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.348/2023.

Sala de Sessões da Câmara, em 10 de julho de 2023.

Vanderlei Cardoso Miranda – Presidente

Marco Zalém Rita – Vice-Presidente / Relator

Geraldo Camilo Leles Pontes – Membro (S)

Câmara Municipal de João Monlevade
118

ATA DE REUNIÃO DE COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Em 10 de julho de 2023, às 15 horas e 50 minutos , os membros da Comissão de Finanças e Orçamento, vereadores: Vanderlei Cardoso Miranda – Presidente, Marco Zalém Rita – Vice-Presidente e Geraldo Camilo Leles Pontes – Membro Suplente, reuniram-se na Sala de Projetos e Comissões para deliberarem acerca dos Projetos de Lei nº: 1.337/2023, de iniciativa do Executivo, que Autoriza o Poder Executivo a fazer cessão de uso de uma área de terreno à Associação Comunitária Comunicativa FM e dá outras providências (Relator: Doró); 1.347/2023, de iniciativa do Executivo, que Cria cargos de Ajudante Geral, altera a Lei Municipal nº 955/89 e dá outras providências (Relator: Doró); e 1.364/2023, de iniciativa do vereador Belmar Lacerda Silva Diniz, que, Autoriza o Poder Executivo a instituir o Banco de Ração, para animais no município de João Monlevade, bem como criar o Programa de Lar Temporário para animais (Relator: Doró); e discutirem e votarem o Parecer do Relator, ao Projeto de Lei nº 1.348/2023, de iniciativa do Executivo, que Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2024, e dá outras providências. O vereador Bruno Nepomuceno Braga justificou a ausência por motivos de compromissos agendados. Iniciados os trabalhos os presentes passaram à análise e discussão das matérias. O Relator do Projeto 1.337 solicitou prazo regimental para emissão do parecer. Iniciados os trabalhos, os presentes leram o Parecer do Relator concluindo pela aprovação do Projeto 1.348 e em seguida passou-se à discussão. Os demais membros da comissão, após análise do Relatório, acatando as razões apresentadas pelo Relator, deram parecer favorável ao Projeto, aprovando o referido Parecer. A Comissão emitiu parecer favorável aos projetos 1.347, 1.364 e 1.348, emitindo os respectivos pareceres. O parecer ao Projeto 1.337, será emitido posteriormente. Nada mais havendo a tratar às 16 horas e 35 minutos foram encerrados os trabalhos, e para tudo constar a ata foi lavrada e assinada pelos presentes.

Câmara Municipal de J. Monlevade 119

PARECER DE REDAÇÃO FINAL

Senhor Presidente,

O Projeto de Lei nº 1.348/2023, de iniciativa do Executivo, vem a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada forma adequada à matéria, nos termos do art. 252, § 1º, do Regimento Interno em vigor.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte Redação Final:

PROJETO DE LEI Nº 1.348/2023

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2024, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de João Monlevade aprova:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1° Esta Lei estabelece em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, com observância das determinações da Lei Orgânica do Município, as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do Município, para o exercício financeiro de 2024, compreendendo:

I - As metas e as prioridades da Administração Pública Municipal;

II - Orientações básicas para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual;

III - Disposições relativas à dívida pública municipal;

IV - Disposições sobre a política de pessoal, os gastos com pessoal e encargos sociais;

V - As disposições sobre as alterações na legislação tributária;

VI - Equilíbrio entre receitas e despesas;

VII - Critérios e formas de limitação de empenho;

VIII - Normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

IX – Estabelecimento de normas para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

X – Normatização do auxílio do Município para o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;

XI - Parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;

XII - Critérios para início de novos projetos;

XIII - Critérios para participação popular no processo de elaboração e aprovação da Lei Orçamentária Anual;

XIV - Regras para promoção de alterações orçamentárias; e

XV - As disposições gerais.

Câmara Municipal de J. Monlevade
120

CAPÍTULO I
DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2° Em consonância com o art.165, § 2°, da Constituição Federal, as metas e as prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2024, são as apontadas no Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei, das quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual de 2024 e na sua execução, as obrigatórias e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram o Orçamento Fiscal. Observada a lei do Plano Plurianual.

§ 1° O orçamento será elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput*.

§ 2° Em atendimento ao disposto no art. 4°, §§ 1°, 2° e 3° da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, integram a presente Lei os seguintes Anexos:

I - Anexo de Metas Fiscais;

II - Anexo de Riscos Fiscais.

§ 3° O Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei, não se constitui como limite à programação das despesas.

CAPÍTULO II
DAS ORIENTAÇÕES BÁSICAS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 3° Para fins do disposto nesta Lei e na Lei Orçamentária de 2024, entende-se por:

I - Órgão orçamentário, que representa os Poderes e suas autarquias, o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

II - Unidade orçamentária, nível médio da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar subunidades orçamentárias;

III - Subunidade orçamentária, o menor nível médio da classificação institucional:

IV – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

V – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo

Câmara Municipal de João Monlevade 121

e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

VI – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

VII - Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

VIII – Produto, o bem ou serviço que resulta da ação orçamentária;

IX - Concedente: o órgão ou a entidade da Administração Pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

X – Convenente: o órgão ou a entidade da Administração Pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais ou municipais e as entidades privadas, com os quais a Administração pactue a transferência de recursos financeiros.

§ 1° Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2° Cada atividade, projeto e operação especial, deve identificar a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3° As atividades que possuem a mesma finalidade devem ser identificadas com um único código, independente da unidade executora.

§ 4° Cada projeto constará somente em uma unidade orçamentária e em um só programa.

§ 5° As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por órgãos, unidades e subunidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual.

§ 6° A Modalidade de Aplicação (MA), conforme determinações e conceitos da Portaria Interministerial n° 163, de 04 de maio de 2001, destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário;

Câmara Municipal de João Monlevade 122

II - indiretamente, mediante transferência, para outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou, ainda, por entidades privadas; ou

III - indiretamente, mediante delegação, para outros entes da Federação ou consórcios públicos para a aplicação de recursos em ações de responsabilidade exclusiva do Município.

§ 7° A especificação da modalidade de que trata o § 6° observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - Transferências a Estados e ao Distrito Federal (Modalidade de Aplicação 30);

II - Transferências a Municípios (Modalidade de Aplicação 40);

III - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (Modalidade de Aplicação 50);

IV - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos (Modalidade de Aplicação 60);

V - Transferências a Consórcios Públicos (Modalidade de Aplicação 71);

VI - Aplicações Diretas (Modalidade de Aplicação 90); e

VII - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe (Modalidade de Aplicação 93).

VIII – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente não Participe (Modalidade de Aplicação 94).

Art. 4° O orçamento discriminará a despesa por subunidade orçamentária, em nível de elementos, conforme artigo 15 da Lei nº 4.320/64, detalhada por categoria de programação com suas respectivas dotações, especificando a modalidade de aplicação e os grupos de despesa a seguir discriminadas:

I - Pessoal e encargos sociais;

II - Juros e encargos da dívida;

III - Outras despesas correntes;

IV - Investimentos;

V - Inversões financeiras; e

VI - Amortização da dívida.

Parágrafo único. Discriminará, ainda, a fonte de recursos que está intrinsecamente ligada à classificação orçamentária a que pertencer.

Art. 5° O orçamento fiscal compreenderá a programação dos Poderes do Município, suas autarquias e fundos especiais, devendo a correspondente execução

Câmara Municipal de João Monlevade
123

orçamentária e financeira ser consolidada no órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo.

Art. 6° O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, será constituído de:

I - Texto da lei;

II - Documentos referenciados nos artigos 2º e 22, da Lei Federal 4.320/64;

III - Quadros orçamentários consolidados;

IV - Anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

V - Demonstrativo e documentos previstos no art. 5º da Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no *caput*, os seguintes demonstrativos:

I - Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o art. 2º, inciso IV da Lei Complementar 101/2000;

II - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do Ensino e no Ensino Fundamental, para fins do atendimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, nos termos da Lei 14.113, de 25 de dezembro de 2020;

IV - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins de atendimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000, e Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012;

V - Demonstrativo de despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar 101/2000.

VI - A mensagem que deverá conter:
a) Resumo dos valores destinados para execução de cada programa;
b) Metodologia de cálculo utilizada para fixação da receita e despesa;
c) Demonstrativo sintético das principais receitas;
d) Resultado primário proposto; e
e) Síntese das despesas obrigatórias, originadas de disposições constitucionais e legais, com no mínimo demonstração dos percentuais propostos.

Art. 7° A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do Projeto de Lei Orçamentária, serão elaboradas em valores correntes do exercício de 2023, projetadas a partir de índices e da metodologia constantes dos Anexos da presente Lei.

Câmara Municipal de J. Monlevade
124

Parágrafo único. O Projeto de Lei Orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8° O Poder Executivo colocará à disposição do Legislativo Municipal, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo, conforme estabelece o art. 12, § 3° da Lei Complementar 101/2000.

Art. 9° O Poder Legislativo encaminhará, ao órgão do Poder Executivo, responsável pela elaboração do orçamento do Município, até 31 de agosto de 2023, sua proposta orçamentária, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária.

Art. 10. Na programação não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre receitas e despesas.

CAPÍTULO III
DA DÍVIDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO

Art. 11. A Lei Orçamentária discriminará, no órgão responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal, bem como da dívida fundada por contrato.

§ 1° Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública municipal submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Geral do Município.

§ 2° Os recursos alocados para fins previstos no *caput* só poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, se ficar comprovado que os mesmos não serão necessários para pagamento dos precatórios assumidos.

Art. 12. A administração da dívida pública do Município tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o seu montante e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

Parágrafo único. Serão garantidos, na Lei Orçamentária Anual, recursos para pagamento de juros e amortização da dívida.

Art. 13. Na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2024, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas

Câmara Municipal de J. Monlevade
125

operações contratadas e nas autorizações concedidas até a data do encaminhamento do respectivo projeto de lei à Câmara Municipal.

Art. 14. Na Lei Orçamentária Anual poderá conter autorização para contratação de operações de crédito, subordinando-se às normas estabelecidas na Resolução 43/2001 do Senado Federal e suas alterações.

Art. 15. A Lei Orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução 43/2001 do Senado Federal.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE PESSOAL

Art. 16. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constitucional Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, fica autorizada a concessão de vantagens, aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000, até o montante das quantidades e limites orçamentários constantes do anexo discriminativo específico da Lei Orçamentária de 2024.

§ 1° Além de observar as normas do *caput*, no exercício financeiro de 2024, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20, da Lei Complementar 101/2000.

§ 2° Se a despesa total com pessoal ativo e inativo ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar 101/2000, aplicar-se-ão as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

§ 3° Os Poderes, Executivo, Legislativo, suas Autarquias e Fundações, tem como limite para projeção de suas despesas com pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento vigente em julho de 2023.

§ 4° Não constituem despesas com pessoal e encargos sociais, ainda que processadas em folha de pagamento, as verbas de caráter indenizatório definidas em lei.

§ 5° Fica assegurada a revisão anual dos servidores, conforme preceitua o art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

Art. 17. No exercício de 2024, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, e no artigo 19, desta Lei, somente poderão ser admitidos servidores se houver prévia dotação orçamentária em quantum suficiente para o atendimento da despesa e, ainda, se existirem cargos e empregos públicos a serem preenchidos.

Câmara Municipal de J. Monlevade
126

Parágrafo único. Ficam os Poderes, Executivo e Legislativo, suas Autarquias e Fundações, autorizados a realizar concurso público, podendo para tanto contratar empresa ou fundação especializadas.

Art. 18. Se durante o exercício de 2024 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar 101/2000, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. As situações previstas no *caput*, que exijam a realização de serviços extraordinários deverão ser justificadas pelo órgão e submetidas, no âmbito do Poder Executivo ao Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo ao Presidente da Câmara, no âmbito das autarquias, deverão ser submetidas ao seu representante.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 19. A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2024, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I - Aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e celeridade;

II - Aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

III - Aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio de revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

IV - Aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 20. A estimativa da receita de que trata o art. 19 levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I – Atualização da planta genérica de valores do Município;

II – Procedimento do recadastramento imobiliário;

III - Instituição de novos tributos ou modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos;

Câm. Mun. de J. Monlevade 127

IV - Revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;

V - Revisão da legislação sobre uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

VI - Revisão da legislação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;

VII - Revisão da legislação do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - ITBI;

VIII - Revisão da legislação sobre as taxas pela prestação de serviços e pelo exercício do Poder de Polícia; e

IX - Revisão da legislação que trata das isenções dos tributos municipais.

Art. 21. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado, se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo único. Aplica-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no *caput*.

Art. 22. Na estimativa das receitas do projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

CAPÍTULO VI
DO EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

Art. 23. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constantes desta Lei.

Art. 24. Os projetos de leis que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2024 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2024 a 2025, com respectiva memória de cálculo.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 25. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

Câmara Municipal de J. Monlevade
128

I - Para elevação das receitas;
a) A implementação das medidas previstas nos artigos 19 e 20 desta Lei;
b) Atualização e informatização do cadastro imobiliário;
c) Promoção de cobranças administrativas para os contribuintes em geral, inscritos na dívida ativa;
d) Recuperação de créditos inscritos em dívida ativa através de programas de recuperação fiscal – REFIS, devidamente autorizados em lei.

II - Para redução das despesas:
a) Normatização de rotinas e procedimentos de compras;
b) Implantação de rigorosa rotina de pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;
c) Implantação rigorosa de controle dos bens de consumo e dos serviços contratados; e
d) Racionalização dos diversos serviços da administração.

Art. 26. Na programação da despesa não poderão:

I - Serem fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a se evitar a quebra do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa;

II - Ser incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão.

Art. 27. Na Lei Orçamentária Anual deverá conter Reserva de Contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, equivalente a no máximo de 1% (um por cento) da receita corrente líquida, prevista na proposta orçamentária de 2024 destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 28. A Reserva de Contingência, caso não seja utilizada até o final do mês de setembro do exercício fiscal, poderá constituir recurso para a abertura de créditos adicionais.

CAPÍTULO VII
DOS CRITÉRIOS E FORMAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Art. 29. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no *caput* do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar 101/00, o Poder Executivo promoverá limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais, calculado de forma proporcional ao total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária de 2024, em cada um dos citados conjuntos, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º Excluem-se do *caput* as despesas que constituem obrigação constitucional e legal de execução e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida, e aquelas suportadas com recursos originados de doações e de convênios, e ainda aquelas relativas:

Câmara Municipal de J. Monlevade
129

I - Programa de alimentação escolar;

II - Despesas com saúde, relativas à:
a) Manutenção dos serviços de atenção básica;
b) Manutenção dos serviços de média e alta complexidade, prestados pelo Município;
c) Manutenção da assistência farmacêutica (farmácia básica);
d) Manutenção da vigilância em saúde.

III - Pessoal e encargos sociais;

IV - Transporte escolar; e

V - Sentenças Judiciais.

§ 2° A limitação da despesa deverá obedecer aos limites da nova estimativa de receita que será realizada pelo Executivo Municipal, através de seu segmento administrativo responsável e, encaminhada às suas diversas unidades administrativas, e também ao Poder Legislativo para seu conhecimento.

§ 3° Deverá, ainda, a nova estimativa de receita ser objeto de ampla divulgação, inclusive na internet, para conhecimento de todos.

CAPÍTULO VIII
DAS NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DOS PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS DOS ORÇAMENTOS

Art. 30. O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultado de ações de governo.

Art. 31. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1° A Lei Orçamentária de 2024 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas.

§ 2° Merecerá destaque o aprimoramento de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3° O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos.

Câm. Mun. de J. Monlevade
130

§ 4° O controle de custos será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

CAPÍTULO IX
DAS ALTERAÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 32. A abertura de créditos adicionais suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedido de justificativa, nos termos da Lei nº 4.320/64.

§ 1° Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais, exposição de motivos circunstanciados, que os justifiquem e que indiquem, quando tiverem como recursos a anulação de dotações, as consequências causadas na execução das atividades e dos projetos que tiverem seus recursos reduzidos.

§ 2° Cada projeto de lei deverá restringir-se a uma única modalidade de crédito adicional.

§ 3° Na Lei Orçamentária deverá conter autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, no valor correspondente a 30% (trinta por cento), do valor total fixado para as despesas, com utilização de recursos originados da anulação de dotações constantes do orçamento.

§ 4° Na abertura de créditos adicionais autorizados na forma do § 3°, poderá ser criada nova modalidade de aplicação, elementos de despesas e/ou fontes de recursos dentro das ações constantes da Lei Orçamentária, e seus valores serão computados na apuração do limite estabelecido.

Art. 33. Além do limite estabelecido no § 3º, do art. 32, constará também autorização para abertura de créditos no valor correspondente a 30% (vinte por cento), do valor total fixado para as despesas, da seguinte forma:

I - 20% (vinte por cento), com recursos originados do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior; e

II - 10% (dez por cento), com recursos originados do excesso de arrecadação verificado no exercício.

§ 1° Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, a exposição de motivos conterá a memória de cálculo da atualização das estimativas de receitas para o exercício.

§ 2° Na abertura de créditos adicionais autorizados na forma do *caput*, poderá ser criada nova modalidade de aplicação, elementos de despesas e/ou fontes de recursos dentro das ações constantes da Lei Orçamentária, e seus valores serão computados na apuração do limite estabelecido nos incisos I e II.

Câmara Municipal de J. Monlevade 133

Art. 34. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício financeiro, no limite de seus saldos, conforme disposto no art. 167 § 2º da Constituição Federal, será efetivada, mediante decreto do Poder Executivo, e serão incorporados no exercício financeiro, com utilização dos recursos previstos no artigo 43 da Lei nº 4.320/1964.

CAPÍTULO X
DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A ENTIDADES PÚBLICAS, PRIVADAS E PESSOAS FÍSICAS

Art. 35. Na realização de ações de competência do Município, poderá este adotar a estratégia de transferir recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, observadas as seguintes disposições:

I – Subvenções sociais, conforme disposto no art. 16 da Lei 4.320/64, serão concedidas para entidades sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde e educação, cujos serviços colocados à disposição da população se revelem mais econômicos para o Município;

II – Contribuições, as transferências realizadas para atender despesas de manutenção de entidades privadas sem fins lucrativos que não se enquadram nas áreas de atuação definidas no inciso I, para as quais não correspondam a contraprestação direta de bens e serviços e não sejam reembolsáveis pelo recebedor podendo ocorrer como transferência corrente ou de capital; e

III – Auxílios, as transferências realizadas para entidades privadas sem fins lucrativos destinadas às despesas de investimentos e inversões financeiras, independentemente de contraprestação direta de bens ou serviços.

Parágrafo único. As transferências serão realizadas através de parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, fomento ou em acordos de cooperação, observadas as normas estabelecidas na Lei 13.019/14, no que couber.

Art. 36. A transferência de recursos prevista no art. 35, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - De atendimento direto e gratuito ao público na área de educação, e sejam voltadas para a:
a) Educação especial; ou
b) Educação básica;

II - De atendimento direto e gratuito ao público na área de saúde;

III - De atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social, que se destinem a:

a) Idosos, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;
b) Habilitação, reabilitação e integração da pessoa com deficiência ou doença crônica; ou
c) Acolhimento a vítimas de crimes violentos e seus familiares;

IV – Destinadas às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para aplicação dos recursos;

V – Destinadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, violação de direitos ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, nos casos em que ficar demonstrados o interesse público;

VI – Com atuação na área de segurança pública;

VII – Com atuação na área de promoção da habitação para pessoas carentes;

VIII – Com atuação na área de fomento econômico, industrial, comercial e de agricultura;

IX – Com atuação na área representativa comunitária; e

X – Com atuação nas áreas culturais e desportivas.

Art. 37. Sem prejuízo das disposições do art. 36, a transferência de recursos prevista na Lei 4.320/64, à entidade privada sem fins lucrativos, dependerá da justificação pela unidade concedente de que a entidade complementa de forma adequada os serviços de competência do setor público e, ainda, de que no caso de recursos de capital serão os mesmos aplicados exclusivamente em:

I - Aquisição e instalação de equipamentos, e obras de adequação física necessárias à instalação dos referidos equipamentos;

II - Aquisição de material permanente; e

III - Construção, ampliação ou conclusão de obras.

Art. 38. Para recebimento de recursos deverá a entidade privada comprovar:

I – A regularidade do mandato de sua diretoria, inscrição no CNPJ e apresentação de declaração de funcionamento regular de pelo menos 1 (um) ano, emitida no exercício de 2023;

II – A manutenção de escrituração contábil regular;

III – Sua regularidade fiscal, através de apresentação de pelo menos: certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

IV - A capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades, com informações acerca da quantidade e qualificação profissional de seu pessoal; e

Câmara Municipal de João Monlevade 133

V – Que no seu quadro de dirigentes não consta agente político dos Poderes Executivo, Legislativo, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, seu cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

Art. 39. Não se aplicam as exigências da Lei 13.019/14 às transferências de recursos a entidades de direito privado, nas seguintes hipóteses:

I - Às transferências de recursos homologadas pelo Congresso Nacional ou autorizadas pelo Senado Federal naquilo em que as disposições conflitarem com a Lei 13.019/14;

II - Aos contratos de gestão celebrados com organizações sociais, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei 9.637/98;

III - Aos convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do §1º do art. 199 da Constituição Federal;

IV - Aos termos de compromisso cultural, referidos no § 1º do art. 9º da Lei 13.018/14;

V - Aos termos de parceria celebrados com organizações da sociedade civil de interesse público, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei nº 9.790/99;

VI – Às transferências referidas no art. 2° da Lei 10.845/04 (PAED) e nos artigos 5° e 22 da Lei 11.947/09 (PDDE)

VII - Aos pagamentos realizados a título de anuidades, contribuições ou taxas associativas em favor de organismos internacionais ou entidades que sejam obrigatoriamente constituídas por:
a) Membros de Poder ou do Ministério Público;
b) Dirigentes de órgão ou de entidade da administração pública;
c) Pessoas jurídicas de direito público interno;
d) Pessoas jurídicas integrantes da administração pública;

VIII - Às parcerias entre a administração pública e os serviços sociais autônomos.

Art. 40. Não se aplica às parcerias regidas pela Lei 13.019/2014, aplicando-se aos pactos o instrumento de convênio:

I - Entre entes federados ou pessoas jurídicas a eles vinculadas;

II - Decorrentes da aplicação do disposto no inciso IV do art. 3º da Lei 13.019/14.

Art. 41. A entidade privada beneficiada com recursos públicos a qualquer título submeter-se-á à fiscalização do Poder Executivo Municipal com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 42. As transferências de recursos às entidades deverão ser precedidas da aprovação de plano de aplicação e da celebração de pacto, nos termos estabelecidos na legislação vigente.

Câmara Municipal de João Monlevade
134

§ 1° Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização do plano de aplicação executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2° É vedada a celebração de novo pacto com entidades em situação irregular com o Município, em decorrência de transferências feitas anteriormente.

Art. 43. É vedada a destinação, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam às exigências do art. 26 da Lei Complementar 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único. As normas do *caput* deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas, custeadas com recursos do Sistema Único de Saúde - SUS, com a finalidade de tratamento fora do domicílio.

Art. 44. As transferências de recursos financeiros de um órgão para outro, inclusive da Prefeitura Municipal para os órgãos da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, ficam limitadas ao valor previsto na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. No caso da transferência para o Legislativo cumprir-se-á ao limite estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, devendo seu respectivo orçamento ser adequado, através de lei específica, quando fixado em valores maiores que os limites constitucionais.

CAPÍTULO XI
DA AUTORIZAÇÃO PARA O MUNICÍPIO AUXILIAR NO CUSTEIO DE DESPESAS ATRIBUÍDAS A OUTROS ENTES DA FEDERAÇÃO

Art. 45. A transferência de recursos, consignada na Lei Orçamentária Anual do Município, para a União, o Estado ou outro município, a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas somente em situações que fique comprovado o interesse local, e serão efetivadas exclusivamente mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, atendidos os dispositivos constantes dos artigos 25 e 62 da Lei Complementar 101/2000.

CAPÍTULO XII
DOS PARÂMETROS PARA A ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO.

Art. 46. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2024, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 8º e 13 da Lei Complementar 101/2000.

§ 1° A programação financeira do Poder Legislativo corresponderá a 1/12 (um doze avos) do valor total a ser repassado, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal.

Câmara Municipal de João Monlevade
135

§ 2° Do cumprimento do estabelecido no *caput* o Poder Executivo deverá dar publicidade, com a utilização dos meios de publicações estabelecidos na Lei Orgânica do Município, e ainda, pela internet.

§ 3° A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata o *caput* deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecido nesta Lei.

CAPÍTULO XIII
DA DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA INÍCIO DE NOVOS PROJETOS

Art. 47. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do art. 2° desta Lei, a Lei Orçamentária de 2024 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I - Estiverem compatíveis com o Plano Plurianual e com as normas desta Lei;

II - Tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;

III - Estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

IV – Estiverem preservados os recursos alocados para a contrapartida de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2024, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2023.

CAPÍTULO XIV
DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Art. 48. O projeto de Lei Orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2024 deve assegurar o controle social e transparência na execução do orçamento;

I - O controle social implica em assegurar a todo cidadão a participação nas ações da administração municipal;

II - A transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 49. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

I - Elaboração e discussão da proposta orçamentária de 2024 mediante regular processo de consulta; e

II - Avaliação das metas fiscais, conforme definido no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas na Lei.

Câmara Municipal de J. Monlevade
136

CAPÍTULO XV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 50. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar 101/2000:

I - As exigências nele contidas integrarão o processo administrativo de licitação, bem como, os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3° do art. 182 da Constituição Federal;

II - No que tange ao seu § 3°, entende-se como despesa irrelevante aquelas cujo valor não ultrapasse, os limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei 14.133, 1° de abril de 2021, para obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores e para outros serviços e compras, respectivamente;

III - no que se refere ao disposto no seu § 1°, inciso I, na execução das despesas na antevigência da Lei Orçamentária Anual de 2024, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do respectivo Projeto de Lei; e

IV - Os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2024 poderão ser utilizados para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

Art. 51. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem a comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará tempestivamente os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do *caput*.

Art. 52. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária Anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 53. É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação Ilimitada.

Art. 54. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento das despesas orçamentárias, sem que seja acompanhado da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, definida no art. 16 da Lei Complementar 101/2000 e da indicação das fontes de recursos, ressalvado o inciso II do art. 49.

Art. 55. A receita derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público, não poderá ser utilizada para financiamento de despesa corrente, exceto se destinada por lei ao regime de previdência social geral.

Câmara Mun. de J. Monlevade 134

Art. 56. O Poder Executivo, por intermédio do órgão responsável pela administração de pessoal, publicará, até a data de encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2024 a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral dos servidores municipais, assim como das funções públicas existentes no âmbito do Município.

Parágrafo único. O Poder Legislativo, através de órgão próprio, deverá observar as mesmas disposições de que trata o *caput*.

Art. 57. Se o Poder Legislativo não enviar para sanção o Projeto da Lei Orçamentária Anual, até 31 de dezembro de 2023, fica o Poder Executivo autorizado, a executar a programação dele constante para o atendimento das seguintes despesas:

I - Pessoal e encargos sociais;

II – Pagamento do serviço da dívida; e

III – Despesas de caráter continuado nas áreas de educação, assistência social, saúde e urbanismo; e

IV - Outras despesas correntes de caráter inadiável, até o limite de 1/12 (um doze avos) do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária de 2023, multiplicado pelo número de meses decorridos até a data de publicação da respectiva Lei;

Art. 58. Compõem a presente Lei os seguintes Anexos:

I - Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências;

II - Metas Fiscais – Demonstrativo das Metas Anuais;

III - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das metas Fiscais do Exercício Anterior;

IV - Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Últimos Exercícios;

V - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;

VI - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VII – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

VIII - Demonstrativo de Expansão das Despesas de Caráter Continuado;

IX- Demonstrativo da Memória de Cálculo da Projeção da Receita para o Período de 2024 a 2026;

X – Demonstrativo do Total das Despesas e Memória de Cálculo para o período de 2024 a 2026;

XI - Demonstrativo da Receita Primária e Memória de Cálculo para o Período de 2024 a 2026;

XII - Demonstrativo do Resultado Primário e Memória de Cálculo para o Período de 2024 a 2026;

XII – Montante da Dívida Pública;

XIII – Resultado Nominal;

XIV - Demonstrativo das Prioridades e Metas para o exercício de 2024; e

XV – Anexo de Metodologia e Premissas utilizadas.

Câmara Municipal de João Monlevade
138

Art. 59. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões da Câmara, em 12 de julho de 2023.

Revetrie Silva Teixeira – Presidente / Relator

Lieberth Oliveira Silva – Vice-Presidente

Gustavo José Dias Maciel – Membro

Câmara Municipal de J. Monlevade
139

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 1.348/2023

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2024, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de João Monlevade aprova:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1° Esta Lei estabelece em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, com observância das determinações da Lei Orgânica do Município, as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do Município, para o exercício financeiro de 2024, compreendendo:

I - As metas e as prioridades da Administração Pública Municipal;

II - Orientações básicas para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual;

III - Disposições relativas à dívida pública municipal;

IV - Disposições sobre a política de pessoal, os gastos com pessoal e encargos sociais;

V - As disposições sobre as alterações na legislação tributária;

VI - Equilíbrio entre receitas e despesas;

VII - Critérios e formas de limitação de empenho;

VIII - Normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

IX – Estabelecimento de normas para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

X – Normatização do auxílio do Município para o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;

XI - Parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;

XII - Critérios para início de novos projetos;

XIII - Critérios para participação popular no processo de elaboração e aprovação da Lei Orçamentária Anual;

XIV - Regras para promoção de alterações orçamentárias; e

XV - As disposições gerais.

CAPÍTULO I
DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Câmara Municipal de J. Monlevade
140

Art. 2° Em consonância com o art.165, § 2°, da Constituição Federal, as metas e as prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2024, são as apontadas no Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei, das quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual de 2024 e na sua execução, as obrigatórias e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram o Orçamento Fiscal. Observada a lei do Plano Plurianual.

§ 1° O orçamento será elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput*.

§ 2° Em atendimento ao disposto no art. 4°, §§ 1°, 2° e 3° da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, integram a presente Lei os seguintes Anexos:

I - Anexo de Metas Fiscais;

II - Anexo de Riscos Fiscais.

§ 3° O Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei, não se constitui como limite à programação das despesas.

CAPÍTULO II
DAS ORIENTAÇÕES BÁSICAS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 3° Para fins do disposto nesta Lei e na Lei Orçamentária de 2024, entende-se por:

I - Órgão orçamentário, que representa os Poderes e suas autarquias, o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

II - Unidade orçamentária, nível médio da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar subunidades orçamentárias;

III - Subunidade orçamentária, o menor nível médio da classificação institucional:

IV – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

V – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

VI – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

VII - Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

Câmara Municipal de João Monlevade 141

VIII – Produto, o bem ou serviço que resulta da ação orçamentária;

IX - Concedente: o órgão ou a entidade da Administração Pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

X – Convenente: o órgão ou a entidade da Administração Pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais ou municipais e as entidades privadas, com os quais a Administração pactue a transferência de recursos financeiros.

§ 1° Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2° Cada atividade, projeto e operação especial, deve identificar a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3° As atividades que possuem a mesma finalidade devem ser identificadas com um único código, independente da unidade executora.

§ 4° Cada projeto constará somente em uma unidade orçamentária e em um só programa.

§ 5° As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por órgãos, unidades e subunidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual.

§ 6° A Modalidade de Aplicação (MA), conforme determinações e conceitos da Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001, destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário;

II - indiretamente, mediante transferência, para outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou, ainda, por entidades privadas; ou

III - indiretamente, mediante delegação, para outros entes da Federação ou consórcios públicos para a aplicação de recursos em ações de responsabilidade exclusiva do Município.

§ 7° A especificação da modalidade de que trata o § 6° observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - Transferências a Estados e ao Distrito Federal (Modalidade de Aplicação 30);

II - Transferências a Municípios (Modalidade de Aplicação 40);

Câmara Municipal de J. Monlevade 142

III - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (Modalidade de Aplicação 50);

IV - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos (Modalidade de Aplicação 60);

V - Transferências a Consórcios Públicos (Modalidade de Aplicação 71);

VI - Aplicações Diretas (Modalidade de Aplicação 90); e

VII - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe (Modalidade de Aplicação 93).

VIII – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente não Participe (Modalidade de Aplicação 94).

Art. 4° O orçamento discriminará a despesa por subunidade orçamentária, em nível de elementos, conforme artigo 15 da Lei nº 4.320/64, detalhada por categoria de programação com suas respectivas dotações, especificando a modalidade de aplicação e os grupos de despesa a seguir discriminadas:

I - Pessoal e encargos sociais;

II - Juros e encargos da dívida;

III - Outras despesas correntes;

IV - Investimentos;

V - Inversões financeiras; e

VI - Amortização da dívida.

Parágrafo único. Discriminará, ainda, a fonte de recursos que está intrinsecamente ligada à classificação orçamentária a que pertencer.

Art. 5° O orçamento fiscal compreenderá a programação dos Poderes do Município, suas autarquias e fundos especiais, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser consolidada no órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo.

Art. 6° O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, será constituído de:

I - Texto da lei;

II - Documentos referenciados nos artigos 2º e 22, da Lei Federal 4.320/64;

III - Quadros orçamentários consolidados;

IV - Anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

V - Demonstrativo e documentos previstos no art. 5º da Lei Complementar 101/2000.

Câmara Municipal de João Monlevade
143

Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no *caput*, os seguintes demonstrativos:

I - Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o art. 2º, inciso IV da Lei Complementar 101/2000;

II - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do Ensino e no Ensino Fundamental, para fins do atendimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, nos termos da Lei 14.113, de 25 de dezembro de 2020;

IV - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins de atendimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000, e Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012;

V - Demonstrativo de despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar 101/2000.

VI - A mensagem que deverá conter:
a) Resumo dos valores destinados para execução de cada programa;
b) Metodologia de cálculo utilizada para fixação da receita e despesa;
c) Demonstrativo sintético das principais receitas;
d) Resultado primário proposto; e
e) Síntese das despesas obrigatórias, originadas de disposições constitucionais e legais, com no mínimo demonstração dos percentuais propostos.

Art. 7° A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do Projeto de Lei Orçamentária, serão elaboradas em valores correntes do exercício de 2023, projetadas a partir de índices e da metodologia constantes dos Anexos da presente Lei.

Parágrafo único. O Projeto de Lei Orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8° O Poder Executivo colocará à disposição do Legislativo Municipal, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo, conforme estabelece o art. 12, § 3º da Lei Complementar 101/2000.

Art. 9° O Poder Legislativo encaminhará, ao órgão do Poder Executivo, responsável pela elaboração do orçamento do Município, até 31 de agosto de 2023, sua proposta orçamentária, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária.

Art. 10. Na programação não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre receitas e despesas.

Câmara Municipal de J. Monlevade
144

CAPÍTULO III
DA DÍVIDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO

Art. 11. A Lei Orçamentária discriminará, no órgão responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal, bem como da dívida fundada por contrato.

§ 1° Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública municipal submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Geral do Município.

§ 2° Os recursos alocados para fins previstos no *caput* só poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, se ficar comprovado que os mesmos não serão necessários para pagamento dos precatórios assumidos.

Art. 12. A administração da dívida pública do Município tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o seu montante e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

Parágrafo único. Serão garantidos, na Lei Orçamentária Anual, recursos para pagamento de juros e amortização da dívida.

Art. 13. Na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2024, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas e nas autorizações concedidas até a data do encaminhamento do respectivo projeto de lei à Câmara Municipal.

Art. 14. Na Lei Orçamentária Anual poderá conter autorização para contratação de operações de crédito, subordinando-se às normas estabelecidas na Resolução 43/2001 do Senado Federal e suas alterações.

Art. 15. A Lei Orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução 43/2001 do Senado Federal.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE PESSOAL

Câmara Municipal de João Monlevade
145

Art. 16. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constitucional Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, fica autorizada a concessão de vantagens, aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000, até o montante das quantidades e limites orçamentários constantes do anexo discriminativo específico da Lei Orçamentária de 2024.

§ 1° Além de observar as normas do *caput*, no exercício financeiro de 2024, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20, da Lei Complementar 101/2000.

§ 2° Se a despesa total com pessoal ativo e inativo ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar 101/2000, aplicar-se-ão as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

§ 3° Os Poderes, Executivo, Legislativo, suas Autarquias e Fundações, tem como limite para projeção de suas despesas com pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento vigente em julho de 2023.

§ 4° Não constituem despesas com pessoal e encargos sociais, ainda que processadas em folha de pagamento, as verbas de caráter indenizatório definidas em lei.

§ 5° Fica assegurada a revisão anual dos servidores, conforme preceitua o art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

Art. 17. No exercício de 2024, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, e no artigo 19, desta Lei, somente poderão ser admitidos servidores se houver prévia dotação orçamentária em quantum suficiente para o atendimento da despesa e, ainda, se existirem cargos e empregos públicos a serem preenchidos.

Parágrafo único. Ficam os Poderes, Executivo e Legislativo, suas Autarquias e Fundações, autorizados a realizar concurso público, podendo para tanto contratar empresa ou fundação especializadas.

Art. 18. Se durante o exercício de 2024 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar 101/2000, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. As situações previstas no *caput*, que exijam a realização de serviços extraordinários deverão ser justificadas pelo órgão e submetidas, no âmbito do Poder Executivo ao Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo ao Presidente da Câmara, no âmbito das autarquias, deverão ser submetidas ao seu representante.

Câmara Municipal de João Monlevade
146

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 19. A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2024, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I - Aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e celeridade;

II - Aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

III - Aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio de revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

IV - Aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 20. A estimativa da receita de que trata o art. 19 levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I – Atualização da planta genérica de valores do Município;

II – Procedimento do recadastramento imobiliário;

III - Instituição de novos tributos ou modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos;

IV - Revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;

V - Revisão da legislação sobre uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

VI - Revisão da legislação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;

VII - Revisão da legislação do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - ITBI;

VIII - Revisão da legislação sobre as taxas pela prestação de serviços e pelo exercício do Poder de Polícia; e

IX - Revisão da legislação que trata das isenções dos tributos municipais.

Art. 21. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado, se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar 101/2000.

Câmara Municipal de J. Monlevade
147

Parágrafo único. Aplica-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no *caput*.

Art. 22. Na estimativa das receitas do projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

CAPÍTULO VI
DO EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

Art. 23. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constantes desta Lei.

Art. 24. Os projetos de leis que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2024 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2024 a 2025, com respectiva memória de cálculo.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 25. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I - Para elevação das receitas;
a) A implementação das medidas previstas nos artigos 19 e 20 desta Lei;
b) Atualização e informatização do cadastro imobiliário;
c) Promoção de cobranças administrativas para os contribuintes em geral, inscritos na dívida ativa;
d) Recuperação de créditos inscritos em dívida ativa através de programas de recuperação fiscal – REFIS, devidamente autorizados em lei.

II - Para redução das despesas:
a) Normatização de rotinas e procedimentos de compras;
b) Implantação de rigorosa rotina de pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;
c) Implantação rigorosa de controle dos bens de consumo e dos serviços contratados; e
d) Racionalização dos diversos serviços da administração.

Art. 26. Na programação da despesa não poderão:

Câmara Municipal de João Monlevade 148

I - Serem fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a se evitar a quebra do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa;

II - Ser incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão.

Art. 27. Na Lei Orçamentária Anual deverá conter Reserva de Contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, equivalente a no máximo de 1% (um por cento) da receita corrente líquida, prevista na proposta orçamentária de 2024 destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 28. A Reserva de Contingência, caso não seja utilizada até o final do mês de setembro do exercício fiscal, poderá constituir recurso para a abertura de créditos adicionais.

CAPÍTULO VII
DOS CRITÉRIOS E FORMAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Art. 29. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no *caput* do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar 101/00, o Poder Executivo promoverá limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais, calculado de forma proporcional ao total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária de 2024, em cada um dos citados conjuntos, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º Excluem-se do *caput* as despesas que constituem obrigação constitucional e legal de execução e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida, e aquelas suportadas com recursos originados de doações e de convênios, e ainda aquelas relativas:

I - Programa de alimentação escolar;

II - Despesas com saúde, relativas à:
a) Manutenção dos serviços de atenção básica;
b) Manutenção dos serviços de média e alta complexidade, prestados pelo Município;
c) Manutenção da assistência farmacêutica (farmácia básica);
d) Manutenção da vigilância em saúde.

III - Pessoal e encargos sociais;

IV - Transporte escolar; e

V - Sentenças Judiciais.

§ 2º A limitação da despesa deverá obedecer aos limites da nova estimativa de receita que será realizada pelo Executivo Municipal, através de seu segmento administrativo responsável e, encaminhada às suas diversas unidades administrativas, e também ao Poder Legislativo para seu conhecimento.

§ 3° Deverá, ainda, a nova estimativa de receita ser objeto de ampla divulgação, inclusive na internet, para conhecimento de todos.

Câmara Municipal de J. Monlevade 149

CAPÍTULO VIII
DAS NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DOS PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS DOS ORÇAMENTOS

Art. 30. O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultado de ações de governo.

Art. 31. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1° A Lei Orçamentária de 2024 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas.

§ 2° Merecerá destaque o aprimoramento de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3° O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos.

§ 4° O controle de custos será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

CAPÍTULO IX
DAS ALTERAÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 32. A abertura de créditos adicionais suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedido de justificativa, nos termos da Lei nº 4.320/64.

§ 1° Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais, exposição de motivos circunstanciados, que os justifiquem e que indiquem, quando tiverem como recursos a anulação de dotações, as consequências causadas na execução das atividades e dos projetos que tiverem seus recursos reduzidos.

§ 2° Cada projeto de lei deverá restringir-se a uma única modalidade de crédito adicional.

Câmara Municipal de João Monlevade 150

§ 3° Na Lei Orçamentária deverá conter autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, no valor correspondente a 30% (trinta por cento), do valor total fixado para as despesas, com utilização de recursos originados da anulação de dotações constantes do orçamento.

§ 4° Na abertura de créditos adicionais autorizados na forma do § 3°, poderá ser criada nova modalidade de aplicação, elementos de despesas e/ou fontes de recursos dentro das ações constantes da Lei Orçamentária, e seus valores serão computados na apuração do limite estabelecido.

Art. 33. Além do limite estabelecido no § 3°, do art. 32, constará também autorização para abertura de créditos no valor correspondente a 30% (vinte por cento), do valor total fixado para as despesas, da seguinte forma:

I - 20% (vinte por cento), com recursos originados do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior; e

II - 10% (dez por cento), com recursos originados do excesso de arrecadação verificado no exercício.

§ 1° Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, a exposição de motivos conterá a memória de cálculo da atualização das estimativas de receitas para o exercício.

§ 2° Na abertura de créditos adicionais autorizados na forma do *caput*, poderá ser criada nova modalidade de aplicação, elementos de despesas e/ou fontes de recursos dentro das ações constantes da Lei Orçamentária, e seus valores serão computados na apuração do limite estabelecido nos incisos I e II.

Art. 34. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício financeiro, no limite de seus saldos, conforme disposto no art. 167 § 2º da Constituição Federal, será efetivada, mediante decreto do Poder Executivo, e serão incorporados no exercício financeiro, com utilização dos recursos previstos no artigo 43 da Lei nº 4.320/1964.

CAPÍTULO X
DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A ENTIDADES PÚBLICAS, PRIVADAS E PESSOAS FÍSICAS

Art. 35. Na realização de ações de competência do Município, poderá este adotar a estratégia de transferir recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, observadas as seguintes disposições:

I – Subvenções sociais, conforme disposto no art. 16 da Lei 4.320/64, serão concedidas para entidades sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde e educação, cujos serviços colocados à disposição da população se revelem mais econômicos para o Município;

II – Contribuições, as transferências realizadas para atender despesas de manutenção de entidades privadas sem fins lucrativos que não se enquadram nas áreas de

Câmara Municipal de João Monlevade 151

atuação definidas no inciso I, para as quais não correspondam a contraprestação direta de bens e serviços e não sejam reembolsáveis pelo recebedor podendo ocorrer como transferência corrente ou de capital; e

III – Auxílios, as transferências realizadas para entidades privadas sem fins lucrativos destinadas às despesas de investimentos e inversões financeiras, independentemente de contraprestação direta de bens ou serviços.

Parágrafo único. As transferências serão realizadas através de parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, fomento ou em acordos de cooperação, observadas as normas estabelecidas na Lei 13.019/14, no que couber.

Art. 36. A transferência de recursos prevista no art. 35, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - De atendimento direto e gratuito ao público na área de educação, e sejam voltadas para a:
a) Educação especial; ou
b) Educação básica;

II - De atendimento direto e gratuito ao público na área de saúde;

III - De atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social, que se destinem a:
a) Idosos, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;
b) Habilitação, reabilitação e integração da pessoa com deficiência ou doença crônica; ou
c) Acolhimento a vítimas de crimes violentos e seus familiares;

IV – Destinadas às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para aplicação dos recursos;

V – Destinadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, violação de direitos ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, nos casos em que ficar demonstrados o interesse público;

VI – Com atuação na área de segurança pública;

VII – Com atuação na área de promoção da habitação para pessoas carentes;

VIII – Com atuação na área de fomento econômico, industrial, comercial e de agricultura;

IX – Com atuação na área representativa comunitária; e

X – Com atuação nas áreas culturais e desportivas.

Art. 37. Sem prejuízo das disposições do art. 36, a transferência de recursos prevista na Lei 4.320/64, à entidade privada sem fins lucrativos, dependerá da justificação pela unidade concedente de que a entidade complementa de forma adequada os serviços de competência do setor público e, ainda, de que no caso de recursos de capital serão os mesmos aplicados exclusivamente em:

I - Aquisição e instalação de equipamentos, e obras de adequação física necessárias à instalação dos referidos equipamentos;

II - Aquisição de material permanente; e

III - Construção, ampliação ou conclusão de obras.

Câmara Municipal de J. Monlevade 152

Art. 38. Para recebimento de recursos deverá a entidade privada comprovar:

I – A regularidade do mandato de sua diretoria, inscrição no CNPJ e apresentação de declaração de funcionamento regular de pelo menos 1 (um) ano, emitida no exercício de 2023;

II – A manutenção de escrituração contábil regular;

III – Sua regularidade fiscal, através de apresentação de pelo menos: certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

IV - A capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades, com informações acerca da quantidade e qualificação profissional de seu pessoal; e

V – Que no seu quadro de dirigentes não consta agente político dos Poderes Executivo, Legislativo, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, seu cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

Art. 39. Não se aplicam as exigências da Lei 13.019/14 às transferências de recursos a entidades de direito privado, nas seguintes hipóteses:

I - Às transferências de recursos homologadas pelo Congresso Nacional ou autorizadas pelo Senado Federal naquilo em que as disposições conflitarem com a Lei 13.019/14;

II - Aos contratos de gestão celebrados com organizações sociais, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei 9.637/98;

III - Aos convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do §1º do art. 199 da Constituição Federal;

IV - Aos termos de compromisso cultural, referidos no § 1º do art. 9º da Lei 13.018/14;

V - Aos termos de parceria celebrados com organizações da sociedade civil de interesse público, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei nº 9.790/99;

VI – Às transferências referidas no art. 2° da Lei 10.845/04 (PAED) e nos artigos 5° e 22 da Lei 11.947/09 (PDDE);

VII - Aos pagamentos realizados a título de anuidades, contribuições ou taxas associativas em favor de organismos internacionais ou entidades que sejam obrigatoriamente constituídas por:
a) Membros de Poder ou do Ministério Público;
b) Dirigentes de órgão ou de entidade da administração pública;
c) Pessoas jurídicas de direito público interno;
d) Pessoas jurídicas integrantes da administração pública;

VIII - Às parcerias entre a administração pública e os serviços sociais autônomos.

Câmara Municipal de J. Monlevade 153

Art. 40. Não se aplica às parcerias regidas pela Lei 13.019/2014, aplicando-se aos pactos o instrumento de convênio:

I - Entre entes federados ou pessoas jurídicas a eles vinculadas;

II - Decorrentes da aplicação do disposto no inciso IV do art. 3º da Lei 13.019/14.

Art. 41. A entidade privada beneficiada com recursos públicos a qualquer título submeter-se-á à fiscalização do Poder Executivo Municipal com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 42. As transferências de recursos às entidades deverão ser precedidas da aprovação de plano de aplicação e da celebração de pacto, nos termos estabelecidos na legislação vigente.

§ 1º Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização do plano de aplicação executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2º É vedada a celebração de novo pacto com entidades em situação irregular com o Município, em decorrência de transferências feitas anteriormente.

Art. 43. É vedada a destinação, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam às exigências do art. 26 da Lei Complementar 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único. As normas do *caput* deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas, custeadas com recursos do Sistema Único de Saúde - SUS, com a finalidade de tratamento fora do domicílio.

Art. 44. As transferências de recursos financeiros de um órgão para outro, inclusive da Prefeitura Municipal para os órgãos da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, ficam limitadas ao valor previsto na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. No caso da transferência para o Legislativo cumprir-se-á ao limite estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, devendo seu respectivo orçamento ser adequado, através de lei específica, quando fixado em valores maiores que os limites constitucionais.

Câmara Municipal de J. Monlevade
154

CAPÍTULO XI
DA AUTORIZAÇÃO PARA O MUNICÍPIO AUXILIAR NO CUSTEIO DE DESPESAS ATRIBUÍDAS A OUTROS ENTES DA FEDERAÇÃO

Art. 45. A transferência de recursos, consignada na Lei Orçamentária Anual do Município, para a União, o Estado ou outro município, a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas somente em situações que fique comprovado o interesse local, e serão efetivadas exclusivamente mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, atendidos os dispositivos constantes dos artigos 25 e 62 da Lei Complementar 101/2000.

CAPÍTULO XII
DOS PARÂMETROS PARA A ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO.

Art. 46. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2024, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 8º e 13 da Lei Complementar 101/2000.

§ 1º A programação financeira do Poder Legislativo corresponderá a 1/12 (um doze avos) do valor total a ser repassado, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal.

§ 2º Do cumprimento do estabelecido no *caput* o Poder Executivo deverá dar publicidade, com a utilização dos meios de publicações estabelecidos na Lei Orgânica do Município, e ainda, pela internet.

§ 3º A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata o *caput* deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecido nesta Lei.

CAPÍTULO XIII
DA DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA INÍCIO DE NOVOS PROJETOS

Art. 47. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária de 2024 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I - Estiverem compatíveis com o Plano Plurianual e com as normas desta Lei;

II - Tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;

III - Estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

IV – Estiverem preservados os recursos alocados para a contrapartida de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2024, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2023.

Câmara Municipal de J. Monlevade 155

CAPÍTULO XIV
DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Art. 48. O projeto de Lei Orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2024 deve assegurar o controle social e transparência na execução do orçamento;

I - O controle social implica em assegurar a todo cidadão a participação nas ações da administração municipal;

II - A transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 49. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

I - Elaboração e discussão da proposta orçamentária de 2024 mediante regular processo de consulta; e

II - Avaliação das metas fiscais, conforme definido no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas na Lei.

CAPÍTULO XV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 50. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar 101/2000:

I - As exigências nele contidas integrarão o processo administrativo de licitação, bem como, os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3° do art. 182 da Constituição Federal;

II - No que tange ao seu § 3°, entende-se como despesa irrelevante aquelas cujo valor não ultrapasse, os limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei 14.133, 1° de abril de 2021, para obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores e para outros serviços e compras, respectivamente;

III - no que se refere ao disposto no seu § 1°, inciso I, na execução das despesas na antevigência da Lei Orçamentária Anual de 2024, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do respectivo Projeto de Lei; e

IV - Os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2024 poderão ser utilizados para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

Art. 51. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem a comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Câmara Municipal de J. Monlevade
156

Parágrafo único. A contabilidade registrará tempestivamente os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do *caput*.

Art. 52. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária Anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 53. É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação Ilimitada.

Art. 54. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento das despesas orçamentárias, sem que seja acompanhado da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, definida no art. 16 da Lei Complementar 101/2000 e da indicação das fontes de recursos, ressalvado o inciso II do art. 49.

Art. 55. A receita derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público, não poderá ser utilizada para financiamento de despesa corrente, exceto se destinada por lei ao regime de previdência social geral.

Art. 56. O Poder Executivo, por intermédio do órgão responsável pela administração de pessoal, publicará, até a data de encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2024 a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral dos servidores municipais, assim como das funções públicas existentes no âmbito do Município.

Parágrafo único. O Poder Legislativo, através de órgão próprio, deverá observar as mesmas disposições de que trata o *caput*.

Art. 57. Se o Poder Legislativo não enviar para sanção o Projeto da Lei Orçamentária Anual, até 31 de dezembro de 2023, fica o Poder Executivo autorizado, a executar a programação dele constante para o atendimento das seguintes despesas:

I - Pessoal e encargos sociais;

II – Pagamento do serviço da dívida; e

III – Despesas de caráter continuado nas áreas de educação, assistência social, saúde e urbanismo; e

IV - Outras despesas correntes de caráter inadiável, até o limite de 1/12 (um doze avos) do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária de 2023, multiplicado pelo número de meses decorridos até a data de publicação da respectiva Lei;

Art. 58. Compõem a presente Lei os seguintes Anexos:

I - Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências;

II - Metas Fiscais – Demonstrativo das Metas Anuais;

III - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das metas Fiscais do Exercício Anterior;

IV - Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Últimos Exercícios;

V - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;

VI - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VII – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

VIII - Demonstrativo de Expansão das Despesas de Caráter Continuado;

IX- Demonstrativo da Memória de Cálculo da Projeção da Receita para o Período de 2024 a 2026;

X – Demonstrativo do Total das Despesas e Memória de Cálculo para o período de 2024 a 2026;

XI - Demonstrativo da Receita Primária e Memória de Cálculo para o Período de 2024 a 2026;

XII - Demonstrativo do Resultado Primário e Memória de Cálculo para o Período de 2024 a 2026;

XII – Montante da Dívida Pública;

XIII – Resultado Nominal;

XIV - Demonstrativo das Prioridades e Metas para o exercício de 2024; e

XV – Anexo de Metodologia e Premissas utilizadas.

Art. 59. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de João Monlevade, em 13 de julho de 2023.

FERNANDO LINHARES PEREIRA
Presidente da Câmara

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

ARF (LRF, art 4° , § 3°)

R$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES	
Descrição	Valor
Demandas Judiciais contra ao ente federativo.	500.000,00
Recuperação ambiental e assistência a catástrofes	2.000.000,00
Outros Passivos Contingentes	500.000,00
SUBTOTAL	3.000.000,00

PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor
Abertura de crédito adicional a partir da reserva de contigência	500.000,00
Abertura de crédito adicional a partir da reserva de contigência	2.000.000,00
Abertura de crédito adicional a partir de reserva de contigência	500.000,00
SUBTOTAL	3.000.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS	
Descrição	Valor
Frustação de Arrecadação	2.000.000,00
Discrepância de Projeções	3.000.000,00
SUBTOTAL	5.000.000,00
TOTAL	8.000.000,00

PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor
Cancelamento de despesas discricionárias	2.000.000,00
Cancelamento de despesas discricionárias	3.000.000,00
SUBTOTAL	5.000.000,00
TOTAL	8.000.000,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pblicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2023 , às 11:00:12

O Anexo de Riscos Fiscais compreende os Passivos Contingentes e Demais Riscos Fiscais Passivos capazes de afetar as contas públicas. Será alocado no Orçamento Fiscal, a título de Reserva de Contingência, nos termos do inciso III do art. 5º, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, que poderá ser utilizado para atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, bem como poderá ser utilizado para suplementação de dotações que demonstrem insuficientes no decorrer do exercício. São denominados passivos contingentes os riscos decorrentes de contenciosos judiciais e contratuais que podem acarretar o aumento da dívida pública, tais como: ações trabalhistas, indenizatórias, de desapropriação, entre outras. Por se tratarem de passivos alocados no orçamento, os precatórios não se enquadram no conceito de Risco Fiscal, conforme estabelecido no § 1º do art. 100 da Constituição Federal. Consideram-se riscos fiscais imprevisíveis as situações de emergência, calamidade pública, frustração de arrecadação ou extinção de uma determinada receita prevista, crises financeiras de impacto nacional, entre outras, que sejam capazes de afetar as metas de resultado primário. Na ocorrência destes eventos danosos, o Município poderá fazer uso da reserva de contingência, assim como deverá promover limitação de empenhos e movimentação financeira de despesas discricionárias, tais como: anulação de dotações previstas (quando não comprometidas) para realização de investimentos e redução das despesas de custeio administrativo.

Câmara Municipal de J. Monlevade 158

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art 4º_, § 1º)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2024				2025				2026			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) X 100	% RCL (a / RCL) X 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) X 100	% RCL (b / RCL) X 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) X 100	% RCL (c / RCL) X 100
Receita Total	435.000.000,00	418.108.419,84	0,046	106,098	465.000.000,00	429.753.349,30	0,048	107,639	500.000.000,00	444.327.142,08	0,051	108,696
Receitas Primárias (I)	412.274.297,46	396.265.184,03	0,043	100,555	444.574.358,39	410.875.955,98	0,046	102,911	478.317.789,83	425.059.153,12	0,049	103,982
Receitas Primárias Correntes	404.939.526,47	389.215.231,13	0,042	98,766	437.118.405,46	403.985.158,69	0,045	101,165	470.522.347,58	418.131.699,97	0,048	102,287
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	74.955.181,71	72.044.580,65	0,008	18,282	81.444.956,57	75.271.490,04	0,008	18,853	84.247.380,64	74.866.795,74	0,009	18,315
Contribuições	8.238.672,90	7.918.755,19	0,001	2,009	8.708.277,26	8.048.196,39	0,001	2,016	9.204.649,06	8.179.750,82	0,001	2,001
Transferências Correntes	279.968.358,10	269.096.845,54	0,029	68,285	301.391.212,50	278.545.984,99	0,031	69,766	327.661.493,58	291.177.790,02	0,033	71,231
Demais Receitas Primárias Correntes	41.777.313,76	40.155.049,75	0,004	10,190	45.573.959,13	42.119.487,26	0,005	10,550	49.408.824,30	43.907.363,39	0,005	10,741
Receitas Primárias de Capital	7.334.770,99	7.049.952,89	0,001	1,789	7.455.952,93	6.890.797,30	0,001	1,726	7.795.442,25	6.927.453,15	0,001	1,695
Despesa Total	435.000.000,00	418.108.419,84	0,046	106,098	465.000.000,00	429.753.349,30	0,048	107,639	500.000.000,05	444.327.142,12	0,051	108,696
Despesas Primárias (II)	427.292.103,73	410.699.830,58	0,045	104,218	456.609.753,63	421.999.077,31	0,047	105,697	491.505.609,66	436.778.565,71	0,050	106,849
Despesas Primárias Correntes	380.129.737,51	365.368.836,52	0,040	92,715	406.775.836,53	375.942.533,69	0,042	94,161	438.904.230,28	390.034.124,57	0,045	95,414
Pessoal e Encargos Sociais	198.296.683,49	190.596.581,59	0,021	48,365	212.039.069,03	195.966.666,88	0,022	49,083	230.162.797,55	204.535.156,10	0,023	50,035
Outras Despesas Correntes	181.833.054,02	174.772.254,92	0,019	44,350	194.736.767,50	179.975.866,81	0,020	45,078	208.741.432,73	185.498.968,48	0,021	45,379
Despesas Primárias de Capital	47.162.366,22	45.330.994,06	0,005	11,503	49.833.917,10	46.056.543,62	0,005	11,536	52.601.379,38	46.744.441,14	0,005	11,435
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Resultado Primário (III) = (I – II)	(15.017.806,27)	(14.434.646,55)	-0,002	-3,663	(12.035.395,24)	(11.123.121,32)	-0,001	-2,786	(13.187.819,83)	(11.719.412,59)	-0,001	-2,867
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	13.829.006,15	13.292.008,99	0,001	3,373	14.635.833,50	13.526.448,31	0,002	3,388	15.476.883,01	13.753.598,39	0,002	3,365
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V))	(1.188.800,12)	(1.142.637,56)	0,000	-0,290	2.600.438,26	2.403.326,99	0,000	0,602	2.289.063,18	2.034.185,80	0,000	0,498
Dívida Pública Consolidada	22.235.423,96	21.371.995,35	0,002	5,423	23.274.843,13	21.510.627,50	0,002	5,388	24.373.509,19	21.659.823,36	0,002	5,299
Dívida Consolidada Líquida	(99.968.897,68)	(96.106.206,92)	-0,010	-24,388	(102.403.284,84)	(94.641.174,29)	-0,011	-23,704	(106.126.250,94)	(94.309.547,56)	-0,011	-23,071
Receitas Primárias Advindas de PPP (VII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias Advindas de PPP (VIII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Impacto do Saldo das PPP (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 25/05/2023 , às 10:14:42

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2024	2025	2026
PIB real (crescimento % anual)	1,50	1,70	1,70
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	1,00	1,00	0,00
Câmbio (R$/U$$ - Final do Ano)	5,34	5,44	5,54
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,04	4,00	4,00
Projeção do PIB do Estado - R$ 1,00	954.000.000.000,00	970.000.000.000,00	985.000.000.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL	410.000.000,00	432.000.000,00	460.000.000,00

Câmara Municipal de João Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2024	2025	2026
Valor Corrente / 1,0404	Valor Corrente / 1,0820	Valor Corrente / 1,1253

De acordo com o § 1o do art. 4o da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, integrará o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias o Anexo de Metas Fiscais em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

O Demonstrativo de Metas Anuais, será acompanhado de análise dos principais dados apresentados, assim como de eventuais variações abruptas e outras que mereçam destaque. Também serão apresentadas as medidas que a Administração Pública pretende tomar visando a atingir as metas estabelecidas

Câmara Municipal de João Monlevade
160

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Câmara Municipal de J. Monlevade
161

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, §2º , Inciso I)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2022 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2022 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	310.000.000,00	0,035	174,225	346.224.473,45	0,037	194,584	36.224.473,45	11,685
Receitas Primárias (I)	297.405.000,00	0,033	167,147	339.007.589,81	0,037	190,528	41.602.589,81	13,989
Despesa Total	310.000.000,00	0,035	174,225	342.150.176,87	0,037	192,294	32.150.176,87	10,371
Despesas Primárias (II)	305.400.000,00	0,034	171,640	336.224.473,45	0,036	188,964	30.824.473,45	10,093
Resultado Primário (III) = (I – II)	(7.995.000,00)	-0,001	-4,493	2.783.116,36	0,000	1,564	10.778.116,36	-134,811
Resultado Nominal	(6.500.000,00)	-0,001	-3,653	12.558.270,16	0,001	7,058	19.058.270,16	-293,204
Dívida Pública Consolidada	14.107.632,39	0,002	7,929	16.109.031,77	0,002	9,054	2.001.399,38	14,187
Dívida Consolidada Líquida	(83.912.453,78)	-0,009	-47,160	(83.961.550,68)	-0,009	-47,188	(49.096,90)	0,059

Nota: PIB Estadual Previsto e Realizado para 2022

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2022	890.000.000.000,00
valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2022	924.700.000.000,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pblicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 25/05/2023

O Demonstrativo visa ao cumprimento do inciso I do § 2o do art. 4o da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, que tem por finalidade estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício financeiro do segundo ano anterior ao ano de referência da LDO, incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4º , § 2º, Inciso II)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	289.327.426,04	310.000.000,00	7,14	400.000.000,00	15,53	435.000.000,00	8,75	465.000.000,00	6,90	500.000.000,00	7,53
Receitas Primárias (I)	280.381.008,65	297.405.000,00	6,07	383.895.000,00	13,24	412.274.297,46	7,39	444.574.358,39	7,83	478.317.789,83	7,59
Despesa Total	227.696.530,94	310.000.000,00	36,15	400.000.000,00	16,91	435.000.000,00	8,75	465.000.000,00	6,90	500.000.000,05	7,53
Despesas Primárias (II)	253.552.998,69	305.400.000,00	20,45	393.500.000,00	17,04	427.292.103,73	8,59	456.609.753,63	6,86	491.505.609,66	7,64
Resultado Primário (III) = (I – II)	26.828.009,96	(7.995.000,00)	-129,80	(9.605.000,00)	-445,12	(15.017.806,27)	56,35	(12.035.395,24)	-19,86	(13.187.819,83)	9,57
Resultado Nominal	29.025.245,58	(6.500.000,00)	-122,39	(1.700.000,00)	-113,54	(1.188.800,12)	-30,07	2.600.438,26	-318,75	2.289.063,18	-11,97
Dívida Pública Consolidada	14.649.395,54	14.107.632,39	-3,70	20.899.768,24	29,74	22.235.423,96	6,39	23.274.843,13	4,67	24.373.509,19	4,72
Dívida Consolidada Líquida	(52.600.687,35)	(83.912.453,78)	59,53	(97.184.771,39)	15,75	(99.988.897,68)	2,88	(102.403.264,84)	2,42	(106.126.250,94)	3,64

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	325.056.412,02	329.220.000,00	13,12	400.000.000,00	8,79	418.108.419,84	4,53	429.753.349,30	2,79	444.327.142,08	3,39
Receitas Primárias (I)	315.005.203,33	315.844.110,00	14,29	383.895.000,00	6,63	396.265.184,03	3,22	410.875.955,98	3,69	425.059.153,12	3,45
Despesa Total	255.814.730,01	329.220.000,00	42,04	400.000.000,00	10,08	418.108.419,84	4,53	429.753.349,30	2,79	444.327.142,12	3,39
Despesas Primárias (II)	284.864.207,79	324.334.800,00	25,35	393.500.000,00	10,20	410.699.830,58	4,37	421.999.077,31	2,75	436.778.565,71	3,50
Resultado Primário (III) = (I – II)	30.140.995,54	(8.490.690,00)	-90,19	(9.605.000,00)	-424,97	(14.434.646,55)	50,28	(11.123.121,32)	-22,94	(11.719.412,59)	5,36
Resultado Nominal	32.609.567,35	(6.903.000,00)	-59,10	(1.700.000,00)	-112,75	(1.142.637,56)	-32,79	2.403.326,99	-310,33	2.034.185,80	-15,36
Dívida Pública Consolidada	16.458.446,47	14.982.305,60	3,94	20.899.768,24	22,16	21.371.995,35	2,26	21.510.627,50	0,65	21.659.623,36	0,69
Dívida Consolidada Líquida	(59.096.335,71)	(89.115.025,91)	50,88	(97.184.771,39)	8,99	(96.106.206,92)	-1,11	(94.641.174,29)	-1,52	(94.309.547,56)	-0,35

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
2021	2022	2023*	2024*	2025	2026
10,06	5,79	6,20	4,04	4,00	4,00

*Inflação Média (% anual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo IBGE.

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 25/05/2023 , às 10:16:24

Câmara Municipal de João Monlevade 162

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Câmara Municipal de J. Monlevade
163

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R$ 1,00

PREFEITURA CONSOLIDADO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	498.377,65	0,145	2.178,30	0,001	0,00	0,000
Resultado Acumulado	342.389.075,30	99,855	287.591.278,53	99,999	229.050.869,15	100,000
Total	342.887.452,95	100%	287.593.456,83	100%	229.050.869,15	100%

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Total	0,00	100%	0,00	100%	0,00	100%

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2023

Patrimônio Público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

O Patrimônio Líquido representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Integram o Patrimônio Líquido o patrimônio, as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações em tesouraria, os resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial.

Câmara Municipal de J. Monlevade
164

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS

AMF - Demonstrativo 5 (lrf, art. 4º, §2º, inciso III)

R$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2022 (a)	2021 (b)	2020 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	**887.952,54**	**0,03**	**3,07**
Alienação de Bens Móveis	215.585,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	653.045,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	19.322,54	0,03	3,07
DESPESAS EXECUTADAS	**2022 (d)**	**2021 (e)**	**2020 (f)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	**30.673,04**	**0,00**	**0,00**
DESPESAS DE CAPITAL	**30.673,04**	**0,00**	**0,00**
Investimentos	30.673,04	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIAS	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência de Servidores	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	**2022 (g) = ((Ia - IId) + IIIh)**	**2021 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)**	**2020 (i) = ((Ic - IIf))**
VALOR (III)	**857.282,60**	**3,10**	**3,07**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pblicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2023

Em conformidade com o inciso III do § 2° do art. 4o da Lei de Responsabilidade Fiscal -LRF, a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, deve ser demonstrada.

É importante ressaltar o disposto no art. 44 da LRF, segundo o qual é vedada a aplicação de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei ao Regime Geral de Previdência Social ou aos RPPS. A LRF estabeleceu esse artigo objetivando preservar o patrimônio público, de forma a impedir que os valores provenientes da alienação de bens cubram despesas que deveriam ser suportadas por receitas correntes de forma a evitar que haja a dilapidação do patrimônio público. Todavia, o que se quer é impedir a alienação de bens sem contrapartida de novos investimentos.

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚCIA DA RECEITA

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)

R$ 1,00

Tributo	Modalidade	SETOR/PROGRAMA/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			Compensação
			2024	2025	2026	
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	Outros benefícios	Desconto por antecipação de pagamento.	1.800.000,00	1.900.000,00	2.000.000,00	Renúncia considerada na estimativa da receita, não afeta a meta fiscal.
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	Isenção	Isenção de IPTU para as famílias vítimas das chuvas em regiões alagadas - calamidade pública.	200.000,00	200.000,00	200.000,00	Renúncia considerada na estimativa da receita, não afetando a meta fiscal.
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora	Anistia	Redução de juros e multas para todos os contribuintes inscritos na dívida ativa inadimplentes através do refis.	300.000,00	300.000,00	300.000,00	Renúncia considerada na estimativa da receita, não afetando a meta fiscal.
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Principal	Concessão de isenção em caráter não geral	Isenção de tributos em geral para empreendimentos de alcance socioeconômicos e de habitação (geração de emprego e renda).	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	Renúncia considerada na estimativa da receita, não afetando a meta fiscal.
Total			3.300.000,00	3.400.000,00	3.500.000,00	-

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pública, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2023 , às 11:31:59

O Demonstrativo tem por objetivo dar transparência às renúncias de receita previstas no projeto de LDO, para uma melhor avaliação do seu impacto nas metas fiscais fixadas, além de orientar a elaboração da LOA considerando o montante das renúncias fiscais concedidas. Apesar de esse demonstrativo ter por base legal o art. 4°, § 2°, inciso V, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, ele visa a dar transparência também ao cumprimento dos requisitos exigidos para a concessão ou ampliação de benefícios de natureza tributária dispostos no art. 14 da LRF.

Câmara Municipal de João Monlevade
165

Câmara Municipal de J. Monlevade
166

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)

R$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2024
Aumento Permanente da Receita	2.600.000,00
(-) Transferências Constituicionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	400.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente da Receita (I)	2.200.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I) + (II)	2.200.000,00
Saldo Utilizado Margem Bruta (IV)	1.800.000,00
Novas DOCC (Despesa Obrigatória de Carater Continuado)	1.800.000,00
Novas DOCC geradas PPP (Parceria Público-Privada)	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	400.000,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2023

O Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado visa ao atendimento do art. 4°, § 2°, inciso V, da LRF, informando os valores previstos de novas despesas obrigatorias de caráter continuado (DOCC) para o exercício a que se refere a LDO, deduzindo-as da margem bruta de expansão (aumento permanente de receita e redução permanente de despesa).

O objetivo do Demonstrativo é dar transparência às novas DOCC previstas, se estão cobertas por aumento permanente de receita e redução permanente de despesa, para avaliação do impacto nas metas fiscais estabelecidas pelo ente além de orientar a elaboração da LOA considerando o montante das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado concedidas.

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
ARRECADADORA	**315.062.583,48**	**387.751.465,74**	**83,84**	**436.712.000,00**	**27,01**	**470.304.826,78**	**1,07**	**502.807.435,42**	**-10,57**	**539.873.337,74**	**13,12**
Receitas Correntes	**305.622.848,93**	**372.462.264,87**	**21,87**	**419.212.000,00**	**12,55**	**454.073.359,40**	**8,32**	**489.561.674,40**	**7,82**	**525.872.568,33**	**7,42**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**43.189.426,42**	**59.963.714,87**	**38,84**	**75.783.400,00**	**26,38**	**74.955.181,71**	**-1,09**	**81.444.956,57**	**8,66**	**84.247.380,64**	**3,44**
Impostos	**41.989.721,58**	**58.298.363,01**	**38,84**	**74.257.000,00**	**27,37**	**73.099.419,21**	**-1,56**	**79.483.086,10**	**8,73**	**82.173.968,41**	**3,39**
Impostos sobre o Patrimônio	**4.294.826,15**	**17.314.255,61**	**303,14**	**20.866.000,00**	**20,51**	**22.705.409,63**	**8,82**	**24.444.617,98**	**7,66**	**25.340.307,61**	**3,66**
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	**1.199.745,90**	**13.377.594,99**	**1.015,04**	**15.865.000,00**	**18,59**	**17.249.109,81**	**8,72**	**18.734.309,07**	**8,61**	**19.361.511,09**	**3,35**
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	**0,00**	**10.507.356,64**	**0,00**	**13.000.000,00**	**23,72**	**14.000.000,00**	**7,69**	**15.300.000,00**	**9,29**	**15.730.000,00**	**2,81**
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Pri	0,00	0,00	0,00	13.000.000,00	0,00	14.000.000,00	7,69	15.300.000,00	9,29	15.730.000,00	2,81
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Mu	49.423,61	55.294,31	11,88	65.000,00	17,55	62.593,16	-3,70	66.160,97	5,70	71.378,55	7,89
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Div	839.754,58	2.114.616,23	151,81	2.000.000,00	-5,42	2.393.745,57	19,69	2.530.189,07	5,70	2.674.409,85	5,70
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Mu	310.567,71	700.327,81	125,50	800.000,00	14,23	792.771,08	-0,90	837.959,03	5,70	885.722,69	5,70
Impostos sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis	**3.095.080,25**	**3.936.660,62**	**27,19**	**5.001.000,00**	**27,04**	**5.456.299,82**	**9,10**	**5.710.308,91**	**4,66**	**5.978.796,52**	**4,70**
Impost sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direit.Re	3.095.080,25	3.936.660,62	27,19	5.000.000,00	27,01	5.456.299,82	9,13	5.710.308,91	4,66	5.978.796,52	4,70
Impost sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direit.Re	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Naturez	**5.388.266,00**	**7.905.498,25**	**46,72**	**8.056.000,00**	**1,90**	**10.949.024,02**	**35,91**	**11.459.118,39**	**4,66**	**12.998.288,13**	**13,43**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	**5.388.266,00**	**7.905.498,25**	**46,72**	**8.056.000,00**	**1,90**	**10.949.024,02**	**35,91**	**11.459.118,39**	**4,66**	**12.998.288,13**	**13,43**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	**5.337.800,87**	**7.849.904,84**	**47,06**	**8.000.000,00**	**1,91**	**10.886.092,28**	**36,08**	**11.392.599,54**	**4,65**	**12.927.977,71**	**13,48**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principa	5.337.800,87	7.849.904,84	47,06	8.000.000,00	1,91	10.886.092,28	36,08	11.392.599,54	4,65	12.927.977,71	13,48
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendim	**50.465,13**	**55.593,41**	**10,16**	**56.000,00**	**0,73**	**62.931,74**	**12,38**	**66.518,85**	**5,70**	**70.310,42**	**5,70**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendiment	50.465,13	55.593,41	10,16	56.000,00	0,73	62.931,74	12,38	66.518,85	5,70	70.310,42	5,70
Impostos sobre a Produção e Circulação de Mercadorias	**22.990.837,18**	**33.078.609,15**	**43,88**	**45.335.000,00**	**37,05**	**39.444.985,56**	**-12,99**	**43.579.349,73**	**10,48**	**43.835.372,67**	**0,59**
Impostos sobre Serviços	**22.990.837,18**	**33.078.609,15**	**43,88**	**45.335.000,00**	**37,05**	**39.444.985,56**	**-12,99**	**43.579.349,73**	**10,48**	**43.835.372,67**	**0,59**
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	**22.990.837,18**	**33.078.609,15**	**43,88**	**45.335.000,00**	**37,05**	**39.444.985,56**	**-12,99**	**43.579.349,73**	**10,48**	**43.835.372,67**	**0,59**
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Princ	22.753.935,08	32.585.845,65	43,21	45.000.000,00	38,10	38.887.177,28	-13,58	42.989.746,38	10,55	43.212.161,92	0,52
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multa	1.663,98	4.854,84	191,76	5.000,00	2,99	5.495,68	9,91	5.808,93	5,70	6.140,04	5,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Divic	176.490,75	356.158,81	101,80	230.000,00	-35,42	403.171,77	75,29	426.152,56	5,70	450.443,26	5,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multa	58.747,37	131.749,85	124,27	100.000,00	-24,10	149.140,83	49,14	157.641,86	5,70	166.627,45	5,70
Taxas	**1.199.704,84**	**1.665.351,86**	**38,81**	**1.526.400,00**	**-8,34**	**1.855.762,50**	**21,58**	**1.961.870,47**	**5,72**	**2.073.412,23**	**5,69**
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	**204.379,58**	**295.264,65**	**44,47**	**326.400,00**	**10,54**	**340.000,67**	**4,17**	**359.710,21**	**5,80**	**379.928,84**	**5,62**
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	**203.453,27**	**294.611,90**	**44,81**	**275.000,00**	**-6,66**	**333.500,67**	**21,27**	**352.510,21**	**5,70**	**372.603,29**	**5,70**
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	159.286,97	220.618,83	38,50	220.000,00	-0,28	249.740,52	13,52	263.975,73	5,70	279.022,35	5,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros d	805,34	3.216,02	299,34	5.000,00	55,47	3.640,53	-27,19	3.848,04	5,70	4.067,38	5,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	31.969,74	55.869,81	74,76	35.000,00	-37,35	63.244,62	80,70	66.849,56	5,70	70.659,98	5,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Juros de Mora d	11.391,22	14.907,24	30,87	15.000,00	0,62	16.875,00	12,50	17.836,88	5,70	18.853,58	5,70
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	**926,31**	**652,75**	**-29,53**	**51.400,00**	**7.774,38**	**6.500,00**	**-87,35**	**7.200,00**	**10,77**	**7.325,55**	**1,74**

Menu: LDO/"Relatórios"

Câmara Municipal de João Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	926,31	652,75	-29,53	50.000,00	7.559,90	5.000,00	-90,00	5.700,00	14,00	5.825,55	2,20
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multas e Juros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multas e Juros	0,00	0,00	0,00	900,00	0,00	500,00	-44,44	500,00	0,00	500,00	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços	**995.325,26**	**1.370.087,21**	**37,65**	**1.200.000,00**	**-12,41**	**1.515.761,83**	**26,31**	**1.602.160,26**	**5,70**	**1.693.483,39**	**5,70**
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral	**995.325,26**	**1.370.087,21**	**37,65**	**1.200.000,00**	**-12,41**	**1.515.761,83**	**26,31**	**1.602.160,26**	**5,70**	**1.693.483,39**	**5,70**
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	877.158,63	1.097.177,79	25,08	1.000.000,00	-8,86	1.206.828,37	20,68	1.275.617,59	5,70	1.348.327,79	5,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros	6.036,14	9.184,42	52,16	8.000,00	-12,90	10.396,76	29,96	10.989,38	5,70	11.615,77	5,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa	81.609,67	190.107,85	132,95	150.000,00	-21,10	215.202,09	43,47	227.468,61	5,70	240.434,32	5,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros	30.520,82	73.617,15	141,20	42.000,00	-42,95	83.334,61	98,42	88.084,68	5,70	93.105,51	5,70
Contribuições	**6.716.041,84**	**7.277.979,59**	**8,37**	**8.000.000,00**	**9,92**	**8.238.672,90**	**2,98**	**8.708.277,26**	**5,70**	**9.204.649,06**	**5,70**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Púl	**6.716.041,84**	**7.277.979,59**	**8,37**	**8.000.000,00**	**9,92**	**8.238.672,90**	**2,98**	**8.708.277,26**	**5,70**	**9.204.649,06**	**5,70**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Púl	**6.716.041,84**	**7.277.979,59**	**8,37**	**8.000.000,00**	**9,92**	**8.238.672,90**	**2,98**	**8.708.277,26**	**5,70**	**9.204.649,06**	**5,70**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Púl	**6.716.041,84**	**7.277.979,59**	**8,37**	**8.000.000,00**	**9,92**	**8.238.672,90**	**2,98**	**8.708.277,26**	**5,70**	**9.204.649,06**	**5,70**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública -	6.716.041,84	7.277.979,59	8,37	8.000.000,00	9,92	8.238.672,90	2,98	8.708.277,26	5,70	9.204.649,06	5,70
Receita Patrimonial	**2.259.605,65**	**12.546.243,30**	**455,24**	**7.919.000,00**	**-36,88**	**13.851.716,05**	**74,92**	**14.659.837,86**	**5,83**	**15.502.255,62**	**5,75**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	**60.472,50**	**17.310,03**	**-71,38**	**0,00**	**0,00**	**19.594,95**	**0,00**	**20.711,86**	**5,70**	**21.892,44**	**5,70**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	**60.472,50**	**17.310,03**	**-71,38**	**0,00**	**0,00**	**19.594,95**	**0,00**	**20.711,86**	**5,70**	**21.892,44**	**5,70**
Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito	**60.472,50**	**17.310,03**	**-71,38**	**0,00**	**0,00**	**19.594,95**	**0,00**	**20.711,86**	**5,70**	**21.892,44**	**5,70**
Conc Permiss Autor ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imv	60.472,50	17.310,03	-71,38	0,00	0,00	19.594,95	0,00	20.711,86	5,70	21.892,44	5,70
Valores Mobiliários	**2.199.133,15**	**12.528.933,27**	**469,72**	**7.907.000,00**	**-36,89**	**13.832.121,10**	**74,94**	**14.639.126,00**	**5,83**	**15.480.363,18**	**5,75**
Juros e Correções Monetárias	**2.197.235,62**	**12.526.181,55**	**470,09**	**7.905.000,00**	**-36,89**	**13.829.006,15**	**74,94**	**14.635.833,50**	**5,83**	**15.476.883,01**	**5,75**
Remuneração de Depósitos Bancários	**2.197.235,62**	**12.526.181,55**	**470,09**	**7.905.000,00**	**-36,89**	**13.829.006,15**	**74,94**	**14.635.833,50**	**5,83**	**15.476.883,01**	**5,75**
Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.197.235,62	12.526.181,55	470,09	7.905.000,00	-36,89	13.829.006,15	74,94	14.635.833,50	5,83	15.476.883,01	5,75
Dividendos	**1.897,53**	**2.751,72**	**45,02**	**2.000,00**	**-27,32**	**3.114,95**	**55,75**	**3.292,50**	**5,70**	**3.480,17**	**5,70**
Dividendos	**1.897,53**	**2.751,72**	**45,02**	**2.000,00**	**-27,32**	**3.114,95**	**55,75**	**3.292,50**	**5,70**	**3.480,17**	**5,70**
Dividendos - Principal	1.897,53	2.751,72	45,02	2.000,00	-27,32	3.114,95	55,75	3.292,50	5,70	3.480,17	5,70
Demais Receitas Patrimoniais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Receitas Patrimoniais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Receitas Patrimoniais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Receitas Patrimoniais - Principal	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	**24.522.340,83**	**27.749.849,86**	**13,16**	**33.961.500,00**	**22,38**	**36.170.000,00**	**6,50**	**39.562.000,00**	**9,38**	**43.024.000,00**	**8,75**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**24.227.717,15**	**27.469.815,91**	**13,38**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**24.227.717,15**	**27.469.815,91**	**13,38**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**24.227.717,15**	**27.469.815,91**	**13,38**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Menu: LDO."Relatórios"

Câmara Municipal de João Monlevade
168

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	23.556.716,35	26.650.835,30	13,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	291.004,47	493.520,34	69,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	338.279,83	274.259,92	-18,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	41.716,49	51.200,35	22,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	**294.623,68**	**280.033,95**	**-4,95**	**33.961.500,00**	**12.027,64**	**36.170.000,00**	**6,50**	**39.562.000,00**	**9,38**	**43.024.000,00**	**8,75**
Outros Serviços	**294.623,68**	**280.033,95**	**-4,95**	**33.961.500,00**	**12.027,64**	**36.170.000,00**	**6,50**	**39.562.000,00**	**9,38**	**43.024.000,00**	**8,75**
Receita de Serviços Sujeitos à Regulação	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**33.919.000,00**	**0,00**	**36.130.000,00**	**6,52**	**39.522.000,00**	**9,39**	**42.984.000,00**	**8,76**
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**26.497.000,00**	**0,00**	**28.380.000,00**	**7,11**	**31.442.000,00**	**10,79**	**34.584.000,00**	**9,99**
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - F	0,00	0,00	0,00	26.497.000,00	0,00	28.000.000,00	5,67	31.000.000,00	10,71	34.101.000,00	10,00
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	230.000,00	15,00	250.000,00	8,70
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	180.000,00	20,00	200.000,00	11,11
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	32.000,00	6,67	33.000,00	3,13
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**6.906.000,00**	**0,00**	**7.200.000,00**	**4,26**	**7.500.000,00**	**4,17**	**7.800.000,00**	**4,00**
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário - Pr	0,00	0,00	0,00	6.906.000,00	0,00	7.200.000,00	4,26	7.500.000,00	4,17	7.800.000,00	4,00
Outros Serviços Sujeitos à Regulação	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**516.000,00**	**0,00**	**550.000,00**	**6,59**	**580.000,00**	**5,45**	**600.000,00**	**3,45**
Outros Serviços Sujeitos à Regulação - Principal	0,00	0,00	0,00	516.000,00	0,00	550.000,00	6,59	580.000,00	5,45	600.000,00	3,45
Outros Serviços	**294.623,68**	**280.033,95**	**-4,95**	**42.500,00**	**-84,82**	**40.000,00**	**-5,88**	**40.000,00**	**0,00**	**40.000,00**	**0,00**
Outros Serviços - Principal	294.623,68	280.033,95	-4,95	42.500,00	-84,82	40.000,00	-5,88	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00
Transferências Correntes	**227.696.530,94**	**259.955.655,10**	**14,17**	**288.004.600,00**	**10,79**	**316.238.684,90**	**9,80**	**340.249.147,94**	**7,59**	**368.620.331,32**	**8,34**
Transferências da União e de suas Entidades	**93.001.202,09**	**108.430.440,83**	**16,59**	**126.639.600,00**	**16,79**	**137.011.573,04**	**8,19**	**144.051.932,71**	**5,14**	**150.629.032,88**	**4,57**
Transferências Decorrentes da Participação na Receita da	**53.157.296,16**	**66.866.787,36**	**25,79**	**87.010.000,00**	**30,12**	**89.693.203,29**	**3,08**	**94.007.715,89**	**4,81**	**97.568.155,70**	**3,79**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPI	**53.155.470,35**	**66.865.044,03**	**25,79**	**87.000.000,00**	**30,11**	**89.691.229,84**	**3,09**	**94.005.629,95**	**4,81**	**97.565.950,86**	**3,79**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	**49.119.686,82**	**61.206.371,05**	**24,61**	**80.000.000,00**	**30,71**	**80.285.612,03**	**0,36**	**84.234.891,92**	**4,92**	**87.409.280,76**	**3,77**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota M	49.119.686,82	61.206.371,05	24,61	80.000.000,00	30,71	80.285.612,03	0,36	84.234.891,92	4,92	87.409.280,76	3,77
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	**4.035.783,53**	**5.658.672,98**	**40,21**	**7.000.000,00**	**23,70**	**9.405.617,81**	**34,37**	**9.770.738,03**	**3,88**	**10.156.670,10**	**3,95**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas E	4.035.783,53	5.658.672,98	40,21	7.000.000,00	23,70	9.405.617,81	34,37	9.770.738,03	3,88	10.156.670,10	3,95
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	**1.825,81**	**1.743,33**	**-4,52**	**10.000,00**	**473,61**	**1.973,45**	**-80,27**	**2.085,94**	**5,70**	**2.204,84**	**5,70**
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural -	1.825,81	1.743,33	-4,52	10.000,00	473,61	1.973,45	-80,27	2.085,94	5,70	2.204,84	5,70
Transferências das Compensações Financeiras pela Explo	**2.492.713,97**	**3.765.434,24**	**51,08**	**3.200.000,00**	**-15,02**	**4.862.471,56**	**51,95**	**5.205.432,43**	**7,05**	**5.562.242,08**	**6,85**
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração d	**1.543.204,67**	**1.039.242,17**	**-32,66**	**1.500.000,00**	**44,34**	**1.576.422,14**	**5,09**	**1.743.478,20**	**10,60**	**1.814.356,46**	**4,07**
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de R	1.543.204,67	1.039.242,17	-32,66	1.500.000,00	44,34	1.576.422,14	5,09	1.743.478,20	10,60	1.814.356,46	4,07
Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de	**949.509,30**	**1.481.665,62**	**56,05**	**1.700.000,00**	**14,74**	**1.877.245,48**	**10,43**	**1.972.848,47**	**5,09**	**2.173.900,83**	**10,19**
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	**949.509,30**	**1.481.665,62**	**56,05**	**1.700.000,00**	**14,74**	**1.877.245,48**	**10,43**	**1.972.848,47**	**5,09**	**2.173.900,83**	**10,19**
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Principal	949.509,30	1.481.665,62	56,05	1.700.000,00	14,74	1.877.245,48	10,43	1.972.848,47	5,09	2.173.900,83	10,19
Outras Transferências decorrentes de Compensação Fina	**0,00**	**1.244.526,45**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.408.803,94**	**0,00**	**1.489.105,76**	**5,70**	**1.573.984,79**	**5,70**

Menu: LDO "Relatórios"

Câmara Municipal de João Monlevade
169

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Outras Transf.dec de Compensação Financeira pela Exploraç	0,00	1.244.526,45	0,00	0,00	0,00	1.408.803,94	0,00	1.489.105,76	5,70	1.573.984,79	5,70
Transf.de Rec.do Sistema Único de Saúde – SUS	**33.822.184,61**	**31.714.564,58**	**-6,23**	**32.150.000,00**	**1,37**	**35.900.887,11**	**11,67**	**37.947.237,68**	**5,70**	**40.110.230,22**	**5,70**
Transf.de Rec.do Sistema Único de Saúde – SUS – Repas	**33.822.184,61**	**31.714.564,58**	**-6,23**	**32.150.000,00**	**1,37**	**35.900.887,11**	**11,67**	**37.947.237,68**	**5,70**	**40.110.230,22**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**7.265.999,71**	**6.874.116,42**	**-5,39**	**7.000.000,00**	**1,83**	**7.781.499,79**	**11,16**	**8.225.045,28**	**5,70**	**8.693.872,86**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos d	7.265.999,71	6.874.116,42	-5,39	7.000.000,00	1,83	7.781.499,79	11,16	8.225.045,28	5,70	8.693.872,86	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**24.950.020,84**	**22.835.622,28**	**-8,47**	**23.000.000,00**	**0,72**	**25.849.924,42**	**12,39**	**27.323.370,11**	**5,70**	**28.880.802,21**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos d	24.950.020,84	22.835.622,28	-8,47	23.000.000,00	0,72	25.849.924,42	12,39	27.323.370,11	5,70	28.880.802,21	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**1.074.695,10**	**1.438.848,76**	**33,88**	**1.600.000,00**	**11,20**	**1.628.776,80**	**1,80**	**1.721.617,08**	**5,70**	**1.819.749,25**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos d	1.074.695,10	1.438.848,76	33,88	1.600.000,00	11,20	1.628.776,80	1,80	1.721.617,08	5,70	1.819.749,25	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**471.468,96**	**552.977,12**	**17,29**	**550.000,00**	**-0,54**	**625.970,10**	**13,81**	**661.650,40**	**5,70**	**699.364,47**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos d	471.468,96	552.977,12	17,29	550.000,00	-0,54	625.970,10	13,81	661.650,40	5,70	699.364,47	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**0,00**	**13.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**14.716,00**	**0,00**	**15.554,81**	**5,70**	**16.441,43**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos d	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	14.716,00	0,00	15.554,81	5,70	16.441,43	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos d	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimer	**2.436.644,27**	**2.824.153,56**	**15,90**	**2.850.000,00**	**0,92**	**3.396.941,83**	**19,19**	**3.559.167,52**	**4,78**	**3.871.780,08**	**8,78**
Transf.do Salário-Educação	**1.835.484,42**	**2.210.521,65**	**20,43**	**2.200.000,00**	**-0,48**	**2.502.310,51**	**13,74**	**2.644.942,21**	**5,70**	**2.795.703,92**	**5,70**
Transf.do Salário-Educação - Principal	1.835.484,42	2.210.521,65	20,43	2.200.000,00	-0,48	2.502.310,51	13,74	2.644.942,21	5,70	2.795.703,92	5,70
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNA	**595.904,00**	**601.704,00**	**0,97**	**640.000,00**	**6,36**	**881.128,93**	**37,68**	**899.953,28**	**2,14**	**1.060.990,62**	**17,89**
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNAE -	595.904,00	601.704,00	0,97	640.000,00	6,36	881.128,93	37,68	899.953,28	2,14	1.060.990,62	17,89
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Es	**5.255,85**	**11.927,91**	**126,95**	**10.000,00**	**-16,16**	**13.502,39**	**35,02**	**14.272,03**	**5,70**	**15.085,54**	**5,70**
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Escola	5.255,85	11.927,91	126,95	10.000,00	-16,16	13.502,39	35,02	14.272,03	5,70	15.085,54	5,70
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de Assistência Social –	**338.087,02**	**839.297,54**	**148,25**	**629.600,00**	**-24,98**	**950.084,82**	**50,90**	**1.004.239,65**	**5,70**	**1.061.481,31**	**5,70**
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de Assistência Social –	**338.087,02**	**839.297,54**	**148,25**	**629.600,00**	**-24,98**	**950.084,82**	**50,90**	**1.004.239,65**	**5,70**	**1.061.481,31**	**5,70**
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistênci	338.087,02	839.297,54	148,25	629.600,00	-24,98	950.084,82	50,90	1.004.239,65	5,70	1.061.481,31	5,70
Transf.de Conv.da União e de Suas Entidades	**0,00**	**67.670,88**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**76.603,44**	**0,00**	**80.969,84**	**5,70**	**85.585,12**	**5,70**
Outras Transferências de Convênios da União e de Suas E	**0,00**	**67.670,88**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**76.603,44**	**0,00**	**80.969,84**	**5,70**	**85.585,12**	**5,70**
Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Enti	0,00	67.670,88	0,00	0,00	0,00	76.603,44	0,00	80.969,84	5,70	85.585,12	5,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Er	**754.276,06**	**2.352.532,67**	**211,89**	**800.000,00**	**-65,99**	**2.131.380,99**	**166,42**	**2.247.169,76**	**5,43**	**2.369.558,37**	**5,45**
Transferência Especial da União	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferência Especial da União - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementa	**0,00**	**619.262,94**	**0,00**	**800.000,00**	**29,19**	**801.005,65**	**0,13**	**840.962,97**	**4,99**	**883.197,86**	**5,02**
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar n°	0,00	619.262,94	0,00	800.000,00	29,19	801.005,65	0,13	840.962,97	4,99	883.197,86	5,02
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Er	**754.276,06**	**1.175.243,23**	**55,81**	**0,00**	**0,00**	**1.330.375,34**	**0,00**	**1.406.206,73**	**5,70**	**1.486.360,51**	**5,70**
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entida	754.276,06	1.175.243,23	55,81	0,00	0,00	1.330.375,34	0,00	1.406.206,73	5,70	1.486.360,51	5,70

Menu: LDO/"Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua	**97.493.385,49**	**110.432.689,86**	**13,27**	**115.365.000,00**	**4,47**	**126.841.553,32**	**9,95**	**138.167.679,86**	**8,93**	**154.167.079,56**	**11,58**
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	**82.194.080,93**	**92.872.524,57**	**12,99**	**108.080.000,00**	**16,37**	**113.331.697,82**	**4,86**	**123.324.204,61**	**8,82**	**134.958.284,28**	**9,43**
Cota-Parte do ICMS	**67.399.091,15**	**75.513.148,53**	**12,04**	**90.000.000,00**	**19,18**	**91.480.884,14**	**1,65**	**98.353.294,54**	**7,51**	**107.503.432,33**	**9,30**
Cota-Parte do ICMS - Principal	67.399.091,15	75.513.148,53	12,04	90.000.000,00	19,18	91.480.884,14	1,65	98.353.294,54	7,51	107.503.432,33	9,30
Cota-Parte do IPVA	**14.006.552,76**	**16.447.498,84**	**17,43**	**17.000.000,00**	**3,36**	**20.618.568,69**	**21,29**	**23.679.827,11**	**14,85**	**25.801.577,26**	**8,96**
Cota-Parte do IPVA - Principal	14.006.552,76	16.447.498,84	17,43	17.000.000,00	3,36	20.618.568,69	21,29	23.679.827,11	14,85	25.801.577,26	8,96
Cota-Parte do IPI - Municípios	**750.121,86**	**852.225,36**	**13,61**	**1.000.000,00**	**17,34**	**1.164.719,11**	**16,47**	**1.219.708,10**	**4,72**	**1.577.831,46**	**29,36**
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	750.121,86	852.225,36	13,61	1.000.000,00	17,34	1.164.719,11	16,47	1.219.708,10	4,72	1.577.831,46	29,36
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Ec	**38.315,16**	**59.651,84**	**55,69**	**80.000,00**	**34,11**	**67.525,88**	**-15,59**	**71.374,86**	**5,70**	**75.443,23**	**5,70**
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econô	38.315,16	59.651,84	55,69	80.000,00	34,11	67.525,88	-15,59	71.374,86	5,70	75.443,23	5,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**14.996.938,17**	**13.855.122,29**	**-7,61**	**7.000.000,00**	**-49,48**	**11.315.746,83**	**61,65**	**12.410.302,38**	**9,67**	**16.522.931,56**	**33,14**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**14.996.938,17**	**13.855.122,29**	**-7,61**	**7.000.000,00**	**-49,48**	**11.315.746,83**	**61,65**	**12.410.302,38**	**9,67**	**16.522.931,56**	**33,14**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	14.996.938,17	13.855.122,29	-7,61	7.000.000,00	-49,48	11.315.746,83	61,65	12.410.302,38	9,67	16.522.931,56	33,14
Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	**302.366,39**	**3.705.043,00**	**1.125,35**	**285.000,00**	**-92,31**	**2.194.108,67**	**669,86**	**2.433.172,87**	**10,90**	**2.685.863,72**	**10,39**
Transferências de Estados destinadas à Assistência Soci	**265.012,00**	**1.145.495,94**	**332,24**	**200.000,00**	**-82,54**	**1.296.701,40**	**548,35**	**1.370.613,38**	**5,70**	**1.448.738,34**	**5,70**
Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - F	265.012,00	1.145.495,94	332,24	200.000,00	-82,54	1.296.701,40	548,35	1.370.613,38	5,70	1.448.738,34	5,70
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	**0,00**	**71.234,53**	**0,00**	**85.000,00**	**19,32**	**80.637,49**	**-5,13**	**85.233,83**	**5,70**	**90.092,16**	**5,70**
Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educ	0,00	71.234,53	0,00	85.000,00	19,32	80.637,49	-5,13	85.233,83	5,70	90.092,16	5,70
Outras Transferências dos Estados e DF	**37.354,39**	**2.488.312,53**	**6.561,37**	**0,00**	**0,00**	**816.769,78**	**0,00**	**977.325,66**	**19,66**	**1.147.033,22**	**17,36**
Outras Transferências dos Estados e DF - Principal	37.354,39	2.488.312,53	6.561,37	0,00	0,00	816.769,78	0,00	977.325,66	19,66	1.147.033,22	17,36
Transferências de Instituições Privadas	**1.287.659,68**	**875.351,21**	**-32,02**	**0,00**	**0,00**	**859.718,48**	**0,00**	**908.722,43**	**5,70**	**960.519,61**	**5,70**
Transferências de Instituições Privadas	**1.287.659,68**	**875.351,21**	**-32,02**	**0,00**	**0,00**	**859.718,48**	**0,00**	**908.722,43**	**5,70**	**960.519,61**	**5,70**
Outras TransferÃªncias de InstituiÃ§Ãµes Privadas	**1.287.659,68**	**875.351,21**	**-32,02**	**0,00**	**0,00**	**859.718,48**	**0,00**	**908.722,43**	**5,70**	**960.519,61**	**5,70**
Outras TransferÃªncias de InstituiÃ§Ãµes Privadas â€“ Princip	1.287.659,68	875.351,21	-32,02	0,00	0,00	859.718,48	0,00	908.722,43	5,70	960.519,61	5,70
Transferências de Outras Instituições Públicas	**35.889.129,89**	**40.214.953,25**	**12,05**	**45.000.000,00**	**11,90**	**51.523.327,08**	**14,50**	**57.118.156,72**	**10,86**	**62.860.891,65**	**10,05**
Transferências de Recursos do FUNDEB	**35.889.129,89**	**40.214.953,25**	**12,05**	**45.000.000,00**	**11,90**	**51.523.327,08**	**14,50**	**57.118.156,72**	**10,86**	**62.860.891,65**	**10,05**
Transferências de Recursos do FUNDEB	**35.889.129,89**	**40.214.953,25**	**12,05**	**45.000.000,00**	**11,90**	**51.523.327,08**	**14,50**	**57.118.156,72**	**10,86**	**62.860.891,65**	**10,05**
Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	35.889.129,89	40.214.953,25	12,05	45.000.000,00	11,90	51.523.327,08	14,50	57.118.156,72	10,86	62.860.891,65	10,05
Demais Transferências Correntes	**25.153,79**	**2.219,95**	**-91,17**	**1.000.000,00**	**44.946,06**	**2.512,98**	**-99,75**	**2.656,22**	**5,70**	**2.807,62**	**5,70**
Transferências de Pessoas Físicas	**25.153,79**	**2.219,95**	**-91,17**	**1.000.000,00**	**44.946,06**	**2.512,98**	**-99,75**	**2.656,22**	**5,70**	**2.807,62**	**5,70**
Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Saúde	**25.153,79**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Saúde - Pr	25.153,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Pessoas Físicas	**0,00**	**2.219,95**	**0,00**	**1.000.000,00**	**44.946,06**	**2.512,98**	**-99,75**	**2.656,22**	**5,70**	**2.807,62**	**5,70**
Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal	0,00	2.219,95	0,00	1.000.000,00	44.946,06	2.512,98	-99,75	2.656,22	5,70	2.807,62	5,70
Outras Receitas Correntes	**1.238.903,25**	**4.968.822,15**	**301,07**	**5.543.500,00**	**11,57**	**4.619.103,84**	**-16,68**	**4.937.454,77**	**6,89**	**5.273.951,69**	**6,82**

Menu: LDO/"Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.G

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	860.024,87	1.637.033,26	90,35	1.510.000,00	-7,76	2.854.121,65	89,01	2.959.749,58	3,70	3.071.398,30	3,77
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	860.024,87	1.637.033,26	90,35	1.510.000,00	-7,76	2.854.121,65	89,01	2.959.749,58	3,70	3.071.398,30	3,77
Multas Previstas em Legislação Específica	817.412,60	1.622.992,84	98,55	1.500.000,00	-7,58	2.837.227,89	89,15	2.941.949,88	3,69	3.052.641,02	3,76
Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	817.412,60	1.622.992,84	98,55	1.500.000,00	-7,58	2.837.227,89	89,15	2.941.949,88	3,69	3.052.641,02	3,76
Multas por Danos Ambientais	41.239,25	14.040,42	-65,95	5.000,00	-64,39	15.893,76	217,88	16.799,70	5,70	17.757,28	5,70
Multas Administrativas por Danos Ambientais	41.239,25	14.040,42	-65,95	5.000,00	-64,39	15.893,76	217,88	16.799,70	5,70	17.757,28	5,70
Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	41.239,25	14.040,42	-65,95	5.000,00	-64,39	15.893,76	217,88	16.799,70	5,70	17.757,28	5,70
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	1.373,02	0,00	0,00	5.000,00	0,00	1.000,00	-80,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	1.373,02	0,00	0,00	5.000,00	0,00	1.000,00	-80,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	113.929,01	2.676.601,41	2.249,36	3.403.500,00	27,16	1.018.864,14	-70,06	1.190.768,40	16,87	1.372.471,20	15,26
Indenizações	0,00	458,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Indenizações	0,00	458,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Indenizações - Principal	0,00	458,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	113.929,01	2.676.143,16	2.248,96	3.403.500,00	27,18	1.018.864,14	-70,06	1.190.768,40	16,87	1.372.471,20	15,26
Restituição de Convênios	5.733,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituição de Convênios - Primárias	5.733,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituição de Convênios - Primárias - Principal	5.733,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituição de Convênios - Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituição de Convênios - Financeiras - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Restituições	108.195,61	2.676.143,16	2.373,43	3.403.500,00	27,18	1.018.864,14	-70,06	1.190.768,40	16,87	1.372.471,20	15,26
Outras Restituições - Principal	108.195,61	2.676.143,16	2.373,43	3.403.500,00	27,18	1.018.864,14	-70,06	1.190.768,40	16,87	1.372.471,20	15,26
Demais Receitas Correntes	264.949,37	655.187,48	147,29	630.000,00	-3,84	746.118,05	18,43	786.936,79	5,47	830.082,19	5,48
Outras Receitas Correntes	264.949,37	655.187,48	147,29	630.000,00	-3,84	746.118,05	18,43	786.936,79	5,47	830.082,19	5,48
Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receita	59.223,36	170.700,30	188,23	120.000,00	-29,70	193.232,74	61,03	204.247,01	5,70	215.889,09	5,70
Ônus de Sucumbência	59.223,36	170.700,30	188,23	120.000,00	-29,70	193.232,74	61,03	204.247,01	5,70	215.889,09	5,70
Ônus de Sucumbência - Principal	59.223,36	170.700,30	188,23	120.000,00	-29,70	193.232,74	61,03	204.247,01	5,70	215.889,09	5,70
Outras Receitas	205.726,01	484.487,18	135,50	510.000,00	5,27	552.885,31	8,41	582.689,78	5,39	614.193,10	5,41
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela F	205.726,01	484.487,18	135,50	10.000,00	-97,94	522.885,31	5.128,85	552.689,78	5,70	584.193,10	5,70
Outras Receit.Não Arrec.e Não Projet.pela RFB - Primárias -	193.592,63	476.229,85	146,00	0,00	0,00	513.538,01	0,00	542.809,68	5,70	573.749,83	5,70
Outras Receit.Não Arrec.e Não Projet.pela RFB - Primárias -	12.133,38	8.257,33	-31,95	10.000,00	21,10	9.347,30	-6,53	9.880,10	5,70	10.443,27	5,70
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela F	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	30.000,00	-94,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00
Outras Receit.Não Arrec.e Não Projet.pela RFB - Financeiras	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	30.000,00	-94,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00
Receitas de Capital	9.439.734,55	15.289.200,87	61,97	17.500.000,00	14,46	16.231.467,38	-7,25	13.245.761,02	-18,39	14.000.769,41	5,70
Operações de Crédito	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	5.000.000,00	-4,81	4.946.235,23	-1,08	3.785.170,64	-23,47	4.143.425,37	9,46
Operações de Crédito - Mercado Interno	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	5.000.000,00	-4,81	4.946.235,23	-1,08	3.785.170,64	-23,47	4.143.425,37	9,46

Menu: LDO/"Relatórios"

Câmara Municipal

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	500.000,00	-50,00	500.000,00	0,00
Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	500.000,00	-50,00	500.000,00	0,00
Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde - Prir	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	500.000,00	-50,00	500.000,00	0,00
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	4.000.000,00	-23,85	3.946.235,23	-1,34	3.285.170,64	-16,75	3.643.425,37	10,91
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	4.000.000,00	-23,85	3.946.235,23	-1,34	3.285.170,64	-16,75	3.643.425,37	10,91
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	4.000.000,00	-23,85	3.946.235,23	-1,34	3.285.170,64	-16,75	3.643.425,37	10,91
Alienação de Bens	0,00	868.630,00	0,00	3.200.000,00	268,40	3.950.461,16	23,45	2.004.637,45	-49,26	2.061.901,79	2,86
Alienação de Bens Móveis	0,00	215.585,00	0,00	200.000,00	-7,23	3.211.214,22	1.505,61	1.223.253,43	-61,91	1.235.978,88	1,04
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	215.585,00	0,00	200.000,00	-7,23	3.211.214,22	1.505,61	1.223.253,43	-61,91	1.235.978,88	1,04
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	215.585,00	0,00	200.000,00	-7,23	3.211.214,22	1.505,61	1.223.253,43	-61,91	1.235.978,88	1,04
Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	0,00	215.585,00	0,00	200.000,00	-7,23	3.211.214,22	1.505,61	1.223.253,43	-61,91	1.235.978,88	1,04
Alienação de Bens Imóveis	0,00	653.045,00	0,00	3.000.000,00	359,39	739.246,94	-75,36	781.384,02	5,70	825.922,91	5,70
Alienação de Bens Imóveis	0,00	653.045,00	0,00	3.000.000,00	359,39	739.246,94	-75,36	781.384,02	5,70	825.922,91	5,70
Alienação de Bens Imóveis	0,00	653.045,00	0,00	3.000.000,00	359,39	739.246,94	-75,36	781.384,02	5,70	825.922,91	5,70
Alienação de Bens Imóveis - Principal	0,00	653.045,00	0,00	3.000.000,00	359,39	739.246,94	-75,36	781.384,02	5,70	825.922,91	5,70
Transferências de Capital	2.690.552,77	9.167.712,89	240,74	9.300.000,00	1,44	7.334.770,99	-21,13	7.455.952,93	1,65	7.795.442,25	4,55
Transferências da União e de suas Entidades	295.552,77	1.623.330,59	449,25	8.300.000,00	411,29	3.037.610,23	-63,40	2.942.354,01	-3,14	3.053.068,19	3,76
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde -	149.995,00	199.686,00	33,13	0,00	0,00	226.044,55	0,00	238.929,09	5,70	252.548,05	5,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	0,00	199.686,00	0,00	0,00	0,00	226.044,55	0,00	238.929,09	5,70	252.548,05	5,70
Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da	0,00	199.686,00	0,00	0,00	0,00	226.044,55	0,00	238.929,09	5,70	252.548,05	5,70
Transf.de Rec do Bloco de Estrut da Rede de Serv Públicos de	0,00	199.686,00	0,00	0,00	0,00	226.044,55	0,00	238.929,09	5,70	252.548,05	5,70
Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de S	149.995,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saú	149.995,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desen	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	200.000,00	-60,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	200.000,00	-60,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Programa Nacional de Reestruturaç	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	200.000,00	-60,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf para o Prog Nacional de Reest e Aquis de Equip para E	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	200.000,00	-60,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assist	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	56.600,00	0,00	59.826,20	5,70	63.236,29	5,70
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assist	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	56.600,00	0,00	59.826,20	5,70	63.236,29	5,70
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	56.600,00	0,00	59.826,20	5,70	63.236,29	5,70
Transferências de Convênios da União e de suas Entidade	0,00	1.273.644,59	0,00	7.500.000,00	488,86	2.441.765,68	-67,44	2.523.946,32	3,37	2.610.811,26	3,44
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Programa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	0,00	795.812,48	0,00	6.500.000,00	716,78	900.859,73	-86,14	952.208,73	5,70	1.006.484,63	5,70
Transferências de Convênios da União destinadas a Programa	0,00	795.812,48	0,00	6.500.000,00	716,78	900.859,73	-86,14	952.208,73	5,70	1.006.484,63	5,70

Menu: LDO/"Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	0,00	477.832,11	0,00	1.000.000,00	109,28	1.540.905,95	54,09	1.571.737,59	2,00	1.604.326,63	2,07
Transf.de Convênios da União destinadas a Programas de Infr	0,00	477.832,11	0,00	1.000.000,00	109,28	1.540.905,95	54,09	1.571.737,59	2,00	1.604.326,63	2,07
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Er	145.557,77	100.000,00	-31,30	300.000,00	200,00	113.200,00	-62,27	119.652,40	5,70	126.472,59	5,70
TransferÃªncia Especial da UniÃ£o	0,00	100.000,00	0,00	300.000,00	200,00	113.200,00	-62,27	119.652,40	5,70	126.472,59	5,70
TransferÃªncia Especial da UniÃ£o - Principal	0,00	100.000,00	0,00	300.000,00	200,00	113.200,00	-62,27	119.652,40	5,70	126.472,59	5,70
Outras Transferências De Recursos da União e de suas Er	145.557,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências De Recursos da União e de suas Entid.	145.557,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua	2.200.000,00	7.544.382,30	242,93	1.000.000,00	-86,75	4.297.160,76	329,72	4.513.598,92	5,04	4.742.374,06	5,07
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	150.000,00	1.609.923,88	973,28	0,00	0,00	1.822.433,83	0,00	1.926.312,56	5,70	2.036.112,38	5,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	150.000,00	1.609.923,88	973,28	0,00	0,00	1.822.433,83	0,00	1.926.312,56	5,70	2.036.112,38	5,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	150.000,00	1.609.923,88	973,28	0,00	0,00	1.822.433,83	0,00	1.926.312,56	5,70	2.036.112,38	5,70
Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas	0,00	1.744.458,42	0,00	500.000,00	-71,34	1.974.726,93	294,95	2.087.286,36	5,70	2.206.261,68	5,70
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a P	0,00	1.394.458,42	0,00	500.000,00	-64,14	1.578.526,93	215,71	1.668.502,96	5,70	1.763.607,63	5,70
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Progr	0,00	1.394.458,42	0,00	500.000,00	-64,14	1.578.526,93	215,71	1.668.502,96	5,70	1.763.607,63	5,70
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e d	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	396.200,00	0,00	418.783,40	5,70	442.654,05	5,70
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de S	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	396.200,00	0,00	418.783,40	5,70	442.654,05	5,70
Outras Transferências de Recursos dos Estados	2.050.000,00	4.190.000,00	104,39	500.000,00	-88,07	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00
Outras Transferências de Recursos dos Estados	2.050.000,00	4.190.000,00	104,39	500.000,00	-88,07	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00
Outras Transferências de Recursos dos Estados - Principal	2.050.000,00	4.190.000,00	104,39	500.000,00	-88,07	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	195.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	195.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	195.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital - Principal	195.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Câmara Municipal de J. Monlevade
174

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
CORRENTE INTRAORÇAMENTÁRIA	**520.296,21**	**819.574,50**	**57,52**	**890.000,00**	**8,59**	**965.500,00**	**8,48**	**1.050.500,00**	**8,80**	**1.085.500,00**	**3,33**
Receitas Correntes	**520.296,21**	**819.574,50**	**57,52**	**890.000,00**	**8,59**	**965.500,00**	**8,48**	**1.050.500,00**	**8,80**	**1.085.500,00**	**3,33**
Receita de Serviços	**520.296,21**	**819.574,50**	**57,52**	**890.000,00**	**8,59**	**965.500,00**	**8,48**	**1.050.500,00**	**8,80**	**1.085.500,00**	**3,33**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**520.296,21**	**819.574,50**	**57,52**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**520.296,21**	**819.574,50**	**57,52**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**520.296,21**	**819.574,50**	**57,52**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	520.296,21	819.534,27	57,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	0,00	40,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**890.000,00**	**0,00**	**965.500,00**	**8,48**	**1.050.500,00**	**8,80**	**1.085.500,00**	**3,33**
Outros Serviços	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**890.000,00**	**0,00**	**965.500,00**	**8,48**	**1.050.500,00**	**8,80**	**1.085.500,00**	**3,33**
Receita de Serviços Sujeitos à Regulação	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**890.000,00**	**0,00**	**965.500,00**	**8,48**	**1.050.500,00**	**8,80**	**1.085.500,00**	**3,33**
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**685.000,00**	**0,00**	**755.500,00**	**10,29**	**830.500,00**	**9,93**	**855.500,00**	**3,01**
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - F	0,00	0,00	0,00	685.000,00	0,00	720.000,00	5,11	790.000,00	9,72	810.000,00	2,53
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	35.000,00	16,67	40.000,00	14,29
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**205.000,00**	**0,00**	**210.000,00**	**2,44**	**220.000,00**	**4,76**	**230.000,00**	**4,55**
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário - Pr	0,00	0,00	0,00	205.000,00	0,00	210.000,00	2,44	220.000,00	4,76	230.000,00	4,55

Câmara Municipal de J. Monlevade
175

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
DEDUÇÃO FUNDEB	(26.255.453,65)	(30.915.780,90)	17,75	(37.602.000,00)	21,63	(36.270.326,78)	-3,54	(38.857.935,42)	7,13	(40.958.837,74)	5,41
Receitas Correntes	(26.255.453,65)	(30.915.780,90)	17,75	(37.602.000,00)	21,63	(36.270.326,78)	-3,54	(38.857.935,42)	7,13	(40.958.837,74)	5,41
Transferências Correntes	(26.255.453,65)	(30.915.780,90)	17,75	(37.602.000,00)	21,63	(36.270.326,78)	-3,54	(38.857.935,42)	7,13	(40.958.837,74)	5,41
Transferências da União e de suas Entidades	(9.824.302,20)	(12.353.227,85)	25,74	(16.002.000,00)	29,54	(13.857.516,73)	-13,40	(14.647.395,19)	5,70	(15.482.296,72)	5,70
Transferências Decorrentes da Participação na Receita da	(9.824.302,20)	(12.241.622,55)	24,61	(16.002.000,00)	30,72	(13.857.516,73)	-13,40	(14.647.395,19)	5,70	(15.482.296,72)	5,70
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPI	(9.823.937,05)	(12.241.273,91)	24,61	(16.000.000,00)	30,71	(13.857.122,07)	-13,39	(14.646.978,03)	5,70	(15.481.855,78)	5,70
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	(9.823.937,05)	(12.241.273,91)	24,61	(16.000.000,00)	30,71	(13.857.122,07)	-13,39	(14.646.978,03)	5,70	(15.481.855,78)	5,70
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota M	(9.823.937,05)	(12.241.273,91)	24,61	(16.000.000,00)	30,71	(13.857.122,07)	-13,39	(14.646.978,03)	5,70	(15.481.855,78)	5,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	(365,15)	(348,64)	-4,52	(2.000,00)	473,66	(394,66)	-80,27	(417,16)	5,70	(440,94)	5,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural -	(365,15)	(348,64)	-4,52	(2.000,00)	473,66	(394,66)	-80,27	(417,16)	5,70	(440,94)	5,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Er	0,00	(111.605,30)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua	(16.431.151,45)	(18.562.553,05)	12,97	(21.600.000,00)	16,36	(22.412.810,05)	3,76	(24.210.540,23)	8,02	(25.476.541,02)	5,23
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	(16.431.151,45)	(18.562.553,05)	12,97	(21.600.000,00)	16,36	(22.412.810,05)	3,76	(24.210.540,23)	8,02	(25.476.541,02)	5,23
Cota-Parte do ICMS	(13.479.817,84)	(15.102.609,39)	12,04	(18.000.000,00)	19,18	(18.096.153,83)	0,53	(19.070.634,60)	5,39	(20.100.660,77)	5,40
Cota-Parte do ICMS - Principal	(13.479.817,84)	(15.102.609,39)	12,04	(18.000.000,00)	19,18	(18.096.153,83)	0,53	(19.070.634,60)	5,39	(20.100.660,77)	5,40
Cota-Parte do IPVA	(2.801.309,24)	(3.289.498,58)	17,43	(3.400.000,00)	3,36	(4.123.712,39)	21,29	(4.935.964,00)	19,70	(5.160.313,95)	4,55
Cota-Parte do IPVA - Principal	(2.801.309,24)	(3.289.498,58)	17,43	(3.400.000,00)	3,36	(4.123.712,39)	21,29	(4.935.964,00)	19,70	(5.160.313,95)	4,55
Cota-Parte do IPI - Municípios	(150.024,37)	(170.445,08)	13,61	(200.000,00)	17,34	(192.943,83)	-3,53	(203.941,63)	5,70	(215.566,30)	5,70
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	(150.024,37)	(170.445,08)	13,61	(200.000,00)	17,34	(192.943,83)	-3,53	(203.941,63)	5,70	(215.566,30)	5,70
TOTAL DA RECEITA	280.011.633,79	346.701.481,50	23,82	400.000.000,00	15,37	435.000.000,00	8,75	465.000.000,00	6,90	500.000.000,00	7,53

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pöblicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2023 , às 11:42:45

Câmara Municipal de João Monlevade

Menu/ LDO/"Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
DESPESAS CORRENTES	**237.033.944,68**	**304.225.564,00**	**28,35**	**347.279.140,00**	**14,15**	**384.160.990,23**	**10,62**	**411.279.870,67**	**7,06**	**443.290.894,34**	**7,78**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	122.538.298,50	153.701.306,27	25,43	179.169.775,00	16,57	198.296.683,49	10,68	212.039.069,03	6,93	230.162.797,55	8,55
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS CONTRAT	529.978,82	512.751,95	-3,25	723.100,00	41,02	580.435,21	-19,73	613.520,02	5,70	648.490,66	5,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	529.978,82	512.751,95	-3,25	723.100,00	41,02	580.435,21	-19,73	613.520,02	5,70	648.490,66	5,70
APLICAÇÕES DIRETAS	122.008.319,68	153.188.554,32	25,56	178.446.675,00	16,49	197.716.248,28	10,80	211.425.549,01	6,93	229.514.306,89	8,56
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	1.368.269,78	1.530.596,42	0,00	1.676.528,00	9,53	1.797.920,15	7,24	1.940.671,27	7,94	2.097.599,65	8,09
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	13.554.020,83	16.290.611,17	20,19	7.458.500,00	-54,22	19.392.651,55	160,01	21.971.740,76	13,30	27.164.809,21	23,64
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	73.393.831,34	97.884.408,98	33,37	124.348.247,00	27,04	132.717.157,02	6,73	140.887.464,97	6,16	150.585.589,57	6,88
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	25.180.952,81	31.172.947,83	23,80	37.021.000,00	18,76	36.573.952,15	-1,21	38.952.873,01	6,50	41.533.540,92	6,63
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS -PESSOAL CIVIL	1.974.994,31	2.493.639,03	26,28	3.578.500,00	43,51	2.837.799,38	-20,70	3.001.698,94	5,78	3.174.769,78	5,77
SENTENÇAS JUDICIAIS	2.657.198,23	3.233.109,63	21,67	3.913.000,00	21,03	3.765.814,03	-3,76	3.986.060,43	5,85	4.228.005,87	6,07
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.879.052,38	583.241,28	-84,96	450.400,00	-22,78	630.954,00	40,09	685.039,63	8,57	729.991,89	6,56
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.072.087,46	2.677.785,09	149,77	3.000.000,00	12,03	4.031.252,72	34,38	4.504.034,12	11,73	4.386.664,06	-2,61
APLICAÇÕES DIRETAS	1.072.087,46	2.677.785,09	149,77	3.000.000,00	12,03	4.031.252,72	34,38	4.504.034,12	11,73	4.386.664,06	-2,61
JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	1.072.087,46	2.677.785,09	149,77	3.000.000,00	12,03	4.031.252,72	34,38	4.504.034,12	11,73	4.386.664,06	-2,61
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	113.423.556,72	147.846.472,64	30,35	165.109.365,00	11,68	181.833.054,02	10,13	194.736.767,52	7,10	208.741.432,73	7,19
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	207.341,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	207.341,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	223.013,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	223.013,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS	14.522.590,64	15.617.221,80	7,54	4.985.000,00	-68,08	17.729.275,62	255,65	17.738.004,33	0,05	18.803.945,58	6,01
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	0,00	61.324,61	0,00	116.000,00	89,16	120.000,00	3,45	125.000,00	4,17	130.000,00	4,00
CONTRIBUIÇÕES	1.138.428,67	1.423.323,58	25,03	1.805.000,00	26,82	1.611.202,29	-10,74	1.703.040,82	5,70	1.800.114,15	5,70
SUBVENÇÕES SOCIAIS	13.384.161,97	14.132.573,61	5,59	3.064.000,00	-78,32	15.998.073,33	422,13	15.909.963,51	-0,55	16.873.831,43	6,06
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS	2.100.000,00	6.009.542,30	186,17	5.000.000,00	-16,80	6.802.801,88	36,06	6.900.000,00	1,43	7.200.423,60	4,35
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	2.100.000,00	6.009.542,30	186,17	5.000.000,00	-16,80	6.802.801,88	36,06	6.900.000,00	1,43	7.200.423,60	4,35
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTI	237.102,84	313.632,88	32,28	462.100,00	47,34	355.032,42	-23,17	375.269,27	5,70	396.659,62	5,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	237.102,84	313.632,88	32,28	462.100,00	47,34	355.032,42	-23,17	375.269,27	5,70	396.659,62	5,70
APLICAÇÕES DIRETAS	92.623.761,00	120.538.010,97	30,14	149.397.265,00	23,94	150.849.398,79	0,97	163.262.115,53	8,23	175.495.391,97	7,49
DIÁRIAS -PESSOAL CIVIL	140.091,67	219.621,71	56,77	230.400,00	4,91	259.437,92	12,60	277.230,88	6,86	295.753,04	6,68
MATERIAL DE CONSUMO	11.392.437,60	11.543.997,35	1,33	14.028.680,00	21,52	14.730.620,89	5,00	16.779.766,28	13,91	17.845.652,96	6,35
PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, D	33.250,92	36.513,58	9,81	162.000,00	398,44	58.682,14	-67,76	65.317,02	11,31	72.045,09	10,30
Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	2.337.157,33	3.143.834,18	34,52	2.485.000,00	-20,96	3.574.921,93	43,86	3.779.666,48	5,73	3.993.967,47	5,72
Passagens e Despesas com Locomoção	1.337,82	1.046,80	-21,60	21.600,00	1.959,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Menu: LDO/"Relatórios"

Câmara Municipal

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE C	472.866,95	512.470,82	8,38	600.000,00	17,08	580.116,97	-3,31	613.183,64	5,70	648.135,11	5,70
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	207.158,20	304.692,90	47,08	1.217.000,00	299,42	384.135,41	-68,44	427.461,13	11,28	461.587,55	7,98
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA FÍSICA	1.566.434,27	2.253.372,01	43,85	3.255.580,00	44,48	2.408.284,93	-26,03	2.552.707,17	6,00	2.704.791,48	5,96
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	64.284.663,38	81.929.815,79	27,45	105.326.680,00	28,56	105.818.607,05	0,47	114.195.294,65	7,92	123.295.861,30	7,97
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUN	964.513,02	1.711.995,65	77,50	2.210.000,00	29,09	1.860.710,37	-15,80	1.966.770,86	5,70	2.078.876,80	5,70
SUBVENÇÕES SOCIAIS	0,00	137.563,00	0,00	0,00	0,00	155.721,32	0,00	164.597,44	5,70	173.979,49	5,70
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	6.098.331,48	10.464.506,47	71,60	13.405.925,00	28,11	11.914.035,64	-11,13	12.804.835,67	7,48	13.738.171,30	7,29
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.681.678,02	3.313.453,70	23,56	3.321.300,00	0,24	3.819.947,65	15,01	4.044.884,67	5,89	4.270.933,10	5,59
OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	208.025,81	1.773.507,10	752,54	270.000,00	-84,78	2.007.610,04	643,56	2.122.043,81	5,70	2.243.000,31	5,70
AUXÍLIO-TRANSPORTE	944.388,33	1.189.014,64	25,90	1.705.000,00	43,40	1.149.803,84	-32,56	1.216.772,66	5,82	1.287.444,70	5,81
Sentenças Judiciais	785.893,95	1.073.618,28	36,61	826.000,00	-23,06	1.198.631,33	45,11	1.266.953,32	5,70	1.339.169,66	5,70
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.846,12	239,70	-93,77	6.000,00	2.403,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	501.686,13	928.745,29	85,12	305.500,00	-67,11	928.131,36	203,81	984.609,85	6,09	1.044.022,61	6,03
APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTR	591.248,75	814.250,57	37,72	890.000,00	9,30	926.303,01	4,08	980.682,28	5,87	1.037.876,17	5,83
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	591.248,75	814.250,57	37,72	890.000,00	9,30	926.303,01	4,08	980.682,28	5,87	1.037.876,17	5,83
APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE OPERAÇÃO DE ÓRGÃ	2.918.500,44	4.553.814,12	56,03	4.375.000,00	-3,93	5.170.242,30	18,18	5.480.696,11	6,00	5.807.135,79	5,96
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.918.500,44	4.553.814,12	56,03	4.375.000,00	-3,93	5.170.242,30	18,18	5.480.696,11	6,00	5.807.135,79	5,96
DESPESAS DE CAPITAL	**19.807.151,65**	**37.924.612,87**	**91,47**	**48.720.860,00**	**28,47**	**50.839.009,77**	**4,35**	**53.720.129,33**	**5,67**	**56.709.105,71**	**5,56**
INVESTIMENTOS	17.591.141,47	34.676.694,54	97,13	45.220.860,00	30,41	47.162.366,22	4,29	49.833.917,10	5,66	52.601.379,38	5,55
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTI	22.916,40	747.473,51	3.161,74	49.100,00	-93,43	846.140,01	1.623,30	894.369,99	5,70	945.349,08	5,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	22.916,40	747.473,51	3.161,74	49.100,00	-93,43	846.140,01	1.623,30	894.369,99	5,70	945.349,08	5,70
APLICAÇÕES DIRETAS	17.568.225,07	33.929.221,03	93,13	45.171.760,00	33,14	46.316.226,21	2,53	48.939.547,11	5,66	51.656.030,30	5,55
MATERIAL DE CONSUMO	171.683,12	764.851,65	345,50	209.000,00	-72,67	41.799,07	-80,00	44.611,62	6,73	48.527,48	8,78
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	18.215,32	84.823,28	365,67	59.000,00	-30,44	276.019,95	367,83	321.493,09	16,47	407.278,20	26,68
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRAS E INSTALAÇÕES	10.810.395,08	26.678.963,47	146,79	40.395.000,00	51,41	39.167.080,12	-3,04	41.513.003,69	5,99	43.671.344,90	5,20
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.514.875,21	6.190.684,71	76,13	4.506.760,00	-27,20	6.591.722,62	46,26	6.807.290,81	3,27	7.261.416,39	6,67
Aquisição de Imóveis	2.425.290,50	0,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	627.765,84	209.897,92	-66,56	0,00	0,00	237.604,45	0,00	251.147,90	5,70	265.463,33	5,70
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.216.010,18	3.247.918,33	46,57	3.500.000,00	7,76	3.676.643,55	5,05	3.886.212,23	5,70	4.107.726,33	5,70
APLICAÇÕES DIRETAS	2.216.010,18	3.247.918,33	46,57	3.500.000,00	7,76	3.676.643,55	5,05	3.886.212,23	5,70	4.107.726,33	5,70
PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	2.216.010,18	3.247.918,33	46,57	3.500.000,00	7,76	3.676.643,55	5,05	3.886.212,23	5,70	4.107.726,33	5,70

Menu: LDO "Relatórios"

Câmara Municipal de João Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DESPESA	**256.841.096,33**	**342.150.176,87**	**33,21**	**400.000.000,00**	**16,91**	**435.000.000,00**	**8,75**	**465.000.000,00**	**6,90**	**500.000.000,05**	**7,53**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pöblicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2023 , às 11:45:21

Câmara Municipal - João Monlevade
179

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
ARRECADADORA	**315.062.583,48**	**387.751.465,74**	**83,84**	**436.712.000,00**	**27,01**	**470.304.826,78**	**1,07**	**502.807.435,42**	**-10,57**	**539.873.337,74**	**13,12**
Receitas Correntes	**305.622.848,93**	**372.462.264,87**	**21,87**	**419.212.000,00**	**12,55**	**454.073.359,40**	**8,32**	**489.561.674,40**	**7,82**	**525.872.568,33**	**7,42**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**43.189.426,42**	**59.963.714,87**	**38,84**	**75.783.400,00**	**26,38**	**74.955.181,71**	**-1,09**	**81.444.956,57**	**8,66**	**84.247.380,64**	**3,44**
Impostos	**41.989.721,58**	**58.298.363,01**	**38,84**	**74.257.000,00**	**27,37**	**73.099.419,21**	**-1,56**	**79.483.086,10**	**8,73**	**82.173.968,41**	**3,39**
Impostos sobre o Patrimônio	**4.294.826,15**	**17.314.255,61**	**303,14**	**20.866.000,00**	**20,51**	**22.705.409,63**	**8,82**	**24.444.617,98**	**7,66**	**25.340.307,61**	**3,66**
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	**1.199.745,90**	**13.377.594,99**	**1.015,04**	**15.865.000,00**	**18,59**	**17.249.109,81**	**8,72**	**18.734.309,07**	**8,61**	**19.361.511,09**	**3,35**
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	**0,00**	**10.507.356,64**	**0,00**	**13.000.000,00**	**23,72**	**14.000.000,00**	**7,69**	**15.300.000,00**	**9,29**	**15.730.000,00**	**2,81**
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Prir	0,00	0,00	0,00	13.000.000,00	0,00	14.000.000,00	7,69	15.300.000,00	9,29	15.730.000,00	2,81
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Mul	49.423,61	55.294,31	11,88	65.000,00	17,55	62.593,16	-3,70	66.160,97	5,70	71.378,55	7,89
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Div	839.754,58	2.114.616,23	151,81	2.000.000,00	-5,42	2.393.745,57	19,69	2.530.189,07	5,70	2.674.409,85	5,70
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Mul	310.567,71	700.327,81	125,50	800.000,00	14,23	792.771,08	-0,90	837.959,03	5,70	885.722,69	5,70
Impostos sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis	**3.095.080,25**	**3.936.660,62**	**27,19**	**5.001.000,00**	**27,04**	**5.456.299,82**	**9,10**	**5.710.308,91**	**4,66**	**5.978.796,52**	**4,70**
Impost.sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direit.Re	3.095.080,25	3.936.660,62	27,19	5.000.000,00	27,01	5.456.299,82	9,13	5.710.308,91	4,66	5.978.796,52	4,70
Impost.sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direit.Re	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Naturez	**5.388.266,00**	**7.905.498,25**	**46,72**	**8.056.000,00**	**1,90**	**10.949.024,02**	**35,91**	**11.459.118,39**	**4,66**	**12.998.288,13**	**13,43**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	**5.388.266,00**	**7.905.498,25**	**46,72**	**8.056.000,00**	**1,90**	**10.949.024,02**	**35,91**	**11.459.118,39**	**4,66**	**12.998.288,13**	**13,43**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	**5.337.800,87**	**7.849.904,84**	**47,06**	**8.000.000,00**	**1,91**	**10.886.092,28**	**36,08**	**11.392.599,54**	**4,65**	**12.927.977,71**	**13,48**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principa	5.337.800,87	7.849.904,84	47,06	8.000.000,00	1,91	10.886.092,28	36,08	11.392.599,54	4,65	12.927.977,71	13,48
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendim	**50.465,13**	**55.593,41**	**10,16**	**56.000,00**	**0,73**	**62.931,74**	**12,38**	**66.518,85**	**5,70**	**70.310,42**	**5,70**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimento	50.465,13	55.593,41	10,16	56.000,00	0,73	62.931,74	12,38	66.518,85	5,70	70.310,42	5,70
Impostos sobre a Produção e Circulação de Mercadorias e	**22.990.837,18**	**33.078.609,15**	**43,88**	**45.335.000,00**	**37,05**	**39.444.985,56**	**-12,99**	**43.579.349,73**	**10,48**	**43.835.372,67**	**0,59**
Impostos sobre Serviços	**22.990.837,18**	**33.078.609,15**	**43,88**	**45.335.000,00**	**37,05**	**39.444.985,56**	**-12,99**	**43.579.349,73**	**10,48**	**43.835.372,67**	**0,59**
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	**22.990.837,18**	**33.078.609,15**	**43,88**	**45.335.000,00**	**37,05**	**39.444.985,56**	**-12,99**	**43.579.349,73**	**10,48**	**43.835.372,67**	**0,59**
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Princ	22.753.935,08	32.585.845,65	43,21	45.000.000,00	38,10	38.887.177,28	-13,58	42.989.746,38	10,55	43.212.161,92	0,52
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multa	1.663,98	4.854,84	191,76	5.000,00	2,99	5.495,68	9,91	5.808,93	5,70	6.140,04	5,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Divid	176.490,75	356.158,81	101,80	230.000,00	-35,42	403.171,77	75,29	426.152,56	5,70	450.443,26	5,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multa	58.747,37	131.749,85	124,27	100.000,00	-24,10	149.140,83	49,14	157.641,86	5,70	166.627,45	5,70
Taxas	**1.199.704,84**	**1.665.351,86**	**38,81**	**1.526.400,00**	**-8,34**	**1.855.762,50**	**21,58**	**1.961.870,47**	**5,72**	**2.073.412,23**	**5,69**
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	**204.379,58**	**295.264,65**	**44,47**	**326.400,00**	**10,54**	**340.000,67**	**4,17**	**359.710,21**	**5,80**	**379.928,84**	**5,62**
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	**203.453,27**	**294.611,90**	**44,81**	**275.000,00**	**-6,66**	**333.500,67**	**21,27**	**352.510,21**	**5,70**	**372.603,29**	**5,70**
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	159.286,97	220.618,83	38,50	220.000,00	-0,28	249.740,52	13,52	263.975,73	5,70	279.022,35	5,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros d	805,34	3.216,02	299,34	5.000,00	55,47	3.640,53	-27,19	3.848,04	5,70	4.067,38	5,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	31.969,74	55.869,81	74,76	35.000,00	-37,35	63.244,62	80,70	66.849,56	5,70	70.659,98	5,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Juros de Mora da	11.391,22	14.907,24	30,87	15.000,00	0,62	16.875,00	12,50	17.836,88	5,70	18.853,58	5,70
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	**926,31**	**652,75**	**-29,53**	**51.400,00**	**7.774,38**	**6.500,00**	**-87,35**	**7.200,00**	**10,77**	**7.325,55**	**1,74**

Menu: LDO "Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	926,31	652,75	-29,53	50.000,00	7.559,90	5.000,00	-90,00	5.700,00	14,00	5.825,55	2,20
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multas e Juros d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multas e Juros d	0,00	0,00	0,00	900,00	0,00	500,00	-44,44	500,00	0,00	500,00	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços	**995.325,26**	**1.370.087,21**	**37,65**	**1.200.000,00**	**-12,41**	**1.515.761,83**	**26,31**	**1.602.160,26**	**5,70**	**1.693.483,39**	**5,70**
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral	**995.325,26**	**1.370.087,21**	**37,65**	**1.200.000,00**	**-12,41**	**1.515.761,83**	**26,31**	**1.602.160,26**	**5,70**	**1.693.483,39**	**5,70**
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	877.158,63	1.097.177,79	25,08	1.000.000,00	-8,86	1.206.828,37	20,68	1.275.617,59	5,70	1.348.327,79	5,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros d	6.036,14	9.184,42	52,16	8.000,00	-12,90	10.396,76	29,96	10.989,38	5,70	11.615,77	5,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa	81.609,67	190.107,85	132,95	150.000,00	-21,10	215.202,09	43,47	227.468,61	5,70	240.434,32	5,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros d	30.520,82	73.617,15	141,20	42.000,00	-42,95	83.334,61	98,42	88.084,68	5,70	93.105,51	5,70
Contribuições	**6.716.041,84**	**7.277.979,59**	**8,37**	**8.000.000,00**	**9,92**	**8.238.672,90**	**2,98**	**8.708.277,26**	**5,70**	**9.204.649,06**	**5,70**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Púb	**6.716.041,84**	**7.277.979,59**	**8,37**	**8.000.000,00**	**9,92**	**8.238.672,90**	**2,98**	**8.708.277,26**	**5,70**	**9.204.649,06**	**5,70**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Púb	**6.716.041,84**	**7.277.979,59**	**8,37**	**8.000.000,00**	**9,92**	**8.238.672,90**	**2,98**	**8.708.277,26**	**5,70**	**9.204.649,06**	**5,70**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Púb	**6.716.041,84**	**7.277.979,59**	**8,37**	**8.000.000,00**	**9,92**	**8.238.672,90**	**2,98**	**8.708.277,26**	**5,70**	**9.204.649,06**	**5,70**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública -	6.716.041,84	7.277.979,59	8,37	8.000.000,00	9,92	8.238.672,90	2,98	8.708.277,26	5,70	9.204.649,06	5,70
Receita Patrimonial	**2.259.605,65**	**12.546.243,30**	**455,24**	**7.919.000,00**	**-36,88**	**13.851.716,05**	**74,92**	**14.659.837,86**	**5,83**	**15.502.255,62**	**5,75**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	**60.472,50**	**17.310,03**	**-71,38**	**0,00**	**0,00**	**19.594,95**	**0,00**	**20.711,86**	**5,70**	**21.892,44**	**5,70**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	**60.472,50**	**17.310,03**	**-71,38**	**0,00**	**0,00**	**19.594,95**	**0,00**	**20.711,86**	**5,70**	**21.892,44**	**5,70**
Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito	**60.472,50**	**17.310,03**	**-71,38**	**0,00**	**0,00**	**19.594,95**	**0,00**	**20.711,86**	**5,70**	**21.892,44**	**5,70**
Conc.Permiss.Autor.ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imó	60.472,50	17.310,03	-71,38	0,00	0,00	19.594,95	0,00	20.711,86	5,70	21.892,44	5,70
Valores Mobiliários	**2.199.133,15**	**12.528.933,27**	**469,72**	**7.907.000,00**	**-36,89**	**13.832.121,10**	**74,94**	**14.639.126,00**	**5,83**	**15.480.363,18**	**5,75**
Juros e Correções Monetárias	**2.197.235,62**	**12.526.181,55**	**470,09**	**7.905.000,00**	**-36,89**	**13.829.006,15**	**74,94**	**14.635.833,50**	**5,83**	**15.476.883,01**	**5,75**
Remuneração de Depósitos Bancários	**2.197.235,62**	**12.526.181,55**	**470,09**	**7.905.000,00**	**-36,89**	**13.829.006,15**	**74,94**	**14.635.833,50**	**5,83**	**15.476.883,01**	**5,75**
Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.197.235,62	12.526.181,55	470,09	7.905.000,00	-36,89	13.829.006,15	74,94	14.635.833,50	5,83	15.476.883,01	5,75
Dividendos	**1.897,53**	**2.751,72**	**45,02**	**2.000,00**	**-27,32**	**3.114,95**	**55,75**	**3.292,50**	**5,70**	**3.480,17**	**5,70**
Dividendos	**1.897,53**	**2.751,72**	**45,02**	**2.000,00**	**-27,32**	**3.114,95**	**55,75**	**3.292,50**	**5,70**	**3.480,17**	**5,70**
Dividendos - Principal	1.897,53	2.751,72	45,02	2.000,00	-27,32	3.114,95	55,75	3.292,50	5,70	3.480,17	5,70
Demais Receitas Patrimoniais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Receitas Patrimoniais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Receitas Patrimoniais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Receitas Patrimoniais - Principal	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	**24.522.340,83**	**27.749.849,86**	**13,16**	**33.961.500,00**	**22,38**	**36.170.000,00**	**6,50**	**39.562.000,00**	**9,38**	**43.064.000,00**	**8,75**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**24.227.717,15**	**27.469.815,91**	**13,38**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**24.227.717,15**	**27.469.815,91**	**13,38**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**24.227.717,15**	**27.469.815,91**	**13,38**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Câmara Municipal de J. Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	23.556.716,36	26.650.835,30	13,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	291.004,47	493.520,34	69,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	338.279,83	274.259,92	-18,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	41.716,49	51.200,35	22,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	**294.623,68**	**280.033,95**	**-4,95**	**33.961.500,00**	**12.027,64**	**36.170.000,00**	**6,50**	**39.562.000,00**	**9,38**	**43.024.000,00**	**8,75**
Outros Serviços	**294.623,68**	**280.033,95**	**-4,95**	**33.961.500,00**	**12.027,64**	**36.170.000,00**	**6,50**	**39.562.000,00**	**9,38**	**43.024.000,00**	**8,75**
Receita de Serviços Sujeitos à Regulação	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**33.919.000,00**	**0,00**	**36.130.000,00**	**6,52**	**39.522.000,00**	**9,39**	**42.984.000,00**	**8,76**
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**26.497.000,00**	**0,00**	**28.380.000,00**	**7,11**	**31.442.000,00**	**10,79**	**34.584.000,00**	**9,99**
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - P	0,00	0,00	0,00	26.497.000,00	0,00	28.000.000,00	5,67	31.000.000,00	10,71	34.101.000,00	10,00
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	230.000,00	15,00	250.000,00	8,70
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	180.000,00	20,00	200.000,00	11,11
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	32.000,00	6,67	33.000,00	3,13
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**6.906.000,00**	**0,00**	**7.200.000,00**	**4,26**	**7.500.000,00**	**4,17**	**7.800.000,00**	**4,00**
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário - Pr	0,00	0,00	0,00	6.906.000,00	0,00	7.200.000,00	4,26	7.500.000,00	4,17	7.800.000,00	4,00
Outros Serviços Sujeitos à Regulação	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**516.000,00**	**0,00**	**550.000,00**	**6,59**	**580.000,00**	**5,45**	**600.000,00**	**3,45**
Outros Serviços Sujeitos à Regulação - Principal	0,00	0,00	0,00	516.000,00	0,00	550.000,00	6,59	580.000,00	5,45	600.000,00	3,45
Outros Serviços	**294.623,68**	**280.033,95**	**-4,95**	**42.500,00**	**-84,82**	**40.000,00**	**-5,88**	**40.000,00**	**0,00**	**40.000,00**	**0,00**
Outros Serviços - Principal	294.623,68	280.033,95	-4,95	42.500,00	-84,82	40.000,00	-5,88	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00
Transferências Correntes	**227.696.530,94**	**259.955.655,10**	**14,17**	**288.004.600,00**	**10,79**	**316.238.684,90**	**9,80**	**340.249.147,94**	**7,59**	**368.620.331,32**	**8,34**
Transferências da União e de suas Entidades	**93.001.202,09**	**108.430.440,83**	**16,59**	**126.639.600,00**	**16,79**	**137.011.573,04**	**8,19**	**144.051.932,71**	**5,14**	**150.629.032,88**	**4,57**
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da	**53.157.296,16**	**66.866.787,36**	**25,79**	**87.010.000,00**	**30,12**	**89.693.203,29**	**3,08**	**94.007.715,89**	**4,81**	**97.568.155,70**	**3,79**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	**53.155.470,35**	**66.865.044,03**	**25,79**	**87.000.000,00**	**30,11**	**89.691.229,84**	**3,09**	**94.005.629,95**	**4,81**	**97.565.950,86**	**3,79**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	**49.119.686,82**	**61.206.371,05**	**24,61**	**80.000.000,00**	**30,71**	**80.285.612,03**	**0,36**	**84.234.891,92**	**4,92**	**87.409.280,76**	**3,77**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota M	49.119.686,82	61.206.371,05	24,61	80.000.000,00	30,71	80.285.612,03	0,36	84.234.891,92	4,92	87.409.280,76	3,77
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	**4.035.783,53**	**5.658.672,98**	**40,21**	**7.000.000,00**	**23,70**	**9.405.617,81**	**34,37**	**9.770.738,03**	**3,88**	**10.156.670,10**	**3,95**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas E	4.035.783,53	5.658.672,98	40,21	7.000.000,00	23,70	9.405.617,81	34,37	9.770.738,03	3,88	10.156.670,10	3,95
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	**1.825,81**	**1.743,33**	**-4,52**	**10.000,00**	**473,61**	**1.973,45**	**-80,27**	**2.085,94**	**5,70**	**2.204,84**	**5,70**
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural -	1.825,81	1.743,33	-4,52	10.000,00	473,61	1.973,45	-80,27	2.085,94	5,70	2.204,84	5,70
Transferências das Compensações Financeiras pela Explo	**2.492.713,97**	**3.765.434,24**	**51,06**	**3.200.000,00**	**-15,02**	**4.862.471,56**	**51,95**	**5.205.432,43**	**7,05**	**5.562.242,08**	**6,85**
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração d	**1.543.204,67**	**1.039.242,17**	**-32,66**	**1.500.000,00**	**44,34**	**1.576.422,14**	**5,09**	**1.743.478,20**	**10,60**	**1.814.356,46**	**4,07**
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de R	1.543.204,67	1.039.242,17	-32,66	1.500.000,00	44,34	1.576.422,14	5,09	1.743.478,20	10,60	1.814.356,46	4,07
Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de	**949.509,30**	**1.481.665,62**	**56,05**	**1.700.000,00**	**14,74**	**1.877.245,48**	**10,43**	**1.972.848,47**	**5,09**	**2.173.900,83**	**10,19**
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	**949.509,30**	**1.481.665,62**	**56,05**	**1.700.000,00**	**14,74**	**1.877.245,48**	**10,43**	**1.972.848,47**	**5,09**	**2.173.900,83**	**10,19**
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Principal	949.509,30	1.481.665,62	56,05	1.700.000,00	14,74	1.877.245,48	10,43	1.972.848,47	5,09	2.173.900,83	10,19
Outras Transferências decorrentes de Compensação Fina	**0,00**	**1.244.526,45**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.408.803,94**	**0,00**	**1.489.105,76**	**5,70**	**1.573.984,79**	**5,70**

Menu: LDO "Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Outras Transf.dec de Compensação Financeira pela Exploraçã	0,00	1.244.526,45	0,00	0,00	0,00	1.408.803,94	0,00	1.489.105,76	5,70	1.573.984,79	5,70
Transf.de Rec.do Sistema Único de Saúde – SUS	**33.822.184,61**	**31.714.564,58**	**-6,23**	**32.150.000,00**	**1,37**	**35.900.887,11**	**11,67**	**37.947.237,68**	**5,70**	**40.110.230,22**	**5,70**
Transf.de Rec.do Sistema Único de Saúde – SUS – Repass	**33.822.184,61**	**31.714.564,58**	**-6,23**	**32.150.000,00**	**1,37**	**35.900.887,11**	**11,67**	**37.947.237,68**	**5,70**	**40.110.230,22**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**7.265.999,71**	**6.874.116,42**	**-5,39**	**7.000.000,00**	**1,83**	**7.781.499,79**	**11,16**	**8.225.045,28**	**5,70**	**8.693.872,86**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos de	7.265.999,71	6.874.116,42	-5,39	7.000.000,00	1,83	7.781.499,79	11,16	8.225.045,28	5,70	8.693.872,86	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**24.950.020,84**	**22.835.622,28**	**-8,47**	**23.000.000,00**	**0,72**	**25.849.924,42**	**12,39**	**27.323.370,11**	**5,70**	**28.880.802,21**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos de	24.950.020,84	22.835.622,28	-8,47	23.000.000,00	0,72	25.849.924,42	12,39	27.323.370,11	5,70	28.880.802,21	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**1.074.695,10**	**1.438.848,76**	**33,88**	**1.600.000,00**	**11,20**	**1.628.776,80**	**1,80**	**1.721.617,08**	**5,70**	**1.819.749,25**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos de	1.074.695,10	1.438.848,76	33,88	1.600.000,00	11,20	1.628.776,80	1,80	1.721.617,08	5,70	1.819.749,25	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**471.468,96**	**552.977,12**	**17,29**	**550.000,00**	**-0,54**	**625.970,10**	**13,81**	**661.650,40**	**5,70**	**699.364,47**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos de	471.468,96	552.977,12	17,29	550.000,00	-0,54	625.970,10	13,81	661.650,40	5,70	699.364,47	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**0,00**	**13.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**14.716,00**	**0,00**	**15.554,81**	**5,70**	**16.441,43**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos de	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	14.716,00	0,00	15.554,81	5,70	16.441,43	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos de	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimen	**2.436.644,27**	**2.824.153,56**	**15,90**	**2.850.000,00**	**0,92**	**3.396.941,83**	**19,19**	**3.559.167,52**	**4,78**	**3.871.780,08**	**8,78**
Transf.do Salário-Educação	**1.835.484,42**	**2.210.521,65**	**20,43**	**2.200.000,00**	**-0,48**	**2.502.310,51**	**13,74**	**2.644.942,21**	**5,70**	**2.795.703,92**	**5,70**
Transf.do Salário-Educação - Principal	1.835.484,42	2.210.521,65	20,43	2.200.000,00	-0,48	2.502.310,51	13,74	2.644.942,21	5,70	2.795.703,92	5,70
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNA	**595.904,00**	**601.704,00**	**0,97**	**640.000,00**	**6,36**	**881.128,93**	**37,68**	**899.953,28**	**2,14**	**1.060.990,62**	**17,89**
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNAE -	595.904,00	601.704,00	0,97	640.000,00	6,36	881.128,93	37,68	899.953,28	2,14	1.060.990,62	17,89
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Es	**5.255,85**	**11.927,91**	**126,95**	**10.000,00**	**-16,16**	**13.502,39**	**35,02**	**14.272,03**	**5,70**	**15.085,54**	**5,70**
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Escola	5.255,85	11.927,91	126,95	10.000,00	-16,16	13.502,39	35,02	14.272,03	5,70	15.085,54	5,70
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de Assistência Social –	**338.087,02**	**839.297,54**	**148,25**	**629.600,00**	**-24,98**	**950.084,82**	**50,90**	**1.004.239,65**	**5,70**	**1.061.481,31**	**5,70**
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de Assistência Social –	**338.087,02**	**839.297,54**	**148,25**	**629.600,00**	**-24,98**	**950.084,82**	**50,90**	**1.004.239,65**	**5,70**	**1.061.481,31**	**5,70**
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência	338.087,02	839.297,54	148,25	629.600,00	-24,98	950.084,82	50,90	1.004.239,65	5,70	1.061.481,31	5,70
Transf.de Conv.da União e de Suas Entidades	**0,00**	**67.670,88**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**76.603,44**	**0,00**	**80.969,84**	**5,70**	**85.585,12**	**5,70**
Outras Transferências de Convênios da União e de Suas E	**0,00**	**67.670,88**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**76.603,44**	**0,00**	**80.969,84**	**5,70**	**85.585,12**	**5,70**
Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entid	0,00	67.670,88	0,00	0,00	0,00	76.603,44	0,00	80.969,84	5,70	85.585,12	5,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas En	**754.276,06**	**2.352.532,67**	**211,89**	**800.000,00**	**-65,99**	**2.131.380,99**	**166,42**	**2.247.169,70**	**5,43**	**2.369.558,37**	**5,45**
Transferência Especial da União	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferência Especial da União - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementa	**0,00**	**619.262,94**	**0,00**	**800.000,00**	**29,19**	**801.005,65**	**0,13**	**840.962,97**	**4,99**	**883.197,86**	**5,02**
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar n°	0,00	619.262,94	0,00	800.000,00	29,19	801.005,65	0,13	840.962,97	4,99	883.197,86	5,02
Outras Transferências de Recursos da União e de suas En	**754.276,06**	**1.175.243,23**	**55,81**	**0,00**	**0,00**	**1.330.375,34**	**0,00**	**1.406.206,73**	**5,70**	**1.486.360,51**	**5,70**
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entida	754.276,06	1.175.243,23	55,81	0,00	0,00	1.330.375,34	0,00	1.406.206,73	5,70	1.486.360,51	5,70

Menu: LDO/"Relatórios"

Câmara Municipal 183

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua	**97.493.385,49**	**110.432.689,86**	**13,27**	**115.365.000,00**	**4,47**	**126.841.553,32**	**9,95**	**138.167.679,86**	**8,93**	**154.167.079,56**	**11,58**
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	**82.194.080,93**	**92.672.524,57**	**12,99**	**108.080.000,00**	**16,37**	**113.331.697,82**	**4,86**	**123.324.204,61**	**8,82**	**134.958.284,28**	**9,43**
Cota-Parte do ICMS	**67.399.091,15**	**75.513.148,53**	**12,04**	**90.000.000,00**	**19,18**	**91.480.884,14**	**1,65**	**98.353.294,54**	**7,51**	**107.503.432,33**	**9,30**
Cota-Parte do ICMS - Principal	67.399.091,15	75.513.148,53	12,04	90.000.000,00	19,18	91.480.884,14	1,65	98.353.294,54	7,51	107.503.432,33	9,30
Cota-Parte do IPVA	**14.006.552,76**	**16.447.498,84**	**17,43**	**17.000.000,00**	**3,36**	**20.618.568,69**	**21,29**	**23.679.827,11**	**14,85**	**25.801.577,26**	**8,96**
Cota-Parte do IPVA - Principal	14.006.552,76	16.447.498,84	17,43	17.000.000,00	3,36	20.618.568,69	21,29	23.679.827,11	14,85	25.801.577,26	8,96
Cota-Parte do IPI - Municípios	**750.121,86**	**852.225,36**	**13,61**	**1.000.000,00**	**17,34**	**1.164.719,11**	**16,47**	**1.219.708,10**	**4,72**	**1.577.831,46**	**29,36**
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	750.121,86	852.225,36	13,61	1.000.000,00	17,34	1.164.719,11	16,47	1.219.708,10	4,72	1.577.831,46	29,36
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Ec	**38.315,16**	**59.651,84**	**55,69**	**80.000,00**	**34,11**	**67.525,88**	**-15,59**	**71.374,86**	**5,70**	**75.443,23**	**5,70**
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econô	38.315,16	59.651,84	55,69	80.000,00	34,11	67.525,88	-15,59	71.374,86	5,70	75.443,23	5,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**14.996.938,17**	**13.855.122,29**	**-7,61**	**7.000.000,00**	**-49,48**	**11.315.746,83**	**61,65**	**12.410.302,38**	**9,67**	**16.522.931,56**	**33,14**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**14.996.938,17**	**13.855.122,29**	**-7,61**	**7.000.000,00**	**-49,48**	**11.315.746,83**	**61,65**	**12.410.302,38**	**9,67**	**16.522.931,56**	**33,14**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	14.996.938,17	13.855.122,29	-7,61	7.000.000,00	-49,48	11.315.746,83	61,65	12.410.302,38	9,67	16.522.931,56	33,14
Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	**302.366,39**	**3.705.043,00**	**1.125,35**	**285.000,00**	**-92,31**	**2.194.108,67**	**669,86**	**2.433.172,87**	**10,90**	**2.685.863,72**	**10,39**
Transferências de Estados destinadas à Assistência Socia	**265.012,00**	**1.145.495,94**	**332,24**	**200.000,00**	**-82,54**	**1.296.701,40**	**548,35**	**1.370.613,38**	**5,70**	**1.448.738,34**	**5,70**
Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - P	265.012,00	1.145.495,94	332,24	200.000,00	-82,54	1.296.701,40	548,35	1.370.613,38	5,70	1.448.738,34	5,70
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	**0,00**	**71.234,53**	**0,00**	**85.000,00**	**19,32**	**80.637,49**	**-5,13**	**85.233,83**	**5,70**	**90.092,16**	**5,70**
Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educ	0,00	71.234,53	0,00	85.000,00	19,32	80.637,49	-5,13	85.233,83	5,70	90.092,16	5,70
Outras Transferências dos Estados e DF	**37.354,39**	**2.488.312,53**	**6.561,37**	**0,00**	**0,00**	**816.769,78**	**0,00**	**977.325,66**	**19,66**	**1.147.033,22**	**17,36**
Outras Transferências dos Estados e DF - Principal	37.354,39	2.488.312,53	6.561,37	0,00	0,00	816.769,78	0,00	977.325,66	19,66	1.147.033,22	17,36
Transferências de Instituições Privadas	**1.287.659,68**	**875.351,21**	**-32,02**	**0,00**	**0,00**	**859.718,48**	**0,00**	**908.722,43**	**5,70**	**960.519,61**	**5,70**
Transferências de Instituições Privadas	**1.287.659,68**	**875.351,21**	**-32,02**	**0,00**	**0,00**	**859.718,48**	**0,00**	**908.722,43**	**5,70**	**960.519,61**	**5,70**
Outras TransferÃªncias de InstituiÃ§Ãµes Privadas	**1.287.659,68**	**875.351,21**	**-32,02**	**0,00**	**0,00**	**859.718,48**	**0,00**	**908.722,43**	**5,70**	**960.519,61**	**5,70**
Outras TransferÃªncias de InstituiÃ§Ãµes Privadas â€" Princip	1.287.659,68	875.351,21	-32,02	0,00	0,00	859.718,48	0,00	908.722,43	5,70	960.519,61	5,70
Transferências de Outras Instituições Públicas	**35.889.129,89**	**40.214.953,25**	**12,05**	**45.000.000,00**	**11,90**	**51.523.327,08**	**14,50**	**57.118.156,72**	**10,86**	**62.860.891,65**	**10,05**
Transferências de Recursos do FUNDEB	**35.889.129,89**	**40.214.953,25**	**12,05**	**45.000.000,00**	**11,90**	**51.523.327,08**	**14,50**	**57.118.156,72**	**10,86**	**62.860.891,65**	**10,05**
Transferências de Recursos do FUNDEB	**35.889.129,89**	**40.214.953,25**	**12,05**	**45.000.000,00**	**11,90**	**51.523.327,08**	**14,50**	**57.118.156,72**	**10,86**	**62.860.891,65**	**10,05**
Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	35.889.129,89	40.214.953,25	12,05	45.000.000,00	11,90	51.523.327,08	14,50	57.118.156,72	10,86	62.860.891,65	10,05
Demais Transferências Correntes	**25.153,79**	**2.219,95**	**-91,17**	**1.000.000,00**	**44.946,06**	**2.512,98**	**-99,75**	**2.656,22**	**5,70**	**2.807,62**	**5,70**
Transferências de Pessoas Físicas	**25.153,79**	**2.219,95**	**-91,17**	**1.000.000,00**	**44.946,06**	**2.512,98**	**-99,75**	**2.656,22**	**5,70**	**2.807,62**	**5,70**
Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Saúde	**25.153,79**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Saúde - Pri	25.153,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Pessoas Físicas	**0,00**	**2.219,95**	**0,00**	**1.000.000,00**	**44.946,06**	**2.512,98**	**-99,75**	**2.656,22**	**5,70**	**2.807,62**	**5,70**
Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal	0,00	2.219,95	0,00	1.000.000,00	44.946,06	2.512,98	-99,75	2.656,22	5,70	2.807,62	5,70
Outras Receitas Correntes	**1.238.903,25**	**4.968.822,15**	**301,07**	**5.543.500,00**	**11,57**	**4.619.103,84**	**-16,68**	**4.937.454,77**	**6,89**	**5.273.951,69**	**6,82**

Câmara Municipal

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	860.024,87	1.637.033,26	90,35	1.510.000,00	-7,76	2.854.121,65	89,01	2.959.749,58	3,70	3.071.398,30	3,77
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	860.024,87	1.637.033,26	90,35	1.510.000,00	-7,76	2.854.121,65	89,01	2.959.749,58	3,70	3.071.398,30	3,77
Multas Previstas em Legislação Específica	817.412,60	1.622.992,84	98,55	1.500.000,00	-7,58	2.837.227,89	89,15	2.941.949,88	3,69	3.052.641,02	3,76
Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	817.412,60	1.622.992,84	98,55	1.500.000,00	-7,58	2.837.227,89	89,15	2.941.949,88	3,69	3.052.641,02	3,76
Multas por Danos Ambientais	41.239,25	14.040,42	-65,95	5.000,00	-64,39	15.893,76	217,88	16.799,70	5,70	17.757,28	5,70
Multas Administrativas por Danos Ambientais	41.239,25	14.040,42	-65,95	5.000,00	-64,39	15.893,76	217,88	16.799,70	5,70	17.757,28	5,70
Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	41.239,25	14.040,42	-65,95	5.000,00	-64,39	15.893,76	217,88	16.799,70	5,70	17.757,28	5,70
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	1.373,02	0,00	0,00	5.000,00	0,00	1.000,00	-80,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	1.373,02	0,00	0,00	5.000,00	0,00	1.000,00	-80,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	113.929,01	2.676.601,41	2.249,36	3.403.500,00	27,16	1.018.864,14	-70,06	1.190.768,40	16,87	1.372.471,20	15,26
Indenizações	0,00	458,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Indenizações	0,00	458,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Indenizações - Principal	0,00	458,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	113.929,01	2.676.143,16	2.248,96	3.403.500,00	27,18	1.018.864,14	-70,06	1.190.768,40	16,87	1.372.471,20	15,26
Restituição de Convênios	5.733,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituição de Convênios - Primárias	5.733,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituição de Convênios - Primárias - Principal	5.733,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituição de Convênios - Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituição de Convênios - Financeiras - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Restituições	108.195,61	2.676.143,16	2.373,43	3.403.500,00	27,18	1.018.864,14	-70,06	1.190.768,40	16,87	1.372.471,20	15,26
Outras Restituições - Principal	108.195,61	2.676.143,16	2.373,43	3.403.500,00	27,18	1.018.864,14	-70,06	1.190.768,40	16,87	1.372.471,20	15,26
Demais Receitas Correntes	264.949,37	655.187,48	147,29	630.000,00	-3,84	746.118,05	18,43	786.936,79	5,47	830.082,19	5,48
Outras Receitas Correntes	264.949,37	655.187,48	147,29	630.000,00	-3,84	746.118,05	18,43	786.936,79	5,47	830.082,19	5,48
Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas	59.223,36	170.700,30	188,23	120.000,00	-29,70	193.232,74	61,03	204.247,01	5,70	215.889,09	5,70
Ônus de Sucumbência	59.223,36	170.700,30	188,23	120.000,00	-29,70	193.232,74	61,03	204.247,01	5,70	215.889,09	5,70
Ônus de Sucumbência - Principal	59.223,36	170.700,30	188,23	120.000,00	-29,70	193.232,74	61,03	204.247,01	5,70	215.889,09	5,70
Outras Receitas	205.726,01	484.487,18	135,50	510.000,00	5,27	552.885,31	8,41	582.689,78	5,39	614.193,10	5,41
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela R	205.726,01	484.487,18	135,50	10.000,00	-97,94	522.885,31	5.128,85	552.689,78	5,70	584.193,10	5,70
Outras Receit.Não Arrec e Não Projet.pela RFB - Primárias -	193.592,63	476.229,85	146,00	0,00	0,00	513.538,01	0,00	542.809,68	5,70	573.749,83	5,70
Outras Receit.Não Arrec e Não Projet.pela RFB - Primárias -	12.133,38	8.257,33	-31,95	10.000,00	21,10	9.347,30	-6,53	9.880,10	5,70	10.443,27	5,70
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela R	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	30.000,00	-94,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00
Outras Receit.Não Arrec e Não Projet.pela RFB - Financeiras	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	30.000,00	-94,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00
Receitas de Capital	9.439.734,55	15.289.200,87	61,97	17.500.000,00	14,46	16.231.467,38	-7,25	13.245.761,02	-18,39	14.000.769,41	5,70
Operações de Crédito	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	5.000.000,00	-4,81	4.946.235,23	-1,08	3.785.170,64	-23,47	4.143.425,37	9,46
Operações de Crédito - Mercado Interno	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	5.000.000,00	-4,81	4.946.235,23	-1,08	3.785.170,64	-23,47	4.143.425,37	9,46

Menu: LDO "Relatórios"

Câmara Municipal

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	500.000,00	-50,00	500.000,00	0,00
Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	500.000,00	-50,00	500.000,00	0,00
Operações de Crédito Internas para Programas de Sade - Prin	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	500.000,00	-50,00	500.000,00	0,00
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	4.000.000,00	-23,85	3.946.235,23	-1,34	3.285.170,64	-16,75	3.643.425,37	10,91
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	4.000.000,00	-23,85	3.946.235,23	-1,34	3.285.170,64	-16,75	3.643.425,37	10,91
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	4.000.000,00	-23,85	3.946.235,23	-1,34	3.285.170,64	-16,75	3.643.425,37	10,91
Alienação de Bens	0,00	868.630,00	0,00	3.200.000,00	268,40	3.950.461,16	23,45	2.004.637,45	-49,26	2.061.901,79	2,86
Alienação de Bens Móveis	0,00	215.585,00	0,00	200.000,00	-7,23	3.211.214,22	1.505,61	1.223.253,43	-61,91	1.235.978,88	1,04
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	215.585,00	0,00	200.000,00	-7,23	3.211.214,22	1.505,61	1.223.253,43	-61,91	1.235.978,88	1,04
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	215.585,00	0,00	200.000,00	-7,23	3.211.214,22	1.505,61	1.223.253,43	-61,91	1.235.978,88	1,04
Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	0,00	215.585,00	0,00	200.000,00	-7,23	3.211.214,22	1.505,61	1.223.253,43	-61,91	1.235.978,88	1,04
Alienação de Bens Imóveis	0,00	653.045,00	0,00	3.000.000,00	359,39	739.246,94	-75,36	781.384,02	5,70	825.922,91	5,70
Alienação de Bens Imóveis	0,00	653.045,00	0,00	3.000.000,00	359,39	739.246,94	-75,36	781.384,02	5,70	825.922,91	5,70
Alienação de Bens Imóveis	0,00	653.045,00	0,00	3.000.000,00	359,39	739.246,94	-75,36	781.384,02	5,70	825.922,91	5,70
Alienação de Bens Imóveis - Principal	0,00	653.045,00	0,00	3.000.000,00	359,39	739.246,94	-75,36	781.384,02	5,70	825.922,91	5,70
Transferências de Capital	2.690.552,77	9.167.712,89	240,74	9.300.000,00	1,44	7.334.770,99	-21,13	7.455.952,93	1,65	7.795.442,25	4,55
Transferências da União e de suas Entidades	295.552,77	1.623.330,59	449,25	8.300.000,00	411,29	3.037.610,23	-63,40	2.942.354,01	-3,14	3.053.068,19	3,76
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde -	149.995,00	199.686,00	33,13	0,00	0,00	226.044,55	0,00	238.929,09	5,70	252.548,05	5,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	0,00	199.686,00	0,00	0,00	0,00	226.044,55	0,00	238.929,09	5,70	252.548,05	5,70
Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da	0,00	199.686,00	0,00	0,00	0,00	226.044,55	0,00	238.929,09	5,70	252.548,05	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Estrut.da Rede de Serv.Públicos de	0,00	199.686,00	0,00	0,00	0,00	226.044,55	0,00	238.929,09	5,70	252.548,05	5,70
Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de S	149.995,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Sade	149.995,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenv	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	200.000,00	-60,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	200.000,00	-60,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Programa Nacional de Reestruturaç	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	200.000,00	-60,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.para o Prog.Nacional de Reest.e Aquis.de Equip.para E	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	200.000,00	-60,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistê	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	56.600,00	0,00	59.826,20	5,70	63.236,29	5,70
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistê	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	56.600,00	0,00	59.826,20	5,70	63.236,29	5,70
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	56.600,00	0,00	59.826,20	5,70	63.236,29	5,70
Transferências de Convênios da União e de suas Entidade	0,00	1.273.644,59	0,00	7.500.000,00	488,86	2.441.765,68	-67,44	2.523.946,32	3,37	2.610.811,26	3,44
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Programa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	0,00	795.812,48	0,00	6.500.000,00	716,78	900.859,73	-86,14	952.208,73	5,70	1.006.484,63	5,70
Transferências de Convênios da União destinadas a Programa	0,00	795.812,48	0,00	6.500.000,00	716,78	900.859,73	-86,14	952.208,73	5,70	1.006.484,63	5,70

Câmara Municipal de J. Monlevade
186

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	**0,00**	**477.832,11**	**0,00**	**1.000.000,00**	**109,28**	**1.540.905,95**	**54,09**	**1.571.737,59**	**2,00**	**1.604.326,63**	**2,07**
Transf.de Convênios da União destinadas a Programas de Infr	0,00	477.832,11	0,00	1.000.000,00	109,28	1.540.905,95	54,09	1.571.737,59	2,00	1.604.326,63	2,07
Outras Transferências de Recursos da União e de suas En	**145.557,77**	**100.000,00**	**-31,30**	**300.000,00**	**200,00**	**113.200,00**	**-62,27**	**119.652,40**	**5,70**	**126.472,59**	**5,70**
TransferÃªncia Especial da UniÃ£o	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**	**300.000,00**	**200,00**	**113.200,00**	**-62,27**	**119.652,40**	**5,70**	**126.472,59**	**5,70**
TransferÃªncia Especial da UniÃ£o - Principal	0,00	100.000,00	0,00	300.000,00	200,00	113.200,00	-62,27	119.652,40	5,70	126.472,59	5,70
Outras Transferências De Recursos da União e de suas En	**145.557,77**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências De Recursos da União e de suas Entida	145.557,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua	**2.200.000,00**	**7.544.382,30**	**242,93**	**1.000.000,00**	**-86,75**	**4.297.160,76**	**329,72**	**4.513.598,92**	**5,04**	**4.742.374,06**	**5,07**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**150.000,00**	**1.609.923,88**	**973,28**	**0,00**	**0,00**	**1.822.433,83**	**0,00**	**1.926.312,56**	**5,70**	**2.036.112,38**	**5,70**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**150.000,00**	**1.609.923,88**	**973,28**	**0,00**	**0,00**	**1.822.433,83**	**0,00**	**1.926.312,56**	**5,70**	**2.036.112,38**	**5,70**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	150.000,00	1.609.923,88	973,28	0,00	0,00	1.822.433,83	0,00	1.926.312,56	5,70	2.036.112,38	5,70
Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas	**0,00**	**1.744.458,42**	**0,00**	**500.000,00**	**-71,34**	**1.974.726,93**	**294,95**	**2.087.286,36**	**5,70**	**2.206.261,68**	**5,70**
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Pr	**0,00**	**1.394.458,42**	**0,00**	**500.000,00**	**-64,14**	**1.578.526,93**	**215,71**	**1.668.502,96**	**5,70**	**1.763.607,63**	**5,70**
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Progra	0,00	1.394.458,42	0,00	500.000,00	-64,14	1.578.526,93	215,71	1.668.502,96	5,70	1.763.607,63	5,70
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e d	**0,00**	**350.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**396.200,00**	**0,00**	**418.783,40**	**5,70**	**442.654,05**	**5,70**
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de S	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	396.200,00	0,00	418.783,40	5,70	442.654,05	5,70
Outras Transferências de Recursos dos Estados	**2.050.000,00**	**4.190.000,00**	**104,39**	**500.000,00**	**-88,07**	**500.000,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**
Outras Transferências de Recursos dos Estados	**2.050.000,00**	**4.190.000,00**	**104,39**	**500.000,00**	**-88,07**	**500.000,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**
Outras Transferências de Recursos dos Estados - Principal	2.050.000,00	4.190.000,00	104,39	500.000,00	-88,07	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências de Instituições Privadas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Instituições Privadas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	**195.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Capital	**195.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Capital	**195.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Capital - Principal	195.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Câmara Municipal de João Monlevade
187

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
CORRENTE INTRAORÇAMENTÁRIA	**520.296,21**	**819.574,50**	**57,52**	**890.000,00**	**8,59**	**965.500,00**	**8,48**	**1.050.500,00**	**8,80**	**1.085.500,00**	**3,33**
Receitas Correntes	**520.296,21**	**819.574,50**	**57,52**	**890.000,00**	**8,59**	**965.500,00**	**8,48**	**1.050.500,00**	**8,80**	**1.085.500,00**	**3,33**
Receita de Serviços	**520.296,21**	**819.574,50**	**57,52**	**890.000,00**	**8,59**	**965.500,00**	**8,48**	**1.050.500,00**	**8,80**	**1.085.500,00**	**3,33**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**520.296,21**	**819.574,50**	**57,52**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**520.296,21**	**819.574,50**	**57,52**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**520.296,21**	**819.574,50**	**57,52**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	520.296,21	819.534,27	57,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	0,00	40,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**890.000,00**	**0,00**	**965.500,00**	**8,48**	**1.050.500,00**	**8,80**	**1.085.500,00**	**3,33**
Outros Serviços	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**890.000,00**	**0,00**	**965.500,00**	**8,48**	**1.050.500,00**	**8,80**	**1.085.500,00**	**3,33**
Receita de Serviços Sujeitos à Regulação	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**890.000,00**	**0,00**	**965.500,00**	**8,48**	**1.050.500,00**	**8,80**	**1.085.500,00**	**3,33**
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**685.000,00**	**0,00**	**755.500,00**	**10,29**	**830.500,00**	**9,93**	**855.500,00**	**3,01**
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - P	0,00	0,00	0,00	685.000,00	0,00	720.000,00	5,11	790.000,00	9,72	810.000,00	2,53
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	35.000,00	16,67	40.000,00	14,29
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**205.000,00**	**0,00**	**210.000,00**	**2,44**	**220.000,00**	**4,76**	**230.000,00**	**4,55**
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário - Pr	0,00	0,00	0,00	205.000,00	0,00	210.000,00	2,44	220.000,00	4,76	230.000,00	4,55

Câmara Municipal de João Monlevade
188

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
DEDUÇÃO FUNDEB	(26.255.453,65)	(30.915.780,90)	17,75	(37.602.000,00)	21,63	(36.270.326,78)	-3,54	(38.857.935,42)	7,13	(40.958.837,74)	5,41
Receitas Correntes	(26.255.453,65)	(30.915.780,90)	17,75	(37.602.000,00)	21,63	(36.270.326,78)	-3,54	(38.857.935,42)	7,13	(40.958.837,74)	5,41
Transferências Correntes	(26.255.453,65)	(30.915.780,90)	17,75	(37.602.000,00)	21,63	(36.270.326,78)	-3,54	(38.857.935,42)	7,13	(40.958.837,74)	5,41
Transferências da União e de suas Entidades	(9.824.302,20)	(12.353.227,85)	25,74	(16.002.000,00)	29,54	(13.857.516,73)	-13,40	(14.647.395,19)	5,70	(15.482.296,72)	5,70
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da	(9.824.302,20)	(12.241.622,55)	24,61	(16.002.000,00)	30,72	(13.857.516,73)	-13,40	(14.647.395,19)	5,70	(15.482.296,72)	5,70
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	(9.823.937,05)	(12.241.273,91)	24,61	(16.000.000,00)	30,71	(13.857.122,07)	-13,39	(14.646.978,03)	5,70	(15.481.855,78)	5,70
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	(9.823.937,05)	(12.241.273,91)	24,61	(16.000.000,00)	30,71	(13.857.122,07)	-13,39	(14.646.978,03)	5,70	(15.481.855,78)	5,70
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota M	(9.823.937,05)	(12.241.273,91)	24,61	(16.000.000,00)	30,71	(13.857.122,07)	-13,39	(14.646.978,03)	5,70	(15.481.855,78)	5,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	(365,15)	(348,64)	-4,52	(2.000,00)	473,66	(394,66)	-80,27	(417,16)	5,70	(440,94)	5,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural -	(365,15)	(348,64)	-4,52	(2.000,00)	473,66	(394,66)	-80,27	(417,16)	5,70	(440,94)	5,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas En	0,00	(111.605,30)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua	(16.431.151,45)	(18.562.553,05)	12,97	(21.600.000,00)	16,36	(22.412.810,05)	3,76	(24.210.540,23)	8,02	(25.476.541,02)	5,23
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	(16.431.151,45)	(18.562.553,05)	12,97	(21.600.000,00)	16,36	(22.412.810,05)	3,76	(24.210.540,23)	8,02	(25.476.541,02)	5,23
Cota-Parte do ICMS	(13.479.817,84)	(15.102.609,39)	12,04	(18.000.000,00)	19,18	(18.096.153,83)	0,53	(19.070.634,60)	5,39	(20.100.660,77)	5,40
Cota-Parte do ICMS - Principal	(13.479.817,84)	(15.102.609,39)	12,04	(18.000.000,00)	19,18	(18.096.153,83)	0,53	(19.070.634,60)	5,39	(20.100.660,77)	5,40
Cota-Parte do IPVA	(2.801.309,24)	(3.289.498,58)	17,43	(3.400.000,00)	3,36	(4.123.712,39)	21,29	(4.935.964,00)	19,70	(5.160.313,95)	4,55
Cota-Parte do IPVA - Principal	(2.801.309,24)	(3.289.498,58)	17,43	(3.400.000,00)	3,36	(4.123.712,39)	21,29	(4.935.964,00)	19,70	(5.160.313,95)	4,55
Cota-Parte do IPI - Municípios	(150.024,37)	(170.445,08)	13,61	(200.000,00)	17,34	(192.943,83)	-3,53	(203.941,63)	5,70	(215.566,30)	5,70
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	(150.024,37)	(170.445,08)	13,61	(200.000,00)	17,34	(192.943,83)	-3,53	(203.941,63)	5,70	(215.566,30)	5,70
TOTAL DA RECEITA	280.011.633,79	346.701.481,50	23,82	400.000.000,00	15,37	435.000.000,00	8,75	465.000.000,00	6,90	500.000.000,00	7,53
RECEITAS CORRRENTES (I)	279.887.691,49	342.366.058,47	22,32	382.500.000,00	11,72	418.768.532,62	9,48	451.754.238,98	7,88	485.999.230,59	7,58
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (II)	2.197.235,62	12.526.181,55	470,09	7.905.000,00	-36,89	13.829.006,15	74,94	14.635.833,50	5,83	15.476.883,01	5,75
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	277.690.455,87	329.839.876,92	18,78	374.595.000,00	13,57	404.939.526,47	8,10	437.118.405,48	7,95	470.522.347,58	7,64
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	9.439.734,55	15.289.200,87	61,97	17.500.000,00	14,46	16.231.467,38	-7,25	13.245.761,02	-18,39	14.000.769,41	5,70
RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO (V)	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	5.000.000,00	-4,81	4.946.235,23	-1,08	3.785.170,64	-23,47	4.143.425,37	9,46
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE BENS (VI)	0,00	868.630,00	0,00	3.200.000,00	268,40	3.950.461,16	23,45	2.004.637,45	-49,26	2.061.901,79	2,86
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)	2.690.552,77	9.167.712,89	240,74	9.300.000,00	1,44	7.334.770,99	-21,13	7.455.952,93	1,65	7.795.442,25	4,55
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (IX) = (III + VIII)	280.381.008,64	339.007.589,81	20,91	383.895.000,00	13,24	412.274.297,46	7,39	444.574.358,41	7,83	478.317.789,83	7,59

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 25/05/2023 , às 10:30:57

Câmara Municipal João Monlevade

189

Menu: LDO "Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Despesas											
DESPESAS CORRENTES	**237.033.944,68**	**304.225.564,00**	**28,35**	**347.279.140,00**	**14,15**	**384.160.990,23**	**10,62**	**411.279.870,67**	**7,06**	**443.290.894,34**	**7,78**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	122.538.298,50	153.701.306,27	25,43	179.169.775,00	16,57	198.296.683,49	10,68	212.039.069,03	6,93	230.162.797,55	8,55
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS CONTRA	529.978,82	512.751,95	-3,25	723.100,00	41,02	580.435,21	-19,73	613.520,02	5,70	648.490,66	5,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLIC	529.978,82	512.751,95	-3,25	723.100,00	41,02	580.435,21	-19,73	613.520,02	5,70	648.490,66	5,70
APLICAÇÕES DIRETAS	122.008.319,68	153.188.554,32	25,56	178.446.675,00	16,49	197.716.248,28	10,80	211.425.549,01	6,93	229.514.306,89	8,56
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	1.368.269,78	1.530.596,42	0,00	1.676.528,00	9,53	1.797.920,15	7,24	1.940.671,27	7,94	2.097.599,65	8,09
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	13.554.020,83	16.290.611,17	20,19	7.458.500,00	-54,22	19.392.651,55	160,01	21.971.740,76	13,30	27.164.809,21	23,64
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	73.393.831,34	97.884.408,96	33,37	124.348.247,00	27,04	132.717.157,02	6,73	140.887.464,97	6,16	150.585.589,57	6,88
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	25.180.952,81	31.172.947,83	23,80	37.021.000,00	18,76	36.573.952,15	-1,21	38.952.873,01	6,50	41.533.540,92	6,63
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS -PESSOAL CIVIL	1.974.994,31	2.493.639,03	26,26	3.578.500,00	43,51	2.637.799,38	-20,70	3.001.698,94	5,78	3.174.769,78	5,77
SENTENÇAS JUDICIAIS	2.657.198,23	3.233.109,63	21,67	3.913.000,00	21,03	3.765.814,03	-3,76	3.986.060,43	5,85	4.228.005,87	6,07
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.879.052,38	583.241,28	-84,96	450.400,00	-22,78	630.954,00	40,09	685.039,63	8,57	729.991,89	6,56
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.072.087,46	2.677.785,09	149,77	3.000.000,00	12,03	4.031.252,72	34,38	4.504.034,12	11,73	4.386.664,06	-2,61
APLICAÇÕES DIRETAS	1.072.087,46	2.677.785,09	149,77	3.000.000,00	12,03	4.031.252,72	34,38	4.504.034,12	11,73	4.386.664,06	-2,61
JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	1.072.087,46	2.677.785,09	149,77	3.000.000,00	12,03	4.031.252,72	34,38	4.504.034,12	11,73	4.386.664,06	-2,61
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	113.423.558,72	147.846.472,64	30,35	165.109.365,00	11,68	181.833.054,02	10,13	194.736.767,52	7,10	208.741.432,73	7,19
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERA	207.341,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	207.341,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	223.013,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	223.013,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FIN	14.522.590,64	15.617.221,80	7,54	4.985.000,00	-68,08	17.729.275,62	255,65	17.738.004,33	0,05	18.803.945,58	6,01
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDIC	0,00	61.324,61	0,00	116.000,00	89,16	120.000,00	3,45	125.000,00	4,17	130.000,00	4,00
CONTRIBUIÇÕES	1.138.428,67	1.423.323,58	25,03	1.805.000,00	26,82	1.611.202,29	-10,74	1.703.040,82	5,70	1.800.114,15	5,70
SUBVENÇÕES SOCIAIS	13.384.161,97	14.132.573,61	5,59	3.064.000,00	-78,32	15.998.073,33	422,13	15.909.963,51	-0,55	16.873.831,43	6,06
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FIN	2.100.000,00	6.009.542,30	186,17	5.000.000,00	-16,80	6.802.801,88	36,06	6.900.000,00	1,43	7.200.423,60	4,35
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	2.100.000,00	6.009.542,30	186,17	5.000.000,00	-16,80	6.802.801,88	36,06	6.900.000,00	1,43	7.200.423,60	4,35
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIAN	237.102,84	313.632,88	32,28	462.100,00	47,34	355.032,42	-23,17	375.269,27	5,70	396.659,62	5,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLIC	237.102,84	313.632,88	32,28	462.100,00	47,34	355.032,42	-23,17	375.269,27	5,70	396.659,62	5,70
APLICAÇÕES DIRETAS	92.623.761,00	120.538.010,97	30,14	149.397.265,00	23,94	150.849.398,79	0,97	163.262.115,53	8,23	175.495.391,97	7,49
DIÁRIAS -PESSOAL CIVIL	140.091,67	219.621,71	56,77	230.400,00	4,91	259.437,92	12,60	277.230,88	6,86	295.753,04	6,68
MATERIAL DE CONSUMO	11.392.437,60	11.543.997,35	1,33	14.028.680,00	21,52	14.730.620,89	5,00	16.779.766,28	13,91	17.845.652,96	6,35
PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, C	33.250,92	36.513,58	9,81	182.000,00	398,44	58.682,14	-67,76	65.317,02	11,31	72.045,09	10,30

E&L Produções de Software LTDA

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Despesas											
Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	2.337.157,33	3.143.834,18	34,52	2.485.000,00	-20,96	3.574.921,93	43,86	3.779.666,48	5,73	3.995.967,47	5,72
Passagens e Despesas com Locomoção	1.337,82	1.048,80	-21,60	21.600,00	1.959,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE (	472.866,95	512.470,82	8,38	600.000,00	17,08	580.116,97	-3,31	613.183,64	5,70	648.135,11	5,70
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	207.158,20	304.692,90	47,08	1.217.000,00	299,42	384.135,41	-68,44	427.461,13	11,28	461.587,55	7,98
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA FÍSICA	1.568.434,27	2.253.372,01	43,85	3.255.580,00	44,48	2.408.284,93	-26,03	2.552.707,17	6,00	2.704.791,48	5,96
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDIC.	64.284.663,38	81.929.815,79	27,45	105.326.680,00	28,56	105.818.607,05	0,47	114.195.294,65	7,92	123.295.861,30	7,97
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMU	964.513,02	1.711.995,65	77,50	2.210.000,00	29,09	1.860.710,37	-15,80	1.966.770,86	5,70	2.078.876,80	5,70
SUBVENÇÕES SOCIAIS	0,00	137.563,00	0,00	0,00	0,00	155.721,32	0,00	164.597,44	5,70	173.979,49	5,70
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	6.098.331,46	10.464.506,47	71,60	13.405.925,00	28,11	11.914.035,64	-11,13	12.804.635,67	7,48	13.738.171,30	7,29
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.681.678,02	3.313.453,70	23,56	3.321.300,00	0,24	3.819.947,65	15,01	4.044.884,67	5,89	4.270.933,10	5,59
OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	208.025,81	1.773.507,10	752,54	270.000,00	-84,78	2.007.610,04	643,56	2.122.043,81	5,70	2.243.000,31	5,70
AUXÍLIO-TRANSPORTE	944.388,33	1.189.014,64	25,90	1.705.000,00	43,40	1.149.603,84	-32,56	1.216.772,66	5,82	1.287.444,70	5,81
Sentenças Judiciais	785.893,95	1.073.618,28	36,61	826.000,00	-23,06	1.198.631,33	45,11	1.266.953,32	5,70	1.339.169,66	5,70
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.846,12	239,70	-93,77	6.000,00	2.403,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	501.686,13	928.745,29	85,12	305.500,00	-67,11	928.131,36	203,81	984.609,85	6,09	1.044.022,61	6,03
APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENT	591.248,75	814.250,57	37,72	890.000,00	9,30	926.303,01	4,08	980.682,28	5,87	1.037.876,17	5,83
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDIC.	591.248,75	814.250,57	37,72	890.000,00	9,30	926.303,01	4,08	980.682,28	5,87	1.037.876,17	5,83
APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE OPERAÇÃO DE ÓRC	2.918.500,44	4.553.814,12	56,03	4.375.000,00	-3,93	5.170.242,30	18,18	5.480.696,11	6,00	5.807.135,79	5,96
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDIC	2.918.500,44	4.553.814,12	56,03	4.375.000,00	-3,93	5.170.242,30	18,16	5.480.696,11	6,00	5.807.135,79	5,96
DESPESAS DE CAPITAL	**19.807.151,65**	**37.924.612,87**	**91,47**	**48.720.860,00**	**28,47**	**50.839.009,77**	**4,35**	**53.720.129,33**	**5,67**	**56.709.105,71**	**5,56**
INVESTIMENTOS	17.591.141,47	34.676.694,54	97,13	45.220.860,00	30,41	47.162.366,22	4,29	49.833.917,10	5,66	52.601.379,38	5,55
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIAN	22.916,40	747.473,51	3.161,74	49.100,00	-93,43	846.140,01	1.623,30	894.369,99	5,70	945.349,08	5,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLIC	22.916,40	747.473,51	3.161,74	49.100,00	-93,43	846.140,01	1.623,30	894.369,99	5,70	945.349,08	5,70
APLICAÇÕES DIRETAS	17.568.225,07	33.929.221,03	93,13	45.171.760,00	33,14	46.316.226,21	2,53	48.939.547,11	5,66	51.656.030,30	5,55
MATERIAL DE CONSUMO	171.683,12	764.851,65	345,50	209.000,00	-72,67	41.799,07	-80,00	44.611,62	6,73	48.527,48	8,78
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDIC.	18.215,32	84.823,28	365,67	59.000,00	-30,44	276.019,95	367,83	321.493,09	16,47	407.278,20	26,68
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRAS E INSTALAÇÕES	10.810.395,08	26.678.963,47	146,79	40.395.000,00	51,41	39.167.080,12	-3,04	41.513.003,69	5,99	43.671.344,90	5,20
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.514.875,21	6.190.684,71	76,13	4.506.760,00	-27,20	6.591.722,62	46,26	6.807.290,81	3,27	7.261.416,39	6,67
Aquisição de Imóveis	2.425.290,50	0,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	627.765,84	209.897,92	-66,56	0,00	0,00	237.604,45	0,00	251.147,90	5,70	265.463,33	5,70

Câmara Municipal

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Despesas											
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.216.010,18	3.247.918,33	46,57	3.500.000,00	7,76	3.676.643,55	5,05	3.886.212,23	5,70	4.107.726,33	5,70
APLICAÇÕES DIRETAS	2.216.010,18	3.247.918,33	46,57	3.500.000,00	7,76	3.676.643,55	5,05	3.886.212,23	5,70	4.107.726,33	5,70
PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	2.216.010,18	3.247.918,33	46,57	3.500.000,00	7,76	3.676.643,55	5,05	3.886.212,23	5,70	4.107.726,33	5,70
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Câmara Municipal de João Monlevade

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receitas											
ARRECADADORA	**315.062.583,48**	**387.751.465,74**	**83,84**	**436.712.000,00**	**27,01**	**470.304.826,78**	**1,07**	**502.807.435,42**	**-10,57**	**539.873.337,74**	**13,12**
Receitas Correntes	**305.622.848,93**	**372.462.264,87**	**21,87**	**419.212.000,00**	**12,55**	**454.073.359,40**	**8,32**	**489.561.674,40**	**7,82**	**525.872.568,33**	**7,42**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	43.189.426,42	59.963.714,87	38,84	75.783.400,00	26,38	74.955.181,71	-1,09	81.444.956,57	8,66	84.247.380,64	3,44
Impostos	41.989.721,58	58.298.363,01	38,84	74.257.000,00	27,37	73.099.419,21	-1,56	79.483.086,10	8,73	82.173.968,41	3,39
Impostos sobre o Patrimônio	4.294.826,15	17.314.255,61	303,14	20.866.000,00	20,51	22.705.409,63	8,82	24.444.617,98	7,66	25.340.307,61	3,66
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	1.199.745,90	13.377.594,99	1.015,04	15.865.000,00	18,59	17.249.109,81	8,72	18.734.309,07	8,61	19.361.511,09	3,35
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	0,00	10.507.356,64	0,00	13.000.000,00	23,72	14.000.000,00	7,69	15.300.000,00	9,29	15.730.000,00	2,81
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	0,00	0,00	0,00	13.000.000,00	0,00	14.000.000,00	7,69	15.300.000,00	9,29	15.730.000,00	2,81
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	49.423,61	55.294,31	11,88	65.000,00	17,55	62.593,16	-3,70	66.160,97	5,70	71.378,55	7,89
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	839.754,58	2.114.616,23	151,81	2.000.000,00	-5,42	2.393.745,57	19,69	2.530.189,07	5,70	2.674.409,85	5,70
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	310.567,71	700.327,81	125,50	800.000,00	14,23	792.771,08	-0,90	837.959,03	5,70	885.722,69	5,70
Impostos sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e	3.095.080,25	3.936.660,62	27,19	5.001.000,00	27,04	5.456.299,82	9,10	5.710.308,91	4,66	5.978.796,52	4,70
Impost.sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direit	3.095.080,25	3.936.660,62	27,19	5.000.000,00	27,01	5.456.299,82	9,13	5.710.308,91	4,66	5.978.796,52	4,70
Impost.sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direi	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	5.388.266,00	7.905.498,25	46,72	8.056.000,00	1,90	10.949.024,02	35,91	11.459.118,39	4,66	12.998.288,13	13,43
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	5.388.266,00	7.905.498,25	46,72	8.056.000,00	1,90	10.949.024,02	35,91	11.459.118,39	4,66	12.998.288,13	13,43
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	5.337.800,87	7.849.904,84	47,06	8.000.000,00	1,91	10.886.092,28	36,08	11.392.599,54	4,65	12.927.977,71	13,48
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Prir	5.337.800,87	7.849.904,84	47,06	8.000.000,00	1,91	10.886.092,28	36,08	11.392.599,54	4,65	12.927.977,71	13,48
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendim	50.465,13	55.593,41	10,16	56.000,00	0,73	62.931,74	12,38	66.518,85	5,70	70.310,42	5,70
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendin	50.465,13	55.593,41	10,16	56.000,00	0,73	62.931,74	12,38	66.518,85	5,70	70.310,42	5,70
Impostos sobre a Produção e Circulação de Mercadorias e S	22.990.837,18	33.078.609,15	43,88	45.335.000,00	37,05	39.444.985,56	-12,99	43.579.349,73	10,48	43.835.372,67	0,59
Impostos sobre Serviços	22.990.837,18	33.078.609,15	43,88	45.335.000,00	37,05	39.444.985,56	-12,99	43.579.349,73	10,48	43.835.372,67	0,59
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	22.990.837,18	33.078.609,15	43,88	45.335.000,00	37,05	39.444.985,56	-12,99	43.579.349,73	10,48	43.835.372,67	0,59
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - I	22.753.935,08	32.585.845,65	43,21	45.000.000,00	38,10	38.887.177,28	-13,58	42.989.746,38	10,55	43.212.161,92	0,52
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - I	1.663,98	4.854,84	191,76	5.000,00	2,99	5.495,68	9,91	5.808,93	5,70	6.140,04	5,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - D	176.490,75	356.158,81	101,80	230.000,00	-35,42	403.171,77	75,29	426.152,56	5,70	450.443,26	5,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - I	58.747,37	131.749,85	124,27	100.000,00	-24,10	149.140,83	49,14	157.641,86	5,70	166.627,45	5,70
Taxas	1.199.704,84	1.665.351,86	38,81	1.526.400,00	-8,34	1.855.762,50	21,58	1.961.870,47	5,72	2.073.412,23	5,69
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	204.379,58	295.264,65	44,47	326.400,00	10,54	340.000,67	4,17	359.710,21	5,80	379.828,84	5,62
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	203.453,27	294.611,90	44,81	275.000,00	-6,66	333.500,67	21,27	352.510,21	5,70	372.603,29	5,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	159.286,97	220.618,83	38,50	220.000,00	-0,28	249.740,52	13,52	263.975,73	5,70	279.022,35	5,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Jur	805,34	3.216,02	299,34	5.000,00	55,47	3.640,53	-27,19	3.848,04	5,70	4.067,38	5,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	31.969,74	55.869,81	74,76	35.000,00	-37,35	63.244,62	80,70	66.849,56	5,70	70.659,98	5,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Juros de Mor	11.391,22	14.907,24	30,87	15.000,00	0,62	16.875,00	12,50	17.836,88	5,70	18.853,58	5,70

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receitas											
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	926,31	652,75	-29,53	51.400,00	7.774,38	6.500,00	-87,35	7.200,00	10,77	7.325,55	1,74
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	926,31	652,75	-29,53	50.000,00	7.559,90	5.000,00	-90,00	5.700,00	14,00	5.825,55	2,20
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multas e Jur	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multas e Jur	0,00	0,00	0,00	900,00	0,00	500,00	-44,44	500,00	0,00	500,00	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços	995.325,26	1.370.087,21	37,65	1.200.000,00	-12,41	1.515.761,83	26,31	1.602.160,26	5,70	1.693.483,39	5,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral	995.325,26	1.370.087,21	37,65	1.200.000,00	-12,41	1.515.761,83	26,31	1.602.160,26	5,70	1.693.483,39	5,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	877.158,63	1.097.177,79	25,08	1.000.000,00	-8,86	1.206.828,37	20,68	1.275.617,59	5,70	1.348.327,79	5,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Jur	6.036,14	9.184,42	52,16	8.000,00	-12,90	10.396,76	29,96	10.989,38	5,70	11.615,77	5,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa	81.609,67	190.107,85	132,95	150.000,00	-21,10	215.202,09	43,47	227.468,61	5,70	240.434,32	5,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Jur	30.520,82	73.617,15	141,20	42.000,00	-42,95	83.334,61	98,42	88.084,68	5,70	93.105,51	5,70
Contribuições	6.716.041,84	7.277.979,59	8,37	8.000.000,00	9,92	8.238.672,90	2,98	8.708.277,26	5,70	9.204.649,06	5,70
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	6.716.041,84	7.277.979,59	8,37	8.000.000,00	9,92	8.238.672,90	2,98	8.708.277,26	5,70	9.204.649,06	5,70
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Públic	6.716.041,84	7.277.979,59	8,37	8.000.000,00	9,92	8.238.672,90	2,98	8.708.277,26	5,70	9.204.649,06	5,70
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Públic	6.716.041,84	7.277.979,59	8,37	8.000.000,00	9,92	8.238.672,90	2,98	8.708.277,26	5,70	9.204.649,06	5,70
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Públi	6.716.041,84	7.277.979,59	8,37	8.000.000,00	9,92	8.238.672,90	2,98	8.708.277,26	5,70	9.204.649,06	5,70
Receita Patrimonial	2.259.605,65	12.546.243,30	455,24	7.919.000,00	-36,88	13.851.716,05	74,92	14.659.837,86	5,83	15.502.255,62	5,75
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	60.472,50	17.310,03	-71,38	0,00	0,00	19.594,95	0,00	20.711,86	5,70	21.892,44	5,70
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	60.472,50	17.310,03	-71,38	0,00	0,00	19.594,95	0,00	20.711,86	5,70	21.892,44	5,70
Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito d	60.472,50	17.310,03	-71,38	0,00	0,00	19.594,95	0,00	20.711,86	5,70	21.892,44	5,70
Conc.Permiss.Autor.ou Cessão do Direito de Uso de Bens	60.472,50	17.310,03	-71,38	0,00	0,00	19.594,95	0,00	20.711,86	5,70	21.892,44	5,70
Valores Mobiliários	2.199.133,15	12.528.933,27	469,72	7.907.000,00	-36,89	13.832.121,10	74,94	14.639.126,00	5,83	15.480.363,18	5,75
Juros e Correções Monetárias	2.197.235,62	12.526.181,55	470,09	7.905.000,00	-36,89	13.829.006,15	74,94	14.635.833,50	5,83	15.476.883,01	5,75
Remuneração de Depósitos Bancários	2.197.235,62	12.526.181,55	470,09	7.905.000,00	-36,89	13.829.006,15	74,94	14.635.833,50	5,83	15.476.883,01	5,75
Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.197.235,62	12.526.181,55	470,09	7.905.000,00	-36,89	13.829.006,15	74,94	14.635.833,50	5,83	15.476.883,01	5,75
Dividendos	1.897,53	2.751,72	45,02	2.000,00	-27,32	3.114,95	55,75	3.292,50	5,70	3.480,17	5,70
Dividendos	1.897,53	2.751,72	45,02	2.000,00	-27,32	3.114,95	55,75	3.292,50	5,70	3.480,17	5,70
Dividendos - Principal	1.897,53	2.751,72	45,02	2.000,00	-27,32	3.114,95	55,75	3.292,50	5,70	3.480,17	5,70
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais - Principal	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Câmara Municipal

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receitas											
Receita de Serviços	24.522.340,83	27.749.849,86	13,16	33.961.500,00	22,38	36.170.000,00	6,50	39.562.000,00	9,38	43.024.000,00	8,75
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	24.227.717,15	27.469.815,91	13,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	24.227.717,15	27.469.815,91	13,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	24.227.717,15	27.469.815,91	13,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	23.556.716,36	26.650.835,30	13,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e J	291.004,47	493.520,34	69,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ati	338.279,83	274.259,92	-18,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e J	41.716,49	51.200,35	22,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	294.623,68	280.033,95	-4,95	33.961.500,00	12.027,64	36.170.000,00	6,50	39.562.000,00	9,38	43.024.000,00	8,75
Outros Serviços	294.623,68	280.033,95	-4,95	33.961.500,00	12.027,64	36.170.000,00	6,50	39.562.000,00	9,38	43.024.000,00	8,75
Receita de Serviços Sujeitos à Regulação	0,00	0,00	0,00	33.919.000,00	0,00	36.130.000,00	6,52	39.522.000,00	9,39	42.984.000,00	8,76
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00	26.497.000,00	0,00	28.380.000,00	7,11	31.442.000,00	10,79	34.584.000,00	9,99
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00	26.497.000,00	0,00	28.000.000,00	5,67	31.000.000,00	10,71	34.101.000,00	10,00
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	230.000,00	15,00	250.000,00	8,70
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	180.000,00	20,00	200.000,00	11,11
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	32.000,00	6,67	33.000,00	3,13
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	0,00	0,00	0,00	6.906.000,00	0,00	7.200.000,00	4,26	7.500.000,00	4,17	7.800.000,00	4,00
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	0,00	0,00	0,00	6.906.000,00	0,00	7.200.000,00	4,26	7.500.000,00	4,17	7.800.000,00	4,00
Outros Serviços Sujeitos à Regulação	0,00	0,00	0,00	516.000,00	0,00	550.000,00	6,59	580.000,00	5,45	600.000,00	3,45
Outros Serviços Sujeitos à Regulação - Principal	0,00	0,00	0,00	516.000,00	0,00	550.000,00	6,59	580.000,00	5,45	600.000,00	3,45
Outros Serviços	294.623,68	280.033,95	-4,95	42.500,00	-84,82	40.000,00	-5,88	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00
Outros Serviços - Principal	294.623,68	280.033,95	-4,95	42.500,00	-84,82	40.000,00	-5,88	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00
Transferências Correntes	227.696.530,94	259.955.655,10	14,17	288.004.600,00	10,79	316.238.684,90	9,80	340.249.147,94	7,59	368.620.331,32	8,34
Transferências da União e de suas Entidades	93.001.202,09	108.430.440,83	16,59	126.639.600,00	16,79	137.011.573,04	8,19	144.051.932,71	5,14	150.629.032,88	4,57
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da U	53.157.296,16	66.866.787,36	25,79	87.010.000,00	30,12	89.693.203,29	3,08	94.007.715,89	4,81	97.568.155,70	3,79
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	53.155.470,35	66.865.044,03	25,79	87.000.000,00	30,11	89.691.229,84	3,09	94.005.629,95	4,81	97.565.950,86	3,79
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	49.119.686,82	61.206.371,05	24,61	80.000.000,00	30,71	80.285.612,03	0,36	84.234.891,92	4,92	87.409.280,76	3,77
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Co	49.119.686,82	61.206.371,05	24,61	80.000.000,00	30,71	80.285.612,03	0,36	84.234.891,92	4,92	87.409.280,76	3,77
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	4.035.783,53	5.658.672,98	40,21	7.000.000,00	23,70	9.405.617,81	34,37	9.770.738,03	3,88	10.156.670,10	3,95
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Co	4.035.783,53	5.658.672,98	40,21	7.000.000,00	23,70	9.405.617,81	34,37	9.770.738,03	3,88	10.156.670,10	3,95
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rura	1.825,81	1.743,33	-4,52	10.000,00	473,61	1.973,45	-80,27	2.085,94	5,70	2.204,84	5,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	1.825,81	1.743,33	-4,52	10.000,00	473,61	1.973,45	-80,27	2.085,94	5,70	2.204,84	5,70
Transferências das Compensações Financeiras pela Explor	2.492.713,97	3.765.434,24	51,06	3.200.000,00	-15,02	4.862.471,56	51,95	5.205.432,43	7,05	5.562.242,08	6,85

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.G

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receitas											
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de	1.543.204,67	1.039.242,17	-32,66	1.500.000,00	44,34	1.576.422,14	5,09	1.743.478,20	10,60	1.814.356,46	4,07
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração d	1.543.204,67	1.039.242,17	-32,66	1.500.000,00	44,34	1.576.422,14	5,09	1.743.478,20	10,60	1.814.356,46	4,07
Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de	949.509,30	1.481.665,62	56,05	1.700.000,00	14,74	1.877.245,48	10,43	1.972.848,47	5,09	2.173.900,83	10,19
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	949.509,30	1.481.665,62	56,05	1.700.000,00	14,74	1.877.245,48	10,43	1.972.848,47	5,09	2.173.900,83	10,19
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Princip	949.509,30	1.481.665,62	56,05	1.700.000,00	14,74	1.877.245,48	10,43	1.972.848,47	5,09	2.173.900,83	10,19
Outras Transferências decorrentes de Compensação Finan	0,00	1.244.526,45	0,00	0,00	0,00	1.408.803,94	0,00	1.489.105,76	5,70	1.573.984,79	5,70
Outras Transf.dec.de Compensação Financeira pela Explo	0,00	1.244.526,45	0,00	0,00	0,00	1.408.803,94	0,00	1.489.105,76	5,70	1.573.984,79	5,70
Transf.de Rec.do Sistema Único de Saúde – SUS	33.822.184,61	31.714.564,58	-6,23	32.150.000,00	1,37	35.900.887,11	11,67	37.947.237,68	5,70	40.110.230,22	5,70
Transf.de Rec.do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasse	33.822.184,61	31.714.564,58	-6,23	32.150.000,00	1,37	35.900.887,11	11,67	37.947.237,68	5,70	40.110.230,22	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	7.265.999,71	6.874.116,42	-5,39	7.000.000,00	1,83	7.781.499,79	11,16	8.225.045,28	5,70	8.693.872,86	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públic	7.265.999,71	6.874.116,42	-5,39	7.000.000,00	1,83	7.781.499,79	11,16	8.225.045,28	5,70	8.693.872,86	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	24.950.020,84	22.835.622,28	-8,47	23.000.000,00	0,72	25.849.924,42	12,39	27.323.370,11	5,70	28.880.802,21	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públic	24.950.020,84	22.835.622,28	-8,47	23.000.000,00	0,72	25.849.924,42	12,39	27.323.370,11	5,70	28.880.802,21	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	1.074.695,10	1.438.848,76	33,88	1.600.000,00	11,20	1.628.776,80	1,80	1.721.617,08	5,70	1.819.749,25	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públic	1.074.695,10	1.438.848,76	33,88	1.600.000,00	11,20	1.628.776,80	1,80	1.721.617,08	5,70	1.819.749,25	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	471.468,96	552.977,12	17,29	550.000,00	-0,54	625.970,10	13,81	661.650,40	5,70	699.364,47	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públic	471.468,96	552.977,12	17,29	550.000,00	-0,54	625.970,10	13,81	661.650,40	5,70	699.364,47	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	14.716,00	0,00	15.554,81	5,70	16.441,43	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públic	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	14.716,00	0,00	15.554,81	5,70	16.441,43	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públic	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento	2.436.644,27	2.824.153,56	15,90	2.850.000,00	0,92	3.396.941,83	19,19	3.559.167,52	4,78	3.871.780,08	8,78
Transf.do Salário-Educação	1.835.484,42	2.210.521,65	20,43	2.200.000,00	-0,48	2.502.310,51	13,74	2.644.942,21	5,70	2.795.703,92	5,70
Transf.do Salário-Educação - Principal	1.835.484,42	2.210.521,65	20,43	2.200.000,00	-0,48	2.502.310,51	13,74	2.644.942,21	5,70	2.795.703,92	5,70
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNA	595.904,00	601.704,00	0,97	640.000,00	6,36	881.128,93	37,68	899.953,28	2,14	1.060.990,62	17,89
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNA	595.904,00	601.704,00	0,97	640.000,00	6,36	881.128,93	37,68	899.953,28	2,14	1.060.990,62	17,89
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Esc	5.255,85	11.927,91	126,95	10.000,00	-16,16	13.502,39	35,02	14.272,03	5,70	15.085,54	5,70
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Es	5.255,85	11.927,91	126,95	10.000,00	-16,16	13.502,39	35,02	14.272,03	5,70	15.085,54	5,70
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de Assistência Social – FI	338.087,02	839.297,54	148,25	629.600,00	-24,98	950.084,82	50,90	1.004.239,65	5,70	1.061.481,31	5,70
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de Assistência Social – F	338.087,02	839.297,54	148,25	629.600,00	-24,98	950.084,82	50,90	1.004.239,65	5,70	1.061.481,31	5,70
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistê	338.087,02	839.297,54	148,25	629.600,00	-24,98	950.084,82	50,90	1.004.239,65	5,70	1.061.481,31	5,70
Transf.de Conv.da União e de Suas Entidades	0,00	67.670,88	0,00	0,00	0,00	76.603,44	0,00	80.969,84	5,70	85.585,12	5,70
Outras Transferências de Convênios da União e de Suas E	0,00	67.670,88	0,00	0,00	0,00	76.603,44	0,00	80.969,84	5,70	85.585,12	5,70

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receitas											
Outras Transferências de Convênios da União e de Suas E	0,00	67.670,88	0,00	0,00	0,00	76.603,44	0,00	80.969,84	5,70	85.585,12	5,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Ent	754.276,06	2.352.532,67	211,89	800.000,00	-65,99	2.131.380,99	166,42	2.247.169,70	5,43	2.369.558,37	5,45
Transferência Especial da União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência Especial da União - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar	0,00	619.262,94	0,00	800.000,00	29,19	801.005,65	0,13	840.962,97	4,99	883.197,86	5,02
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementa	0,00	619.262,94	0,00	800.000,00	29,19	801.005,65	0,13	840.962,97	4,99	883.197,86	5,02
Outras Transferências de Recursos da União e de suas En	754.276,06	1.175.243,23	55,81	0,00	0,00	1.330.375,34	0,00	1.406.206,73	5,70	1.486.360,51	5,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Er	754.276,06	1.175.243,23	55,81	0,00	0,00	1.330.375,34	0,00	1.406.206,73	5,70	1.486.360,51	5,70
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas I	97.493.385,49	110.432.689,86	13,27	115.365.000,00	4,47	126.841.553,32	9,95	138.167.679,86	8,93	154.167.079,56	11,58
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	82.194.080,93	92.872.524,57	12,99	108.080.000,00	16,37	113.331.697,82	4,86	123.324.204,61	8,82	134.958.284,28	9,43
Cota-Parte do ICMS	67.399.091,15	75.513.148,53	12,04	90.000.000,00	19,18	91.480.884,14	1,65	98.353.294,54	7,51	107.503.432,33	9,30
Cota-Parte do ICMS - Principal	67.399.091,15	75.513.148,53	12,04	90.000.000,00	19,18	91.480.884,14	1,65	98.353.294,54	7,51	107.503.432,33	9,30
Cota-Parte do IPVA	14.006.552,76	16.447.498,84	17,43	17.000.000,00	3,36	20.618.568,69	21,29	23.679.827,11	14,85	25.801.577,26	8,96
Cota-Parte do IPVA - Principal	14.006.552,76	16.447.498,84	17,43	17.000.000,00	3,36	20.618.568,69	21,29	23.679.827,11	14,85	25.801.577,26	8,96
Cota-Parte do IPI - Municípios	750.121,86	852.225,36	13,61	1.000.000,00	17,34	1.164.719,11	16,47	1.219.708,10	4,72	1.577.831,46	29,36
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	750.121,86	852.225,36	13,61	1.000.000,00	17,34	1.164.719,11	16,47	1.219.708,10	4,72	1.577.831,46	29,36
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Eco	38.315,16	59.651,84	55,69	80.000,00	34,11	67.525,88	-15,59	71.374,86	5,70	75.443,23	5,70
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Ec	38.315,16	59.651,84	55,69	80.000,00	34,11	67.525,88	-15,59	71.374,86	5,70	75.443,23	5,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – S	14.996.938,17	13.855.122,29	-7,61	7.000.000,00	-49,48	11.315.746,83	61,65	12.410.302,38	9,67	16.522.931,56	33,14
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – S	14.996.938,17	13.855.122,29	-7,61	7.000.000,00	-49,48	11.315.746,83	61,65	12.410.302,38	9,67	16.522.931,56	33,14
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – S	14.996.938,17	13.855.122,29	-7,61	7.000.000,00	-49,48	11.315.746,83	61,65	12.410.302,38	9,67	16.522.931,56	33,14
Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	302.366,39	3.705.043,00	1.125,35	265.000,00	-92,31	2.194.108,67	669,86	2.433.172,87	10,90	2.685.863,72	10,39
Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	265.012,00	1.145.495,94	332,24	200.000,00	-82,54	1.296.701,40	548,35	1.370.613,38	5,70	1.448.738,34	5,70
Transferências de Estados destinadas à Assistência Socia	265.012,00	1.145.495,94	332,24	200.000,00	-82,54	1.296.701,40	548,35	1.370.613,38	5,70	1.448.738,34	5,70
Transferências de Recursos Destinados a Programas de Ei	0,00	71.234,53	0,00	85.000,00	19,32	80.637,49	-5,13	85.233,83	5,70	90.092,16	5,70
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	0,00	71.234,53	0,00	85.000,00	19,32	80.637,49	-5,13	85.233,83	5,70	90.092,16	5,70
Outras Transferências dos Estados e DF	37.354,39	2.488.312,53	6.561,37	0,00	0,00	816.769,78	0,00	977.325,66	19,66	1.147.033,22	17,36
Outras Transferências dos Estados e DF - Principal	37.354,39	2.488.312,53	6.561,37	0,00	0,00	816.769,78	0,00	977.325,66	19,66	1.147.033,22	17,36
Transferências de Instituições Privadas	1.287.659,68	875.351,21	-32,02	0,00	0,00	859.718,48	0,00	908.722,43	5,70	960.519,61	5,70
Transferências de Instituições Privadas	1.287.659,68	875.351,21	-32,02	0,00	0,00	859.718,48	0,00	908.722,43	5,70	960.519,61	5,70
Outras TransferÃªncias de InstituiÃ§Ãµes Privadas	1.287.659,68	875.351,21	-32,02	0,00	0,00	859.718,48	0,00	908.722,43	5,70	960.519,61	5,70
Outras TransferÃªncias de InstituiÃ§Ãµes Privadas â€" Pri	1.287.659,68	875.351,21	-32,02	0,00	0,00	859.718,48	0,00	908.722,43	5,70	960.519,61	5,70
Transferências de Outras Instituições Públicas	35.889.129,89	40.214.953,25	12,05	45.000.000,00	11,90	51.523.327,08	14,50	57.118.156,72	10,86	62.860.891,65	10,05

Câmara Municipal de João Monlevade

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receitas											
Transferências de Recursos do FUNDEB	35.889.129,89	40.214.953,25	12,05	45.000.000,00	11,90	51.523.327,08	14,50	57.118.156,72	10,86	62.860.891,65	10,05
Transferências de Recursos do FUNDEB	35.889.129,89	40.214.953,25	12,05	45.000.000,00	11,90	51.523.327,08	14,50	57.118.156,72	10,86	62.860.891,65	10,05
Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	35.889.129,89	40.214.953,25	12,05	45.000.000,00	11,90	51.523.327,08	14,50	57.118.156,72	10,86	62.860.891,65	10,05
Demais Transferências Correntes	25.153,79	2.219,95	-91,17	1.000.000,00	44.946,06	2.512,98	-99,75	2.656,22	5,70	2.807,62	5,70
Transferências de Pessoas Físicas	25.153,79	2.219,95	-91,17	1.000.000,00	44.946,06	2.512,98	-99,75	2.656,22	5,70	2.807,62	5,70
Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Saúde	25.153,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Saúde	25.153,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Pessoas Físicas	0,00	2.219,95	0,00	1.000.000,00	44.946,06	2.512,98	-99,75	2.656,22	5,70	2.807,62	5,70
Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal	0,00	2.219,95	0,00	1.000.000,00	44.946,06	2.512,98	-99,75	2.656,22	5,70	2.807,62	5,70
Outras Receitas Correntes	1.238.903,25	4.968.822,15	301,07	5.543.500,00	11,57	4.619.103,84	-16,68	4.937.454,77	6,89	5.273.951,69	6,82
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	860.024,87	1.637.033,26	90,35	1.510.000,00	-7,76	2.854.121,65	89,01	2.959.749,58	3,70	3.071.398,30	3,77
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	860.024,87	1.637.033,26	90,35	1.510.000,00	-7,76	2.854.121,65	89,01	2.959.749,58	3,70	3.071.398,30	3,77
Multas Previstas em Legislação Específica	817.412,60	1.622.992,84	98,55	1.500.000,00	-7,58	2.837.227,89	89,15	2.941.949,88	3,69	3.052.641,02	3,76
Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	817.412,60	1.622.992,84	98,55	1.500.000,00	-7,58	2.837.227,89	89,15	2.941.949,88	3,69	3.052.641,02	3,76
Multas por Danos Ambientais	41.239,25	14.040,42	-65,95	5.000,00	-64,39	15.893,76	217,88	16.799,70	5,70	17.757,28	5,70
Multas Administrativas por Danos Ambientais	41.239,25	14.040,42	-65,95	5.000,00	-64,39	15.893,76	217,88	16.799,70	5,70	17.757,28	5,70
Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	41.239,25	14.040,42	-65,95	5.000,00	-64,39	15.893,76	217,88	16.799,70	5,70	17.757,28	5,70
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	1.373,02	0,00	0,00	5.000,00	0,00	1.000,00	-80,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	1.373,02	0,00	0,00	5.000,00	0,00	1.000,00	-80,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	113.929,01	2.676.601,41	2.249,36	3.403.500,00	27,16	1.018.864,14	-70,06	1.190.768,40	16,87	1.372.471,20	15,26
Indenizações	0,00	458,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Indenizações	0,00	458,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Indenizações - Principal	0,00	458,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	113.929,01	2.676.143,16	2.248,96	3.403.500,00	27,18	1.018.864,14	-70,06	1.190.768,40	16,87	1.372.471,20	15,26
Restituição de Convênios	5.733,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituição de Convênios - Primárias	5.733,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituição de Convênios - Primárias - Principal	5.733,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituição de Convênios - Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituição de Convênios - Financeiras - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Restituições	108.195,61	2.676.143,16	2.373,43	3.403.500,00	27,18	1.018.864,14	-70,06	1.190.768,40	16,87	1.372.471,20	15,26
Outras Restituições - Principal	108.195,61	2.676.143,16	2.373,43	3.403.500,00	27,18	1.018.864,14	-70,06	1.190.768,40	16,87	1.372.471,20	15,26
Demais Receitas Correntes	264.949,37	655.187,48	147,29	630.000,00	-3,84	746.118,05	18,43	786.936,79	5,47	830.082,19	5,48
Outras Receitas Correntes	264.949,37	655.187,48	147,29	630.000,00	-3,84	746.118,05	18,43	786.936,79	5,47	830.082,19	5,48

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receitas											
Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas	59.223,36	170.700,30	188,23	120.000,00	-29,70	193.232,74	61,03	204.247,01	5,70	215.889,09	5,70
Ônus de Sucumbência	59.223,36	170.700,30	188,23	120.000,00	-29,70	193.232,74	61,03	204.247,01	5,70	215.889,09	5,70
Ônus de Sucumbência - Principal	59.223,36	170.700,30	188,23	120.000,00	-29,70	193.232,74	61,03	204.247,01	5,70	215.889,09	5,70
Outras Receitas	205.726,01	484.487,18	135,50	510.000,00	5,27	552.885,31	8,41	582.689,78	5,39	614.193,10	5,41
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela F	205.726,01	484.487,18	135,50	10.000,00	-97,94	522.885,31	5.128,85	552.689,78	5,70	584.193,10	5,70
Outras Receit.Não Arrec e Não Projet pela RFB - Primária	193.592,63	476.229,85	146,00	0,00	0,00	513.538,01	0,00	542.809,68	5,70	573.749,83	5,70
Outras Receit.Não Arrec e Não Projet pela RFB - Primária	12.133,38	8.257,33	-31,95	10.000,00	21,10	9.347,30	-6,53	9.880,10	5,70	10.443,27	5,70
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela F	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	30.000,00	-94,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00
Outras Receit.Não Arrec e Não Projet pela RFB - Finance	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	30.000,00	-94,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00
Receitas de Capital	**9.439.734,55**	**15.289.200,87**	**61,97**	**17.500.000,00**	**14,46**	**16.231.467,38**	**-7,25**	**13.245.761,02**	**-18,39**	**14.000.769,41**	**5,70**
Operações de Crédito	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	5.000.000,00	-4,81	4.946.235,23	-1,08	3.785.170,64	-23,47	4.143.425,37	9,46
Operações de Crédito - Mercado Interno	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	5.000.000,00	-4,81	4.946.235,23	-1,08	3.785.170,64	-23,47	4.143.425,37	9,46
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	500.000,00	-50,00	500.000,00	0,00
Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	500.000,00	-50,00	500.000,00	0,00
Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde -	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	500.000,00	-50,00	500.000,00	0,00
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	4.000.000,00	-23,85	3.946.235,23	-1,34	3.285.170,64	-16,75	3.643.425,37	10,91
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	4.000.000,00	-23,85	3.946.235,23	-1,34	3.285.170,64	-16,75	3.643.425,37	10,91
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	4.000.000,00	-23,85	3.946.235,23	-1,34	3.285.170,64	-16,75	3.643.425,37	10,91
Alienação de Bens	0,00	868.630,00	0,00	3.200.000,00	268,40	3.950.461,16	23,45	2.004.637,45	-49,26	2.061.901,79	2,86
Alienação de Bens Móveis	0,00	215.585,00	0,00	200.000,00	-7,23	3.211.214,22	1.505,61	1.223.253,43	-61,91	1.235.978,88	1,04
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	215.585,00	0,00	200.000,00	-7,23	3.211.214,22	1.505,61	1.223.253,43	-61,91	1.235.978,88	1,04
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	215.585,00	0,00	200.000,00	-7,23	3.211.214,22	1.505,61	1.223.253,43	-61,91	1.235.978,88	1,04
Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	0,00	215.585,00	0,00	200.000,00	-7,23	3.211.214,22	1.505,61	1.223.253,43	-61,91	1.235.978,88	1,04
Alienação de Bens Imóveis	0,00	653.045,00	0,00	3.000.000,00	359,39	739.246,94	-75,36	781.384,02	5,70	825.922,91	5,70
Alienação de Bens Imóveis	0,00	653.045,00	0,00	3.000.000,00	359,39	739.246,94	-75,36	781.384,02	5,70	825.922,91	5,70
Alienação de Bens Imóveis	0,00	653.045,00	0,00	3.000.000,00	359,39	739.246,94	-75,36	781.384,02	5,70	825.922,91	5,70
Alienação de Bens Imóveis - Principal	0,00	653.045,00	0,00	3.000.000,00	359,39	739.246,94	-75,36	781.384,02	5,70	825.922,91	5,70
Transferências de Capital	2.690.552,77	9.167.712,89	240,74	9.300.000,00	1,44	7.334.770,99	-21,13	7.455.952,93	1,65	7.795.442,25	4,55
Transferências da União e de suas Entidades	295.552,77	1.623.330,59	449,25	8.300.000,00	411,29	3.037.610,23	-63,40	2.942.354,01	-3,14	3.053.068,19	3,76
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SU	149.995,00	199.686,00	33,13	0,00	0,00	226.044,55	0,00	238.929,09	5,70	252.548,05	5,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – S	0,00	199.686,00	0,00	0,00	0,00	226.044,55	0,00	238.929,09	5,70	252.548,05	5,70
Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da F	0,00	199.686,00	0,00	0,00	0,00	226.044,55	0,00	238.929,09	5,70	252.548,05	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Estrut.da Rede de Serv.Públicos	0,00	199.686,00	0,00	0,00	0,00	226.044,55	0,00	238.929,09	5,70	252.548,05	5,70

Câmara Municipal

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receitas											
Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de S	149.995,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de :	149.995,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvc	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	200.000,00	-60,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	200.000,00	-60,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Programa Nacional de Reestruturaç	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	200.000,00	-60,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.para o Prog Nacional de Reest e Aquis de Equip pa	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	200.000,00	-60,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistên	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	56.600,00	0,00	59.826,20	5,70	63.236,29	5,70
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistê	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	56.600,00	0,00	59.826,20	5,70	63.236,29	5,70
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistê	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	56.600,00	0,00	59.826,20	5,70	63.236,29	5,70
Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	0,00	1.273.644,59	0,00	7.500.000,00	488,86	2.441.765,68	-67,44	2.523.946,32	3,37	2.610.611,26	3,44
Transferências de Convênios da União destinadas a Progra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Prog	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Progra	0,00	795.812,48	0,00	6.500.000,00	716,78	900.859,73	-86,14	952.208,73	5,70	1.006.484,63	5,70
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	0,00	795.812,48	0,00	6.500.000,00	716,78	900.859,73	-86,14	952.208,73	5,70	1.006.484,63	5,70
Transferências de Convênios da União destinadas a Progra	0,00	477.832,11	0,00	1.000.000,00	109,28	1.540.905,95	54,09	1.571.737,59	2,00	1.604.326,63	2,07
Transf.de Convênios da União destinadas a Programas de	0,00	477.832,11	0,00	1.000.000,00	109,28	1.540.905,95	54,09	1.571.737,59	2,00	1.604.326,63	2,07
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Ent	145.557,77	100.000,00	-31,30	300.000,00	200,00	113.200,00	-62,27	119.652,40	5,70	126.472,59	5,70
TransferÃªncia Especial da UniÃ£o	0,00	100.000,00	0,00	300.000,00	200,00	113.200,00	-62,27	119.652,40	5,70	126.472,59	5,70
TransferÃªncia Especial da UniÃ£o - Principal	0,00	100.000,00	0,00	300.000,00	200,00	113.200,00	-62,27	119.652,40	5,70	126.472,59	5,70
Outras Transferências De Recursos da União e de suas En	145.557,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências De Recursos da União e de suas E	145.557,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas I	2.200.000,00	7.544.382,30	242,93	1.000.000,00	-86,75	4.297.160,76	329,72	4.513.598,92	5,04	4.742.374,06	5,07
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – S	150.000,00	1.609.923,88	973,28	0,00	0,00	1.822.433,83	0,00	1.926.312,56	5,70	2.036.112,38	5,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – S	150.000,00	1.609.923,88	973,28	0,00	0,00	1.822.433,83	0,00	1.926.312,56	5,70	2.036.112,38	5,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – S	150.000,00	1.609.923,88	973,28	0,00	0,00	1.822.433,83	0,00	1.926.312,56	5,70	2.036.112,38	5,70
Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas I	0,00	1.744.458,42	0,00	500.000,00	-71,34	1.974.726,93	294,95	2.087.286,36	5,70	2.206.261,68	5,70
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Pro	0,00	1.394.458,42	0,00	500.000,00	-64,14	1.578.526,93	215,71	1.668.502,96	5,70	1.763.607,63	5,70
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Pr	0,00	1.394.458,42	0,00	500.000,00	-64,14	1.578.526,93	215,71	1.668.502,96	5,70	1.763.607,63	5,70
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e d	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	396.200,00	0,00	418.783,40	5,70	442.654,05	5,70
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e d	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	396.200,00	0,00	418.783,40	5,70	442.654,05	5,70
Outras Transferências de Recursos dos Estados	2.050.000,00	4.190.000,00	104,39	500.000,00	-88,07	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00
Outras Transferências de Recursos dos Estados	2.050.000,00	4.190.000,00	104,39	500.000,00	-88,07	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00
Outras Transferências de Recursos dos Estados - Principa	2.050.000,00	4.190.000,00	104,39	500.000,00	-88,07	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receitas											
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	195.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	195.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	195.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital - Principal	195.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CORRENTE INTRAORÇAMENTÁRIA	**520.296,21**	**819.574,50**	**57,52**	**890.000,00**	**8,59**	**965.500,00**	**8,48**	**1.050.500,00**	**8,80**	**1.085.500,00**	**3,33**
Receitas Correntes	**520.296,21**	**819.574,50**	**57,52**	**890.000,00**	**8,59**	**965.500,00**	**8,48**	**1.050.500,00**	**8,80**	**1.085.500,00**	**3,33**
Receita de Serviços	520.296,21	819.574,50	57,52	890.000,00	8,59	965.500,00	8,48	1.050.500,00	8,80	1.085.500,00	3,33
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	520.296,21	819.574,50	57,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	520.296,21	819.574,50	57,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	520.296,21	819.574,50	57,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	520.296,21	819.534,27	57,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e J	0,00	40,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ati	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e J	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	890.000,00	0,00	965.500,00	8,48	1.050.500,00	8,80	1.085.500,00	3,33
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	890.000,00	0,00	965.500,00	8,48	1.050.500,00	8,80	1.085.500,00	3,33
Receita de Serviços Sujeitos à Regulação	0,00	0,00	0,00	890.000,00	0,00	965.500,00	8,48	1.050.500,00	8,80	1.085.500,00	3,33
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00	685.000,00	0,00	755.500,00	10,29	830.500,00	9,93	855.500,00	3,01
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00	685.000,00	0,00	720.000,00	5,11	790.000,00	9,72	810.000,00	2,53
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	35.000,00	16,67	40.000,00	14,29
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	0,00	0,00	0,00	205.000,00	0,00	210.000,00	2,44	220.000,00	4,76	230.000,00	4,55
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	0,00	0,00	0,00	205.000,00	0,00	210.000,00	2,44	220.000,00	4,76	230.000,00	4,55

Câmara Municipal de J. Monlevade
201

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receitas											
DEDUÇÃO FUNDEB	**(26.255.453,65)**	**(30.915.780,90)**	**17,75**	**(37.602.000,00)**	**21,63**	**(36.270.326,78)**	**-3,54**	**(38.857.935,42)**	**7,13**	**(40.958.837,74)**	**5,41**
Receitas Correntes	**(26.255.453,65)**	**(30.915.780,90)**	**17,75**	**(37.602.000,00)**	**21,63**	**(36.270.326,78)**	**-3,54**	**(38.857.935,42)**	**7,13**	**(40.958.837,74)**	**5,41**
Transferências Correntes	(26.255.453,65)	(30.915.780,90)	17,75	(37.602.000,00)	21,63	(36.270.326,78)	-3,54	(38.857.935,42)	7,13	(40.958.837,74)	5,41
Transferências da União e de suas Entidades	(9.824.302,20)	(12.353.227,85)	25,74	(16.002.000,00)	29,54	(13.857.516,73)	-13,40	(14.647.395,19)	5,70	(15.482.296,72)	5,70
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da U	(9.824.302,20)	(12.241.622,55)	24,61	(16.002.000,00)	30,72	(13.857.516,73)	-13,40	(14.647.395,19)	5,70	(15.482.296,72)	5,70
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	(9.823.937,05)	(12.241.273,91)	24,61	(16.000.000,00)	30,71	(13.857.122,07)	-13,39	(14.646.978,03)	5,70	(15.481.855,78)	5,70
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	(9.823.937,05)	(12.241.273,91)	24,61	(16.000.000,00)	30,71	(13.857.122,07)	-13,39	(14.646.978,03)	5,70	(15.481.855,78)	5,70
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Co	(9.823.937,05)	(12.241.273,91)	24,61	(16.000.000,00)	30,71	(13.857.122,07)	-13,39	(14.646.978,03)	5,70	(15.481.855,78)	5,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	(365,15)	(348,64)	-4,52	(2.000,00)	473,66	(394,66)	-80,27	(417,16)	5,70	(440,94)	5,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	(365,15)	(348,64)	-4,52	(2.000,00)	473,66	(394,66)	-80,27	(417,16)	5,70	(440,94)	5,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Ent	0,00	(111.605,30)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas E	(16.431.151,45)	(18.562.553,05)	12,97	(21.600.000,00)	16,36	(22.412.810,05)	3,76	(24.210.540,23)	8,02	(25.476.541,02)	5,23
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	(16.431.151,45)	(18.562.553,05)	12,97	(21.600.000,00)	16,36	(22.412.810,05)	3,76	(24.210.540,23)	8,02	(25.476.541,02)	5,23
Cota-Parte do ICMS	(13.479.817,84)	(15.102.609,39)	12,04	(18.000.000,00)	19,18	(18.096.153,83)	0,53	(19.070.634,60)	5,39	(20.100.660,77)	5,40
Cota-Parte do ICMS - Principal	(13.479.817,84)	(15.102.609,39)	12,04	(18.000.000,00)	19,18	(18.096.153,83)	0,53	(19.070.634,60)	5,39	(20.100.660,77)	5,40
Cota-Parte do IPVA	(2.801.309,24)	(3.289.498,58)	17,43	(3.400.000,00)	3,36	(4.123.712,39)	21,29	(4.935.964,00)	19,70	(5.160.313,95)	4,55
Cota-Parte do IPVA - Principal	(2.801.309,24)	(3.289.498,58)	17,43	(3.400.000,00)	3,36	(4.123.712,39)	21,29	(4.935.964,00)	19,70	(5.160.313,95)	4,55
Cota-Parte do IPI - Municípios	(150.024,37)	(170.445,08)	13,61	(200.000,00)	17,34	(192.943,83)	-3,53	(203.941,63)	5,70	(215.566,30)	5,70
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	(150.024,37)	(170.445,08)	13,61	(200.000,00)	17,34	(192.943,83)	-3,53	(203.941,63)	5,70	(215.566,30)	5,70

Vereador - Câmara Municipal de J. Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Resumo											
TOTAL DA DESPESA	256.841.096,33	342.150.176,87	33,21	400.000.000,00	16,91	435.000.000,00	8,75	465.000.000,00	6,90	500.000.000,05	7,53
DESPESAS CORRENTES (X)	237.033.944,68	304.225.564,00	28,35	347.279.140,00	14,15	384.160.990,23	10,62	411.279.870,67	7,06	443.290.894,34	7,78
DESPESAS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (XI)	1.072.087,46	2.677.785,09	149,77	3.000.000,00	12,03	4.031.252,72	34,38	4.504.034,12	11,73	4.386.664,06	-2,61
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	235.961.857,22	301.547.778,91	27,80	344.279.140,00	14,17	380.129.737,51	10,41	406.775.836,55	7,01	438.904.230,28	7,90
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	19.807.151,65	37.924.612,87	91,47	48.720.860,00	28,47	50.839.009,77	4,35	53.720.129,33	5,67	56.709.105,71	5,56
DESPESAS DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (XIV)	2.216.010,18	3.247.918,33	46,57	3.500.000,00	7,76	3.676.643,55	5,05	3.886.212,23	5,70	4.107.726,33	5,70
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	17.591.141,47	34.676.694,54	97,13	45.220.860,00	30,41	47.162.366,22	4,29	49.833.917,10	5,66	52.601.379,38	5,55
DESPESAS DE RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO FINANCEIRAS (XVII) = (XII + XV + XVI)	253.552.998,69	336.224.473,45	32,61	393.500.000,00	17,03	427.292.103,73	8,59	456.609.753,65	6,86	491.505.609,66	7,64
TOTAL DA RECEITA	280.011.633,79	346.701.481,50	23,82	400.000.000,00	15,37	435.000.000,00	8,75	465.000.000,00	6,90	500.000.000,00	7,53
RECEITAS CORRRENTES (I)	279.887.691,49	342.366.058,47	22,32	382.500.000,00	11,72	418.768.532,62	9,48	451.754.238,98	7,88	485.999.230,59	7,58
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (II)	2.197.235,62	12.526.181,55	470,09	7.905.000,00	-36,89	13.829.006,15	74,94	14.635.833,50	5,83	15.476.883,01	5,75
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	277.690.455,87	329.839.876,92	18,78	374.595.000,00	13,57	404.939.526,47	8,10	437.118.405,48	7,95	470.522.347,58	7,64
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	9.439.734,55	15.289.200,87	61,97	17.500.000,00	14,46	16.231.467,38	-7,25	13.245.761,02	-18,39	14.000.769,41	5,70
RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO (V)	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	5.000.000,00	-4,81	4.946.235,23	-1,08	3.785.170,64	-23,47	4.143.425,37	9,46
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE BENS (VI)	0,00	868.630,00	0,00	3.200.000,00	268,40	3.950.461,16	23,45	2.004.537,45	-49,26	2.061.901,79	2,86
RECEITAS DE AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)	2.690.552,77	9.167.712,89	240,74	9.300.000,00	1,44	7.334.770,99	-21,13	7.455.952,93	1,65	7.795.442,25	4,55
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (IX) = (III + VIII)	280.381.008,64	339.007.589,81	20,91	383.895.000,00	13,24	412.274.297,46	7,39	444.574.358,41	7,83	478.317.789,83	7,59
RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	26.828.009,95	2.783.116,36	-89,63	(9.605.000,00)	-445,12	(15.017.806,27)	56,35	(12.035.395,24)	-19,86	(13.187.819,83)	9,58

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pöblicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 25/05/2023 , às 10:33:53

Câmara Municipal de J. Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 4°, §2°, inciso II da LRF

(R$)

ESPECIFICAÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	10.057.682,45	14.649.395,54	16.109.031,77	20.899.768,24	22.235.423,96	23.274.843,13	24.373.509,19
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	10.057.682,45	14.649.395,54	16.109.031,77	20.899.768,24	22.235.423,96	23.274.843,13	24.373.509,19
DEDUÇÕES (II)	27.005.485,92	67.250.082,89	100.021.485,55	115.084.539,63	118.224.321,64	121.678.107,97	126.499.760,13
Ativo Disponível	31.034.090,33	71.631.379,99	100.047.680,75	116.880.673,99	118.253.974,62	121.709.451,17	126.532.889,89
Haveres Financeiros	22.901,69	22.901,69	22.901,69	22.901,69	25.924,71	27.402,42	28.964,36
(-) Restos a Pagar	4.051.506,10	4.404.198,79	49.096,90	1.819.036,05	55.577,69	58.745,62	62.094,12
Dívida Consolidada Líquida	-16.947.803,47	-52.600.687,35	-83.912.453,78	-94.184.771,39	-95.988.897,68	-98.403.264,84	-102.126.250,94

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2023 , às 16:02:18

Câmara Municipal de João Monlevade
204

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.G

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

IV - RESULTADO NOMINAL

Art. 4°, §2°, inciso II da LRF

(R$)

ESPECIFICAÇÃO	2021 (b)	2022 (c)	2023 (d)	2024 (e)	2025 (f)	2026 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	14.649.395,54	16.109.031,77	20.899.768,24	22.235.423,96	23.274.843,13	24.373.509,19
DEDUÇÕES (II)	67.250.082,89	100.021.485,55	115.084.539,63	118.224.321,64	121.678.107,97	126.499.760,13
Ativo Disponível	71.631.379,99	100.047.680,76	116.880.673,99	118.253.974,62	121.709.451,17	126.532.889,69
Haveres Financeiros	22.901,69	22.901,69	22.901,69	25.924,71	27.402,42	28.964,36
(-) Restos a Pagar	4.404.198,79	49.096,90	1.819.036,05	55.577,69	58.745,62	62.094,12
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) - (I - II)	-52.600.687,35	-83.912.453,78	-94.184.771,39	-95.988.897,68	-98.403.264,84	-102.126.250,94
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	-52.600.687,35	-83.912.453,78	-94.184.771,39	-95.988.897,68	-98.403.264,84	-102.126.250,94

Resultado Nominal	(a* - b)	(b - c)	(c - d)	(d - e)	(e - f)	(f - g)
	35.652.883,88	31.311.766,43	10.272.317,61	1.804.126,29	2.414.367,16	3.722.986,10

Notas:
- o Cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.
* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2020(R$ -16.947.803,47)

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2023 , às 16:00:41

Menu: LDO/"Relatórios"

Câmara Municipal de J. Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 0000 - ENCARGOS ESPECIAIS

OBJETIVO: PAGAMENTO DE DESPESAS ÀS QUAIS NÃO SE PODE ASSOCIAR UM BEM OU SERVIÇO A SER GERADO NO PROCESSO PRODUTIVO CORRENTE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
0.001	PAGAMENTO DE PEQUENOS VALORES - RPV	RPV	PEQUENOS VALORES PAGOS
0.002	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	PRECATÓRIO	PRECATÓRIOS PAGOS
0.003	PAGAMENTO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS/COMP.APOSENTADORIA-LO	SERVIDOR APOSENTADO	SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS PAGOS
0.004	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA FUNDADA	CONTRATO	DÍVIDA QUITADA
0.005	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	PAGAMENTO GARANTIDO
Total Programa			

Programa: 0101 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL

OBJETIVO: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E PARLAMENTARES DA CÂMARA MUNICIPAL, ASSIM COMO PROMOÇÃO DE AÇÕES DE MELHORIAS E EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.001	INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL	UNIDADE	MODERNIZAÇÃO ADMINSTRATIVA
2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES PLENÁRIAS	SERVIÇO	PAGAMENTO DE SUBSÍDIOS, MATERIAIS E SERVIÇOS
2.004	MANUTENÇÃO DA PRESIDÊNCIA	SERVIÇO	ATIVIDADES MANTIDAS
2.005	MANUTENÇÃO DE GABINETE DOS VEREADORES	SERVIÇO	ATENDIMENTO AOS VEREADORES E A COMUNIDADE
2.006	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA	SERVIÇO	ASSESSORAMENTO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA
2.007	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA INTERNA	SERVIÇO	AUDITORIA INTERNA
2.008	MANUTENÇÃO DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA	SERVIÇO	PESSOAL CIVIL
2.009	PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES PATRONAIS	SERVIÇO	PAGAMENTO DE INSS E FGTS
2.010	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	SERVIÇO	MATERIAIS E SERVIÇOS
2.011	PLANO DE SAÚDE PARA SERVIDORES	SERVIDOR E DEPENDENTE	ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR
2.012	QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES	SERVIDOR PÚBLICO	CURSOS, TREINAMENTOS, GRADUAÇÃO ESCOLAR, OUTROS.
2.013	PAGAMENTO DE APOSENTADORIA E REFORMAS	SERVIDOR APOSENTADO	APOSENTADORIA
2.014	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS	SERVIÇO	INFORMAÇÕES E RELAÇÕES PÚBLICAS
2.015	SOLENIDADES E FESTIVIDADES	EVENTO	HOMENAGENS E FESTIVIDADES
2.016	PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÕES OFICIAIS	SERVIÇO	ATOS OFICIAIS PUBLICADOS
2.017	PUBLICAÇÕES INSTITUCIONAL	DIVULGAÇÃO	DIVULGAÇÕES MANTIDAS
2.018	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS	SERVIÇO	ATIVIDADES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS MANTIDAS
Total Programa			

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 0102 - PROMOÇÃO DE POLÍTICA E CIDADANIA

OBJETIVO: PROMOVER ATIVIDADES DE CUNHO SOCIAL E GRATUITO NOS SEGMENTOS DA CIDADANIA, CULTURA E LAZER, ALÉM DE PROMOVER A INTEGRAÇÃO DO LEGISLATIVO COM A COMUNIDADE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.002	PROMOÇÃO DE AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL	AÇÃO	MOBILIZAÇÃO SOCIAL
2.003	PROMOÇÃO DE AÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA	AÇÃO	UTILIDADE PÚBLICA
Total Programa			

Programa: 0401 - APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO: ATENDER AS SECRETARIAS, ASSESSORIAS E DIVISÕES MUNICIPAIS NA EXECUÇÃO DE SUAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, NECESSÁRIAS PARA DAR SUPORTE À IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS E PROGRAMAS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.019	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO GABINETE	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.020	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA ASSESSORIA DE GOVERNO	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.022	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA PROCURADORIA JURÍDICA	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.024	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA CONTROLADORIA INTERNA	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.026	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.031	APOIO E SUPORTE A EVENTOS DIVERSOS	EVENTO	SUPORTE A EVENTOS GOVERNAMENTAIS
2.032	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.033	PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÕES OFICIAIS	DIVULGAÇÃO	DIVULGAÇÕES OFICIAIS MANTIDAS
2.034	PUBLICIDADES INSTITUCIONAIS	CAMPANHA	POULAÇÃO INFORMADA - UTILIDADE PÚBLICA
2.035	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.036	GARANTIA DOS AUXILIOS DE TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES	SERVIDOR PÚBLICO	AUXILIOS TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO MANTIDOS
2.040	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE FAZENDA	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.058	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.077	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE OBRAS	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.083	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.093	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
Total Programa			

Câmara Municipal de João Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 0402 - ESTRUTURAÇÃO E EFICIÊNCIA PARA GOVERNANÇA

OBJETIVO: PROPORCIONAR AOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO UMA ESTRUTURA MODERNA, EFICIENTE, QUALIFICADA E DIGNA AO SERVIDOR PÚBLICO E À POPULAÇÃO MUNICIPAL, VISANDO RESPOSTAS ÁGEIS E EFETIVAS ÀS DEMANDAS E OTIMIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DE INFORMAÇÕES.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.010	INFRAESTRUTURA DE PRÉDIOS PÚBLICOS	PRÉDIO	PRÉDIOS CONSTRUÍDOS/AMPLIADOS
2.021	GESTÃO E SUPERVISÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	REGIONAL	CIDADÃO OUVIDO
2.023	MANUTENÇÃO DO PROCON MUNICIPAL	UNIDADE	DIREITOS CIVIS GARANTIDOS
2.025	GESTÃO DA OUVIDORIA MUNICIPAL	SERVIÇO	MAIOR INTERAÇÃO ENTRE ORGÃO PÚBLICO E A SOCIEDADE
2.027	GESTÃO DE PARCERIAS E CONVÊNIOS - ENTES GOVERNAMENTAIS	UNIDADE	DIREITOS CIVIS GARANTIDOS
2.037	GESTÃO DOS RECURSOS MATERIAIS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E PATRIMONIAIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	SERVIÇO	MAQUINA ADMINISTRATIVA FUNCIONANDO
2.038	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SERVIÇO	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO MANTIDA
2.039	AÇÕES DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	SERVIDOR PÚBLICO	SERVIDOR VALORIZAÇÃO E CAPACITADO
2.079	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS E LOCADOS	PRÉDIO	PRÉDIOS CONSERVADOS
2.135	CONTRATO DE RATEIO DO ICISMEP GESTÃO	UNIDADE	CONSÓRCIO MANTIDO
Total Programa			

Programa: 0403 - GESTÃO TRIBUTÁRIA EFICAZ

OBJETIVO: DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES E PROCESSOS DE GERENCIAMENTOS MODERNOS E EFICAZES VOLTADOS PARA O INCREMENTO DA RECEITA MUNICIPAL E CONSEQUENTE MELHORIA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS MUNÍCIPES.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.003	AÇÕES DE MODERNIZAÇÃO E INCREMENTO DA ARRECADAÇÃO MUNICIPAL	PERCENTUAL DE INCREMENTO DA RECEITA	INCREMENTO TRIBUTÁRIO
2.041	GESTÃO DO SETOR TRIBUTÁRIO	SERVIÇO	ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA EFICAZ
Total Programa			

Programa: 0601 - POLÍTICAS DE DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO

OBJETIVO: IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES E POLÍTICAS NECESSÁRIAS À PREVENÇÃO, MITIGAÇÃO, PREPARAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS AFETADAS POR SITUAÇÃO DE DESASTRE E EMERGENCIAIS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.078	ATIVIDADES DA DEFESA CIVIL	OCORRÊNCIA	PROTEÇÃO DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO
Total Programa			

Câmara Municipal de João Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 0801 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

OBJETIVO: ASSEGURAR O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES NECESSÁRIAS À OFERTA DE SERVIÇOS, PROGRAMA ,PROJETOS E BENEFÍCIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ALÉM DA CAPACITAÇÃO, APOIO TÉCNICO E GESTÃO DO SUAS. APOIAR O CONTROLE SOCIAL E A GESTÃO DESCENTRALIZADA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.062	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.063	GESTÃO DO CONSELHO TUTELAR	SERVIÇO	DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE ZELADOS
2.064	GESTÃO DOS CONSELHOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO	GARANTIR O CONTROLE SOCIAL
2.073	GESTÃO DO PROGRAMA PREFEITO AMIGO DA CRIANÇA	SERVIÇO	UM FUTURO MELHOR
2.074	GESTÃO DO CONSELHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	CONSELHO	GARANTIR O CONTROLE SOCIAL
2.075	GESTÃO E AÇÕES PARA PROTEÇÃO E DEFESA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	AÇÃO	DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES GARANTIDOS
2.076	AÇÕES DE PROTEÇÃO E ACOLHIMENTO AO IDOSO	AÇÃO	DIREITOS DOS IDOSOS GARANTIDOS
Total Programa			

Programa: 0802 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

OBJETIVO: FORTALECER A FUNÇÃO PROTETIVA DAS FAMÍLIAS, PREVENIR A RUPTURA DE SEUS VÍNCULOS, PROMOVER SEU ACESSO E USUFRUTO DE DIREITOS E CONTRIBUIR NA MELHORIA DE SUA QUALIDADE DE VIDA POR MEIO DE AÇÕES DE CARÁTER PREVENTIVO, PROTETIVO E PROATIVO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.066	APOIO A ENTIDADES SOCIOASSISTENCIAIS	ENTIDADE	ENTIDADES ASSISTIDAS
2.069	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	PESSOA	PESSOAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL ATENDIDAS
Total Programa			

Programa: 0803 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

OBJETIVO: CONTRIBUIR PARA A RECONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS, A DEFESA DE DIREITOS E ENFRENTAMENTO DAS SITUAÇÕES DE VIOLAÇÃO E RISCO SOCIAL E PESSOAL.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.065	APOIO E PROMOÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	PESSOA	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ATENDIDAS
2.070	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL MÉDIA COMPLEXIDADE - CREAS	PESSOA	FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS ASSISTIDOS
2.071	AÇÕES DE AMPARO E ACOLHIMENTO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E CALAMIDADE PÚBLICA	PESSOA	PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E CALAMIDADE PÚBLICA
2.072	AÇÕES DE PROTEÇÃO A INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	PESSOA	CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS COM VIOLAÇÃO DE DIREITOS
Total Programa			

Câmara Municipal de João Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 0804 - APOIO ADMINISTRATIVO - FUNDAÇÃO CRÊ-SER

OBJETIVO: APOIO ADMINISTRATIVO NECESSÁRIO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES QUE PROPICIEM A MINIMIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL DE CRIANÇA E ADOLESCENTE EM RISCO PESSOAL E SOCIAL; CAPACITAR ADOLESCENTES PARA INSERÇÃO NO PRIMEIRO EMPREGO; ATENDER ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS E FOMENTAR A

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.125	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
Total Programa			

Programa: 0805 - PROGRAMA HUMANIZAR

OBJETIVO: MINIMIZAR A SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL DE CRIANÇA E ADOLESCENTE; DISPONIBILIZAR ATIVIDADES ARTESANAIS, LÚDICAS, PEDAGÓGICA E ESPORTIVAS; CAPACITAÇÃO DE ADOLESCENTES PARA INSERÇÃO NO PRIMEIRO EMPREGO; ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS E FOMENTAR A GERAÇÃO DE RENDA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.031	REVITALIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO	UNIDADE	MODERNIZAÇÃO ADMINSTRATIVA
2.126	MANUTENÇÃO UNIDADE ACOLHEDORA	CRIANÇA	CRIANÇAS ABRIGADAS
2.127	MANUTENÇÃO CENTRO INICIAÇÃO PROFISSIONAL	ADOLESCENTE	INICIAÇÃO PROFISSINAL DE ADOLESCENTES
2.128	MANUTENÇÃO NÚCLEOS COMUNITÁRIOS	UNIDADE	NÚCLEOS COMUNITÁRIOS MANTIDOS
2.129	MANUTENÇÃO DE CONVÊNIOS COM ENTIDADES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	PESSOA ESPECIAL	PESSOAS ESPECIAIS ASSISTIDAS
Total Programa			

Programa: 1001 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

OBJETIVO: PROMOVER A GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/SUS COM A ESTRUTURAÇÃO DOS SEUS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA GARANTIR QUE SE CONFIGURE NUM PROCESSO DINÂMICO, EFICIENTE, PARTICIPATIVO E INTEGRADO COM AS POLÍTICAS DO SUS E COM AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO MONLEVADENSE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.097	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.098	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	REUNIÃO	CONSELHO MANTIDO
2.099	GARANTIA DOS AUXÍLIOS DE TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO A SERVIDORES DA SAÚDE	SERVIDOR PÚBLICO	AUXILIOS TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO MANTIDOS
Total Programa			

Programa: 1002 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

OBJETIVO: DESENVOLVER CONJUNTO DE AÇÕES, NO ÂMBITO INDIVIDUAL E COLETIVO, VOLTADAS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE, A PREVENÇÃO DE AGRAVOS, TRATAMENTO E A REABILITAÇÃO, TENDO A ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE COMO ORDENADORA DO SISTEMA LOCAL DE SAÚDE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.022	INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	UNIDADE	UNIDADES DE SAÚDE CONSTRUÍDAS, REVITALIZADAS E CONSERVADAS
2.100	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA Á SAÚDE	ATENDIMENTO	ATENDIMENTOS REALIZADOS
2.101	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE BUCAL E CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLÓGICA	PROCEDIMENTO	PROCEDIMENTOS REALIZADOS
Total Programa			

Câmara Municipal

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 1003 - ATENÇÃO SECUNDÁRIA À SAÚDE

OBJETIVO: ATENDER AOS PRINCIPAIS PROBLEMAS DE SAÚDE E AGRAVOS DA POPULAÇÃO, A FIM DE GARANTIR A CONTINUIDADE DO CUIDADO EM SAÚDE, CUJA COMPLEXIDADE DA PRÁTICA CLÍNICA DEMANDE A DISPONIBILIDADE DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS E A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS PARA O APOIO AO DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.023	INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO DAS UNIDADES DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA	PRÉDIO	PRÉDIO REVITALIZADO
2.102	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	CONSULTA	POPULAÇÃO ASSISTIDA
2.103	PARCERIAS COM ENTIDADES DE AÇÕES DE PROMOÇÃO, PREVENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE	INSTITUIÇÃO	INSTITUIÇÕES ATENDIDAS
2.104	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL	PROCEDIMENTO	USUÁRIO ADULTO/CRIANÇA/ADOLESCENTE ATENDIDOS
2.105	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR, AMBULATORIAL E URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	LEITO	LEITOS DISPONÍVEIS
2.106	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO MUNICIPAL	SESSÃO	SESSÕES REALIZADAS
2.107	MANUTENÇÃO DOS CONTRATOS COM PRESTADORES DE SERVIÇOS SUS	PROCEDIMENTO	PACIENTES ATENDIDOS
2.109	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE APOIO AO DIAGNÓSTICO	EXAME	EXAMES REALIZADOS
2.110	MANUTENÇÃO CISMEPI - CONTRATO DE RATEIO	UNIDADE	CONSÓRCIO MANTIDO
2.136	CONTRATO DE RATEIO DO ICISMEP - SAÚDE	UNIDADE	CONSÓRCIO MANTIDO
Total Programa			

Programa: 1004 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

OBJETIVO: AMPLIAR E QUALIFICAR O ACESSO DA POPULAÇÃO AOS MEDICAMENTOS DA REMUNE (RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS), OS MEDICAMENTOS DO CEAF (COMPONENTE ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA) E MEDICAMENTOS DE DEMANDAS JUDICIAIS. PROMOVER O USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS, A INTEGRALIDADE DE

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.024	INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO DAS UNIDADES DE FARMÁCIA MUNICIPAL	PRÉDIO	PRÉDIOS CONSERVADOS/CONSTRUÍDOS
2.111	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS	MEDICAMENTO	MEDICAMENTOS FORNECIDOS
Total Programa			

Programa: 1005 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

OBJETIVO: REALIZAR AÇÕES INERENTES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE VISANDO GARANTIR À SAÚDE HUMANA CONDIÇOES ADEQUADAS DE SALUBRIDADE, CONTROLAR A INCIDÊNCIA DE DOENÇAS ENDÊMICAS,TRANSMISSÍVEIS E INFECCIOSAS E REALIZAR A IMUNIZAÇÃO DA POPULAÇÃO. REALIZAR CONTROLE DE VETORES.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.112	PROMOÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	VISTORIA	AÇÕES VIGILÂNCIA E CONTROLE SANITÁRIO PROMOVIDOS
2.113	PROMOÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	COBERTURA DE VACINAÇÃO	CRIANÇAS VACINADAS
2.114	GESTÃO DO PROGRAMA IST/HIV/AIDS	PESSOA	AUMENTO DO NÚMERO DE PACIENTES COM CARGA VIRAL INDETECTÁVEL
2.115	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE CONTROLE DE ZOONOSES	PROCEDIMENTO	PROCEDIMENTOS REALIZADOS
Total Programa			

Câmara Municipal de João Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 1201 - APOIO ADMINISTRATIVO À EDUCAÇÃO

OBJETIVO: ATENDER À REDE DE ENSINO MUNICIPAL NA EXECUÇÃO DE SUAS ATIVIDADES ESCOLARES, NECESSÁRIAS AO DESENVOLVIMENTO DE UM ENSINO DE QUALIDADE E EXCELÊNCIA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.042	GARANTIA DOS AUXÍLIOS TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO A SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	SERVIDOR PÚBLICO	AUXILIOS TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO MANTIDOS
2.043	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SERVIÇO	SECRETARIA MANTIDA
Total Programa			

Programa: 1202 - POR UMA EDUCAÇÃO MAIS HUMANIZADA

OBJETIVO: GARANTIR UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE POR MEIO DA VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL, AMPLIAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL, DO CUIDADO COM OS ESPAÇOS FÍSICOS PARA QUE TAMBÉM SEJAM OS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM, DA UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS COMO FORMA DE CONEXÃO COM O MUNDO, CONSIDERANDO AS NECESSIDADES DE TODOS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.004	INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS ESCOLARES- ENS. FUNDAMENTAL	PRÉDIO	PRÉDIOS ESCOLARES CONSTRUÍDOS E REVITALIZADOS
1.005	INFORMATIZAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA- EDUCAÇÃO CONECTADA	ALUNO	ALUNOS CONECTADOS
1.006	IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR	ALUNO	ATENDIMENTO ESPECIALIZADO GARANTIDO
1.007	INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO DE CEMEI'S	PRÉDIO	NOVOS CEMEI'S CONSTRUÍDOS, CONSERVADOS E MOBILIADOS
2.044	MANUTENÇÃO DA ESCOLA DE INFORMÁTICA	USUÁRIO	ACESSO À INFORMAÇÃO GARANTIDA
2.045	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	ALUNO	ALUNOS ALIMENTADOS
2.046	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL	ALUNO	ENSINO FUNDAMENTAL MANTIDO
2.047	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	ALUNO	ALUNOS TRANSPORTADOS
2.048	VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	SERVIDOR PÚBLICO	SERVIDOR VALORIZAÇÃO E CAPACITADO
2.049	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO/EJA/PÓS MÉDIO	ALUNO	ALUNOS TRANSPORTADOS
2.050	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO SUPERIOR	ALUNO	ALUNOS TRANSPORTADOS
2.051	APOIO AO ACESSO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR	CONVÊNIO	ENSINO SUPERIOR APOIADO
2.052	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	ALUNO	EDUCAÇÃO INFANTIL MANTIDA
2.053	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCAÇÃO INFANTIL	ALUNO	ALUNOS TRANSPORTADOS
2.054	MANUTENÇÃO DO EJA - ENSINO FUNDAMENTAL	ALUNO	JOVENS E ADULTOS ALFABETIZADOS
2.055	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ALUNO	EDUCAÇÃO ESPECIAL MANTIDA
2.056	AÇÕES DE MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL	UNIDADE	BIBLIOTECA PÚBLICA MANTIDA
2.057	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB	ALUNO	ENSINO FUNDAMENTAL MANTIDO
Total Programa			

Câmara Municipal de João Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 1501 - MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA EM FOCO

OBJETIVO: PROPORCIONAR À POPULAÇÃO UM SISTEMA VIÁRIO ADEQUADO PARA O TRÁFEGO HARMONIZADO E SEGURO DE VEÍCULOS, PEDESTRES, CICLISTAS,MOTOCICLISTAS E PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, BEM COMO UM SISTEMA DE MACRODRENAGEM.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.011	INFRAESTRUTURA DE VIAS URBANAS	M²	VIAS URBANAS ESTRUTURADAS
2.080	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA MALHA VIÁRIA	M²	VIAS PÚBLICAS CONSERVADAS
2.134	APORTE FINANCEIRO AO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO	UNIDADE	TRANSPORTE PÚBLICO SUBSIDIADO
Total Programa			

Programa: 1502 - MONLEVADE SEGURA E BEM CUIDADA

OBJETIVO: PROPORCIONAR AOS CIDADÃOS DO MUNICÍPIO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EFICIENTES NA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, COLETA DE LIXO, COLETA SELETIVA, LIMPEZA, SEGURANÇA E OUTROS SERVIÇOS, NECESSÁRIOS À GARANTIA DO BEM ESTAR DE TODOS E A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.017	AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	LÂMPADA INSTALADA	ILUMINAÇÃO GARANTIDA
1.018	URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO DE ÁREAS PÚBLICAS E DE CONVIVÊNCIA SOCIAL	UNIDADE	CIDADE MAIS BONITA E URBANIZADA
1.019	ESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECOLHIMENTO DE ANIMAIS ABANDONADOS EM ÁREAS PÚBLICAS	UNIDADE	MANEJO DE ANIMAIS
1.020	INFRAESTRUTURA DE ÁREA PÚBLICA PARA EVENTOS DIVERSOS	UNIDADE	ÁREA PÚBLICA PARA EVENTOS E LAZER
2.085	MANUTENÇÃO DAS REDES E SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	LÂMPADA INSTALADA	ILUMINAÇÃO GARANTIDA
2.086	AÇÕES DE MONITORAMENTO E CONTROLE DE SEGURANÇA PÚBLICA	UNIDADE	MONLEVADE SEGURA
2.087	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS E CONVIVÊNCIA SOCIAL	UNIDADE	ESPAÇOS PÚBLICOS BEM CUIDADOS
2.088	MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO	TORRE	IMAGEM E INTERNET DE QUALIDADE
2.089	ESTRTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE CEMITÉRIOS E VELÓRIO MUNICIPAL	UNIDADE	SERVIÇOS MORTUÁRIOS GARANTIDOS
Total Programa			

Programa: 1503 - GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

OBJETIVO: PROPORCIONAR À POPULAÇÃO E AO MEIO AMBIENTE UMA GESTÃO ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DESDE SUA COLETA À DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE CORRETA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.090	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E COLETA DOS RESÍDUOS URBANOS	TONELADA	CIDADE LIMPA
2.091	DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS MUNICIPAIS	TONELADA	DESTINAÇÃO CORRETA DE RESÍDUOS
2.092	MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO CPGRS - CONTRATO DE RATEIO	UNIDADE	CONSÓRCIO MANTIDO
Total Programa			

Câmara Municipal de J. Monlevade 213

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 1601 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

OBJETIVO: GARANTIR HABILITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.014	REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS OCUPADAS POR FAMÍLIAS CARENTES	FAMILIA	FAMÍLIAS BENEFICIADAS
1.015	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	UNIDADE	CASAS CONSTRUÍDAS OU RECUPERADAS
2.081	GESTÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE HABITAÇÃO	ALUGUEL	FAMÍLIAS CARENTES AMPARADAS
Total Programa			

Programa: 1701 - APOIO ADMINISTRATIVO - DAE

OBJETIVO: APOIO ADMINISTRATIVO NECESSÁRIO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES QUE PROPICIEM O RECEBIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E AUXILIEM NAS AÇÕES DE SANEAMENTO AMBIENTAL.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.116	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA DIRETORIA	SERVIÇO	ATIVIDADES MANTIDAS
2.117	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.118	PUBLICIDADE E DIVULGAÇÕES OFICIAIS	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.119	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE OPERAÇÃO	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.123	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE PLANEJAMENTO	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.124	MANUTENÇÃO ATIVIDADES CONTROLE INTERNO	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
Total Programa			

Programa: 1702 - SANEAMENTO AMBIENTAL DE QUALIDADE

OBJETIVO: PROPICIAR MELHORIAS NO SERVIÇO ESSENCIAL DE SANEAMENTO PRESTADOS PELA AUTARQUIA, ATRAVÉS DE INFRAESTRUTURA, CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL E AINDA COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.025	EXTENSÃO DE ADUTORAS E REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	PERCENTUAL A SER CONSTRUÍDO	EXTENSÃO ADUTORA E REDE DE ABASTECIMENTO ÁGUA MANTIDA
1.026	CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIOS	UNIDADE	CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIOS MANTIDA
1.027	AMPLIAÇÃO E REFORMAS DA EAT- EAB E RECALQUES	M²	AMPLIAÇÃO E REFORMAS EAT-EAB/ RECALQUE MANTIDAS
1.028	CONSTRUÇÃO DE ETE'S	PERCENTUAL A SER CONSTRUÍDO	ETE'S CONSTRUÍDAS
1.029	EXTENSÃO DE REDE COLETORA DE ESGOTOS	PERCENTUAL A SER CONSTRUÍDO	EXTENSÃO DE REDE COLETORA DE ESGOTOS MANTIDAS
1.030	EXTENSÃO DE FOSSAS SÉPTICAS	M²	EXTENSÃO DE FOSSAS SÉPTICAS MANTIDAS
2.120	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (EAB-EAT - REDES - RESERVATÓRIOS E RECALQUES)	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.121	MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.122	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (REDE COLETORA - FOSSAS E ETE's)	SERVIÇO	MANUTENÇÃO SERVIÇOS REDE COLETORA DE ESGOTO, FOSSAS
Total Programa			

Câmara Municipal de João Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 1801 - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

OBJETIVO: DESENVOLVER A GESTÃO SUSTENTÁVEL, POR MEIO DE POLÍTICAS E AÇÕES QUE VISEM PROTEÇÃO, DEFESA E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, MELHORIA E CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL E PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.021	REVITALIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA DO PARQUE MUNICIPAL DO AREÃO	UNIDADE	LAZER PARA A POPULAÇÃO
2.094	AÇÕES DE REVITALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO VIVEIRO MUNICIPAL	UNIDADE	ÁREA SUSTENTÁVEL
2.095	AÇÕES DE PLANEJAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL	UNIDADE	LEGISLAÇÃO APLICADA
2.096	AÇÕES DE RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	AÇÃO	MEIO AMBIENTE PRESERVADO
Total Programa			

Programa: 2301 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E INOVAÇÃO

OBJETIVO: PROMOVER, LEGITIMAR E REALIZAR A MANUTENÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL E DE INOVAÇÃO NA PERSPECTIVA DA GOVERNANÇA, APOIANDO AÇÕES VOLTADAS PARA O FOMENTO DAS ATIVIDADES EMPREEENDEDORAS NOS DIVERSOS SETORES DA ECONOMIA LOCAL, ESTIMULANDO O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.002	INFRAESTRUTURA E MANUTENÇÃO DA INCUBADORA DE EMPRESAS E STARTUP'S	MÓDULO	PEQUENAS EMPRESAS FORTALECIDAS
1.012	INFRAESTRUTURA DO DISTRITO INDUSTRIAL	UNIDADE	DISTRITO INDUSTRIAL ESTRUTURADO
1.013	INFRAESTRUTURA DO ABATEDOURO MUNICIPAL	UNIDADE	PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL PROCESSADOS ADEQUADAMENTE
2.028	MANUTENÇÃO DO CONSMEPI - CONTRATO DE RATEIO -SIM	SERVIÇO	GARANTIA DE QUALIDADE DO PRODUTO ANIMAL
2.030	PROMOÇÃO DE AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, EMPRESARIAL E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	AVALIAÇÃO POPULAR	AVALIAÇÃO POPULAR SOBRE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA
Total Programa			

Programa: 2701 - DESENVOLVENDO O FUTURO: ESPORTE EM AÇÃO

OBJETIVO: DESENVOLVER ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE LAZER NO MUNICÍPIO, INCENTIVANDO TAMBÉM A PARTICIPAÇÃO EM COMPETIÇÕES ALÉM DE MELHORIAS E CONSTRUÇÕES DE NOVOS ESPAÇOS ESPORTIVOS DA MUNICIPALIDADE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.008	INFRAESTRUTURA DE ÁREAS DE ESPORTE E LAZER	ESPAÇO DE ESPORTE E LAZER	ÁREA DE ESPORTE E LAZER CONTRUÍDA/REVITALIZADA
2.059	APOIO E DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS ESPORTIVAS	PRÁTICA ESPORTIVA	PRÁTICAS ESPORTIVAS APOIADAS
2.060	PARCERIA COM ENTIDADES ESPORTIVAS E ATLETAS INDIVIDUAIS	UNIDADE	ENTIDADES E ATLETAS SUBVENCIONADOS
2.061	CONSERVAÇÃO DE ÁREAS DE ESPORTE E LAZER	ESPAÇO DE ESPORTE E LAZER	ÁREAS DE ESPORTE E LAZER CONSERVADAS
Total Programa			

Câmara Municipal de João Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

OBJETIVO: ATENDER OS PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS FISCAIS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS, NOS TERMOS PREVISTOS NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	SERVIÇO	PASSIVOS CONTINGÊNCIADOS
Total Programa			
Total Geral			

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2023 , às 15:59:36 .

Câmara Municipal de J. Monlevade
Fls. 236

Câmara Municipal de J. Monlevade
217

ANEXO DE METODOLOGIA E PREMISSAS UTILIZADAS.
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO
EXERCÍCIO DE 2024

Quadro 1 *- Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção*

Originado de publicações realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no que concerne aos índices apurados; pelo Banco Central do Brasil, no que concerne aos índices de previsão; e Fundação João Pinheiro, por cálculo econômico concernente a publicação do Produto Interno Bruto - PIB Estadual.

Demonstra os fatores para cálculo dos valores constantes, que equivalem às correntes abstraídas da variação do poder aquisitivo da moeda, ou seja, expurgando os índices de inflação ou deflação aplicados no cálculo do valor corrente, trazendo os valores das metas anuais para valores praticados no ano anterior ao ano de referência da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

Quadro 2 *- Demonstrativo do Cenário Econômico- Adequação da Receita*

Retrata o crescimento/ redução diferenciado de determinadas receitas, no contexto utilizado para cálculo das demais.

Para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, é adotada a metodologia de projetar o exercício de sua elaboração, a partir do exercício anterior (março a dezembro de 2022) e da arrecadação efetivamente realizada no período transcorrido no mesmo, neste caso os meses de janeiro e março (2023), ou seja, ele aplica nas receitas efetivamente realizadas os coeficientes constantes do Relatório de Índices Oficiais e Fatores de Projeção.

Câmara Municipal de J. Monlevade 218

***Quadro 3** - Demonstrativo do Cenário Econômico- Adequação da Despesa*

Estabelece fatores a serem aplicados sobre o valor de determinada despesa segundo o critério utilizado, demonstrado na memória de cálculo das despesas.

Os fatores são fixados a partir de decisão gerencial, ou para atendimento de limites estabelecidos em lei, para adequação do valor total das despesas aos valores projetados para receita.

***Quadro 4** - Memória de Cálculo da Receita*

O quadro demonstra:

- ✓ a receita efetivamente realizada nos exercício de 2010, 2021 e 2022;
- ✓ a receita projetada para 2023, tendo por base a receita efetivamente realizada no período compreendido entre março a dezembro de 2022, somada às receitas efetivamente realizada nos meses janeiro a fevereiro de 2023, devidamente corrigida pela inflação acumulada, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acrescido da expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB Nacional, para o exercício de 2023, conforme fatores de correção do Quadro de Índices, observado o Quadro 2 – Demonstrativo do Cenário Econômico- Adequação da Receita;
- ✓ projeção da receita para os exercícios de 2024, 2025 e 2026, realizada partir da receita projetada para 2023, com aplicação dos fatores estabelecidos pela expectativa de inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e crescimento do Produto Interno Bruto – PIB Nacional, conforme fatores do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção, observado o Quadro 2 – Demonstrativo do Cenário Econômico- Adequação da Receita; e
- ✓ avaliação do percentual de crescimento/redução da receita, realizada à partir de um determinado exercício do período, na relação com o imediatamente anterior.

Câmara Municipal de J. Monlevade
219

***Quadro 5** - Memória de Cálculo da Despesa*

O quadro demonstra:

- ✓ A despesa efetivamente realizada nos exercícios de 2020, 2021 e 2022;
- ✓ A despesa projetada para 2023 tendo por base a despesa efetivamente realizada no período compreendido entre março a dezembro de 2022, somadas as despesas realizada nos meses janeiro a fevereiro de 2023, devidamente corrigida pela inflação acumulada, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acrescido da expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB Nacional, para o exercício de 2023, conforme fatores de correção do Quadro de Índices, observado o Quadro 3-*Demonstrativo do Cenário Econômico - Adequação da Despesa.*
- ✓ Projeção da despesa para os exercícios de 2024, 2025 e 2026, realizada a partir da despesa projetada para 2023, com aplicação dos fatores estabelecidos pela expectativa de inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e crescimento do Produto Interno Bruto – PIB Nacional, conforme fatores do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção, observado Quadro 3 - *Demonstrativo do Cenário Econômico - Adequação da Despesa.*
- ✓ Avaliação do percentual de crescimento/redução da despesa, realizada à partir de um determinado exercício do período, na relação com o imediatamente anterior.

***Quadro 6** - Meta Fiscal – Resultado Nominal*
(LC 101, art. 4º, § 2º, inciso II)

O quadro demonstra a Dívida Consolidada Líquida e o Resultado Nominal realizados, projetando os mesmos com a seguinte metodologia:

- ✓ Para 2023: Dívida Consolidada de 2022, menos amortização do exercício de 2023, acrescida dos Restos a Pagar Processados; deduzido o Ativo Disponível e Haveres Financeiros (Ativo Realizável), todos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme fatores de

correção do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção;

- ✓ Para 2024: Dívida Consolidada de 2023, menos amortização do Exercício de 2024, acrescida dos Restos a Pagar Processados; deduzido o Ativo Disponível e Haveres Financeiros (Ativo Realizável), todos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme fatores de correção do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção;
- ✓ Para 2025: Dívida Consolidada de 2024 menos amortização do Exercício de 2025, acrescida dos Restos a Pagar Processados; deduzido o Ativo Disponível e Haveres Financeiros (Ativo Realizável), todos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme fatores de correção do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção; e
- ✓ Para 2026: Dívida Consolidada de 2025, menos amortização do exercício de 2026, acrescida dos Restos a Pagar Processados; deduzido o Ativo Disponível e Haveres Financeiros (Ativo Realizável), todos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme fatores de correção do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção;

***Quadro 7** - Anexo de Metas Anuais*
AMF – Demonstrativo I (LC 101, art. 4º, § 1º)

Apresenta as metas fiscais anuais, com propostas de resultados primário e nominal, calculadas em valores correntes e constantes, com aplicação dos fatores constantes do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção, para os três exercícios subsequentes ao da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

***Quadro 8** - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Último Exercício*
AMF – Demonstrativo II (LC 101, art. 4º, § 2º, inciso I)

Câmara Municipal de J. Monlevade
291

Apresenta avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício imediatamente anterior ao da elaboração da lei de diretrizes orçamentária - LDO.

O resultado primário é apresentado na relação das receitas primárias e despesas primárias, nos valores previstos e efetivamente realizados.

Da mesma forma é apresentado o valor da dívida consolidada, dívida consolidada líquida, e o resultado nominal. Por fim demonstra Produto Interno Bruto - PIB estadual previsto e realizado.

Quadro 9 *- Metas Anuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Últimos Exercícios*

AMF – Demonstrativo III (LC 101, art.4º, §2º, inciso II)

Apresenta as metas de resultados primário e nominal anuais, propostas para os três exercícios subsequentes ao de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, calculadas em valores correntes e constantes, com aplicação dos fatores do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção, comparadas através de avaliação percentual com os três últimos exercícios, incluído o de sua elaboração.

Quadro 10 *- Evolução do Patrimônio Líquido*

AMF – Demonstrativo IV (LC 101, art.4º, § 2º, inciso III)

Apresenta a evolução do Patrimônio Líquido do Município, compreendido o Executivo e Legislativo, e seus respectivos Fundos e Autarquias nos exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Quadro 11 *- Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos*

AMF – Demonstrativo V (LC 101, art.4º, § 2º, inciso III)

Demonstra os valores originados das alienações realizadas nos três últimos exercícios, bem como os valores destes recursos que foram aplicados em cada um deste exercício e, ainda, o saldo financeiro a ser aplicado no exercício seguinte.

Quadro 12 *- Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências*
ARF (LC 101, art 4º, § 3º)

Demonstra os eventos que poderão impactar negativamente as contas públicas, e as providências a serem tomadas caso os mesmos se concretizem.

Quadro 13 *- Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado - DOCC*
AMF - (LC 101, art. 4°, § 2°, inciso V)

Demonstra as despesas derivadas de lei ou de ato administrativo que fixam para o Município a obrigação legal de sua execução por período superior a dois exercícios, que conforme definição do caput do art. 17 da LC 101/2000, são entendidas como obrigatórias de caráter continuado. Demonstra, ainda, a origem dos recursos para o custeio das mesmas.

Quadro 14 *- Anexo das Variações Previstas no Quadro de Pessoal*
AMF - (LC 101, art. 4°, § 2°, inciso V)

Demonstra a movimentação no Quadro de Pessoal, originadas da criação e extinção de cargos no exercício para o qual está sendo estabelecidas as diretrizes para elaboração da lei Orçamentária anual.

Neste anexo são demonstrados os valores dos cargos existentes, somados aos valores dos cargos criados, deduzidos os valores dos cargos extintos, e o produto desta variação em termos quantitativos e de valores.

Câmara Municipal de J. Monlevade
223

Quadro 15 *- Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita*

AMF - (LC 101, art. 4°, § 2°, inciso V)

Demonstra os incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios para determinados setores, que promovam o tratamento diferenciado, de forma a caracterizar a renúncia de receitas, sob a ótica da LC 101/2000.

Neste anexo é apresentada, conforme estabelecido no art. 14 da LC 101/2000, nos termos dos incisos I e II, a compensação para a renúncia definida acima.

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE

Câmara Municipal de J. Monlevade 221

Ofício nº 174/Secretaria 02 AGO 2023 Em 13 de julho de 2023.

Senhor Prefeito:

Tenho a honra de encaminhar para sanções, avulsos das Proposições de Lei aprovadas na Sessão Ordinária realizada em 12 de julho de 2023, conforme detalhamento:

- nº 1.339/2023, de iniciativa do vereador Gustavo Henrique Prandini de Assis, que Dispõe sobre a divulgação de informações sobre projetos habitacionais vinculados ao Poder Público Municipal, no município de João Monlevade, e dá outras providências;

- nº 1.348/2023, de iniciativa do Executivo, que Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2024, e dá outras providências;

- nº 1.356/2023, de iniciativa do Vereador Gustavo Henrique Prandini de Assis, que Dispõe sobre a "Parada Segura" no transporte coletivo municipal gerenciado pelo Município;

- nº 1.359/2023, de iniciativa do Executivo, que Altera a Lei Municipal nº 920/89, cria o cargo de Auxiliar de Diretoria Escolar, aumenta vagas do cargo de Vice-Diretor, e dá outras providências.

Atenciosamente,

FERNANDO LINHARES PEREIRA
Presidente da Câmara Municipal

Exmo. Sr.
Laércio José Ribeiro
Prefeito do Município de João Monlevade

ASSESSORIA DE GOVERNO
Recebemos em: 02/08 às 16:13 hs.
Ass.:

CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO MONLEVADE
Recebido em: 19/7/23
Às 9 hs. 30 min.
Responsável

Câmara Municipal de J. Monlevade
225

LEI Nº 2543/2023,

DE 17 DE JULHO DE 2023.

02 AGO. 2023

Dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2024, e dá outras providências.

O **POVO DO MUNICÍPIO DE JOÃO MONLEVADE,** por seus representantes na Câmara aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1° Esta Lei estabelece em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, com observância das determinações da Lei Orgânica do Município, as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do Município, para o exercício financeiro de 2024, compreendendo:

I - As metas e as prioridades da Administração Pública Municipal;

II - Orientações básicas para elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual;

III - Disposições relativas à dívida pública municipal;

IV - Disposições sobre a política de pessoal, os gastos com pessoal e encargos sociais;

V - As disposições sobre as alterações na legislação tributária;

VI - Equilíbrio entre receitas e despesas;

VII - Critérios e formas de limitação de empenho;

VIII - Normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

IX – Estabelecimento de normas para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

X – Normatização do auxilio do Município para o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;

XI - Parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;

XII - Critérios para início de novos projetos;

XIII - Critérios para participação popular no processo de elaboração e aprovação da Lei Orçamentária Anual;

XIV - Regras para promoção de alterações orçamentárias; e

XV - As disposições gerais.

CAPÍTULO I
DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2° Em consonância com o art.165, § 2º, da Constituição Federal, as metas e as prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2024, são as apontadas no Anexo de

Câmara Municipal de João Monlevade
226

Metas e Prioridades, que integra esta Lei, das quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual de 2024 e na sua execução, as obrigatórias e as de funcionamento dos órgãos e das entidades que integram o Orçamento Fiscal. Observada a lei do Plano Plurianual.

§ 1° O orçamento será elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput*.

§ 2° Em atendimento ao disposto no art. 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, integram a presente Lei os seguintes Anexos:

I - Anexo de Metas Fiscais;

II - Anexo de Riscos Fiscais.

§ 3° O Anexo de Metas e Prioridades, que integra esta Lei, não se constitui como limite à programação das despesas.

CAPÍTULO II
DAS ORIENTAÇÕES BÁSICAS PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 3° Para fins do disposto nesta Lei e na Lei Orçamentária de 2024, entende-se por:

I - Órgão orçamentário, que representa os Poderes e suas autarquias, o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias;

II - Unidade orçamentária, nível médio da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar subunidades orçamentárias;

III - Subunidade orçamentária, o menor nível médio da classificação institucional:

IV – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

V – Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

VI – Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

VII - Operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

VIII – Produto, o bem ou serviço que resulta da ação orçamentária;

IX - Concedente: o órgão ou a entidade da Administração Pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

X – Convenente: o órgão ou a entidade da Administração Pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais ou municipais e as entidades privadas, com os quais a Administração pactue a transferência de recursos financeiros.

Câmara Municipal de J. Monlevade
224

§ 1° Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2° Cada atividade, projeto e operação especial, deve identificar a função e a subfunção às quais se vinculam, na forma do anexo que integra a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão.

§ 3° As atividades que possuem a mesma finalidade devem ser identificadas com um único código, independente da unidade executora.

§ 4° Cada projeto constará somente em uma unidade orçamentária e em um só programa.

§ 5° As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por órgãos, unidades e subunidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e da Lei do Plano Plurianual.

§ 6° A Modalidade de Aplicação (MA), conforme determinações e conceitos da Portaria Interministerial n° 163, de 04 de maio de 2001, destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário;

II - indiretamente, mediante transferência, para outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou, ainda, por entidades privadas; ou

III - indiretamente, mediante delegação, para outros entes da Federação ou consórcios públicos para a aplicação de recursos em ações de responsabilidade exclusiva do Município.

§ 7° A especificação da modalidade de que trata o § 6° observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I - Transferências a Estados e ao Distrito Federal (Modalidade de Aplicação 30);

II - Transferências a Municípios (Modalidade de Aplicação 40);

III - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (Modalidade de Aplicação 50);

IV - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos (Modalidade de Aplicação 60);

V - Transferências a Consórcios Públicos (Modalidade de Aplicação 71);

VI - Aplicações Diretas (Modalidade de Aplicação 90); e

VII - Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe (Modalidade de Aplicação 93).

VIII – Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente não Participe (Modalidade de Aplicação 94).

Câmara Municipal de João Monlevade
928

Art. 4° O orçamento discriminará a despesa por subunidade orçamentária, em nível de elementos, conforme artigo 15 da Lei nº 4.320/64, detalhada por categoria de programação com suas respectivas dotações, especificando a modalidade de aplicação e os grupos de despesa a seguir discriminadas:

I - Pessoal e encargos sociais;

II - Juros e encargos da dívida;

III - Outras despesas correntes;

IV - Investimentos;

V - Inversões financeiras; e

VI - Amortização da dívida.

Parágrafo único. Discriminará, ainda, a fonte de recursos que está intrinsecamente ligada à classificação orçamentária a que pertencer.

Art. 5° O orçamento fiscal compreenderá a programação dos Poderes do Município, suas autarquias e fundos especiais, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira ser consolidada no órgão Central de Contabilidade do Poder Executivo.

Art. 6° O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, será constituído de:

I - Texto da lei;

II - Documentos referenciados nos artigos 2º e 22, da Lei Federal 4.320/64;

III - Quadros orçamentários consolidados;

IV - Anexo do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

V - Demonstrativo e documentos previstos no art. 5º da Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo único. Acompanharão a proposta orçamentária, além dos demonstrativos exigidos pela legislação em vigor, definidos no *caput*, os seguintes demonstrativos:

I - Demonstrativo da receita corrente líquida, de acordo com o art. 2º, inciso IV da Lei Complementar 101/2000;

II - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do Ensino e no Ensino Fundamental, para fins do atendimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal e no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados no FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, nos termos da Lei 14.113, de 25 de dezembro de 2020;

IV - Demonstrativo dos recursos a serem aplicados nas ações e serviços públicos de saúde, para fins de atendimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000, e Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012;

V - Demonstrativo de despesa com pessoal, para fins do atendimento do disposto no art. 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar 101/2000.

Câmara Municipal de João Monlevade
229

VI - A mensagem que deverá conter:
a) Resumo dos valores destinados para execução de cada programa;
b) Metodologia de cálculo utilizada para fixação da receita e despesa;
c) Demonstrativo sintético das principais receitas;
d) Resultado primário proposto; e
e) Síntese das despesas obrigatórias, originadas de disposições constitucionais e legais, com no mínimo demonstração dos percentuais propostos.

Art. 7° A estimativa da receita e a fixação da despesa, constantes do Projeto de Lei Orçamentária, serão elaboradas em valores correntes do exercício de 2023, projetadas a partir de índices e da metodologia constantes dos Anexos da presente Lei.

Parágrafo único. O Projeto de Lei Orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receita resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que implicam aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8° O Poder Executivo colocará à disposição do Legislativo Municipal, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo, conforme estabelece o art. 12, § 3º da Lei Complementar 101/2000.

Art. 9° O Poder Legislativo encaminhará, ao órgão do Poder Executivo, responsável pela elaboração do orçamento do Município, até 31 de agosto de 2023, sua proposta orçamentária, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária.

Art. 10. Na programação não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre receitas e despesas.

CAPÍTULO III
DA DÍVIDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO

Art. 11. A Lei Orçamentária discriminará, no órgão responsável pelo débito, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no art. 100 da Constituição Federal, bem como da dívida fundada por contrato.

§ 1° Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração pública municipal submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria Geral do Município.

§ 2° Os recursos alocados para fins previstos no *caput* só poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, se ficar comprovado que os mesmos não serão necessários para pagamento dos precatórios assumidos.

Câmara Municipal de João Monlevade
230

Art. 12. A administração da dívida pública do Município tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o seu montante e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

Parágrafo único. Serão garantidos, na Lei Orçamentária Anual, recursos para pagamento de juros e amortização da dívida.

Art. 13. Na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2024, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas e nas autorizações concedidas até a data do encaminhamento do respectivo projeto de lei à Câmara Municipal.

Art. 14. Na Lei Orçamentária Anual poderá conter autorização para contratação de operações de crédito, subordinando-se às normas estabelecidas na Resolução 43/2001 do Senado Federal e suas alterações.

Art. 15. A Lei Orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no art. 38 da Lei Complementar 101/2000 e atendidas as exigências estabelecidas na Resolução 43/2001 do Senado Federal.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE PESSOAL

Art. 16. Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, inciso II, da Constitucional Federal, observado o inciso I do mesmo parágrafo, fica autorizada a concessão de vantagens, aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000, até o montante das quantidades e limites orçamentários constantes do anexo discriminativo específico da Lei Orçamentária de 2024.

§ 1° Além de observar as normas do *caput*, no exercício financeiro de 2024, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20, da Lei Complementar 101/2000.

§ 2° Se a despesa total com pessoal ativo e inativo ultrapassar os limites estabelecidos no art. 19 da Lei Complementar 101/2000, aplicar-se-ão as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição Federal.

§ 3° Os Poderes, Executivo, Legislativo, suas Autarquias e Fundações, tem como limite para projeção de suas despesas com pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento vigente em julho de 2023.

§ 4° Não constituem despesas com pessoal e encargos sociais, ainda que processadas em folha de pagamento, as verbas de caráter indenizatório definidas em lei.

§ 5° Fica assegurada a revisão anual dos servidores, conforme preceitua o art. 37, inciso X, da Constituição Federal.

Art. 17. No exercício de 2024, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, e no artigo 19, desta Lei, somente poderão ser admitidos servidores se houver prévia dotação orçamentária em

quantum suficiente para o atendimento da despesa e, ainda, se existirem cargos e empregos públicos a serem preenchidos.

Parágrafo único. Ficam os Poderes, Executivo e Legislativo, suas Autarquias e Fundações, autorizados a realizar concurso público, podendo para tanto contratar empresa ou fundação especializadas.

Art. 18. Se durante o exercício de 2024 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do art. 22 da Lei Complementar 101/2000, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. As situações previstas no *caput*, que exijam a realização de serviços extraordinários deverão ser justificadas pelo órgão e submetidas, no âmbito do Poder Executivo ao Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo ao Presidente da Câmara, no âmbito das autarquias, deverão ser submetidas ao seu representante.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 19. A estimativa da receita que constará do projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2024, com vistas à expansão da base tributária e consequente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

I - Aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e celeridade;

II - Aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;

III - Aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio de revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;

IV - Aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 20. A estimativa da receita de que trata o art. 19 levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I – Atualização da planta genérica de valores do Município;

II – Procedimento do recadastramento imobiliário;

III - Instituição de novos tributos ou modificação, em decorrência de alterações legais, daqueles já instituídos;

IV - Revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;

V - Revisão da legislação sobre uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

VI - Revisão da legislação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;

VII - Revisão da legislação do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - ITBI;

VIII - Revisão da legislação sobre as taxas pela prestação de serviços e pelo exercício do Poder de Polícia; e

IX - Revisão da legislação que trata das isenções dos tributos municipais.

Art. 21. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado, se atendidas às exigências do art. 14 da Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo único. Aplica-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira as mesmas exigências referidas no *caput*.

Art. 22. Na estimativa das receitas do projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

CAPÍTULO VI
DO EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS

Art. 23. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais, constantes desta Lei.

Art. 24. Os projetos de leis que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2024 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2024 a 2025, com respectiva memória de cálculo.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar 101/2000.

Art. 25. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I - Para elevação das receitas;
a) A implementação das medidas previstas nos artigos 19 e 20 desta Lei;
b) Atualização e informatização do cadastro imobiliário;
c) Promoção de cobranças administrativas para os contribuintes em geral, inscritos na dívida ativa;
d) Recuperação de créditos inscritos em dívida ativa através de programas de recuperação fiscal – REFIS, devidamente autorizados em lei.

II - Para redução das despesas:
a) Normatização de rotinas e procedimentos de compras;
b) Implantação de rigorosa rotina de pesquisa de preços, de forma a baratear toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;
c) Implantação rigorosa de controle dos bens de consumo e dos serviços contratados; e

Câmara Municipal de João Monlevade
033

d) Racionalização dos diversos serviços da administração.

Art. 26. Na programação da despesa não poderão:

I - Serem fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a se evitar a quebra do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa;

II - Ser incluídos projetos com a mesma finalidade em mais de um órgão.

Art. 27. Na Lei Orçamentária Anual deverá conter Reserva de Contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, equivalente a no máximo de 1% (um por cento) da receita corrente líquida, prevista na proposta orçamentária de 2024 destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 28. A Reserva de Contingência, caso não seja utilizada até o final do mês de setembro do exercício fiscal, poderá constituir recurso para a abertura de créditos adicionais.

CAPÍTULO VII
DOS CRITÉRIOS E FORMAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Art. 29. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no *caput* do art. 9º, e no inciso II do § 1º do art. 31, da Lei Complementar 101/00, o Poder Executivo promoverá limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais, calculado de forma proporcional ao total das dotações iniciais constantes da Lei Orçamentária de 2024, em cada um dos citados conjuntos, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1° Excluem-se do *caput* as despesas que constituem obrigação constitucional e legal de execução e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida, e aquelas suportadas com recursos originados de doações e de convênios, e ainda aquelas relativas:

I - Programa de alimentação escolar;

II - Despesas com saúde, relativas à:
a) Manutenção dos serviços de atenção básica;
b) Manutenção dos serviços de média e alta complexidade, prestados pelo Município;
c) Manutenção da assistência farmacêutica (farmácia básica);
d) Manutenção da vigilância em saúde.

III - Pessoal e encargos sociais;

IV - Transporte escolar; e

V - Sentenças Judiciais.

§ 2° A limitação da despesa deverá obedecer aos limites da nova estimativa de receita que será realizada pelo Executivo Municipal, através de seu segmento administrativo responsável e, encaminhada às suas diversas unidades administrativas, e também ao Poder Legislativo para seu conhecimento.

§ 3° Deverá, ainda, a nova estimativa de receita ser objeto de ampla divulgação, inclusive na internet, para conhecimento de todos.

Câmara Municipal de João Monlevade
934

CAPÍTULO VIII
DAS NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS DOS PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS DOS ORÇAMENTOS

Art. 30. O Poder Executivo realizará estudos visando à definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultado de ações de governo.

Art. 31. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1° A Lei Orçamentária de 2024 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao cumprimento dos objetivos dos respectivos programas.

§ 2° Merecerá destaque o aprimoramento de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3° O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos.

§ 4° O controle de custos será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

CAPÍTULO IX
DAS ALTERAÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 32. A abertura de créditos adicionais suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para acorrer à despesa e será precedido de justificativa, nos termos da Lei nº 4.320/64.

§ 1° Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais, exposição de motivos circunstanciados, que os justifiquem e que indiquem, quando tiverem como recursos a anulação de dotações, as consequências causadas na execução das atividades e dos projetos que tiverem seus recursos reduzidos.

§ 2° Cada projeto de lei deverá restringir-se a uma única modalidade de crédito adicional.

§ 3° Na Lei Orçamentária deverá conter autorização para abertura de créditos adicionais suplementares, no valor correspondente a 30% (trinta por cento), do valor total fixado para as despesas, com utilização de recursos originados da anulação de dotações constantes do orçamento.

§ 4° Na abertura de créditos adicionais autorizados na forma do § 3°, poderá ser criada nova modalidade de aplicação, elementos de despesas e/ou fontes de recursos dentro das ações constantes da Lei Orçamentária, e seus valores serão computados na apuração do limite estabelecido.

Câmara Municipal de João Monlevade
235

Art. 33. Além do limite estabelecido no § 3º, do art. 32, constará também autorização para abertura de créditos no valor correspondente a 30% (vinte por cento), do valor total fixado para as despesas, da seguinte forma:

I - 20% (vinte por cento), com recursos originados do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior; e

II - 10% (dez por cento), com recursos originados do excesso de arrecadação verificado no exercício.

§ 1° Nos casos de abertura de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação, a exposição de motivos conterá a memória de cálculo da atualização das estimativas de receitas para o exercício.

§ 2° Na abertura de créditos adicionais autorizados na forma do *caput*, poderá ser criada nova modalidade de aplicação, elementos de despesas e/ou fontes de recursos dentro das ações constantes da Lei Orçamentária, e seus valores serão computados na apuração do limite estabelecido nos incisos I e II.

Art. 34. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício financeiro, no limite de seus saldos, conforme disposto no art. 167 § 2º da Constituição Federal, será efetivada, mediante decreto do Poder Executivo, e serão incorporados no exercício financeiro, com utilização dos recursos previstos no artigo 43 da Lei nº 4.320/1964.

CAPÍTULO X
DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A ENTIDADES PÚBLICAS, PRIVADAS E PESSOAS FÍSICAS

Art. 35. Na realização de ações de competência do Município, poderá este adotar a estratégia de transferir recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, observadas as seguintes disposições:

I – Subvenções sociais, conforme disposto no art. 16 da Lei 4.320/64, serão concedidas para entidades sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde e educação, cujos serviços colocados à disposição da população se revelem mais econômicos para o Município;

II – Contribuições, as transferências realizadas para atender despesas de manutenção de entidades privadas sem fins lucrativos que não se enquadram nas áreas de atuação definidas no inciso I, para as quais não correspondam a contraprestação direta de bens e serviços e não sejam reembolsáveis pelo recebedor podendo ocorrer como transferência corrente ou de capital; e

III – Auxílios, as transferências realizadas para entidades privadas sem fins lucrativos destinadas às despesas de investimentos e inversões financeiras, independentemente de contraprestação direta de bens ou serviços.

Parágrafo único. As transferências serão realizadas através de parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, fomento ou em acordos de cooperação, observadas as normas estabelecidas na Lei 13.019/14, no que couber.

Câmara Municipal de João Monlevade
236

Art. 36. A transferência de recursos prevista no art. 35, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - De atendimento direto e gratuito ao público na área de educação, e sejam voltadas para a:
a) Educação especial; ou
b) Educação básica;

II - De atendimento direto e gratuito ao público na área de saúde;

III - De atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social, que se destinem a:
a) Idosos, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;
b) Habilitação, reabilitação e integração da pessoa com deficiência ou doença crônica; ou
c) Acolhimento a vítimas de crimes violentos e seus familiares;

IV – Destinadas às atividades de coleta e processamento de material reciclável, desde que constituídas sob a forma de associações ou cooperativas integradas por pessoas em situação de risco social, cabendo ao órgão concedente aprovar as condições para aplicação dos recursos;

V – Destinadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, violação de direitos ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda, nos casos em que ficar demonstrados o interesse público;

VI – Com atuação na área de segurança pública;

VII – Com atuação na área de promoção da habitação para pessoas carentes;

VIII – Com atuação na área de fomento econômico, industrial, comercial e de agricultura;

IX – Com atuação na área representativa comunitária; e

X – Com atuação nas áreas culturais e desportivas.

Art. 37. Sem prejuízo das disposições do art. 36, a transferência de recursos prevista na Lei 4.320/64, à entidade privada sem fins lucrativos, dependerá da justificação pela unidade concedente de que a entidade complementa de forma adequada os serviços de competência do setor público e, ainda, de que no caso de recursos de capital serão os mesmos aplicados exclusivamente em:

I - Aquisição e instalação de equipamentos, e obras de adequação física necessárias à instalação dos referidos equipamentos;

II - Aquisição de material permanente; e

III - Construção, ampliação ou conclusão de obras.

Art. 38. Para recebimento de recursos deverá a entidade privada comprovar:

I – A regularidade do mandato de sua diretoria, inscrição no CNPJ e apresentação de declaração de funcionamento regular de pelo menos 1 (um) ano, emitida no exercício de 2023;

II – A manutenção de escrituração contábil regular;

III – Sua regularidade fiscal, através de apresentação de pelo menos: certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil e regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

IV - A capacidade gerencial, operacional e técnica para desenvolver as atividades, com informações acerca da quantidade e qualificação profissional de seu pessoal; e

V – Que no seu quadro de dirigentes não consta agente político dos Poderes Executivo, Legislativo, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, seu cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

Art. 39. Não se aplicam as exigências da Lei 13.019/14 às transferências de recursos a entidades de direito privado, nas seguintes hipóteses:

I - Às transferências de recursos homologadas pelo Congresso Nacional ou autorizadas pelo Senado Federal naquilo em que as disposições conflitarem com a Lei 13.019/14;

II - Aos contratos de gestão celebrados com organizações sociais, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei 9.637/98;

III - Aos convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do §1° do art. 199 da Constituição Federal;

IV - Aos termos de compromisso cultural, referidos no § 1° do art. 9° da Lei 13.018/14;

V - Aos termos de parceria celebrados com organizações da sociedade civil de interesse público, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei n° 9.790/99;

VI – Às transferências referidas no art. 2° da Lei 10.845/04 (PAED) e nos artigos 5° e 22 da Lei 11.947/09 (PDDE);

VII - Aos pagamentos realizados a título de anuidades, contribuições ou taxas associativas em favor de organismos internacionais ou entidades que sejam obrigatoriamente constituídas por:
a) Membros de Poder ou do Ministério Público;
b) Dirigentes de órgão ou de entidade da administração pública;
c) Pessoas jurídicas de direito público interno;
d) Pessoas jurídicas integrantes da administração pública;

VIII - Às parcerias entre a administração pública e os serviços sociais autônomos.

Art. 40. Não se aplica às parcerias regidas pela Lei 13.019/2014, aplicando-se aos pactos o instrumento de convênio:

I - Entre entes federados ou pessoas jurídicas a eles vinculadas;

II - Decorrentes da aplicação do disposto no inciso IV do art. 3º da Lei 13.019/14.

Art. 41. A entidade privada beneficiada com recursos públicos a qualquer título submeter-se-á à fiscalização do Poder Executivo Municipal com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 42. As transferências de recursos às entidades deverão ser precedidas da aprovação de plano de aplicação e da celebração de pacto, nos termos estabelecidos na legislação vigente.

§ 1° Compete ao órgão concedente o acompanhamento da realização do plano de aplicação executado com recursos transferidos pelo Município.

§ 2° É vedada a celebração de novo pacto com entidades em situação irregular com o Município, em decorrência de transferências feitas anteriormente.

Câmara Municipal de João Monlevade
238

Art. 43. É vedada a destinação, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam às exigências do art. 26 da Lei Complementar 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único. As normas do *caput* deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas, custeadas com recursos do Sistema Único de Saúde - SUS, com a finalidade de tratamento fora do domicílio.

Art. 44. As transferências de recursos financeiros de um órgão para outro, inclusive da Prefeitura Municipal para os órgãos da Administração Indireta e para a Câmara Municipal, ficam limitadas ao valor previsto na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. No caso da transferência para o Legislativo cumprir-se-á ao limite estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, devendo seu respectivo orçamento ser adequado, através de lei específica, quando fixado em valores maiores que os limites constitucionais.

CAPÍTULO XI
DA AUTORIZAÇÃO PARA O MUNICÍPIO AUXILIAR NO CUSTEIO DE DESPESAS ATRIBUÍDAS A OUTROS ENTES DA FEDERAÇÃO

Art. 45. A transferência de recursos, consignada na Lei Orçamentária Anual do Município, para a União, o Estado ou outro município, a qualquer título, inclusive auxílios financeiros e contribuições, serão realizadas somente em situações que fique comprovado o interesse local, e serão efetivadas exclusivamente mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, atendidos os dispositivos constantes dos artigos 25 e 62 da Lei Complementar 101/2000.

CAPÍTULO XII
DOS PARÂMETROS PARA A ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO.

Art. 46. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2024, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos arts. 8º e 13 da Lei Complementar 101/2000.

§ 1° A programação financeira do Poder Legislativo corresponderá a 1/12 (um doze avos) do valor total a ser repassado, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal.

§ 2° Do cumprimento do estabelecido no *caput* o Poder Executivo deverá dar publicidade, com a utilização dos meios de publicações estabelecidos na Lei Orgânica do Município, e ainda, pela internet.

§ 3° A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso de que trata o *caput* deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecido nesta Lei.

CAPÍTULO XIII
DA DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA INÍCIO DE NOVOS PROJETOS

Câmara Municipal de João Monlevade
239

Art. 47. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária de 2024 e seus créditos adicionais, observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I - Estiverem compatíveis com o Plano Plurianual e com as normas desta Lei;

II - Tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento;

III - Estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

IV – Estiverem preservados os recursos alocados para a contrapartida de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2024, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2023.

CAPÍTULO XIV
DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Art. 48. O projeto de Lei Orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2024 deve assegurar o controle social e transparência na execução do orçamento;

I - O controle social implica em assegurar a todo cidadão a participação nas ações da administração municipal;

II - A transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 49. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

I - Elaboração e discussão da proposta orçamentária de 2024 mediante regular processo de consulta; e

II - Avaliação das metas fiscais, conforme definido no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas na Lei.

CAPÍTULO XV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 50. Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar 101/2000:

I - As exigências nele contidas integrarão o processo administrativo de licitação, bem como, os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3° do art. 182 da Constituição Federal;

II - No que tange ao seu § 3°, entende-se como despesa irrelevante aquelas cujo valor não ultrapasse, os limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei 14.133, 1° de abril de 2021, para obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores e para outros serviços e compras, respectivamente;

III - no que se refere ao disposto no seu § 1°, inciso I, na execução das despesas na antevigência da Lei Orçamentária Anual de 2024, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do respectivo Projeto de Lei; e

Câmara Municipal de João Monlevade 240

IV - Os valores constantes do Projeto de Lei Orçamentária de 2024 poderão ser utilizados para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

Art. 51. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem a comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará tempestivamente os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do *caput*.

Art. 52. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária Anual enquanto não iniciada a sua votação, no tocante as partes cuja alteração é proposta.

Art. 53. É vedado consignar na Lei Orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação Ilimitada.

Art. 54. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento das despesas orçamentárias, sem que seja acompanhado da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, definida no art. 16 da Lei Complementar 101/2000 e da indicação das fontes de recursos, ressalvado o inciso II do art. 49.

Art. 55. A receita derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público, não poderá ser utilizada para financiamento de despesa corrente, exceto se destinada por lei ao regime de previdência social geral.

Art. 56. O Poder Executivo, por intermédio do órgão responsável pela administração de pessoal, publicará, até a data de encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária para o ano de 2024 a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral dos servidores municipais, assim como das funções públicas existentes no âmbito do Município.

Parágrafo único. O Poder Legislativo, através de órgão próprio, deverá observar as mesmas disposições de que trata o *caput*.

Art. 57. Se o Poder Legislativo não enviar para sanção o Projeto da Lei Orçamentária Anual, até 31 de dezembro de 2023, fica o Poder Executivo autorizado, a executar a programação dele constante para o atendimento das seguintes despesas:

I - Pessoal e encargos sociais;

II – Pagamento do serviço da dívida; e

III – Despesas de caráter continuado nas áreas de educação, assistência social, saúde e urbanismo; e

IV - Outras despesas correntes de caráter inadiável, até o limite de 1/12 (um doze avos) do valor previsto para cada órgão no Projeto de Lei Orçamentária de 2023, multiplicado pelo número de meses decorridos até a data de publicação da respectiva Lei;

Art. 58. Compõem a presente Lei os seguintes Anexos:

I - Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências;

Câmara Municipal de J. Monlevade
241

II - Metas Fiscais – Demonstrativo das Metas Anuais;

III - Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das metas Fiscais do Exercício Anterior;

IV - Demonstrativo das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Últimos Exercícios;

V - Demonstrativo da Evolução do Patrimônio Líquido;

VI - Demonstrativo da Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VII – Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

VIII - Demonstrativo de Expansão das Despesas de Caráter Continuado;

IX- Demonstrativo da Memória de Cálculo da Projeção da Receita para o Período de 2024 a 2026;

X – Demonstrativo do Total das Despesas e Memória de Cálculo para o período de 2024 a 2026;

XI - Demonstrativo da Receita Primária e Memória de Cálculo para o Período de 2024 a 2026;

XII - Demonstrativo do Resultado Primário e Memória de Cálculo para o Período de 2024 a 2026;

XII – Montante da Dívida Pública;

XIII – Resultado Nominal;

XIV - Demonstrativo das Prioridades e Metas para o exercício de 2024; e

XV – Anexo de Metodologia e Premissas utilizadas.

Art. 59. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

João Monlevade, em 17 de julho de 2023.

Laércio José Ribeiro

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Assessoria de Governo, ao décimo sétimo dia do mês de julho de 2023.

Gentil Lucas Moreira Bicalho

Assessor de Governo

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

ARF (LRF, art 4º , § 3º)

R$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais contra ao ente federativo.	500.000,00	Abertura de crédito adicional a partir da reserva de contigência	500.000,00
Recuperação ambiental e assistência a catástrofes	2.000.000,00	Abertura de crédito adicional a partir da reserva de contigência	2.000.000,00
Outros Passivos Contingentes	500.000,00	Abertura de crédito adicional a partir de reserva de contigência	500.000,00
SUBTOTAL	3.000.000,00	SUBTOTAL	3.000.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustação de Arrecadação	2.000.000,00	Cancelamento de despesas discricionárias	2.000.000,00
Discrepância de Projeções	3.000.000,00	Cancelamento de despesas discricionárias	3.000.000,00
SUBTOTAL	5.000.000,00	SUBTOTAL	5.000.000,00
TOTAL	8.000.000,00	TOTAL	8.000.000,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pblicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2023 , às 11:00:12

O Anexo de Riscos Fiscais compreende os Passivos Contingentes e Demais Riscos Fiscais Passivos capazes de afetar as contas públicas. Será alocado no Orçamento Fiscal, a título de Reserva de Contingência, nos termos do inciso III do art. 5º, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, que poderá ser utilizado para atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, bem como poderá ser utilizado para suplementação de dotações que demonstrem insuficientes no decorrer do exercício. São denominados passivos contingentes os riscos decorrentes de contenciosos judiciais e contratuais que podem acarretar o aumento da dívida pública, tais como: ações trabalhistas, indenizatórias, de desapropriação, entre outras. Por se tratarem de passivos alocados no orçamento, os precatórios não se enquadram no conceito de Risco Fiscal, conforme estabelecido no § 1º do art. 100 da Constituição Federal. Consideram-se riscos fiscais imprevisíveis as situações de emergência, calamidade pública, frustração de arrecadação ou extinção de uma determinada receita prevista, crises financeiras de impacto nacional, entre outras, que sejam capazes de afetar as metas de resultado primário. Na ocorrência destes eventos danosos, o Município poderá fazer uso da reserva de contingência, assim como deverá promover limitação de empenhos e movimentação financeira de despesas discricionárias, tais como: anulação de dotações previstas (quando não comprometidas) para realização de investimentos e redução das despesas de custeio administrativo.

Câmara Municipal de João Monlevade

02 AGO 2023

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art 4°_, § 1°)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2024				2025				2026			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) X 100	% RCL (a / RCL) X 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) X 100	% RCL (b / RCL) X 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) X 100	% RCL (c / RCL) X 100
Receita Total	435.000.000,00	418.108.419,84	0,046	106,098	465.000.000,00	429.753.349,30	0,048	107,639	500.000.000,00	444.327.142,08	0,051	108,696
Receitas Primárias (I)	412.274.297,46	396.265.184,03	0,043	100,555	444.574.358,39	410.875.955,98	0,046	102,911	478.317.789,83	425.059.153,12	0,049	103,982
Receitas Primárias Correntes	404.939.526,47	389.215.231,13	0,042	98,766	437.118.405,46	403.985.158,69	0,045	101,185	470.522.347,58	418.131.699,97	0,048	102,267
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	74.955.181,71	72.044.580,65	0,008	18,282	81.444.956,57	75.271.490,04	0,008	18,853	84.247.380,64	74.866.795,74	0,009	18,315
Contribuições	8.238.672,90	7.918.755,19	0,001	2,009	8.708.277,26	8.048.196,39	0,001	2,016	9.204.649,06	8.179.750,82	0,001	2,001
Transferências Correntes	279.968.358,10	269.096.845,54	0,029	68,285	301.391.212,50	278.545.984,99	0,031	69,766	327.661.493,58	291.177.790,02	0,033	71,231
Demais Receitas Primárias Correntes	41.777.313,76	40.155.049,75	0,004	10,190	45.573.959,13	42.119.487,26	0,005	10,550	49.408.824,30	43.907.363,39	0,005	10,741
Receitas Primárias de Capital	7.334.770,99	7.049.952,89	0,001	1,789	7.455.952,93	6.890.797,30	0,001	1,726	7.795.442,25	6.927.453,15	0,001	1,695
Despesa Total	435.000.000,00	418.108.419,84	0,046	106,098	465.000.000,00	429.753.349,30	0,048	107,639	500.000.000,05	444.327.142,12	0,051	108,696
Despesas Primárias (II)	427.292.103,73	410.699.830,58	0,045	104,218	456.609.753,63	421.999.077,31	0,047	105,697	491.505.609,66	436.778.565,71	0,050	106,849
Despesas Primárias Correntes	380.129.737,51	365.368.636,52	0,040	92,715	406.775.836,53	375.942.533,69	0,042	94,161	438.904.230,28	390.034.124,57	0,045	95,414
Pessoal e Encargos Sociais	198.296.683,49	190.596.581,59	0,021	48,365	212.039.069,03	195.966.666,86	0,022	49,083	230.162.797,55	204.535.156,10	0,023	50,035
Outras Despesas Correntes	181.833.054,02	174.772.254,92	0,019	44,350	194.736.767,50	179.975.866,81	0,020	45,078	208.741.432,73	185.498.968,48	0,021	45,379
Despesas Primárias de Capital	47.162.366,22	45.330.994,06	0,005	11,503	49.833.917,10	46.056.543,62	0,005	11,536	52.601.379,38	46.744.441,14	0,005	11,435
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Resultado Primário (III) = (I – II)	(15.017.806,27)	(14.434.646,55)	-0,002	-3,663	(12.035.395,24)	(11.123.121,32)	-0,001	-2,786	(13.187.819,83)	(11.719.412,59)	-0,001	-2,867
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (IV)	13.829.006,15	13.292.006,99	0,001	3,373	14.635.833,50	13.526.448,31	0,002	3,388	15.476.883,01	13.753.598,39	0,002	3,365
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (V)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V))	(1.188.800,12)	(1.142.637,56)	0,000	-0,290	2.600.438,26	2.403.326,99	0,000	0,602	2.289.063,18	2.034.185,80	0,000	0,498
Dívida Pública Consolidada	22.235.423,96	21.371.965,35	0,002	5,423	23.274.843,13	21.510.627,50	0,002	5,388	24.373.509,19	21.659.623,36	0,002	5,299
Dívida Consolidada Líquida	(99.988.897,68)	(96.106.206,92)	-0,010	-24,388	(102.403.264,84)	(94.641.174,29)	-0,011	-23,704	(106.126.250,94)	(94.309.547,56)	-0,011	-23,071
Receitas Primárias Advindas de PPP (VII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias Advindas de PPP (VIII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Impacto do Saldo das PPP (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 25/05/2023 , às 10:14:42

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2024	2025	2026
PIB real (crescimento % anual)	1,50	1,70	1,70
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	1,00	1,00	0,00
Câmbio (R$/U$$ - Final do Ano)	5,34	5,44	5,54
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,04	4,00	4,00
Projeção do PIB do Estado - R$ 1,00	954.000.000.000,00	970.000.000.000,00	985.000.000.000,00
Receita Corrente Líquida - RCL	410.000.000,00	432.000.000,00	460.000.000,00

02 AGO 2023

Câmara Municipal de João Monlevade

943

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2024	2025	2026
Valor Corrente / 1,0404	Valor Corrente / 1,0820	Valor Corrente / 1,1253

De acordo com o § 1o do art. 4o da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, integrará o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias o Anexo de Metas Fiscais em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultado nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

O Demonstrativo de Metas Anuais, será acompanhado de análise dos principais dados apresentados, assim como de eventuais variações abruptas e outras que mereçam destaque. Também serão apresentadas as medidas que a Administração Pública pretende tomar visando a atingir as metas estabelecidas

02 AGO 2023

Câmara Municipal de João Monlevade
214

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

02 AGO. 2023

Câmara Municipal de João Monlevade
215

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, §2º, Inciso I)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2022 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2022 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	310.000.000,00	0,035	174,225	346.224.473,45	0,037	194,584	36.224.473,45	11,685
Receitas Primárias (I)	297.405.000,00	0,033	167,147	339.007.589,81	0,037	190,528	41.602.589,81	13,989
Despesa Total	310.000.000,00	0,035	174,225	342.150.176,87	0,037	192,294	32.150.176,87	10,371
Despesas Primárias (II)	305.400.000,00	0,034	171,640	336.224.473,45	0,036	188,964	30.824.473,45	10,093
Resultado Primário (III) = (I – II)	(7.995.000,00)	-0,001	-4,493	2.783.116,36	0,000	1,564	10.778.116,36	-134,811
Resultado Nominal	(6.500.000,00)	-0,001	-3,653	12.558.270,16	0,001	7,058	19.058.270,16	-293,204
Dívida Pública Consolidada	14.107.632,39	0,002	7,929	16.109.031,77	0,002	9,054	2.001.399,38	14,187
Dívida Consolidada Líquida	(83.912.453,78)	-0,009	-47,160	(83.961.550,68)	-0,009	-47,188	(49.096,90)	0,059

Nota: PIB Estadual Previsto e Realizado para 2022

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2022	890.000.000.000,00
valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2022	924.700.000.000,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 25/05/2023

O Demonstrativo visa ao cumprimento do inciso I do § 2o do art. 4o da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, que tem por finalidade estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício financeiro do segundo ano anterior ao ano de referência da LDO, incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4º , § 2º, Inciso II) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	289.327.426,04	310.000.000,00	7,14	400.000.000,00	15,53	435.000.000,00	8,75	465.000.000,00	6,90	500.000.000,00	7,53
Receitas Primárias (I)	280.381.008,65	297.405.000,00	6,07	383.895.000,00	13,24	412.274.297,46	7,39	444.574.358,39	7,83	478.317.789,83	7,59
Despesa Total	227.696.530,94	310.000.000,00	36,15	400.000.000,00	16,91	435.000.000,00	8,75	465.000.000,00	6,90	500.000.000,05	7,53
Despesas Primárias (II)	253.552.998,69	305.400.000,00	20,45	393.500.000,00	17,04	427.292.103,73	8,59	456.609.753,63	6,86	491.505.609,66	7,64
Resultado Primário (III) = (I – II)	26.828.009,96	(7.995.000,00)	-129,80	(9.605.000,00)	-445,12	(15.017.806,27)	56,35	(12.035.395,24)	-19,86	(13.187.819,83)	9,57
Resultado Nominal	29.025.245,58	(6.500.000,00)	-122,39	(1.700.000,00)	-113,54	(1.188.800,12)	-30,07	2.600.438,26	-318,75	2.289.063,18	-11,97
Dívida Pública Consolidada	14.649.395,54	14.107.632,39	-3,70	20.899.768,24	29,74	22.235.423,96	6,39	23.274.843,13	4,67	24.373.509,19	4,72
Dívida Consolidada Líquida	(52.600.687,35)	(83.912.453,78)	59,53	(97.184.771,39)	15,75	(99.988.897,68)	2,88	(102.403.264,84)	2,42	(106.126.250,94)	3,64

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receita Total	325.056.412,02	329.220.000,00	13,12	400.000.000,00	8,79	418.108.419,84	4,53	429.753.349,30	2,79	444.327.142,08	3,39
Receitas Primárias (I)	315.005.203,33	315.844.110,00	14,29	383.895.000,00	6,63	396.265.184,03	3,22	410.875.955,98	3,69	425.059.153,12	3,45
Despesa Total	255.814.730,01	329.220.000,00	42,04	400.000.000,00	10,08	418.108.419,84	4,53	429.753.349,30	2,79	444.327.142,12	3,39
Despesas Primárias (II)	284.864.207,79	324.334.800,00	25,35	393.500.000,00	10,20	410.699.830,58	4,37	421.999.077,31	2,75	436.778.565,71	3,50
Resultado Primário (III) = (I – II)	30.140.995,54	(8.490.690,00)	-90,19	(9.605.000,00)	-424,97	(14.434.646,55)	50,28	(11.123.121,32)	-22,94	(11.719.412,59)	5,36
Resultado Nominal	32.609.567,35	(6.903.000,00)	-59,10	(1.700.000,00)	-112,75	(1.142.637,56)	-32,79	2.403.326,99	-310,33	2.034.185,80	-15,36
Dívida Pública Consolidada	16.458.446,47	14.982.305,60	3,94	20.899.768,24	22,16	21.371.995,35	2,26	21.510.627,50	0,65	21.659.623,36	0,69
Dívida Consolidada Líquida	(59.096.335,71)	(89.115.025,91)	50,88	(97.184.771,39)	8,99	(96.106.206,92)	-1,11	(94.641.174,29)	-1,52	(94.309.547,56)	-0,35

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
2021	2022	2023*	2024*	2025	2026
10,06	5,79	6,20	4,04	4,00	4,00

*Inflação Média (% anual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo IBGE.

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 25/05/2023 , às 10:16:24

02 AGO 2023

Câmara Municipal de J. Monlevade

216

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Câmara Municipal de J. Monlevade
241

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R$ 1,00

PREFEITURA CONSOLIDADO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2022**	**%**	**2021**	**%**	**2020**	**%**
Patrimônio/Capital	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	498.377,65	0,145	2.178,30	0,001	0,00	0,000
Resultado Acumulado	342.389.075,30	99,855	287.591.278,53	99,999	229.050.869,15	100,000
Total	342.887.452,95	100%	287.593.456,83	100%	229.050.869,15	100%
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2022**	**%**	**2021**	**%**	**2020**	**%**
Patrimônio	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Total	0,00	100%	0,00	100%	0,00	100%

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2023

Patrimônio Público é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

O Patrimônio Líquido representa o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos seus passivos. Integram o Patrimônio Líquido o patrimônio, as reservas de capital, os ajustes de avaliação patrimonial, as reservas de lucros, as ações em tesouraria, os resultados acumulados e outros desdobramentos do saldo patrimonial.

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Câmara Municipal de João Monlevade 948

AMF - Demonstrativo 5 (lrf, art. 4º, §2º, inciso III)

R$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2022 (a)	2021 (b)	2020 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	**887.952,54**	**0,03**	**3,07**
Alienação de Bens Móveis	215.585,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	653.045,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	19.322,54	0,03	3,07
DESPESAS EXECUTADAS	**2022 (d)**	**2021 (e)**	**2020 (f)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	**30.673,04**	**0,00**	**0,00**
DESPESAS DE CAPITAL	**30.673,04**	**0,00**	**0,00**
Investimentos	30.673,04	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIAS	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência de Servidores	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	**2022 (g) = ((Ia - IId) + IIIh)**	**2021 (h) = ((Ib - IIe) + IIIi)**	**2020 (i) = ((Ic - IIf))**
VALOR (III)	**857.282,60**	**3,10**	**3,07**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2023

Em conformidade com o inciso III do § 2° do art. 4o da Lei de Responsabilidade Fiscal -LRF, a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, deve ser demonstrada.

É importante ressaltar o disposto no art. 44 da LRF, segundo o qual é vedada a aplicação de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei ao Regime Geral de Previdência Social ou aos RPPS. A LRF estabeleceu esse artigo objetivando preservar o patrimônio público, de forma a impedir que os valores provenientes da alienação de bens cubram despesas que deveriam ser suportadas por receitas correntes de forma a evitar que haja a dilapidação do patrimônio público. Todavia, o que se quer é impedir a alienação de bens sem contrapartida de novos investimentos.

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS FISCAIS

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚCIA DA RECEITA

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)

R$ 1,00

Tributo	Modalidade	SETOR/PROGRAMA/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			Compensação
			2024	2025	2026	
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	Outros beneficios	Desconto por antecipação de pagamento.	1.800.000,00	1.900.000,00	2.000.000,00	Renúncia considerada na estimativa da receita, não afeta a meta fiscal.
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	Isenção	Isenção de IPTU para as famílias vitimas das chuvas em regiões alagadas - calamidade pública.	200.000,00	200.000,00	200.000,00	Renúncia considerada na estimativa da receita, não afetando a meta fiscal.
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros de Mora	Anistia	Redução de juros e multas para todos os contribuintes inscritos na dívida ativa inadimplentes através do refis.	300.000,00	300.000,00	300.000,00	Renúncia considerada na estimativa da receita, não afetando a meta fiscal.
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Principal	Concessão de isenção em caráter não geral	Isenção de tributos em geral para empreendimentos de alcance socioeconômicos e de habitação (geração de emprego e renda).	1.000.000,00	1.000.000,00	1.000.000,00	Renúncia considerada na estimativa da receita, não afetando a meta fiscal.
Total			3.300.000,00	3.400.000,00	3.500.000,00	-

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pblicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2023 , ás 11:31:59

O Demonstrativo tem por objetivo dar transparência às renúncias de receita previstas no projeto de LDO, para uma melhor avaliação do seu impacto nas metas fiscais fixadas, além de orientar a elaboração da LOA considerando o montante das renúncias fiscais concedidas. Apesar de esse demonstrativo ter por base legal o art. 4°, § 2°, inciso V, da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, ele visa a dar transparência também ao cumprimento dos requisitos exigidos para a concessão ou ampliação de benefícios de natureza tributária dispostos no art. 14 da LRF.

Monlevade - Câmara Municipal
619

Câmara Municipal de J. Monlevade
250

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V) R$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto para 2024
Aumento Permanente da Receita	2.600.000,00
(-) Transferências Constituicionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	400.000,00
Saldo Final do Aumento Permanente da Receita (I)	2.200.000,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I) + (II)	2.200.000,00
Saldo Utilizado Margem Bruta (IV)	1.800.000,00
Novas DOCC (Despesa Obrigatória de Carater Continuado)	1.800.000,00
Novas DOCC geradas PPP (Parceria Pólico-Privada)	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III - IV)	400.000,00

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2023

O Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado visa ao atendimento do art. 4°, § 2°, inciso V, da LRF, informando os valores previstos de novas despesas obrigatórias de caráter continuado (DOCC) para o exercício a que se refere a LDO, deduzindo-as da margem bruta de expansão (aumento permanente de receita e redução permanente de despesa).

O objetivo do Demonstrativo é dar transparência às novas DOCC previstas, se estão cobertas por aumento permanente de receita e redução permanente de despesa, para avaliação do impacto nas metas fiscais estabelecidas pelo ente além de orientar a elaboração da LOA considerando o montante das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado concedidas.

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
ARRECADADORA	**315.062.583,48**	**387.751.465,74**	**83,84**	**436.712.000,00**	**27,01**	**470.304.826,78**	**1,07**	**502.807.435,42**	**-10,57**	**539.873.337,74**	**13,12**
Receitas Correntes	**305.622.848,93**	**372.462.264,87**	**21,87**	**419.212.000,00**	**12,55**	**454.073.359,40**	**8,32**	**489.561.674,40**	**7,82**	**525.872.568,33**	**7,42**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**43.189.426,42**	**59.963.714,87**	**38,84**	**75.783.400,00**	**26,38**	**74.955.181,71**	**-1,09**	**81.444.956,57**	**8,66**	**84.247.380,64**	**3,44**
Impostos	**41.989.721,58**	**58.298.363,01**	**38,84**	**74.257.000,00**	**27,37**	**73.099.419,21**	**-1,56**	**79.483.086,10**	**8,73**	**82.173.968,41**	**3,39**
Impostos sobre o Patrimônio	**4.294.826,15**	**17.314.255,61**	**303,14**	**20.866.000,00**	**20,51**	**22.705.409,63**	**8,82**	**24.444.617,98**	**7,66**	**25.340.307,61**	**3,66**
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	**1.199.745,90**	**13.377.594,99**	**1.015,04**	**15.865.000,00**	**18,59**	**17.249.109,81**	**8,72**	**18.734.309,07**	**8,61**	**19.361.511,09**	**3,35**
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	**0,00**	**10.507.356,64**	**0,00**	**13.000.000,00**	**23,72**	**14.000.000,00**	**7,69**	**15.300.000,00**	**9,29**	**15.730.000,00**	**2,81**
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Prir	0,00	0,00	0,00	13.000.000,00	0,00	14.000.000,00	7,69	15.300.000,00	9,29	15.730.000,00	2,81
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Mu	49.423,61	55.294,31	11,88	65.000,00	17,55	62.593,16	-3,70	66.160,97	5,70	71.378,55	7,89
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Div	839.754,58	2.114.616,23	151,81	2.000.000,00	-5,42	2.393.745,57	19,69	2.530.189,07	5,70	2.674.409,85	5,70
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Mu	310.567,71	700.327,81	125,50	800.000,00	14,23	792.771,08	-0,90	837.959,03	5,70	885.722,69	5,70
Impostos sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis	**3.095.080,25**	**3.936.660,62**	**27,19**	**5.001.000,00**	**27,04**	**5.456.299,82**	**9,10**	**5.710.308,91**	**4,66**	**5.978.796,52**	**4,70**
Impost.sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direit.Re	3.095.080,25	3.936.660,62	27,19	5.000.000,00	27,01	5.456.299,82	9,13	5.710.308,91	4,66	5.978.796,52	4,70
Impost.sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direit.Re	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Naturez	**5.388.266,00**	**7.905.498,25**	**46,72**	**8.056.000,00**	**1,90**	**10.949.024,02**	**35,91**	**11.459.118,39**	**4,66**	**12.998.288,13**	**13,43**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	**5.388.266,00**	**7.905.498,25**	**46,72**	**8.056.000,00**	**1,90**	**10.949.024,02**	**35,91**	**11.459.118,39**	**4,66**	**12.998.288,13**	**13,43**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	**5.337.800,87**	**7.849.904,84**	**47,06**	**8.000.000,00**	**1,91**	**10.886.092,28**	**36,08**	**11.392.599,54**	**4,65**	**12.927.977,71**	**13,48**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principa	5.337.800,87	7.849.904,84	47,06	8.000.000,00	1,91	10.886.092,28	36,08	11.392.599,54	4,65	12.927.977,71	13,48
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendim	**50.465,13**	**55.593,41**	**10,16**	**56.000,00**	**0,73**	**62.931,74**	**12,38**	**66.518,85**	**5,70**	**70.310,42**	**5,70**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimenk	50.465,13	55.593,41	10,16	56.000,00	0,73	62.931,74	12,38	66.518,85	5,70	70.310,42	5,70
Impostos sobre a Produção e Circulação de Mercadorias e	**22.990.837,18**	**33.078.609,15**	**43,88**	**45.335.000,00**	**37,05**	**39.444.985,56**	**-12,99**	**43.579.349,73**	**10,48**	**43.835.372,67**	**0,59**
Impostos sobre Serviços	**22.990.837,18**	**33.078.609,15**	**43,88**	**45.335.000,00**	**37,05**	**39.444.985,56**	**-12,99**	**43.579.349,73**	**10,48**	**43.835.372,67**	**0,59**
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	**22.990.837,18**	**33.078.609,15**	**43,88**	**45.335.000,00**	**37,05**	**39.444.985,56**	**-12,99**	**43.579.349,73**	**10,48**	**43.835.372,67**	**0,59**
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Princ	22.753.935,08	32.585.845,65	43,21	45.000.000,00	38,10	38.887.177,28	-13,58	42.969.746,38	10,55	43.212.161,92	0,52
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multi	1.663,98	4.854,84	191,76	5.000,00	2,99	5.495,68	9,91	5.808,93	5,70	6.140,04	5,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Divic	176.490,75	358.158,81	101,80	230.000,00	-35,42	403.171,77	75,29	426.152,56	5,70	450.443,26	5,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multi	58.747,37	131.749,85	124,27	100.000,00	-24,10	149.140,83	49,14	157.641,86	5,70	166.627,45	5,70
Taxas	**1.199.704,84**	**1.665.351,86**	**38,81**	**1.526.400,00**	**-8,34**	**1.855.762,50**	**21,58**	**1.961.870,47**	**5,72**	**2.073.412,23**	**5,69**
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	**204.379,58**	**295.264,65**	**44,47**	**326.400,00**	**10,54**	**340.000,67**	**4,17**	**359.710,21**	**5,80**	**379.928,84**	**5,62**
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	**203.453,27**	**294.611,90**	**44,81**	**275.000,00**	**-6,66**	**333.500,67**	**21,27**	**352.510,21**	**5,70**	**372.603,29**	**5,70**
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	159.286,97	220.618,63	38,50	220.000,00	-0,28	249.740,52	13,52	263.975,73	5,70	279.022,35	5,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros d	605,34	3.216,02	299,34	5.000,00	55,47	3.640,53	-27,19	3.848,04	5,70	4.067,38	5,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	31.969,74	55.869,81	74,76	35.000,00	-37,35	63.244,62	80,70	66.849,56	5,70	70.659,98	5,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Juros de Mora d	11.391,22	14.907,24	30,87	15.000,00	0,62	16.875,00	12,50	17.836,88	5,70	18.853,58	5,70
Taxa de Fiscalização do Vigilância Sanitária	**926,31**	**652,75**	**-29,53**	**51.400,00**	**7.774,38**	**6.500,00**	**-87,35**	**7.200,00**	**10,77**	**7.325,55**	**1,74**

Menu: LDO/"Relatórios"

Monlevade - Câmara Municipal 851

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	926,31	652,75	-29,53	50.000,00	7.559,90	5.000,00	-90,00	5.700,00	14,00	5.825,55	2,20
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multas e Juros d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multas e Juros d	0,00	0,00	0,00	900,00	0,00	500,00	-44,44	500,00	0,00	500,00	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços	**995.325,26**	**1.370.087,21**	**37,65**	**1.200.000,00**	**-12,41**	**1.515.761,83**	**26,31**	**1.602.160,26**	**5,70**	**1.693.483,39**	**5,70**
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral	**995.325,26**	**1.370.087,21**	**37,65**	**1.200.000,00**	**-12,41**	**1.515.761,83**	**26,31**	**1.602.160,26**	**5,70**	**1.693.483,39**	**5,70**
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	877.158,63	1.097.177,79	25,08	1.000.000,00	-8,86	1.206.828,37	20,68	1.275.617,59	5,70	1.348.327,79	5,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros d	6.036,14	9.184,42	52,16	8.000,00	-12,90	10.396,76	29,96	10.989,38	5,70	11.615,77	5,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa	81.609,67	190.107,85	132,95	150.000,00	-21,10	215.202,09	43,47	227.468,61	5,70	240.434,32	5,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros d	30.520,82	73.617,15	141,20	42.000,00	-42,95	83.334,61	98,42	88.084,68	5,70	93.105,51	5,70
Contribuições	**6.716.041,84**	**7.277.979,59**	**8,37**	**8.000.000,00**	**9,92**	**8.238.672,90**	**2,98**	**8.708.277,26**	**5,70**	**9.204.649,06**	**5,70**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Púl	**6.716.041,84**	**7.277.979,59**	**8,37**	**8.000.000,00**	**9,92**	**8.238.672,90**	**2,98**	**8.708.277,26**	**5,70**	**9.204.649,06**	**5,70**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Púl	**6.716.041,84**	**7.277.979,59**	**8,37**	**8.000.000,00**	**9,92**	**8.238.672,90**	**2,98**	**8.708.277,26**	**5,70**	**9.204.649,06**	**5,70**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Púl	**6.716.041,84**	**7.277.979,59**	**8,37**	**8.000.000,00**	**9,92**	**8.238.672,90**	**2,98**	**8.708.277,26**	**5,70**	**9.204.649,06**	**5,70**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública -	6.716.041,84	7.277.979,59	8,37	8.000.000,00	9,92	8.238.672,90	2,98	8.708.277,26	5,70	9.204.649,06	5,70
Receita Patrimonial	**2.259.605,65**	**12.546.243,30**	**455,24**	**7.919.000,00**	**-36,88**	**13.851.716,05**	**74,92**	**14.659.837,86**	**5,83**	**15.502.255,62**	**5,75**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	**60.472,50**	**17.310,03**	**-71,38**	**0,00**	**0,00**	**19.594,95**	**0,00**	**20.711,86**	**5,70**	**21.892,44**	**5,70**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	**60.472,50**	**17.310,03**	**-71,38**	**0,00**	**0,00**	**19.594,95**	**0,00**	**20.711,86**	**5,70**	**21.892,44**	**5,70**
Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito	**60.472,50**	**17.310,03**	**-71,38**	**0,00**	**0,00**	**19.594,95**	**0,00**	**20.711,86**	**5,70**	**21.892,44**	**5,70**
Conc.Permiss.Autor.ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imo	60.472,50	17.310,03	-71,38	0,00	0,00	19.594,95	0,00	20.711,86	5,70	21.892,44	5,70
Valores Mobiliários	**2.199.133,15**	**12.528.933,27**	**469,72**	**7.907.000,00**	**-36,89**	**13.832.121,10**	**74,94**	**14.639.126,00**	**5,83**	**15.480.363,18**	**5,75**
Juros e Correções Monetárias	**2.197.235,62**	**12.526.181,55**	**470,09**	**7.905.000,00**	**-36,89**	**13.829.006,15**	**74,94**	**14.635.833,50**	**5,83**	**15.476.883,01**	**5,75**
Remuneração de Depósitos Bancários	**2.197.235,62**	**12.526.181,55**	**470,09**	**7.905.000,00**	**-36,89**	**13.829.006,15**	**74,94**	**14.635.833,50**	**5,83**	**15.476.883,01**	**5,75**
Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.197.235,62	12.526.181,55	470,09	7.905.000,00	-36,89	13.829.006,15	74,94	14.635.833,50	5,83	15.476.883,01	5,75
Dividendos	**1.897,53**	**2.751,72**	**45,02**	**2.000,00**	**-27,32**	**3.114,95**	**55,75**	**3.292,50**	**5,70**	**3.480,17**	**5,70**
Dividendos	**1.897,53**	**2.751,72**	**45,02**	**2.000,00**	**-27,32**	**3.114,95**	**55,75**	**3.292,50**	**5,70**	**3.480,17**	**5,70**
Dividendos - Principal	1.897,53	2.751,72	45,02	2.000,00	-27,32	3.114,95	55,75	3.292,50	5,70	3.480,17	5,70
Demais Receitas Patrimoniais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Receitas Patrimoniais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Receitas Patrimoniais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Receitas Patrimoniais - Principal	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	**24.522.348,83**	**27.749.849,86**	**13,16**	**33.961.500,00**	**22,38**	**36.170.000,00**	**6,50**	**39.562.000,00**	**9,38**	**43.024.000,00**	**8,75**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**24.227.717,15**	**27.469.815,91**	**13,38**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**24.227.717,15**	**27.469.815,91**	**13,38**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**24.227.717,15**	**27.469.815,91**	**13,38**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Menu: LDO/"Relatórios"

Câmara Municipal

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	23.556.716,36	26.650.835,30	13,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	291.004,47	493.520,34	69,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	338.279,83	274.259,92	-18,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	41.716,49	51.200,35	22,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	**294.623,68**	**280.033,95**	**-4,95**	**33.961.500,00**	**12.027,64**	**36.170.000,00**	**6,50**	**39.562.000,00**	**9,38**	**43.024.000,00**	**8,75**
Outros Serviços	**294.623,68**	**280.033,95**	**-4,95**	**33.961.500,00**	**12.027,64**	**36.170.000,00**	**6,50**	**39.562.000,00**	**9,38**	**43.024.000,00**	**8,75**
Receita de Serviços Sujeitos à Regulação	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**33.919.000,00**	**0,00**	**36.130.000,00**	**6,52**	**39.522.000,00**	**9,39**	**42.984.000,00**	**8,76**
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**26.497.000,00**	**0,00**	**28.380.000,00**	**7,11**	**31.442.000,00**	**10,79**	**34.584.000,00**	**9,99**
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - F	0,00	0,00	0,00	26.497.000,00	0,00	28.000.000,00	5,67	31.000.000,00	10,71	34.101.000,00	10,00
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	230.000,00	15,00	250.000,00	8,70
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	180.000,00	20,00	200.000,00	11,11
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	32.000,00	6,67	33.000,00	3,13
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**6.906.000,00**	**0,00**	**7.200.000,00**	**4,26**	**7.500.000,00**	**4,17**	**7.800.000,00**	**4,00**
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário - Pr	0,00	0,00	0,00	6.906.000,00	0,00	7.200.000,00	4,26	7.500.000,00	4,17	7.800.000,00	4,00
Outros Serviços Sujeitos à Regulação	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**516.000,00**	**0,00**	**550.000,00**	**6,59**	**580.000,00**	**5,45**	**600.000,00**	**3,45**
Outros Serviços Sujeitos à Regulação - Principal	0,00	0,00	0,00	516.000,00	0,00	550.000,00	6,59	580.000,00	5,45	600.000,00	3,45
Outros Serviços	**294.623,68**	**280.033,95**	**-4,95**	**42.500,00**	**-84,82**	**40.000,00**	**-5,88**	**40.000,00**	**0,00**	**40.000,00**	**0,00**
Outros Serviços - Principal	294.623,68	280.033,95	-4,95	42.500,00	-84,82	40.000,00	-5,88	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00
Transferências Correntes	**227.696.530,94**	**259.955.655,10**	**14,17**	**288.004.600,00**	**10,79**	**316.238.684,90**	**9,80**	**340.249.147,94**	**7,59**	**368.620.331,32**	**8,34**
Transferências da União e de suas Entidades	**93.001.202,09**	**108.430.440,83**	**16,59**	**126.639.600,00**	**16,79**	**137.011.573,04**	**8,19**	**144.051.932,71**	**5,14**	**150.629.032,88**	**4,57**
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da	**53.157.296,16**	**66.866.787,36**	**25,79**	**87.010.000,00**	**30,12**	**89.693.203,29**	**3,08**	**94.007.715,89**	**4,81**	**97.568.155,70**	**3,79**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPI	**53.155.470,35**	**66.865.044,03**	**25,79**	**87.000.000,00**	**30,11**	**89.691.229,84**	**3,09**	**94.005.629,95**	**4,81**	**97.565.950,86**	**3,79**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	**49.119.686,82**	**61.206.371,05**	**24,61**	**80.000.000,00**	**30,71**	**80.285.612,03**	**0,36**	**84.234.891,92**	**4,92**	**87.409.280,76**	**3,77**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota M	49.119.686,82	61.206.371,05	24,61	80.000.000,00	30,71	80.285.612,03	0,36	84.234.891,92	4,92	87.409.280,76	3,77
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	**4.035.783,53**	**5.658.672,98**	**40,21**	**7.000.000,00**	**23,70**	**9.405.617,81**	**34,37**	**9.770.738,03**	**3,88**	**10.156.670,10**	**3,95**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas E	4.035.783,53	5.658.672,98	40,21	7.000.000,00	23,70	9.405.617,81	34,37	9.770.738,03	3,88	10.156.670,10	3,95
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	**1.825,81**	**1.743,33**	**-4,52**	**10.000,00**	**473,61**	**1.973,45**	**-80,27**	**2.085,94**	**5,70**	**2.204,84**	**5,70**
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural -	1.825,81	1.743,33	-4,52	10.000,00	473,61	1.973,45	-80,27	2.085,94	5,70	2.204,84	5,70
Transferências das Compensações Financeiras pela Explo	**2.492.713,97**	**3.765.434,24**	**51,06**	**3.200.000,00**	**-15,02**	**4.862.471,56**	**51,95**	**5.205.432,43**	**7,05**	**5.562.242,08**	**6,85**
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração d	**1.543.204,67**	**1.039.242,17**	**-32,66**	**1.500.000,00**	**44,34**	**1.576.422,14**	**5,09**	**1.743.478,20**	**10,60**	**1.814.356,46**	**4,07**
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de R	1.543.204,67	1.039.242,17	-32,66	1.500.000,00	44,34	1.576.422,14	5,09	1.743.478,20	10,60	1.814.356,46	4,07
Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de	**949.509,30**	**1.481.665,62**	**56,05**	**1.700.000,00**	**14,74**	**1.877.245,48**	**10,43**	**1.972.848,47**	**5,09**	**2.173.900,83**	**10,19**
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	**949.509,30**	**1.481.665,62**	**56,05**	**1.700.000,00**	**14,74**	**1.877.245,48**	**10,43**	**1.972.848,47**	**5,09**	**2.173.900,83**	**10,19**
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Principal	949.509,30	1.481.665,62	56,05	1.700.000,00	14,74	1.877.245,48	10,43	1.972.848,47	5,09	2.173.900,83	10,19
Outras Transferências decorrentes de Compensação Fina	**0,00**	**1.244.526,45**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.408.803,94**	**0,00**	**1.489.105,76**	**5,70**	**1.573.984,79**	**5,70**

Menu: LDO/"Relatórios"

Câmara Municipal Monlevade 253

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Outras Transf.dec.de Compensação Financeira pela Exploraç	0,00	1.244.526,45	0,00	0,00	0,00	1.408.803,94	0,00	1.489.105,76	5,70	1.573.984,79	5,70
Transf.de Rec.do Sistema Único de Saúde – SUS	**33.822.184,61**	**31.714.564,58**	**-6,23**	**32.150.000,00**	**1,37**	**35.900.887,11**	**11,67**	**37.947.237,68**	**5,70**	**40.110.230,22**	**5,70**
Transf.de Rec.do Sistema Único de Saúde – SUS – Repass	**33.822.184,61**	**31.714.564,58**	**-6,23**	**32.150.000,00**	**1,37**	**35.900.887,11**	**11,67**	**37.947.237,68**	**5,70**	**40.110.230,22**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**7.265.999,71**	**6.874.116,42**	**-5,39**	**7.000.000,00**	**1,83**	**7.781.499,79**	**11,16**	**8.225.045,28**	**5,70**	**8.693.872,86**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos d	7.265.999,71	6.874.116,42	-5,39	7.000.000,00	1,83	7.781.499,79	11,16	8.225.045,28	5,70	8.693.872,86	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**24.950.020,84**	**22.835.622,28**	**-8,47**	**23.000.000,00**	**0,72**	**25.849.924,42**	**12,39**	**27.323.370,11**	**5,70**	**28.880.802,21**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos d	24.950.020,84	22.835.622,28	-8,47	23.000.000,00	0,72	25.849.924,42	12,39	27.323.370,11	5,70	28.880.802,21	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**1.074.695,10**	**1.438.848,76**	**33,88**	**1.600.000,00**	**11,20**	**1.628.776,80**	**1,80**	**1.721.617,08**	**5,70**	**1.819.749,25**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos d	1.074.695,10	1.438.848,76	33,88	1.600.000,00	11,20	1.628.776,80	1,80	1.721.617,08	5,70	1.819.749,25	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**471.468,96**	**552.977,12**	**17,29**	**550.000,00**	**-0,54**	**625.970,10**	**13,81**	**661.650,40**	**5,70**	**699.364,47**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos d	471.468,96	552.977,12	17,29	550.000,00	-0,54	625.970,10	13,81	661.650,40	5,70	699.364,47	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**0,00**	**13.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**14.716,00**	**0,00**	**15.554,81**	**5,70**	**16.441,43**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos d	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	14.716,00	0,00	15.554,81	5,70	16.441,43	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos d	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimer	**2.436.644,27**	**2.824.153,56**	**15,90**	**2.850.000,00**	**0,92**	**3.396.941,83**	**19,19**	**3.559.167,52**	**4,78**	**3.871.780,08**	**8,78**
Transf.do Salário-Educação	**1.835.484,42**	**2.210.521,65**	**20,43**	**2.200.000,00**	**-0,48**	**2.502.310,51**	**13,74**	**2.644.942,21**	**5,70**	**2.795.703,92**	**5,70**
Transf.do Salário-Educação - Principal	1.835.484,42	2.210.521,65	20,43	2.200.000,00	-0,48	2.502.310,51	13,74	2.644.942,21	5,70	2.795.703,92	5,70
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNA	**595.904,00**	**601.704,00**	**0,97**	**640.000,00**	**6,36**	**881.128,93**	**37,68**	**899.953,28**	**2,14**	**1.060.990,62**	**17,89**
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNAE -	595.904,00	601.704,00	0,97	640.000,00	6,36	881.128,93	37,68	899.953,28	2,14	1.060.990,62	17,89
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Es	**5.255,85**	**11.927,91**	**126,95**	**10.000,00**	**-16,16**	**13.502,39**	**35,02**	**14.272,03**	**5,70**	**15.085,54**	**5,70**
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Escola	5.255,85	11.927,91	126,95	10.000,00	-16,16	13.502,39	35,02	14.272,03	5,70	15.085,54	5,70
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de Assistência Social –	**338.087,02**	**839.297,54**	**148,25**	**629.600,00**	**-24,98**	**950.084,82**	**50,90**	**1.004.239,65**	**5,70**	**1.061.481,31**	**5,70**
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de Assistência Social –	**338.087,02**	**839.297,54**	**148,25**	**629.600,00**	**-24,98**	**950.084,82**	**50,90**	**1.004.239,65**	**5,70**	**1.061.481,31**	**5,70**
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistênci	338.087,02	839.297,54	148,25	629.600,00	-24,98	950.084,82	50,90	1.004.239,65	5,70	1.061.481,31	5,70
Transf.de Conv.da União e de Suas Entidades	**0,00**	**67.670,88**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**76.603,44**	**0,00**	**80.969,84**	**5,70**	**85.585,12**	**5,70**
Outras Transferências de Convênios da União e de Suas E	**0,00**	**67.670,88**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**76.603,44**	**0,00**	**80.969,84**	**5,70**	**85.585,12**	**5,70**
Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Enti	0,00	67.670,88	0,00	0,00	0,00	76.603,44	0,00	80.969,84	5,70	85.585,12	5,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Er	**754.276,06**	**2.352.532,67**	**211,89**	**800.000,00**	**-65,99**	**2.131.380,99**	**166,42**	**2.247.169,70**	**5,43**	**2.369.558,37**	**5,45**
Transferência Especial da União	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferência Especial da União - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementa	**0,00**	**619.262,94**	**0,00**	**800.000,00**	**29,19**	**801.005,65**	**0,13**	**840.962,97**	**4,99**	**883.197,86**	**5,02**
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar n°	0,00	619.262,94	0,00	800.000,00	29,19	801.005,65	0,13	840.962,97	4,99	883.197,86	5,02
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Er	**754.276,06**	**1.175.243,23**	**55,81**	**0,00**	**0,00**	**1.330.375,34**	**0,00**	**1.406.206,73**	**5,70**	**1.486.360,51**	**5,70**
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entid	754.276,06	1.175.243,23	55,81	0,00	0,00	1.330.375,34	0,00	1.406.206,73	5,70	1.486.360,51	5,70

Menu: LDO/"Relatórios"

Câmara Municipal de João Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua	**97.493.385,49**	**110.432.689,86**	**13,27**	**115.365.000,00**	**4,47**	**126.841.553,32**	**9,95**	**138.167.679,86**	**8,93**	**154.167.079,56**	**11,58**
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	**82.194.080,93**	**92.872.524,57**	**12,99**	**108.080.000,00**	**16,37**	**113.331.697,82**	**4,86**	**123.324.204,61**	**8,82**	**134.958.284,28**	**9,43**
Cota-Parte do ICMS	**67.399.091,15**	**75.513.148,53**	**12,04**	**90.000.000,00**	**19,18**	**91.480.884,14**	**1,65**	**98.353.294,54**	**7,51**	**107.503.432,33**	**9,30**
Cota-Parte do ICMS - Principal	67.399.091,15	75.513.148,53	12,04	90.000.000,00	19,18	91.480.884,14	1,65	98.353.294,54	7,51	107.503.432,33	9,30
Cota-Parte do IPVA	**14.006.552,76**	**16.447.498,84**	**17,43**	**17.000.000,00**	**3,36**	**20.618.568,69**	**21,29**	**23.679.827,11**	**14,85**	**25.801.577,26**	**8,96**
Cota-Parte do IPVA - Principal	14.006.552,76	16.447.498,84	17,43	17.000.000,00	3,36	20.618.568,69	21,29	23.679.827,11	14,85	25.801.577,26	8,96
Cota-Parte do IPI - Municípios	**750.121,86**	**852.225,36**	**13,61**	**1.000.000,00**	**17,34**	**1.164.719,11**	**16,47**	**1.219.708,10**	**4,72**	**1.577.831,46**	**29,36**
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	750.121,86	852.225,36	13,61	1.000.000,00	17,34	1.164.719,11	16,47	1.219.708,10	4,72	1.577.831,46	29,36
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Ec	**38.315,16**	**59.651,84**	**55,69**	**80.000,00**	**34,11**	**67.525,88**	**-15,59**	**71.374,86**	**5,70**	**75.443,23**	**5,70**
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econô	38.315,16	59.651,84	55,69	80.000,00	34,11	67.525,88	-15,59	71.374,86	5,70	75.443,23	5,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**14.996.938,17**	**13.855.122,29**	**-7,61**	**7.000.000,00**	**-49,48**	**11.315.746,83**	**61,65**	**12.410.302,38**	**9,67**	**16.522.931,56**	**33,14**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**14.996.938,17**	**13.855.122,29**	**-7,61**	**7.000.000,00**	**-49,48**	**11.315.746,83**	**61,65**	**12.410.302,38**	**9,67**	**16.522.931,56**	**33,14**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	14.996.938,17	13.855.122,29	-7,61	7.000.000,00	-49,48	11.315.746,83	61,65	12.410.302,38	9,67	16.522.931,56	33,14
Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	**302.366,39**	**3.705.043,00**	**1.125,35**	**285.000,00**	**-92,31**	**2.194.108,67**	**669,86**	**2.433.172,87**	**10,90**	**2.685.863,72**	**10,39**
Transferências de Estados destinadas à Assistência Soci	**265.012,00**	**1.145.495,94**	**332,24**	**200.000,00**	**-82,54**	**1.296.701,40**	**548,35**	**1.370.613,38**	**5,70**	**1.448.738,34**	**5,70**
Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - F	265.012,00	1.145.495,94	332,24	200.000,00	-82,54	1.296.701,40	548,35	1.370.613,38	5,70	1.448.738,34	5,70
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	**0,00**	**71.234,53**	**0,00**	**85.000,00**	**19,32**	**80.637,49**	**-5,13**	**85.233,83**	**5,70**	**90.092,16**	**5,70**
Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educ	0,00	71.234,53	0,00	85.000,00	19,32	80.637,49	-5,13	85.233,83	5,70	90.092,16	5,70
Outras Transferências dos Estados e DF	**37.354,39**	**2.488.312,53**	**6.561,37**	**0,00**	**0,00**	**816.769,78**	**0,00**	**977.325,66**	**19,66**	**1.147.033,22**	**17,36**
Outras Transferências dos Estados e DF - Principal	37.354,39	2.488.312,53	6.561,37	0,00	0,00	816.769,78	0,00	977.325,66	19,66	1.147.033,22	17,36
Transferências de Instituições Privadas	**1.287.659,68**	**875.351,21**	**-32,02**	**0,00**	**0,00**	**859.718,48**	**0,00**	**908.722,43**	**5,70**	**960.519,61**	**5,70**
Transferências de Instituições Privadas	**1.287.659,68**	**875.351,21**	**-32,02**	**0,00**	**0,00**	**859.718,48**	**0,00**	**908.722,43**	**5,70**	**960.519,61**	**5,70**
Outras TransferÃ³ncias de InstituiÃ§Ãµes Privadas	**1.287.659,68**	**875.351,21**	**-32,02**	**0,00**	**0,00**	**859.718,48**	**0,00**	**908.722,43**	**5,70**	**960.519,61**	**5,70**
Outras TransferÃ³ncias de InstituiÃ§Ãµes Privadas â€" Princip	1.287.659,68	875.351,21	-32,02	0,00	0,00	859.718,48	0,00	908.722,43	5,70	960.519,61	5,70
Transferências de Outras Instituições Públicas	**35.889.129,89**	**40.214.953,25**	**12,05**	**45.000.000,00**	**11,90**	**51.523.327,08**	**14,50**	**57.118.156,72**	**10,86**	**62.860.891,65**	**10,05**
Transferências de Recursos do FUNDEB	**35.889.129,89**	**40.214.953,25**	**12,05**	**45.000.000,00**	**11,90**	**51.523.327,08**	**14,50**	**57.118.156,72**	**10,86**	**62.860.891,65**	**10,05**
Transferências de Recursos do FUNDEB	**35.889.129,89**	**40.214.953,25**	**12,05**	**45.000.000,00**	**11,90**	**51.523.327,08**	**14,50**	**57.118.156,72**	**10,86**	**62.860.891,65**	**10,05**
Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	35.889.129,89	40.214.953,25	12,05	45.000.000,00	11,90	51.523.327,08	14,50	57.118.156,72	10,86	62.860.891,65	10,05
Demais Transferências Correntes	**25.153,79**	**2.219,95**	**-91,17**	**1.000.000,00**	**44.946,06**	**2.512,98**	**-99,75**	**2.656,22**	**5,70**	**2.807,62**	**5,70**
Transferências de Pessoas Físicas	**25.153,79**	**2.219,95**	**-91,17**	**1.000.000,00**	**44.946,06**	**2.512,98**	**-99,75**	**2.656,22**	**5,70**	**2.807,62**	**5,70**
Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Saúde	**25.153,79**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Saúde - Pr	25.153,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Pessoas Físicas	**0,00**	**2.219,95**	**0,00**	**1.000.000,00**	**44.946,06**	**2.512,98**	**-99,75**	**2.656,22**	**5,70**	**2.807,62**	**5,70**
Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal	0,00	2.219,95	0,00	1.000.000,00	44.946,06	2.512,98	-99,75	2.656,22	5,70	2.807,62	5,70
Outras Receitas Correntes	**1.238.903,25**	**4.968.822,15**	**301,07**	**5.543.500,00**	**11,57**	**4.619.103,84**	**-16,68**	**4.937.454,77**	**6,89**	**5.273.951,69**	**6,82**

Menu: LDO/"Relatórios"

Câmara Municipal de João Monlevade 2955

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	**860.024,87**	**1.637.033,26**	**90,35**	**1.510.000,00**	**-7,76**	**2.854.121,65**	**89,01**	**2.959.749,56**	**3,70**	**3.071.398,30**	**3,77**
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	**860.024,87**	**1.637.033,26**	**90,35**	**1.510.000,00**	**-7,76**	**2.854.121,65**	**89,01**	**2.959.749,56**	**3,70**	**3.071.398,30**	**3,77**
Multas Previstas em Legislação Especifica	**817.412,60**	**1.622.992,84**	**98,55**	**1.500.000,00**	**-7,58**	**2.837.227,89**	**89,15**	**2.941.949,88**	**3,69**	**3.052.641,02**	**3,76**
Multas Previstas em Legislação Especifica - Principal	817.412,60	1.622.992,84	98,55	1.500.000,00	-7,58	2.837.227,89	89,15	2.941.949,88	3,69	3.052.641,02	3,76
Multas por Danos Ambientais	**41.239,25**	**14.040,42**	**-65,95**	**5.000,00**	**-64,39**	**15.893,76**	**217,88**	**16.799,70**	**5,70**	**17.757,28**	**5,70**
Multas Administrativas por Danos Ambientais	**41.239,25**	**14.040,42**	**-65,95**	**5.000,00**	**-64,39**	**15.893,76**	**217,88**	**16.799,70**	**5,70**	**17.757,28**	**5,70**
Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	41.239,25	14.040,42	-65,95	5.000,00	-64,39	15.893,76	217,88	16.799,70	5,70	17.757,28	5,70
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	**1.373,02**	**0,00**	**0,00**	**5.000,00**	**0,00**	**1.000,00**	**-80,00**	**1.000,00**	**0,00**	**1.000,00**	**0,00**
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	1.373,02	0,00	0,00	5.000,00	0,00	1.000,00	-80,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	**113.929,01**	**2.676.601,41**	**2.249,36**	**3.403.500,00**	**27,16**	**1.018.864,14**	**-70,06**	**1.190.768,40**	**16,87**	**1.372.471,20**	**15,26**
Indenizações	**0,00**	**458,25**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Indenizações	**0,00**	**458,25**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Indenizações - Principal	0,00	458,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	**113.929,01**	**2.676.143,16**	**2.248,96**	**3.403.500,00**	**27,18**	**1.018.864,14**	**-70,06**	**1.190.768,40**	**16,87**	**1.372.471,20**	**15,26**
Restituição de Convênios	**5.733,40**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Restituição de Convênios - Primárias	**5.733,40**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Restituição de Convênios - Primárias - Principal	5.733,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituição de Convênios - Financeiras	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Restituição de Convênios - Financeiras - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Restituições	**108.195,61**	**2.676.143,16**	**2.373,43**	**3.403.500,00**	**27,18**	**1.018.864,14**	**-70,06**	**1.190.768,40**	**16,87**	**1.372.471,20**	**15,26**
Outras Restituições - Principal	108.195,61	2.676.143,16	2.373,43	3.403.500,00	27,18	1.018.864,14	-70,06	1.190.768,40	16,87	1.372.471,20	15,26
Demais Receitas Correntes	**264.949,37**	**655.187,48**	**147,29**	**630.000,00**	**-3,84**	**746.118,05**	**18,43**	**786.936,79**	**5,47**	**830.082,19**	**5,48**
Outras Receitas Correntes	**264.949,37**	**655.187,48**	**147,29**	**630.000,00**	**-3,84**	**746.118,05**	**18,43**	**786.936,79**	**5,47**	**830.082,19**	**5,48**
Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receita	**59.223,36**	**170.700,30**	**188,23**	**120.000,00**	**-29,70**	**193.232,74**	**61,03**	**204.247,01**	**5,70**	**215.889,09**	**5,70**
Ônus de Sucumbência	**59.223,36**	**170.700,30**	**188,23**	**120.000,00**	**-29,70**	**193.232,74**	**61,03**	**204.247,01**	**5,70**	**215.889,09**	**5,70**
Ônus de Sucumbência - Principal	59.223,36	170.700,30	188,23	120.000,00	-29,70	193.232,74	61,03	204.247,01	5,70	215.889,09	5,70
Outras Receitas	**205.726,01**	**484.487,18**	**135,50**	**510.000,00**	**5,27**	**552.885,31**	**8,41**	**582.689,78**	**5,39**	**614.193,10**	**5,41**
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela F	**205.726,01**	**484.487,18**	**135,50**	**10.000,00**	**-97,94**	**522.885,31**	**5.128,85**	**552.689,78**	**5,70**	**584.193,10**	**5,70**
Outras Receit.Não Arrec.e Não Projet.pela RFB - Primárias -	193.592,63	476.229,85	146,00	0,00	0,00	513.538,01	0,00	542.809,68	5,70	573.749,83	5,70
Outras Receit.Não Arrec.e Não Projet.pela RFB - Primárias -	12.133,38	8.257,33	-31,95	10.000,00	21,10	9.347,30	-6,53	9.880,10	5,70	10.443,27	5,70
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela F	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**30.000,00**	**-94,00**	**30.000,00**	**0,00**	**30.000,00**	**0,00**
Outras Receit.Não Arrec.e Não Projet.pela RFB - Financeiras	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	30.000,00	-94,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00
Receitas de Capital	**9.439.734,65**	**15.289.200,87**	**61,97**	**17.500.000,00**	**14,46**	**16.231.467,38**	**-7,25**	**13.245.761,02**	**-18,39**	**14.000.769,41**	**5,70**
Operações de Crédito	**6.749.181,78**	**5.252.857,98**	**-22,17**	**5.000.000,00**	**-4,81**	**4.946.235,23**	**-1,08**	**3.785.170,64**	**-23,47**	**4.143.425,37**	**9,46**
Operações de Crédito - Mercado Interno	**6.749.181,78**	**5.252.857,98**	**-22,17**	**5.000.000,00**	**-4,81**	**4.946.235,23**	**-1,08**	**3.785.170,64**	**-23,47**	**4.143.425,37**	**9,46**

Câmara Municipal

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	500.000,00	-50,00	500.000,00	0,00
Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	500.000,00	-50,00	500.000,00	0,00
Operações de Crédito Internas para Programas de Saúe - Prir	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	500.000,00	-50,00	500.000,00	0,00
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	4.000.000,00	-23,85	3.946.235,23	-1,34	3.285.170,64	-16,75	3.643.425,37	10,91
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	4.000.000,00	-23,85	3.946.235,23	-1,34	3.285.170,64	-16,75	3.643.425,37	10,91
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	4.000.000,00	-23,85	3.946.235,23	-1,34	3.285.170,64	-16,75	3.643.425,37	10,91
Alienação de Bens	0,00	868.630,00	0,00	3.200.000,00	268,40	3.950.461,16	23,45	2.004.637,45	-49,26	2.061.901,79	2,86
Alienação de Bens Móveis	0,00	215.585,00	0,00	200.000,00	-7,23	3.211.214,22	1.505,61	1.223.253,43	-61,91	1.235.978,88	1,04
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	215.585,00	0,00	200.000,00	-7,23	3.211.214,22	1.505,61	1.223.253,43	-61,91	1.235.978,88	1,04
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	215.585,00	0,00	200.000,00	-7,23	3.211.214,22	1.505,61	1.223.253,43	-61,91	1.235.978,88	1,04
Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	0,00	215.585,00	0,00	200.000,00	-7,23	3.211.214,22	1.505,61	1.223.253,43	-61,91	1.235.978,88	1,04
Alienação de Bens Imóveis	0,00	653.045,00	0,00	3.000.000,00	359,39	739.246,94	-75,36	781.384,02	5,70	825.922,91	5,70
Alienação de Bens Imóveis	0,00	653.045,00	0,00	3.000.000,00	359,39	739.246,94	-75,36	781.384,02	5,70	825.922,91	5,70
Alienação de Bens Imóveis	0,00	653.045,00	0,00	3.000.000,00	359,39	739.246,94	-75,36	781.384,02	5,70	825.922,91	5,70
Alienação de Bens Imóveis - Principal	0,00	653.045,00	0,00	3.000.000,00	359,39	739.246,94	-75,36	781.384,02	5,70	825.922,91	5,70
Transferências de Capital	2.690.552,77	9.167.712,89	240,74	9.300.000,00	1,44	7.334.770,99	-21,13	7.455.952,93	1,65	7.795.442,25	4,55
Transferências da União e de suas Entidades	295.552,77	1.623.330,59	449,25	8.300.000,00	411,29	3.037.610,23	-63,40	2.942.354,01	-3,14	3.053.068,19	3,76
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde -	149.995,00	199.686,00	33,13	0,00	0,00	226.044,55	0,00	238.929,09	5,70	252.548,05	5,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde -	0,00	199.686,00	0,00	0,00	0,00	226.044,55	0,00	238.929,09	5,70	252.548,05	5,70
Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da	0,00	199.686,00	0,00	0,00	0,00	226.044,55	0,00	238.929,09	5,70	252.548,05	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Estrut.da Rede de Serv.Públicos de	0,00	199.686,00	0,00	0,00	0,00	226.044,55	0,00	238.929,09	5,70	252.548,05	5,70
Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de S	149.995,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Saú	149.995,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desen	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	200.000,00	-60,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	200.000,00	-60,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Programa Nacional de Reestruturaç	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	200.000,00	-60,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.para o Prog.Nacional de Reest.e Aquis.de Equip.para E	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	200.000,00	-60,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assist	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	56.600,00	0,00	59.826,20	5,70	63.236,29	5,70
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assist	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	56.600,00	0,00	59.826,20	5,70	63.236,29	5,70
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	56.600,00	0,00	59.826,20	5,70	63.236,29	5,70
Transferências de Convênios da União e de suas Entidade	0,00	1.273.644,59	0,00	7.500.000,00	488,86	2.441.765,68	-67,44	2.523.946,32	3,37	2.610.811,26	3,44
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Programa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	0,00	795.812,48	0,00	6.500.000,00	716,78	900.859,73	-86,14	952.208,73	5,70	1.006.484,63	5,70
Transferências de Convênios da União destinadas a Programa	0,00	795.812,48	0,00	6.500.000,00	716,78	900.859,73	-86,14	952.208,73	5,70	1.006.484,63	5,70

Menu: LDO/"Relatórios"

Câmara Municipal

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4° § 2°, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	**0,00**	**477.832,11**	**0,00**	**1.000.000,00**	**109,28**	**1.540.905,95**	**54,09**	**1.571.737,59**	**2,00**	**1.604.326,63**	**2,07**
Transf.de Convênios da União destinadas a Programas de Infr	0,00	477.832,11	0,00	1.000.000,00	109,28	1.540.905,95	54,09	1.571.737,59	2,00	1.604.326,63	2,07
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Er	**145.557,77**	**100.000,00**	**-31,30**	**300.000,00**	**200,00**	**113.200,00**	**-62,27**	**119.652,40**	**5,70**	**126.472,59**	**5,70**
TransferÃªncia Especial da UniÃ£o	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**	**300.000,00**	**200,00**	**113.200,00**	**-62,27**	**119.652,40**	**5,70**	**126.472,59**	**5,70**
TransferÃªncia Especial da UniÃ£o - Principal	0,00	100.000,00	0,00	300.000,00	200,00	113.200,00	-62,27	119.652,40	5,70	126.472,59	5,70
Outras Transferências De Recursos da União e de suas Er	**145.557,77**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências De Recursos da União e de suas Entid	145.557,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua	**2.200.000,00**	**7.544.382,30**	**242,93**	**1.000.000,00**	**-86,75**	**4.297.160,76**	**329,72**	**4.513.598,92**	**5,04**	**4.742.374,06**	**5,07**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**150.000,00**	**1.609.923,88**	**973,28**	**0,00**	**0,00**	**1.822.433,83**	**0,00**	**1.926.312,56**	**5,70**	**2.036.112,38**	**5,70**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**150.000,00**	**1.609.923,88**	**973,28**	**0,00**	**0,00**	**1.822.433,83**	**0,00**	**1.926.312,56**	**5,70**	**2.036.112,38**	**5,70**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	150.000,00	1.609.923,88	973,28	0,00	0,00	1.822.433,83	0,00	1.926.312,56	5,70	2.036.112,38	5,70
Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas	**0,00**	**1.744.458,42**	**0,00**	**500.000,00**	**-71,34**	**1.974.726,93**	**294,95**	**2.087.286,36**	**5,70**	**2.206.261,68**	**5,70**
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a P	**0,00**	**1.394.458,42**	**0,00**	**500.000,00**	**-64,14**	**1.578.526,93**	**215,71**	**1.668.502,96**	**5,70**	**1.763.607,63**	**5,70**
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Progr	0,00	1.394.458,42	0,00	500.000,00	-64,14	1.578.526,93	215,71	1.668.502,96	5,70	1.763.607,63	5,70
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e d	**0,00**	**350.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**396.200,00**	**0,00**	**418.783,40**	**5,70**	**442.654,05**	**5,70**
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de S	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	396.200,00	0,00	418.783,40	5,70	442.654,05	5,70
Outras Transferências de Recursos dos Estados	**2.050.000,00**	**4.190.000,00**	**104,39**	**500.000,00**	**-88,07**	**500.000,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**
Outras Transferências de Recursos dos Estados	**2.050.000,00**	**4.190.000,00**	**104,39**	**500.000,00**	**-88,07**	**500.000,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**
Outras Transferências de Recursos dos Estados - Principal	2.050.000,00	4.190.000,00	104,39	500.000,00	-88,07	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências de Instituições Privadas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Instituições Privadas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	**195.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Capital	**195.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Capital	**195.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Capital - Principal	195.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Câmara Municipal de J. Monlevade
858

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
CORRENTE INTRAORÇAMENTÁRIA	**520.296,21**	**819.574,50**	**57,52**	**890.000,00**	**8,59**	**965.500,00**	**8,48**	**1.050.500,00**	**8,80**	**1.085.500,00**	**3,33**
Receitas Correntes	**520.296,21**	**819.574,50**	**57,52**	**890.000,00**	**8,59**	**965.500,00**	**8,48**	**1.050.500,00**	**8,80**	**1.085.500,00**	**3,33**
Receita de Serviços	**520.296,21**	**819.574,50**	**57,52**	**890.000,00**	**8,59**	**965.500,00**	**8,48**	**1.050.500,00**	**8,80**	**1.085.500,00**	**3,33**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**520.296,21**	**819.574,50**	**57,52**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**520.296,21**	**819.574,50**	**57,52**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**520.296,21**	**819.574,50**	**57,52**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	520.296,21	819.534,27	57,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	0,00	40,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**890.000,00**	**0,00**	**965.500,00**	**8,48**	**1.050.500,00**	**8,80**	**1.085.500,00**	**3,33**
Outros Serviços	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**890.000,00**	**0,00**	**965.500,00**	**8,48**	**1.050.500,00**	**8,80**	**1.085.500,00**	**3,33**
Receita de Serviços Sujeitos à Regulação	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**890.000,00**	**0,00**	**965.500,00**	**8,48**	**1.050.500,00**	**8,80**	**1.085.500,00**	**3,33**
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**685.000,00**	**0,00**	**755.500,00**	**10,29**	**830.500,00**	**9,93**	**855.500,00**	**3,01**
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - F	0,00	0,00	0,00	685.000,00	0,00	720.000,00	5,11	790.000,00	9,72	810.000,00	2,53
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	35.000,00	16,67	40.000,00	14,29
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**205.000,00**	**0,00**	**210.000,00**	**2,44**	**220.000,00**	**4,76**	**230.000,00**	**4,55**
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário - Pr	0,00	0,00	0,00	205.000,00	0,00	210.000,00	2,44	220.000,00	4,76	230.000,00	4,55

Câmara Municipal de João Monlevade 959

Menu: LDO\"Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO X - TOTAL DAS RECEITAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
DEDUÇÃO FUNDEB	**(26.255.453,65)**	**(30.915.780,90)**	**17,75**	**(37.602.000,00)**	**21,63**	**(36.270.326,78)**	**-3,54**	**(38.857.935,42)**	**7,13**	**(40.958.837,74)**	**5,41**
Receitas Correntes	**(26.255.453,65)**	**(30.915.780,90)**	**17,75**	**(37.602.000,00)**	**21,63**	**(36.270.326,78)**	**-3,54**	**(38.857.935,42)**	**7,13**	**(40.958.837,74)**	**5,41**
Transferências Correntes	**(26.255.453,65)**	**(30.915.780,90)**	**17,75**	**(37.602.000,00)**	**21,63**	**(36.270.326,78)**	**-3,54**	**(38.857.935,42)**	**7,13**	**(40.958.837,74)**	**5,41**
Transferências da União e de suas Entidades	**(9.824.302,20)**	**(12.353.227,85)**	**25,74**	**(16.002.000,00)**	**29,54**	**(13.857.516,73)**	**-13,40**	**(14.647.395,19)**	**5,70**	**(15.482.296,72)**	**5,70**
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da	**(9.824.302,20)**	**(12.241.622,55)**	**24,61**	**(16.002.000,00)**	**30,72**	**(13.857.516,73)**	**-13,40**	**(14.647.395,19)**	**5,70**	**(15.482.296,72)**	**5,70**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPI	**(9.823.937,05)**	**(12.241.273,91)**	**24,61**	**(16.000.000,00)**	**30,71**	**(13.857.122,07)**	**-13,39**	**(14.646.978,03)**	**5,70**	**(15.481.855,78)**	**5,70**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	**(9.823.937,05)**	**(12.241.273,91)**	**24,61**	**(16.000.000,00)**	**30,71**	**(13.857.122,07)**	**-13,39**	**(14.646.978,03)**	**5,70**	**(15.481.855,78)**	**5,70**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota M	(9.823.937,05)	(12.241.273,91)	24,61	(16.000.000,00)	30,71	(13.857.122,07)	-13,39	(14.646.978,03)	5,70	(15.481.855,78)	5,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	**(365,15)**	**(348,64)**	**-4,52**	**(2.000,00)**	**473,66**	**(394,66)**	**-80,27**	**(417,16)**	**5,70**	**(440,94)**	**5,70**
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural -	(365,15)	(348,64)	-4,52	(2.000,00)	473,66	(394,66)	-80,27	(417,16)	5,70	(440,94)	5,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Er	**0,00**	**(111.605,30)**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua	**(16.431.151,45)**	**(18.562.553,05)**	**12,97**	**(21.600.000,00)**	**16,36**	**(22.412.810,05)**	**3,76**	**(24.210.540,23)**	**8,02**	**(25.476.541,02)**	**5,23**
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	**(16.431.151,45)**	**(18.562.553,05)**	**12,97**	**(21.600.000,00)**	**16,36**	**(22.412.810,05)**	**3,76**	**(24.210.540,23)**	**8,02**	**(25.476.541,02)**	**5,23**
Cota-Parte do ICMS	**(13.479.817,84)**	**(15.102.609,39)**	**12,04**	**(18.000.000,00)**	**19,18**	**(18.096.153,83)**	**0,53**	**(19.070.634,60)**	**5,39**	**(20.100.660,77)**	**5,40**
Cota-Parte do ICMS - Principal	(13.479.817,84)	(15.102.609,39)	12,04	(18.000.000,00)	19,18	(18.096.153,83)	0,53	(19.070.634,60)	5,39	(20.100.660,77)	5,40
Cota-Parte do IPVA	**(2.801.309,24)**	**(3.289.498,58)**	**17,43**	**(3.400.000,00)**	**3,36**	**(4.123.712,39)**	**21,29**	**(4.935.964,00)**	**19,70**	**(5.160.313,95)**	**4,55**
Cota-Parte do IPVA - Principal	(2.801.309,24)	(3.289.498,58)	17,43	(3.400.000,00)	3,36	(4.123.712,39)	21,29	(4.935.964,00)	19,70	(5.160.313,95)	4,55
Cota-Parte do IPI - Municípios	**(150.024,37)**	**(170.445,08)**	**13,61**	**(200.000,00)**	**17,34**	**(192.943,83)**	**-3,53**	**(203.941,63)**	**5,70**	**(215.566,30)**	**5,70**
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	(150.024,37)	(170.445,08)	13,61	(200.000,00)	17,34	(192.943,83)	-3,53	(203.941,63)	5,70	(215.566,30)	5,70
TOTAL DA RECEITA	**280.011.633,79**	**346.701.481,50**	**23,82**	**400.000.000,00**	**15,37**	**435.000.000,00**	**8,75**	**465.000.000,00**	**6,90**	**500.000.000,00**	**7,53**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2023 , às 11:42:45

Câmara Municipal de J. Monlevade

260

Menu: LDO/"Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
DESPESAS CORRENTES	**237.033.944,68**	**304.225.564,00**	**28,35**	**347.279.140,00**	**14,15**	**384.160.990,23**	**10,62**	**411.279.870,67**	**7,06**	**443.290.894,34**	**7,78**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	122.538.298,50	153.701.306,27	25,43	179.169.775,00	16,57	198.296.683,49	10,68	212.039.069,03	6,93	230.162.797,55	8,55
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS CONTRAT	529.978,82	512.751,95	-3,25	723.100,00	41,02	580.435,21	-19,73	613.520,02	5,70	648.490,66	5,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	529.978,82	512.751,95	-3,25	723.100,00	41,02	580.435,21	-19,73	613.520,02	5,70	648.490,66	5,70
APLICAÇÕES DIRETAS	122.008.319,68	153.188.554,32	25,56	178.446.675,00	16,49	197.716.248,28	10,80	211.425.549,01	6,93	229.514.306,89	8,56
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	1.368.269,78	1.530.596,42	0,00	1.676.528,00	9,53	1.797.920,15	7,24	1.940.671,27	7,94	2.097.599,65	8,09
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	13.554.020,83	16.290.611,17	20,19	7.458.500,00	-54,22	19.392.651,55	160,01	21.971.740,76	13,30	27.164.609,21	23,64
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	73.393.831,34	97.684.408,96	33,37	124.348.247,00	27,04	132.717.157,02	6,73	140.887.464,97	6,16	150.585.589,57	6,88
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	25.180.952,81	31.172.947,83	23,80	37.021.000,00	18,76	36.573.952,15	-1,21	38.952.873,01	6,50	41.533.540,92	6,63
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS -PESSOAL CIVIL	1.974.994,31	2.493.639,03	26,26	3.578.500,00	43,51	2.837.799,38	-20,70	3.001.698,94	5,78	3.174.769,78	5,77
SENTENÇAS JUDICIAIS	2.657.198,23	3.233.109,63	21,67	3.913.000,00	21,03	3.765.814,03	-3,76	3.986.060,43	5,85	4.226.005,87	6,07
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.879.052,38	583.241,28	-84,96	450.400,00	-22,78	630.954,00	40,09	685.039,63	8,57	729.991,89	6,56
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.072.087,46	2.677.785,09	149,77	3.000.000,00	12,03	4.031.252,72	34,38	4.504.034,12	11,73	4.386.664,06	-2,61
APLICAÇÕES DIRETAS	1.072.087,46	2.677.785,09	149,77	3.000.000,00	12,03	4.031.252,72	34,38	4.504.034,12	11,73	4.386.664,06	-2,61
JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	1.072.087,46	2.677.785,09	149,77	3.000.000,00	12,03	4.031.252,72	34,38	4.504.034,12	11,73	4.386.664,06	-2,61
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	113.423.558,72	147.846.472,64	30,35	165.109.365,00	11,68	181.833.054,02	10,13	194.736.767,52	7,10	208.741.432,73	7,19
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERAL	207.341,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	207.341,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	223.013,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	223.013,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS	14.522.590,64	15.617.221,80	7,54	4.985.000,00	-68,08	17.729.275,62	255,65	17.738.004,33	0,05	18.803.945,58	6,01
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	0,00	61.324,61	0,00	116.000,00	89,16	120.000,00	3,45	125.000,00	4,17	130.000,00	4,00
CONTRIBUIÇÕES	1.138.428,67	1.423.323,58	25,03	1.805.000,00	26,82	1.611.202,29	-10,74	1.703.040,82	5,70	1.800.114,15	5,70
SUBVENÇÕES SOCIAIS	13.384.161,97	14.132.573,61	5,59	3.064.000,00	-78,32	15.998.073,33	422,13	15.909.963,51	-0,55	16.873.831,43	6,06
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FINS	2.100.000,00	6.009.542,30	186,17	5.000.000,00	-16,80	6.802.801,88	36,06	6.900.000,00	1,43	7.200.423,60	4,35
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	2.100.000,00	6.009.542,30	186,17	5.000.000,00	-16,80	6.802.801,88	36,06	6.900.000,00	1,43	7.200.423,60	4,35
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTI	237.102,84	313.632,88	32,28	462.100,00	47,34	355.032,42	-23,17	375.269,27	5,70	396.659,62	5,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	237.102,84	313.632,88	32,28	462.100,00	47,34	355.032,42	-23,17	375.269,27	5,70	396.659,62	5,70
APLICAÇÕES DIRETAS	92.623.761,00	120.538.010,97	30,14	149.397.265,00	23,94	150.849.398,79	0,97	163.262.115,53	8,23	175.495.391,97	7,49
DIÁRIAS -PESSOAL CIVIL	140.091,67	219.621,71	56,77	230.400,00	4,91	259.437,92	12,60	277.230,88	6,86	295.753,04	6,68
MATERIAL DE CONSUMO	11.392.437,60	11.543.997,35	1,33	14.028.680,00	21,52	14.730.620,89	5,00	16.779.766,28	13,91	17.845.652,96	6,35
PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, D	33.250,92	36.513,58	9,81	182.000,00	398,44	58.682,14	-67,76	65.317,02	11,31	72.045,09	10,30
Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	2.337.157,33	3.143.834,18	34,52	2.485.000,00	-20,96	3.574.921,93	43,86	3.779.666,48	5,73	3.995.967,47	5,72
Passagens e Despesas com Locomoção	1.337,82	1.048,80	-21,60	21.600,00	1.959,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Menu: LDO/"Relatórios"

Câmara Municipal
1987

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE C	472.866,95	512.470,82	8,38	600.000,00	17,08	580.116,97	-3,31	613.183,64	5,70	648.135,11	5,70
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	207.158,20	304.692,90	47,08	1.217.000,00	299,42	384.135,41	-68,44	427.461,13	11,28	461.587,55	7,98
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA FÍSICA	1.566.434,27	2.253.372,01	43,85	3.255.580,00	44,48	2.408.284,93	-26,03	2.552.707,17	6,00	2.704.791,48	5,96
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	64.284.663,38	81.929.815,79	27,45	105.326.680,00	28,56	105.818.607,05	0,47	114.195.294,65	7,92	123.295.861,30	7,97
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUN	964.513,02	1.711.995,65	77,50	2.210.000,00	29,09	1.860.710,37	-15,80	1.966.770,86	5,70	2.078.876,80	5,70
SUBVENÇÕES SOCIAIS	0,00	137.563,00	0,00	0,00	0,00	155.721,32	0,00	164.597,44	5,70	173.979,49	5,70
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	6.098.331,48	10.464.506,47	71,60	13.405.925,00	28,11	11.914.035,64	-11,13	12.804.835,67	7,48	13.738.171,30	7,29
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.681.678,02	3.313.453,70	23,56	3.321.300,00	0,24	3.819.947,65	15,01	4.044.884,67	5,89	4.270.933,10	5,59
OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	208.025,81	1.773.507,10	752,54	270.000,00	-84,78	2.007.610,04	643,56	2.122.043,81	5,70	2.243.000,31	5,70
AUXÍLIO-TRANSPORTE	944.388,33	1.189.014,64	25,90	1.705.000,00	43,40	1.149.803,84	-32,56	1.216.772,66	5,82	1.287.444,70	5,81
Sentenças Judiciais	785.893,95	1.073.618,28	36,61	826.000,00	-23,08	1.198.631,33	45,11	1.266.953,32	5,70	1.339.169,66	5,70
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.846,12	239,70	-93,77	6.000,00	2.403,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	501.686,13	928.745,29	85,12	305.500,00	-67,11	928.131,36	203,81	984.609,85	6,09	1.044.022,61	6,03
APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTR	591.248,75	814.250,57	37,72	890.000,00	9,30	926.303,01	4,08	980.682,28	5,87	1.037.876,17	5,83
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	591.248,75	814.250,57	37,72	890.000,00	9,30	926.303,01	4,08	980.682,28	5,87	1.037.876,17	5,83
APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE OPERAÇÃO DE ÓRGÃ	2.918.500,44	4.553.814,12	56,03	4.375.000,00	-3,93	5.170.242,30	18,18	5.480.696,11	6,00	5.807.135,79	5,96
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	2.918.500,44	4.553.814,12	56,03	4.375.000,00	-3,93	5.170.242,30	18,18	5.480.696,11	6,00	5.807.135,79	5,96
DESPESAS DE CAPITAL	**19.807.151,65**	**37.924.612,87**	**91,47**	**48.720.860,00**	**28,47**	**50.839.009,77**	**4,35**	**53.720.129,33**	**5,67**	**56.709.105,71**	**5,56**
INVESTIMENTOS	17.591.141,47	34.676.694,54	97,13	45.220.860,00	30,41	47.162.366,22	4,29	49.833.917,10	5,66	52.601.379,38	5,55
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTI	22.916,40	747.473,51	3.161,74	49.100,00	-93,43	846.140,01	1.623,30	894.369,99	5,70	945.349,08	5,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	22.916,40	747.473,51	3.161,74	49.100,00	-93,43	846.140,01	1.623,30	894.369,99	5,70	945.349,08	5,70
APLICAÇÕES DIRETAS	17.568.225,07	33.929.221,03	93,13	45.171.760,00	33,14	46.316.226,21	2,53	48.939.547,11	5,66	51.656.030,30	5,55
MATERIAL DE CONSUMO	171.683,12	764.851,65	345,59	209.000,00	-72,67	41.799,07	-80,00	44.611,62	6,73	46.527,48	8,78
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDICA	18.215,32	84.823,28	365,67	59.000,00	-30,44	276.019,95	367,83	321.493,09	16,47	407.278,20	26,68
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRAS E INSTALAÇÕES	10.810.395,08	26.678.963,47	146,79	40.395.000,00	51,41	39.167.080,12	-3,04	41.513.003,69	5,99	43.671.344,90	5,20
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.514.875,21	6.190.684,71	76,13	4.506.760,00	-27,20	6.591.722,62	46,26	6.807.290,81	3,27	7.261.416,39	6,67
Aquisição de Imóveis	2.425.290,50	0,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	627.765,64	209.897,92	-66,56	0,00	0,00	237.604,45	0,00	251.147,90	5,70	265.463,33	5,70
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.216.010,18	3.247.918,33	46,57	3.500.000,00	7,76	3.676.643,55	5,05	3.886.212,23	5,70	4.107.726,33	5,70
APLICAÇÕES DIRETAS	2.216.010,18	3.247.918,33	46,57	3.500.000,00	7,76	3.676.643,55	5,05	3.886.212,23	5,70	4.107.726,33	5,70
PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	2.216.010,18	3.247.918,33	46,57	3.500.000,00	7,76	3.676.643,55	5,05	3.886.212,23	5,70	4.107.726,33	5,70

Menu: LDO/"Relatórios"

Câmara Municipal
2022
João Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XI - TOTAL DAS DESPESAS E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DESPESA	**256.841.096,33**	**342.150.176,87**	**33,21**	**400.000.000,00**	**16,91**	**435.000.000,00**	**8,75**	**465.000.000,00**	**6,90**	**500.000.000,05**	**7,53**

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2023 , às 11:45:21

Câmara Mun. de J. Monlevade
Fls. 93

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
ARRECADADORA	**315.062.583,48**	**387.751.465,74**	**83,84**	**436.712.000,00**	**27,01**	**470.304.826,78**	**1,07**	**502.807.435,42**	**-10,57**	**539.873.337,74**	**13,12**
Receitas Correntes	**305.622.848,93**	**372.462.264,87**	**21,87**	**419.212.000,00**	**12,55**	**454.073.359,40**	**8,32**	**489.561.674,40**	**7,82**	**525.872.568,33**	**7,42**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	**43.189.426,42**	**59.963.714,87**	**38,84**	**75.783.400,00**	**26,38**	**74.955.181,71**	**-1,09**	**81.444.956,57**	**8,66**	**84.247.389,64**	**3,44**
Impostos	**41.989.721,58**	**58.298.363,01**	**38,84**	**74.257.000,00**	**27,37**	**73.099.419,21**	**-1,56**	**79.483.086,10**	**8,73**	**82.173.968,41**	**3,39**
Impostos sobre o Patrimônio	**4.294.826,15**	**17.314.255,61**	**303,14**	**20.866.000,00**	**20,51**	**22.705.409,63**	**8,82**	**24.444.617,98**	**7,66**	**25.340.307,61**	**3,66**
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	**1.199.745,90**	**13.377.594,99**	**1.015,04**	**15.865.000,00**	**18,59**	**17.249.109,81**	**8,72**	**18.734.309,07**	**8,61**	**19.361.511,09**	**3,35**
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	**0,00**	**10.507.356,64**	**0,00**	**13.000.000,00**	**23,72**	**14.000.000,00**	**7,69**	**15.300.000,00**	**9,29**	**15.730.000,00**	**2,81**
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Prir	0,00	0,00	0,00	13.000.000,00	0,00	14.000.000,00	7,69	15.300.000,00	9,29	15.730.000,00	2,81
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Mul	49.423,61	55.294,31	11,88	65.000,00	17,55	62.593,16	-3,70	66.160,97	5,70	71.378,55	7,89
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Divi	839.754,58	2.114.616,23	151,81	2.000.000,00	-5,42	2.393.745,57	19,69	2.530.189,07	5,70	2.674.409,85	5,70
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Mul	310.567,71	700.327,81	125,50	800.000,00	14,23	792.771,08	-0,90	837.959,03	5,70	885.722,69	5,70
Impostos sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis	**3.095.080,25**	**3.936.660,62**	**27,19**	**5.001.000,00**	**27,04**	**5.456.299,82**	**9,10**	**5.710.308,91**	**4,66**	**5.978.796,52**	**4,70**
Impost.sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direit.Re	3.095.080,25	3.936.660,62	27,19	5.000.000,00	27,01	5.456.299,82	9,13	5.710.308,91	4,66	5.978.796,52	4,70
Impost.sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direit.Re	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Naturez	**5.388.266,00**	**7.905.498,25**	**46,72**	**8.056.000,00**	**1,90**	**10.949.024,02**	**35,91**	**11.459.118,39**	**4,66**	**12.998.288,13**	**13,43**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	**5.388.266,00**	**7.905.498,25**	**46,72**	**8.056.000,00**	**1,90**	**10.949.024,02**	**35,91**	**11.459.118,39**	**4,66**	**12.998.288,13**	**13,43**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	**5.337.800,87**	**7.849.904,84**	**47,06**	**8.000.000,00**	**1,91**	**10.886.092,28**	**36,08**	**11.392.599,54**	**4,65**	**12.927.977,71**	**13,48**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principa	5.337.800,87	7.849.904,84	47,06	8.000.000,00	1,91	10.886.092,28	36,08	11.392.599,54	4,65	12.927.977,71	13,48
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendim	**50.465,13**	**55.593,41**	**10,16**	**56.000,00**	**0,73**	**62.931,74**	**12,38**	**66.518,85**	**5,70**	**70.310,42**	**5,70**
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimento	50.465,13	55.593,41	10,16	56.000,00	0,73	62.931,74	12,38	66.518,85	5,70	70.310,42	5,70
Impostos sobre a Produção e Circulação de Mercadorias e	**22.990.837,18**	**33.078.609,15**	**43,88**	**45.335.000,00**	**37,05**	**39.444.985,56**	**-12,99**	**43.579.349,73**	**10,48**	**43.835.372,67**	**0,59**
Impostos sobre Serviços	**22.990.837,18**	**33.078.609,15**	**43,88**	**45.335.000,00**	**37,05**	**39.444.985,56**	**-12,99**	**43.579.349,73**	**10,48**	**43.835.372,67**	**0,59**
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	**22.990.837,18**	**33.078.609,15**	**43,88**	**45.335.000,00**	**37,05**	**39.444.985,56**	**-12,99**	**43.579.349,73**	**10,48**	**43.835.372,67**	**0,59**
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Princ	22.753.935,08	32.585.845,65	43,21	45.000.000,00	38,10	38.887.177,28	-13,58	42.989.746,38	10,55	43.212.161,92	0,52
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multa	1.663,98	4.854,84	191,76	5.000,00	2,99	5.495,68	9,91	5.808,93	5,70	6.140,04	5,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Divid	176.490,75	356.158,81	101,80	230.000,00	-35,42	403.171,77	75,29	426.152,56	5,70	450.443,26	5,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multa	58.747,37	131.749,85	124,27	100.000,00	-24,10	149.140,83	49,14	157.641,86	5,70	166.627,45	5,70
Taxas	**1.199.704,84**	**1.665.351,86**	**38,81**	**1.526.400,00**	**-8,34**	**1.855.762,50**	**21,58**	**1.961.870,47**	**5,72**	**2.073.412,23**	**5,69**
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	**204.379,58**	**295.264,65**	**44,47**	**326.400,00**	**10,54**	**340.000,67**	**4,17**	**359.710,21**	**5,80**	**379.928,84**	**5,62**
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	**203.453,27**	**294.611,90**	**44,81**	**275.000,00**	**-6,66**	**333.500,67**	**21,27**	**352.510,21**	**5,70**	**372.603,29**	**5,70**
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	159.286,97	220.618,83	38,50	220.000,00	-0,28	249.740,52	13,52	263.975,73	5,70	279.022,35	5,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros d	805,34	3.216,02	299,34	5.000,00	55,47	3.640,53	-27,19	3.848,04	5,70	4.067,38	5,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	31.969,74	55.869,81	74,76	35.000,00	-37,35	63.244,62	80,70	66.849,58	5,70	70.659,98	5,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Juros de Mora d	11.391,22	14.907,24	30,87	15.000,00	0,62	16.875,00	12,50	17.836,88	5,70	18.853,58	5,70
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	**926,31**	**652,75**	**-29,53**	**51.400,00**	**7.774,38**	**6.500,00**	**-87,35**	**7.200,00**	**10,77**	**7.325,55**	**1,74**

Menu: LDO/"Relatórios"

Monlevade - Câmara Mun

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	926,31	652,75	-29,53	50.000,00	7.559,90	5.000,00	-90,00	5.700,00	14,00	5.825,55	2,20
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multas e Juros d	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multas e Juros d	0,00	0,00	0,00	900,00	0,00	500,00	-44,44	500,00	0,00	500,00	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços	**995.325,26**	**1.370.087,21**	**37,65**	**1.200.000,00**	**-12,41**	**1.515.761,83**	**26,31**	**1.602.160,26**	**5,70**	**1.693.483,39**	**5,70**
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral	**995.325,26**	**1.370.087,21**	**37,65**	**1.200.000,00**	**-12,41**	**1.515.761,83**	**26,31**	**1.602.160,26**	**5,70**	**1.693.483,39**	**5,70**
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	877.158,63	1.097.177,79	25,08	1.000.000,00	-8,86	1.206.828,37	20,68	1.275.617,59	5,70	1.348.327,79	5,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros d	6.036,14	9.184,42	52,16	8.000,00	-12,90	10.396,76	29,96	10.989,38	5,70	11.615,77	5,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa	81.609,67	190.107,85	132,95	150.000,00	-21,10	215.202,09	43,47	227.468,61	5,70	240.434,32	5,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Juros d	30.520,82	73.617,15	141,20	42.000,00	-42,95	83.334,61	98,42	88.084,68	5,70	93.105,51	5,70
Contribuições	**6.716.041,84**	**7.277.979,59**	**8,37**	**8.000.000,00**	**9,92**	**8.238.672,90**	**2,98**	**8.708.277,26**	**5,70**	**9.204.649,06**	**5,70**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Púb	**6.716.041,84**	**7.277.979,59**	**8,37**	**8.000.000,00**	**9,92**	**8.238.672,90**	**2,98**	**8.708.277,26**	**5,70**	**9.204.649,06**	**5,70**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Púb	**6.716.041,84**	**7.277.979,59**	**8,37**	**8.000.000,00**	**9,92**	**8.238.672,90**	**2,98**	**8.708.277,26**	**5,70**	**9.204.649,06**	**5,70**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Púb	**6.716.041,84**	**7.277.979,59**	**8,37**	**8.000.000,00**	**9,92**	**8.238.672,90**	**2,98**	**8.708.277,26**	**5,70**	**9.204.649,06**	**5,70**
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública -	6.716.041,84	7.277.979,59	8,37	8.000.000,00	9,92	8.238.672,90	2,98	8.708.277,26	5,70	9.204.649,06	5,70
Receita Patrimonial	**2.259.605,55**	**12.546.243,30**	**455,24**	**7.919.000,00**	**-36,88**	**13.851.716,05**	**74,92**	**14.659.837,86**	**5,83**	**15.502.255,62**	**5,75**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	**60.472,50**	**17.310,03**	**-71,38**	**0,00**	**0,00**	**19.594,95**	**0,00**	**20.711,86**	**5,70**	**21.892,44**	**5,70**
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	**60.472,50**	**17.310,03**	**-71,38**	**0,00**	**0,00**	**19.594,95**	**0,00**	**20.711,86**	**5,70**	**21.892,44**	**5,70**
Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito	**60.472,50**	**17.310,03**	**-71,38**	**0,00**	**0,00**	**19.594,95**	**0,00**	**20.711,86**	**5,70**	**21.892,44**	**5,70**
Conc.Permiss.Autor.ou Cessão do Direito de Uso de Bens Imó	60.472,50	17.310,03	-71,38	0,00	0,00	19.594,95	0,00	20.711,86	5,70	21.892,44	5,70
Valores Mobiliários	**2.199.133,15**	**12.528.933,27**	**469,72**	**7.907.000,00**	**-36,89**	**13.832.121,10**	**74,94**	**14.639.126,00**	**5,83**	**15.480.363,18**	**5,75**
Juros e Correções Monetárias	**2.197.235,62**	**12.526.181,55**	**470,09**	**7.905.000,00**	**-36,89**	**13.829.006,15**	**74,94**	**14.635.833,50**	**5,83**	**15.476.883,01**	**5,75**
Remuneração de Depósitos Bancários	**2.197.235,62**	**12.526.181,55**	**470,09**	**7.905.000,00**	**-36,89**	**13.829.006,15**	**74,94**	**14.635.833,50**	**5,83**	**15.476.883,01**	**5,75**
Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.197.235,62	12.526.181,55	470,09	7.905.000,00	-36,89	13.829.006,15	74,94	14.635.833,50	5,83	15.476.883,01	5,75
Dividendos	**1.897,53**	**2.751,72**	**45,02**	**2.000,00**	**-27,32**	**3.114,95**	**55,75**	**3.292,50**	**5,70**	**3.480,17**	**5,70**
Dividendos	**1.897,53**	**2.751,72**	**45,02**	**2.000,00**	**-27,32**	**3.114,95**	**55,75**	**3.292,50**	**5,70**	**3.480,17**	**5,70**
Dividendos - Principal	1.897,53	2.751,72	45,02	2.000,00	-27,32	3.114,95	55,75	3.292,50	5,70	3.480,17	5,70
Demais Receitas Patrimoniais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Receitas Patrimoniais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Receitas Patrimoniais	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**12.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Receitas Patrimoniais - Principal	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	**24.522.340,83**	**27.749.849,66**	**13,16**	**33.961.500,00**	**22,38**	**36.170.000,00**	**6,50**	**39.562.000,00**	**9,38**	**43.024.000,00**	**8,75**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**24.227.717,15**	**27.469.815,91**	**13,38**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**24.227.717,15**	**27.469.815,91**	**13,38**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	**24.227.717,15**	**27.469.815,91**	**13,38**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

Câmara Municipal ... Monlevade ... 165

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	23.556.716,36	26.650.835,30	13,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	291.004,47	493.520,34	69,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	338.279,83	274.259,92	-18,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	41.716,49	51.200,35	22,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	**294.623,68**	**280.033,95**	**-4,95**	**33.961.500,00**	**12.027,64**	**36.170.000,00**	**6,50**	**39.562.000,00**	**9,38**	**43.024.000,00**	**8,75**
Outros Serviços	**294.623,68**	**280.033,95**	**-4,95**	**33.961.500,00**	**12.027,64**	**36.170.000,00**	**6,50**	**39.562.000,00**	**9,38**	**43.024.000,00**	**8,75**
Receita de Serviços Sujeitos à Regulação	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**33.919.000,00**	**0,00**	**36.130.000,00**	**6,52**	**39.522.000,00**	**9,39**	**42.984.000,00**	**8,76**
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**26.497.000,00**	**0,00**	**28.380.000,00**	**7,11**	**31.442.000,00**	**10,79**	**34.584.000,00**	**9,99**
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - P	0,00	0,00	0,00	26.497.000,00	0,00	28.000.000,00	5,67	31.000.000,00	10,71	34.101.000,00	10,00
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	230.000,00	15,00	250.000,00	8,70
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	180.000,00	20,00	200.000,00	11,11
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	32.000,00	6,67	33.000,00	3,13
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**6.906.000,00**	**0,00**	**7.200.000,00**	**4,26**	**7.500.000,00**	**4,17**	**7.800.000,00**	**4,00**
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário - Pr	0,00	0,00	0,00	6.906.000,00	0,00	7.200.000,00	4,26	7.500.000,00	4,17	7.800.000,00	4,00
Outros Serviços Sujeitos à Regulação	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**516.000,00**	**0,00**	**550.000,00**	**6,59**	**580.000,00**	**5,45**	**600.000,00**	**3,45**
Outros Serviços Sujeitos à Regulação - Principal	0,00	0,00	0,00	516.000,00	0,00	550.000,00	6,59	580.000,00	5,45	600.000,00	3,45
Outros Serviços	**294.623,68**	**280.033,95**	**-4,95**	**42.500,00**	**-84,82**	**40.000,00**	**-5,88**	**40.000,00**	**0,00**	**40.000,00**	**0,00**
Outros Serviços - Principal	294.623,68	280.033,95	-4,95	42.500,00	-84,82	40.000,00	-5,88	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00
Transferências Correntes	**227.696.530,94**	**259.955.655,10**	**14,17**	**288.004.600,00**	**10,79**	**316.238.684,90**	**9,80**	**340.249.147,94**	**7,59**	**368.620.331,32**	**8,34**
Transferências da União e de suas Entidades	**93.001.202,09**	**108.430.440,83**	**16,59**	**126.639.600,00**	**16,79**	**137.011.573,64**	**8,19**	**144.051.932,71**	**5,14**	**150.629.032,88**	**4,57**
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da	**53.157.296,16**	**66.866.787,36**	**25,79**	**87.010.000,00**	**30,12**	**89.693.203,29**	**3,08**	**94.007.715,89**	**4,81**	**97.568.155,70**	**3,79**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	**53.155.470,35**	**66.865.044,03**	**25,79**	**87.000.000,00**	**30,11**	**89.691.229,84**	**3,09**	**94.005.629,95**	**4,81**	**97.565.950,86**	**3,79**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	**49.119.686,82**	**61.206.371,05**	**24,61**	**80.000.000,00**	**30,71**	**80.285.612,03**	**0,36**	**84.234.891,92**	**4,92**	**87.409.280,76**	**3,77**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota M	49.119.686,82	61.206.371,05	24,61	80.000.000,00	30,71	80.285.612,03	0,36	84.234.891,92	4,92	87.409.280,76	3,77
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	**4.035.783,53**	**5.658.672,98**	**40,21**	**7.000.000,00**	**23,70**	**9.405.617,81**	**34,37**	**9.770.738,03**	**3,88**	**10.156.670,10**	**3,95**
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas E	4.035.783,53	5.658.672,98	40,21	7.000.000,00	23,70	9.405.617,81	34,37	9.770.738,03	3,88	10.156.670,10	3,95
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	**1.825,81**	**1.743,33**	**-4,52**	**10.000,00**	**473,61**	**1.973,45**	**-80,27**	**2.085,94**	**5,70**	**2.204,84**	**5,70**
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural -	1.825,81	1.743,33	-4,52	10.000,00	473,61	1.973,45	-80,27	2.085,94	5,70	2.204,84	5,70
Transferências das Compensações Financeiras pela Explo	**2.492.713,97**	**3.765.434,24**	**51,06**	**3.200.000,00**	**-15,02**	**4.862.471,56**	**51,95**	**5.205.432,43**	**7,05**	**5.562.242,08**	**6,85**
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração d	**1.543.204,67**	**1.039.242,17**	**-32,66**	**1.500.000,00**	**44,34**	**1.576.422,14**	**5,09**	**1.743.478,20**	**10,60**	**1.814.356,46**	**4,07**
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de R	1.543.204,67	1.039.242,17	-32,66	1.500.000,00	44,34	1.576.422,14	5,09	1.743.478,20	10,60	1.814.356,46	4,07
Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de	**949.509,30**	**1.481.665,62**	**56,05**	**1.700.000,00**	**14,74**	**1.877.245,48**	**10,43**	**1.972.848,47**	**5,09**	**2.173.900,83**	**10,19**
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	**949.509,30**	**1.481.665,62**	**56,05**	**1.700.000,00**	**14,74**	**1.877.245,48**	**10,43**	**1.972.848,47**	**5,09**	**2.173.900,83**	**10,19**
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Principal	949.509,30	1.481.665,62	56,05	1.700.000,00	14,74	1.877.245,48	10,43	1.972.848,47	5,09	2.173.900,83	10,19
Outras Transferências decorrentes de Compensação Finar	**0,00**	**1.244.526,45**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.408.803,94**	**0,00**	**1.489.105,76**	**5,70**	**1.573.984,79**	**5,70**

Menu: LDO/"Relatórios"

Câmara Municipal 866 Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Outras Transf.dec.de Compensação Financeira pela Exploraç	0,00	1.244.526,45	0,00	0,00	0,00	1.408.803,94	0,00	1.489.105,76	5,70	1.573.984,79	5,70
Transf.de Rec.do Sistema Único de Saúde – SUS	**33.822.184,61**	**31.714.564,58**	**-6,23**	**32.150.000,00**	**1,37**	**35.900.887,11**	**11,67**	**37.947.237,66**	**5,70**	**40.110.230,22**	**5,70**
Transf.de Rec.do Sistema Único de Saúde – SUS – Repass	**33.822.184,61**	**31.714.564,58**	**-6,23**	**32.150.000,00**	**1,37**	**35.900.887,11**	**11,67**	**37.947.237,66**	**5,70**	**40.110.230,22**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**7.265.999,71**	**6.874.116,42**	**-5,39**	**7.000.000,00**	**1,83**	**7.781.499,79**	**11,16**	**8.225.045,28**	**5,70**	**8.693.872,86**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos de	7.265.999,71	6.874.116,42	-5,39	7.000.000,00	1,83	7.781.499,79	11,16	8.225.045,28	5,70	8.693.872,86	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**24.950.020,84**	**22.835.622,28**	**-8,47**	**23.000.000,00**	**0,72**	**25.849.924,42**	**12,39**	**27.323.370,11**	**5,70**	**28.880.802,21**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos de	24.950.020,84	22.835.622,28	-8,47	23.000.000,00	0,72	25.849.924,42	12,39	27.323.370,11	5,70	28.880.802,21	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**1.074.695,10**	**1.438.848,76**	**33,88**	**1.600.000,00**	**11,20**	**1.628.776,80**	**1,80**	**1.721.617,08**	**5,70**	**1.819.749,25**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos de	1.074.695,10	1.438.848,76	33,88	1.600.000,00	11,20	1.628.776,80	1,80	1.721.617,08	5,70	1.819.749,25	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**471.468,96**	**552.977,12**	**17,29**	**550.000,00**	**-0,54**	**625.970,10**	**13,81**	**661.650,40**	**5,70**	**699.364,47**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos de	471.468,96	552.977,12	17,29	550.000,00	-0,54	625.970,10	13,81	661.650,40	5,70	699.364,47	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**0,00**	**13.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**14.716,00**	**0,00**	**15.554,81**	**5,70**	**16.441,43**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos de	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	14.716,00	0,00	15.554,81	5,70	16.441,43	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	**60.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públicos de	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimen	**2.436.644,27**	**2.824.153,56**	**15,90**	**2.850.000,00**	**0,92**	**3.396.941,83**	**19,19**	**3.559.167,52**	**4,78**	**3.871.780,08**	**8,78**
Transf.do Salário-Educação	**1.835.484,42**	**2.210.521,65**	**20,43**	**2.200.000,00**	**-0,48**	**2.502.310,51**	**13,74**	**2.644.942,21**	**5,70**	**2.795.703,92**	**5,70**
Transf.do Salário-Educação - Principal	1.835.484,42	2.210.521,65	20,43	2.200.000,00	-0,48	2.502.310,51	13,74	2.644.942,21	5,70	2.795.703,92	5,70
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNA	**595.904,00**	**601.704,00**	**0,97**	**640.000,00**	**6,36**	**881.128,93**	**37,68**	**899.953,28**	**2,14**	**1.060.990,62**	**17,89**
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNAE -	595.904,00	601.704,00	0,97	640.000,00	6,36	881.128,93	37,68	899.953,28	2,14	1.060.990,62	17,89
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Es	**5.255,85**	**11.927,91**	**126,95**	**10.000,00**	**-16,16**	**13.502,39**	**35,02**	**14.272,03**	**5,70**	**15.085,54**	**5,70**
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Escola	5.255,85	11.927,91	126,95	10.000,00	-16,16	13.502,39	35,02	14.272,03	5,70	15.085,54	5,70
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de Assistência Social – I	**338.087,02**	**839.297,54**	**148,25**	**629.600,00**	**-24,98**	**950.084,82**	**50,90**	**1.004.239,65**	**5,70**	**1.061.481,31**	**5,70**
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de Assistência Social – I	**338.087,02**	**839.297,54**	**148,25**	**629.600,00**	**-24,98**	**950.084,82**	**50,90**	**1.004.239,65**	**5,70**	**1.061.481,31**	**5,70**
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência	338.087,02	839.297,54	148,25	629.600,00	-24,98	950.084,82	50,90	1.004.239,65	5,70	1.061.481,31	5,70
Transf.de Conv.da União e de Suas Entidades	**0,00**	**67.670,88**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**76.603,44**	**0,00**	**80.969,84**	**5,70**	**85.585,12**	**5,70**
Outras Transferências de Convênios da União e de Suas E	**0,00**	**67.670,88**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**76.603,44**	**0,00**	**80.969,84**	**5,70**	**85.585,12**	**5,70**
Outras Transferências de Convênios da União e de Suas Entid	0,00	67.670,88	0,00	0,00	0,00	76.603,44	0,00	80.969,84	5,70	85.585,12	5,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas En	**754.276,06**	**2.352.532,67**	**211,89**	**800.000,00**	**-65,99**	**2.131.380,99**	**166,42**	**2.247.169,70**	**5,43**	**2.369.558,37**	**5,45**
Transferência Especial da União	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferência Especial da União - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementa	**0,00**	**619.262,94**	**0,00**	**800.000,00**	**29,19**	**801.005,65**	**0,13**	**840.962,97**	**4,99**	**883.197,86**	**5,02**
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar n°	0,00	619.262,94	0,00	800.000,00	29,19	801.005,65	0,13	840.962,97	4,99	883.197,86	5,02
Outras Transferências de Recursos da União e de suas En	**754.276,06**	**1.175.243,23**	**55,81**	**0,00**	**0,00**	**1.330.375,34**	**0,00**	**1.406.206,73**	**5,70**	**1.486.360,51**	**5,70**
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entida	754.276,06	1.175.243,23	55,81	0,00	0,00	1.330.375,34	0,00	1.406.206,73	5,70	1.486.360,51	5,70

Menu: LDO/"Relatórios"

Câmara Municipal

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e da sua	**97.493.385,49**	**110.432.689,86**	**13,27**	**115.365.000,00**	**4,47**	**126.841.553,32**	**9,95**	**138.167.679,86**	**8,93**	**154.167.079,56**	**11,58**
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	**82.194.080,93**	**92.872.524,57**	**12,99**	**108.080.000,00**	**16,37**	**113.331.697,82**	**4,86**	**123.324.264,61**	**8,82**	**134.958.284,28**	**9,43**
Cota-Parte do ICMS	**67.399.091,15**	**75.513.148,53**	**12,04**	**90.000.000,00**	**19,18**	**91.480.884,14**	**1,65**	**98.353.294,54**	**7,51**	**107.503.432,33**	**9,30**
Cota-Parte do ICMS - Principal	67.399.091,15	75.513.148,53	12,04	90.000.000,00	19,18	91.480.884,14	1,65	98.353.294,54	7,51	107.503.432,33	9,30
Cota-Parte do IPVA	**14.006.552,76**	**16.447.498,84**	**17,43**	**17.000.000,00**	**3,36**	**20.618.568,69**	**21,29**	**23.679.827,11**	**14,85**	**25.801.577,26**	**8,96**
Cota-Parte do IPVA - Principal	14.006.552,76	16.447.498,84	17,43	17.000.000,00	3,36	20.618.568,69	21,29	23.679.827,11	14,85	25.801.577,26	8,96
Cota-Parte do IPI - Municípios	**750.121,86**	**852.225,36**	**13,61**	**1.000.000,00**	**17,34**	**1.164.719,11**	**16,47**	**1.219.708,10**	**4,72**	**1.577.831,46**	**29,36**
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	750.121,86	852.225,36	13,61	1.000.000,00	17,34	1.164.719,11	16,47	1.219.708,10	4,72	1.577.831,46	29,36
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Ec	**38.315,16**	**59.651,84**	**55,69**	**80.000,00**	**34,11**	**67.525,88**	**-15,59**	**71.374,86**	**5,70**	**75.443,23**	**5,70**
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econô	38.315,16	59.651,84	55,69	80.000,00	34,11	67.525,88	-15,59	71.374,86	5,70	75.443,23	5,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**14.996.938,17**	**13.855.122,29**	**-7,61**	**7.000.000,00**	**-49,48**	**11.315.746,83**	**61,65**	**12.410.302,38**	**9,67**	**16.522.931,56**	**33,14**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**14.996.938,17**	**13.855.122,29**	**-7,61**	**7.000.000,00**	**-49,48**	**11.315.746,83**	**61,65**	**12.410.302,38**	**9,67**	**16.522.931,56**	**33,14**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	14.996.938,17	13.855.122,29	-7,61	7.000.000,00	-49,48	11.315.746,83	61,65	12.410.302,38	9,67	16.522.931,56	33,14
Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	**302.366,39**	**3.705.043,00**	**1.125,35**	**285.000,00**	**-92,31**	**2.194.108,67**	**669,86**	**2.433.172,87**	**10,90**	**2.685.863,72**	**10,39**
Transferências de Estados destinadas à Assistência Socia	**265.012,00**	**1.145.495,94**	**332,24**	**200.000,00**	**-82,54**	**1.296.701,40**	**548,35**	**1.370.613,38**	**5,70**	**1.448.738,34**	**5,70**
Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - P	265.012,00	1.145.495,94	332,24	200.000,00	-82,54	1.296.701,40	548,35	1.370.613,38	5,70	1.448.738,34	5,70
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	**0,00**	**71.234,53**	**0,00**	**85.000,00**	**19,32**	**80.637,49**	**-5,13**	**85.233,83**	**5,70**	**90.092,16**	**5,70**
Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educ	0,00	71.234,53	0,00	85.000,00	19,32	80.637,49	-5,13	85.233,83	5,70	90.092,16	5,70
Outras Transferências dos Estados e DF	**37.354,39**	**2.488.312,53**	**6.561,37**	**0,00**	**0,00**	**816.769,78**	**0,00**	**977.325,66**	**19,66**	**1.147.033,22**	**17,36**
Outras Transferências dos Estados e DF - Principal	37.354,39	2.488.312,53	6.561,37	0,00	0,00	816.769,78	0,00	977.325,66	19,66	1.147.033,22	17,36
Transferências de Instituições Privadas	**1.287.659,68**	**875.351,21**	**-32,02**	**0,00**	**0,00**	**859.718,48**	**0,00**	**908.722,43**	**5,70**	**960.519,61**	**5,70**
Transferências de Instituições Privadas	**1.287.659,68**	**875.351,21**	**-32,02**	**0,00**	**0,00**	**859.718,48**	**0,00**	**908.722,43**	**5,70**	**960.519,61**	**5,70**
Outras TransferÃªncias de InstituiÃ§Ãµes Privadas	**1.287.659,68**	**875.351,21**	**-32,02**	**0,00**	**0,00**	**859.718,48**	**0,00**	**908.722,43**	**5,70**	**960.519,61**	**5,70**
Outras TransferÃªncias de InstituiÃ§Ãµes Privadas â€" Princip	1.287.659,68	875.351,21	-32,02	0,00	0,00	859.718,48	0,00	908.722,43	5,70	960.519,61	5,70
Transferências de Outras Instituições Públicas	**35.889.129,89**	**40.214.953,25**	**12,05**	**45.000.000,00**	**11,90**	**51.523.327,08**	**14,50**	**57.118.156,72**	**10,86**	**62.860.891,65**	**10,05**
Transferências de Recursos do FUNDEB	**35.889.129,89**	**40.214.953,25**	**12,05**	**45.000.000,00**	**11,90**	**51.523.327,08**	**14,50**	**57.118.156,72**	**10,86**	**62.860.891,65**	**10,05**
Transferências de Recursos do FUNDEB	**35.889.129,89**	**40.214.953,25**	**12,05**	**45.000.000,00**	**11,90**	**51.523.327,08**	**14,50**	**57.118.156,72**	**10,86**	**62.860.891,65**	**10,05**
Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	35.889.129,89	40.214.953,25	12,05	45.000.000,00	11,90	51.523.327,08	14,50	57.118.156,72	10,86	62.860.891,65	10,05
Demais Transferências Correntes	**25.153,79**	**2.219,95**	**-91,17**	**1.000.000,00**	**44.946,06**	**2.512,98**	**-99,75**	**2.656,22**	**5,70**	**2.807,62**	**5,70**
Transferências de Pessoas Físicas	**25.153,79**	**2.219,95**	**-91,17**	**1.000.000,00**	**44.946,06**	**2.512,98**	**-99,75**	**2.656,22**	**5,70**	**2.807,62**	**5,70**
Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Saúde	**25.153,79**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Saúde - Pri	25.153,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Pessoas Físicas	**0,00**	**2.219,95**	**0,00**	**1.000.000,00**	**44.946,06**	**2.512,98**	**-99,75**	**2.656,22**	**5,70**	**2.807,62**	**5,70**
Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal	0,00	2.219,95	0,00	1.000.000,00	44.946,06	2.512,98	-99,75	2.656,22	5,70	2.807,62	5,70
Outras Receitas Correntes	**1.238.903,25**	**4.968.822,15**	**301,07**	**5.543.500,00**	**11,57**	**4.619.103,84**	**-16,68**	**4.937.454,77**	**6,89**	**5.273.951,69**	**6,82**

Menu: LDO/"Relatórios"

Câmara Municipal de João Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	860.024,87	1.637.033,26	90,35	1.510.000,00	-7,76	2.854.121,65	89,01	2.959.749,58	3,70	3.071.398,30	3,77
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	860.024,87	1.637.033,26	90,35	1.510.000,00	-7,76	2.854.121,65	89,01	2.959.749,58	3,70	3.071.398,30	3,77
Multas Previstas em Legislação Específica	817.412,60	1.622.992,84	98,55	1.500.000,00	-7,58	2.837.227,89	89,15	2.941.949,88	3,69	3.052.641,02	3,76
Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	817.412,60	1.622.992,84	98,55	1.500.000,00	-7,58	2.837.227,89	89,15	2.941.949,88	3,69	3.052.641,02	3,76
Multas por Danos Ambientais	41.239,25	14.040,42	-65,95	5.000,00	-64,39	15.893,76	217,88	16.799,70	5,70	17.757,28	5,70
Multas Administrativas por Danos Ambientais	41.239,25	14.040,42	-65,95	5.000,00	-64,39	15.893,76	217,88	16.799,70	5,70	17.757,28	5,70
Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	41.239,25	14.040,42	-65,95	5.000,00	-64,39	15.893,76	217,88	16.799,70	5,70	17.757,28	5,70
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	1.373,02	0,00	0,00	5.000,00	0,00	1.000,00	-80,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	1.373,02	0,00	0,00	5.000,00	0,00	1.000,00	-80,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	113.929,01	2.676.601,41	2.249,36	3.403.500,00	27,18	1.018.864,14	-70,06	1.190.768,40	16,87	1.372.471,20	15,26
Indenizações	0,00	458,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Indenizações	0,00	458,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Indenizações - Principal	0,00	458,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	113.929,01	2.676.143,16	2.248,96	3.403.500,00	27,18	1.018.864,14	-70,06	1.190.768,40	16,87	1.372.471,20	15,26
Restituição de Convênios	5.733,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituição de Convênios - Primárias	5.733,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituição de Convênios - Primárias - Principal	5.733,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituição de Convênios - Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituição de Convênios - Financeiras - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Restituições	108.195,61	2.676.143,16	2.373,43	3.403.500,00	27,18	1.018.864,14	-70,06	1.190.768,40	16,87	1.372.471,20	15,26
Outras Restituições - Principal	108.195,61	2.676.143,16	2.373,43	3.403.500,00	27,18	1.018.864,14	-70,06	1.190.768,40	16,87	1.372.471,20	15,26
Demais Receitas Correntes	264.949,37	655.187,48	147,29	630.000,00	-3,84	746.118,05	18,43	786.936,79	5,47	830.082,19	5,48
Outras Receitas Correntes	264.949,37	655.187,48	147,29	630.000,00	-3,84	746.118,05	18,43	786.936,79	5,47	830.082,19	5,48
Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas	59.223,36	170.700,30	188,23	120.000,00	-29,70	193.232,74	61,03	204.247,01	5,70	215.889,09	5,70
Ônus de Sucumbência	59.223,36	170.700,30	188,23	120.000,00	-29,70	193.232,74	61,03	204.247,01	5,70	215.889,09	5,70
Ônus de Sucumbência - Principal	59.223,36	170.700,30	188,23	120.000,00	-29,70	193.232,74	61,03	204.247,01	5,70	215.889,09	5,70
Outras Receitas	205.726,01	484.487,18	135,50	510.000,00	5,27	552.885,31	8,41	582.689,78	5,39	614.193,10	5,41
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela R	205.726,01	484.487,18	135,50	10.000,00	-97,94	522.885,31	5.128,85	552.689,78	5,70	584.193,10	5,70
Outras Receit.Não Arrec.e Não Projet.pela RFB - Primárias -	193.592,63	476.229,85	146,00	0,00	0,00	513.538,01	0,00	542.809,68	5,70	573.749,83	5,70
Outras Receit.Não Arrec.e Não Projet.pela RFB - Primárias -	12.133,38	8.257,33	-31,95	10.000,00	21,10	9.347,30	-6,53	9.880,10	5,70	10.443,27	5,70
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela R	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	30.000,00	-94,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00
Outras Receit.Não Arrec.e Não Projet.pela RFB - Financeiras -	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	30.000,00	-94,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00
Receitas de Capital	9.439.734,55	15.289.200,67	61,97	17.500.000,00	14,46	16.231.467,36	-7,25	13.245.761,02	-18,39	14.000.769,41	5,70
Operações de Crédito	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	5.000.000,00	-4,81	4.946.235,23	-1,08	3.785.170,64	-23,47	4.143.425,37	9,46
Operações de Crédito - Mercado Interno	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	5.000.000,00	-4,81	4.946.235,23	-1,08	3.785.170,64	-23,47	4.143.425,37	9,46

Menu: LDO/"Relatórios"

Câmara Municipal de João Monlevade
Fls. 869

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.000.000,00**	**0,00**	**1.000.000,00**	**0,00**	**500.000,00**	**-50,00**	**500.000,00**	**0,00**
Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.000.000,00**	**0,00**	**1.000.000,00**	**0,00**	**500.000,00**	**-50,00**	**500.000,00**	**0,00**
Operações de Crédito Internas para Programas de Sade - Prin	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	500.000,00	-50,00	500.000,00	0,00
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	**6.749.181,78**	**5.252.857,98**	**-22,17**	**4.000.000,00**	**-23,85**	**3.946.235,23**	**-1,34**	**3.285.170,64**	**-16,75**	**3.643.425,37**	**10,91**
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	**6.749.181,78**	**5.252.857,98**	**-22,17**	**4.000.000,00**	**-23,85**	**3.946.235,23**	**-1,34**	**3.285.170,64**	**-16,75**	**3.643.425,37**	**10,91**
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	4.000.000,00	-23,85	3.946.235,23	-1,34	3.285.170,64	-16,75	3.643.425,37	10,91
Alienação de Bens	**0,00**	**868.630,00**	**0,00**	**3.200.000,00**	**268,40**	**3.950.461,16**	**23,45**	**2.004.637,45**	**-49,26**	**2.061.901,79**	**2,86**
Alienação de Bens Móveis	**0,00**	**215.585,00**	**0,00**	**200.000,00**	**-7,23**	**3.211.214,22**	**1.505,61**	**1.223.253,43**	**-61,91**	**1.235.978,88**	**1,04**
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	**0,00**	**215.585,00**	**0,00**	**200.000,00**	**-7,23**	**3.211.214,22**	**1.505,61**	**1.223.253,43**	**-61,91**	**1.235.978,88**	**1,04**
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	**0,00**	**215.585,00**	**0,00**	**200.000,00**	**-7,23**	**3.211.214,22**	**1.505,61**	**1.223.253,43**	**-61,91**	**1.235.978,88**	**1,04**
Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	0,00	215.585,00	0,00	200.000,00	-7,23	3.211.214,22	1.505,61	1.223.253,43	-61,91	1.235.978,88	1,04
Alienação de Bens Imóveis	**0,00**	**653.045,00**	**0,00**	**3.000.000,00**	**359,39**	**739.246,94**	**-75,36**	**781.384,02**	**5,70**	**825.922,91**	**5,70**
Alienação de Bens Imóveis	**0,00**	**653.045,00**	**0,00**	**3.000.000,00**	**359,39**	**739.246,94**	**-75,36**	**781.384,02**	**5,70**	**825.922,91**	**5,70**
Alienação de Bens Imóveis	**0,00**	**653.045,00**	**0,00**	**3.000.000,00**	**359,39**	**739.246,94**	**-75,36**	**781.384,02**	**5,70**	**825.922,91**	**5,70**
Alienação de Bens Imóveis - Principal	0,00	653.045,00	0,00	3.000.000,00	359,39	739.246,94	-75,36	781.384,02	5,70	825.922,91	5,70
Transferências de Capital	**2.690.552,77**	**9.167.712,89**	**240,74**	**9.300.000,00**	**1,44**	**7.334.770,99**	**-21,13**	**7.455.952,93**	**1,65**	**7.795.442,25**	**4,55**
Transferências da União e de suas Entidades	**295.552,77**	**1.623.330,59**	**449,25**	**8.300.000,00**	**411,29**	**3.037.610,23**	**-63,40**	**2.942.354,01**	**-3,14**	**3.053.068,19**	**3,76**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde -	**149.995,00**	**199.686,00**	**33,13**	**0,00**	**0,00**	**226.044,55**	**0,00**	**238.929,09**	**5,70**	**252.548,05**	**5,70**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**0,00**	**199.686,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**226.044,55**	**0,00**	**238.929,09**	**5,70**	**252.548,05**	**5,70**
Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da	**0,00**	**199.686,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**226.044,55**	**0,00**	**238.929,09**	**5,70**	**252.548,05**	**5,70**
Transf.de Rec.do Bloco de Estrut.da Rede de Serv.Públicos de	0,00	199.686,00	0,00	0,00	0,00	226.044,55	0,00	238.929,09	5,70	252.548,05	5,70
Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de S	**149.995,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de Sade	149.995,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desen	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**200.000,00**	**-60,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**200.000,00**	**-60,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências para o Programa Nacional de Reestruturaç	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**200.000,00**	**-60,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transf.para o Prog.Nacional de Reest.e Aquis.de Equip.para E	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	200.000,00	-60,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assist	**0,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**56.600,00**	**0,00**	**59.826,20**	**5,70**	**63.236,29**	**5,70**
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistê	**0,00**	**50.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**56.600,00**	**0,00**	**59.826,20**	**5,70**	**63.236,29**	**5,70**
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	56.600,00	0,00	59.826,20	5,70	63.236,29	5,70
Transferências de Convênios da União e de suas Entidade	**0,00**	**1.273.644,59**	**0,00**	**7.500.000,00**	**488,86**	**2.441.765,68**	**-67,44**	**2.523.946,32**	**3,37**	**2.610.811,26**	**3,44**
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências de Convênios da União destinadas a Programa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	**0,00**	**795.812,48**	**0,00**	**6.500.000,00**	**716,78**	**900.859,73**	**-86,14**	**952.208,73**	**5,70**	**1.006.484,63**	**5,70**
Transferências de Convênios da União destinadas a Programa	0,00	795.812,48	0,00	6.500.000,00	716,78	900.859,73	-86,14	952.208,73	5,70	1.006.484,63	5,70

Menu: LDO/"Relatórios"

Câmara Municipal João Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	**0,00**	**477.832,11**	**0,00**	**1.000.000,00**	**109,28**	**1.540.905,95**	**54,09**	**1.571.737,59**	**2,00**	**1.604.326,63**	**2,07**
Transf.de Convênios da União destinadas a Programas de Infr	0,00	477.832,11	0,00	1.000.000,00	109,28	1.540.905,95	54,09	1.571.737,59	2,00	1.604.326,63	2,07
Outras Transferências de Recursos da União e de suas En	**145.557,77**	**100.000,00**	**-31,30**	**300.000,00**	**200,00**	**113.200,00**	**-62,27**	**119.652,40**	**5,70**	**126.472,59**	**5,70**
TransferÃªncia Especial da UniÃ£o	**0,00**	**100.000,00**	**0,00**	**300.000,00**	**200,00**	**113.200,00**	**-62,27**	**119.652,40**	**5,70**	**126.472,59**	**5,70**
TransferÃªncia Especial da UniÃ£o - Principal	0,00	100.000,00	0,00	300.000,00	200,00	113.200,00	-62,27	119.652,40	5,70	126.472,59	5,70
Outras Transferências De Recursos da União e de suas Er	**145.557,77**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências De Recursos da União e de suas Entid	145.557,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua	**2.200.000,00**	**7.544.382,30**	**242,93**	**1.000.000,00**	**-86,75**	**4.297.160,76**	**329,72**	**4.513.598,92**	**5,04**	**4.742.374,06**	**5,07**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**150.000,00**	**1.609.923,88**	**973,28**	**0,00**	**0,00**	**1.822.433,83**	**0,00**	**1.926.312,56**	**5,70**	**2.036.112,38**	**5,70**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde –	**150.000,00**	**1.609.923,88**	**973,28**	**0,00**	**0,00**	**1.822.433,83**	**0,00**	**1.926.312,56**	**5,70**	**2.036.112,38**	**5,70**
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	150.000,00	1.609.923,88	973,28	0,00	0,00	1.822.433,83	0,00	1.926.312,56	5,70	2.036.112,38	5,70
Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas	**0,00**	**1.744.458,42**	**0,00**	**500.000,00**	**-71,34**	**1.974.726,93**	**294,95**	**2.087.286,36**	**5,70**	**2.206.261,68**	**5,70**
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Pr	**0,00**	**1.394.458,42**	**0,00**	**500.000,00**	**-64,14**	**1.578.526,93**	**215,71**	**1.668.502,96**	**5,70**	**1.763.607,63**	**5,70**
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Progr	0,00	1.394.458,42	0,00	500.000,00	-64,14	1.578.526,93	215,71	1.668.502,96	5,70	1.763.607,63	5,70
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e d	**0,00**	**350.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**396.200,00**	**0,00**	**418.783,40**	**5,70**	**442.654,05**	**5,70**
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de S	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	396.200,00	0,00	418.783,40	5,70	442.654,05	5,70
Outras Transferências de Recursos dos Estados	**2.050.000,00**	**4.190.000,00**	**104,39**	**500.000,00**	**-88,07**	**500.000,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**
Outras Transferências de Recursos dos Estados	**2.050.000,00**	**4.190.000,00**	**104,39**	**500.000,00**	**-88,07**	**500.000,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**	**500.000,00**	**0,00**
Outras Transferências de Recursos dos Estados - Principal	2.050.000,00	4.190.000,00	104,39	500.000,00	-88,07	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Transferências de Instituições Privadas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Instituições Privadas	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	**195.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Capital	**195.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Capital	**195.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Transferências de Capital - Principal	195.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Monlevade - Câmara Municipal
Fls. 296

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
CORRENTE INTRAORÇAMENTÁRIA	520.296,21	819.574,50	57,52	890.000,00	8,59	965.500,00	8,48	1.050.500,00	8,80	1.085.500,00	3,33
Receitas Correntes	520.296,21	819.574,50	57,52	890.000,00	8,59	965.500,00	8,48	1.050.500,00	8,80	1.085.500,00	3,33
Receita de Serviços	520.296,21	819.574,50	57,52	890.000,00	8,59	965.500,00	8,48	1.050.500,00	8,80	1.085.500,00	3,33
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	520.296,21	819.574,50	57,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	520.296,21	819.574,50	57,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	520.296,21	819.574,50	57,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	520.296,21	819.534,27	57,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	0,00	40,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	890.000,00	0,00	965.500,00	8,48	1.050.500,00	8,80	1.085.500,00	3,33
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	890.000,00	0,00	965.500,00	8,48	1.050.500,00	8,80	1.085.500,00	3,33
Receita de Serviços Sujeitos à Regulação	0,00	0,00	0,00	890.000,00	0,00	965.500,00	8,48	1.050.500,00	8,80	1.085.500,00	3,33
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00	685.000,00	0,00	755.500,00	10,29	830.500,00	9,93	855.500,00	3,01
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - P	0,00	0,00	0,00	685.000,00	0,00	720.000,00	5,11	790.000,00	9,72	810.000,00	2,53
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - M	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	35.000,00	16,67	40.000,00	14,29
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água - D	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	0,00	0,00	0,00	205.000,00	0,00	210.000,00	2,44	220.000,00	4,76	230.000,00	4,55
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário - Pr	0,00	0,00	0,00	205.000,00	0,00	210.000,00	2,44	220.000,00	4,76	230.000,00	4,55

Câmara Municipal de João Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XII - RECEITA PRIMÁRIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
DEDUÇÃO FUNDEB	(26.255.453,65)	(30.915.780,90)	17,75	(37.602.000,00)	21,63	(36.270.326,78)	-3,54	(38.857.935,42)	7,13	(40.958.837,74)	5,41
Receitas Correntes	(26.255.453,65)	(30.915.780,90)	17,75	(37.602.000,00)	21,63	(36.270.326,78)	-3,54	(38.857.935,42)	7,13	(40.958.837,74)	5,41
Transferências Correntes	(26.255.453,65)	(30.915.780,90)	17,75	(37.602.000,00)	21,63	(36.270.326,78)	-3,54	(38.857.935,42)	7,13	(40.958.837,74)	5,41
Transferências da União e de suas Entidades	(9.824.302,20)	(12.353.227,85)	25,74	(16.002.000,00)	29,54	(13.857.516,73)	-13,40	(14.647.395,19)	5,70	(15.482.296,72)	5,70
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da	(9.824.302,20)	(12.241.622,55)	24,61	(16.002.000,00)	30,72	(13.857.516,73)	-13,40	(14.647.395,19)	5,70	(15.482.296,72)	5,70
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	(9.823.937,05)	(12.241.273,91)	24,61	(16.000.000,00)	30,71	(13.857.122,07)	-13,39	(14.646.978,03)	5,70	(15.481.855,78)	5,70
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	(9.823.937,05)	(12.241.273,91)	24,61	(16.000.000,00)	30,71	(13.857.122,07)	-13,39	(14.646.978,03)	5,70	(15.481.855,78)	5,70
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota M	(9.823.937,05)	(12.241.273,91)	24,61	(16.000.000,00)	30,71	(13.857.122,07)	-13,39	(14.646.978,03)	5,70	(15.481.855,78)	5,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	(365,15)	(348,64)	-4,52	(2.000,00)	473,66	(394,66)	-80,27	(417,16)	5,70	(440,94)	5,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural -	(365,15)	(348,64)	-4,52	(2.000,00)	473,66	(394,66)	-80,27	(417,16)	5,70	(440,94)	5,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas En	0,00	(111.605,30)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua	(16.431.151,45)	(18.562.553,05)	12,97	(21.600.000,00)	16,36	(22.412.810,05)	3,76	(24.210.540,23)	8,02	(25.476.541,02)	5,23
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	(16.431.151,45)	(18.562.553,05)	12,97	(21.600.000,00)	16,36	(22.412.810,05)	3,76	(24.210.540,23)	8,02	(25.476.541,02)	5,23
Cota-Parte do ICMS	(13.479.817,84)	(15.102.609,39)	12,04	(18.000.000,00)	19,18	(18.096.153,83)	0,53	(19.070.634,60)	5,39	(20.100.660,77)	5,40
Cota-Parte do ICMS - Principal	(13.479.817,84)	(15.102.609,39)	12,04	(18.000.000,00)	19,18	(18.096.153,83)	0,53	(19.070.634,60)	5,39	(20.100.660,77)	5,40
Cota-Parte do IPVA	(2.801.309,24)	(3.289.498,58)	17,43	(3.400.000,00)	3,36	(4.123.712,39)	21,29	(4.935.964,00)	19,70	(5.160.313,95)	4,55
Cota-Parte do IPVA - Principal	(2.801.309,24)	(3.289.498,58)	17,43	(3.400.000,00)	3,36	(4.123.712,39)	21,29	(4.935.964,00)	19,70	(5.160.313,95)	4,55
Cota-Parte do IPI - Municípios	(150.024,37)	(170.445,08)	13,61	(200.000,00)	17,34	(192.943,83)	-3,53	(203.941,63)	5,70	(215.566,30)	5,70
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	(150.024,37)	(170.445,08)	13,61	(200.000,00)	17,34	(192.943,83)	-3,53	(203.941,63)	5,70	(215.566,30)	5,70
TOTAL DA RECEITA	280.011.633,79	346.701.481,50	23,82	400.000.000,00	15,37	435.000.000,00	8,75	465.000.000,00	6,90	500.000.000,00	7,53
RECEITAS CORRRENTES (I)	279.887.691,49	342.366.058,47	22,32	382.500.000,00	11,72	418.768.532,62	9,48	451.754.238,98	7,88	485.999.230,59	7,58
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (II)	2.197.235,62	12.526.181,55	470,09	7.905.000,00	-36,89	13.829.006,15	74,94	14.635.833,50	5,83	15.476.883,01	5,75
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	277.690.455,87	329.839.876,92	18,78	374.595.000,00	13,57	404.939.526,47	8,10	437.118.405,48	7,95	470.522.347,58	7,64
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	9.439.734,55	15.289.200,87	61,97	17.500.000,00	14,46	16.231.467,38	-7,25	13.245.761,02	-18,39	14.000.769,41	5,70
RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO (V)	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	5.000.000,00	-4,81	4.945.235,23	-1,08	3.785.170,64	-23,47	4.143.425,37	9,46
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE BENS (VI)	0,00	868.630,00	0,00	3.200.000,00	268,40	3.950.461,16	23,45	2.004.637,45	-49,26	2.061.901,79	2,86
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)	2.690.552,77	9.167.712,89	240,74	9.300.000,00	1,44	7.334.770,99	-21,13	7.455.952,93	1,65	7.795.442,25	4,55
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (IX) = (III + VIII)	280.381.008,64	339.007.589,81	20,91	383.895.000,00	13,24	412.274.297,46	7,39	444.574.358,41	7,83	478.317.789,83	7,59

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 25/05/2023 , às 10:30:57

Monlevade - Câmara Municipal

Menu: LDO/"Relatórios"

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Despesas											
DESPESAS CORRENTES	**237.033.944,68**	**304.225.564,00**	**28,35**	**347.279.140,00**	**14,15**	**384.160.990,23**	**10,62**	**411.279.870,67**	**7,06**	**443.290.894,34**	**7,78**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	122.538.298,50	153.701.306,27	25,43	179.169.775,00	16,57	198.296.683,49	10,68	212.039.069,03	6,93	230.162.797,55	8,55
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS CONTRA	529.978,82	512.751,95	-3,25	723.100,00	41,02	580.435,21	-19,73	613.520,02	5,70	648.490,66	5,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLIC	529.978,82	512.751,95	-3,25	723.100,00	41,02	580.435,21	-19,73	613.520,02	5,70	648.490,66	5,70
APLICAÇÕES DIRETAS	122.008.319,68	153.188.554,32	25,56	178.446.675,00	16,49	197.716.248,28	10,80	211.425.549,01	6,93	229.514.306,89	8,56
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	1.368.269,78	1.530.596,42	0,00	1.676.528,00	9,53	1.797.920,15	7,24	1.940.671,27	7,94	2.097.599,65	8,09
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	13.554.020,83	16.290.611,17	20,19	7.458.500,00	-54,22	19.392.651,55	160,01	21.971.740,76	13,30	27.164.809,21	23,64
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	73.393.831,34	97.884.408,96	33,37	124.348.247,00	27,04	132.717.157,02	6,73	140.887.464,97	6,16	150.585.589,57	6,88
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	25.180.952,81	31.172.947,83	23,80	37.021.000,00	18,76	36.573.952,15	-1,21	38.952.873,01	6,50	41.533.540,92	6,63
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS -PESSOAL CIVIL	1.974.994,31	2.493.639,03	26,26	3.578.500,00	43,51	2.837.799,38	-20,70	3.001.698,94	5,78	3.174.769,78	5,77
SENTENÇAS JUDICIAIS	2.657.198,23	3.233.109,63	21,67	3.913.000,00	21,03	3.765.814,03	-3,76	3.986.060,43	5,85	4.228.005,87	6,07
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	3.879.052,38	583.241,28	-84,96	450.400,00	-22,76	630.954,00	40,09	685.039,63	8,57	729.991,89	6,56
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.072.087,46	2.677.785,09	149,77	3.000.000,00	12,03	4.031.252,72	34,38	4.504.034,12	11,73	4.386.664,06	-2,61
APLICAÇÕES DIRETAS	1.072.087,46	2.677.785,09	149,77	3.000.000,00	12,03	4.031.252,72	34,38	4.504.034,12	11,73	4.386.664,06	-2,61
JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	1.072.087,46	2.677.785,09	149,77	3.000.000,00	12,03	4.031.252,72	34,38	4.504.034,12	11,73	4.386.664,06	-2,61
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	113.423.558,72	147.846.472,64	30,35	165.109.365,00	11,68	181.833.054,02	10,13	194.736.767,52	7,10	208.741.432,73	7,19
TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E AO DISTRITO FEDERA	207.341,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	207.341,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	223.013,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	223.013,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FIN	14.522.590,64	15.617.221,80	7,54	4.985.000,00	-68,08	17.729.275,62	255,65	17.739.004,33	0,05	18.803.945,58	6,01
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDIC	0,00	61.324,61	0,00	116.000,00	89,16	120.000,00	3,45	125.000,00	4,17	130.000,00	4,00
CONTRIBUIÇÕES	1.138.428,67	1.423.323,58	25,03	1.805.000,00	26,82	1.611.202,29	-10,74	1.703.040,82	5,70	1.800.114,15	5,70
SUBVENÇÕES SOCIAIS	13.384.161,97	14.132.573,61	5,59	3.064.000,00	-78,32	15.998.073,33	422,13	15.909.963,51	-0,55	16.873.831,43	6,06
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS COM FIN	2.100.000,00	6.009.542,30	186,17	5.000.000,00	-16,80	6.802.801,88	36,06	6.900.000,00	1,43	7.200.423,60	4,35
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	2.100.000,00	6.009.542,30	186,17	5.000.000,00	-16,80	6.802.801,88	36,06	6.900.000,00	1,43	7.200.423,60	4,35
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIAN	237.102,84	313.632,88	32,28	462.100,00	47,34	355.032,42	-23,17	375.269,27	5,70	396.659,62	5,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLIC	237.102,84	313.632,88	32,28	462.100,00	47,34	355.032,42	-23,17	375.269,27	5,70	396.659,62	5,70
APLICAÇÕES DIRETAS	92.623.761,00	120.538.010,97	30,14	149.397.265,00	23,94	150.849.398,79	0,97	163.262.115,53	8,23	175.495.391,97	7,49
DIÁRIAS -PESSOAL CIVIL	140.091,67	219.621,71	56,77	230.400,00	4,91	259.437,92	12,60	277.230,88	6,86	295.753,04	6,68
MATERIAL DE CONSUMO	11.392.437,60	11.543.997,35	1,33	14.028.680,00	21,52	14.730.620,89	5,00	16.779.766,28	13,91	17.845.652,96	6,35
PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, I	33.250,92	36.513,58	9,81	182.000,00	398,44	58.682,14	-67,76	65.317,02	11,31	72.045,09	10,29

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Despesas											
Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	2.337.157,33	3.143.834,18	34,52	2.485.000,00	-20,96	3.574.921,93	43,86	3.779.666,48	5,73	3.995.967,47	5,72
Passagens e Despesas com Locomoção	1.337,82	1.048,80	-21,60	21.600,00	1.959,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE I	472.866,95	512.470,82	8,38	600.000,00	17,08	580.116,97	-3,31	613.183,64	5,70	648.135,11	5,70
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	207.158,20	304.692,90	47,08	1.217.000,00	299,42	384.135,41	-68,44	427.481,13	11,28	461.587,55	7,98
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA FÍSICA	1.566.434,27	2.253.372,01	43,85	3.255.580,00	44,48	2.408.284,93	-26,03	2.552.767,17	6,00	2.704.791,48	5,96
LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA	0,00	0,00	0,00	600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDIC	64.284.663,38	81.929.615,79	27,45	105.326.680,00	28,56	105.818.607,05	0,47	114.195.294,65	7,92	123.295.861,30	7,97
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMU	964.513,02	1.711.995,65	77,50	2.210.000,00	29,09	1.860.710,37	-15,80	1.966.770,86	5,70	2.078.876,80	5,70
SUBVENÇÕES SOCIAIS	0,00	137.563,00	0,00	0,00	0,00	155.721,32	0,00	164.597,44	5,70	173.979,49	5,70
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	6.098.331,48	10.464.506,47	71,60	13.405.925,00	28,11	11.914.035,64	-11,13	12.804.835,67	7,48	13.738.171,30	7,29
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	2.681.678,02	3.313.453,70	23,56	3.321.300,00	0,24	3.819.947,65	15,01	4.044.884,67	5,89	4.270.933,10	5,59
OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	208.025,81	1.773.507,10	752,54	270.000,00	-84,78	2.007.610,04	643,56	2.122.043,61	5,70	2.243.000,31	5,70
AUXÍLIO-TRANSPORTE	944.388,33	1.189.014,64	25,90	1.705.000,00	43,40	1.149.803,84	-32,56	1.216.772,66	5,82	1.287.444,70	5,81
Sentenças Judiciais	785.893,95	1.073.618,28	36,61	826.000,00	-23,06	1.198.631,33	45,11	1.266.953,32	5,70	1.339.169,66	5,70
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	3.846,12	239,70	-93,77	6.000,00	2.403,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	501.686,13	928.745,29	85,12	305.500,00	-67,11	928.131,36	203,81	984.609,85	6,09	1.044.022,61	6,03
APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENT	591.248,75	814.250,57	37,72	890.000,00	9,30	926.303,01	4,08	980.682,28	5,87	1.037.876,17	5,83
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDIC	591.248,75	814.250,57	37,72	890.000,00	9,30	926.303,01	4,08	980.682,28	5,87	1.037.876,17	5,83
APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE OPERAÇÃO DE ÓRC	2.918.500,44	4.553.814,12	56,03	4.375.000,00	-3,93	5.170.242,30	18,18	5.480.696,11	6,00	5.807.135,79	5,96
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDIC	2.918.500,44	4.553.814,12	56,03	4.375.000,00	-3,93	5.170.242,30	18,18	5.480.696,11	6,00	5.807.135,79	5,96
DESPESAS DE CAPITAL	**19.867.151,65**	**37.924.612,67**	**91,47**	**48.720.860,00**	**28,47**	**50.839.009,77**	**4,35**	**53.720.129,33**	**5,67**	**56.709.105,71**	**5,56**
INVESTIMENTOS	17.591.141,47	34.676.694,54	97,13	45.220.860,00	30,41	47.162.366,22	4,29	49.833.917,10	5,66	52.601.379,38	5,55
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIAN	22.916,40	747.473,51	3.161,74	49.100,00	-93,43	846.140,01	1.623,30	894.369,99	5,70	945.349,06	5,70
RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLIC	22.916,40	747.473,51	3.161,74	49.100,00	-93,43	846.140,01	1.623,30	894.369,99	5,70	945.349,06	5,70
APLICAÇÕES DIRETAS	17.568.225,07	33.929.221,03	93,13	45.171.760,00	33,14	46.316.226,21	2,53	48.939.547,11	5,66	51.656.030,30	5,55
MATERIAL DE CONSUMO	171.683,12	764.851,65	345,50	209.000,00	-72,67	41.799,07	-80,00	44.611,62	6,73	48.527,48	8,78
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS -PESSOA JURÍDIC	18.215,32	84.823,28	365,67	59.000,00	-30,44	276.019,95	367,83	321.493,09	16,47	407.278,20	26,68
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRAS E INSTALAÇÕES	10.810.395,06	26.678.963,47	146,79	40.395.000,00	51,41	39.167.080,12	-3,04	41.513.003,69	5,99	43.671.344,90	5,20
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.514.875,21	6.190.684,71	76,13	4.506.760,00	-27,20	6.591.722,62	46,26	6.807.290,81	3,27	7.261.416,39	6,67
Aquisição de Imóveis	2.425.290,50	0,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	627.765,84	209.897,92	-66,56	0,00	0,00	237.604,45	0,00	251.147,90	5,70	265.463,33	5,70

Câmara Municipal de J. Monlevade 2015

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Despesas											
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.216.010,18	3.247.918,33	46,57	3.500.000,00	7,76	3.676.643,55	5,05	3.886.212,23	5,70	4.107.726,33	5,70
APLICAÇÕES DIRETAS	2.216.010,18	3.247.918,33	46,57	3.500.000,00	7,76	3.676.643,55	5,05	3.886.212,23	5,70	4.107.726,33	5,70
PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	2.216.010,18	3.247.918,33	46,57	3.500.000,00	7,76	3.676.643,55	5,05	3.886.212,23	5,70	4.107.726,33	5,70
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**4.000.000,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA OU RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Câmara Municipal de João Monlevade
976

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receitas											
ARRECADADORA	**315.062.583,48**	**387.751.465,74**	**83,84**	**436.712.000,00**	**27,01**	**470.304.826,78**	**1,07**	**502.807.435,42**	**-10,57**	**539.873.337,74**	**13,12**
Receitas Correntes	**305.622.848,93**	**372.462.264,87**	**21,87**	**419.212.000,00**	**12,55**	**454.073.359,40**	**8,32**	**489.561.674,40**	**7,82**	**525.872.568,33**	**7,42**
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	43.189.426,42	59.963.714,87	38,84	75.783.400,00	26,38	74.955.181,71	-1,09	81.444.956,57	8,66	84.247.380,64	3,44
Impostos	41.989.721,58	58.298.363,01	38,84	74.257.000,00	27,37	73.099.419,21	-1,56	79.483.086,10	8,73	82.173.968,41	3,39
Impostos sobre o Patrimônio	4.294.826,15	17.314.255,61	303,14	20.866.000,00	20,51	22.705.409,63	8,82	24.444.617,98	7,66	25.340.307,61	3,66
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	1.199.745,90	13.377.594,99	1.015,04	15.865.000,00	18,59	17.249.109,81	8,72	18.734.309,07	8,61	19.361.511,09	3,35
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	0,00	10.507.356,64	0,00	13.000.000,00	23,72	14.000.000,00	7,69	15.300.000,00	9,29	15.730.000,00	2,81
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	0,00	0,00	0,00	13.000.000,00	0,00	14.000.000,00	7,69	15.300.000,00	9,29	15.730.000,00	2,81
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	49.423,61	55.294,31	11,88	65.000,00	17,55	62.593,16	-3,70	66.160,97	5,70	71.378,55	7,89
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	839.754,58	2.114.616,23	151,81	2.000.000,00	-5,42	2.393.745,57	19,69	2.530.189,07	5,70	2.674.409,85	5,70
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana -	310.567,71	700.327,81	125,50	800.000,00	14,23	792.771,08	-0,90	837.959,03	5,70	885.722,69	5,70
Impostos sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e	3.095.080,25	3.936.660,62	27,19	5.001.000,00	27,04	5.456.299,82	9,10	5.710.308,91	4,66	5.978.796,52	4,70
Impost.sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direi	3.095.080,25	3.936.660,62	27,19	5.000.000,00	27,01	5.456.299,82	9,13	5.710.308,91	4,66	5.978.796,52	4,70
Impost.sobre Transm.Int.Vivos de Bens Imóveis e de Direi	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	5.388.266,00	7.905.498,25	46,72	8.056.000,00	1,90	10.949.024,02	35,91	11.459.118,39	4,66	12.998.288,13	13,43
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	5.388.266,00	7.905.498,25	46,72	8.056.000,00	1,90	10.949.024,02	35,91	11.459.118,39	4,66	12.998.288,13	13,43
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	5.337.800,87	7.849.904,84	47,06	8.000.000,00	1,91	10.886.092,28	36,08	11.392.599,54	4,65	12.927.977,71	13,48
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Pnr	5.337.800,87	7.849.904,84	47,06	8.000.000,00	1,91	10.886.092,28	36,08	11.392.599,54	4,65	12.927.977,71	13,48
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendim	50.465,13	55.593,41	10,16	56.000,00	0,73	62.931,74	12,38	66.516,85	5,70	70.310,42	5,70
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendim	50.465,13	55.593,41	10,16	56.000,00	0,73	62.931,74	12,38	66.516,85	5,70	70.310,42	5,70
Impostos sobre a Produção e Circulação de Mercadorias e S	22.990.837,18	33.078.609,15	43,88	45.335.000,00	37,05	39.444.985,56	-12,99	43.579.349,73	10,48	43.835.372,67	0,59
Impostos sobre Serviços	22.990.837,18	33.078.609,15	43,88	45.335.000,00	37,05	39.444.985,56	-12,99	43.579.349,73	10,48	43.835.372,67	0,59
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	22.990.837,18	33.078.609,15	43,88	45.335.000,00	37,05	39.444.985,56	-12,99	43.579.349,73	10,48	43.835.372,67	0,59
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - F	22.753.935,08	32.585.845,65	43,21	45.000.000,00	38,10	38.687.177,28	-13,58	42.989.746,38	10,55	43.212.161,92	0,52
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - M	1.663,98	4.854,84	191,76	5.000,00	2,99	5.495,68	9,91	5.808,93	5,70	6.140,04	5,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - D	176.490,75	356.158,81	101,80	230.000,00	-35,42	403.171,77	75,29	426.152,56	5,70	450.443,26	5,70
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - M	58.747,37	131.749,85	124,27	100.000,00	-24,10	149.140,83	49,14	157.641,86	5,70	166.627,45	5,70
Taxas	1.199.704,84	1.665.351,86	38,81	1.526.400,00	-8,34	1.855.762,50	21,58	1.961.870,47	5,72	2.073.412,23	5,69
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	204.379,58	295.264,65	44,47	326.400,00	10,54	340.000,67	4,17	359.710,21	5,80	379.928,84	5,62
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	203.453,27	294.611,90	44,81	275.000,00	-6,66	333.500,67	21,27	352.510,21	5,70	372.603,29	5,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	159.286,97	220.618,83	38,50	220.000,00	-0,28	249.740,52	13,52	263.975,73	5,70	279.022,35	5,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Jur	805,34	3.216,02	299,34	5.000,00	55,47	3.640,53	-27,19	3.848,04	5,70	4.067,38	5,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	31.969,74	55.869,81	74,76	35.000,00	-37,35	63.244,62	80,70	66.849,56	5,70	70.659,96	5,70
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Juros de Mor	11.391,22	14.907,24	30,87	15.000,00	0,62	16.675,00	12,50	17.836,88	5,70	18.853,58	5,70

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receitas											
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	926,31	652,75	-29,53	51.400,00	7.774,38	6.500,00	-87,35	7.200,00	10,77	7.325,55	1,74
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Principal	926,31	652,75	-29,53	50.000,00	7.559,90	5.000,00	-90,00	5.700,00	14,00	5.825,55	2,20
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multas e Jun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Multas e Jun	0,00	0,00	0,00	900,00	0,00	500,00	-44,44	500,00	0,00	500,00	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços	995.325,26	1.370.087,21	37,65	1.200.000,00	-12,41	1.515.761,83	26,31	1.602.160,26	5,70	1.693.483,39	5,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral	995.325,26	1.370.087,21	37,65	1.200.000,00	-12,41	1.515.761,83	26,31	1.602.160,26	5,70	1.693.483,39	5,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Principal	877.158,63	1.097.177,79	25,08	1.000.000,00	-8,86	1.206.828,37	20,68	1.275.617,59	5,70	1.348.327,79	5,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Jun	6.036,14	9.184,42	52,16	8.000,00	-12,90	10.396,76	29,96	10.989,38	5,70	11.615,77	5,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Dívida Ativa	81.609,67	190.107,85	132,95	150.000,00	-21,10	215.202,09	43,47	227.468,61	5,70	240.434,32	5,70
Taxas pela Prestação de Serviços em Geral - Multas e Jun	30.520,82	73.617,15	141,20	42.000,00	-42,95	83.334,61	98,42	88.084,68	5,70	93.105,51	5,70
Contribuições	6.716.041,84	7.277.979,59	8,37	8.000.000,00	9,92	8.238.672,90	2,98	8.708.277,26	5,70	9.204.649,06	5,70
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	6.716.041,84	7.277.979,59	8,37	8.000.000,00	9,92	8.238.672,90	2,98	8.708.277,26	5,70	9.204.649,06	5,70
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Públic	6.716.041,84	7.277.979,59	8,37	8.000.000,00	9,92	8.238.672,90	2,98	8.708.277,26	5,70	9.204.649,06	5,70
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Públic	6.716.041,84	7.277.979,59	8,37	8.000.000,00	9,92	8.238.672,90	2,98	8.708.277,26	5,70	9.204.649,06	5,70
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Públi	6.716.041,84	7.277.979,59	8,37	8.000.000,00	9,92	8.238.672,90	2,98	8.708.277,26	5,70	9.204.649,06	5,70
Receita Patrimonial	2.259.605,55	12.546.243,30	455,24	7.919.000,00	-36,88	13.851.716,05	74,92	14.659.837,86	5,83	15.502.255,62	5,75
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	60.472,50	17.310,03	-71,38	0,00	0,00	19.594,95	0,00	20.711,86	5,70	21.892,44	5,70
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	60.472,50	17.310,03	-71,38	0,00	0,00	19.594,95	0,00	20.711,86	5,70	21.892,44	5,70
Concessão, Permissão, Autorização ou Cessão do Direito d	60.472,50	17.310,03	-71,38	0,00	0,00	19.594,95	0,00	20.711,86	5,70	21.892,44	5,70
Conc.Permiss.Autor.ou Cessão do Direito de Uso de Bens	60.472,50	17.310,03	-71,38	0,00	0,00	19.594,95	0,00	20.711,86	5,70	21.892,44	5,70
Valores Mobiliários	2.199.133,15	12.528.933,27	469,72	7.907.000,00	-36,89	13.832.121,10	74,94	14.639.126,00	5,83	15.480.363,18	5,75
Juros e Correções Monetárias	2.197.235,62	12.526.181,55	470,09	7.905.000,00	-36,89	13.829.006,15	74,94	14.635.833,50	5,83	15.476.863,01	5,75
Remuneração de Depósitos Bancários	2.197.235,62	12.526.181,55	470,09	7.905.000,00	-36,89	13.829.006,15	74,94	14.635.833,50	5,83	15.476.863,01	5,75
Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	2.197.235,62	12.526.181,55	470,09	7.905.000,00	-36,89	13.829.006,15	74,94	14.635.833,50	5,83	15.476.863,01	5,75
Dividendos	1.897,53	2.751,72	45,02	2.000,00	-27,32	3.114,95	55,75	3.292,50	5,70	3.480,17	5,70
Dividendos	1.897,53	2.751,72	45,02	2.000,00	-27,32	3.114,95	55,75	3.292,50	5,70	3.480,17	5,70
Dividendos - Principal	1.897,53	2.751,72	45,02	2.000,00	-27,32	3.114,95	55,75	3.292,50	5,70	3.480,17	5,70
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais - Principal	0,00	0,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Câmara Municipal de João Monlevade

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receitas											
Receita de Serviços	24.522.340,83	27.749.849,86	13,16	33.961.500,00	22,38	36.170.000,00	6,50	39.562.000,00	9,38	43.024.000,00	8,75
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	24.227.717,15	27.469.815,91	13,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	24.227.717,15	27.469.815,91	13,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	24.227.717,15	27.469.815,91	13,38	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	23.556.716,36	26.650.835,30	13,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e J	291.004,47	493.520,34	69,59	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativ	338.279,83	274.259,92	-18,93	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e J	41.716,49	51.200,35	22,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	294.623,68	280.033,95	-4,95	33.961.500,00	12.027,64	36.170.000,00	6,50	39.562.000,00	9,38	43.024.000,00	8,75
Outros Serviços	294.623,68	280.033,95	-4,95	33.961.500,00	12.027,64	36.170.000,00	6,50	39.562.000,00	9,38	43.024.000,00	8,75
Receita de Serviços Sujeitos à Regulação	0,00	0,00	0,00	33.919.000,00	0,00	36.130.000,00	6,52	39.522.000,00	9,39	42.984.000,00	8,76
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00	26.497.000,00	0,00	28.380.000,00	7,11	31.442.000,00	10,79	34.584.000,00	9,99
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00	26.497.000,00	0,00	28.000.000,00	5,67	31.000.000,00	10,71	34.101.000,00	10,00
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	230.000,00	15,00	250.000,00	8,70
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150.000,00	0,00	180.000,00	20,00	200.000,00	11,11
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	32.000,00	6,67	33.000,00	3,13
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	0,00	0,00	0,00	6.906.000,00	0,00	7.200.000,00	4,26	7.500.000,00	4,17	7.800.000,00	4,00
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	0,00	0,00	0,00	6.906.000,00	0,00	7.200.000,00	4,26	7.500.000,00	4,17	7.800.000,00	4,00
Outros Serviços Sujeitos à Regulação	0,00	0,00	0,00	516.000,00	0,00	550.000,00	6,59	580.000,00	5,45	600.000,00	3,45
Outros Serviços Sujeitos à Regulação - Principal	0,00	0,00	0,00	516.000,00	0,00	550.000,00	6,59	580.000,00	5,45	600.000,00	3,45
Outros Serviços	294.623,68	280.033,95	-4,95	42.500,00	-84,82	40.000,00	-5,88	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00
Outros Serviços - Principal	294.623,68	280.033,95	-4,95	42.500,00	-84,82	40.000,00	-5,88	40.000,00	0,00	40.000,00	0,00
Transferências Correntes	227.696.530,94	259.955.655,10	14,17	288.004.600,00	10,79	316.238.684,90	9,80	340.249.147,94	7,59	368.620.331,32	8,34
Transferências da União e de suas Entidades	93.001.202,09	108.430.440,83	16,59	126.639.600,00	16,79	137.011.573,04	8,19	144.051.932,71	5,14	150.629.032,88	4,57
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da U	53.157.296,16	66.866.787,36	25,79	87.010.000,00	30,12	89.693.203,29	3,08	94.007.715,89	4,81	97.568.155,70	3,79
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	53.155.470,35	66.865.044,03	25,79	87.000.000,00	30,11	89.691.229,84	3,09	94.005.629,95	4,81	97.565.950,86	3,79
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota	49.119.686,82	61.206.371,05	24,61	80.000.000,00	30,71	80.285.612,03	0,36	84.234.891,92	4,92	87.409.280,76	3,77
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	49.119.686,82	61.206.371,05	24,61	80.000.000,00	30,71	80.285.612,03	0,36	84.234.891,92	4,92	87.409.280,76	3,77
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota	4.035.783,53	5.658.672,98	40,21	7.000.000,00	23,70	9.405.617,81	34,37	9.770.738,03	3,88	10.156.670,10	3,95
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	4.035.783,53	5.658.672,98	40,21	7.000.000,00	23,70	9.405.617,81	34,37	9.770.738,03	3,88	10.156.670,10	3,95
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rura	1.825,81	1.743,33	-4,52	10.000,00	473,61	1.973,45	-80,27	2.085,94	5,70	2.204,84	5,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	1.825,81	1.743,33	-4,52	10.000,00	473,61	1.973,45	-80,27	2.085,94	5,70	2.204,84	5,70
Transferências das Compensações Financeiras pela Explor	2.492.713,97	3.765.434,24	51,06	3.200.000,00	-15,02	4.862.471,56	51,95	5.205.432,43	7,05	5.562.242,08	6,85

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receitas											
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de	1.543.204,67	1.039.242,17	-32,66	1.500.000,00	44,34	1.576.422,14	5,09	1.743.478,20	10,60	1.814.356,46	4,07
Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração d	1.543.204,67	1.039.242,17	-32,66	1.500.000,00	44,34	1.576.422,14	5,09	1.743.478,20	10,60	1.814.356,46	4,07
Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de	949.509,30	1.481.665,62	56,05	1.700.000,00	14,74	1.877.245,48	10,43	1.972.848,47	5,09	2.173.900,83	10,19
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	949.509,30	1.481.665,62	56,05	1.700.000,00	14,74	1.877.245,48	10,43	1.972.848,47	5,09	2.173.900,83	10,19
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP - Princip	949.509,30	1.481.665,62	56,05	1.700.000,00	14,74	1.877.245,48	10,43	1.972.848,47	5,09	2.173.900,83	10,19
Outras Transferências decorrentes de Compensação Finan	0,00	1.244.526,45	0,00	0,00	0,00	1.408.803,94	0,00	1.489.105,76	5,70	1.573.984,79	5,70
Outras Transf.dec.de Compensação Financeira pela Explo	0,00	1.244.526,45	0,00	0,00	0,00	1.408.803,94	0,00	1.489.105,76	5,70	1.573.984,79	5,70
Transf.de Rec.do Sistema Único de Saúde – SUS	33.822.184,61	31.714.564,58	-6,23	32.150.000,00	1,37	35.900.887,11	11,67	37.947.237,68	5,70	40.110.230,22	5,70
Transf.de Rec.do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasse	33.822.184,61	31.714.564,58	-6,23	32.150.000,00	1,37	35.900.887,11	11,67	37.947.237,68	5,70	40.110.230,22	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	7.265.999,71	6.874.116,42	-5,39	7.000.000,00	1,83	7.781.499,79	11,16	8.225.045,28	5,70	8.693.872,86	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públic	7.265.999,71	6.874.116,42	-5,39	7.000.000,00	1,83	7.781.499,79	11,16	8.225.045,28	5,70	8.693.872,86	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	24.950.020,84	22.835.622,28	-8,47	23.000.000,00	0,72	25.849.924,42	12,39	27.323.370,11	5,70	28.880.802,21	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públic	24.950.020,84	22.835.622,28	-8,47	23.000.000,00	0,72	25.849.924,42	12,39	27.323.370,11	5,70	28.880.802,21	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	1.074.695,10	1.438.848,76	33,88	1.600.000,00	11,20	1.628.776,80	1,80	1.721.617,08	5,70	1.819.749,25	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públic	1.074.695,10	1.438.848,76	33,88	1.600.000,00	11,20	1.628.776,80	1,80	1.721.617,08	5,70	1.819.749,25	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	471.468,96	552.977,12	17,29	550.000,00	-0,54	625.970,10	13,81	661.650,40	5,70	699.364,47	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públic	471.468,96	552.977,12	17,29	550.000,00	-0,54	625.970,10	13,81	661.650,40	5,70	699.364,47	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	14.716,00	0,00	15.554,81	5,70	16.441,43	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públic	0,00	13.000,00	0,00	0,00	0,00	14.716,00	0,00	15.554,81	5,70	16.441,43	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Manutenção das Ações e Servi	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Rec.do Bloco de Manut.das Ações e Serv.Públic	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento	2.436.644,27	2.824.153,56	15,90	2.850.000,00	0,92	3.396.941,83	19,19	3.559.167,52	4,78	3.871.780,06	8,78
Transf.do Salário-Educação	1.835.484,42	2.210.521,65	20,43	2.200.000,00	-0,48	2.502.310,51	13,74	2.644.942,21	5,70	2.795.703,92	5,70
Transf.do Salário-Educação - Principal	1.835.484,42	2.210.521,65	20,43	2.200.000,00	-0,48	2.502.310,51	13,74	2.644.942,21	5,70	2.795.703,92	5,70
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNA	595.904,00	601.704,00	0,97	640.000,00	6,36	881.128,93	37,68	899.953,28	2,14	1.060.990,62	17,89
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Alimentação Escolar – PNA	595.904,00	601.704,00	0,97	640.000,00	6,36	881.128,93	37,68	899.953,28	2,14	1.060.990,62	17,89
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Esc	5.255,85	11.927,91	126,95	10.000,00	-16,16	13.502,39	35,02	14.272,03	5,70	15.085,54	5,70
Transf.ref.ao Prog.Nacional de Apoio ao Transporte do Esc	5.255,85	11.927,91	126,95	10.000,00	-16,16	13.502,39	35,02	14.272,03	5,70	15.085,54	5,70
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de Assistência Social – FI	338.087,02	839.297,54	148,25	629.600,00	-24,98	950.084,82	50,90	1.004.239,65	5,70	1.061.481,31	5,70
Transf.de Rec.do Fundo Nacional de Assistência Social – F	338.087,02	839.297,54	148,25	629.600,00	-24,98	950.084,82	50,90	1.004.239,65	5,70	1.061.481,31	5,70
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistê	338.087,02	839.297,54	148,25	629.600,00	-24,98	950.084,82	50,90	1.004.239,65	5,70	1.061.481,31	5,70
Transf.de Conv.da União e de Suas Entidades	0,00	67.670,88	0,00	0,00	0,00	76.603,44	0,00	80.969,84	5,70	85.585,12	5,70
Outras Transferências de Convênios da União e de Suas E	0,00	67.670,88	0,00	0,00	0,00	76.603,44	0,00	80.969,84	5,70	85.585,12	5,70

Câmara Municipal de João Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receitas											
Outras Transferências de Convênios da União e de Suas E	0,00	67.670,68	0,00	0,00	0,00	76.603,44	0,00	80.969,84	5,70	85.585,12	5,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Ent	754.276,06	2.352.532,67	211,89	800.000,00	-65,99	2.131.380,99	166,42	2.247.169,70	5,43	2.369.558,37	5,45
Transferência Especial da União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência Especial da União - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementar	0,00	619.262,94	0,00	800.000,00	29,19	801.005,65	0,13	840.962,97	4,99	883.197,86	5,02
Transferência Obrigatória Decorrente da Lei Complementa	0,00	619.262,94	0,00	800.000,00	29,19	801.005,65	0,13	840.962,97	4,99	883.197,86	5,02
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Ent	754.276,06	1.175.243,23	55,81	0,00	0,00	1.330.375,34	0,00	1.406.206,73	5,70	1.486.360,51	5,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas En	754.276,06	1.175.243,23	55,81	0,00	0,00	1.330.375,34	0,00	1.406.206,73	5,70	1.486.360,51	5,70
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas E	97.493.385,49	110.432.689,86	13,27	115.365.000,00	4,47	126.841.553,32	9,95	138.167.679,86	8,93	154.167.079,56	11,58
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	82.194.080,93	92.872.524,57	12,99	108.080.000,00	16,37	113.331.697,82	4,86	123.324.204,61	8,82	134.958.284,28	9,43
Cota-Parte do ICMS	67.399.091,15	75.513.148,53	12,04	90.000.000,00	19,18	91.480.884,14	1,65	98.353.294,54	7,51	107.503.432,33	9,30
Cota-Parte do ICMS - Principal	67.399.091,15	75.513.148,53	12,04	90.000.000,00	19,18	91.480.884,14	1,65	98.353.294,54	7,51	107.503.432,33	9,30
Cota-Parte do IPVA	14.006.552,76	16.447.498,84	17,43	17.000.000,00	3,36	20.618.568,69	21,29	23.679.827,11	14,85	25.801.577,26	8,96
Cota-Parte do IPVA - Principal	14.006.552,76	16.447.498,84	17,43	17.000.000,00	3,36	20.618.568,69	21,29	23.679.827,11	14,85	25.801.577,26	8,96
Cota-Parte do IPI - Municípios	750.121,86	852.225,36	13,61	1.000.000,00	17,34	1.164.719,11	16,47	1.219.708,10	4,72	1.577.831,46	29,36
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	750.121,86	852.225,36	13,61	1.000.000,00	17,34	1.164.719,11	16,47	1.219.708,10	4,72	1.577.831,46	29,36
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Eco	38.315,16	59.651,84	55,69	80.000,00	34,11	67.525,88	-15,59	71.374,86	5,70	75.443,23	5,70
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Eco	38.315,16	59.651,84	55,69	80.000,00	34,11	67.525,88	-15,59	71.374,86	5,70	75.443,23	5,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SI	14.996.938,17	13.855.122,29	-7,61	7.000.000,00	-49,48	11.315.746,83	61,65	12.410.302,38	9,67	16.522.931,56	33,14
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – S	14.996.938,17	13.855.122,29	-7,61	7.000.000,00	-49,48	11.315.746,83	61,65	12.410.302,38	9,67	16.522.931,56	33,14
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – I	14.996.938,17	13.855.122,29	-7,61	7.000.000,00	-49,48	11.315.746,83	61,65	12.410.302,38	9,67	16.522.931,56	33,14
Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	302.366,39	3.705.043,00	1.125,35	285.000,00	-92,31	2.194.108,67	669,86	2.433.172,87	10,90	2.685.863,72	10,39
Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	265.012,00	1.145.495,94	332,24	200.000,00	-82,54	1.296.701,40	548,35	1.370.613,38	5,70	1.448.738,34	5,70
Transferências de Estados destinadas à Assistência Socia	265.012,00	1.145.495,94	332,24	200.000,00	-82,54	1.296.701,40	548,35	1.370.613,38	5,70	1.448.738,34	5,70
Transferências de Recursos Destinados a Programas de Es	0,00	71.234,53	0,00	85.000,00	19,32	80.637,49	-5,13	85.233,83	5,70	90.092,16	5,70
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	0,00	71.234,53	0,00	85.000,00	19,32	80.637,49	-5,13	85.233,83	5,70	90.092,16	5,70
Outras Transferências dos Estados e DF	37.354,39	2.488.312,53	6.561,37	0,00	0,00	816.769,78	0,00	977.325,66	19,66	1.147.033,22	17,36
Outras Transferências dos Estados e DF - Principal	37.354,39	2.488.312,53	6.561,37	0,00	0,00	816.769,78	0,00	977.325,66	19,66	1.147.033,22	17,36
Transferências de Instituições Privadas	1.287.659,68	875.351,21	-32,02	0,00	0,00	859.718,48	0,00	908.722,43	5,70	960.519,61	5,70
Transferências de Instituições Privadas	1.287.659,68	875.351,21	-32,02	0,00	0,00	859.718,48	0,00	908.722,43	5,70	960.519,61	5,70
Outras TransferÃªncias de InstituÃ§Ãµes Privadas	1.287.659,68	875.351,21	-32,02	0,00	0,00	859.718,48	0,00	908.722,43	5,70	960.519,61	5,70
Outras TransferÃªncias de InstituÃ§Ãµes Privadas â€" Pri	1.287.659,68	875.351,21	-32,02	0,00	0,00	859.718,48	0,00	908.722,43	5,70	960.519,61	5,70
Transferências de Outras Instituições Públicas	35.889.129,89	40.214.953,25	12,05	45.000.000,00	11,90	51.523.327,08	14,50	57.118.156,72	10,86	62.860.891,65	10,06

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receitas											
Transferências de Recursos do FUNDEB	35.889.129,89	40.214.953,25	12,05	45.000.000,00	11,90	51.523.327,08	14,50	57.118.156,72	10,86	62.860.891,85	10,05
Transferências de Recursos do FUNDEB	35.889.129,89	40.214.953,25	12,05	45.000.000,00	11,90	51.523.327,08	14,50	57.118.156,72	10,86	62.860.891,85	10,05
Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal	35.889.129,89	40.214.953,25	12,05	45.000.000,00	11,90	51.523.327,08	14,50	57.118.156,72	10,86	62.860.891,85	10,05
Demais Transferências Correntes	25.153,79	2.219,95	-91,17	1.000.000,00	44.946,06	2.512,98	-99,75	2.656,22	5,70	2.807,52	5,70
Transferências de Pessoas Físicas	25.153,79	2.219,95	-91,17	1.000.000,00	44.946,06	2.512,98	-99,75	2.656,22	5,70	2.807,52	5,70
Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Sade	25.153,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas - Programas de Sade	25.153,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Pessoas Físicas	0,00	2.219,95	0,00	1.000.000,00	44.946,06	2.512,98	-99,75	2.656,22	5,70	2.807,52	5,70
Outras Transferências de Pessoas Físicas - Principal	0,00	2.219,95	0,00	1.000.000,00	44.946,06	2.512,98	-99,75	2.656,22	5,70	2.807,52	5,70
Outras Receitas Correntes	1.238.903,25	4.968.822,15	301,07	5.543.500,00	11,57	4.619.103,84	-16,68	4.937.454,77	6,89	5.273.951,69	6,82
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	860.024,87	1.637.033,26	90,35	1.510.000,00	-7,76	2.854.121,65	89,01	2.959.749,56	3,70	3.071.398,30	3,77
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	860.024,87	1.637.033,26	90,35	1.510.000,00	-7,76	2.854.121,65	89,01	2.959.749,56	3,70	3.071.398,30	3,77
Multas Previstas em Legislação Específica	817.412,60	1.622.992,84	98,55	1.500.000,00	-7,58	2.837.227,89	89,15	2.941.949,88	3,69	3.052.641,02	3,76
Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	817.412,60	1.622.992,84	98,55	1.500.000,00	-7,58	2.837.227,89	89,15	2.941.949,88	3,69	3.052.641,02	3,76
Multas por Danos Ambientais	41.239,25	14.040,42	-65,95	5.000,00	-64,39	15.893,76	217,88	16.799,70	5,70	17.757,28	5,70
Multas Administrativas por Danos Ambientais	41.239,25	14.040,42	-65,95	5.000,00	-64,39	15.893,76	217,88	16.799,70	5,70	17.757,28	5,70
Multas Administrativas por Danos Ambientais - Principal	41.239,25	14.040,42	-65,95	5.000,00	-64,39	15.893,76	217,88	16.799,70	5,70	17.757,28	5,70
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais	1.373,02	0,00	0,00	5.000,00	0,00	1.000,00	-80,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
Multas Decorrentes de Sentenças Judiciais - Principal	1.373,02	0,00	0,00	5.000,00	0,00	1.000,00	-80,00	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	113.929,01	2.676.601,41	2.249,36	3.403.500,00	27,16	1.018.864,14	-70,06	1.190.768,40	16,87	1.372.471,20	15,26
Indenizações	0,00	458,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Indenizações	0,00	458,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Indenizações - Principal	0,00	458,25	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituições	113.929,01	2.676.143,16	2.248,96	3.403.500,00	27,18	1.018.864,14	-70,06	1.190.768,40	16,87	1.372.471,20	15,26
Restituição de Convênios	5.733,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituição de Convênios - Primárias	5.733,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituição de Convênios - Primárias - Principal	5.733,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituição de Convênios - Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restituição de Convênios - Financeiras - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Restituições	108.195,61	2.676.143,16	2.373,43	3.403.500,00	27,18	1.018.864,14	-70,06	1.190.768,40	16,87	1.372.471,20	15,26
Outras Restituições - Principal	108.195,61	2.676.143,16	2.373,43	3.403.500,00	27,18	1.018.864,14	-70,06	1.190.768,40	16,87	1.372.471,20	15,26
Demais Receitas Correntes	264.949,37	655.187,48	147,29	630.000,00	-3,84	746.118,05	18,43	786.936,79	5,47	830.082,19	5,48
Outras Receitas Correntes	264.949,37	655.187,48	147,29	630.000,00	-3,84	746.118,05	18,43	786.936,79	5,47	830.082,19	5,48

Câmara Municipal de João Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receitas											
Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas	59.223,36	170.700,30	188,23	120.000,00	-29,70	193.232,74	61,03	204.247,01	5,70	215.889,09	5,70
Ônus de Sucumbência	59.223,36	170.700,30	188,23	120.000,00	-29,70	193.232,74	61,03	204.247,01	5,70	215.889,09	5,70
Ônus de Sucumbência - Principal	59.223,36	170.700,30	188,23	120.000,00	-29,70	193.232,74	61,03	204.247,01	5,70	215.889,09	5,70
Outras Receitas	205.726,01	484.487,18	135,50	510.000,00	5,27	552.885,31	8,41	582.689,78	5,39	614.193,10	5,41
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela F	205.726,01	484.487,18	135,50	10.000,00	-97,94	522.885,31	5.128,85	552.689,78	5,70	584.193,10	5,70
Outras Receit.Não Arrec.e Não Projet.pela RFB - Primária	193.592,63	476.229,85	146,00	0,00	0,00	513.538,01	0,00	542.809,68	5,70	573.749,63	5,70
Outras Receit.Não Arrec.e Não Projet.pela RFB - Primária	12.133,38	8.257,33	-31,95	10.000,00	21,10	9.347,30	-6,53	9.880,10	5,70	10.443,27	5,70
Outras Receitas Não Arrecadadas e Não Projetadas pela F	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	30.000,00	-94,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00
Outras Receit.Não Arrec.e Não Projet.pela RFB - Finance	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	30.000,00	-94,00	30.000,00	0,00	30.000,00	0,00
Receitas de Capital	**9.439.734,55**	**15.289.206,87**	**61,97**	**17.500.000,00**	**14,46**	**16.231.467,38**	**-7,25**	**13.245.761,02**	**-18,39**	**14.000.769,41**	**5,70**
Operações de Crédito	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	5.000.000,00	-4,81	4.946.235,23	-1,08	3.785.170,64	-23,47	4.143.425,37	9,46
Operações de Crédito - Mercado Interno	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	5.000.000,00	-4,81	4.946.235,23	-1,08	3.785.170,64	-23,47	4.143.425,37	9,46
Operações de Crédito Contratuais - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	500.000,00	-50,00	500.000,00	0,00
Operações de Crédito Internas para Programas de Sade	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	500.000,00	-50,00	500.000,00	0,00
Operações de Crédito Internas para Programas de Sade -	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	500.000,00	-50,00	500.000,00	0,00
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	4.000.000,00	-23,85	3.946.235,23	-1,34	3.285.170,64	-16,75	3.643.425,37	10,91
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	4.000.000,00	-23,85	3.946.235,23	-1,34	3.285.170,64	-16,75	3.643.425,37	10,91
Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	4.000.000,00	-23,85	3.946.235,23	-1,34	3.285.170,64	-16,75	3.643.425,37	10,91
Alienação de Bens	0,00	868.630,00	0,00	3.200.000,00	268,40	3.950.461,16	23,45	2.004.637,45	-49,26	2.061.901,79	2,86
Alienação de Bens Móveis	0,00	215.585,00	0,00	200.000,00	-7,23	3.211.214,22	1.505,61	1.223.253,43	-61,91	1.235.978,88	1,04
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	215.585,00	0,00	200.000,00	-7,23	3.211.214,22	1.505,61	1.223.253,43	-61,91	1.235.978,88	1,04
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	215.585,00	0,00	200.000,00	-7,23	3.211.214,22	1.505,61	1.223.253,43	-61,91	1.235.978,88	1,04
Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	0,00	215.585,00	0,00	200.000,00	-7,23	3.211.214,22	1.505,61	1.223.253,43	-61,91	1.235.978,88	1,04
Alienação de Bens Imóveis	0,00	653.045,00	0,00	3.000.000,00	359,39	739.246,94	-75,36	781.384,02	5,70	825.922,91	5,70
Alienação de Bens Imóveis	0,00	653.045,00	0,00	3.000.000,00	359,39	739.246,94	-75,36	781.384,02	5,70	825.922,91	5,70
Alienação de Bens Imóveis	0,00	653.045,00	0,00	3.000.000,00	359,39	739.246,94	-75,36	781.384,02	5,70	825.922,91	5,70
Alienação de Bens Imóveis - Principal	0,00	653.045,00	0,00	3.000.000,00	359,39	739.246,94	-75,36	781.384,02	5,70	825.922,91	5,70
Transferências de Capital	2.690.552,77	9.167.712,89	240,74	9.300.000,00	1,44	7.334.770,99	-21,13	7.455.962,93	1,65	7.795.442,25	4,55
Transferências da União e de suas Entidades	295.552,77	1.623.330,59	449,25	8.300.000,00	411,29	3.037.610,23	-63,40	2.942.354,01	-3,14	3.053.068,19	3,76
Transferências de Recursos do Sistema Único de Sade - SU	149.995,00	199.686,00	33,13	0,00	0,00	226.044,55	0,00	238.929,09	5,70	252.548,05	5,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Sade – S	0,00	199.686,00	0,00	0,00	0,00	226.044,55	0,00	238.929,09	5,70	252.548,05	5,70
Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da R	0,00	199.686,00	0,00	0,00	0,00	226.044,55	0,00	238.929,09	5,70	252.548,05	5,70
Transf.de Rec.do Bloco de Estrut.da Rede de Serv.Públicos	0,00	199.686,00	0,00	0,00	0,00	226.044,55	0,00	238.929,09	5,70	252.548,05	5,70

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receitas											
Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de S	149.995,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos do Sistema Único de	149.995,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvc	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	200.000,00	-60,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos Destinados a Programas de E	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	200.000,00	-60,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências para o Programa Nacional de Reestruturaç	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	200.000,00	-60,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf.para o Prog.Nacional de Reest.e Aquis.de Equip.pa	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	200.000,00	-60,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistên	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	56.600,00	0,00	59.826,20	5,70	63.236,29	5,70
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistê	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	56.600,00	0,00	59.826,20	5,70	63.236,29	5,70
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistê	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	56.600,00	0,00	59.826,20	5,70	63.236,29	5,70
Transferências de Convênios da União e de suas Entidades	0,00	1.273.644,59	0,00	7.500.000,00	488,86	2.441.765,68	-67,44	2.523.946,32	3,37	2.610.811,26	3,44
Transferências de Convênios da União destinadas a Progra	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Progra	0,00	795.812,48	0,00	6.500.000,00	716,78	900.859,73	-86,14	952.208,73	5,70	1.006.484,63	5,70
Transferências de Convênios da União destinadas a Progr	0,00	795.812,48	0,00	6.500.000,00	716,78	900.859,73	-86,14	952.208,73	5,70	1.006.484,63	5,70
Transferências de Convênios da União destinadas a Progra	0,00	477.832,11	0,00	1.000.000,00	109,28	1.540.905,95	54,09	1.571.737,59	2,00	1.604.326,63	2,07
Transf.de Convênios da União destinadas a Programas de	0,00	477.832,11	0,00	1.000.000,00	109,28	1.540.905,95	54,09	1.571.737,59	2,00	1.604.326,63	2,07
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Enti	145.557,77	100.000,00	-31,30	300.000,00	200,00	113.200,00	-62,27	119.652,40	5,70	126.472,59	5,70
TransferÃªncia Especial da UniÃ£o	0,00	100.000,00	0,00	300.000,00	200,00	113.200,00	-62,27	119.652,40	5,70	126.472,59	5,70
TransferÃªncia Especial da UniÃ£o - Principal	0,00	100.000,00	0,00	300.000,00	200,00	113.200,00	-62,27	119.652,40	5,70	126.472,59	5,70
Outras Transferências De Recursos da União e de suas En	145.557,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências De Recursos da União e de suas E	145.557,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas I	2.200.000,00	7.544.382,30	242,93	1.000.000,00	-86,75	4.297.160,76	329,72	4.513.598,92	5,04	4.742.374,06	5,07
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SI	150.000,00	1.609.923,88	973,28	0,00	0,00	1.822.433,83	0,00	1.926.312,56	5,70	2.036.112,38	5,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – S	150.000,00	1.609.923,88	973,28	0,00	0,00	1.822.433,83	0,00	1.926.312,56	5,70	2.036.112,38	5,70
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – S	150.000,00	1.609.923,88	973,28	0,00	0,00	1.822.433,83	0,00	1.926.312,56	5,70	2.036.112,38	5,70
Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas I	0,00	1.744.458,42	0,00	500.000,00	-71,34	1.974.726,93	294,95	2.087.286,36	5,70	2.206.261,68	5,70
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Pro	0,00	1.394.458,42	0,00	500.000,00	-64,14	1.578.526,93	215,71	1.668.502,96	5,70	1.763.607,63	5,70
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Pr	0,00	1.394.458,42	0,00	500.000,00	-64,14	1.578.526,93	215,71	1.668.502,96	5,70	1.763.607,63	5,70
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e d	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	396.200,00	0,00	418.783,40	5,70	442.654,05	5,70
Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e c	0,00	350.000,00	0,00	0,00	0,00	396.200,00	0,00	418.783,40	5,70	442.654,05	5,70
Outras Transferências de Recursos dos Estados	2.050.000,00	4.190.000,00	104,39	500.000,00	-88,07	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00
Outras Transferências de Recursos dos Estados	2.050.000,00	4.190.000,00	104,39	500.000,00	-88,07	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00
Outras Transferências de Recursos dos Estados - Principa	2.050.000,00	4.190.000,00	104,39	500.000,00	-88,07	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00	500.000,00	0,00

Câmara Municipal de João Monlevade

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receitas											
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Instituições Privadas - Principal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Transferências de Capital	195.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	195.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	195.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital - Principal	195.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CORRENTE INTRAORÇAMENTÁRIA	**520.296,21**	**819.574,50**	**57,52**	**890.000,00**	**8,59**	**965.500,00**	**8,48**	**1.050.500,00**	**8,80**	**1.085.500,00**	**3,33**
Receitas Correntes	**520.296,21**	**819.574,50**	**57,52**	**890.000,00**	**8,59**	**965.500,00**	**8,48**	**1.050.500,00**	**8,80**	**1.085.500,00**	**3,33**
Receita de Serviços	520.296,21	819.574,50	57,52	890.000,00	8,59	965.500,00	8,48	1.050.500,00	8,80	1.085.500,00	3,33
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	520.296,21	819.574,50	57,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	520.296,21	819.574,50	57,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	520.296,21	819.574,50	57,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	520.296,21	819.534,27	57,51	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e J	0,00	40,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e J	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	890.000,00	0,00	965.500,00	8,48	1.050.500,00	8,80	1.085.500,00	3,33
Outros Serviços	0,00	0,00	0,00	890.000,00	0,00	965.500,00	8,48	1.050.500,00	8,80	1.085.500,00	3,33
Receita de Serviços Sujeitos à Regulação	0,00	0,00	0,00	890.000,00	0,00	965.500,00	8,48	1.050.500,00	8,80	1.085.500,00	3,33
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00	685.000,00	0,00	755.500,00	10,29	830.500,00	9,93	855.500,00	3,01
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00	685.000,00	0,00	720.000,00	5,11	790.000,00	9,72	810.000,00	2,53
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00	500,00	0,00
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	35.000,00	16,67	40.000,00	14,29
Serviços de Saneamento Básico – Abastecimento de Água	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	0,00	0,00	0,00	205.000,00	0,00	210.000,00	2,44	220.000,00	4,76	230.000,00	4,55
Serviços de Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário	0,00	0,00	0,00	205.000,00	0,00	210.000,00	2,44	220.000,00	4,76	230.000,00	4,55

Monlevade - Câmara Municipal 285



MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Receitas											
DEDUÇÃO FUNDEB	**(26.255.453,65)**	**(30.915.780,90)**	**17,75**	**(37.602.000,00)**	**21,63**	**(36.270.326,78)**	**-3,54**	**(38.857.935,42)**	**7,13**	**(40.958.837,74)**	**5,41**
Receitas Correntes	**(26.255.453,65)**	**(30.915.780,90)**	**17,75**	**(37.602.000,00)**	**21,63**	**(36.270.326,78)**	**-3,54**	**(38.857.935,42)**	**7,13**	**(40.958.837,74)**	**5,41**
Transferências Correntes	(26.255.453,65)	(30.915.780,90)	17,75	(37.602.000,00)	21,63	(36.270.326,78)	-3,54	(38.857.935,42)	7,13	(40.958.837,74)	5,41
Transferências da União e de suas Entidades	(9.824.302,20)	(12.353.227,85)	25,74	(16.002.000,00)	29,54	(13.857.516,73)	-13,40	(14.647.395,19)	5,70	(15.482.296,72)	5,70
Transferências Decorrentes de Participação na Receita da U	(9.824.302,20)	(12.241.622,55)	24,61	(16.002.000,00)	30,72	(13.857.516,73)	-13,40	(14.647.395,19)	5,70	(15.482.296,72)	5,70
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	(9.823.937,05)	(12.241.273,91)	24,61	(16.000.000,00)	30,71	(13.857.122,07)	-13,39	(14.646.978,03)	5,70	(15.481.855,78)	5,70
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota	(9.823.937,05)	(12.241.273,91)	24,61	(16.000.000,00)	30,71	(13.857.122,07)	-13,39	(14.646.978,03)	5,70	(15.481.855,78)	5,70
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cot	(9.823.937,05)	(12.241.273,91)	24,61	(16.000.000,00)	30,71	(13.857.122,07)	-13,39	(14.646.978,03)	5,70	(15.481.855,78)	5,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rura	(365,15)	(348,64)	-4,52	(2.000,00)	473,66	(394,66)	-80,27	(417,16)	5,70	(440,94)	5,70
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rur	(365,15)	(348,64)	-4,52	(2.000,00)	473,66	(394,66)	-80,27	(417,16)	5,70	(440,94)	5,70
Outras Transferências de Recursos da União e de suas Enti	0,00	(111.605,30)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas E	(16.431.151,45)	(18.562.553,05)	12,97	(21.600.000,00)	16,36	(22.412.810,05)	3,76	(24.210.540,23)	8,02	(25.476.541,02)	5,23
Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	(16.431.151,45)	(18.562.553,05)	12,97	(21.600.000,00)	16,36	(22.412.810,05)	3,76	(24.210.540,23)	8,02	(25.476.541,02)	5,23
Cota-Parte do ICMS	(13.479.817,84)	(15.102.609,39)	12,04	(18.000.000,00)	19,18	(18.096.153,83)	0,53	(19.070.634,60)	5,39	(20.100.660,77)	5,40
Cota-Parte do ICMS - Principal	(13.479.817,84)	(15.102.609,39)	12,04	(18.000.000,00)	19,18	(18.096.153,83)	0,53	(19.070.634,60)	5,39	(20.100.660,77)	5,40
Cota-Parte do IPVA	(2.801.309,24)	(3.289.498,58)	17,43	(3.400.000,00)	3,36	(4.123.712,39)	21,29	(4.935.964,00)	19,70	(5.160.313,95)	4,55
Cota-Parte do IPVA - Principal	(2.801.309,24)	(3.289.498,58)	17,43	(3.400.000,00)	3,36	(4.123.712,39)	21,29	(4.935.964,00)	19,70	(5.160.313,95)	4,55
Cota-Parte do IPI - Municípios	(150.024,37)	(170.445,08)	13,61	(200.000,00)	17,34	(192.943,83)	-3,53	(203.941,63)	5,70	(215.566,30)	5,70
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	(150.024,37)	(170.445,08)	13,61	(200.000,00)	17,34	(192.943,83)	-3,53	(203.941,63)	5,70	(215.566,30)	5,70

Monlevade - Câmara Municipal
286

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DEMONSTRATIVO XIII - RESULTADO PRIMÁRIO E MEMÓRIA DE CÁLCULO

LRF, art. 4º § 2º, Inciso III

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	REALIZADA			PREVISTA		PROJETADA					
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%
Resumo											
TOTAL DA DESPESA	256.841.096,33	342.150.176,87	33,21	400.000.000,00	16,91	435.000.000,00	8,75	465.000.000,00	6,90	500.000.000,05	7,53
DESPESAS CORRENTES (X)	237.033.944,68	304.225.564,00	28,35	347.279.140,00	14,15	384.160.990,23	10,62	411.279.870,67	7,06	443.290.894,34	7,78
DESPESAS JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA (XI)	1.072.087,46	2.677.785,09	149,77	3.000.000,00	12,03	4.031.252,72	34,38	4.504.034,12	11,73	4.386.664,06	-2,61
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	235.961.857,22	301.547.778,91	27,80	344.279.140,00	14,17	380.129.737,51	10,41	406.775.836,55	7,01	438.904.230,28	7,90
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	19.807.151,65	37.924.612,87	91,47	48.720.860,00	28,47	50.839.009,77	4,35	53.720.129,33	5,67	56.709.105,71	5,56
DESPESAS DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA (XIV)	2.216.010,18	3.247.918,33	46,57	3.500.000,00	7,76	3.676.643,55	5,05	3.886.212,23	5,70	4.107.726,33	5,70
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	17.591.141,47	34.676.694,54	97,13	45.220.860,00	30,41	47.162.366,22	4,29	49.833.917,10	5,66	52.601.379,38	5,55
DESPESAS DE RESERVA DE CONTIGÊNCIA (XVI)	0,00	0,00	0,00	4.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO FINANCEIRAS (XVII) = (XII + XV + XVI)	253.552.998,69	336.224.473,45	32,61	393.500.000,00	17,03	427.292.103,73	8,59	456.609.753,65	6,86	491.505.609,66	7,64
TOTAL DA RECEITA	280.011.633,79	346.701.481,50	23,82	400.000.000,00	15,37	435.000.000,00	8,75	465.000.000,00	6,90	500.000.000,00	7,53
RECEITAS CORRRENTES (I)	279.887.691,49	342.366.058,47	22,32	382.500.000,00	11,72	418.768.532,62	9,48	451.754.238,98	7,88	485.999.230,59	7,58
APLICAÇÕES FINANCEIRAS (II)	2.197.235,62	12.526.181,55	470,09	7.905.000,00	-36,89	13.829.006,15	74,94	14.635.633,50	5,83	15.476.883,01	5,75
RECEITAS FISCAIS CORRENTES (III) = (I - II)	277.690.455,87	329.839.876,92	18,78	374.595.000,00	13,57	404.939.526,47	8,10	437.118.605,48	7,95	470.522.347,58	7,64
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	9.439.734,55	15.289.200,87	61,97	17.500.000,00	14,46	16.231.467,38	-7,25	13.245.761,02	-18,39	14.000.769,41	5,70
RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO (V)	6.749.181,78	5.252.857,98	-22,17	5.000.000,00	-4,81	4.946.235,23	-1,08	3.785.170,64	-23,47	4.143.425,37	9,46
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE BENS (VI)	0,00	868.630,00	0,00	3.200.000,00	268,40	3.950.461,16	23,45	2.004.637,45	-49,26	2.061.901,79	2,86
RECEITAS DE AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL (VIII) = (IV - V - VI - VII)	2.690.552,77	9.167.712,89	240,74	9.300.000,00	1,44	7.334.770,99	-21,13	7.455.952,93	1,65	7.795.442,25	4,55
RECEITAS NÃO FINANCEIRAS (IX) = (III + VIII)	280.381.008,64	339.007.589,81	20,91	383.895.000,00	13,24	412.274.297,46	7,39	444.574.358,41	7,83	478.317.789,83	7,59
RESULTADO PRIMÁRIO (IX - XVII)	26.828.009,95	2.783.116,36	-89,63	(9.605.000,00)	-445,12	(15.017.806,27)	56,35	(12.035.395,24)	-19,86	(13.187.819,83)	9,58

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Pblicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 25/05/2023 , às 10:33:53

Câmara Municipal de J. Monlevade
987

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

V - MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 4°, §2°, inciso II da LRF

(R$)

ESPECIFICAÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	10.057.682,45	14.649.395,54	16.109.031,77	20.899.768,24	22.235.423,96	23.274.843,13	24.373.509,19
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	10.057.682,45	14.649.395,54	16.109.031,77	20.899.768,24	22.235.423,96	23.274.843,13	24.373.509,19
DEDUÇÕES (II)	27.005.485,92	67.250.082,89	100.021.485,55	115.084.539,63	118.224.321,64	121.678.107,97	126.499.760,13
Ativo Disponível	31.034.090,33	71.631.379,99	100.047.680,76	116.680.673,99	118.253.974,62	121.709.451,17	126.532.889,89
Haveres Financeiros	22.901,69	22.901,69	22.901,69	22.901,69	25.924,71	27.402,42	28.964,36
(-) Restos a Pagar	4.051.506,10	4.404.198,79	49.096,90	1.819.036,05	55.577,69	58.745,62	62.094,12
Dívida Consolidada Líquida	-16.947.803,47	-52.600.687,35	-83.912.453,78	-94.184.771,39	-95.988.897,68	-98.403.264,84	-102.126.250,94

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2023 , às 16:02:18

João Monlevade - Câmara Municipal

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

IV - RESULTADO NOMINAL

Art. 4°, §2°, inciso II da LRF

(R$)

ESPECIFICAÇÃO	2021 (b)	2022 (c)	2023 (d)	2024 (e)	2025 (f)	2026 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	14.649.395,54	16.109.031,77	20.899.768,24	22.235.423,96	23.274.843,13	24.373.509,19
DEDUÇÕES (II)	67.250.082,89	100.021.485,55	115.084.539,63	118.224.321,64	121.678.107,97	126.499.760,13
Ativo Disponível	71.631.379,99	100.047.680,76	116.880.673,99	118.253.974,62	121.709.451,17	126.532.889,69
Haveres Financeiros	22.901,69	22.901,69	22.901,69	25.924,71	27.402,42	28.964,36
(-) Restos a Pagar	4.404.198,79	49.096,90	1.819.036,05	55.577,69	58.745,62	62.094,12
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) - (I - II)	-52.600.687,35	-83.912.453,78	-94.184.771,39	-95.988.897,68	-98.403.264,84	-102.126.250,94
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	-52.600.687,35	-83.912.453,78	-94.184.771,39	-95.988.897,68	-98.403.264,84	-102.126.250,94

Resultado Nominal	(a* - b)	(b - c)	(c - d)	(d - e)	(e - f)	(f - g)
	35.652.693,88	31.311.766,43	10.272.317,61	1.804.126,29	2.414.367,16	3.722.986,10

Notas:

- o Cálculo da Metas Anuais relativas ao resultado nominal foi efetuado em conformidade com a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional.

* Refere-se ao valor previsto da Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2020(R$ -16.947.803,47)

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2023 , às 16:00:41

Monlevade - Câmara Municipal

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 0000 - ENCARGOS ESPECIAIS

OBJETIVO: PAGAMENTO DE DESPESAS ÀS QUAIS NÃO SE PODE ASSOCIAR UM BEM OU SERVIÇO A SER GERADO NO PROCESSO PRODUTIVO CORRENTE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
0.001	PAGAMENTO DE PEQUENOS VALORES - RPV	RPV	PEQUENOS VALORES PAGOS
0.002	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	PRECATÓRIO	PRECATÓRIOS PAGOS
0.003	PAGAMENTO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS/COMP.APOSENTADORIA-LO	SERVIDOR APOSENTADO	SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS PAGOS
0.004	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA FUNDADA	CONTRATO	DÍVIDA QUITADA
0.005	CONTRIBUIÇÃO AO PASEP	CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	PAGAMENTO GARANTIDO
Total Programa			

Programa: 0101 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL

OBJETIVO: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E PARLAMENTARES DA CÂMARA MUNICIPAL, ASSIM COMO PROMOÇÃO DE AÇÕES DE MELHORIAS E EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.001	INFRAESTRUTURA E EQUIPAMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL	UNIDADE	MODERNIZAÇÃO ADMINSTRATIVA
2.001	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES PLENÁRIAS	SERVIÇO	PAGAMENTO DE SUBSÍDIOS, MATERIAIS E SERVIÇOS
2.004	MANUTENÇÃO DA PRESIDÊNCIA	SERVIÇO	ATIVIDADES MANTIDAS
2.005	MANUTENÇÃO DE GABINETE DOS VEREADORES	SERVIÇO	ATENDIMENTO AOS VEREADORES E A COMUNIDADE
2.006	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA	SERVIÇO	ASSESSORAMENTO DAS ATIVIDADES DA CÂMARA
2.007	MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA INTERNA	SERVIÇO	AUDITORIA INTERNA
2.008	MANUTENÇÃO DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA	SERVIÇO	PESSOAL CIVIL
2.009	PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES PATRONAIS	SERVIÇO	PAGAMENTO DE INSS E FGTS
2.010	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	SERVIÇO	MATERIAIS E SERVIÇOS
2.011	PLANO DE SAÚDE PARA SERVIDORES	SERVIDOR E DEPENDENTE	ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR
2.012	QUALIFICAÇÃO DOS SERVIDORES	SERVIDOR PÚBLICO	CURSOS, TREINAMENTOS, GRADUAÇÃO ESCOLAR, OUTROS.
2.013	PAGAMENTO DE APOSENTADORIA E REFORMAS	SERVIDOR APOSENTADO	APOSENTADORIA
2.014	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS	SERVIÇO	INFORMAÇÕES E RELAÇÕES PÚBLICAS
2.015	SOLENIDADES E FESTIVIDADES	EVENTO	HOMENAGENS E FESTIVIDADES
2.016	PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÕES OFICIAIS	SERVIÇO	ATOS OFICIAIS PUBLICADOS
2.017	PUBLICAÇÕES INSTITUCIONAL	DIVULGAÇÃO	DIVULGAÇÕES MANTIDAS
2.018	MANUTENÇÃO DA ASSESSORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS	SERVIÇO	ATIVIDADES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS MANTIDAS
Total Programa			

Câmara Municipal de João Monlevade 290

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 0102 - PROMOÇÃO DE POLÍTICA E CIDADANIA

OBJETIVO: PROMOVER ATIVIDADES DE CUNHO SOCIAL E GRATUITO NOS SEGMENTOS DA CIDADANIA, CULTURA E LAZER, ALÉM DE PROMOVER A INTEGRAÇÃO DO LEGISLATIVO COM A COMUNIDADE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.002	PROMOÇÃO DE AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL	AÇÃO	MOBILIZAÇÃO SOCIAL
2.003	PROMOÇÃO DE AÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA	AÇÃO	UTILIDADE PÚBLICA
Total Programa			

Programa: 0401 - APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO: ATENDER AS SECRETARIAS, ASSESSORIAS E DIVISÕES MUNICIPAIS NA EXECUÇÃO DE SUAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS, NECESSÁRIAS PARA DAR SUPORTE À IMPLANTAÇÃO DOS PROJETOS E PROGRAMAS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.019	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO GABINETE	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.020	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA ASSESSORIA DE GOVERNO	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.022	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA PROCURADORIA JURÍDICA	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.024	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA CONTROLADORIA INTERNA	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.026	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.031	APOIO E SUPORTE A EVENTOS DIVERSOS	EVENTO	SUPORTE A EVENTOS GOVERNAMENTAIS
2.032	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.033	PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÕES OFICIAIS	DIVULGAÇÃO	DIVULGAÇÕES OFICIAIS MANTIDAS
2.034	PUBLICIDADES INSTITUCIONAIS	CAMPANHA	POULAÇÃO INFORMADA - UTILIDADE PÚBLICA
2.035	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.036	GARANTIA DOS AUXILIOS DE TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO DOS SERVIDORES	SERVIDOR PÚBLICO	AUXILIOS TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO MANTIDOS
2.040	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE FAZENDA	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.058	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.077	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE OBRAS	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.083	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.093	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
Total Programa			

Câmara Municipal de João Monlevade
171

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 0402 - ESTRUTURAÇÃO E EFICIÊNCIA PARA GOVERNANÇA

OBJETIVO: PROPORCIONAR AOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO UMA ESTRUTURA MODERNA, EFICIENTE, QUALIFICADA E DIGNA AO SERVIDOR PÚBLICO E À POPULAÇÃO MUNICIPAL, VISANDO RESPOSTAS ÁGEIS E EFETIVAS ÀS DEMANDAS E OTIMIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E DE INFORMAÇÕES.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.010	INFRAESTRUTURA DE PRÉDIOS PÚBLICOS	PRÉDIO	PRÉDIOS CONSTRUÍDOS/AMPLIADOS
2.021	GESTÃO E SUPERVISÃO DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO	REGIONAL	CIDADÃO OUVIDO
2.023	MANUTENÇÃO DO PROCON MUNICIPAL	UNIDADE	DIREITOS CIVIS GARANTIDOS
2.025	GESTÃO DA OUVIDORIA MUNICIPAL	SERVIÇO	MAIOR INTERAÇÃO ENTRE ORGÃO PÚBLICO E A SOCIEDADE
2.027	GESTÃO DE PARCERIAS E CONVÊNIOS - ENTES GOVERNAMENTAIS	UNIDADE	DIREITOS CIVIS GARANTIDOS
2.037	GESTÃO DOS RECURSOS MATERIAIS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E PATRIMONIAIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	SERVIÇO	MAQUINA ADMINISTRATIVA FUNCIONANDO
2.038	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	SERVIÇO	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO MANTIDA
2.039	AÇÕES DE FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO	SERVIDOR PÚBLICO	SERVIDOR VALORIZAÇÃO E CAPACITADO
2.079	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS E LOCADOS	PRÉDIO	PRÉDIOS CONSERVADOS
2.135	CONTRATO DE RATEIO DO ICISMEP GESTÃO	UNIDADE	CONSÓRCIO MANTIDO
Total Programa			

Programa: 0403 - GESTÃO TRIBUTÁRIA EFICAZ

OBJETIVO: DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES E PROCESSOS DE GERENCIAMENTOS MODERNOS E EFICAZES VOLTADOS PARA O INCREMENTO DA RECEITA MUNICIPAL E CONSEQUENTE MELHORIA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS MUNÍCIPES.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.003	AÇÕES DE MODERNIZAÇÃO E INCREMENTO DA ARRECADAÇÃO MUNICIPAL	PERCENTUAL DE INCREMENTO DA RECEITA	INCREMENTO TRIBUTÁRIO
2.041	GESTÃO DO SETOR TRIBUTÁRIO	SERVIÇO	ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA EFICAZ
Total Programa			

Programa: 0601 - POLÍTICAS DE DEFESA CIVIL DO MUNICÍPIO

OBJETIVO: IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES E POLÍTICAS NECESSÁRIAS À PREVENÇÃO, MITIGAÇÃO, PREPARAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREAS AFETADAS POR SITUAÇÃO DE DESASTRE E EMERGENCIAIS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.078	ATIVIDADES DA DEFESA CIVIL	OCORRÊNCIA	PROTEÇÃO DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE RISCO
Total Programa			

Câmara Municipal de João Monlevade 698

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - M

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS
DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 0801 - GESTÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

OBJETIVO: ASSEGURAR O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES NECESSÁRIAS À OFERTA DE SERVIÇOS, PROGRAMA ,PROJETOS E BENEFÍCIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ALÉM DA CAPACITAÇÃO, APOIO TÉCNICO E GESTÃO DO SUAS. APOIAR O CONTROLE SOCIAL E A GESTÃO DESCENTRALIZADA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.062	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.063	GESTÃO DO CONSELHO TUTELAR	SERVIÇO	DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE ZELADOS
2.064	GESTÃO DOS CONSELHOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONSELHO	GARANTIR O CONTROLE SOCIAL
2.073	GESTÃO DO PROGRAMA PREFEITO AMIGO DA CRIANÇA	SERVIÇO	UM FUTURO MELHOR
2.074	GESTÃO DO CONSELHO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	CONSELHO	GARANTIR O CONTROLE SOCIAL
2.075	GESTÃO E AÇÕES PARA PROTEÇÃO E DEFESA DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	AÇÃO	DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES GARANTIDOS
2.076	AÇÕES DE PROTEÇÃO E ACOLHIMENTO AO IDOSO	AÇÃO	DIREITOS DOS IDOSOS GARANTIDOS
Total Programa			

Programa: 0802 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

OBJETIVO: FORTALECER A FUNÇÃO PROTETIVA DAS FAMÍLIAS, PREVENIR A RUPTURA DE SEUS VÍNCULOS, PROMOVER SEU ACESSO E USUFRUTO DE DIREITOS E CONTRIBUIR NA MELHORIA DE SUA QUALIDADE DE VIDA POR MEIO DE AÇÕES DE CARÁTER PREVENTIVO, PROTETIVO E PROATIVO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.066	APOIO A ENTIDADES SOCIOASSISTENCIAIS	ENTIDADE	ENTIDADES ASSISTIDAS
2.069	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS	PESSOA	PESSOAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL ATENDIDAS
Total Programa			

Programa: 0803 - PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

OBJETIVO: CONTRIBUIR PARA A RECONSTRUÇÃO DE VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS, A DEFESA DE DIREITOS E ENFRENTAMENTO DAS SITUAÇÕES DE VIOLAÇÃO E RISCO SOCIAL E PESSOAL.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.065	APOIO E PROMOÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	PESSOA	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA ATENDIDAS
2.070	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL MÉDIA COMPLEXIDADE - CREAS	PESSOA	FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS ASSISTIDOS
2.071	AÇÕES DE AMPARO E ACOLHIMENTO A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E CALAMIDADE PÚBLICA	PESSOA	PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA E CALAMIDADE PÚBLICA
2.072	AÇÕES DE PROTEÇÃO A INDIVÍDUOS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	PESSOA	CRIANÇAS, ADOLESCENTES, MULHERES E IDOSOS COM VIOLAÇÃO DE DIREITOS
Total Programa			

Câmara Municipal de João Monlevade
193

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 0804 - APOIO ADMINISTRATIVO - FUNDAÇÃO CRÊ-SER

OBJETIVO: APOIO ADMINISTRATIVO NECESSÁRIO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES QUE PROPICIEM A MINIMIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL DE CRIANÇA E ADOLESCENTE EM RISCO PESSOAL E SOCIAL; CAPACITAR ADOLESCENTES PARA INSERÇÃO NO PRIMEIRO EMPREGO; ATENDER ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS E FOMENTAR A

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.125	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
Total Programa			

Programa: 0805 - PROGRAMA HUMANIZAR

OBJETIVO: MINIMIZAR A SITUAÇÃO DE RISCO E VULNERABILIDADE SOCIAL DE CRIANÇA E ADOLESCENTE; DISPONIBILIZAR ATIVIDADES ARTESANAIS, LÚDICAS, PEDAGÓGICA E ESPORTIVAS; CAPACITAÇÃO DE ADOLESCENTES PARA INSERÇÃO NO PRIMEIRO EMPREGO; ATENDIMENTO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS E FOMENTAR A GERAÇÃO DE RENDA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.031	REVITALIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO	UNIDADE	MODERNIZAÇÃO ADMINSTRATIVA
2.126	MANUTENÇÃO UNIDADE ACOLHEDORA	CRIANÇA	CRIANÇAS ABRIGADAS
2.127	MANUTENÇÃO CENTRO INICIAÇÃO PROFISSIONAL	ADOLESCENTE	INICIAÇÃO PROFISSINAL DE ADOLESCENTES
2.128	MANUTENÇÃO NÚCLEOS COMUNITÁRIOS	UNIDADE	NÚCLEOS COMUNITÁRIOS MANTIDOS
2.129	MANUTENÇÃO DE CONVÊNIOS COM ENTIDADES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	PESSOA ESPECIAL	PESSOAS ESPECIAIS ASSISTIDAS
Total Programa			

Programa: 1001 - GESTÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

OBJETIVO: PROMOVER A GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/SUS COM A ESTRUTURAÇÃO DOS SEUS RECURSOS DISPONÍVEIS PARA GARANTIR QUE SE CONFIGURE NUM PROCESSO DINÂMICO, EFICIENTE, PARTICIPATIVO E INTEGRADO COM AS POLÍTICAS DO SUS E COM AS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO MONLEVADENSE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.097	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.098	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	REUNIÃO	CONSELHO MANTIDO
2.099	GARANTIA DOS AUXÍLIOS DE TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO A SERVIDORES DA SAÚDE	SERVIDOR PÚBLICO	AUXILIOS TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO MANTIDOS
Total Programa			

Programa: 1002 - ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

OBJETIVO: DESENVOLVER CONJUNTO DE AÇÕES, NO ÂMBITO INDIVIDUAL E COLETIVO, VOLTADAS PARA A PROMOÇÃO DA SAÚDE, A PREVENÇÃO DE AGRAVOS, TRATAMENTO E A REABILITAÇÃO, TENDO A ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE COMO ORDENADORA DO SISTEMA LOCAL DE SAÚDE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.022	INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE	UNIDADE	UNIDADES DE SAÚDE CONSTRUÍDAS, REVITALIZADAS E CONSERVADAS
2.100	MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA Á SAÚDE	ATENDIMENTO	ATENDIMENTOS REALIZADOS
2.101	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE BUCAL E CENTRO DE ESPECIALIDADE ODONTOLÓGICA	PROCEDIMENTO	PROCEDIMENTOS REALIZADOS
Total Programa			

Câmara Municipal 89 Monlevade

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 1003 - ATENÇÃO SECUNDÁRIA À SAÚDE

OBJETIVO: ATENDER AOS PRINCIPAIS PROBLEMAS DE SAÚDE E AGRAVOS DA POPULAÇÃO, A FIM DE GARANTIR A CONTINUIDADE DO CUIDADO EM SAÚDE, CUJA COMPLEXIDADE DA PRÁTICA CLÍNICA DEMANDE A DISPONIBILIDADE DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS E A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS PARA O APOIO AO DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.023	INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO DAS UNIDADES DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA	PRÉDIO	PRÉDIO REVITALIZADO
2.102	MANUTENÇÃO DA UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA	CONSULTA	POPULAÇÃO ASSISTIDA
2.103	PARCERIAS COM ENTIDADES DE AÇÕES DE PROMOÇÃO, PREVENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA SAÚDE	INSTITUIÇÃO	INSTITUIÇÕES ATENDIDAS
2.104	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL	PROCEDIMENTO	USUÁRIO ADULTO/CRIANÇA/ADOLESCENTE ATENDIDOS
2.105	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA HOSPITALAR, AMBULATORIAL E URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	LEITO	LEITOS DISPONÍVEIS
2.106	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REABILITAÇÃO MUNICIPAL	SESSÃO	SESSÕES REALIZADAS
2.107	MANUTENÇÃO DOS CONTRATOS COM PRESTADORES DE SERVIÇOS SUS	PROCEDIMENTO	PACIENTES ATENDIDOS
2.109	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE APOIO AO DIAGNÓSTICO	EXAME	EXAMES REALIZADOS
2.110	MANUTENÇÃO CISMEPI - CONTRATO DE RATEIO	UNIDADE	CONSÓRCIO MANTIDO
2.136	CONTRATO DE RATEIO DO ICISMEP - SAÚDE	UNIDADE	CONSÓRCIO MANTIDO
Total Programa			

Programa: 1004 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA

OBJETIVO: AMPLIAR E QUALIFICAR O ACESSO DA POPULAÇÃO AOS MEDICAMENTOS DA REMUNE (RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS), OS MEDICAMENTOS DO CEAF (COMPONENTE ESPECIALIZADO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA) E MEDICAMENTOS DE DEMANDAS JUDICIAIS. PROMOVER O USO RACIONAL DE MEDICAMENTOS, A INTEGRALIDADE DE

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.024	INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO DAS UNIDADES DE FARMÁCIA MUNICIPAL	PRÉDIO	PRÉDIOS CONSERVADOS/CONSTRUÍDOS
2.111	GESTÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS	MEDICAMENTO	MEDICAMENTOS FORNECIDOS
Total Programa			

Programa: 1005 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

OBJETIVO: REALIZAR AÇÕES INERENTES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE VISANDO GARANTIR À SAÚDE HUMANA CONDIÇOES ADEQUADAS DE SALUBRIDADE, CONTROLAR A INCIDÊNCIA DE DOENÇAS ENDÊMICAS,TRANSMISSÍVEIS E INFECCIOSAS E REALIZAR A IMUNIZAÇÃO DA POPULAÇÃO. REALIZAR CONTROLE DE VETORES.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.112	PROMOÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	VISTORIA	AÇÕES VIGILÂNCIA E CONTROLE SANITÁRIO PROMOVIDOS
2.113	PROMOÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	COBERTURA DE VACINAÇÃO	CRIANÇAS VACINADAS
2.114	GESTÃO DO PROGRAMA IST/HIV/AIDS	PESSOA	AUMENTO DO NÚMERO DE PACIENTES COM CARGA VIRAL INDETECTÁVEL
2.115	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE CONTROLE DE ZOONOSES	PROCEDIMENTO	PROCEDIMENTOS REALIZADOS
Total Programa			

Câmara Municipal de J. Monlevade
295

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 1201 - APOIO ADMINISTRATIVO À EDUCAÇÃO

OBJETIVO: ATENDER À REDE DE ENSINO MUNICIPAL NA EXECUÇÃO DE SUAS ATIVIDADES ESCOLARES, NECESSÁRIAS AO DESENVOLVIMENTO DE UM ENSINO DE QUALIDADE E EXCELÊNCIA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.042	GARANTIA DOS AUXÍLIOS TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO A SERVIDORES DA EDUCAÇÃO	SERVIDOR PÚBLICO	AUXILIOS TRANSPORTE E ALIMENTAÇÃO MANTIDOS
2.043	GESTÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	SERVIÇO	SECRETARIA MANTIDA
Total Programa			

Programa: 1202 - POR UMA EDUCAÇÃO MAIS HUMANIZADA

OBJETIVO: GARANTIR UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE POR MEIO DA VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL, AMPLIAÇÃO DO ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL, DO CUIDADO COM OS ESPAÇOS FÍSICOS PARA QUE TAMBÉM SEJAM OS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM, DA UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS COMO FORMA DE CONEXÃO COM O MUNDO, CONSIDERANDO AS NECESSIDADES DE TODOS

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.004	INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO DE PRÉDIOS ESCOLARES- ENS. FUNDAMENTAL	PRÉDIO	PRÉDIOS ESCOLARES CONSTRUÍDOS E REVITALIZADOS
1.005	INFORMATIZAÇÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA- EDUCAÇÃO CONECTADA	ALUNO	ALUNOS CONECTADOS
1.006	IMPLANTAÇÃO DO CENTRO DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR	ALUNO	ATENDIMENTO ESPECIALIZADO GARANTIDO
1.007	INFRAESTRUTURA E CONSERVAÇÃO DE CEMEI'S	PRÉDIO	NOVOS CEMEI'S CONSTRUÍDOS, CONSERVADOS E MOBILIADOS
2.044	MANUTENÇÃO DA ESCOLA DE INFORMÁTICA	USUÁRIO	ACESSO À INFORMAÇÃO GARANTIDA
2.045	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	ALUNO	ALUNOS ALIMENTADOS
2.046	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL	ALUNO	ENSINO FUNDAMENTAL MANTIDO
2.047	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	ALUNO	ALUNOS TRANSPORTADOS
2.048	VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	SERVIDOR PÚBLICO	SERVIDOR VALORIZAÇÃO E CAPACITADO
2.049	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO/EJA/PÓS MÉDIO	ALUNO	ALUNOS TRANSPORTADOS
2.050	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO SUPERIOR	ALUNO	ALUNOS TRANSPORTADOS
2.051	APOIO AO ACESSO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR	CONVÊNIO	ENSINO SUPERIOR APOIADO
2.052	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO INFANTIL	ALUNO	EDUCAÇÃO INFANTIL MANTIDA
2.053	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - EDUCAÇÃO INFANTIL	ALUNO	ALUNOS TRANSPORTADOS
2.054	MANUTENÇÃO DO EJA - ENSINO FUNDAMENTAL	ALUNO	JOVENS E ADULTOS ALFABETIZADOS
2.055	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	ALUNO	EDUCAÇÃO ESPECIAL MANTIDA
2.056	AÇÕES DE MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL	UNIDADE	BIBLIOTECA PÚBLICA MANTIDA
2.057	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB	ALUNO	ENSINO FUNDAMENTAL MANTIDO
Total Programa			

Câmara Municipal - João Monlevade
296

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 1501 - MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA URBANA EM FOCO

OBJETIVO: PROPORCIONAR À POPULAÇÃO UM SISTEMA VIÁRIO ADEQUADO PARA O TRÁFEGO HARMONIZADO E SEGURO DE VEÍCULOS, PEDESTRES, CICLISTAS,MOTOCICLISTAS E PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS, BEM COMO UM SISTEMA DE MACRODRENAGEM.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.011	INFRAESTRUTURA DE VIAS URBANAS	M²	VIAS URBANAS ESTRUTURADAS
2.080	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DA MALHA VIÁRIA	M²	VIAS PÚBLICAS CONSERVADAS
2.134	APORTE FINANCEIRO AO TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO	UNIDADE	TRANSPORTE PÚBLICO SUBSIDIADO
Total Programa			

Programa: 1502 - MONLEVADE SEGURA E BEM CUIDADA

OBJETIVO: PROPORCIONAR AOS CIDADÃOS DO MUNICÍPIO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EFICIENTES NA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS, COLETA DE LIXO, COLETA SELETIVA, LIMPEZA, SEGURANÇA E OUTROS SERVIÇOS, NECESSÁRIOS À GARANTIA DO BEM ESTAR DE TODOS E A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.017	AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	LÂMPADA INSTALADA	ILUMINAÇÃO GARANTIDA
1.018	URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO DE ÁREAS PÚBLICAS E DE CONVIVÊNCIA SOCIAL	UNIDADE	CIDADE MAIS BONITA E URBANIZADA
1.019	ESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECOLHIMENTO DE ANIMAIS ABANDONADOS EM ÁREAS PÚBLICAS	UNIDADE	MANEJO DE ANIMAIS
1.020	INFRAESTRUTURA DE ÁREA PÚBLICA PARA EVENTOS DIVERSOS	UNIDADE	ÁREA PÚBLICA PARA EVENTOS E LAZER
2.085	MANUTENÇÃO DAS REDES E SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	LÂMPADA INSTALADA	ILUMINAÇÃO GARANTIDA
2.086	AÇÕES DE MONITORAMENTO E CONTROLE DE SEGURANÇA PÚBLICA	UNIDADE	MONLEVADE SEGURA
2.087	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DAS ÁREAS PÚBLICAS E CONVIVÊNCIA SOCIAL	UNIDADE	ESPAÇOS PÚBLICOS BEM CUIDADOS
2.088	MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÃO	TORRE	IMAGEM E INTERNET DE QUALIDADE
2.089	ESTRTURAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE CEMITÉRIOS E VELÓRIO MUNICIPAL	UNIDADE	SERVIÇOS MORTUÁRIOS GARANTIDOS
Total Programa			

Programa: 1503 - GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

OBJETIVO: PROPORCIONAR À POPULAÇÃO E AO MEIO AMBIENTE UMA GESTÃO ADEQUADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DESDE SUA COLETA À DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE CORRETA.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.090	EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA E COLETA DOS RESÍDUOS URBANOS	TONELADA	CIDADE LIMPA
2.091	DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS MUNICIPAIS	TONELADA	DESTINAÇÃO CORRETA DE RESÍDUOS
2.092	MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO CPGRS - CONTRATO DE RATEIO	UNIDADE	CONSÓRCIO MANTIDO
Total Programa			

Câmara Municipal de João Monlevade 8291

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 1601 - HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

OBJETIVO: GARANTIR HABILITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PARA FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.014	REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS OCUPADAS POR FAMÍLIAS CARENTES	FAMILIA	FAMÍLIAS BENEFICIADAS
1.015	CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	UNIDADE	CASAS CONSTRUÍDAS OU RECUPERADAS
2.081	GESTÃO DAS ATIVIDADES DO SETOR DE HABITAÇÃO	ALUGUEL	FAMÍLIAS CARENTES AMPARADAS
Total Programa			

Programa: 1701 - APOIO ADMINISTRATIVO - DAE

OBJETIVO: APOIO ADMINISTRATIVO NECESSÁRIO AO DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES QUE PROPICIEM O RECEBIMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS E AUXILIEM NAS AÇÕES DE SANEAMENTO AMBIENTAL.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
2.116	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DA DIRETORIA	SERVIÇO	ATIVIDADES MANTIDAS
2.117	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.118	PUBLICIDADE E DIVULGAÇÕES OFICIAIS	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.119	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE OPERAÇÃO	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.123	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE PLANEJAMENTO	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.124	MANUTENÇÃO ATIVIDADES CONTROLE INTERNO	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
Total Programa			

Programa: 1702 - SANEAMENTO AMBIENTAL DE QUALIDADE

OBJETIVO: PROPICIAR MELHORIAS NO SERVIÇO ESSENCIAL DE SANEAMENTO PRESTADOS PELA AUTARQUIA, ATRAVÉS DE INFRAESTRUTURA, CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL E AINDA COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.025	EXTENSÃO DE ADUTORAS E REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	PERCENTUAL A SER CONSTRUÍDO	EXTENSÃO ADUTORA E REDE DE ABASTECIMENTO ÁGUA MANTIDA
1.026	CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIOS	UNIDADE	CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIOS MANTIDA
1.027	AMPLIAÇÃO E REFORMAS DA EAT- EAB E RECALQUES	M²	AMPLIAÇÃO E REFORMAS EAT-EAB/ RECALQUE MANTIDAS
1.028	CONSTRUÇÃO DE ETE'S	PERCENTUAL A SER CONSTRUÍDO	ETE'S CONSTRUÍDAS
1.029	EXTENSÃO DE REDE COLETORA DE ESGOTOS	PERCENTUAL A SER CONSTRUÍDO	EXTENSÃO DE REDE COLETORA DE ESGOTOS MANTIDAS
1.030	EXTENSÃO DE FOSSAS SÉPTICAS	M²	EXTENSÃO DE FOSSAS SÉPTICAS MANTIDAS
2.120	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (EAB-EAT - REDES - RESERVATÓRIOS E RECALQUES)	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.121	MANUTENÇÃO DE AÇÕES DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	SERVIÇO	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS MANTIDOS
2.122	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO (REDE COLETORA - FOSSAS E ETE's)	SERVIÇO	MANUTENÇÃO SERVIÇOS REDE COLETORA DE ESGOTO, FOSSAS
Total Programa			

Câmara Municipal João Monlevade 2018

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 1801 - SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

OBJETIVO: DESENVOLVER A GESTÃO SUSTENTÁVEL, POR MEIO DE POLÍTICAS E AÇÕES QUE VISEM PROTEÇÃO, DEFESA E CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, MELHORIA E CONTROLE DA QUALIDADE AMBIENTAL E PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.021	REVITALIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA DO PARQUE MUNICIPAL DO AREÃO	UNIDADE	LAZER PARA A POPULAÇÃO
2.094	AÇÕES DE REVITALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO VIVEIRO MUNICIPAL	UNIDADE	ÁREA SUSTENTÁVEL
2.095	AÇÕES DE PLANEJAMENTO DE GESTÃO AMBIENTAL	UNIDADE	LEGISLAÇÃO APLICADA
2.096	AÇÕES DE RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	AÇÃO	MEIO AMBIENTE PRESERVADO
Total Programa			

Programa: 2301 - DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E INOVAÇÃO

OBJETIVO: PROMOVER, LEGITIMAR E REALIZAR A MANUTENÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-SOCIAL E DE INOVAÇÃO NA PERSPECTIVA DA GOVERNANÇA, APOIANDO AÇÕES VOLTADAS PARA O FOMENTO DAS ATIVIDADES EMPREEENDEDORAS NOS DIVERSOS SETORES DA ECONOMIA LOCAL, ESTIMULANDO O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.002	INFRAESTRUTURA E MANUTENÇÃO DA INCUBADORA DE EMPRESAS E STARTUP'S	MÓDULO	PEQUENAS EMPRESAS FORTALECIDAS
1.012	INFRAESTRUTURA DO DISTRITO INDUSTRIAL	UNIDADE	DISTRITO INDUSTRIAL ESTRUTURADO
1.013	INFRAESTRUTURA DO ABATEDOURO MUNICIPAL	UNIDADE	PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL PROCESSADOS ADEQUADAMENTE
2.028	MANUTENÇÃO DO CONSMEPI - CONTRATO DE RATEIO -SIM	SERVIÇO	GARANTIA DE QUALIDADE DO PRODUTO ANIMAL
2.030	PROMOÇÃO DE AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, EMPRESARIAL E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA	AVALIAÇÃO POPULAR	AVALIAÇÃO POPULAR SOBRE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA
Total Programa			

Programa: 2701 - DESENVOLVENDO O FUTURO: ESPORTE EM AÇÃO

OBJETIVO: DESENVOLVER ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE LAZER NO MUNICÍPIO, INCENTIVANDO TAMBÉM A PARTICIPAÇÃO EM COMPETIÇÕES ALÉM DE MELHORIAS E CONSTRUÇÕES DE NOVOS ESPAÇOS ESPORTIVOS DA MUNICIPALIDADE.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
1.008	INFRAESTRUTURA DE ÁREAS DE ESPORTE E LAZER	ESPAÇO DE ESPORTE E LAZER	ÁREA DE ESPORTE E LAZER CONTRUÍDA/REVITALIZADA
2.059	APOIO E DESENVOLVIMENTO DE PRÁTICAS ESPORTIVAS	PRÁTICA ESPORTIVA	PRÁTICAS ESPORTIVAS APOIADAS
2.060	PARCERIA COM ENTIDADES ESPORTIVAS E ATLETAS INDIVIDUAIS	UNIDADE	ENTIDADES E ATLETAS SUBVENCIONADOS
2.061	CONSERVAÇÃO DE ÁREAS DE ESPORTE E LAZER	ESPAÇO DE ESPORTE E LAZER	ÁREAS DE ESPORTE E LAZER CONSERVADAS
Total Programa			

Monlevade · Câmara Municipal
299

MUNICIPIO DE JOÃO MONLEVADE - MG

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXOS DE METAS

DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

FL	RUBRICA
Nº PROCESSO	

Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

OBJETIVO: ATENDER OS PASSIVOS CONTINGENTES E OUTROS RISCOS FISCAIS E EVENTOS FISCAIS IMPREVISTOS, NOS TERMOS PREVISTOS NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS.

AÇÃO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	RESULTADO ESPERADO
9.999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	SERVIÇO	PASSIVOS CONTINGÊNCIADOS
Total Programa			
Total Geral			

FONTE: Sistema de Administração de Finanças Públicas, Unidade Responsável: Sec. Munic. Planej. E Desenv. Economico, Emissão: 24/05/2023 , às 15:59:36 .

Câmara Municipal de João Monlevade 300

Menu: LDO/"Relatórios"

Câmara Municipal de João Monlevade
301

ANEXO DE METODOLOGIA E PREMISSAS UTILIZADAS.
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO
EXERCÍCIO DE 2024

Quadro 1 *- Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção*

Originado de publicações realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, no que concerne aos índices apurados; pelo Banco Central do Brasil, no que concerne aos índices de previsão; e Fundação João Pinheiro, por cálculo econômico concernente a publicação do Produto Interno Bruto - PIB Estadual.

Demonstra os fatores para cálculo dos valores constantes, que equivalem às correntes abstraídas da variação do poder aquisitivo da moeda, ou seja, expurgando os índices de inflação ou deflação aplicados no cálculo do valor corrente, trazendo os valores das metas anuais para valores praticados no ano anterior ao ano de referência da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.

Quadro 2 *- Demonstrativo do Cenário Econômico- Adequação da Receita*

Retrata o crescimento/ redução diferenciado de determinadas receitas, no contexto utilizado para cálculo das demais.

Para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, é adotada a metodologia de projetar o exercício de sua elaboração, a partir do exercício anterior (março a dezembro de 2022) e da arrecadação efetivamente realizada no período transcorrido no mesmo, neste caso os meses de janeiro e março (2023), ou seja, ele aplica nas receitas efetivamente realizadas os coeficientes constantes do Relatório de Índices Oficiais e Fatores de Projeção.

Câmara Municipal de J. Monlevade
309

***Quadro 3** - Demonstrativo do Cenário Econômico- Adequação da Despesa*

Estabelece fatores a serem aplicados sobre o valor de determinada despesa segundo o critério utilizado, demonstrado na memória de cálculo das despesas.

Os fatores são fixados a partir de decisão gerencial, ou para atendimento de limites estabelecidos em lei, para adequação do valor total das despesas aos valores projetados para receita.

***Quadro 4** - Memória de Cálculo da Receita*

O quadro demonstra:

- ✓ a receita efetivamente realizada nos exercício de 2010, 2021 e 2022;
- ✓ a receita projetada para 2023, tendo por base a receita efetivamente realizada no período compreendido entre março a dezembro de 2022, somada às receitas efetivamente realizada nos meses janeiro a fevereiro de 2023, devidamente corrigida pela inflação acumulada, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acrescido da expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB Nacional, para o exercício de 2023, conforme fatores de correção do Quadro de Índices, observado o Quadro 2 – Demonstrativo do Cenário Econômico- Adequação da Receita;
- ✓ projeção da receita para os exercícios de 2024, 2025 e 2026, realizada partir da receita projetada para 2023, com aplicação dos fatores estabelecidos pela expectativa de inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e crescimento do Produto Interno Bruto – PIB Nacional, conforme fatores do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção, observado o Quadro 2 – Demonstrativo do Cenário Econômico- Adequação da Receita; e
- ✓ avaliação do percentual de crescimento/redução da receita, realizada à partir de um determinado exercício do período, na relação com o imediatamente anterior.

Câmara Municipal de João Monlevade
303

***Quadro 5** - Memória de Cálculo da Despesa*

O quadro demonstra:

- ✓ A despesa efetivamente realizada nos exercícios de 2020, 2021 e 2022;
- ✓ A despesa projetada para 2023 tendo por base a despesa efetivamente realizada no período compreendido entre março a dezembro de 2022, somadas as despesas realizada nos meses janeiro a fevereiro de 2023, devidamente corrigida pela inflação acumulada, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acrescido da expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto - PIB Nacional, para o exercício de 2023, conforme fatores de correção do Quadro de Índices, observado o Quadro 3-*Demonstrativo do Cenário Econômico - Adequação da Despesa.*
- ✓ Projeção da despesa para os exercícios de 2024, 2025 e 2026, realizada a partir da despesa projetada para 2023, com aplicação dos fatores estabelecidos pela expectativa de inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e crescimento do Produto Interno Bruto – PIB Nacional, conforme fatores do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção, observado Quadro 3 - *Demonstrativo do Cenário Econômico - Adequação da Despesa.*
- ✓ Avaliação do percentual de crescimento/redução da despesa, realizada à partir de um determinado exercício do período, na relação com o imediatamente anterior.

***Quadro 6** - Meta Fiscal – Resultado Nominal*
(LC 101, art. 4º, § 2º, inciso II)

O quadro demonstra a Dívida Consolidada Líquida e o Resultado Nominal realizados, projetando os mesmos com a seguinte metodologia:

- ✓ Para 2023: Dívida Consolidada de 2022, menos amortização do exercício de 2023, acrescida dos Restos a Pagar Processados; deduzido o Ativo Disponível e Haveres Financeiros (Ativo Realizável), todos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme fatores de correção do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção;

Câmara Municipal de João Monlevade
304

- ✓ Para 2024: Dívida Consolidada de 2023, menos amortização do Exercício de 2024, acrescida dos Restos a Pagar Processados; deduzido o Ativo Disponível e Haveres Financeiros (Ativo Realizável), todos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme fatores de correção do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção;
- ✓ Para 2025: Dívida Consolidada de 2024 menos amortização do Exercício de 2025, acrescida dos Restos a Pagar Processados; deduzido o Ativo Disponível e Haveres Financeiros (Ativo Realizável), todos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme fatores de correção do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção; e
- ✓ Para 2026: Dívida Consolidada de 2025, menos amortização do exercício de 2026, acrescida dos Restos a Pagar Processados; deduzido o Ativo Disponível e Haveres Financeiros (Ativo Realizável), todos corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, conforme fatores de correção do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção;

Quadro 7 *- Anexo de Metas Anuais*
AMF – Demonstrativo I (LC 101, art. 4º, § 1º)

Apresenta as metas fiscais anuais, com propostas de resultados primário e nominal, calculadas em valores correntes e constantes, com aplicação dos fatores constantes do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção, para os três exercícios subsequentes ao da elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.

Quadro 8 *- Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Último Exercício*
AMF – Demonstrativo II (LC 101, art. 4º, § 2º, inciso I)

Apresenta avaliação do cumprimento das metas fiscais do exercício imediatamente anterior ao da elaboração da lei de diretrizes orçamentária - LDO.

Câmara Municipal de João Monlevade
305

O resultado primário é apresentado na relação das receitas primárias e despesas primárias, nos valores previstos e efetivamente realizados.

Da mesma forma é apresentado o valor da dívida consolidada, dívida consolidada líquida, e o resultado nominal. Por fim demonstra Produto Interno Bruto - PIB estadual previsto e realizado.

Quadro 9 *- Metas Anuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Últimos Exercícios*
AMF – Demonstrativo III (LC 101, art.4º, §2º, inciso II)

Apresenta as metas de resultados primário e nominal anuais, propostas para os três exercícios subsequentes ao de elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, calculadas em valores correntes e constantes, com aplicação dos fatores do Quadro 1 – Relatório Demonstrativo dos de Índices Oficiais e Fatores de Projeção, comparadas através de avaliação percentual com os três últimos exercícios, incluído o de sua elaboração.

Quadro 10 *- Evolução do Patrimônio Líquido*
AMF – Demonstrativo IV (LC 101, art.4º, § 2º, inciso III)

Apresenta a evolução do Patrimônio Líquido do Município, compreendido o Executivo e Legislativo, e seus respectivos Fundos e Autarquias nos exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Quadro 11 *- Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos*
AMF – Demonstrativo V (LC 101, art.4º, § 2º, inciso III)

Demonstra os valores originados das alienações realizadas nos três últimos exercícios, bem como os valores destes recursos que foram aplicados em cada um deste exercício e, ainda, o saldo financeiro a ser aplicado no exercício seguinte.

Quadro 12 *- Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências*
ARF (LC 101, art 4º, § 3º)

Câmara Municipal de J. Monlevade
306

Demonstra os eventos que poderão impactar negativamente as contas públicas, e as providências a serem tomadas caso os mesmos se concretizem.

Quadro 13 *- Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado - DOCC*
AMF - (LC 101, art. 4°, § 2°, inciso V)

Demonstra as despesas derivadas de lei ou de ato administrativo que fixam para o Município a obrigação legal de sua execução por período superior a dois exercícios, que conforme definição do caput do art. 17 da LC 101/2000, são entendidas como obrigatórias de caráter continuado. Demonstra, ainda, a origem dos recursos para o custeio das mesmas.

Quadro 14 *- Anexo das Variações Previstas no Quadro de Pessoal*
AMF - (LC 101, art. 4°, § 2°, inciso V)

Demonstra a movimentação no Quadro de Pessoal, originadas da criação e extinção de cargos no exercício para o qual está sendo estabelecidas as diretrizes para elaboração da lei Orçamentária anual.

Neste anexo são demonstrados os valores dos cargos existentes, somados aos valores dos cargos criados, deduzidos os valores dos cargos extintos, e o produto desta variação em termos quantitativos e de valores.

Quadro 15 *- Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita*
AMF - (LC 101, art. 4°, § 2°, inciso V)

Demonstra os incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios para determinados setores, que promovam o tratamento diferenciado, de forma a caracterizar a renúncia de receitas, sob a ótica da LC 101/2000.

Neste anexo é apresentada, conforme estabelecido no art. 14 da LC 101/2000, nos termos dos incisos I e II, a compensação para a renúncia definida acima.

Câmara Mun. J. Monlevade
307

João Monlevade, 30 de maio de 2023.

Laércio José Ribeiro
Prefeito Municipal